TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2692 • Manaus, segunda-feira, 9 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

EDITAL

0001264-40.2018.8.04.0000 - Cumprimento Provisório de Sentença
Requerente : Lenara da Silva Freitas
Requerente : Liliane Rosendo Barroso Alves
Requerente : Tony Neto Guimarães de Brito
Requerente : Luciana Machado de Abreu
Requerente : Luciana Beatriz Nunes
Requerente : Leonardo de Paula Oliveira
Requerente : Liliana Gonçalves Braga
Requerente : Lilian Carla de Souza Oliveira
Requerente : Liara Souza Lima
Advogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)
Requerido : Governador do Estado do Amazonas
Requerido : Ilmo. Sr. Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas

FICAM INTIMADOS os Requerentes, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 137, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, no qual reiterou o despacho de fls. 132, para manifestação dos Requerentes, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 4 de setembro de 2019

EDITAL

0000672-59.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível
Agravante : Bp Serviços de Esterilização Spe Sa
Agravante : Norte Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda
Agravante : Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-Hospitalares LTDA.
Advogada : Érika Roberta Régis da Silva (4815/AM)
Agravado : Estado do Amazonas
Procurador : Paulo José Gomes de Carvalho

FICAM INTIMADOS os Agravantes, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Érika Roberta Régis da Silva (4815/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 49, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias úteis, acerca das atuais circunstâncias relativas ao contrato em comento, com esteio no art. 6º do Código de Processo Civil.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 4 de setembro de 2019

EDITAL

4002285-80.2018.8.04.0000 - Reclamação em Apelação Cível n.º 0622183-71.2013.8.04.0001
Reclamante : Estado do Amazonas
Procuradora : Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM)
Reclamado : Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Terceiro Interessado : Jocivane da Silva Marques
Advogado : Celso Antônio da Silveira (5807/AM)
Advogados : Melquisedec Freitas Pantoja (10.412/AM) e Outra

FICA INTIMADO a Terceira Interessada, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Celso Antônio da Silveira (5807/AM), Melquisedec Freitas Pantoja (10.412/AM) e Outra, do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 158, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, a fim de intimá-la, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a manifestação do Graduado Órgão Ministerial, inserta às fls. 153-156 dos autos, que versa sobre possível falta de interesse de agir do Reclamante.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 4 de setembro de 201

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0006523-16.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: José Carlos de Oliveira - Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus - Agravado: Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas - FICA INTIMADO o Agravante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 4/5, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em conformidade com o artigo 61, VI, do Regimento Interno, julgo prejudicado o presente Agravo. Intime-se. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquive-se os autos, com a respectiva baixa na Distribuição". - Advs: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000024-45.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: José Carlos de Oliveira - Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus - Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 387/392, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em conformidade com o artigo 61, VI, do Regimento Interno c/c o art. 5º, § 5º da LMS, julgo prejudicado o presente mandamus, razão pela qual denego a segurança requerida. Intime-se. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquive-se os autos, com a respectiva baixa na Distribuição". - Advs: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0206252-64.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Manaus - Denuncite: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Denunciado: Miguel Mouzinho Marinho - EDITAL 0206252-64.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário Denuncite : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro GrauPromotora : Drª Maria Piedade Queiroz Nogueira BelasqueDenunciado : Miguel Mouzinho MarinhoAdvogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)Advogado : Antonio Acacio do Nascimento Neto (10383/AM)Advogada : Nieli Nascimento Araujo Fernandes (397A/RN)MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal FICA INTIMADO o Denunciado, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM), Antonio Acacio do Nascimento Neto (10383/AM) e Nieli Nascimento Araujo Fernandes (397A/RN) da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " De fato, assiste razão ao órgão ministerial, de modo que, não havendo motivos que justifiquem o processamento e julgamento perante o Pleno deste E. TJ/AM ACOLHO manifestação e DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do Juízo de Direito da Auditoria Militar Estadual a quem os autos devem ser encaminhados imediatamente". Manaus, 4 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 4 de setembro de 2019 - Advs: Drª Maria Piedade Queiroz Nogueira Belasque - Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM) - Antonio Acacio do Nascimento Neto (OAB: 10383/AM) - Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB: 397A/RN) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0209420-30.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente/**advogado, Dr. Renato Fernandes Mariano (OAB/AM nº 8246).** Reclamados, V. L. M. E outro. **DECISÃO nº 073/2019-JUIZ C. AUX.3** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, **Dr. LUIS ALBERTO NASCIMENTO ALBUQUERQUE:** "(...) Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos acima expostos, arquive-se o presente procedimento, mantendo-o apenso ao de nº 0214415-86.2019.8.04.0022. Dê-se ciência desta decisão ao requerente e aos requeridos, bem como ao CNJ. Transladem-se o despacho de fl. 166 e as informações acostadas às fls. 172/176 e 179/183 para os autos nº 0214415-86.2019.8.04.0022. Decorrido o prazo, e apensado os autos, arquive-se e dê-se baixa na autuação do presente procedimento, mantendo-o apenso ao processo principal encaminhado pelo CNJ. Manaus, 20 de agosto de 2019". Luis Alberto Nascimento Albuquerque**,** Juiz Corregedor Auxiliar. Ficam partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0206475-07.2018.8.04.0022 - Pedido de Providências. Requerente/**Advogado, Dr. Abrahim Jezini (OAB/AM nº 4584).** Requerido, A. L. L. – **DESPACHO CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Colho que a manifestação de fls. 143/151 trata-se de cópia da petição inicial às fls. 03/11, em cuja argumentação não há elementos suficientes a ensejar o desarquivamento do feito, não servindo para tanto o alegado fato novo baseado em nota de desagravo. Desta feita, tendo em vista a decisão deste órgão, corroborada pelo CNJ, conforme decisão de fls. 128/129, determino o cumprimento da decisão de fls.71. Após, certifique-se e arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019." Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior,** Corregedor-Geral de Justiça. Ficam partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

CÂMARAS REUNIDAS

Processo nº 0003154-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública. **Embargante: Estado do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Leila Maria Raposo Xavier Leite - OAB/AM n.º 3726). **Embargado: Jones Jhone Batista de Oliveira.** (Advogado: Dr. Amarildo Pereira da Silva - OAB/AM n.º 9812). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**(relator), José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. VÍCIO INEXISTENTE. PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de cabimento restrito às hipóteses descritas no art. 1.022 do Código de Processo Civil, não sendo meio adequado para obter-se a reforma do julgado vergastado, ante à impossibilidade de reexame de questões de mérito já apreciadas. 2. Na hipótese, inexistem omissões a serem sanadas, porquanto as matérias apontadas pelo Embargante foram devidamente apreciadas no bojo da ação rescisória, sendo nítido seu intuito de rediscussão e prequestionamento da matéria. 3. Embargos rejeitados. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR O RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. ***IMPEDIDO**: **Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***

Processo nº 0003202-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. **Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas.** (Procurador do Estado:Dr. Eugênio Nunes Silva - OAB/AM n.º 763-A). **Embargado: Empresa Amazonense de Plástico Ltda.** (Advogado: Dr. Diego Valente de Lima - OAB/AM n.º 10999). **Presidente, em execício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr Des. Paulo César Caminha e Lima. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO QUE SE PRONUNCIOU SOBRE AS TESES REPUTADAS OMISSAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO DESPROVIDO. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo n.º 0624992-24.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Impetrante: Francisco Carlos Queiroz Barata. (Advogada: Dra. Lucilene Macedo dos Santos Carneiro - OAB/AM n.º 8545). **Impetrado: Secretário Estadual da Saúde do Estado do Amazonas - SUSAM.** (Procuradores do Estado: Dra. Ingrid

Monteiro e Dr. Franklin Arthur Martinz Filjo(OAB/AM n.º A-1251). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Joana dos Santos Meirelles. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Sandra Cal Oliveira. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles(Relatora)**, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos e Elci Simões de Oliveira. **EMENTA**: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. MANUTENÇÃO NO CARGO. IMPOSSIBILIDADE. ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. O servidor temporário não ocupa cargo ou emprego público, mas uma função, cujo preenchimento via contratação somente é admitido por tempo determinado e para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, a teor do inciso IX, artigo 37, da Carta Democrática. 2. O contrato relativo a prestação de serviço estabelecia, de forma explícita, que o contrato podia ser rescindido pelo advento do término do prazo contratual, por iniciativa do Contratado, por conveniência da administração pública ou por ocorrência da superação do limite estabelecido na Lei Complementar n. 96/99. 3. Verificado que houve o atingimento do prazo de término do contrato, a dispensa ocorrida observou a previsão contratual, não havendo que se falar em ato ilícito. 4. Ademais, tratando-se de servidor temporário, o mesmo não possui garantia a estabilidade, podendo ser dispensado imotivadamente à conveniência da administração pública. Precedentes deste e.TJAM. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial, em DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do voto da Relatora. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.***

Processo n.º 4000714-40.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Impetrante: Luan Henrique Coelho Prado. (Advogado: Dr. José Eduardo Silva de Sales - OAB/AM n.º 7700). **1.º Impetrado: Universidade do Estado do Amazonas – UEA.** (Procuradores da UEA: Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares e outros). **2.º Impetrado: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - Seduc.** (Procuradora do Estado: Drª. Debora Bandeira Koenow). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Joana dos Santos Meirelles. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles(Relatora)**, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos e Elci Simões de Oliveira. **EMENTA**: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARMENTE. PEDIDO DE INCLUSÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO APÓS A APRESENTAÇÃO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SUPOSTA PERDA DE OBJETO DO MANDAMUS EM DECORRÊNCIA DE REPROVAÇÃO NO EXAME SUPLETIVO. IRRELEVÂNCIA. MERITORIAMENTE. MENOR DE IDADE APROVADO EM EXAME DE VESTIBULAR DE UNIVERSIDADE PÚBLICA. LIMITAÇÃO DE IDADE PARA REALIZAR EXAME SUPLETIVO. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. DIREITO À EDUCAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Não é possível a alteração unilateral do polo passivo após o estabelecimento dos limites objetivos e subjetivos da lide, ocorrido com a realização do ato citatório, o que somente se torna possível com a anuência da parte adversa, na forma do art. 329, II, do CPC. Na espécie, não houve o devido consentimento, motivo pelo qual indefere-se o pedido de inclusão de parte no polo passivo da presente segurança. 2. A reprovação do Impetrante no exame supletivo que lhe foi autorizado por medida liminar judicial não ocasiona a perda de objeto do mandamus, eis que trata de direito anterior, ou seja, a possibilidade de realizar a prova e não se relaciona com a efetividade da aprovação do interessado. 3. O Direito à Educação é garantido constitucionalmente, de modo que o direito aos níveis mais elevados de ensino deve ser resguardado àqueles que forem aprovados no vestibular. 4. É razoável permitir que tendo logrado êxito em vestibular, o aluno do Ensino Médio possa realizar exame supletivo, para que, em caso de aprovação, tenha como efetivar sua matrícula na faculdade. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o Parecer Ministerial, em CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto da Relatora. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar R. Saunders Fernandes.***

Processo nº 4000980-95.2017.8.04.0000 - Ação Rescisória - Autor: Amazonprev- Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. (Advogados: Dr. André Luiz M. Fernandes - OAB/AM n.º 5017, Dra. Caroline Retto Frota - OAB/AM n.º 4411 e outros). **Réu: José da Rocha Freire Júnior.** (Advogada: Dra. Martha M. Gonzalez - OAB/AM n.º 4103). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins. **Relator**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana M. M. Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes-Relator**, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira-Juiz de Direito convocado com jurisdição plena, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDENCIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À NORMA CONSTITUCIONAL. DIREITO ADQUIRIDO. VEDAÇÃO À REDUÇÃO DE PROVENTOS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE FEITO CASCATA. SENTENÇA MANTIDA. 1 - Inexistência de violação à CRFB quando do restabelecimento das vantagens de representação e produtividade suprimidas com prejuízo remuneratório ao servidor posto que a irredutibilidade salarial é norma de eficácia plena, contida expressamente no art. 37, XV, da CF/88; 2 - Os proventos de inatividade são regidos pela lei vigente ao tempo em que o servidor reuniu os requisitos necessários, nos termos da Súmula nº 359 do Supremo Tribunal Federal; 3 - A base de cálculo das gratificações e adicional por tempo de serviço do militar deve incidir sobre os proventos conforme disciplinado nos artigos 18 e 20, caput, da Lei nº 1.502/81; 4 - Inexiste mácula na continuidade do pagamento das gratificações previstas no ato aposentatório, independente do aumento das parcelas integrantes dos proventos, sob pena de redução salarial inconstitucional, já que calculados sobre os proventos do servidor, sem ocorrência de efeito cascata; 5 - Condenação em custas e honorários no quantum de 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa nos termos do art. 85, § 2º, incisos I a IV do CPC. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em JULGAR IMPROCEDENTE a Ação Rescisória, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, nos termos do voto do relator".

Processo n.º 4000992-41.2019.8.04.0000 - Ação Rescisória - Autores: Eduardo Benes Abrigato Barra e Brenda Anne Abrigato Barra. (Advogados: Dr. Antônio Cândido Barra Monteiro de Britto - OAB/AM n.º 258-A, Dra. Edmé Barra de Britto - OAB/PA nº 724 e outros). **Réu: Cristal Engenharia Ltda. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator**: **Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs.

Desdores. **Djalma Martins da Costa(Relator)**, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE NORMA JURÍDICA. INEXISTÊNCIA. EFEITOS DA REVELIA. NÃO OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO PROCESSUAL PARA DATA ESPECÍFICA DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA. - Ação rescisória que visa desconstituir acórdão proferido pela 1.ª Câmara Cível, por ocasião do julgamento de Recurso de Apelação, sob a alegação de ausência de intimação para a data específica do julgamento, em suposta violação do art. 934 do CPC; - A revelia na ação rescisória não produz seu efeito material, de maneira que, sendo revel o réu na ação rescisória, não haverá presunção de veracidade das afirmações de fato feitas pelo autor. Precedente: STJ, 3.ª S., AR n.º 4.309/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 11/04/2012, DJe 08/08/2012; - Em relação ao mérito, não houve violação da norma processual. Na origem, o recurso de apelação foi incluído na Pauta de Julgamento publicada no Diário de Justiça do dia 06/12/2017, com a informação expressa de que o processo seria julgado nas próximas sessões. A nomenclatura de "Pauta Extraordinária" apenas se deu em virtude do Desembargador Relator do apelo não mais pertencer à referida Câmara, porém a sessão foi realizada na data dos julgamentos das Câmaras Isoladas, ou seja, na segunda-feira, dia 18/12/2017. O certo é que, com a mencionada publicação, respeitou-se o disposto no art. 934 do Código de Processo Civil. Precedente: ED n.º 0002950-38.2016.8.04.0000, de relatoria do Des. Ari Jorge Moutinho da Costa, Segunda Câmara Cível, j. 18/12/2016, DJe 19/12/2016; - Não há nulidade processual decorrente da ausência de intimação de data específica de julgamento, sendo que é ônus da parte e de seus representantes acompanharem o trâmite do feito, inclusive para efeitos de realização de sustentação oral e demais faculdades processuais. Precedente: STF, AR-AgR-ED 1.945, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 20/02/2018, DJe 07/03/2018; - Ação Rescisória improcedente. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Egrégias Câmaras Reunidas, julgar improcedente o pleito rescisório, extinguindo o feito, com a resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC."

Processo n.º 4004057-78.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta). **Agravante: Ana Luzia dos Anjos da Silva.** (Advogado: Dr. Joenilson dos Santos Rodrigues - OAB/AM n.º 3178 e Dr. Edmilson Almeida de Oliveira - OAB/AM n.º 3185). **Agravado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV.** (Advogados: Dra. Luciane Barros de Souza - OAB/AM nº 4789). **Litisconsorte Passivo: Estado do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Tatianne Vieira Assayag Toledo - OAB/AM nº 3653). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Francisco Cruz. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Mirza Telma de Oliveira Cunha(Relatora)**, Djalma Martins da Costa, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos e Onilza Abreu Gerth. **EMENTA**: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INDEFERIDA. REQUISITOS DO ART. 300, DO CPC, NÃO DEMONSTRADOS. PROBABILIDADE DO DIREITO À PARIDADE REMUNERATÓRIA NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSENTE URGÊNCIA PARA OBTENÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Nos termos do art. 300, caput, do CPC, a tutela de urgência provisória será concedida "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". E, por lógico, indeferida quando ausentes tais requisitos. - "(...) No caso de servidores que tivessem incorporado vantagem pessoal decorrente do exercício de cargo ou função de confiança, a chamada "estabilidade financeira", a jurisprudência do c. STF consolidou o raciocínio de que o paradigma não seria o atual ocupante do cargo ou função de confiança, mas o servidor em atividade que percebesse a mesma vantagem pessoal. Precedente: RE 226.462 - SC, RTJ 177/973. (...)" (TJ-AM, Mandado de Segurança Cível nº 4003619-28.2013.8.04.0000, (Relator (a): Ari Jorge Moutinho da Costa; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 24/11/2014; Data de registro: 05/12/2014). - Recurso conhecido e desprovido. **ACORDAM** os senhores desembargadores, por unanimidade, e em harmonia com o parecer ministerial, em conhecer do recurso para desprovê-lo, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Processo: 4006406-54.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: **Fundação Nokia de Ensino**. (Advogados: Adriane Cristine Cabral Magalhães - OAB/AM n.º 5373). Agravado: **Lidivik Eduardo Silva de Paula**. (Advogada: Dra. Luciane Barros de Souza - OAB/AM n.º 4789). **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator**: João Mauro Bessa. **Procurador de Justiça**: **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. João Mauro Bessa - Relator, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. **EMENTA**: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA POR JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE - ATO COATOR ATRIBUÍDO A DIRETORA DE ESCOLA PARTICULAR - FUNÇÃO DELEGADA PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL - COMPETÊNCIA DE UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - INCOMPETÊNCIA PRONUNCIADA EX OFFICIO - PROCESSO ANULADO AB INITIO - MANUTENÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA - REMESSA AO JUÍZO COMPETENTE - RECURSO PREJUDICADO. 1. No âmbito desta Corte de Justiça, a competência quanto às ações mandamentais orienta-se ex ratione personae. É o que estabelece a Constituição do Estado do Amazonas, em seu artigo 72, inciso I, alínea "c". 2. A competência em razão da pessoa visa atender ao interesse público, razão pela qual detém natureza absoluta, sendo, portanto, improrrogável e cognoscível a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício. Nesse sentido é a norma do artigo 64, § 1.º, do CPC/2015. 3. In casu, a autoridade indicada para figurar no polo passivo da demanda trata-se de diretora de escola particular que, embora figure como gestora de entidade privada, exerce função delegada pelo Poder Público Estadual, consoante preconiza o art. 17, III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. A legitimidade passiva da mencionada gestora advém de expressa previsão legal, na medida em que a própria Lei do Mandado de Segurança a equipara a autoridade coatora para fins de impetração de ação mandamental (art. 1º, § 1º da Lei 12.016/09). Assim, impõe-se reconhecer a competência de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual para o julgamento do feito, de acordo com que estabelece o art. 152, I, c da Lei Complementar 17/1997. 5. Não se concebe que uma entidade privada esteja figurando como autoridade coatora em um mandado de segurança, pois delegatária, e este se encontre tramitando em uma vara cível, ao invés de em uma da Fazenda Pública Estadual. Das duas uma, ou a entidade privada tem delegação estadual, sendo admissível o mandado de segurança de competência de uma das Varas da Fazenda Pública ou não a possui, sendo apenas cabível a ação ordinária e de competência de uma das Varas Cíveis. 6. Anulação ab initio do processo de origem que se faz necessária, preservando-se, todavia, os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso,

pelo juízo competente. Inteligência do art. 64, § 4.º, CPC/2015. 7. Pronunciada a incompetência absoluta do Juízo de Direito da 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Processo de origem anulado ab initio. Efeitos da decisão liminar mantidos. Remessa dos autos ao juízo competente para processamento e julgamento do feito. Recurso Prejudicado. indicadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em julgar prejudicado o presente recurso e, de ofício, declarar a incompetência absoluta do Juízo de Direito da 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para processar e julgar o mandado de segurança nº 0660368-08.2018.8.04.0001, e, como consequência, anulá-lo ab initio, preservando, todavia, os efeitos da decisão liminar concedida pelo Juizo a quo, e determinar a remessa da ação originária a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante."

Processo n.º 0004679-94.2019.8.04.0000 - Agravo Interno - Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. **Agravantes: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura LTDA e Luiz Antonio Campos Corrêa.** (Advogados: Dra. Viviane Siqueira Rodrigues - OAB/SP n.º 286803, Dr. Gustavo Pacifico - OAB/SP n.º 184101, Dr. Flávio Luiz Yarshell - OAB/SP n.º 88098, Dr. José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior - OAB/AM n.º 5517 e Dra. Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura - OAB/AM n.º 8300). **Agravado: Antônio Adalberto Magalhães Martins.** (Advogado: Dr. Rômulo José Fernandes da Silva - OAB/AM n.º 1818). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa(Relator)**, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: AGRAVO INTERNO EM AÇÃO RESCISÓRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. ELEMENTOS CONTRÁRIOS. RENDIMENTOS ELEVADOS. INDEFERIMENTO. DILAÇÃO DO PARCELAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS. DESCABIMENTO. IMPROVIMENTO. 1. O pedido de gratuidade de justiça (CPC, art. 99, caput) detém mera presunção relativa de veracidade (§ 3.º), podendo ser ilidido por prova em sentido contrário, mormente quando houver no feito outros elementos que infirmem a alegada ausência de recursos financeiros da parte para o pagamento das despesas processuais sem prejuízo da própria subsistência; 2. O art. 98 do CPC, em seus parágrafos 5.º e 6.º, de maneira proporcional, elencou medidas hábeis a mitigar uma eventual oneração excessiva daquele que, malgrado não se encontrando em completo estado hipossuficiência financeira, também não esteja em situação econômica favorável. 3. Considerando a capacidade econômica dos Agravantes, sobressai razoável e proporcional a decisão que, malgrado indeferindo a gratuidade de justiça, autorizou o pagamento parcelado das despesas processuais em 06 (seis) prestações. 4. Agravo Interno improvido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Câmaras Reunidas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***

Processo n.º 0613527-52.2018.8.04.0001 - Apelação - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. **1.ª Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV.** (Advogada: Dra. Caroline Retto Frota - OAB/AM n.º 4411). **2.ª Apelante: Estado do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Gabriela Muniz de Moura - OAB/AM n.º 13186). **Apelada: Sálvia Regina Barreto Falcão.** (Advogados: Dr. Luan Carlos de Freitas Afonso da Costa - OAB/AM n.º 11405 e Dra. Artemise Falcão de Azevedo - OAB/AM n.º 10335). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Mirza Telma de Oliveira Cunha(Relatora)**, Djalma Martins da Costa, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos e Onilza Abreu Gerth. **EMENTA**: DIREITO CONSTITUCIONAL. GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO A OBTENÇÃO DE CERTIDÕES PREVISTO NO INCISO XXXIV DO ARTIGO 5 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NORMA INFRACONSTITUCIONAL QUE NÃO PODE RESTRINGIR DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDOS. A EMISSÃO DE CERTIDÃO NÃO IMPLICA NA CONCESSÃO AUTOMÁTICA DE QUALQUER OUTRO BENEFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. **ACORDAM** os Senhores desembargadores, por unanimidade em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 04 agosto de 2019. (a) - Maria Goreth Souza Ruiz.

Intimações

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0600357-11.2017.8.04.0110,** Manaus/Am em que é Impetrantes **Marcília Pizano Miranda dos Santos e outros** e Impetrado **Prefeito Municipal de Iranduba (AM),** fica a parte Impetrante, intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Leandro de Oliveira Violin 4857/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 91/92, dos autos acima referidos. Em 2 de setembro de 2019. Desembargador **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Wellington José de Araújo**, Relator nos autos de **Reclamação** nº **4002152-38.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Lojas Coppel Ltda** e Reclamado **Juízo de Direito da 3ª Turma Recursal do Juizado Especial Civel do Amazonas,** fica a parte Reclamante, intimada, na pessoa de seu Advogado: **Drs. Fabiano Freitas Minardi 29248/PR, Andre Gonçalves Zipperer 29222/PR, Fabio Freitas Minardi 22790/PR,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 195/196, dos autos acima referidos. Em 2 de setembro de 2019. Desembargador **Wellington José de Araújo.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Revisão Criminal** nº **4003691-39.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Requerente **Rodolfo Pereira Fernandes Neto** e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** fica a parte Requerente, intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Gilvan Pereira Dácio 12781/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 38/40, dos autos acima referidos. Em 4 de setembro de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos.**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **04 de setembro de 2019**

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0005669-85.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda** Advogados: Drª. Luma Vieira Marquez (10959/AM) e Drº Andrade GC Advogados (5797/AM) e **Embargado Denys Jorge Ribeiro de Lima,** Advogada: Drª . Helena Ariel Sousa Coutinho (10521/AM)**,** fica a parte embargada intimada, na pessoa de sua Advogada: **Drª . Helena Ariel Sousa Coutinho (10521/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl 8, dos autos acima referidos. Em 29 de agosto de 2019. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0009323-51.2017.8.04.0000,** Manaus/Am em que são Impetrantes **Adriano Augusto da Silveira Rolim e outros,** Advogados: Dr. Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM) , Drª. Wanessa Catunda Tavares (7702/AM), Drª. Tatianny Alecrim Pinto (8488/AM), Drº Douglas Herculano Barbosa (6.407/AM) e Drº Jairo Mota Aragão (9.369/AM) e Impetrados **Secretário de Segurança Pública - João Bosco Gomes Saraiva, Delegado Geral de Polícia do Estado do Amazonas - Mariolino Brito dos Santos e Presidente do CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - José Augusto de Melo Neto,** Procuradores: Franklin Arthur Martinz Filho (A1251/AM) e Drª Tatianne Vieira Assayag Toledo (3.653/AM)**,** ficam as partes **impetrantes** intimadas, na pessoa dos seus Advogados: **Dr. Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM) , Drª. Wanessa Catunda Tavares (7702/AM), Drª. Tatianny Alecrim Pinto (8488/AM) , Drº Douglas Herculano Barbosa (6.407/AM) e Drº Jairo Mota Aragão (9.369/AM)** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fl 520, dos autos acima referidos. Em 29 de agosto de 2019. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Ação Rescisória** nº **4001285-11.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é **Autor Ailton Lins Bezerra** Advogados: Dr. Douglas Krishna de Lima de Abreu (3015/AM), Drª. Mônica Nazaré Picanço Dias (2983/AM),e **Réu Evanilde Reinaldo Sales,** Advogado: Dr. Bergson Mendonça Lacerda (8.936/AM)**,** fica parte autora intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Douglas Krishna de Lima de Abreu (3015/AM) e Drª. Mônica Nazaré Picanço Dias (2983/AM),** para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das preliminares trazidas pelo réu às fls. 60/63, notadamente a impugnação à assistência justiça gratuita e ao valor da causa. Em 29 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0004448-04.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda.** Advogados: **Drº. Mauricio Lima Seixas (7881/AM) e Francimar da Costa Lima (12808/AM)** ,e Embargado Estado do Amazonas**,** Procurador : **Isaltino José Barbosa Neto** (9055/AM) **,** fica a parte embargante intimada, na pessoa des seus Advogados: **Drº. Mauricio Lima Seixas (7881/AM) e Francimar da Costa Lima (12808/AM) ,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 24/25 , dos autos acima referidos. Em 31 de setembro de 2019 . Desembargador **Délcio Luís Santos.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Cumprimento Provisório de Sentença** nº **0004899-92.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Requerente **Js Logistica de Cargas Ltda Advogado: Drº . Cláudio Rogério de Paula (136415/SP)** ,e Requerido Ponta Negra Import e Comércio e Serviços de Construções e Edificações Ltda**.,** Advogada Drª. Erika Roberta Régis da Silva (4.815/AM), ficam as partes requerente e requerida intimadas , na pessoa dos seus advogados **Drs. . Cláudio Rogério de Paula (13.6415/SP) e Drª. Erika Roberta Régis da Silva (4.815/AM) ,** para tomarem ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 11/12 , dos autos acima referidos. Em 31 de agosto de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos-Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Apelação Cível** nº **0641388-13.2018.8.04.0001,** Manaus/Am em que é Apelante **Rafael Frank Cintra Stone** Advogado: **Dr. Rafael Frank Cintra Stone 10289/AM**,e Apelado Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul – leses**,** Advogados: **Dr. Aroldo Joaquim Camillo (474/SC) , Drª Ariani da Silva Saturnino (48257/SC) e Drª Glicia Pereira Braga (2269/AM) ,** ficam as partes apelante e apelado intimadas, na pessoa dos seus Advogados: **Dr. Rafael Frank Cintra Stone (10289/AM), Dr. Aroldo Joaquim Camillo (474/SC) , Drª. Ariani da Silva Saturnino (48257/SC) e Drª Glicia Pereira Braga (2269/AM) ,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 460 a 463 , dos autos acima referidos. Em 31 de agosto de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Tutela Cautelar Antecedente** nº **4002462-44.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Amazonia Energia Indústria e Comércio de Combustíveis LTDA.** Advogados: Dr. Victor Bastos da Costa (11123/AM) , Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM) e Dr. Antônio Sampaio Nunes (3912/AM) ,e Réu Secretário Executivo de Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas (SEFAZ/AM)**,** fica a parte autora, intimada, na pessoa dos seus Advogado: **Dr. Victor Bastos da Costa (11123/AM) , Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM) e Dr. Antônio Sampaio Nunes (3912/AM) ,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 70 a 73 , dos autos acima referidos. Em 12 de março de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos – Relator.**

De ordem do Exma. Srª. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, Relatora nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0005130-22.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Germano da Luz Júnior** Advogado: **Dr. Orlando Patricio de Souza 7705/AM**,e Embargado Estado do Amazonas**.** Fica a parte intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Orlando Patricio de Souza (7705/AM)** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 180 , dos autos acima referidos. Em 29 de agosto de 2019. Desembargador **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura – Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Relator nos autos de **Agravo de Instrumento** nº **4002315-81.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Latino Indústria e Comércio Ltda.** Advogados: **Dr. Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) e Vítor de Souza Vieira (6.843/AM)** ,e Agravado Comissão Geral de Licitção, Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas - SEFAZ, Pregoeiro da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas e Z de O Besa e Cia Ltda. Fica a parte agravante intimada, na pessoa de seus Advogados: **Dr. Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) e Vítor de Souza Vieira (6.843/AM ,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 166 a 168, dos autos acima referidos. Em 28 de agosto de 2019. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes – Relator.**

De ordem do Exma. Srª. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth**, Relatora nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4002846-70.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Braz Amorim Cardoso** Advogado: **Drª. Beatriz de Souza Cardoso Moreira (12008/AM)** ,e Impetrado Juizo de Direito da 14ª Vara do Juizado Especial Civel do Forum Lucio Fonte de Rezende da Comarca de Manaus/am. Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa da sua

advogada **Drª**. **Beatriz de Souza Cardoso Moreira (12008/AM**), para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 159 a 162. , dos autos acima referidos. Em 30 de agosto de 2019. Desembargador **Onilza Abreu Gerth – Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Relator nos autos de **Tutela Antecipada Antecedente** nº **4003212-46.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Requerente **Universidade do Estado do Amazonas - Uea** - Procurador : **Dr**. **Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (6002/AM**) ,e Requerida Adriane Passos Silva**,** advogada **Drª. Dilma Lira Porto Botton (13493/PA),** fica a parte requerida intimada, na pessoa de sua advogada: **Drª. Dilma Lira Porto Botton (13493/PA),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 76 a 79 , dos autos acima referidos. Em 29 de agosto de 2019. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4003566-37.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Mario Jorge Pinheiro de Souza** advogados: **Dr**. **Diego Américo Costa Silva (5819/AM**), **Drª. Gabriela de Brito Coimbra (8.889/AM) e Dr. Antônio Coimbra Filho (3.252/AM)** ,e Impetrado Município de Iranduba. Fica a parte impetrante intimada, na pessoa dos seus advogados: **Dr. Diego Américo Costa Silva (5819/AM**), **Drª. Gabriela de Brito Coimbra (8.889/AM) e Dr. Antônio Coimbra Filho (3.252/AM)** para tomar ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 71 a 73 , dos autos acima referidos. Em 29 de agosto de 2019. Desembargador **Aristóteles Lima Thury – Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 4 de Setembro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Conflito de Jurisdição nº 0602544-57.2019.8.04.0001, de 13ª Vara do Juizado Especial Criminal

Suscitante: Juízo de Direito 13.ª Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 2.ª Vara Criminal da Capital/AM.Interessada: Maria Auxiliadora Cordeiro da Costa. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Flávio Ferreira Lopes.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 04 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Tutela Antecipada Antecedente nº 4001288-63.2019.8.04.0000**, em que é Requerentes: **Natelson Dantas Sobreira e Celson Luiz da Costa Sobreira.** (Advogados: Dra. Andrea Caldeira do Couto - OAB/AM 3.601 e Dr. Moysés Araújo Cordeiro - OAB/AM 2.195). Requerido: **João Gomes Henriques**. (Advogado: Dr. Alcimar Almeida Sena - OAB/AM 2.788). Ficam **os Requerentes intimados** na pessoa de seus advogados, Dra. Andrea Caldeira do Couto e Dr. Moysés Araújo Cordeiro do **DESPACHO de fls. 317**, exarado nos autos acima referidos, na qual, ".....Amparado pelas premissas acima fincadas, em sintonia com os princípios da cooperação, contraditório e vedação de surpresa (CPC/2015, arts. 6.º, 9.º e 10), **fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que os requerentes se manifestem sobre a superveniente perda de objeto/falta de interesse, devendo ser alertados de que o seu silêncio será compreendido como concordância/aceitação. Intimem-se".** Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002103-65.2016.8.04.0000,** em que são Agravantes: **Capital Rossi Empreendimentos S/A, e Enipeu Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogado: Dr. Nelson Wiliam Fratoni Rodrigues - OAB/AM 598-A). Agravado: **Rodrigo Santos Paz**. (Advogada: Dra. Mônica Vicente Taketa - OAB/AM 7.988). Fica **o advogado** das **Agravantes Dr. Nelson Wiliam Fratoni Rodrigues INTIMADO** da **DECISÃO de fls. 192/193**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor é seguinte: " Diante do exposto, e considerando o princípio da cooperação entre os integrantes do processo (art. 5º do CPC/2015), **determino a intimação do advogado Nelson Wiliam Fratoni Rodrigues (OAB/AM n° A-598) para que, sendo o patrono das partes agravantes, regularize a representação postulatória no prazo de 15 dias, juntando procuração em nome de ambas as empresas recorrentes, sob pena de não ser conhecido o recurso (CPC, artigo 76, § 2º, I)".** Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 04 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0601354-35.2014.8.04.0001**, em que é Apelante: **Simitrans Frigorífco e Comércio de Frios Ltda**. (Advogados: Dra. Roberta Nina Alcântara Barroso - OAB/AM 12.189, Dr. Walter Siqueira Brito - OAB/AM 4.186, Dr. Enysson Alcantara Barroso - OAB/AM 5.097 e outros). Apelado: **Edicleide F Queiroz**. Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 108/111**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Com o apoio das razões acima fincadas e dos princípios da economia e celeridade, mediante a aplicação analógica da Súmula n.° 568 do STJ2, ao concluir que a r. sentença divergiu de firme jurisprudência (CPC/2015, art. 932, V), **dou provimento ao**

recurso para o fim de anular a r. sentença, devendo o juízo a quo dar continuidade ao processo como entender de direito". Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 04 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004076-50.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Dalvair B. de Souza e Cia Ltda - ME (Em Recuperação Judicial).** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Deneszczuk Antonio - OAB/SP 146.360, Dra. Ana Paula Nazareth Babbulin - OAB/SP 187.306 e outros). Agravada: **Casas do Óleo Ltda**. (Advogados: Dr. Mário da Cruz Glória - OAB/AM 4.013, Dr. André Guimarães da Cruz - OAB/AM 7.549, Dr. Bruno Barbosa dos Reis Glória - OAB/AM 9.432 e Dr. Douglas Aleixo Santos da Cruz - OAB/AM 9.426). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 284/288**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Com o apoio das razões acima fincadas, **não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 26 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 04 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4006047-07.2018.8.04.0000,** em que são Agravantes: **Anízio de Araújo Cavalcante, Antônio de Lima Mesquita, Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula, Nádia Verçosa de Medeiros Raposo, Paulo de Tarso Barbosa Sampaio, Renê Levy Aguiar, Ubirajara Ferreira da Silva, Celso Paulo de Azevedo, Elisabete Brocki e Ademir Castro e Silva.** (Advogados: Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto - OAB/AM 12.521, Dr. Alcemir Pessoa Figliuolo Neto - OAB/AM 13.248 e outros). Agravada: **Janaína Gomes Figueiredo**. (Advogada: Dra. Janaína Gomes Figueiredo - OAB/AM 5.552). Ficam **os Agravantes intimados** na pessoa de seus advogados Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto, Dr. Alcemir Pessoa Figliuolo Neto e outros **do DESPACHO de fls. 228**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é o seguintes: " Em sintonia com os princípios da cooperação, do contraditório e da vedação de surpresa (CPC/2015, arts. 6.º, 9.º e 10), **fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que os agravantes se manifestem a respeito das alegações de conexão e prevenção, deduzidas pela agravada (contrarrazões, fls. 212/216) e reiteradas pelo Graduado Agente Ministerial (promoção ministerial às fls. 225/227). Intimem-se**". Manaus/AM, 28 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 04 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0631827-38.2013.8.04.0001**, em que é **Apelante: Elizabeth Batista de Souza.** (Defensor: Dr. Raimundo Sérvulo Lourido Barreto OAB: 127.956/AM). **Apelado: Simoes Gama da Silva.** (Advogado: Dr. Maurício da Gama Monteiro OAB: 4.931/AM). **Fica o Apelado intimado da DECISÃO de fl. 138,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso I, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo.** À Secretaria, para providências. Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

(Advogado: Dr. Rafael Sganzerla Durand OAB: 737/AM – 211.648/SP e outros). **Apelada: Maria Rosimere Cardoso Fonseca. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 283,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

de Oliveira Vieira OAB: 2.786/AM). **Apelado: LGB - Engenharia e Empreendimentos Ltda.** (Advogados: Dr. Paulo Sergio de Menezes 187/AM, Dr. Silvio Benedicto Abibe Aranha Filho OAB: 11.956/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 251,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo**. À Secretaria, para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0633707-89.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Adriana Alexandra da Silva Neves.** (Advogadas: Dra. Caroline Mondego Martins Ferreirra OAB: 10.663/AM, Dra. Giuliana Pinheiro Bastos Neves OAB: 10.386/AM e outro). **Apelado: O Estado do Amazonas.** (Procurador: Dr. Thiago Oliveira Costa OAB: 13.187/AM). **Fica a Apelante intimada da DECISÃO de fls. 168,** exarado nos autos acima referidos na qual "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0603512-29.2015.8.04.0001,** em que são **Apelantes: Capital Rossi Empreendimentos S/A, Aretusa Empreendimentos Imobiliários Ltda., Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB: A598/AM - 128.341/SP). **Apelada: Dezézia Núbia Alves de Oliveira.** (Advogado: Dr. Leonardo Alvarenga Viana OAB: 6.956/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 237,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0007940-04.2018.8.04.0000,** em que é **Embargante: Enipeu Empreendimentos Imobiliarios Ltda.** (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB: 598A/AM - 128.341/SP). **Embargada: Christianne Di Felicio Ferreira da Silva.** (Advogada: Dra. Christianne Di Felício F. da Silva OAB: 3.631/AM). **Ficam as partes intimadas do DESPACHO de fl. 33,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Manifestem-se as partes no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias quanto à tese fixada em Recurso Repetitivo, no julgamento dos Recursos Especiais nº 1.635.428, 1.498.484, 1.614.721 e 1.631.485, pelo Superior Tribunal de Justiça. À Secretaria para providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 04 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0005629-06.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Ana Mary Rebouças Albuquerque**, advogado, Dr. Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM) e como **Agravado, Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogados, Drs. Andrade Gc Advogados (5797/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o Agravado para que, em quinze dias, apresente suas contrarrazões, nos termos do §2.º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil. Manaus, 3 de setembro de 2019. Cláudio Roessing- Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005688-91.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Construtora Capital S/A**, advogado, Andrade GC Advogados (57/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM), Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) e como **Embargado, Jonny Cleuter Simões Mendonça e Julieta Simões Mendonça**, advogado, Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM). **Despacho:** "(...) Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se. Manaus, 3 de setembro de 2019. Cláudio Roessing -Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005707-97.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargantes, Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda e SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogado, Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e como **Embargado, Grazielle da Costa Pontes**, advogados, Drs. Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM). **Despacho:** "(...) Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se. Manaus, 3 de setembro de 2019. Cláudio Roessing-Relator."ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004023-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Aldemir Silva Frutuoso**, advogado, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0004755-21.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogados,Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e como **Agravado, Marineide Rulim da Silva**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Gustavo Linhares Rodrigues (31361/BA). **DECISÃO: "(...)** Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso epigrafado, no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 2 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0004301-41.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Êmina Maria Gil Schaeken Rosseti**, advogados, Drs. Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM), Lucas Alberto de Alencar Brandão (12555/AM) e Luciano Araújo Tavares (12512/AM) e como **Agravado, Auto Viação Vitória Régia Ltda**, advogado, Dr. Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM). **DECISÃO: "(...)** Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso epigrafado, no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 2 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PT. " ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0005644-72.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Intelig Telecomunicacoes LTDA**, advogados, Drs. Ana Carolina Sarmento Meneses (37623/PE), Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE), Elize Torres dos Santos (29909/PE) e Leonardo Montenegro Concetino (32786/PE) e como **Agravado, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**, advogado, Kleyson Nascimento Barroso (6879/AM). **DECISÃO: "(...)** Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso epigrafado, no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 2 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4004699-85.2017.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Karine Mangueira Pimenta, advogados: Filipe de Freitas Nascimento (OAB: 6445/AM) e Marcello Henrique Garcia Lima (OAB: 10461/AM). Agravado: Home Comércio de Vidros Ltda - Me, advogado: Simone de Lima Farias do Nascimento (OAB: 378341/SP). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4005665-14.2018.8.04.0000, de 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., advogados: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM), Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM) e Pedro Câmara e Sociedade de Advogados (613/2017AM). Agravado: Manuel Neuzimar Pinheiro Júnior, advogado: Antonio Adalberto Magalhães Martins (OAB: 2792/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0001042-89.2016.8.04.3800, de 1ª Vara de Coari. Apelante: Municipio de Coari/am, Procuradores: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM) e Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (OAB: 12782/AM). Apelado: Mister Santos de Melo, advogados: Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM) e Luiz Otavio de Vercosa Cha (OAB: 148931/RJ).

Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0004000-74.2014.8.04.7500, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefé / Prefeitura Municipal, advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). Apelada: Evanilde Oleriano de Lima, advogados: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM) e Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0052931-24.2002.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A., advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). Apelado: Adauri Sulivan dos Prazeres Matos. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0207483-53.2016.8.04.0001, de 2ª Vara de Família. Apelante: L. F. dos A. P., Defensor: Christianne Gonzalez Leite (OAB: 160/RR) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelada: V. V. dos A. P. Representa: F. L. das N. P. F., Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0211875-12.2011.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas, Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Apelante: 78.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público. Apelado: Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho, Procurador: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Apelado: Lindomar Gonçalves de Vasconcelos, advogados: Alan Johnny Feitosa da Fonseca, Juvenal Severino Botelho (OAB: 5044/AM) e Geraldo Albuquerque da Mata (OAB: 1394/AM). Apelado: Rômulo Porto Barbosa Vasconcelos de Azevedo, advogado: Ingo Dieter Pietzsch (OAB: 6337/AM). Apelado: José Carlos Pereira de Freitas, advogados: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM), Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM) e Carlos Henrique Soares Santos (OAB: 10996/AM). Apelado: Augusto Cesar Silva de Menezes, advogados: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM), Antonio Acacio do Nascimento Neto (OAB: 10383/AM), Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM), Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM) e Frederico Gustavo Távora (OAB: 6462/AM). Apelado: Wirley José dos Santos Abdala, advogados: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM), Antonio Acacio do Nascimento Neto (OAB: 10383/AM) e Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM). Apelado: Hellyton Levy Carvalho de Sá. Apelado: Hiltomar Jaime Régis, advogados: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM), Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM) e Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0231971-19.2009.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Editora Ana Cassia LTDA., advogado: Braulio Ghidalevich (OAB: 2248/AM) e João Paulo Bezerra de Freitas (OAB: 12201/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procuradora: Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB: 2334/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0602802-38.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: A. P. M. Adão Netto-ME - Maximus Bureau e Desing, advogada: Marcilinha Santana de Oliveira (OAB: 4964/AM). Apelado: Gráfica Grafitel, advogados: Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB: 5701/AM) e Cristiano Teixeira Cavalcante (OAB: 8293/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0607724-93.2015.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: CAA - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda -EPP., advogados: Eduardo Bonates Lima (OAB: 5076/AM), Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB: 5035/AM) e Mendelsson Costa Duarte (OAB: 8319/AM). Apelante/Apelado: Raymundo Lucimar Marques Pinheiro (Tabelião do Cartório do 3° Ofício de Notas de Manaus), advogados: Caroline Guimarães do Valle (OAB: 6412/AM) e Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB: 2859/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0608504-33.2015.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A., advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) e Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM). Apelada: Vânia Maria Lima da Silva, advogados: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) e Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0615577-22.2016.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Direcional Engenharia Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM). Apelante: Direcional Engenharia S/A., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM). Apelado: Sociedade de Investimento Mvc Ltda., advogados: Emanuelly Souza de Almeida (OAB: 10527/AM), Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM) e Auton F. Furtado Maia. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0621885-45.2014.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Judimira Rodrigues Carvalho, Defensor: Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB: 127956/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: Oswaldo Fernandes da Silva Neto. Apelado: José Afrânio Killer Amaral de Souza, advogadas: Fabíola da Silva Guimarães (OAB: 8422/AM) e advogada: Julie Cintra Levinthal (OAB: 8180/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0622043-66.2015.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Município de Manaus, Procuradora: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM). Apelante: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans, Procuradores: Júlio César Lima (OAB: 6182/AM) e Arianne Soares Chagas (OAB: 9564/AM). Apelado: Arlley Barbosa de Souza, advogado: Antonio Nunes Colares Neto (OAB: 10728/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0624229-62.2015.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Universidade Anhanguera - Uniderp, advogadas: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) e Ana Carolina Remigio de Oliveira (OAB: 86844/MG). Apelada: Célia Araújo Gadelha, advogada: Andréia Sabino Correia (OAB: 7074/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0624641-22.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Romulo Valente Cavalcante, advogados: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) e Felipe Chads Azeredo (OAB: 13559/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0629711-54.2016.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Alessandra Margatho, advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM). Apelante: Ana Eliza Marques Bandeira de Melo. Apelante: Sephora Andrade Geber. Apelante: Narjara da Silva Praxedes. Apelante: Bianca de Alencar Mourão. Apelante: Ernandes Amorim de Melo, advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM). Apelado: Condominio Grand Prix Residence Club, advogados: Antonio Fabio B. de Mendonça (OAB: 2275/AM) e Adriana Lo Presti Mendonça (OAB: 3139/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0632218-56.2014.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ranur Agência de Carga e Transporte Ltda, advogada: Solange Maria Crystal (OAB: 104754/SP). Apelado: Argo Seguros Brasil S. A., advogados: Márcio Roberto Gotas Moreira (OAB: 178051/SP), Isabela Ribeiro Alves (OAB: 5270/AM), Luiz Cesar Lima da SIlva (OAB: 147987/SP) e Paulo Henrique Cremoneze Pacheco (OAB: 131561/SP). Apelado: Tampa Cargo S/A. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0661352-89.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A., advogados: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP), advogados: Eduardo Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) e Carlos Henrique dos Santos Liquori Filho (OAB: 141040/RJ). Apelado: MAC Empreendimento Imobiliários Ltda., advogados: Patricia Schoeps da Silva (OAB: 256753/SP), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM) e César Augusto Gomes Monteiro (OAB: 9696/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 4 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da Egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos:

Conclusão de Acórdãos

1) Processo: 0022687-78.2003.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Walterley Lima da Costa. Advogado: Dr. José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB: 3607/AM). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DE HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DAS MATÉRIAS DE DEFESA - FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. PRELIMINAR REJEITADA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO PRO SOCIETATE. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. NÃO COMPROVADA. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. A sentença de pronúncia não constitui um juízo de certeza acerca dos fatos, mas mera admissibilidade da acusação fundada em suspeita, exigindo-se, para tanto, apenas o convencimento do magistrado quanto à existência do crime e de indícios de que o réu seja seu autor, segundo determina o art. 413 do CPP.II. As dúvidas existentes acerca do crime devem ser resolvidas pro societate, para que não seja violado o comando constitucional de submissão do julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, Juiz natural dos crimes dolosos contra a vida.III - A excludente da legítima defesa, nos moldes do artigo 411 do CPP, só tem lugar quando o elemento de culpabilidade desponte nítido, claro de modo irretorquível, da prova dos autos.IV - As qualificadoras, na fase de pronúncia, só podem ser excluídas quando manifestamente improcedentes, sem qualquer apoio no acervo probatório. V - Recurso Conhecido e Improvido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito processo n.º 022687-78.2003.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o graduado órgão ministerial, por unanimidade de votos, conhecer do recurso em Sentido Estrito e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator que passa a ser parte integrante do julgado.". Sessão: 02 de setembro de 2019.

2) Processo: 0237516-89.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Alex Alves da Rocha. Advogado: Dr. Luiz Henrique Cauper Pereira (OAB: 12669/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL – PRELIMINAR DE NULIDADE – RECONHECIMENTO DO ACUSADO POR FOTOGRAFIA – ART. 226 CPP – MERA RECOMENDAÇÃO DESPROVIDA DE OBRIGATORIEDADE – ATO VÁLIDO AINDA QUE EM DESACORDO COM A FORMA PREVISTA EM LEI – MÉRITO – ROUBO MAJORADO – CONTRADIÇÃO ENTRE OS DEPOIMENTOS DA VÍTIMA E TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO – DÚVIDA ACERCA DA AUTORIA DELITIVA – PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO - ABSOLVIÇÃO – RECURSO PROVIDO. 1. É firme na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que a inobservância das formalidades legais para o reconhecimento do acusado, elencadas no art. 226 do CPP, seja pessoal ou fotográfico, não enseja nulidade, por não se tratar de exigência, mas mera recomendação, razão pela qual o ato é válido quando

realizado em forma diversa daquela prevista em lei.1. É firme na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que a inobservância das formalidades legais para o reconhecimento do acusado, elencadas no art. 226 do CPP, seja pessoal ou fotográfico, não enseja nulidade, por não se tratar de exigência, mas mera recomendação, razão pela qual o ato é válido quando realizado em forma diversa daquela prevista em lei.2. A declaração firme feita pela testemunha de acusação, acabou sendo contraditada pela própria declaração da vítima, em que afirmou categoricamente, por mais de uma vez em seu depoimento em juízo, que o apelante não fora o autor da empreitada criminosa, emergindo, portanto, incertezas quanto à responsabilidade criminal. 3. Da avaliação das provas que instruem os autos, exsurgem dúvidas relevantes da autoria do delito atribuído ao apelante, não havendo elementos seguros e convincentes que autorizem um decreto condenatório, razão pela qual, forçosa a aplicação do princípio in dubio pro reo, o que tem como consequência lógica a absolvição por ausência de provas, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 4. Recurso conhecido e provido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º , em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 02 de setembro de 2019.

3) Processo: 0645606-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Wanderlan Gomes Barbosa. Advogado: Dr. Tarcisio Neves de Souza (OAB: 13946/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE ENTORPECENTES – CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4.º, DA LEI 11.343/06 – NÃO INCIDÊNCIA – DEDICAÇÃO DO RÉU ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS – AÇÕES PENAIS EM CURSO – POSSIBILIDADE – NATUREZA E QUANTIDADE DAS SUBSTÂNCIAS APREENDIDAS – INDICATIVO DE HABITUALIDADE – PRECEDENTES – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Consoante reiterada jurisprudência do STJ, inquéritos e ações penais em curso podem ser valorados para fins de afastamento da redutora do art. 33, § 4.º da Lei 11.343/06, quando possibilitarem a conclusão de que o agente participa ou se dedica às atividades criminosas.1. Consoante reiterada jurisprudência do STJ, inquéritos e ações penais em curso podem ser valorados para fins de afastamento da redutora do art. 33, § 4.º da Lei 11.343/06, quando possibilitarem a conclusão de que o agente participa ou se dedica às atividades criminosas.2. Do mesmo modo, consagrou-se nos Tribunais Superiores o entendimento segundo o qual a natureza e a quantidade dos entorpecentes, a depender das peculiaridades do caso concreto, constituem elementos indicativos de dedicação em atividades criminosas, afastando, por via de consequência, a possibilidade de aplicação da causa de diminuição de pena da Lei de Tóxicos.3. In casu, o apelante mantinha em depósito em sua casa (fls. 90-91) expressiva quantidade de cocaína (689 gramas), tanto na sua forma pura como em pasta-base, as quais estavam acondicionadas em 6 (seis) embalagens plásticas (fls. 113-114), além de uma balança de precisão e da importância de R$ 110,00 (cento e dez) reais em espécie (fls. 108-109). Ademais, o apelante responde a outros processos criminais, justamente por envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes, demonstrando sua contumácia e eleição da prática criminal como meio de vida. Tais elementos, aliados ao contexto em que se deu o flagrante, denotam que o apelante efetivamente se dedicava às atividades criminosas, não preenchendo, pois, os requisitos para a aplicação da redutora da Lei de Drogas.4. Apelação Criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0645606-21.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Mastewener Abreu Nery
Secretário da 1.ª Câmara Criminal

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0217469-31.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: André da Silva Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0217469-31.2016.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante André da Silva Costa e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante André da Silva Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. Mauro Verçoza Ferreira, (OAB/AM nº 9.079), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Igor Starling Peixoto - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0256342-71.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Sérgio da Silva Júnior - Apelado: Osvaldo Santos Costa Neto - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0256342-71.2014.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Apelado Osvaldo Santos Costa Neto, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado Osvaldo Santos Costa Neto, na pessoa de seu Advogada Dra. Valéria Ferreira Rabello, (OAB/AM nº 6287), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Laiane Tammy Abati (OAB: 172066/SP) - Valéria Ferreira Rabello (OAB: 6287/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0623603-04.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Carmelino Vicente Gomes Freire - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0623603-04.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante C. V. G. F. e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas , usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante C. V. G. F, na pessoa de seu Advogado Dr. Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes, (OAB/AM nº 13392), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4

de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB: 13392/AM) - Rodrigo Miranda Leão Júnior - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0658215-02.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Najla Ferreira Pontes - Apelante: Daiane Seixas dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0658215-02.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Najla Ferreira Pontes e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADA a Apelante Najla Ferreira Pontes, para constituir novo causídico, para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Daniel Lourenço (OAB: 3192/AM) - Eduardo de Souza Rodrigues (OAB: 5559/AM) - Kepler Antony Neto (OAB: 6027/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003692-87.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Canutama - Impetrante: Hebert Shiniti Takano - Paciente: Amaury Pantoja Paes - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Canutama/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003692-87.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Canutama/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Hebert Shiniti Takano OAB 10717/AM, Paciente Amaury Pantoja Paes e Impetrado Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Canutama/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Amaury Pantoja Paes, na pessoa de seu Advogado Dr. Hebert Shiniti Takano, (OAB/AM nº 10717), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, indefiro, in limine, a presente ordem de Habeas Corpus impetrada em favor de Amaury Pantoja Paes, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos I e IV, do Novo Código de Processo Civil, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º, do Código de Processo Penal “. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Hebert Shiniti Takano (OAB: 10717/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004266-13.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tapauá - Impetrante: Dorgival Sabino da Araújo - Paciente: Jonatha Lima dos Santos - Impetrado: Juizo da Vara Única da Comarca de Tapaua-am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004266-13.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Tapauá/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Dorgival Sabino da Araújo OAB 12971/AM, Paciente Jonatha Lima dos Santos e Impetrado Juizo da Vara Única da Comarca de Tapaua-am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Jonatha Lima dos Santos, na pessoa de seu Advogado Dr. Dorgival Sabino de Araújo, (OAB/AM nº 12971), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, indefiro, in limine, a presente ordem de Habeas Corpus, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos I e IV, do Novo Código de Processo Civil, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º, do Código de Processo Penal “. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Dorgival Sabino de Araujo (OAB: 12971/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004307-77.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Lourenço Filho - Paciente: Mikaella Samara Bastos Dolzane - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004307-77.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Lourenço Filho OAB 6916/AM, Paciente Mikaella Sâmara Bastos Dolzane e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO a Paciente Mikaella Sâmara Bastos Dolzane , na pessoa de seu Advogado Dr. Lourenço Filho (OAB 6916/AM) , para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.”. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 4 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Lourenço Filho (OAB: 6916/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) e Sonia Barbosa Abensur (10318/AM) - Processo 0000015-23.2013.8.04.2201 - Apelação Criminal - Furto - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : Sonia Barbosa Abensur - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Campos - Processo 0205036-63.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : Alef Carvalho Soares - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Suyanne Soares Loiola (9050/AM) e Mário Ypiranga Monteiro Neto (2814/AM) - Processo 0209154-19.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Weiber Lopes da Cunha - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez (10121/AM) e Adriano Alecrim Marinho - Processo 0600041-40.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Denegação - Apelante : J. M. de O. S. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e George Pestana Vieira - Processo 0602699-37.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Regime Inicial - Apelante : J. R. de A. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0606529-34.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Edilson Gomes da Silva - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Priscila Ferreira de Lima (9477/RN) e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0609235-87.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Quesitos - Agravante : Elias Marcílio de Souza - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Hilton Serra Viana - Processo 0644702-64.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Livramento Condicional - Agravante : Jefferson Wellington da Silva Bringel - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Eldileia Sena de Oliveira (12339/AM) e Franciane Monteiro Cavalcante (6934/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003388-88.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Roubo Majorado - Impetrante : Franciane Monteiro Cavalcante
Impetrante : Eldileia Sena de Oliveira
Paciente : Leovardo Alexandre de Souza Frota - Impetrado : Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 4 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Flavia Lopes de Oliveira (4382/AM) e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0005580-62.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Roubo Majorado - Embargante : Dayanna Mendonça de Oliveira - Embargado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: André Ricardo Antonovicz Munhoz (3/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Christianne Corrêa - Processo 0608602-76.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Pena de Multa - Agravante : Isac Gady Vasques Tamani - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 4 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0000175-18.2017.8.04.2101 - Apelação Criminal, Vara Única de Anori/AM. Apelante: Marconde de Souza Pessoa. Advogado: Dra. Zenaide de Oliveira Brandão (OAB: 13164/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/ Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ARTIGO 157, § 2º, II DO CÓDIGO PENAL E ART. 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PLEITO ABSOLUTÓRIO. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE CONCURSO FORMAL ENTRE OS CRIMES DE ROUBO E CORRUPÇÃO DE MENORES. POSSIBILIDADE. MUDANÇA DE REGIME FECHADO PARA SEMIABERTO. CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. O crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B da Lei 8.069/90, é de natureza formal, sendo irrelevante a comprovação da efetiva corrupção da criança ou adolescente, uma vez que a norma legal busca proteger todos os menores, corrompidos ou não, dos dissabores que a incursão e a permanência na seara criminal ocasionam.II. O concurso formal de crime é caracterizado, nos termos do art. 70 do Código Penal Brasileiro, quando o agente mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.III. In casu, merece provimento a súplica do recorrente, pois infere-se da detida leitura dos autos que o crime de roubo fora praticado concomitantemente com o delito de corrupção de menores, verificando-se uma só ação para a prática de dois crimesIV. Recurso conhecido e parcialmente provido. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação Criminal nº 0000175-18.2017.8.04.2101, ACORDAM os Excelentíssimo Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Ministério Público, conhecer do recurso e dar parcial provimento nos termos do voto do Relator. PUBLIQUE-SE.".

2) Processo: 0004981-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Embargante: J. C. da S. Defensor Público Daniel Britto Freire Araujo. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO. NÃO CARACTERIZADA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. À luz do que dispõe o art. 619 do Código Processual Penal, poderão ser opostos Embargos de Declaração aos Acórdãos proferidos por Tribunal, quando neles houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.2. Nessa linha de intelecção, a não demonstração da ocorrência de tais vícios – cujo ônus pertence à Parte que os alega –, implica na rejeição do Recurso, na medida em que este não pode ser utilizado com o propósito de obter um novo julgamento da causa. 3. A par do que emerge das Razões Recursais, e, após análise minuciosa de cada argumento apresentado, é bem de se ver que os presentes Aclaratórios almejam nova manifestação desta colenda Câmara Criminal de questões já discutidas e decididas no Acórdão recorrido e, como é cediço, em sede de Embargos de Declaração, não é possível a rediscussão de matéria que restou, exaustivamente, analisada e decidida, buscando modificá-la em sua essência ou substância.4. Indene de dúvidas que o presente recurso é decorrência do mero inconformismo da Parte, haja vista que o Embargante visa, com o presente apelo, a rediscussão do mérito recursal, o que é incabível no atual momento processual.5. Não configurados vícios previstos na norma de regência, impõe-

se a rejeição dos Aclaratórios.6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Embargos de Declaração em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, REJEITAR os presentes Aclaratórios, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

3) Processo: 0004983-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Embargante: N. S. V. Defensor Público Daniel Britto Freire Araujo. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO. NÃO CARACTERIZADA. RECURSO INADEQUADO PARA REDISCUTIR MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA PELO DECISUM EMBARGADO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. À luz do que instrui o art. 620 do Código de Processo Penal, os Embargos de Declaração devem indicar pontos ambíguos, obscuros, contraditórios ou omissos.2. No caso sub examine, o Embargante pretende a rediscussão da matéria decidida no julgamento da Apelação Criminal n.º 0202965-26.2017.8.04.0020, sustentando a existência de omissão no Acórdão embargado, por considerar que não restou demonstrado o efetivo prejuízo sofrido pelo Órgão de Acusação, e que a condução coercitiva da Vítima, prevista no art. 201 do Código de Processo Penal, indica uma discricionariedade dos magistrados e, não, uma obrigação.3. Entretanto, a sua irresignação não merece prosperar, haja vista que não há qualquer omissão no decisum combatido. Em verdade, o Acórdão vergastado se manifestou, expressamente, sobre a demonstração de prejuízo à Acusação, pelo Representante do Ministério Público do Estado do Amazonas, diante do indeferimento do pedido de redesignação do ato processual, que objetivava a oitiva da Vítima, imprescindível para a comprovação da autoria e da materialidade dos delitos previstos no art. 129, § 9.º, e no art. 147, c/c arts. 61, inciso II, alínea "f", e 69, todos do Código Penal, supostamente, praticados pelo Acusado.4. Nada obstante, abordou, de forma efetiva, sobre a possibilidade de condução coercitiva da Vítima à presença da Autoridade Judicial, consoante o art. 201, § 1.º, da Lei Adjetiva Penal, na hipótese de deixar de comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento, sem justo motivo, tendo em vista a importância do seu depoimento para a busca da verdade real e que ninguém pode se eximir de colaborar com o Poder Judiciário.5. Dessa maneira, resta evidenciado que o presente Recurso é decorrência do mero inconformismo da parte e veicula pretensão de nova manifestação deste Órgão Julgador, a respeito de questões já discutidas e decididas no Acórdão embargado, o que é incabível no atual momento processual.6. Não configurados os vícios previstos na norma de regência, impõe-se a rejeição dos Aclaratórios.7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração em Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, REJEITAR OS PRESENTES ACLARATÓRIOS, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

4) Processo: 0005244-58.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, Vara Única de Envira/AM. Embargante: Deusimar Bernardo da Costa. Defensora Pública Flavia Lopes de Oliveira. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO. NÃO CARACTERIZADA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. À luz do que dispõe o art. 619 do Código Processual Penal, poderão ser opostos Embargos de Declaração aos Acórdãos proferidos por Tribunal, quando neles houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.2. Nessa linha de intelecção, a não demonstração da ocorrência de tais vícios – cujo ônus pertence a Parte que os alega –, implica na rejeição do Recurso, na medida em que este não pode ser utilizado com o propósito de obter um novo julgamento da causa.3. A par do que emerge das Razões Recursais, e, após análise minuciosa de cada argumento apresentado, é bem de se ver que os presentes Aclaratórios almejam nova manifestação desta colenda Câmara Criminal de questões já discutidas e decididas no Acórdão vergastado e, como é cediço, em sede de Embargos de Declaração, não é possível a rediscussão de matéria que restou, exaustivamente, analisada e decidida, buscando modificá-la em sua essência ou substância.4. Indene de dúvidas que o presente Recurso é decorrência do mero inconformismo da parte, haja vista que o Embargante visa, com o presente apelo, a rediscussão do mérito recursal, o que é incabível no atual momento processual.5. Não configurados vícios previstos na norma de regência, impõe-se a rejeição dos Aclaratórios.6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Embargos de Declaração em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, REJEITAR os presentes Aclaratórios, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

5) Processo: 0205117-81.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: P. D. L. F. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE LESÃO CORPORAL E DE AMEAÇA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. ALCANCE PROBATÓRIO. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. INAPLICÁVEL. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE. DOSIMETRIA REGULARMENTE APLICADA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A materialidade e a autoria delitiva dos crimes de Lesão Corporal e Ameaça encontram-se devidamente comprovadas nos Autos, em especial, pelo depoimento da Vítima e pelo Laudo de Exame de Corpo de Delito.2. Ademais, nos crimes de violência doméstica, a palavra da Vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado. Precedentes.3. Outrossim, o crime de Ameaça é delito de forma livre, podendo ser praticado por meio de palavras, gestos, por escrito, por telefone, de forma direta ou indireta, explícita ou implícita e, ainda, condicional, desde que a intimidação seja apta a causar temor na Vítima. Além disso, é crime formal e se consuma no instante em que proferida, desde que se mostre idônea a atemorizar a vítima.4. Nesse entrecho, a ação do Acusado, de proferir-lhe socos e, em seguida, ameaçá-la de morte, ambos evidenciados pelo conjunto fático-probatório dos autos, não permite que se dê azo à absolvição.5. Não se pode ignorar que, com a Lei Maria da Penha, buscou-se oferecer uma maior proteção à Mulher, aplicando-se penalidades mais severas para qualquer grau de violência doméstica da qual ela for Vítima, não sendo possível considerá-la irrelevante, pois o bem jurídico tutelado é a dignidade da pessoa humana, que não pode ser relativizado por se tratar de direito constitucionalmente protegido.6. No mais, o farto conjunto probatório não dá azo ao reconhecimento do Princípio in dubio pro reo, em razão das provas, inequívocas, quanto à autoria e materialidade do crime.7. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao Recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

6) Processo: 0219524-86.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Allison Marcio Palheta Pires. Defensor Público Ulysses Silva Falcão. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DE POLICIAL. LAUDOS DEFINITIVOS DE EXAME EM SUBSTÂNCIA. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA, RELATIVA AO TRÁFICO PRIVILEGIADO, PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA LEI DE TÓXICOS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANTENÇA DO DECISUM. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A autoria e a materialidade da infração penal atribuída ao Apelante, qual seja, Tráfico Ilícito de Entorpecentes, encontram-se devidamente consubstanciadas no conjunto fático-probatório existente nos Autos.2. Nesse contexto, a materialidade encontra amparo no Laudo Preliminar de Constatação, bem como, no Laudo de Perícia Criminal Federal, os quais atestaram que o material entorpecente apreendido tratava-se de: 72,01 g (setenta e duas gramas e um centigrama) de cocaína e 3,76 g (três gramas e setenta e seis centigramas) de maconha, acondicionada em 78 (setenta e oito) trouxinhas.3. A autoria, por sua vez, restou comprovada pelas declarações das Testemunhas de Acusação, os policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante do Apelante, prestadas perante as Autoridades, tanto na fase inquisitiva, quanto na judicial.4. Como é de sabença, no desempenho da função pública, as declarações dos policiais são dotadas de credibilidade e confiabilidade, sendo, portanto, idôneos para embasar um decreto condenatório, principalmente, ao se harmonizarem com as demais provas acostadas no caderno processual.5. A reprimenda atribuída ao, ora, Apelante foi fixada em quantum necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime praticado, em harmonia com o art. 59 do Código Penal, respeitando-se o critério trifásico, estabelecido pelo art. 68 da Lei Substantiva Penal, havendo sido, adequadamente, analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias agravantes e atenuantes; e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena.6. Com efeito, a causa de diminuição da reprimenda, relativa ao tráfico privilegiado, insculpida no § 4.º, do art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, possui o condão de minorar a reprimenda de 1/6 (um sexo) a 2/3 (dois terços), desde que o Agente seja primário, possua bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, tampouco, integre organização criminosa.7. In casu, verificou-se que o Acusado, ora, Apelante possui duas condenações definitivas, nas Ações Penais de n.º 0236167-46.2011.8.04.0001 e n.º 0210397-32.2012.8.04.0001, ambas, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, com trânsito em julgado, em 23 de novembro de 2011 e 17 de dezembro de 2012, respectivamente.8. Por fim, inexiste bis in idem nos casos em que se utiliza os maus antecedentes para exasperar a pena-base, na primeira fase da dosimetria, bem como, para afastar a aplicação da causa de diminuição da pena, relativa ao tráfico privilegiado, na terceira e derradeira fase da dosimetria. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.9. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

7) Processo: 0237900-86.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara Criminal. Apelante: Luís Fernando de Oliveira dos Santos. Advogado: Dr. Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB: 8038/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PROVAS INQUISITORIAIS CORROBORADAS EM JUÍZO. CORRUPÇÃO DE MENORES. CRIME FORMAL. ENTENDIMENTO SUMULADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. 1. Os argumentos esmiuçados no decorrer da instrução criminal e nesta via recursal, são suficientes para conduzir o Apelante à condenação, haja vista que se assentam, satisfatoriamente, em provas colhidas na fase inquisitiva e confirmadas em Juízo, sob o crivo dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.2. In casu, o Recorrente manifesta irresignação com a condenação pelo delito de Corrupção de Menores, haja vista entender que não há provas que indicam a suposta corrupção do adolescente.3. Contudo, a classificação do crime de Corrupção de Menores, previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, é de delito formal, ou seja, consuma-se sem a demonstração de que o menor foi, efetivamente, corrompido, no momento dos fatos imputados, bastando, para a sua ocorrência, a indicação da presença do menor, na companhia do Acusado, no instante da prática do delito, para a sua configuração. Corroborando a referida alegação, foi editada a Súmula n.º 500 do colendo Superior Tribunal de Justiça.4. Assim, havendo sido comprovado que o Apelante agiu, em conluio com menor de idade, para a prática do delito de Roubo Majorado, exsurge cristalina a consumação do crime de Corrupção de Menores.5. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

8) Processo: 0307196-50.2006.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Charles Moraes Lima. Defensora Pública Ellen Cristine Alves de Melo. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO SIMPLES. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL PELA INSTÂNCIA AD QUEM. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSÁRIA REDUÇÃO DA PENA-BASE. SEGUNDA FASE. IMPRATICÁVEL A REDUÇÃO DA PENA, ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, EM RAZÃO DA INCIDÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. INTELECÇÃO DA SÚMULA N.º 231 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES. REPRIMENDA MANTIDA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA.1. No que tange à dosimetria de pena, nota-se que, na primeira fase do balizamento dosimétrico, o MM. Magistrado a quo, apesar de afirmar que a reprimenda seria elevada em razão da "intensidade do dolo, as consequências do ilícito, o modo como o crime foi praticado e as circunstâncias da infração", afastou a pena basilar do mínimo legal em virtude, tão somente, das consequências do delito.2. Nesse espeque, apesar do equívoco presente no édito condenatório, é possível que, nesta instância ad quem, seja feita a correção de tal erro material. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, retifica-se a sentença recorrida, no sentido de justificar a exasperação da pena-base em virtude, tão somente, da avaliação negativa da circunstância judicial das consequências do crime.3. No que se refere à dosimetria da pena, com relação à fundamentação para considerar as consequências do crime, como circunstância judicial negativa, verifica-se que a sentença recorrida merece reforma, porquanto o fato de o Apelante haver ceifado uma vida é consequência ínsita ao crime de Homicídio, não sendo,

portanto, justificativa apta para elevar a pena basilar do Réu, devendo, portanto, a pena-base ser reduzida, restando a pena-base no mínimo legal de 06 (seis) anos de reclusão.4. Na segunda fase, deixa-se, nesta instância ad quem, de atenuar a reprimenda, em virtude da atenuante da confissão, prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal, por já haver se fixado a pena-base no mínimo legal de 06 (seis) anos de reclusão, em respeito ao mandamento insculpido na Súmula n.º 231 do colendo Superior Tribunal de Justiça.5. Não merece prosperar a irresignação do Recorrente, no sentido de fixar a pena intermediária aquém do mínimo legal, dada a presença da circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal. Isso porque, consoante o teor da Súmula n.º 231 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".6. Além disso, considerar que o Magistrado poderia reduzir o quantum condenatório abaixo do mínimo legal, significa dizer, a contrario sensu, que a reprimenda, também, poderia ser elevada a patamar acima do máximo previsto para o tipo, em patente afronta ao princípio da segurança jurídica e da individualização da pena. Precedentes desta colenda Primeira Câmara Criminal.7. Na terceira fase, observa-se que o MM. Magistrado a quo, fez a detração do tempo em que o Réu esteve preso, preventivamente, a saber, 03 (três) meses e 10 (dez) dias. Porém, considerou esse lapso, não só, para definir o regime inicial de cumprimento de pena, mas, também, para determinar que a pena do Apelante seria reduzida, em razão do desconto de tal período, o que resultou em uma pena definitiva menor do que aquela estabelecida na terceira fase da dosimetria.8. Nesse trilhar, impende salientar que, em verdade, a detração foi feita de forma equivocada, uma vez que a respeitável sentença recorrida não poderia, após a terceira fase da dosimetria, haver detraído o tempo que o Réu esteve preso, provisoriamente, para determinar do quantum condenatório definitivo a ser cumprido, na medida que a função da detração penal, quando da prolação da sentença, é de verificar a possibilidade de regime inicial de cumprimento de pena mais brando, e, não, alterar a fixação da pena, concreta e definitiva, do Apenado.9. Em que pese a discordância do entendimento exarado pelo MM. Magistrado a quo, em respeito ao princípio non reformatio in pejus, entende-se que a referida redução deve ser aplicada. Assim, uma vez que a nova reprimenda do Réu, na terceira fase da dosimetria, será a de 06 (seis) anos de reclusão, ao descontar o tempo de prisão preventiva – 03 (três) meses e 10 (dez) dias – a pena definitiva do Apelante permanecerá em 05 (cinco) anos, 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusão.10. Apelação Criminal CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E DARLHE, PARCIAL, PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito''.

9) Processo: 0601805-31.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: G. R. Defensor Público Diego Luiz Castro Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE AMEAÇA, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS. CONDUTA TÍPICA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. ALCANCE PROBATÓRIO. DELITO DE FORMA LIVRE. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. INAPLICÁVEL. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE. DOSIMETRIA REGULARMENTE APLICADA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A materialidade e a autoria delitiva do crime de Ameaça (art. 147 do Código Penal), encontram-se devidamente comprovadas nos Autos, em especial, pelo Registro de Ocorrência Policial, pelo depoimento da Vítima e pela própria declaração do Acusado ao confirmar a discussão acalorada, ambos em Juízo, sob o crivo do contraditório.2. Ademais, nos crimes de violência doméstica, a palavra da Vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado. Precedentes.3. Outrossim, o crime de Ameaça é delito de forma livre, podendo ser praticado por meio de palavras, gestos, por escrito, por telefone, de forma direta ou indireta, explícita ou implícita e, ainda, condicional, desde que a intimidação seja apta a causar temor na Vítima. Além disso, é crime formal e se consuma no instante em que proferida, desde que se mostre idônea a atemorizar a vítima.4. Nesse entrecho, a ação do Acusado, ameaçando a Vítima com um terçado, instrumentalizando-o como arma branca, evidencia o propósito de causar temor ou inquietação, sendo suficiente para caracterizar o crime de Ameaça, não havendo, assim, que se falar em absolvição pela atipicidade da conduta.5. Não se pode ignorar que, com a Lei Maria da Penha, buscou-se oferecer uma maior proteção à Mulher, aplicando-se penalidades mais severas para qualquer grau de violência doméstica da qual ela for Vítima, não sendo possível considerá-la irrelevante, pois o bem jurídico tutelado é a dignidade da pessoa humana, que não pode ser relativizado por se tratar de direito constitucionalmente protegido.6. No mais, o farto conjunto probatório não dá azo ao reconhecimento do Princípio in dubio pro reo, em razão das provas, inequívocas, quanto à autoria e materialidade do crime.7. Por fim, a reprimenda do Réu foi fixada em quantum necessário e suficiente para a reprovação e prevenção dos crimes praticados, em harmonia com o art. 59 do Código Penal, bem como, em respeito ao critério trifásico, estabelecido pelo art. 68 da Lei Substantiva Penal, havendo sido, adequadamente, analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias atenuantes e agravantes; e as causas diminuição e de aumento de pena. 8. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao Recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

10) Processo: 0604810-17.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: M. A. S. G. Defensora Pública Monique Cruz Castellani. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBOS MAJORADOS PELO CONCURSO DE PESSOAS. CONCURSO FORMAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA. DESCABIMENTO. CRIME QUE SE CONSUMA COM A MERA INVERSÃO DA POSSE. TEORIA DA AMOTIO/APPREHENSIO. SÚMULA N.º 582 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. ATIPICIDADE POR ERRO DE TIPO. DESCONHECIMENTO DA IDADE DO ADOLESCENTE. MERAS ALEGAÇÕES ISOLADAS DO RÉU. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. RECONHECIMENTO DE CONCURSO FORMAL ÚNICO. CONSEQUENTE REDIMENSIONAMENTO DA PENA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. DE OFÍCIO, RECONHECIDO UM ÚNICO CONCURSO FORMAL DE CRIMES, REDIMENSIONANDO-SE A REPRIMENDA FIXADA.1. In casu, a autoria e a materialidade das infrações penais atribuídas ao Apelante, quais sejam, Roubo Majorado e Corrupção de Menores, encontram-se devidamente consubstanciadas no conjunto fático-probatório existente nos Autos.2. O Apelante intenta a reforma do Decisum recorrido, primeiramente, asseverando que deve ser reconhecida a modalidade tentada do crime de Roubo majorado, em razão do delito não haver sido consumado.3. Contudo, carece de razão o Recorrente, pois, para fins de precisar o momento consumativo do crime de Roubo, adota-se a teoria da amotio/apprehensio. Para esta teoria, haverá consumação quando ocorrer a inversão da posse, na ocasião em que o bem é retirado da esfera de disponibilidade da vítima, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível

a posse mansa e pacífica. Precedente sumulado do colendo Superior Tribunal de Justiça.4. Lado outro, quanto ao segundo pleito aventado pelo Recorrente, relativo à absolvição do crime de Corrupção de Menores, pela incidência do erro de tipo, igualmente não assiste razão ao Réu.5. Caberia à Defesa comprovar que o agente agiu sob erro, sendo irrelevante, para a sua desconstituição, a mera alegação afirmativa do Réu, ou, ao menos, que houvesse no contexto, ou nos elementos extraídos dos autos, substratos suficientes a apontar para a incidência do instituto. Isso porque, conforme dispõe expressamente o art. 156 da Lei Adjetiva Penal, a prova da alegação incumbe a quem a fizer.6. A literalidade do art. 156 não se confunde, e nem confronta, o princípio constitucional do in dubio pro reo. É cediço que o referido princípio deve nortear toda a instrução penal, como norma de tratamento e julgamento. Contudo, a normativa processual exige, tão somente, provas do que se alega, de forma que o órgão julgador não pode desconstituir as demais provas produzidas, sob o crivo do contraditório, apenas em razão da mera alegação, isolada, do Acusado.7. Por fim, quanto à fixação da reprimenda, é sabido que não há como aplicar o concurso formal entre dois crimes de Roubo, sob o sistema da exasperação, e, logo após, aplicar o sistema de cúmulo material, quanto ao delito de Corrupção de Menores, razão pela qual se faz necessária a reforma, ex officio, para que a aplicação da pena se amolde à jurisprudência mais abalizada, a qual reconhece a existência de um único concurso formal de crimes.8. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. DE OFÍCIO, RECONHECIDO UM ÚNICO CONCURSO FORMAL DE CRIMES, REDIMENSIONANDO-SE A REPRIMENDA FIXADA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em parcial consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO E, DE OFÍCIO, RECONHECER UM ÚNICO CONCURSO FORMAL DE CRIMES, REDIMENSIONANDO A REPRIMENDA FIXADA, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

11) Processo: 0606340-56.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Almir Nobre Teles. Defensor Público Andre Ricardo Antonovicz Munhoz. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCIDENTE PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EM RAZÃO DA PERPETRAÇÃO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO DOUTO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA N.º 533 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO DOUTO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. Antes de enfrentar a matéria trazida à baila, é de rigor salientar que a questão relativa à execução penal é abordada por norma infraconstitucional, vale dizer, pela Lei n.º 7.210/1984, e, por via de consequência, deve ser examinada, em última instância, pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade à repartição constitucional de competências.2. A despeito dos fundamentos relativos à ausência de trânsito em julgado, relativo ao novo delito doloso, supostamente, praticado pelo Apenado, a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.336.561/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de falta grave, decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, prescinde de trânsito em julgado de sentença penal condenatória em processo penal instaurado para apuração do fato. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.3. Tal assertiva, inclusive, é abordada pela Súmula n.º 526 do colendo Tribunal da Cidadania: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."4. Noutro giro, à luz dos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984, frisa-se que, quando o Apenado praticar falta disciplinar, dever se-á instaurar procedimento administrativo-disciplinar para a sua apuração, cujo poder disciplinar será exercido pela Autoridade Administrativa, à qual estiver sujeito o sentenciado, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.5. Acerca dessa temática, já definiu a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, que definiu que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.6. Nessa linha de intelecção, preleciona a Súmula n.º 533 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado."7. In casu, considerando que não houve a instauração de processo administrativo, pela Autoridade da Administração Penitenciária, a fim de apurar a falta disciplinar, supostamente, praticada pelo Apenado, em violação aos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984 e ao entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que a decisão vergastada, proferida pelo douto Juízo de Direito da Vara de Execução Penal, deve ser reformada, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo.8. Por derradeiro, uma vez acolhidas as alegações atinentes à inexistência de instauração de procedimento administrativo para averiguar a falta disciplinar, conduzido pela Direção da Unidade Prisional, resta prejudicado o exame do argumento atinente à ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos.9. Agravo em Execução Penal CONHECIDO E PROVIDO. **DECISÃO:** " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão Ministerial, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito''.

12) Processo: 0608925-81.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Reginaldo Muller Neto. Defensora Pública Priscila Ferreira de Lima. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCIDENTE PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EM RAZÃO DA PERPETRAÇÃO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA N.º 533 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. Antes de enfrentar a matéria trazida à baila, é de rigor salientar que a questão relativa à execução penal é abordada por norma infraconstitucional, vale dizer, pela Lei n.º 7.210/1984, e, por via de consequência, deve ser examinada, em última instância, pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade à repartição constitucional de competências.2. De saída, a despeito dos fundamentos relativos à ausência de trânsito em julgado relativo ao novo delito doloso, supostamente, praticado pelo Apenado,

a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.336.561/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde de trânsito em julgado de sentença penal condenatória em processo penal instaurado para apuração do fato. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.3. Tal assertiva, inclusive, é abordada pela Súmula n.º 526 do colendo Tribunal da Cidadania: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."4. Noutro giro, à luz dos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984, frisa-se que, quando o Apenado praticar falta disciplinar, dever-se-á instaurar procedimento administrativo-disciplinar para a sua apuração, cujo poder disciplinar será exercido pela Autoridade Administrativa, à qual estiver sujeito o sentenciado, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.5. Acerca dessa temática, já definiu a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, que definiu que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.6. Nessa linha de intelecção, preleciona a Súmula n.º 533 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado."7. No caso sub examine, considerando que não houve a instauração de processo administrativo, pela Autoridade da Administração Penitenciária, a fim de apurar a falta disciplinar, supostamente, praticada pelo Apenado, em violação aos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984 e ao entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que a decisão vergastada, proferida pelo insigne Juízo de Direito da Vara de Execução Penal, deve ser reformada, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo.8. Por derradeiro, uma vez acolhidas as alegações atinentes à inexistência de instauração de procedimento administrativo para averiguar a falta disciplinar, conduzido pela Direção da Unidade Prisional, resta prejudicado o exame do argumento atinente à ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias, eventualmente, remidos.9. Agravo em Execução Penal CONHECIDO E PROVIDO. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão Ministerial, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito''.

13) Processo: 0627529-61.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Marcos Antônio Souza Silveira. Defensora Pública Monique Cruz Castellani. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO, TENTADO, MEDIANTE ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO PARA A SUBTRAÇÃO DA COISA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DE PENA. RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO DE ERRO MATERIAL NO ÉDITO CONDENATÓRIO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. NECESSIDADE DE REFORMA. FIXAÇÃO DE REGIME MAIS BRANDO. RÉU REINCIDENTE. POSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 269 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA. DE OFÍCIO, CORRIGIDO ERRO MATERIAL NA SENTENÇA.1. In casu, a autoria e a materialidade da infração penal atribuída ao Apelante, qual seja, Furto Qualificado Tentado, mediante rompimento de obstáculo para a subtração da coisa, previsto no art. 155, § 4.º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, encontram-se devidamente consubstanciadas no conjunto fático-probatório existente nos autos, pelo Auto de Exibição e Apreensão; pelo Laudo Pericial; pelas declarações das Testemunhas de Acusação, policiais militares que atuaram no flagrante do Réu, tanto na Delegacia, quanto na fase judicial; pelo depoimento da Vítima, em sede policial, e em sede judicial; e pela confissão do Apelante na instrução processual.2. No tocante à dosimetria da pena, depara-se com erro material de digitação no procedimento dosimétrico, visto que a MM.ª Magistrada sentenciante fixou a pena, concreta e definitivamente em "01 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão". Dessarte, tendo em vista que o colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que deve prevalecer a conclusão lógica extraída da leitura do inteiro teor da manifestação judicial, quando houver conflito entre a intenção do julgador, no exame da contenda, e sua respectiva exteriorização, de ofício, corrige-se o erro material perpetrado na origem, para que a pena, concreta e definitiva, seja considerada como 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão.3. No que tange ao regime inicial de cumprimento da pena, como é cediço, a determinação do regime inicial de cumprimento de pena deve ser realizada levando em consideração, não, somente, o quantum estabelecido, mas, também, as circunstâncias judiciais valoradas durante primeira fase da dosimetria, em consonância com os critérios estabelecidos pelo art. 59 do Código Penal, bem como, a existência, ou não, de reincidência.4. No caso dos Autos, embora a reprimenda fixada conduzisse, em um primeiro momento, ao regime inicial aberto, o insigne juízo de piso entendeu, por bem, fixar regime duas vezes mais gravoso (fechado), sob argumento de que as circunstâncias judiciais desfavoráveis e a reincidência do Réu não recomendavam regime mais brando.5. No entanto, quando da análise das circunstâncias judiciais para fixação da pena-base, o douto juízo sentenciante estabeleceu-a no mínimo legal, razão pela qual o Apelante não faz jus, nesse aspecto, a regime mais gravoso. Ora, se a pena-base foi fixada no patamar mínimo, entende-se que as circunstâncias judiciais foram julgadas inteiramente favoráveis, razão pela qual apenas no caso de fundamentação concreta seria admissível a adoção do regime mais gravoso, não se admitindo a gravidade abstrata do delito ou a multirreincidência como fundamento para tanto.6. Com efeito, assim dispõe, inclusive, o entendimento sumulado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito." (Súmula 440, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).7. Além disso, a reincidência, por si só, não enseja, automaticamente, a determinação no regime fechado, quando a pena do Réu for igual ou inferior a quatro anos de reclusão. Nesse sentido, inclusive, foi editado o Enunciado de Súmula n.º 269 do colendo Superior Tribunal de Justiça, "é admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais".8. Dessa feita, aplicando a súmula ao caso concreto, o Apelante faz jus ao regime mais brando, pois o quantum condenatório definitivo foi de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão, assim como, as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis, tanto é que a pena basilar foi fixada no mínimo legal. Assim, é imperioso que seja feita a reforma do regime inicial de cumprimento de pena imposto ao Apelante, destacando-se que, se fosse primário, o Réu deveria ficar no regime aberto, porém, em se tratando de agente reincidente, fixa-se o regime intermediário, qual seja, o semiaberto.9. Por fim, no que tange ao pedido de Justiça Gratuita, ressalta-se que a apreciação da condição financeira do Réu apenado, para a concessão do aludido benefício, é de competência do Juízo da Execução, em razão da possibilidade de sua modificação, após a condenação.10. Apelação Criminal CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA. DE OFÍCIO, CORRIGIDO ERRO MATERIAL NA SENTENÇA. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E DARLHE, PARCIAL, PROVIMENTO; e, DE OFÍCIO, corigir o ero material constante na sentença, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito''.

14) Processo: 0659049-05.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Agravada: Odemeuri Barbosa Gomes. Defensor Público Andre Ricardo Antonovicz Munhoz. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO. CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR, MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE RECOLHIMENTO NA UNIDADE PRISIONAL. FALHAS ESTRUTURAIS. APENADA COM FILHO MENOR DE 12 ANOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. NOVEL ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANTENÇA DA DECISÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL CONHECIDO E DESPROVIDO.1. In casu, o Parquet Estadual pugna pela expedição do competente Mandado de Prisão, para que a Apenada cumpra sua reprimenda na Unidade Prisional do Regime Semiaberto Feminino de Manaus/AM, haja vista que esta se encontra em pleno funcionamento, não subsistindo razões para que seja deferida a prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico.2. Nesse diapasão, em que pese a alegação do Agravante de que uma inspeção judicial não possa, por si só, interditar a unidade prisional, com fulcro no procedimento exigido pela normativa da Lei Complementar n.º 17/1997, alterada pela Lei Complementar n.º 190/2018, notadamente em seu art. 160, § 3.º, entende-se, lado outro, que a aludida inspeção evidencia a existência de inadequação do estabelecimento para o escorreito cumprimento da pena em regime semiaberto.3. Isso porque, embora não haja adotado o procedimento para a interdição, per si, restou evidenciado, na situação concreta, pelo douto Juízo da Vara de Execuções Penais, a precariedade em que se encontra a Unidade Prisional Feminina, destinada ao regime semiaberto.4. Ademais, consignou o colendo Tribunal da Cidadania, a partir de uma interpretação teleológica da Lei n.º 13.769, de 19 de dezembro de 2018, que inseriu novas hipóteses de prisão domiciliar, em consonância com a Lei de Execução Penal, e à luz dos valores impregnados na Constituição da República, a possibilidade de aplicar as referidas inovações legislativas ao cumprimento de pena, desde que cumpridos os requisitos legais e observados os entendimentos jurisprudenciais que balizam o tema.5. In casu, constata-se que a Apenada se trata de mulher com dois filhos, sendo um deles menor de 12 (doze) anos (art. 318, inciso V, do Código Processual Penal), não cometeu crime com violência ou grave ameaça à pessoa, porquanto condenada pelo delito de Tráfico de Drogas, e, consequentemente, não cometeu o crime contra os seus descendentes, na esteira do que exige a novel legislação.6. Ademais, dos presentes autos, extrai-se, à vista fácil, que a Agravada demonstrou aptidão para a prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico, haja vista o lapso temporal de 11 (onze) meses, desde a data da concessão da medida, até a presente data, sem intercorrências, além da certidão de bom comportamento, expedida pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, e a comprovação das atividades realizadas durante o período, perante o Juízo da Vara de Execuções Penais.7. Sendo assim, é possível concluir que, constatada a grave falta de estrutura do regime semiaberto feminino, relatado pelo douto Juízo executório, alinhado aos balizamentos jurisprudenciais dos tribunais superiores e concretizando a legislação aplicável ao caso, além das qualidades demonstradas no cumprimento da pena, pela Recorrida, sobreleva-se que, por ora, a prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico, revela-se idônea e consentânea aos fins perseguidos pela execução penal, pacificando a sociedade e permitindo a ressocialização da reeducanda.8. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL CONHECIDO E DESPROVIDO. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

15) Processo: 4003810-63.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara Criminal. Impetrante/Defensora Pública: Monique Cruz Castellani . Paciente: Ramirez Rodrigues de Melo. Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/AM. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE ROUBO QUALIFICADO. PROVAS DE MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO IMPEDEM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, a necessidade de garantia da ordem pública, devidamente fundamentada no decreto de prisão preventiva.2. No presente episódio, o fumus comissi delicti sobejou demonstrado no depoimento dos policiais militares que atuaram no flagrante do Acusado; na declaração da Vítima; bem como, na própria declaração do Réu. 3. Noutro giro, o periculum libertatis restou comprovado, pois, conforme consignado na decisão que manteve a custódia cautelar, o modus operandi utilizado pelo Acusado, especialmente, o fato da empreitada criminosa haver ocorrido com concurso de pessoas, afinal, eram quatro assaltantes contra uma vítima, restrição momentânea da liberdade do Ofendido e o uso de uma faca, evidenciam a necessidade de se manter a segregação cautelar, com o fito de resguardar a ordem pública. 4. É cediço que a simples presença de condições subjetivas favoráveis, não impede, per si, a decretação da prisão preventiva. Precedentes.5. Por fim, uma vez presentes os motivos para a prisão cautelar, e demonstrando-se ser esta a medida necessária ao caso concreto, diante da gravidade do delito, é desnecessária a análise acurada de outras medidas cautelares diversas da prisão.6. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E DENEGADA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 4 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0004683-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 7ª Vara Criminal. Embargante: Adoilson da Silva Gomes. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Embargante: Ramon de Jesus Cardoso de Almeida.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Embargante: Carlos Eduardo Batista da Costa.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Embargante: Roberto dos Santos Lobo.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jefferson Neves de Carvalho (OAB: 2076/AM). Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Não havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se a sua rejeição, uma vez que a via recursal eleita não é indicada para a rediscussão de mérito;2. O art. 93, IX, da Constituição Federal, ao prever a obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais, não impõe ao Magistrado sentenciante manifestar-se acerca de todos os questionamentos das partes, bastando o pronunciamento acerca daqueles essenciais ao deslinde da causa;3. Embargos rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Não havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se a sua rejeição, uma vez que a via recursal eleita não é indicada para a rediscussão de mérito; 2. O art. 93, IX, da Constituição Federal, ao prever a obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais, não impõe ao Magistrado sentenciante manifestar-se acerca de todos os questionamentos das partes, bastando o pronunciamento acerca daqueles essenciais ao deslinde da causa; 3. Embargos rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Apelação, em que são partes as acima nominadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal desta Corte de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora.".

2. Processo: 0206344-72.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: W. de F. E. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Simone Martins Lima (OAB: 2432/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA. DOMÉSTICA. AMEAÇA. VIAS DE FATO. ARGUIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. VALIDADE DA PALAVRA DA VÍTIMA. HARMONIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Consoante entendimento da Corte Superior, em crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, a palavra da vítima possui inegável valor probatório, desde que em harmonia com outros elementos de prova; 2. Na espécie, o depoimento da vítima foi condizente com, o que atesta a validade da palavra da ofendida Precedentes, STJ; 3. Não traz o Apelante tese jurídica capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado, assim,é de se manter a decisão recorrida por seus próprios fundamentos; 4. O crime de ameaça, por ser formal, consuma-se quando a vítima toma conhecimento de que o réu prometeu causar-lhe mal injusto e grave, não havendo necessidade de que a vítima, efetivamente, tenha se sentido intimidada ou ameaçada. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; 5. Apelação conhecida e não provida, em consonância com o parecer ministerial. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA. DOMÉSTICA. AMEAÇA. VIAS DE FATO. ARGUIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. VALIDADE DA PALAVRA DA VÍTIMA. HARMONIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Consoante entendimento da Corte Superior, em crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, a palavra da vítima possui inegável valor probatório, desde que em harmonia com outros elementos de prova; 2. Na espécie, o depoimento da vítima foi condizente com, o que atesta a validade da palavra da ofendida Precedentes, STJ; 3. Não traz o Apelante tese jurídica capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado, assim,é de se manter a decisão recorrida por seus próprios fundamentos; 4. O crime de ameaça, por ser formal, consuma-se quando a vítima toma conhecimento de que o réu prometeu causar-lhe mal injusto e grave, não havendo necessidade de que a vítima, efetivamente, tenha se sentido intimidada ou ameaçada. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; 5. Apelação conhecida e não provida, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, em consonância com o parecer ministerial, permanecendo o inteiro teor da sentença do juízo a quo, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n.°660/2018 Relatora Procurador de Justiça".

3. Processo: 0214095-12.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Natalina Granjeiro de Carvalho. Defensor: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB: 7593/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Darlan Benvides de Queiroz. Procurador: Públio Caio Bessa Cyrino. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE AO RECONHECIMENTO DA AUTORIA DO CRIME. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO COMPROVADAS. PROCEDIMENTO ADEQUADO. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nos termos do artigo 157 do Código Penal, para a caracterização do crime de roubo é imprescindível que a subtração da res furtiva tenha se operado mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; 2. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, desde que coerente e coesa com os demais elementos colhidos na instrução, ostenta especial relevância probatória, tendo em vista a corriqueira situação de clandestinidade na qual ocorrem tais delitos; 3. O Supremo Tribunal Federal entende desnecessária a posse mansa e pacífica da coisa subtraída pelo agente para a consumação do delito de roubo. Teoria da apprehensio, também denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja de forma mansa e pacífica; 4. Apelação Criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância do Parecer Ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE AO RECONHECIMENTO DA AUTORIA DO CRIME. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO COMPROVADAS. PROCEDIMENTO ADEQUADO. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nos termos do artigo 157 do Código Penal, para a caracterização do crime de roubo é imprescindível que a subtração da res furtiva tenha se operado mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; 2. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, desde que coerente e coesa com os demais elementos colhidos na instrução, ostenta especial relevância probatória, tendo em vista a corriqueira situação de clandestinidade na qual ocorrem tais delitos; 3. O Supremo Tribunal Federal entende desnecessária a posse mansa e pacífica da coisa subtraída pelo agente para a consumação do delito de roubo. Teoria da apprehensio, também denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja de forma mansa e pacífica; 4. Apelação Criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância do Parecer Ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, em consonância com a promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n°. 660/2018. Relatora Procurador de Justiça".

4. Processo: 0266369-16.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 11ª Vara Criminal. Apelante: Elias Brasil da Silva. Defensor: Leonardo Figliuolo (OAB: 3599/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Carlos José Alves de Araújo. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. REFORMA DA SENTENÇA. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. ERRO MATERIAL NA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. 1- verifica-se que houve um erro material na sentença apenas com relação ao número de meses na fixação da pena-base (04 anos e 6 meses), visto que o resultado final da sentença é o mesmo como se a pena-base fosse fixada no mínimo legal, ou seja, para a pena base de 04 (quatro) anos. Portanto, o que ocorreu no presente caso, foi um erro material na digitação da pena-base, posto que o juízo primevo, acrescentou os 06 meses. Logo, cabível, apenas a correção da sentença nesta parte, retirando os 06 meses constantes na aplicação da pena-base, porém, os demais cálculos devem permanecer, posto que já haviam sido realizados no mínimo legal.. 2- Quanto à atenuante da confissão, deixo de aplica-la, pois a Sumula 231, do STJ, impede a fixação da pena-base aquém do mínimo legal, na segunda fase da dosimetria. 3 - Recurso conhecido e provido, tão somente para correção do erro material. . DECISÃO: "APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. REFORMA DA SENTENÇA. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. ERRO MATERIAL NA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. 1- verifica-se que houve um erro material na sentença apenas com relação ao número de meses na fixação da pena-base (04 anos e 6 meses), visto que o resultado final da sentença é o mesmo como se a pena-base fosse fixada no mínimo legal, ou seja, para a pena base de 04 (quatro) anos. Portanto, o que ocorreu no presente caso, foi um erro material na digitação da pena-base, posto que o juízo primevo, acrescentou os 06 meses. Logo, cabível, apenas a correção da sentença nesta parte, retirando os 06 meses constantes na aplicação da pena-base, porém, os demais cálculos devem permanecer, posto que já haviam sido realizados no mínimo legal.. 2- Quanto à atenuante da confissão, deixo de aplica-la, pois a Sumula 231, do STJ, impede a fixação da pena-base aquém do mínimo legal, na segunda fase da dosimetria. 3 - Recurso conhecido e provido, tão somente para correção do erro material. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e prover-lhe, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

5. Processo: 0603330-38.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Davi Martins da Silva. Defensor: Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo (OAB: 9047/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Álvaro Granja Pereira de Souza. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DAS PENAS ESTABELECIDA DE MODO ESCORREITO. INAPLICABILIDADE DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA LEI DE DROGAS. INCABÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1.A materialidade e a autoria do crimes de tráfico de drogas estão devidamente comprovadas. Substâncias entorpecentes encontradas em poder do réu. 2. Dosimetria da pena estabelecida de modo escorreito. 3. Tem-se entendido, corretamente, frise-se, que a conduta social do réu, o concurso de agentes, a quantidade e a natureza da substância entorpecente, a variedade das substâncias entorpecentes, os petrechos utilizados pelo criminoso e as circunstâncias da apreensão da substância entorpecente servem, primacialmente, como amparo probatório para o reconhecimento da dedicação do réu à atividade criminosa. Precedentes do STF. 4. Incabível a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, em razão da quantidade e da natureza das drogas apreendidas, bem como em razão das particularidades do caso concreto. Precedente do STF. 5. RECURSO NEGADO PROVIMENTO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DAS PENAS ESTABELECIDA DE MODO ESCORREITO. INAPLICABILIDADE DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA LEI DE DROGAS. INCABÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1.A materialidade e a autoria do crimes de tráfico de drogas estão devidamente comprovadas. Substâncias entorpecentes encontradas em poder do réu. 2. Dosimetria da pena estabelecida de modo escorreito. 3. Tem-se entendido, corretamente, frise-se, que a conduta social do réu, o concurso de agentes, a quantidade e a natureza da substância entorpecente, a variedade das substâncias entorpecentes, os petrechos utilizados pelo criminoso e as circunstâncias da apreensão da substância entorpecente servem, primacialmente, como amparo probatório para o reconhecimento da dedicação do réu à atividade criminosa. Precedentes do STF. 4. Incabível a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, em razão da quantidade e da natureza das drogas apreendidas, bem como em razão das particularidades do caso concreto. Precedente do STF. 5. RECURSO NEGADO PROVIMENTO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0603330-38.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

6. Processo: 0620083-70.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 10ª Vara Criminal. Apelante: A. R. de M. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: André Luiz Medeiros Figueiras. Procurador: José Roque Nunes Marques. **Apelado: E. da S.** Advogado: Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB: 9674/AM). **Apelado: A. R. de M.** Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: André Luís Medeiros Figueira. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. EMPREGO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. FATO ANTERIOR À LEI Nº 13.654/2018. ULTRATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. EXCLUSÃO DAS MAJORANTES. INVIABILIDADE. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Comprovadas a materialidade e a autoria delitivas, a condenação dos réus é medida que se impõe; 2. Nos termos do artigo 157 do Código Penal, para a caracterização do crime de roubo é imprescindível que a subtração da res furtiva tenha se operado mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; 3. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, desde que coerente e coesa com os demais elementos colhidos na instrução, ostenta especial relevância probatória, tendo em vista a corriqueira situação de clandestinidade na qual ocorrem tais delitos; 4. O Supremo Tribunal Federal entende desnecessária a posse mansa

e pacífica da coisa subtraída pelo agente para a consumação do delito de roubo. Teoria da apprehensio, também denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja de forma mansa e pacífica; 5. A Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, revogou expressamente o inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal. Contudo, opera-se o fenômeno da ultratividade da lei revogada, uma vez que a nova redação da majorante do emprego de arma de fogo (inciso I do § 2º-A do art. 157 do CP) é prejudicial aos réus; 6. Apelação criminal CONHECIDA e PROVIDA, ao recurso ministerial e NEGAR PROVIMENTO ao apelo de Anderson Rebelo de Moura, em consonância com a promoção ministerial. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. EMPREGO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. FATO ANTERIOR À LEI Nº 13.654/2018. ULTRATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. EXCLUSÃO DAS MAJORANTES. INVIABILIDADE. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Comprovadas a materialidade e a autoria delitivas, a condenação dos réus é medida que se impõe; 2. Nos termos do artigo 157 do Código Penal, para a caracterização do crime de roubo é imprescindível que a subtração da res furtiva tenha se operado mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; 3. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, desde que coerente e coesa com os demais elementos colhidos na instrução, ostenta especial relevância probatória, tendo em vista a corriqueira situação de clandestinidade na qual ocorrem tais delitos; 4. O Supremo Tribunal Federal entende desnecessária a posse mansa e pacífica da coisa subtraída pelo agente para a consumação do delito de roubo. Teoria da apprehensio, também denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja de forma mansa e pacífica; 5. A Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, revogou expressamente o inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal. Contudo, opera-se o fenômeno da ultratividade da lei revogada, uma vez que a nova redação da majorante do emprego de arma de fogo (inciso I do § 2º-A do art. 157 do CP) é prejudicial aos réus; 6. Apelação criminal CONHECIDA e PROVIDA, ao recurso ministerial e NEGAR PROVIMENTO ao apelo de Anderson Rebelo de Moura, em consonância com a promoção ministerial ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso ministerial e NEGAR PROVIMENTO ao apelo de Anderson Rebelo de Moura, em consonância com a promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n°. 660/2018. Relatora Procurador de Justiça".

7. Processo: 4003334-25.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 8ª Vara Criminal. Impetrante: José Tomaz de Aréa Leão. Impetrante: Francisco Bandeira de Lima. **Paciente: João Batista de Sousa.** Advogado: José Tomaz de Aréa Leão (OAB: 18233/RJ). Advogado: Francisco Bandeira de Lima (OAB: 221244/RJ). **Impetrado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO DEMONSTRADA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. I - Não demonstrada a falta de justa causa para o seu prosseguimento, o que justifica o seguimento das investigações; II – Não procede a alegação de excesso de prazo quando a complexidade do feito, as peculiaridades da causa ou a defesa contribuem para eventual dilação do prazo, como se dá na espécie; III - Ordem Denegada.. DECISÃO: "EMENTA. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO DEMONSTRADA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. I - Não demonstrada a falta de justa causa para o seu prosseguimento, o que justifica o seguimento das investigações; II - Não procede a alegação de excesso de prazo quando a complexidade do feito, as peculiaridades da causa ou a defesa contribuem para eventual dilação do prazo, como se dá na espécie; III - Ordem Denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Habeas Corpus, em que é parte o acima nominado, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e DENEGAR a ordem do Habeas Corpus, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente ONILZA ABREU GERTH Juíza de Direito convocada - Portaria nº 660/2018 Procurador(a) de Justiça".

8. Processo: 4003969-06.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única de Caapiranga. Impetrante: Julio de Oliveira Macedo. **Paciente: Natalia Carvalho da Silva. Paciente: Renan Alves da Cosa.** Advogado: Júlio de Oliveira Macedo (OAB: 6523/AM). **Impetrado: Juizo de direito da comarca de Caapiranga/AM.** Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVADAS. CONFIGURADO RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES, IN CASU, OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. 1 - A decisão ora hostilizada acolheu a representação formulada pela autoridade policial, secundada pelo representante do Parquet, e decretou a prisão preventiva dos agentes, vez que presente o fumus commissi delicti e o periculum libertatis.2- Para tal tipo de situação nem mesmo a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, constituem requisitos individuais que, isoladamente, bastam para a concessão da liberdade provisória. Ao meu sentir, tais requisitos, são predicados esperados de todo cidadão, de forma que o fato de o paciente eventualmente reuni-los, não autoriza, por si só, a liberdade provisória quando, como no caso dos autos, estão presentes os requisitos da custódia cautelar.3- não se vislumbra a adequabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão ao caso em apreço. 4- Ordem denegada, em consonância com o Ministério Público.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVADAS. CONFIGURADO RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES, IN CASU, OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. 1 - A decisão ora hostilizada acolheu a representação formulada pela autoridade policial, secundada pelo representante do Parquet, e decretou a prisão preventiva dos agentes, vez que presente o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. 2- Para tal tipo de situação nem mesmo a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, constituem requisitos individuais que, isoladamente, bastam para a concessão da liberdade provisória. Ao meu sentir, tais requisitos, são predicados esperados de todo cidadão, de forma que o fato de o paciente eventualmente reuni-los, não autoriza, por si só, a liberdade provisória quando, como no caso dos autos, estão presentes os requisitos da custódia cautelar. 3- não se vislumbra a adequabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão ao caso em apreço. 4- Ordem denegada, em consonância com o Ministério Público. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Habeas Corpus, em que é parte o acima nominado, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 04 de setembro de 2019.

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

0000211-28.2018.8.04.7500 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ignacio Henriques Tenorio Seco. Advogada: Reny Tenorio de Albuquerque (OAB: 44049/MG). Advogada: Raquel Fernanda Tenorio Seco (OAB: 158644/MG). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Promotor: Natalie Del Carmen de C. Maranhão. Recorrida: Marina Campos Maciel. Advogado: Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). Advogado: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB: 9782/AM). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Despacho: - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do (a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Diante disso, não conheço da petição ajuizada às fls. 1097/1099, determinando que os presentes autos permaneçam sobrestados em Secretaria até o julgamento dos embargos de declaração n.º 0003245-70.2019.8.04.0000, que se encontram pendentes de julgamento pela Segunda Câmara Criminal desta Corte de Justiça".

0203718-90.2011.8.04.0020 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: J. H. de S. M.. Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM). Recorrido: M. P. do E. do A. - P. G.. Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Despacho: - Ficam INTIMADOS Recorrente J. H. de S. M. na pessoa de seus Advogados Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM) e Mauricio Benedito Gomes Bissoli (13845/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DESPACHO da lavra do(a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Solicito a inclusão do presente processo na pauta de julgamento da próxima Sessão da Segunda Câmara Criminal. Defiro o pedido de sustentação oral. Sessão Ordinária presencial do dia 16.09.2019, 9h " .

Total de feitos: 2

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

0000211-28.2018.8.04.7500 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ignacio Henriques Tenorio Seco. Advogada: Reny Tenorio de Albuquerque (OAB: 44049/MG). Advogada: Raquel Fernanda Tenorio Seco (OAB: 158644/MG). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Promotor: Natalie Del Carmen de C. Maranhão. Recorrida: Marina Campos Maciel. Advogado: Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). Advogado: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB: 9782/AM). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Despacho: - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do (a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Diante disso, não conheço da petição ajuizada às fls. 1097/1099, determinando que os presentes autos permaneçam sobrestados em Secretaria até o julgamento dos embargos de declaração n.º 0003245-70.2019.8.04.0000, que se encontram pendentes de julgamento pela Segunda Câmara Criminal desta Corte de Justiça".

0203718-90.2011.8.04.0020 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: J. H. de S. M.. Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM). Recorrido: M. P. do E. do A. - P. G.. Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Despacho: - Ficam INTIMADOS Recorrente J. H. de S. M. na pessoa de seus Advogados Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM) e Mauricio Benedito Gomes Bissoli (13845/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DESPACHO da lavra do(a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Solicito a inclusão do presente processo na pauta de julgamento da próxima Sessão da Segunda Câmara Criminal. Defiro o pedido de sustentação oral. Sessão Ordinária presencial do dia 16.09.2019, 9h " .

Total de feitos: 2

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0201164-74.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Maria de Fátima Duarte Boadana - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME a Apelante Maria de Fátima Duarte Boadana, na pessoa de seu advogado José Edvaldo de Souza Ferreira (7086/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB: 7086/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0206738-73.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Vanderson Martins dos Santos - INTIME o Apelado Vanderson Martins dos Santos na pessoa de seu advogado Dr. Raimundo Nunes Amazonas (7379/AM) para no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as contrarrazões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relatora Doutora Onilza Abreu Gerth. - Advs: Hilton Serra Viana - Raimundo Nunes Amazonas (OAB: 7379/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0240692-76.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Moises Garcia Rodrigues - INTIME o Apelado Moises Garcia Rodrigues na pessoa de seu advogado Dr. Anderson de Souza Lima (10190/AM) e Manoel Dias Barbosa (6736/AM) para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as contrarrazões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator(a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins. - Advs: Jefferson Neves de Carvalho (OAB: 2076/AM) - Anderson de Souza Lima (OAB: 10190/AM) - Manoel Dias Barbosa (OAB: 6736/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0640085-32.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: B. D. M. - Apelante: E. R. de A. - Apelante: E. L. da S. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIMEM os Apelantes B. D. M., E. L. da S. e E. R. de A., na pessoa de seus advogados Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM), Sidney José Vieira de Souza (5798/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relatora Dra Onilza Abreu Gerth. - Advs: Sidney José Vieira de Souza (OAB: 5798/AM) - Samia Brena Furtado Monteiro (OAB: 11988/AM) - Hilton Serra Viana - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Djalma Martins da Costa,** Relator(a) dos autos de **Apelação Criminal nº 0263457-22.2009.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que são **Apelantes Odiney Pequeno da Cruz e Rosemberg da Silva Feitosa, Advogado: Dr. Vanderley Almeida Clarindo OAB 8560/AM** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas.,** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** os Apelantes **Odiney Pequeno da Cruz e Rosemberg da Silva Feitosa,** na pessoa de seu advogado **Vanderley Almeida Clarindo (8560/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Djalma Martins da Costa.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0209965-37.2017.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - Recorrido: Wellington Lins de Albuquerque - Ficam INTIMADOS o Recorrente, para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Assim, Ante a perda do objeto, julgo prejudicado o presente recurso. À secretaria para as providências subsequentes. ". - Advs: Ana Claudia Abboud Daou - Wilson Thiago Correia (OAB: 11055/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003730-02.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Rafael Panza França Garcia - Paciente: JOSÉ RÔMULO FERREIRA DA SILVA - Impetrada: Juízo de Direito da 7a. Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM - Ficam INTIMADOS o Paciente José Rômulo Ferreira Da Silva na pessoa de seu Advogado Rafael Panza França Garcia (8425/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar. ". - Advs: Rafael Panza França Garcia (OAB: 8425/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003998-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Humaitá - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Paciente: Adriano Carvalho de Oliveira - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Comarca de Humaitá/am - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seu Advogado para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, indefiro in limine o presente habeas corpus. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se ". - Advs: Stéfanie Barbosa Sobral - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

01. Apelação Criminal nº 0641630-06.2017.8.04.0001, de 3ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Wallacy Veras Batalha
Advogado: Rubemar Rocha de Lucena (OAB: 11448/AM)
Advogada: Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez (OAB: 10121/AM)
Advogado: Pedro Morais de Brito Junior (OAB: 10803/AM)
Advogado: Naiane Pimentel de Melo (OAB: 9126/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Aurely Pereira de Freitas
Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 4 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0200441-90.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: J. C. L. - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM) e Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM) e Luiz do Rego Lobão Filho - Processo 0209389-73.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Rafael Pessoa Simões - Recorrente: Joney Digilnivaldo Pessoa Simões - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz (60000/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0606343-11.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Anderson Silva do Nascimento - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

04. ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0606523-27.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Andre Said de Araújo - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas- Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz (60000/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0606531-04.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Frank Rone Costa da Silva - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas- Relatora: Onilza Abreu Gerth

06. ADV/REP.: Arthur Sant'anna Ferreira Macedo e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Christianne Corrêa - Processo 0608722-22.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Rafael Emiliano Tomaz de Oliveira - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

07. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Monique Rodrigues da Cruz (4292/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros - Processo 0613261-31.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: João Víctor Florêncio da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

08. ADV/REP.: Wanderson de Sousa Lima (10791/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0618836-54.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Brendo Henrique de Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

09. ADV/REP.: Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003804-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Melquisedec Freitas Pantoja - Paciente: Yuri Neves Pessoa de Lima - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Careiro Castanho - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

10. ADV/REP.: Clarissa Moraes Brito e Antônio Ederval de Lima (558/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Rui Guilherme Modesto Borges (11829/AM) - Processo 0226910-36.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: Rony da Silva Lopes - Apelado: Wanderson Barauna da Silva - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 4 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILACA (OAB 10787/AM), ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILAÇA (OAB 10787/AM) - Processo 0229170-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jorge Gleis Batista Oliveira - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Vistos, etc... Trata-se de Cumprimento de Sentença em que, o credor requereu a expedição de Requisição de Pequeno Valor. ISSO POSTO, com fundamento no art. 535, § 3º, II, do NCPC, por ordem do Juiz, dirigida à autoridade, na pessoa de quem o ente público foi citado no processo, o pagamento da obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de dois (02) meses, contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente, nos termos do § 3º, art. 100, da Constituição Federal. Requisite-se à autoridade o pagamento. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0241405-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Neyvania Souza de Morais - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos, etc... Indefiro o pedido de fls. 197/198, uma vez que todas providências cabíveis já foram providenciados por este Juízo, inclusive, com a expedição da RPV (fls. 176). Processo ultimado, arquivem-se e dê-se baixa conforme já determinado por meio da sentença de fls. 164.

ADV: RICARDO HOPPE (OAB 13801/SC), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0247885-55.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda - Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda - REQUERIDO: Teresa Solartes Comercio de Calçados Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Parte final: " Iniciada a audiência a MM Juíza indagou as partes sobre a possibilidade de conciliação. As partes acordaram nos seguintes termos: a requerida pagará à requerente o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em oito parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga no dia 30/09/2019. As subsequentes serão pagas no dia 30 do respectivo mês. O pagamento será realizado mediante transferência bancaria para a conta da requerente. A requerente solicitou o prazo de cinco dias para apresentar os dados bancários. A requerente informa neste ato que renuncia ao valor dos honorários. A seguir a MM Juíza prolatou a seguinte sentença : atendidas as formalidades legais, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução de mérito na forma do art 487 III. B. Valerá a presente sentença como título executivo judicial, em caso de descumprimento. Custas ex lege."

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM) - Processo 0250706-32.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diana Liz da Silva Matos - REQUERIDO: Vidrocom Ltda - Vistos. Primeiramente, tendo em vista a renúncia de poderes de fls. 203, encontra-se o réu sem patrono constituído nos autos. Dessarte, SUSPENDO o processo, por ausência de capacidade postulatória do requerido, na forma do art. 313, I, do NCPC. Por conseguinte, INTIMO o réu para que regularize sua capacidade postulatória em 15 dias, sob pena de prosseguimento do processo à sua revelia, nos moldes do art. 313, §3º, do NCPC, isto é, sob pena dos atos processuais prosseguirem sem sua intimação. Caso mantenha-se inerte, considerar-se-á a desistência tácita na produção da prova pericial. Deve esta advertência ser expressamente consignada no mandado de intimação. Ademais, em atenção à ordem contida no acórdão de fls. 192/199, determino que após a constituição de novo patrono pela ré, seja esta intimada sobre o teor do despacho saneador de fls. 218/219 e para que especifique a especialidade do perito, o objeto da perícia e quais fatos pretende elucidar com a produção de tal prova, no prazo de 05 dias. À Secretaria para: 1.Intimar pessoalmente o réu, isto é, por Oficial de Justiça sobre o teor desta decisão; 2. Decorrido o prazo de 15 dias do retorno positivo da certidão do oficial de justiça: a) se o réu tiver constituído novo patrono nos autos, determino seja intimado por ato ordinatório, através de tal causídico, para se manifestar sobre a decisão de fls. 218/219 e para que especifique a especialidade do perito, o objeto da perícia e quais fatos pretende elucidar com a produção de tal prova, no prazo de 05 dias; b) Ao cartório para que consigne no mandado de intimação a seguinte advertência: "Caso mantenha-se inerte, considerar-se-á a desistência tácita na produção da prova pericial requerida"

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0253294-17.2008.8.04.0001 (001.08.253294-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Margareth de Lourdes dos Santos - REQUERIDA: Cléa Santos de Souza - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Manaus, 03 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0265071-91.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Antônio Simões da Costa - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro pedido de fl. 218, haja vista que o Sistema BACEN presta-se ao rastreio e bloqueio de numerários, tão somente. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601750-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: D N Regis Comercial Ltda. - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 101/103. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0602792-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Aldemir Alves do Nascimento - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: DIEGO FERRAZ D" AVILA (OAB 11566/MS), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0605266-06.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mário Ribeiro Magalhães - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a

certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606650-96.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Acosta e Medeiros Comércio de Alimentos Ltda - Betilene Medeiros Acosta - Joel Luiz da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0608586-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ANTONIO ARNALDO LOPES - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0611375-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Thales da Silva Salgado - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612792-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Ivanilda Santana Guimarães - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: IGOR AURÉLIO SANTOS DE MELO (OAB 9325/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM) - Processo 0614236-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ARLENE BARROSO MAURICIO - REQUERIDO: J. G. RODRIGUES & CIA LTDA (GARCIA VEÍCULOS LTDA) - PERITO: Marcelo Girão Pessoa - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XVI - Intimação das partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0614795-15.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jose Rodrigues Machado - REQUERIDO: RAIMUNDO RODRIGUES MACHADO - MARIA SINHÁ RODRIGUES MACHADO - Vistos. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal das partes e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0615406-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Quanto ao pedido de reconsideração formulado pela parte autora, indefiro-o. Isso porque a mesma sustentou, em sua inicial, a ausência de relação contratual com o requerido. Já em réplica, após a apresentação dos contratos, insurgiu-se contra a validade dos mesmos, apontando, inclusive, vicios quanto à ausência de rubricas e assinaturas. Entendo necessária a perícia para a atestar a validade da assinatura aposta no contrato, eis que, uma vez autentica. Indica a anunência aos seus termos. Advirto a autora para a necessidade de fornecer material para colheita da perícia e seus consectários processuais caso não o faça. Noutro giro, há também impugnação aos honorários periciais formulada pelo réu, responsável pelo pagamento de tal despesa, por entender excessivo o valor fixado pelo(a) Expert às fls. 188. Assim, diante do objeto da perícia, propõe o valor de 01(um) salário mínimo vigente. Pois bem. Os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade devem nortear a fixação de honorários de perito pelo Juízo, para tanto devem ser levados em conta o tempo de serviço que será despendido e a complexidade do trabalho a ser realizado, segundo jurisprudência dos tribunais pátrios. No caso sob exame, considerando a complexidade da perícia, a necessidade de se remunerar a qualificação do profissional, o trabalho intelectual a ser desempenhado, o dispêndio de tempo para periciar o objeto, a responsabilidade para confeccionar laudo e para responder aos quesitos, bem como a eventual necessidade de comparecer em Juízo para esclarecimentos, entendo que o valor de R$ 5.247,00 (Cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais), indicado pela perita nomeada, é razoável e proporcional para remunerar de maneira suficiente e justa o seu trabalho. Outrossim, diante do porte da requerida, entendo que esta não resta demasiadamente onerada em arcar com referido valor. Ante o exposto, INDEFIRO a impugnação aos honorários periciais para mantê-los no valor indicado pelo(a) expert às fls. 188. Intime-se as partes e o perito. Determino seja depositado 50% do valor dos honorários periciais em 15 dias. Mantenha-se data, hora e local já aprazados pelo(a) Expert para a realização da perícia. Desde já, autorizo o levantamento do valor inicial da perícia pelo expert. Int.Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615602-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - REQUERIDA: Wanessa

Helena Ribeiro Gomes - Cleysson Lima Dantas - Francimara Souza Silveira - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0618685-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazonia Ltda - REQUERIDO: Francisco Rufino da Costa - Vistos, etc... Notificou-se o falecimento do réu fls. 82; Nos termos do art. 110, do NCPC, ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º, do NCPC. ISSO POSTO, com fundamento no dispositivo referido, SUSPENDO o processo pela morte do réu, ORDENO a intimação do(a) autor(a) para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo de 60 (sessenta) dias (NCPC, art. 313, § 2º, I). Cumpra-se.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0619338-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Daycoval - Banco Daycoval S/A - EXECUTADO: ANDRE ALEXANDRE CORREA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 03 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: LUÍS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 39162/PR), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM) - Processo 0621373-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: HDI SEGUROS S/A - REQUERIDO: BRECHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - Hamilton Amorim Ramos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: I Intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento da taxa de Postagem, para o aperfeiçoamento do ato, uma vez que a parte foi devidamente citada por hora certa, devendo ser cumprido o que determina os arts. 252 ao 254 do NCPC. A citação válida é indispensável, a fim de que sejam respeitados os direitos fundamentais ao contraditório e à ampla defesa da parte passiva. (Portaria nº 116/2017-PTJ - Notas 7 - pág. 14), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA AMÉLIA SARAIVA (OAB 41233/SP) - Processo 0621933-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento com Sub-rogação - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, no que pertine ao pedido de inversão do ônus da prova, entendo que não merece guarida com fundamento no Código do Consumidor, porquanto não vislumbro vulnerabilidade da empresa autora perante a empresa ré, o que obsta a aplicação da Teoria Finalista Aprofundada, consolidada na jurisprudência do STJ. Por outro lado, referido pedido pode ser deferido com fundamento no NCPC, eis que o art. 373, §1º, do NCPC, aduz que "diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso (...)". No caso em comento, noto que é mais fácil para a ré comprovar que não deu causa ao prejuízo alegado pelo requerente, tendo em vista seu porte econômico e estrutural, que permite concluir que tenha controle administrativo sobre o serviço que presta, o que, por sua vez, favorece a produção de documentos que corroborem suas teses. Dessarte, DEFIRO a inversão do ônus da prova em favor da demandante com fundamento no art. 373,. §1º, do NCPC. Outrossim, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. À Secretaria para que: Publicar esta decisão para intimar as partes; Decorrido o prazo supra, observar o que determinado acima, conforme o caso. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0623879-06.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Comercial Ficael Ltda - EXECUTADO: Inca Incorporacao Const. e Adm. de Imoveis Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0624027-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcio Ltda. - REQUERIDO: Renilton dos Santos Solart - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625655-07.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roseli Verissino da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Prossiga. Prazo: 10 dias. Intime-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0626116-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA MIRTES FERREIRA GONÇALVES - REQUERIDO: BATISTA VEICULOS - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 08:00 horas para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0627857-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - REQUERIDO: Edson Gabriel Andrade de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0629266-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Serilon Brasil Ltda. - REQUERIDO: I J P Farias Me - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629641-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mapa da Amazônia Indústria e Comércio de Saneantes Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por fim, quanto ao pedido de antecipação de tutela para determinar a retirada do nome do requerente de rol de devedores, porque a ré teria inscrito o autor com fundamento na fatura ora impugnada, entendo o que segue. Com efeito, para a concessão de tutela antecipada é necessário probabilidade do direito e perigo na demora, além de reversibilidade da medida, consoante art. 300, do NCPC. No caso em tela, não há elementos que corroborem a assertiva do autor que a fatura impugnada nesta lide é indevida, ainda que a cognição para antecipação de tutela, neste momento processual, seja sumária. Ademais, a fatura alvo de inscrição ainda não foi adimplida, de modo que a inscrição da empresa requerente consiste em exercício regular de um direito. Nesses termos, entendo que não há probabilidade do direito do autor em obter a exclusão do seu nome do rol de devedores. Considerando que os requisitos do art. 300, do NCPC, são cumulativos e que não encontra-se presente a probabilidade do direito, INDEFIRO o pedido de fls. 210/221.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0630225-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dimas Pontes de Arruda - REQUERIDO: Samaúma Park Shopping - Primeiramente, tendo em vista que há interesse de menor no feito, intime-se o Ministério Público via portal ESAJ para se manifestar no prazo de dez dias. No que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Escoado o prazo ministerial, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0632299-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cheque - EXEQUENTE: BRAGA MOTOS LTDA. - EXECUTADO: A. A. AUTOCENTER LTDA. - ME (MAUÉS AUTOCENTER) - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0632882-87.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Eletro Instalações Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A parte Requerida para proceder ao pagamento do valor correspondente a purgação da mora, no prazo de cinco (05) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633736-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jameson Antonio Leal Freire - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro, parcialmente, o pedido de fls. 85, uma vez que, já procedida consulta junto ao Bacenjud, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637560-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Construtora Uatuma Ltda - José Henrique Campbell da Fonseca - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO

PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639153-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Wiler Ferreira da Silva - REQUERIDO: Redecard S.a - Banco Bradesco S/A - Primeiramente, passo a analisar o pedido de chamamento ao processo, eis que, acaso acolhido, impede o prosseguimento dos feito para a fase instrutória, por ora. Poia bem. Entende o requerido Banco Bradesco que a Cielo S.A. deve integrar o polo passivo da lide porque haveria solidariedade passiva entre as rés e tal instituição, conforme art. 130, III, do NCPC. Contudo, ao compulsar os autos, não vislumbro qualquer documento que comprove a participação de tal instituição na relação fática narrada na peça exordial. Nesse sentido, não há como aferir se tal instituição participou dos fatos narrados, bem como, caso tenha participado, se existe vínculo de solidariedade das rés/autor com referida instituição. Nessa senda, INDEFIRO o chamamento ao processo da CIELO S.A.. Com efeito, deixo para analisar por ocasião da sentença as demais questões preliminares levantadas. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640921-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Decio Ranier Gutierrez Mustafa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640993-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Iolemario de Souza Loureiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade..

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641033-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joel Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641033-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joel Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641082-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luzitane Albuquerque do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641883-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Francisco Uranio Cosmo - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: RICARDO DE PAULA RIBEIRO (OAB 15928/DF) - Processo 0641983-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea - Caixa de Assistê. - EXECUTADA: Etiene Silva de Souza - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 82/83, providencie-se, desde logo, a pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642220-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Joaquim Daniel dos Santos Guimarães - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ab initio, verifico que o valor da causa permanece equivocado, pois o mesmo deve ser composto pelo valor controverso dos contratos somados (R$ 1.868,59) e, em razão da repetição do indébito, multiplicados por 02 (dois), restando o montante de R$ 3.737,18. Assim, nos moldes do art. 292, § 3º, do CPC, corrijo de ofício o valor da causa para R$ 3.737,18 (três mil, setecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos). No que se refere à gratuidade de justiça, após determinação para juntada de comprovantes de insuficiência de recursos para arcar com as despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento, colacionaram-se os documentos de fls. 26/42. De atenta análise dos referidos documentos, vislumbro que o autor não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio, assim, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Na oportunidade, faculto ao autor a oportunidade de manifestar interesse ou não na designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 § 4º do CPC. Em havendo interesse, determino à Secretaria que remeta os autos ao CEJUSC-Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Não havendo interesse na conciliação, decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Alterar o valor da causa para R$ 3.737,18 (três mil, setecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos); Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Em havendo interesse da parte ré na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 03 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0642866-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gislaine Albina Meirino de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Nesse diapasão, DEFIRO a antecipação de tutela requerida, nos moldes do art. 300, caput, do CPC, para determinar à Requerida, sob pena de incidência de multa de R$ 1.000,00, até o limite de 10 (dez) repetições, que se abstenha de efetuar o corte do fornecimento de água nas dependências do Requerente ou, caso já tenha feito, restabeleça no prazo de 02 (dois) dias corridos a contar da intimação oficial desta ordem judicial, bem como que, em igual prazo, retire o nome da Requerente dos cadastros de

proteção ao crédito e nos cartórios de protesto de títulos em virtude das faturas aqui discutidas. Superada a análise do pedido de antecipação de tutela, passo à análise dos pedidos processuais. No que se refere à gratuidade de justiça, após determinação para juntada de comprovantes de insuficiência de recursos para arcar com as despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento, colacionaram-se os documentos de fls. 49/54. De atenta análise dos documentos supracitados, verifico que a parte autora não detém capacidade financeira para arcar com as custas sem prejudicar seu sustento. Em razão disso, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Além disso, diante da manifestação da parte autora de possuir interesse em conciliar, determino a viabilização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do CPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Publicar a presente decisão para conhecimento das partes; Remeter os autos ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC CÍVEL), a fim de que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil. Int. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0646521-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denise Moura Macedo da Silva - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - DEFIRO o pedido de concessão do parcelamento. Tendo em vista o valor da causa, concedo-o em (02) duas prestações, devendo a primeira ser paga em até 5 (cinco) dias, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 03 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SOARES (OAB 9041/AM) - Processo 0646995-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Andréia Maria de Souza Santiago - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). - No caso em tela, o réu do processo é o Estado do Amazonas, motivo pelo que reconheço a incompetência desta Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para processar e julgar a presente ação, eis que DECLINO A COMPETÊNCIA em prol das Varas de Fazenda Pública desta Comarca. Ao Setor de Distribuição, para que ocorra a redistribuição do feito. Int. Cumpra-se

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647292-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joel da Silva Castro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647606-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ramises Eduardo da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no

contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 03 (três) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 03 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0656863-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Parque 10 Empreedimentos Imobiliários Spe - S.a (Construtora Tecnisa) - EXECUTADO: Raimundo Rodrigues - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: FÁBIO ROBERTO DE ALMEIDA TAVARES (OAB 147386/SP), ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM), ADV: RAFAEL ANTÔNIO DA SILVA (OAB 244223/SP) - Processo 0702395-16.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Mozarth Corrêa de Mello Júnior - REQUERIDA: Tüv Rheinland do Brasil - Manoel Belém - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 216, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

Adriana Regina Batista Vilaca (OAB 10787/AM)
Adriana Regina Batista Vilaça (OAB 10787/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
DIEGO FERRAZ D" AVILA (OAB 11566/MS)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fábio Roberto de Almeida Tavares (OAB 147386/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Aurélio Santos de Melo (OAB 9325/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pereira Sanches (OAB 39162/PR)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Amélia Saraiva (OAB 41233/SP)
Maria de Lourdes dos Santos Soares (OAB 9041/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Rafael Antônio da Silva (OAB 244223/SP)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Ricardo de Paula Ribeiro (OAB 15928/DF)
Ricardo Hoppe (OAB 13801/SC)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0344/2019

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691/AM), ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0224314-50.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Halen Lima da Silva - REQUERIDO: Diretora do Gremio Recreativo Escola de Samba Reino Unido da Liberdade - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FLORISVALDO CORREIA SOUZA JÚNIOR (OAB 969A/AM), ADV: JOSE D'ASSUNÇÃO DOS SANTOS (OAB 1226/RO) - Processo 0228192-75.2017.8.04.0001 (processo principal 0632025-07.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: C. Clever Andrade e Cia. Ltda. - ME - REQUERIDO: Lourenço de Jesus Dias Pires e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600467-85.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud, ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0600557-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Sidney Nagata da Rocha - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para condenar o requerido à entregar ao autor o aparelho descrito na petição inicial e declaração de venda de fl. 09. Condeno a parte requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0608645-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Moisés Cavalcante de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM) - Processo 0609141-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Farney Barroso de Albuquerque - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de fls. 32 recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis.

ADV: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS (OAB 11788/MT), ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM) - Processo 0611951-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Francisco Feitosa de Castro - REQUERIDO: Lucas Pereira da Silva - Pelo exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, porquanto ausente a condição da ação legitimidade passiva ad causam. Por conseguinte, revogo as medidas de urgência concedidas nos presentes autos. Condeno a parte autora em custas e honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa, contudo, a exigibilidade da cobrança, em razão do autor fazer jus à justiça gratuita (fl. 37).

ADV: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS (OAB 11788/MT), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0612537-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Rodrigo dos Santos Maciel e outro - REQUERIDO: Lucas Pereira da Silva - Pelo exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, porquanto ausente a condição da ação legitimidade passiva ad causam. Por conseguinte, revogo as medidas de urgência concedidas nos presentes autos. Condeno a parte autora em custas e honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa, contudo, a exigibilidade da cobrança, em razão do autor fazer jus à justiça gratuita (fl. 33).

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0616219-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Geap Autogestão em Saúde - REQUERIDA: Dulcilene Velozo Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0626172-12.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcus Adriano Viana Freire - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da petição de fls. 244, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628000-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Joao de Santana Neto - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0629542-62.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Samara de Andrade e Silva Jorgensen - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, inc. I, do CPC.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0630770-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosinaldo dos Santos Rebelo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0631494-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em face do exposto, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato e consolidar

em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Por força da sucumbência a parte requerida arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, que, com fulcro no artigo 85, § 2°, do Código de Processo Civil fixo em 10% do valor da causa.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0631729-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Associação Organização Não Governamental Nymuendaju - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0633271-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itaú Seguros de Auto e Residência S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0634741-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alciles Pereira Comape - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0634741-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alciles Pereira Comape - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0640330-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Marino Muniz - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CELIO COSTA RODRIGUES (OAB 11772/AM) - Processo 0640557-28.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Onerom Manaus Ltda - Epp - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, inc. I, do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0640657-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em face do exposto, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato e consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Por força da sucumbência a parte requerida arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, que, com fulcro no artigo 85, § 2°, do Código de Processo Civil fixo em 10% do valor da causa.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0643932-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sast Holdings e Participação Ltda. - EPP - Sandoval Bezerra da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VANESSA NUNES ZOGAHIB (OAB 10021/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0646147-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rita Garlete de Jesus Lima - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0650376-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Edinaldo Antônio Athan da Silva - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0653058-48.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Ana Cristina Rodrigues de Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0656056-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vista do Sol - REQUERIDO: Casa Nova Engenharia e Consultoria Ltda.

- Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Andrea Cristina de Melo Barbosa Campos (OAB 11788/MT)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Celio Costa Rodrigues (OAB 11772/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691/AM)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Florisvaldo Correia Souza Júnior (OAB 969A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Jose D'assunção dos Santos (OAB 1226/RO)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Nunes Zogahib (OAB 10021/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0345/2019

ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0208954-02.2019.8.04.0001 (processo principal 0604780-55.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Renato Nogueira Fradera - REQUERIDO: Igreja Evangélica do Avivamento Jesus é o Caminho - INTSSADO: Igreja Evangélica do Avivamento Jesus é o Caminho - Considerando a abertura do prazo de 05 (cinco) dias para o(a) autor(a) promover os atos e diligências, este se omitiu, diante disso e considerando que a última manifestação se deu há mais de três meses, malgrafo as intimações de fls. 46, 50, 54 e 58, JULGO EXTINTO o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 485, III, do CPC.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: DIEGO AVER DE ARAÚJO (OAB 59329/RS), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0250661-28.2011.8.04.0001/02 - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Magi Clean Administração de Serviços Ltda. - EXECUTADO: Pavinorte Pavimentações Ltda. - INTSSADO: Águas do Amazonas S/A - Vistos, etc. Indefiro o item "3" do pedido de fl. 487, em razão de se tratar de pretensão que deve obedecer ao procedimento incidental próprio da desconsideração da personalidade jurídica, na medida em que se almeja atingir o patrimônio de pessoa jurídica diversa da executada. Intime-se a executada a indicar bens passíveis de penhora, no prazo de cinco dias. Manifeste-se a exequente acerca dos documentos juntados às fls. 499 e seguintes, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender pertinente.

ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM), ADV: MARCELO TANURE CORRÊA (OAB 88051RJ), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM) - Processo 0603476-16.2017.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Netmed Instrumentos Científicos Eireli - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda. - INTSSADO: Instituto de Perícias da Amazônia - INPEAM - Pelo exposto, ACOLHO o embargos de declaração, para acrescentar à fundamentação da sentença os fundamentos acima transcritos, mantendo, todavia, incólume a parte dispositiva da decisão embargada.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0604086-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Trindade Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Contadoria para que apresente os cálculos atualizados da presente execução, consoante parâmetros estabelecidos na sentença de fls. 110/114, deduzido o valor depositado voluntariamente à fl. 174, e acrescido o saldo remanescente da multa de dez por cento e honorários advocatícios de dez por cento, previstos no art. 523, § 1º, CPC.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0605994-76.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Dorgam de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Considerando a dúvida suscitada na petição de fl. 477, retornem os autos à Contadoria para esclarecimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606252-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. dos A. Marques - ME - Shirlene dos Anjos Marques - Manifeste-se o exequente acerca do conteúdo da petição apresentada pelo Curador Especial às fls. 112/115, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0608787-17.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0660582-96.2018.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Rocy Ribeiro de Almeida Júnior - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Cite-se o embargado.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0613291-37.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Novaes Solução de Informática Ltda. - Luciane Costa dos Santos Novaes - Sérgio de Andrade Novaes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: JOYCE SOUZA ABREU DE MACEDO (OAB 7905/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0614029-59.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cooperativa - REQUERENTE: Cynthia Helena Corrêa da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Confirmado o depósito apenas do valor da entrada de 30% (trinta por cento), consoante comprovante retro. Com razão a exequente ao consignar que incumbia à executada, em demonstração de boa-fé processual e interesse na solução parcelada da dívida, proceder ao depósito das parcelas vincendas, enquanto não apreciado o requerimento de parcelamento, nos termos do disposto no art. 916, § 2º, do CPC. Não havendo comprovação de que assim procedera e discordando a exequente do modo de pagamento proposto (fls. 427/428), impõe-se a incidência da multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente. Assim, abatido o valor pago (R$ 9.420,49 - fls. 421 e 432), proceda-se à penhora on line Bacenjud no valor de 26.377,36 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), já acrescidos estes dos encargos previstos no art. 523, § 1º, do CPC. Após, siga-se os procedimentos previstos no despacho de fls. 411/412.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUILHERME GUIDI LEITE (OAB 328861/SP), ADV: MARCO DELUIGGI (OAB 220938/SP) - Processo 0617448-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Tec Toy S/A - REQUERIDO: Mix Comércio de Equipamentos de Telefonia Ltda. (Rep. Francisco Azevedo da Costa) - Mix Comércio de Equipamentos de Telefonia Ltda (Rep. Sérgio Almeida de Souza) - Vistos, etc. Embora citada à fl. 105, a executada não comprovou o pagamento da execução, nem apresentou embargos, razão pela qual defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s) via Bacenjud, no valor indicado na execução (art. 854, do CPC). Restando infrutífera a diligência acima, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s) via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º, do art. 829, do Diploma Processual Civil.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0619015-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Maria de Fátima Barros do Norte - Considerando a abertura do prazo de 5 (cinco) dias para o(a) autor(a) promover os atos e diligências, este se omitiu, diante disso, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 485, III, do CPC.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620433-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ivaldo Fonseca Passos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0622311-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dorimar de Souza Peres - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Restando inviável a realização da perícia, em razão da retirada do hidrômetro da unidade consumidora em questão, e à míngua de requerimento para produção de provas, denota-se que a causa está pronta para julgamento. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0623315-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria José Lima Machado - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Pelo exposto, REJEITO o embargos de declaração, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022, do Código de Processo Civil.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0623320-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ueverton Ferreira Rios - REQUERIDO: Condomínio Residencial Allegro Clube - Direcional Engenharia S/A - PERITO: Rogério Machado Batista - Não havendo provas outras pendentes de produção, e objetivando eventual alegação de surpresa, verifico que a causa está madura para julgamento, razão pela qual anuncio o julgamento de mérito. Venham os autos conclusos para sentença.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0626555-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Nogueira Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral (testemunhas), resumidamente, os fatos controvertidos que com ela pretendem esclarecer; no caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos; sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM) - Processo 0627589-63.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Ocir Carvalho Pereira - REQUERIDO: Rafael Douglas Machado de Moura - INTSSADO: Agência Banco do Brasil 3292-1 - Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao bloqueio e transferência para conta judicial à disposição deste Juízo do valor referente ao TED acostado aos autos em fl. 35, no valor de R$ 27.700,00, consoante ofício de fl. 45 (aviso de recebimento de fl. 47).

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0632060-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: E de S. Campelo Eireli - ME (Centro de Ensino Educar) - REQUERIDO: SAS Sistema de Ensino Ltda. - Considerando a alegação de “superveniente perda do objeto da ação” (fls. 337 e seguintes) e em obséquio ao princípio do contraditório e da cooperação entre as partes, abro o prazo de 10 (dez) dias para que a autora se manifeste sobre eventual desinteresse no prosseguimento da demanda. Havendo ou não manifestação, retornem os autos conclusos para sentença na mesma posição cronológica em que estavam.

ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB 10805/AM), ADV: DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM) - Processo 0634670-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Moisés Levingston Leão de Melo - Francimar de Oliveira Lopes - Maria Rachel Guimarães de Oliveira - Luã Paz Coelho - Benzilda Levingston Andrade Leão - REQUERIDO: Marcel Mafra Bicalho - Marcel Mafra Bicalho 2 - Marcel Mafra Bicalho 3 - Marcel Mafra Bicalho 06697251611 (FX BRC Investimentos) - Marcel Mafra Bicalho 06697251611 (FX BRC Investimentos 2) - Marcel Mafra Bicalho 06697251611 (FX BRC Investimentos 3) - Vistos, etc. Indefiro o pedido o item “a” de fl. 161, porquanto a penhora de ativos financeiros é medida tendente a alcançar, de maneira mais provável, o resultado prático pretendido, razão pela qual determino que se proceda a nova tentativa de penhora on line BacenJud. Verifico pendente a citação dos requeridos, sendo que nem ao menos foi expedida carta de citação para “D DE SOUSA PAULA-ME (Antiga COMPREBITCOINS SERVIÇOS DIGITAIS)” e “DEUSIANE DE SOUSA PAULA”, cujos endereços constam à fl. 2. Providencie-se. Outrossim, defiro o pedido de fl. 168, no que pertine à expedição de carta precatória para o juízo mineiro, visando a citação do primeiro requerido na unidade prisional onde supostamente estaria recolhido.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0655303-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0630603-26.2017.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Marinez Costa de Araújo - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Mega Prime Veículos - Citem-se os embargados.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0657240-77.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Asa Serviços de Aeroportos Ltda. - José Erasmo Alves de Melo - Vânia Lúcia de Almeida Melo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral (testemunhas), resumidamente, os fatos controvertidos que com ela pretendem esclarecer; no caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos; sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Denise Albuquerque Cervinho Martins (OAB 10811/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Aver de Araújo (OAB 59329/RS)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Guilherme Guidi Leite (OAB 328861/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Joyce Souza Abreu de Macedo (OAB 7905/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lanusa Kariza Meideiros da Silva Moura (OAB 14496/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcelo Tanure Corrêa (OAB 88051RJ)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
Marco Deluiggi (OAB 220938/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Renan Pena Martins (OAB 10805/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0346/2019

ADV: GRACO DINIZ FREGAPANI (OAB 2357/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM) - Processo 0230074-77.2014.8.04.0001 (processo principal 0014907-59.2000.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Agro Pecuária Mendonça Ltda. - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - Já concluindo, imperioso asseverar nesta assentada, que a jurisdição deste Juízo está exaurida, sendo forçoso dizer aqui que a matéria de liberar ou não o valor constrito cabe agora ao Juízo ad quem. Deste modo, impõe-se a perda do objeto, razão pela qual indefiro o pedido constante na petição de f. 457 a 471 e torno sem efeito a decisão de f. 456.

Graco Diniz Fregapani (OAB 2357/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0307/2019

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA LEITE (OAB 156387 SP), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: EDIVALDO NUNES RANIERI (OAB 115637/SP) - Processo 0030415-05.2005.8.04.0001 (001.05.030415-2) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Transporte Terrestre - IMPETRANTE: Solimões Transporte e Turismo Ltda. - Soltur - IMPETRADO: Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estados do Amazonas - Sinetram - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa, por prazo superior a 30 dias. Saliento que ao AR de f. 256, retornou com a justificativa de "mudou-se", mesmo sendo enviado no endereço constante na exordial informada pelo autor. No entanto, consoante entendimento da jurisprudência pátria, há presunção do recebimento da carta pelo autor, com fulcro no princípio da cooperação das partes, em que é dever destas informar ao juízo acerca de mudanças de endereço, sob pena de incorrer na validade do ato. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - ABANDONO DA CAUSA - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - MUDANÇA DE ENDEREÇO SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO - EXTINÇÃO DO PROCESSO. Considera-se válida a intimação do autor no seu endereço informado no processo, relevando-se que a sua mudança de endereço sem comunicação ao Juízo, na forma da lei, implica em presunção de legalidade da intimação então realizada formalmente. Abandono da causa reconhecido e declarado, na forma do art. 485, III e § 1º, do CPC. (TJ-MG - AC: 10342150074496002 MG, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/02/2019, Data de Publicação: 15/02/2019) APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 485, III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO DO AUTOR SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO PESSOAL VÁLIDA. INAPLICABILIDADE SÚMULA 240/STJ. DESPROVIMENTO. 1. A extinção do processo por abandono da causa pressupõe a demonstração de um elemento subjetivo imprescindível para aplicação dessa sanção processual, qual seja, o desinteresse da parte autora, consubstanciado na verificação de que a mesma, por não promover os atos e diligências que lhe incumbia, abandonou a causa por mais de 30 (trinta) dias, ao teor do artigo 485, III, Código de Processo Civil. 2. Verificado tal fato antes da extinção do feito, necessária a intimação pessoal da parte através de carta registrada com aviso de recebimento, para suprir a falta, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 1º do artigo 485, Código de Processo Civil. 3. Regularmente intimado o procurador para promover atos que lhe competiam, e certificado o decurso do prazo sem manifestação após a intimação pessoal da parte interessada, configurado está o abandono. 4. Válido o ato intimatório expedido para fins de intimação pessoal, nos moldes do § 1º do art. 485, CPC, cuidando-se de correspondência devolvida face a mudança de endereço do autor, sem comunicação ao juízo, porquanto dever da parte manter seu endereço atualizado nos autos. 5. Inaplicável a Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça, quando a parte contrária a despeito de citada, não manifestou nos autos. Precedentes. 6. Apelo conhecido e desprovido.(TJ-GO - APL: 00910643320098090137, Relator: Carlos Magno Rocha da Silva, Data de Julgamento: 23/07/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 23/07/2019). ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0614611-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc... Às fls. (108), a requerente foi intimada dar prosseguimento desta demanda, inviabilizando, o curso normal do processo. Certidões de publicação e de transcurso do prazo fls. (111). É o breve relatório. Decido. A citação e as diligências necessárias para efetivação do ato constituem pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, a ausência deste ato autoriza a extinção do feito, ex vi do art. 485, IV, c/c art. 240 § 2º, ambos do NCPC. Verifico, também, que a presente demanda foi ajuizada em 2014 e até o momento não foi efetivada a medida liminar, bem como realizada a citação, sendo um dever da parte requerente proceder às diligências cabíveis a fim de viabilizar a triangulação processual. Nesse condão, ressalto que incabível é o andamento indefinido de causas da mesma espécie, onde possa gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Assim, saliento que inexiste necessidade de intimação pessoal para que a parte cumpra a determinação judicial, cabível somente nas hipóteses previstas no art. 485, II e III do CPC. Pois não se trata de mero desinteresse no prosseguimento da demanda, e sim de desídia da mesma parte, porquanto evidente a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, tal entendimento corrobora-se com os julgados abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Quando o autor, devidamente intimado, não promove o recolhimento das custas do oficial de justiça para citação da parte requerida, é acertada a decisão do magistrado em extinguir o feito nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A intimação pessoal da parte autora, consoante o art. 485, § 1.º, do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do CPC, sendo, portanto, desnecessário no inciso IV. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06355736920178040001 AM 0635573-69.2017.8.04.0001, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 23/07/2018, Terceira Câmara Cível) (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR.

RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - É desnecessária a intimação pessoal do autor nos casos de extinção de processo com fundamento no inciso IV, do artigo 485, do CPC. - Recurso conhecido e improvido. (Tribunal de Justiça do Amazonas, 0001565-38.2005.8.04.0001 Apelação / Pagamento, relator Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Primeira Câmara Cível, julgado em 25/07/2016, data de registro 26/07/2016). (grifo nosso) CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO AO OFICIAL DE JUSTIÇA. CITAÇÃO DO PATRONO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Havendo a determinação do Juiz a quo para recolhimento das custas do Oficial de Justiça para citação da parte requerida e inexistindo qualquer manifestação no prazo estipulado, cabe ao Magistrado julgar o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. 2. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06024776320178040001 AM 0602477-63.2017.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 30/07/2018, Primeira Câmara Cível). (grifei) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO DESPROVIDO. I - O Código de Processo Civil de 2015 autoriza a extinção do feito quando não presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, onde se encaixa o vício de falta de citação, por não pagamento das custas do oficial de justiça. II - O Código de Processo Civil/2015 apenas exige intimação pessoal da parte para as hipóteses de extinção sem análise de mérito constantes dos incisos II e III de seu art. 485. Além disso, os princípios da economia processual e instrumentalidade das formas não podem ser utilizados como escusa para que parte deixe de promover as diligências essenciais à citação do requerido. III - Agravo interno desprovido. (TJ-AM 00090186720178040000 AM 0009018-67.2017.8.04.0000, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 25/02/2018, Terceira Câmara Cível). Registre-se, por fim, que a extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento não exige a intimação pessoal, sendo suficiente a realização do ato por publicação no DJE, medida que foi observada no processo em epígrafe. ANTE AO EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando à requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para abaixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas,determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P.R.I.C.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: CAROLINE SALERNO (OAB 384367/SP), ADV: RAISSA MOREIRA SOARES (OAB 365112SP), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0618321-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Bianca Carolina de Andrade Freitas - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, com resolução de mérito (artigo 487, inciso I, do CPC), JULGO PROCEDENTE a presente ação para CONSOLIDAR a tutela de urgência (fls.38/40) e DETERMINAR a continuidade do tratamento nos termos do relatório médico (fl.34), nos termos desta sentença. Em razão da sucumbência, arcará a ré com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários do advogado do autor, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais). P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624089-62.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 07/2003 a 06/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: SÍLVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS (OAB 157721/SP) - Processo 0626700-22.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva II Multicarteira Fundo de Investimento em Direito Créditorios não Padronizados - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa, por prazo superior a 30 dias. Saliento que ao AR de f. 256, retornou com a justificativa de “mudou-se”, mesmo sendo enviado no endereço constante na exordial informada pelo autor. No entanto, consoante entendimento da jurisprudência pátria, há presunção do recebimento da carta pelo autor, com fulcro no princípio da cooperação das partes, em que é dever destas informar ao juízo acerca de mudanças de endereço, sob pena de incorrer na validade do ato. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - ABANDONO DA CAUSA - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - MUDANÇA DE ENDEREÇO SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO - EXTINÇÃO DO PROCESSO. Considera-se válida a intimação do autor no seu endereço informado no processo, relevando-se que a sua mudança de endereço sem comunicação ao Juízo, na forma da lei, implica em presunção de legalidade da intimação então realizada formalmente. Abandono da causa reconhecido e declarado, na forma do art. 485, III e § 1º, do CPC. (TJ-MG - AC: 10342150074496002 MG, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/02/2019, Data de Publicação: 15/02/2019) APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 485, III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO DO AUTOR SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO PESSOAL VÁLIDA. INAPLICABILIDADE SÚMULA 240/STJ. DESPROVIMENTO. 1. A extinção do processo por abandono da causa pressupõe a demonstração de um elemento subjetivo imprescindível para aplicação dessa sanção processual, qual seja, o desinteresse da parte autora, consubstanciado na verificação de que a mesma, por não promover os atos e diligências que lhe incumbia, abandonou a causa por mais de 30 (trinta) dias, ao teor do artigo 485, III, Código de Processo Civil. 2. Verificado tal fato antes da extinção do feito, necessária a intimação pessoal da parte através de carta registrada com aviso de recebimento, para suprir a falta, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 1º do

artigo 485, Código de Processo Civil. 3. Regularmente intimado o procurador para promover atos que lhe competiam, e certificado o decurso do prazo sem manifestação após a intimação pessoal da parte interessada, configurado está o abandono. 4. Válido o ato intimatório expedido para fins de intimação pessoal, nos moldes do § 1º do art. 485, CPC, cuidando-se de correspondência devolvida face a mudança de endereço do autor, sem comunicação ao juízo, porquanto dever da parte manter seu endereço atualizado nos autos. 5. Inaplicável a Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça, quando a parte contrária a despeito de citada, não manifestou nos autos. Precedentes. 6. Apelo conhecido e desprovido.(TJ-GO - APL: 00910643320098090137, Relator: Carlos Magno Rocha da Silva, Data de Julgamento: 23/07/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 23/07/2019). ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627227-37.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 03/06 a 06/09, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0634603-74.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc... Às fls. (127), a requerente foi intimada para recolher as custas de diligência do oficial de justiça, sob as penas da lei, mas quedou-se inerte, o que demonstra o desinteresse quanto ao prosseguimento desta demanda, inviabilizando, o curso normal do processo. É o breve relatório. Decido. A citação e as diligências necessárias para efetivação do ato constituem pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, a ausência deste ato autoriza a extinção do feito, ex vi do art. 485, IV, c/c art. 240 § 2º, ambos do NCPC. Verifico, também, que a presente demanda foi ajuizada em 2014 e até o momento não foi efetivada a medida liminar, bem como realizada a citação, sendo um dever da parte requerente proceder às diligências cabíveis a fim de viabilizar a triangulação processual. Dito isto, o requerente foi intimado para dar andamento ao feito, porém deixou transcorrer o prazo in albis. Nesse condão, ressalto que incabível é o andamento indefinido de causas da mesma espécie, onde possa gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Assim, saliento que inexiste necessidade de intimação pessoal para que a parte cumpra a determinação judicial, cabível somente nas hipóteses previstas no art. 485, II e III do CPC. Pois não se trata de mero desinteresse no prosseguimento da demanda, e sim de desídia da mesma parte, porquanto evidente a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, tal entendimento corrobora-se com os julgados abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Quando o autor, devidamente intimado, não promove o recolhimento das custas do oficial de justiça para citação da parte requerida, é acertada a decisão do magistrado em extinguir o feito nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A intimação pessoal da parte autora, consoante o art. 485, § 1.º, do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do CPC, sendo, portanto, desnecessário no inciso IV. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06355736920178040001 AM 0635573-69.2017.8.04.0001, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 23/07/2018, Terceira Câmara Cível) (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - É desnecessária a intimação pessoal do autor nos casos de extinção de processo com fundamento no inciso IV, do artigo 485, do CPC. - Recurso conhecido e improvido. (Tribunal de Justiça do Amazonas, 0001565-38.2005.8.04.0001 Apelação / Pagamento, relator Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Primeira Câmara Cível, julgado em 25/07/2016, data de registro 26/07/2016). (grifo nosso) CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO AO OFICIAL DE JUSTIÇA. CITAÇÃO DO PATRONO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Havendo a determinação do Juiz a quo para recolhimento das custas do Oficial de Justiça para citação da parte requerida e inexistindo qualquer manifestação no prazo estipulado, cabe ao Magistrado julgar o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. 2. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06024776320178040001 AM 0602477-63.2017.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 30/07/2018, Primeira Câmara Cível). (grifei) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO DESPROVIDO. I - O Código de Processo Civil de 2015 autoriza a extinção do feito quando não presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, onde se encaixa o vício de falta de citação, por não pagamento das custas do oficial de justiça. II - O Código de Processo Civil/2015 apenas exige intimação pessoal da parte para as hipóteses de extinção sem análise de mérito constantes dos incisos II e III de seu art. 485. Além disso, os princípios da economia processual e instrumentalidade das formas não podem ser utilizados como escusa para que parte deixe de promover as diligências essenciais à citação do requerido. III - Agravo interno desprovido. (TJ-AM 00090186720178040000 AM 0009018-67.2017.8.04.0000, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 25/02/2018, Terceira Câmara Cível). Registre-se, por fim, que a extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento não exige a intimação pessoal, sendo suficiente a realização do ato por publicação no DJE, medida que foi observada no processo em epígrafe. ANTE AO EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando à requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos

à contadoria para abaixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas,determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P.R.I.C.

Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Caroline Salerno (OAB 384367/SP)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Edivaldo Nunes Ranieri (OAB 115637/SP)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Joselma Rodrigues da Silva Leite (OAB 156387 SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raissa Moreira Soares (OAB 365112SP)
Sílvia Aparecida Verreschi Costa Mota Santos (OAB 157721/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0308/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: DAVIS GENUINO DA SILVA (OAB 166514/SP), ADV: CARLOS DIOGO KORTE (OAB 180373/SP) - Processo 0062734-94.2003.8.04.0001 (apensado ao processo 0220156-54.2011.8.04.0001) (001.03.062734-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Petro _ Amazon Petroleo da Amazonia Ltda - Reicon Rebelo Indústria, Comércio e Navegação Ltda - Luiz Rebelo Neto - Luiz Mariano Cabral Rebelo - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras - PERITO: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - De ordem, abro vista à parte interessada acerca da proposta de honorários periciais de fls. 804, no prazo de 5 dias, conforme art. 465, §3° do NCPC.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0200885-93.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0240498-57.2009.8.04.0001) (001.10.200885-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Aly Nasser Abrahim Ballut - TERCEIRO I: Conselho Regional de Medicina - CRM - PERITO: Renildo Sergio Batista dos Anjos - Certifico para os devidos fins que ambos os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimem-se os Embargados para se manifestarem acerca dos Embargos de Declaração opostos respectivamente, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: MARTHA LORENA DA SILVEIRA CARNEIRO (OAB 6113/AM), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 341A/AM), ADV: MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: JACIR SCARTEZINI (OAB 7323/SC), ADV: MARIA IONE DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 9521/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0202308-49.2014.8.04.0001 (processo principal 0338329-76.2007.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - IMPUGNANTE: Banco da Amazônia S/A - IMPUGNADA: Distribuidora Rionegro Ltda - I Vista ao apelado para responder ao recurso de fls. 116/141 no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0205864-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lázaro dos Santos Barbosa - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder ao Recurso de Apelação de fls. 109/112 no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 115002RJ), ADV: ANTÔNIO VIEIRA SIAS (OAB 52317/RJ), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ALFREDO MELLO MAGALHÃES (OAB 99028/RJ), ADV: FÁBIO DIAS NOGUEIRA (OAB 8334/MA), ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM), ADV: ALEXANDRE DOS SANTOS MACIEIRA (OAB 24043/DF) - Processo 0207074-58.2008.8.04.0001 (001.08.207074-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Eclair Lucas - EXECUTADA: Centrais Elétricas do Brasil S/A - Eletrobrás - TERCEIRA: Procuradoria da União No Estado do Amazonas - De ordem, intimo a parte executada para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 472 juntada pela contadoria, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM), ADV: ALINE DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12411/AM), ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0210194-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rosa Maria Oliveira Nobre - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0229033-70.2017.8.04.0001 (processo principal 0203370-95.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nulidade - REQUERENTE: Larissa Barroso de Medeiros - REQUERIDA: Alpha Extração de Areia Ltda - INTSSADO: DELTA COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E NAVEGACAO LTDA - EPP - Ofícial do Cartório do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis de Manaus - Determino o prosseguimento da execução, com a designação de hasta pública do bem imóvel penhorado e avaliado no processo n° 0229031-03.2017.804.0001, (fls. 279/287), por meio de leilão judicial do imóvel, na forma do art. 879, II, do Código Processual Civil. Para tanto, nomeio como leiloeiro o Sr. Brian Galvão Frota,

inscrito na JUCEA sob o nº 18, com endereço comercial: rua JK, n. 115, Cj. Morada do Sol, Aleixo, Manaus/AM, contato: 98438-1616 / 3082-0647, e-mail: brian@amazonasleiloes.com.br, na forma do artigo 883 do CPC. Na forma do artigo 885 c/c 891, ambos do CPC, fixo o preço mínimo de 50% da avaliação. Comissão do leiloeiro, a ser paga pelo arrematante, fixada em 5% sobre o valor da arrematação, conforme artigo 884, parágrafo único, do CPC, c/c artigo 24 do Decreto-Lei 21.981/32. Em face dos princípios da economia e celeridade processual determino à secretaria que traslade cópias das fls. 279/287, penhora e avaliação realizado no processo n° 0229031-03.2017.804.0001. P.R.I.C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM) - Processo 0240498-57.2009.8.04.0001 (001.09.240498-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Aly Nasser Abrahim Ballut - PERITO: Renildo Sergio Batista dos Anjos - PROMOTOR: AURELY PEREIRA DE FREITAS (PROMOTORA DE JUSTIÇA) - Lilian Maria Pires Stone - PERITO: Renildo Sergio batista dos Anjos - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 925/929, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM) - Processo 0600499-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Alliance Comércio e Representação de Material Médico Hospitalar Ltda - EXECUTADO: ASSOCIAÇÃO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA - TERCEIRO I: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 152/161, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM) - Processo 0602152-30.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Silas de Queiroz Pedrosa - EXECUTADO: Márcio Alberto Verçosa Marinho - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0604443-66.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - ME (PRO-MOTOS) - ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - TERCEIRA: Setor de Cartas Precatórias do Fórum da Comarca de Santarém/PA - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605051-25.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Movam Amazonas Industria e Comercio de Moveis Ltda - Epp - Jose Heretiano da Silva Filho - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ANGÉLICA FEITOZA DO VALLE (OAB 28239/DF), ADV: ANGELICA FEITOZA DO VALLE (OAB 9897/AM) - Processo 0608284-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Barbosa Formoso - REQUERIDO: IMADCO COMÉRCIO DE BRINQUEDOS ELETRÔNICOS LTDA - DEPRECADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - REQUERIDO: Imad Alawie - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (assinado por pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 264, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: LEANDRO LEITAO LIMA (OAB 7266/AM) - Processo 0610673-51.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: S.S. - REQUERIDA: F.B.S.L. - Intime-se o requerente para cumprir integralmente a decisão de fls. 55/56. Após, a juntada da comprovação da purgação da mora, expeça-se Mandado de Restituição. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que recolha as custas referentes às diligências do oficial de justiça, na forma do portaria 116/217 - PTJ, atos Processuais) e ao teor da Portaria n. 10/2015 da Central de Mandados, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 26.06.2015, Ano VIII, Edição 1712, Página 11, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0612009-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Agnaldo Castro de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Abrahim Bady Bacry Filho - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM) - Processo 0612655-13.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Solange

Rodrigues da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (assinado por pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 260, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0612891-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADA: Ana Cristina Rodrigues Pinheiro - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0613157-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo Jayme Lima de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0617707-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Liviane Souza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0618460-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Menezes e Caram Ltda - Epp - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos na fl. 71, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0618762-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Sitram Transportes da Amazônia Ltda - EPP - Sebastião Carlos da Fonseca - Alair Barone Fonseca - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0619959-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Geofran Lopes Tavares - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620409-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Murilo Rafael Cunha Batista - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0621272-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Akc Souza Eireli - REQUERIDO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 349/354, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0622445-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Emanuel Rodrigues Pereira - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622834-64.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: AGACY FERREIRA DA SILVA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 124, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0623079-46.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0601437-17.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - EMBARGADO: MDV de Araújo - ME - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC) - Processo 0624373-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Juciland Moreira Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC) - Processo 0626539-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nájila dos Santos de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SAMARA SCHUCH BUENO (OAB 324812/SP), ADV: RENATA TEIXEIRA DE ANDRADE (OAB 429566/SP), ADV: MAURÍCIO ANTONIO TAMER (OAB 328987/SP), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM), ADV: RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM (OAB 138578/SP), ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: RONY VAINZOF (OAB 231678/SP) - Processo 0626815-72.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.A.M.P.E.A. - REQUERIDO: RONNY ANDREWS DE ARAUJO - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 357/360, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: INGRYD PELTIER JUSTINO ARAUJO (OAB 12795/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0627335-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Gilmara Fernandes de Souza - Luis Francisco de Souza - REQUERIDO: Geovani Silva Nascimento - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0628968-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partners Participações Ltda - REQUERIDO: Tekman Tecnologia e Manutenção Ltda-me (Nome Fantasia: Mr. Chinese) - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 190/195, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0630670-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - REQUERIDO: JONISON RAMOS DOS SANTOS - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0631858-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José das Neves Lopes - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa de endereço através do sistema RENAJUD e INFOJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0633262-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - EXECUTADO: Fenix da Amazonia Ltda - Ana Rosa Brito Vieira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0634232-42.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Braga e Gomes Comércio de Plásticos Ltda - JJ Importação - Oreni Campêlo Braga da Silva - Jullyano Braga da Silva - RH. Determino à Sra. Escrivã que informe à SERASA EXPERIAN o valor atualizado da execução a fim de que aquele órgão possa dar baixa no CPF do Executado.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0637723-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patriurbis 03 Empreendimentos Imobiliários - Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Patri Vinte e Dois Empreendimentos Imobiliários - Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários - Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários - Patriurbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda - Patri Doze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Patri Dez Empreendimentos Imobiliários - Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Patriurbis Empreendimento Imobiliario S.a - Manau Empreendimentos e Construções Ltda - REQUERIDO: Skill Serviço de Construção Ltda-me (Pelo Seu Representante Pericles Miazato) - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0640840-90.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: OBERNEI DE SOUZA OLIVEIRA - Determino a intimação da parte autora a fim de proceder ao pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria n° 116/2017 PTJ-AM, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV, do Código Processual Civil.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0643017-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Izabel Ribeiro

Gomes - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: abrahim bady bracy filho - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0643415-71.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A M Aguiar Mercearias - Arelli Viana de Albuquerque - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: TALITA SILVA DAVID (OAB 9182/AM), ADV: CAMILA LEITE DUARTE (OAB 11727/AM), ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM) - Processo 0644328-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: S.E.I.P.C.E.A.S. - REQUERIDO: J.N.S.S. - J.N.S.S.M.V.E. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP) - Processo 0648470-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ronaldo Celio Monteiro de Lima - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0659107-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eduardo Silva de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0707980-49.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: GRETHA CARINECHA SILVA DE MENEZES - REQUERIDO: H.S.J. - DENUNCIADO: Isaac Tayah - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 495/506 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

Alexandre dos Santos Macieira (OAB 24043/DF)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Alfredo Mello Magalhães (OAB 99028/RJ)
Aline dos Santos Oliveira (OAB 12411/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Angélica Feitoza do Valle (OAB 28239/DF)
Angelica Feitoza do Valle (OAB 9897/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Antônio Vidal de Lima (OAB 341A/AM)
Antônio Vieira Sias (OAB 52317/RJ)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Camila Leite Duarte (OAB 11727/AM)
Carlos Diogo Korte (OAB 180373/SP)
Carlos Eduardo de Oliveira da Silva (OAB 115002RJ)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Davis Genuino da Silva (OAB 166514/SP)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Dias Nogueira (OAB 8334/MA)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Ingryd Peltier Justino Araujo (OAB 12795/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Jacir Scartezini (OAB 7323/SC)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)

Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO LEITAO LIMA (OAB 7266/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB 9521/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Martha Lorena da Silveira Carneiro (OAB 6113/AM)
Maurício Antonio Tamer (OAB 328987/SP)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
RENATA TEIXEIRA DE ANDRADE (OAB 429566/SP)
Renato Muller da Silva Opice Blum (OAB 138578/SP)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rony Vainzof (OAB 231678/SP)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Samara Schuch Bueno (OAB 324812/SP)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Talita Silva David (OAB 9182/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0602897-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvio Margonar Neto - REQUERIDO: Santa Leôncia Empreendimentos Imobiliários Ltda - São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Considerando as disposições do Código de Processo Civil de 2015, designo audiência de conciliação, para 21/10/2019 às 11:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC-Cível, localizado no 4º andar, Setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, observando-se o lapso de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de 10 (dez) dias. Ressalte-se na intimação das partes, que a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados devidamente habilitados nos autos, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA (OAB 164322A/SP), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0604387-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: RAUBRY GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - ME - Roberto Aubry Amprino - REQUERIDO: Powertech Comercial Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por RAUBRY GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - ME contra Powertech Comercial Ltda., com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, nos

termos do art. 85 do CPC/15. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se a parte apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: PLÍNIO IVAN PESSOA DA SILVA (OAB 8770/AM), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 31464/SP), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0605358-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: LUCIMARA CONCEIÇÃO DE MIRANDA - REQUERIDO: ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso V, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ; sob pena de extinção.

ADV: SAMARA SCHUCH BUENO (OAB 324812/SP), ADV: RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM (OAB 138578/SP), ADV: RONY VAINZOF (OAB 231678/SP), ADV: MARCO JORGE EUGLE GUIMARÃES (OAB 323229/SP), ADV: MAURÍCIO ANTONIO TAMER (OAB 328987/SP), ADV: PAULA LIMA ZANONA (OAB 344320SP) - Processo 0607068-68.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: S.A.M.P.E.A.S. - REQUERIDO: M.I.P.C. - E.V.S. - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 322/325, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0607618-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Carla Medrado Teixeira - Stanley Castelo Branco Teixeira - REQUERIDO: Construtora Capital Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: ( ) Requerente/Embargada, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos.

ADV: GABRIELA SOUTO BRANCO (OAB 12814/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM) - Processo 0608253-44.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Portal Industria e Comercio de Vidros Ltda - REQUERIDA: Ednaide Pereira da Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 60, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: PEDRO VALDIR LEITÃO MENDONÇA (OAB 8790/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0612077-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: DANIEL SILVA CAVALCANTE - LENICE SILVA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Santo Amadeu Empreendimentos Imobiliários LTDA- Capital Rossi - Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Santo Amadeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Designo audiência de conciliação, 07/10/2019 às 09:00 horas observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo que a intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, via diário eletrônico, conforme art. 334 §3º do CPC. Intime-se os réus via intimação eletrônica, uma vez que estão no rol de grandes demandadas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ROSANA SILVA GOMES DE LUCCA (OAB 152584/SP), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM) - Processo 0612295-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Sharp do Brasil S/A - REQUERIDO: Industrial Oriente de Polímeros Ltda - Antonio Reginaldo Pizzonia - Luiz Mario Pizzonia - Ricardo Rossete Moraes Filho - PERITO: AMARILDO ALMEIDA DE LIMA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; (x) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o laudo pericial juntado às fls.302/507, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0612726-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Cezar Lopes Ferreira - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 108/112, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0617112-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Imarita Tavares de Araujo - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - De Ordem da

MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.320/337, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FABÍOLA DA COSTA FERREIRA (OAB 7875/AM) - Processo 0619890-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: WILLIAM FLETIER ALMEIDA DA ROCHA - REQUERIDO: IMBRASCO EMPREEMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - LAION EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 243/268, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0620287-85.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: RAIMUNDA DE MATOS FERREIRA - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 90/93, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR), ADV: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B/PE), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM) - Processo 0623553-51.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Simao Dantas De Oliveira - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 125/128, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0627552-12.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Márcia Jaqueline Mendonça Maciel - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: VITOR MOURA VILARINHO (OAB 177597/RJ), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: ADRIANO TORRES BACELAR (OAB 175770/RJ) - Processo 0629713-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Davison Santos da Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Regularizar a sua representação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 76, do NCPC), conforme art. 1º, inciso X, segunda parte, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633192-25.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. - REQUERIDA: Lícia Chacon Paixão - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 93/96, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM) - Processo 0636719-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MADSON JANDER LIMA MOREIRA - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls.176/178). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA

PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0637307-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ROMULO BENTES DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado, para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 251/255 e 260/280, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0638361-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodrigo Pontes da Costa - REQUERIDO: Alzanir Caldas Magalhães - Israel Jonathan Oliveira Torres - CURADORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE JESUS P. PINHEIRO (OAB 10968/AM) - Processo 0643057-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Parcelamento - REQUERENTE: Raimunda Marinho Belém - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, a não inclusão do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, bem como não efetuar a interrupção do fornecimento de energia da unidade consumidora, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Adriano Torres Bacelar (OAB 175770/RJ)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Almeida (OAB 164322A/SP)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabíola da Costa Ferreira (OAB 7875/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Gabriela Souto Branco (OAB 12814/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Jorge Eugle Guimarães (OAB 323229/SP)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria de Jesus P. Pinheiro (OAB 10968/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maurício Antonio Tamer (OAB 328987/SP)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Lima Zanona (OAB 344320SP)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Paulo Henrique Ferreira (OAB 894B/PE)
Pedro Valdir Leitão Mendonça (OAB 8790/AM)

Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Plínio Ivan Pessoa da Silva (OAB 8770/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato Muller da Silva Opice Blum (OAB 138578/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rony Vainzof (OAB 231678/SP)
Rosana Silva Gomes de Lucca (OAB 152584/SP)
Samara Schuch Bueno (OAB 324812/SP)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 31464/SP)
Vitor Moura Vilarinho (OAB 177597/RJ)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM) - Processo 0010787-12.1996.8.04.0012 (012.96.010787-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Hans Peter Koenig e outro - REQUERIDO: William Robert Lauschner e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE SOARES MAGALHAES (OAB 34537/DF), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM) - Processo 0024359-44.2010.8.04.0012 (012.10.024359-5) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Walber Luis Silva do Nascimento - Elvys de Paula Freitas - Nora Ney Oliveira da Silva - REQUERIDO: Habitec - Hab. Empreend. e Construcao Ltda - INTSSADO: Jussara Maria Pordeus e Silva Cardoso - Vistos etc. Foi homologado acordo entre as partes litigantes - fls. 284 -, encontrando-se o processo em fase de cumprimento de sentença, considerando que os requerentes Elvys de Paula Freitas e Nora Ney Oliveira da Silva não teriam cumprido com a avença. A requerida deu quitação apenas ao requerente Walber Luís da Silva Nascimento - fls. 462. Às fls. 533, foi prolatada decisão indeferindo os pedidos de impugnação aos cálculos formulados por Nora Ney Oliveira da Silva e Elvys de Paula Freitas, havendo ambos interposto embargos de declaração às fls. 538/559 e 561/580, respectivamente. Às fls. 586/611, Nora Ney Oliveira da Silva interpôs agravo retido e às fls. 633/640 ofereceu bem à penhora, consistente no imóvel objeto do contrato discutido na presente ação, sendo que a terceira interessada Jussara Maria Pordeus e Silva Cardoso já havia se manifestado de forma contrária à penhora, às fls. 620/625, afirmando ser a verdadeira proprietária do imóvel em questão, encontrando-se na posse do mesmo. Há pedido de julgamento antecipado da lide formulado por Elvys de Paula Freitas - fls. 666/676 - e tentativas de composição trazidas por Nora Ney Oliveira da Silva, às fls. 689/691 e às fls. 699/700, que restaram infrutíferas. Às fls. 727, Nora Ney Oliveira da Silva pleiteia que o imóvel, no estado em que se encontra na posse da interessada Jussara Maria Pordeus, seja devolvido à requerida, com a sua exclusão da lide. Determinei o cadastro de Jussara Maria Pordeus no processo como interessada e que a partes se manifestassem sobre as negociações - fls. 729 (despacho datado de 25/04/2019). Foram trasladadas as peças alusivas aos embargos de devedor interpostos por Nora Ney Oliveira da Silva em 22/10/2009 - fls. 983/1004 -, bem como manifestação da requerida acerca dos embargos (fls. 1037/1042), seguidas de pedido de julgamento antecipado da lide (fls. 1046/1056) e de manifestação da Habitec sobre o agravo retido interposto (fls. 1072/1077). Às fls. 1108, foi certificado o traslado das peças acima mencionadas. Às fls. 1109, Elvys de Paula Freitas informa que não houve acordo. Às fls. 1110, Nora Ney Oliveira da Silva pleiteia o reconhecimento da propriedade em favor de Jussara Maria Pordeus com a sua consequente exclusão da lide, além de ressarcimento de IPTUs que se encontravam em atraso; alternativamente, caso este Juízo entenda ser o imóvel de propriedade de Nora Ney, protesta pela entrega do imóvel à Habitec, com a retirada do nome da requerente Nora Ney como responsável pela dívida. Verifico a existência de incidentes diversos pendentes de decisão, entre eles embargos de declaração, embargos de devedor e agravo retido, além de pedido de julgamento antecipado da lide e definição da propriedade do imóvel cujo contrato encontra-se em nome de Nora Ney Oliveira da Silva, com posse de Jussara Maria Pordeus. Passo, portanto, a sanear o processo e a decidir algumas das questões pendentes. Primeiramente, considerando que a Habitec deu quitação ao requerente Walber Luís da Silva Nascimento, determino a exclusão do mesmo da lide, devendo a Secretaria proceder às anotações devidas. Verifico que não houve cumprimento do despacho de fls. 1044, datado de 06/08/2010, que determinou a remessa dos autos à Contadoria para que fossem prestados esclarecimentos acerca das alegações de erro dos cálculos, razão pela qual determino que assim se proceda, devendo a Contadoria considerar os cálculos de fls. 438/443, e as alegações de fls. 488/496 e de fls. 510/519, além do que restou acordado em audiência (fls. 284). Após análise das alegações de erro de cálculo, determino que a Contadoria proceda à atualização dos valores devidos por Elvys de Paula Freitas e Nora Ney Oliveira da Silva. Quanto à propriedade da casa 24, cujo contrato de financiamento foi formalizado com Nora Ney Oliveira da Silva, consta nos autos o ingresso de terceira interessada - Jussara Maria Pordeus e Silva Cardoso - que alega ser a verdadeira proprietária do imóvel, que lhe teria sido repassado, e também ao seu então esposo Victor Hugo Mota de Menezes, antes mesmo da entrega do bem. Afirma que o lance para contemplação do imóvel foi ofertado com recursos do casal, sendo outorgada procuração por Nora Ney Jussara Pordeus, tanto que esta recebeu o imóvel no ato da entrega (fls. 58). Inclusive, na audiência em que foi formalizado o acordo em execução, Nora Ney foi representada por Jussara Pordeus. Nora Ney Oliveira da Silva, por sua vez, anui com o que foi afirmado por Jussara Pordeus, não havendo dúvidas de que a propriedade de fato do imóvel pertence a essa última que, aliás, encontra-se na posse do bem. Trata-se de típico “contrato de gaveta”, modalidade que traz evidentes riscos, sendo prática comum em financiamentos imobiliários, que consiste em acordo particular entre o mutuário que adquiriu o financiamento com um banco ou construtora, e um terceiro. Com a edição da Lei nº 10.150/2000, foi prevista a possibilidade de regularização das transferências informais realizadas até 25/10/1996, sem anuência da instituição financeira. Neste caso, o cessionário teria legitimidade ativa para discutir obrigações contratuais. Entretanto, entendo que a Lei nº 10.150/2000 não se aplica ao presente caso, considerando que o contrato de financiamento em sistema de consórcio não foi celebrado com instituição financeira, e sim diretamente com a construtora, que não ostenta a condição de agente financeiro. Ademais, a Habitec não se manifestou de forma contrária ao ingresso de Jussara Maria Pordeus na lide, na condição de terceira

interessada, além de haver acatado como válidos todos os atos praticados pela mesma através de procuração outorgada por Nora Ney Oliveira da Silva, inclusive para representá-la em audiência com celebração de acordo. A considerar o lapso temporal entre a entrega do imóvel a Jussara Maria Pordeus - 17/04/2000 (fls. 58) - e a posse exercida pela mesma de forma mansa e pacífica desde então (19 anos), resta nítida a consolidação da situação de fato no tempo, devendo ser aplicada a "teoria do fato consumado", não havendo como considerar inválido o "contrato de gaveta". O Superior Tribunal de Justiça já decidiu sobre a manutenção de situação consolidada pelo decurso do tempo, quando a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VAGA EM VESTIBULAR. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. POSSIBILIDADE. 1. Acerca da Teoria do Fato Consumado, constata-se que a sua aplicação pela Corte local encontra amparo na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, onde se firmou a compreensão de que, "Em casos excepcionais, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo por intermédio do mandado de segurança concedido (in casu, a conclusão do curso e obtenção do diploma), a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de admitir a aplicação da teoria do fato consumado" (AgInt no REsp 1.338.886/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 6/3/2018, DJe 19/4/2018). 2. O Tribunal de origem, ao analisar a situação concreta dos autos, manteve a conclusão da sentença acerca da ausência de razoabilidade na eliminação do candidato que, embora tendo se inscrito equivocadamente no vestibular como cotista, graças à elevada nota/escore que alcançou nas provas, reuniu condições para ingresso nas vagas destinadas à ampla concorrência. 3. Ademais disso, pelos anos já transcorridos desde a concessão e cumprimento da medida liminar, lícito presumir que o impetrante já tenha concluído seu curso, em contexto que também opera em favor da manutenção da concessão do writ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (grifei) (STJ - AgRg no AREsp: 522431 RS 2014/0126490-2, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 19/03/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2019). Ademais, depreende-se que as parcelas pagas pelo imóvel até então, foram suportadas por Jussara Maria Pordeus, na condição de cessionária, e não por Nora Ney, assim como a devolução do imóvel interessa apenas a esta última, e não àquela, que realizou investimentos em benfeitorias e encontra-se na posse do bem há tantos anos. Dessa forma, acolho o pleito formulado por Nora Ney Oliveira da Silva às fls. 1110 para reconhecer a propriedade do imóvel (casa 24) objeto do contrato em discussão em favor de Jussara Maria Pordeus e Silva Cardoso, terceira interessada, que passará a compor a lide na condição de parte, excluindo-se da lide, em consequência, Nora Ney Oliveira da Silva. Quanto ao pleito de ressarcimento de pagamentos de IPTU que se encontravam inadimplidos, indefiro-o por entender que a presente ação não é meio adequado para tratar de questão que diz respeito somente a Nora Ney Oliveira da Silva e Jussara Maria Pordeus e Silva Cardoso. Retornando os autos da Contadoria, abra-se vista às partes para manifestação no prazo de 15 dias, devendo, no mesmo ato, especificarem provas que pretendam produzir e sua finalidade. Não havendo provas a produzir, sejam os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0046721-83.2004.8.04.0001 (001.04.046721-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0051465-58.2003.8.04.0001 (001.03.051465-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0205758-68.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0211842-56.2010.8.04.0001 (001.10.211842-7) - Monitória - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDA: Deny Francy Araújo da Rocha (Rocha Financeira) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: MARCELLO TAQUES LEITE (OAB 13768/MT), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0218225-50.2010.8.04.0001 (001.10.218225-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Elton Franco de Souza - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: CAROLINI GUEDES DA SILVEIRA COLARES (OAB 7180/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ISABELA SOARES MARINHO FALCÃO (OAB 548A/AM) - Processo 0237227-98.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0052294-34.2006.8.04.0001) (processo principal 0052294-34.2006.8.04.0001) - Oposição - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alzeneide Lima Alves - REQUERIDO:

Julio Cesar Lima da Silva e outro - "Vistos etc. Alzeneide Lima Alves ajuizou a presente Oposição em face de autores e réu da ação 0052294-34.2006 apensa. A opoente pretende a anulação de Termo de Audiência de fl. 185 do apenso, no qual o requerido Júlio César Lima da Silva promete a venda de um imóvel de sua propriedade para pagamento de acordo firmado com os requerentes. Pede também o reconhecimento de que o imóvel supostamente prometido lhe pertence, estando, portanto, fora da disponibilidade do requerido. Verifico que a presente oposição não foi processada pelo juízo à época de sua interposição. Decido. O requerido jamais individualizou o imóvel que pretendia vender, de modo que não há como determinar se tal bem seria o apresentado pela opoente. Além disso, o acordo não foi cumprido pelo requerido e sequer homologado pelo juízo à época, motivo pelo qual a decisão de fl. 206 do apenso, reconhece a conciliação como frustrada, não sendo possível a execução do mencionado acordo. Não houve recurso daquela decisão, já coberta pela preclusão. Da mesma forma, a oposição é procedimento hábil para aquele que pretende a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu. No caso, os opostos divergem sobre a titularidade de indenização dada pela SUHAB em razão da desocupação de casas afetadas pelo programa estadual PROSAMIN, não havendo pretensão sobre o imóvel apontado pela opoente. Assim, dada a falta de interesse de agir da opoente, declaro extinto o presente feito, nos termos do art. 485, VI, CPC. Determino o cadastramento das partes no SAJ. Custas pela opoente, das quais está isenta diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivemse imediatamente. Cumpra-se."

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0254391-81.2010.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA CREUZA COSTA DE SEIXAS (OAB 003.186/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES (OAB 98709/SP) - Processo 0334799-64.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0003310-82.2007.8.04.0001) (001.07.334799-0) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: S. Pasaneli Comércio e Representação Ltda - EMBARGADA: Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos à execução, e extingo o processo com exame do mérito na forma do CPC, art. 487, inc. I. Prossiga a execução em seus ulteriores termos, salvo se já extinta por outro motivo. Condeno a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes à proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, CPC. Translade-se cópia desta decisão aos autos de execução. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA (OAB 25867/PE), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0601409-20.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO TRIANGULO S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 43621/RS) - Processo 0601766-97.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Renova Companhia Secutizadora de Créditos Financeiros S/A - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do exequente, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, sob pena de extinção. Entretanto, o requerente não foi localizado no endereço fornecido, deixando a execução abandonada. Decido. Está claro o descaso do exequente que deixou o feito paralisado por anos, sequer atualizando seu endereço para intimação. Ora, não pode o executado, devedor na relação jurídica objeto da ação, ficar ad aeternum em estado de inadimplência, podendo ser acionado a qualquer tempo para adimplir dívida da qual, muitas vezes, sequer se recorda. Caracteriza verdadeira ofensa à segurança jurídica. Por tal razão, e obedecendo ao brocardo jurídico segundo o qual o direito não socorre aos que dormem, surgiu o instituto da prescrição, que nada mais é que a perda do direito de pretensão frente à inércia do credor. Quando isto ocorre em ação em curso, resta caracterizada a prescrição intercorrente. Sobre o assunto já se pronunciou o STJ: "A prescrição intercorrente se consuma na hipótese em que a parte, devendo realizar ato indispensável à continuação do processo, deixa de fazê-lo, deixando transcorrer o lapso prescricional" (STJ, Ac. 6a T., REsp. 474.771/SP, Rel. Min. Vicente Leal) Nas palavras de Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald: "trata-se de conclusão lógica: assim como o autor não pode ser prejudicado pela demora do Estado-Juiz em proferir uma sentença, o réu não pode ser prejudicado porque o autor abandonou o processo, apesar de intimado devidamente para dar andamento a ele, e o magistrado deixou de extinguir a demanda." (Curso de direito civil: parte geral e LINDB, volume 1 - 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.) No presente caso, deixou o exequente de promover os atos que lhe competiam para o prosseguimento da execução, razão pela qual passou a correr o prazo prescricional. A jurisprudência no mesmo sentido: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - PROCESSO REMETIDO AO ARQUIVO PROVISÓRIO - DECURSO DE PRAZO DE MAIS DE 13 ANOS - INTIMAÇÃO DA PARTE PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO - DESNECESSÁRIA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA - RECURSO PROVIDO. 1. O instituto da prescrição visa proporcionar segurança jurídica às relações sociais, determinando a produção de efeitos jurídicos em decorrência do transcurso do tempo. O Código Civil fulmina direitos e pretensões, caso não exercidos ou postulados em determinado espaço de tempo. É a própria lei, em caráter excepcional, quem coloca a salvo alguns direitos, conferindo-lhes imunidade contra a prescrição, a exemplo dos direitos da personalidade. 2. Se o processo executivo fica paralisado além do prazo prescricional, deve ser extinto em virtude da prescrição intercorrente, inclusive de ofício (art. 219, § 5º do CPC), independentemente da intimação prévia do exequente ou requerimento do executado. O abandono pressupõe desídia, daí a necessidade de intimação pessoal da parte, mesmo quando possua advogado constituído nos autos. A prescrição, no entanto, embora puna a desídia, ocorre tão somente pela inércia do titular do direito pelo prazo previsto em lei. Regra geral, portanto, é a prescritibilidade das pretensões. Daí que, permanecendo o processo em arquivo provisório por mais de treze anos, há que ser declarada a prescrição intercorrente. (TJ-MS - APL: 08369259520138120001 MS 0836925-95.2013.8.12.0001, Relator: Des. Sideni Soncini Pimentel, Data de Julgamento: 16/12/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/01/2015). Assim, reconheço a prescrição intercorrente e determino a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0602624-60.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no

prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602674-18.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0607297-67.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Solinos Ltda - Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: PAULO ROBERTO LIMA DA SILVA (OAB 8334/AM), ADV: EMÍDIO NERI SANTIAGO NETO (OAB 6769/AM) - Processo 0610966-94.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: GERSON PEREIRA VIANA - EXECUTADO: Anderson Felipe Meireles da Cruz - Dito isso, acolho a exceção de pré-executividade e declaro EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 485, VI; 784, III e 803, I, do CPC. Custas pelo autor, dos quais está temporariamente dispensando diante da justiça gratuita que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0611090-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a - Basa - EXECUTADO: Alberto Carlos da Silva - Me e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: IONEIA ILDA VERONEZE (OAB 26856/PR), ADV: ANDRÉ ALEXANDRE JORGE GUAPO (OAB 252736/SP) - Processo 0614129-48.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Assim, em decorrência da falta de citação e da falta de preparo para expedição de atos citatórios, declaro extinto o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0615714-72.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: FABIANA ZAPPIA DE AZEVEDO FROTA ARAGÃO (OAB 6982/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB A914AM) - Processo 0617079-98.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rogério Soares de Souza - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S/A. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617198-88.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HERIVELTO PAIVA (OAB 40212/RS) - Processo 0617297-92.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Calçados Pegada Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0618812-65.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: L J Guerra e Cia Ltda - Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0618931-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e suspendo o processo com julgamento do mérito, nos termos do CPC 922. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ultrapassado o prazo previsto para cumprimento do acordo, intimem-se as partes para falarem sobre seu cumprimento. Em caso de cumprimento integral ou ausência de manifestação, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0621697-18.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0622980-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Greicelene Veiga Valente - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624371-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0624586-13.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raimundo Gomes Bandeira - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consorcios de Seguro DPVAT S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625650-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Carlos Narcelio Martins - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0626096-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: TRILHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA LTDA e outros - Vistos etc. Devidamente recolhidos os emolumentos do Oficial de Justiça (fls. 129 e 144), expeça-se mandado de citação. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0626202-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais para a expedição de Cartas e Ofício e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOHN VANE BESSA ROSA (OAB 4640/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0626608-39.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Manuel Anselmo da Silva Campos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0626835-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sparcon Empreendimento Comercio e Representacoes Ltda - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628551-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0629417-07.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE GUIMARÃES BRANDÃO - Vistos etc. Intime-se o autor para responder aos embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do CPC, §5º 702. Cumpra-se.

ADV: VITOR LIMA MONAI MONTESSI (OAB 1821/RR) - Processo 0630160-07.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Mariene Martins Nunes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL DE ANDRADE NETO (OAB 220265/SP) - Processo 0631515-23.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ticket Serviços S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÍLVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS (OAB 157721/SP), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0632285-21.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632402-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em

conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0633473-83.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0633829-05.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0634023-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Comércio de Frios Manaus Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a petição de fls. 89/90.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634424-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0634783-56.2015.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Osmar da Conceição - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0635347-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0636696-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0637248-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0637962-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mario Jorge Lasmar de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação do despacho de fls. 465. Dessa forma, intimo as partes para que tomem ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. Intimem-se.Cumpra-se."

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0640198-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0640882-71.2017.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. (Banco Losango S/A - Banco Multiplo. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (OAB 1133A/AM) - Processo 0643527-40.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0645903-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Hilton Pinho de Assis - REQUERIDO: Rivaldo Salviano Campos - Vistos etc. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao processo. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0713470-52.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

Alexandre de Almeida (OAB 43621/RS)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
André Alexandre Jorge Guapo (OAB 252736/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Benedicto Celso Benicio Junior (OAB 1133A/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carolini Guedes da Silveira Colares (OAB 7180/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel de Andrade Neto (OAB 220265/SP)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emídio Neri Santiago Neto (OAB 6769/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiana Zappia de Azevedo Frota Aragão (OAB 6982/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Herivelto Paiva (OAB 40212/RS)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Ioneia Ilda Veroneze (OAB 26856/PR)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Soares Marinho Falcão (OAB 548A/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
John Vane Bessa Rosa (OAB 4640/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Marcello Taques Leite (OAB 13768/MT)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Creuza Costa de Seixas (OAB 003.186/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA (OAB 25867/PE)
Marlos Gaio (OAB A914AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB 98709/SP)
Paulo Roberto Lima da Silva (OAB 8334/AM)
Pedro Henrique Soares Magalhaes (OAB 34537/DF)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvia Aparecida Verreschi Costa Mota Santos (OAB 157721/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
VITOR LIMA MONAI MONTESSI (OAB 1821/RR)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0339/2019

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0600591-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS (OAB 298335/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0604901-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria de Jesus Souza de Azevedo - REQUERIDO: Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Paulista Serviços de Recebimentos e Pagamentos Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0607833-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0609332-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Cristiano de Albuquerque Mendes Gandra Junior - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0614104-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Direcional Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Arleson Leão Cintrão - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0615603-25.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - EXECUTADA: Eliana Mesquita da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0622665-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623298-30.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0623914-97.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0627745-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Sousa de Oliveira - REQUERIDO: Dodó Veículos Ltda. - Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0628757-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lúcio Alves Pereira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629362-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629995-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M. E. Nunes - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0630115-13.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amaury da Silva Teixeira - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerente(s) para que se manifeste(m) acerca da proposta de acordo ofertada às fls. 386, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0633602-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Aldalene dos Santos Marques e outro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0636269-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0639933-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Isabelle Pereira Dantas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP) - Processo 0642111-66.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: PSS - Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0642330-11.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0632842-32.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EMBARGADO: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0659931-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: AFONSO NEGREIROS DA SILVA (OAB 2035/AM), ADV: TAÍS RIBEIRO ZAMARRENHO RODRIGUES (OAB 9962/MS) - Processo 0719043-71.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0719787-66.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alva da Amazônia Indústria Química Ltda. - REQUERIDA: KM Transportes Ltda. - ABC Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Afonso Negreiros da Silva (OAB 2035/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)

Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos (OAB 298335/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Taís Ribeiro Zamarrenho Rodrigues (OAB 9962/MS)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2019

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM) - Processo 0046819-34.2005.8.04.0001 (001.05.046819-8) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria José Cordeiro Dourado - REQUERIDO: Instituto de Oftalmologia de Manaus (IOM) - INEXISTENTE: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas - Exmo Sr. Secretário de Estado da Saúde - PERITO: Paulo Maurício Guedes Lobo - Certifico, para os devidos fins, que, nos termos do Provimento nº 63/02-CGJ e do disposto no parágrafo 4º, do art. 162, do CPC, aditado pela Lei nº 8.952/94, pratiquei o ato processual abaixo: ( ) Remessa à Contadoria para cálculos das custas finais. ( ) Remessa à Contadoria para atualização do débito e inserção de multa de 10% (ARTIGO 475-J DO CPC). ( ) Remessa à Contadoria para atualização de conta. (x) Remessa à Contadoria para o cumprimento do que foi estipulado na Sentença de fls. 432/433. Observe-se apenas o ítem assinalado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0049623-77.2002.8.04.0001 (001.02.049623-1) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Hermuther Pinheiro Jesus - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0261064-56.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Manoel Santos de Lima - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 112/114 e fls. 147, defiro o pedido de fls. 66/68 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: LEYLA BRASIL DA SILVA (OAB 3.540), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM) - Processo 0318539-43.2006.8.04.0001 (001.06.318539-4) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leyla Brasil da Silva - REQUERIDA: Tim Celular S/A - I. Tendo em vista a certidão de fl. 272, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0603353-47.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0632613-82.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jorge Augusto Martins de Andrade - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Manifeste-se o autor acerca do cálculo de fl. 102, no prazo de 05 dias.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS LIMA (OAB 33773/SC) - Processo 0603599-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antônio Henrique Ribeiro Lourenço - REQUERIDA: Maria Geanine Neuber - Robson de Carvalho Almeida - Diego dos Santos Lima - Ante o exposto, designo o dia 07 de outubro de 2019, às 11:00h, para realização da audiência de instrução neste juízo. Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência, em caso de prova testemunhal, fixo o prazo estabelecido no §4º, do art. 357, do CPC. Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0603771-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Igreja Ministério Santidade Em Cristo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM) - Processo 0604546-34.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Herbert de Figueiredo Oliveira - REQUERIDO: Samuel Padilha Gomes Filho - INTSSADO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em o AR positivo de fl. 70, certifique a secretaria se houve manifestação do Devedor, bem como se o mesmo apresentou impugnação. Após, dê-se vista ao autor acerca do bloqueio de fl. 98, no prazo de 05 dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609932-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Socorro Pessoa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - I- Designo o dia 29 de Abril de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610756-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Milca de Melo Viamonte - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0611382-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Weilânio de Lima - REQUERIDA: Adriana Cristina de Santanna Patrocínio - Rodrigo Patrocínio - Iael Aparecida Gonçalves Souza - INTSSADO: Fórum Cível Central - Serviço de Cartas Precatórias da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0616004-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Daniele Souza de Oliveira - I- Defiro o pedido de fls. 114 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL, consoante solicitado.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0616038-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642464-77.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Posse - EMBARGANTE: Ronin Vigilância Privada Eireli - ME - EMBARGADO: Jayme de Oliveira Melo - Fabian Neves dos Santos - Clóves Miguel de Souza Neves - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Assim, determino que a secretaria da UPJ certifique se o Embargado Clóvis Miguel de Souza Neves, foi regularmente citado, e em caso positivo, certifique se houve apresentação de contestação. Em caso negativo, regularize a citação, com a brevidade possível. Determino ainda que seja certificado se o Embargado Fabian Neves dos Santos apresentou resposta aos termos da inicial. Por fim, intime-se o Embargante para que apresente o relatório de custas e despesas processuais, bem como os documentos necessários à justificar a insuficiência de recursos com o seu pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo certo que sua inscrição no Simples Nacional (fls. 64-65) não é suficiente para justificar a alegação de hipossuficiência financeira. Intime-se ainda o Embargante para apresentar a certidão narrativa da matrícula do imóvel objeto da ação, junto ao Cartório do Registro de Imóveis, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpridas as diligências, digam as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência para a correta solução da lide.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617260-31.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lívia da Silva Pereira - I- Defiro o pedido de fls. 56 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0619982-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: César Heraldo Lefemir Delgado Júnior - REQUERIDO: Karla Najla Rodrigues Moreira - Vinícius Martins da Silva - Colher de Pau Restaurante - Silva e Ferreira Participações e Investimentos Ltda. - A. M. Esporte Academia Ltda. - ME - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. II. Citem-se as Requeridas, via correio, para responderem aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar nas cartas as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0623287-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Multimodal Transportadora e Logística Ltda. - EXECUTADA: Definitiva Lojas de Variedades Ltda. - EPP - Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 90 (noventa dias), consoante solicitado.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: THALYTA VASCONCELOS DA SILVA (OAB 8649/AM), ADV: BRENO DANTAS CESTARO (OAB 7352/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0624713-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Amazonas Copiadora Ltda. - REQUERIDA: Vanessa Kelly Navarro Freitas Borba - I- Designo o dia 28 de Abril de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0625088-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Benedito Lomas da Silva - Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0625768-58.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Luiz Carlos de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM) - Processo 0626264-29.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Marilene Pinheiro da Silva - REQUERIDO: SINDAMAZON - Sindicato dos Aeroviários do Amazonas - Defiro o item 2 do pedido de fls. 292/293 dos autos. Expeça-se o competente ofício a 2ª Vara do Trabalho de Manaus do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, para informar a este juízo se a Executada possuiu créditos nos autos nº 000237-67.2013.5.11.0016, em caso positivo, seja bloqueado até o valor da execução, consoante solicitado.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0626643-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iolace Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, para DETERMINAR a ré BRADESCO SAÚDE, forneça imediatamente procedimento médico Exerese de tumor de partes moles e Biópsia de pele, bem como qualquer outro procedimento que seja necessário para o Autor, caso o corpo médico assim o entenda, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00, até trinta dias multa, a ser revertida em favor do

Requerente. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Expeça-se o competente mandado de intimação para cumprimento da decisão, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador, devendo constar as advertências do Art. 344, do NCPC. Cite-se a Requerida para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo consta as advertências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0627149-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jocileide de Souza Santos - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, manifestarem expressamente a intenção de conciliar, mediante proposta. Em caso positivo, à Secretaria para pautar audiência de conciliação, observado o §12, do Art. 334, do CPC. II. Ainda, no mesmo prazo acima estabelecido, em caso negativo, devem as partes especificar as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. III. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627693-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daniel Seabra dos Santos - I- Defiro o pedido de fls. 78 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0629003-96.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimunda da Silva Farias - REQUERIDO: Netônio - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629753-11.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Pinheiro da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0630871-51.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Terezinha Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Tendo em vista a divergência de cálculos do valor devido, remetam-se os autos ao contador para elaboração da conta geral, conforme o comando da sentença. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631685-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Mário Gilson Varras do Carmo - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 263/272, bem como, ao numerário descrito na planilha de fls. 273/275, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. II. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0634570-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Samuel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0635464-26.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Frank Jameson Araújo Massulo - I. Tendo em vista a certidão de fl. 99, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637973-27.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Santa Fé Construções e Pavimentações Ltda. - Moacyr João Beltrão Bredo - I- Defiro o pedido de fls. 128/129 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0638742-64.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antônio Neto de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 265/268, bem como, ao numerário descrito na planilha de fls. 269/270, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. II. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0640953-44.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - REQUERIDO: Givanildo do Carmo de Oliveira - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista a lavra Decisão do Desembargador, Délcio Luis Santos de fls. 112/114, determino o prosseguimento do feito, com a intimação do autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0640985-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: André da Silva Matos - Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do

bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM) - Processo 0641837-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Manoel de Jesus Lima Pinheiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0642475-67.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Condomínio Residencial Vivendas da Cidade - EMBARGADO: Marinho e Souza Advogados Associados - Cite-se o Embargado, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Tendo em vista trata-se de Embargos à Execução, determino a Secretaria que apense estes autos ao Processo de Execução nº 0635973-15.2019.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: UBALDO MACHADO FEITOSA (OAB 29547/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0642537-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Américo Gorayeb Neto - I. Defiro o pedido de Purgação da Mora, Intime-se o Requerido para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0642758-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ismael Santos Ribeiro - Ana Paula Castro de Sousa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, Determino que a Requerida religue o fornecimento de energia elétrica da casa da Autora , bem como, exclua o nome da Autora dos órgãos de negativação SERASA e SPC, no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, até 30 dias multas, a ser revertida em favor do Requerente. Expeça-se o competente mandado de intimação desta Tutela de Urgência. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0643159-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Roberto de Lima Caminha - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Hospital Santa Júlia Ltda. - Citem-se as Requeridas , via correio, para responderem aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar nas cartas as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MARCELO BACCI DE MELO (OAB 139795/SP) - Processo 0644673-77.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Sonsun Industrial e Comercial Tecnologia da Amazônia Ltda. - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades, o que não ocorreu in casu. (Agravo de Instrumento 4000404-05.2017.8.04.0000. Relator Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Órgão julgador: Terceira Câmara Cível. Data do julgamento: 14/05/2017. Data de registro: 15/05/2017). No caso dos autos, a Requerente diz que que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sequer menciona seu valor. Assim, intime-se o Requerente para informar o valor das custas e despesas processuais, juntando aos autos o Relatório emitido pelo sistema SAJ e documentos idôneos que comprovem sua impossibilidade de pagamentos das custas, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Defiro desde já o parcelamento de custas consoante portaria 490/2017 - PTJ em 06 (seis) parcelas. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: FABIANA BARBOSA DE SOUZA (OAB 10775/AM) - Processo 0646654-78.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: André Amorim Araújo - CONSIGNADO: Condomínio Residencial Reserva Inglesa London - Tendo em vista a petição de fl. 83, determino a secretaria que proceda a baixa e o arquivamento dos autos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647271-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Olavo Libório Maciel - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647327-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Katy Anne Pinto da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que a Autora cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. IV. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647478-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marluce Figueiredo da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0647633-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Agnaldo Souza de Morais - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM) - Processo 0652268-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Hayana Comércio de Calçados e Materiais Esportivos Ltda. - EPP - REQUERIDO: D.

M. S. da Costa - ME - Vistos, etc. O parcelamento do débito, atualmente disciplinado pelo Art. 916, do CPC, estabelece o direito subjetivo do executado pagar parceladamente a dívida, desde que a reconheça e preencha os requisitos legais estabelecidos no referido texto normativo. No caso dos autos, o Executado através da petição de fls. 52/54, reconheceu o débito e requereu o depósito de 30%, e o restante a ser pago em 06 parcelas mensais. O Credor apresentou sua manifestação às fls. 79, informando que concorda com o parcelamento por entender que não houve o depósito de custas e honorários. Assim, aprovo e homologo o calculo apresentado pelo Credor à fl. 79, e DEFIRO O PEDIDO DE PARCELAMENTO do débito, na forma do Art. 916, do CPC. Determino a expedição de alvará de pagamento do valor depositado à fl. 62, referente aos 30% e pagamento da 1ª parcela de fl. 76, em favor do Credor, na pessoa de seu advogado. Aguarde-se o pagamento das demais parcelas. Atente o executado que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente: I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos; II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas (Art. 916, §5º, do CPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0654592-27.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0645078-84.2017.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria de Fátima Cavalcante Furtado - REQUERIDO: Condomínio Flex Tapajós - I- Designo o dia 30 de Abril de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656404-07.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Teixeira de Vasconcelos - Tendo em vista a certidão de fl. 84, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: JOÃO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 12058/PE) - Processo 0706238-86.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Gáudio Restaurante Ltda. - Defiro o pedido de Suspensão dos presentes autos, nos termos do 921, inciso III e §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0706846-84.2012.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Ernaldo Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Damião de Souza Castro - I. Tendo em vista a certidão de fl. 63, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0719008-14.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Deuzani Pessoa Aguiar - INTSSADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Tim Celular S/A - Claro S/A - Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Manifeste-se a autora acerca da resposta de ofício de fl. 210, no prazo de 05 dias.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Breno Dantas Cestaro (OAB 7352/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diego dos Santos Lima (OAB 33773/SC)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Fabiana Barbosa de Souza (OAB 10775/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Vita Fragoso de Medeiros (OAB 12058/PE)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Leyla Brasil da Silva (OAB 3.540)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Bacci de Melo (OAB 139795/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thalyta Vasconcelos da Silva (OAB 8649/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Ubaldo Machado Feitosa (OAB 29547/CE)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0193/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0048628-64.2002.8.04.0001 (001.02.048628-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Trata-se de pedido de bloqueio de CNH e ERIDFT, como meio coercitivo para satisfação de dívida. O primeiro pedido encontra previsão no art. 139, IV do CPC. Contudo, entendo indevido, uma vez que fere o direito de locomoção do devedor, previsto no art. 5º, XV da Constituição Federal. Ademais, trata-se de dívida de natureza patrimonial privado e não questões de interesse público, que justifique medidas restritivas tão severas. Até porque, a luz do art. 805 do CPC, a execução deve guardar um equilíbrio entre a satisfação do crédito e os direitos do devedor. Isso posto, INDEFIRO o pedido. Quanto ao segundo pedido, defiro condicionando a consulta ao pagamento do valor de R$14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 001.298/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 1298/AM), ADV: BRUNO JÚNIOR BISINOTO (OAB 2780/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0061998-76.2003.8.04.0001 (001.03.061998-0) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Márcio José Melo da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Face ao DESPACHO-OFICIO Nº 679/2019, INTIME-SE novamente o autor, através de seu patrono para que proceda o deposito no valor de R$ 310,10 (trezentos e dez reais e dez centavos) correspondente a devolução recebida à mais do INSS, intime-se ainda o patrono do autor para que recolha o complemento do Imposto de Renda tendo como base o valor indicado como correto pela Central de Precatório, qual seja R$ 1.307,01 (mil, trezentos e sete reais e um centavos), e não 1.060,26 (mil, sessenta reais e vinte e seis centavos) como foi recolhido, conforme oficio de fls.467/469 e no prazo de 5 (cinco) dias. Após, oficie-se o Presidente do Tribunal. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA (OAB 14839/PA), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0221320-54.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco da Amazonia S.A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 1298/AM), ADV: ADALINA CARNEIRO M. LIMA (OAB 1586/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0231249-14.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0061998-76.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - EMBARGADO: Márcio José Melo da Silva - Vistos, Reporto-me a petição de fls.77 para esclarecer a AUTARQUIA que os valores R$ 542,48 (quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) referente aos honorários advocatícios, devidos aos patronos da mesma, encontram-se depositados nos autos do processo principal, sob o nº 0061998-76.2003.8.04.0001, disponíveis para levantamento ou transferência, se assim o desejar. Intime-se Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM) - Processo 0247903-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Luiz Alberto Soares Barbosa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a Ação Acidentária proposta por Harison Da Silva Bezerra a fim de condenar o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, a conceder ao Autor o benefício do auxílio-doença modalidade acidentária desde a cessação indevida em 12/04/2018 até a data da realização do laudo em 27/07/2018; e a partir desta data conceder o benefício de aposentadoria por invalidez, incidindo sobre as parcelas vencidas juros e correção monetária, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, a partir dos respectivos vencimentos, autorizado o pagamento somente das diferenças nos períodos em que eventualmente o Autor estava em gozo de outro benefício. Considerando que não fora expressamente analisado o pedido de Justiça Gratuita, defiro-o, considerando preenchidos os requisitos legais. Tendo em vista o caráter alimentar do benefício, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a implantação do benefício de aposentadoria por invalidez, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00, até o limite de 30 (trinta) dias-multa. Condeno o réu ao pagamento de honorários fixados em 15% das parcelas vencidas até a sentença, conforme Súmula 111 do STJ e art.85, § 3º do CPC. Isento de custas.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0355402-61.2007.8.04.0001 (001.07.355402-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Unipar Construtora Ltda - REQUERIDO: Arian Monteiro Maia e outro - Vistos, Defiro, o pedidos de expedição de novo mandado de avaliação do imóvel objeto da lide, mediante o pagamento das respectivas custas. Afim de evitar alegações de eventuais falhas por parte do Oficial de Justiça, deve o patrono do exequente acompanhar a diligência. Defiro ainda, o prazo de 15 (quinze) dias de prorrogação para comprovação do pagamento das custas referente a inclusão da restrição do veículo indicado. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600548-97.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: CAROLINA DUARTE DE SOUZA VIEIRA (OAB 196540/RJ), ADV: OTAVIO SIMÕES BRISSANT (OAB 146066/RJ) - Processo 0600978-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andréa Conceição Corrêa de Melo e outro - REQUERIDO: Hotel Urbano Viagens e Turismo S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de Alvará de fls. 508. Custas já recolhidas. Expeça-se o Alvará.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB

1456/AM) - Processo 0601281-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - Diante do exposto, defiro a conversão da ação de busca e apreensão em ação de execução. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias,trazer o endereço atualizado dos executados. Sendo apresentados os endereços, e após recolhidas as custas dos atos processuais, determino a citação do executado para que efetue o pagamento do débito descrito na inicial, em três dias, e/ou apresente embargos, em quinze dias, dando-lhe ciência de que no caso de integral pagamento no prazo de três dias, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso o pagamento não seja feito em três dias o Sr. Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, deverá efetuar a penhora e avaliação de tantos bens do devedor quanto bastem para garantir a execução, preferencialmente os que porventura tenham sido indicados pelo exequente na inicial, lavrando o competente auto, obedecida a gradação. Não sendo encontrada a parte executada, mas encontrando-se bens de sua propriedade, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao ARRESTO dos mesmos, devendo, ultimada a diligência, procurar o executado nos 10 (dez) dias subsequentes, por duas vezes, em dias distintos, para efeito de citação, na forma do art. 830 do CPC. É dever do executado, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora. Nos prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1%(um por cento) ao mês (art. 916 do CPC). Fixo os honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução (art. 827 do CPC). Corrija-se a autuação. Diligencie-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612839-32.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0613330-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - R.H Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls.64. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0615079-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0615226-44.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Vistos, Ante a informação e fotos de fls. 88/90 de que, após o cumprimento do mandado de reintegração de posse (fls. 84/85), houve o retorno do invasor ao imóvel objeto da lide, defiro o pedido de fls. 90. EXPEÇA-SE novo mandado de reintegração de posse, autorizado o auxílio de força policial caso requisitado pelo Oficial de Justiça. Custas já recolhidas. Esclareço que cumpre ao Requerente, querendo, acompanhar a distribuição do mandado e seu efetivo cumprimento junto ao sistema e o Oficial de Justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0615837-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alcimar Maricaua Batalha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para a) Determinar a imediata suspensão dos descontos em folha de pagamento da Requerente, referente ao Cartão BMG; b) Declarar a inexistência da contratação de cartão de crédito com RMC; c) Declarar quitado os empréstimos pelo valor descontado até o ajuizamento da ação; d) DETERMINAR o recálculo da dívida, em sede de liquidação de sentença, e caso seja apurado que a parte autora efetuou algum pagamento a maior, CONDENAR o réu à restituição de forma simples, dos valores apurados, com juros moratórios a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), correção monetária a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 STJ). Condeno, ainda, o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0617056-55.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CARLA MARTINS BARROS - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro E-RIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0619348-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos, Defiro a substituição processual em razão da cessão de fls.84. Proceda-se a correção no cadastro.

ADV: CISLENE DIAS HENRIQUE (OAB 153988SP) - Processo 0619840-92.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Duplicata - AUTOR: Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620421-44.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Intime-se a parte Autora para informar como deseja prosseguir com a citação da Requerida.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0621528-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Raimunda da Silva Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: DETERMINAR o cancelamento dos descontos

denominados "Consignação Empréstimo Bancário" na conta da Autora, CONDENANDO o Requerido, ao pagamento de repetição dobrada de indébito, com valor total de R$ 39.732.00 (trinta e nove mil setecentos e trinta e dois reais), com juros de mora desde a citação, e correção monetária desde a data de cada pagamento indevido, (Súmula 43 do STJ). CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária e juros legais, a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). Condeno a requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0621592-75.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: LA PARRILLA GRILL RESTAURANTES LTDA e outros - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a manifestação do Requerido de fls.1054/1058, no prazo de 15 dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0622986-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0623130-86.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marilia Pinto da Silva - De acordo com o art. 1°, inciso VII, do Provimento de n.° 063/02-CGJ, nos termos do art. 437, do CPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre o oficio de fls. 79 dos presentes autos.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0625527-21.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0630414-53.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Air Express Fermac Assessoria e Consultoria Em Logística e Transportes Ltda - REQUERIDO: Axa Corporate Solutions Seguros S.a - Kdex Soluções Logísticas e Encomendas Rápidas Ltda - Vistos, Indefiro pedido de remessa dos autos à contadoria, considerando que o credor precisa formular o seu pleito, com cálculo do que achar devido, especificando de forma clara e compreensível, o demonstrativo do cálculo devidamente atualizado (juros e correção monetária) e, desde que possível, indicar bens penhoráveis. Após a manifestação do credor, a contadoria estará à disposição deste juízo para sanar eventuais dúvidas.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM) - Processo 0627584-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Katia Regina Farias de Oliveira e outros - Vistos, Intime-se o Autor para promover a citação do inventariante, conforme certidão de inventário extrajudicial de fls.241, de acordo art.75, inciso VII c/c art.618, inciso I do CPC. Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0630644-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Celcy da Silva Cabral e outro - Vistos, Mantenho o despacho de fls. 59. Intime-se a parte Autora a providenciar novo pagamento das despesas postais, por intermédio da nova Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631889-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632355-38.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se por edital o Devedor Marlete Horoquias de Lima, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Intime-se o Autor para pagar o valor da expedição do edital, bem como os valores referente as pesquisas. Manaus, 02 de setembro de 2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632779-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0636072-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condominio Jardim Paradiso Alamanda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM) - Processo 0639594-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Márcio Marcelo Vieira dos Reis - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu,

quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0641162-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0641449-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jairo Gama Palheta - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.214/220. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0641546-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Marcio André Mousinho de Oliveira - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0641972-46.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Fauler Ronaldo Sena Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 04 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM) - Processo 0642016-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Motonorte - Motores e Máquinas do Norte Ltda. - Vistos, Defiro o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0646503-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Bento Pereira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647190-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Andreza Cruz de Souza - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro justiça gratuita. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647230-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Epitacio de Couto Braga - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro a gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647291-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leonilia Silva da Costa - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0647479-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647525-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aydil de Souza Marques - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0647556-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Natalina da Silva Panduro - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, indefiro a Gratuidade de Justiça. Isso porque a concessão do beneficio não é medida automática e nem é regra no sistema atual. Inclusive, o art.98, §§ 5º e 6º do CPC, permitem o parcelamento e a concessão apenas de algumas despesas. Sendo assim, o parcelamento das custas não importará em prejuízo ao autor. Assim, haja vista a faculdade de parcelamento conferida pelo art. 98, § 6º, do CPC, defiro o parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0647585-47.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Vandi Lira Ferreira - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0648193-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Julio Cesar Ribeiro de Mello - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - DECIDO. Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a CONCEDER o benefício auxílio-acidente, a ser pago desde o dia seguinte a cessação do auxílio doença acidentário, ou seja, o dia 28/06/2017, calculado na forma do art. 86, §1º da Lei 8.213/91, devendo o referido benefício ser acrescido de atualização, remuneração do capital e compensação da mora através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, a partir da citação válida (Súmula 204, STJ). Considerando o caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante, no prazo de 30 dias, o benefício auxílio-acidente em favor do Autor, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, Os honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM) - Processo 0653189-23.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Licia Almada de Aquino Vallone - REQUERIDA: Gisele Vilalba Ishikawa - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: Declarar a rescisão da locação, condenando a Requerida ao pagamento da importância de R$ 8.106,22 (Oito mil, cento e seis reais e vinte e dois centavos) referentes aos aluguéis e demais obrigações locatícias (IPTU e energia), até a data da desocupação do imóvel, com juros de mora de 1% ao mês e correção monetária a partir de cada vencimento. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: DANIELE DE JESUS SILVA BRANCO (OAB 268894/SP), ADV: RAFAEL QUEVEDO ROSAS DE ÁVILA (OAB 249747/SP), ADV: ALEX ALMEIDA MAIA (OAB 223907/SP), ADV:

EDSON MACHADO (OAB 12572/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0657618-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jonathan Uchoa da Silva - REQUERIDO: Martins Import Ltda - Kia Motors do Brasil Ltda - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0705587-54.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Geyza Emanuelle Martins Bessa - REQUERIDA: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, Analisando os autos verifico que o autor realizou o pagamento das custas no valor de R$16,50(dezesseis reais e cinquenta centavos). Ocorre, que o valor das custas do SERAJUD corresponde a R$ 20,00(vinte reais) e da certidão de credito é no valor de R$30,00 (trinta reais) a 1ª folha. Dessa forma, Intime-se o Autor para completar as custas do SERAJUD e da CERTIDÃO DE CRÉDITO.

Adalina Carneiro M. Lima (OAB 1586/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alex Almeida Maia (OAB 223907/SP)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Júnior Bisinoto (OAB 2780/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carolina Duarte de Souza Vieira (OAB 196540/RJ)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cislene Dias Henrique (OAB 153988SP)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniele de Jesus Silva Branco (OAB 268894/SP)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Érica Oliveira Gomes (OAB 11392/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes (OAB 001.298/AM)
Jocil da Silva Moraes (OAB 1298/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolle Souza da Silva (OAB 14839/PA)
Otavio Simões Brissant (OAB 146066/RJ)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Rafael Quevedo Rosas de Ávila (OAB 249747/SP)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: EVANDRO LUIS PIPPI KRUEL (OAB 70575/PR), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RAMOS E KRUEL ADVOGADOS (OAB 1581/RS), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0604133-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deyse Maister da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0633148-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ocirene Matos de Jesus - REQUERIDO: Samesp- Sociedade de Assistência Médica Especializada Ltda-hospital São Lucas e outros - De ordem, fica intimada a parte Autora para manifestar-se acerca da petição de fls. 571/572, no prazo de cinco dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0636633-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nubia Maria Batista Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0643343-79.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641970-76.2019.8.04.0001) - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Eduardo Pinto de Moraes - REQUERIDO: Ecolub Comercio de Lubrificantes, Transporte e Purificação Ltda - Epp - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Evandro Luis Pippi Kruel (OAB 70575/PR)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Ramos e Kruel Advogados (OAB 1581/RS)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS SOBRINHO (OAB 2593/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0211347-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0002689-67.1998.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Francisco Charles Cunha Garcia Júnior - EMBARGADO: Raphael Coelho da Silva - Vistos. Da análise do pedido formulado, verifico que os honorários do advogado estariam, em tese, garantidos pelo bloqueio do valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo em vista que no início da execução não houve a juntada do instrumento contratual, o que demandou despachos deste Juízo na fl. 12. Por outro lado, as medidas determinadas pelo Tribunal estão sendo efetivadas. Acrescento que não foram decididos outros temas na fase de execução e que ainda aguardam julgamento. Neste processo, devem ser discutidos o contrato de honorários e/ou arbitramento pela atividade desempenhada pelo profissional credor (e não o cumprimento de sentença do que o profissional, ora requerente, não mais patrocina a causa). Seja pela ausência de legitimidade para postular as medidas descritas nos itens “a” e “b” do item processual 171 ou mesmo pelo fato de que o presente processo não chegou ao real valor devido ao profissional. Assim, tenho que a solução encontrada por este Juízo, especialmente a designação de audiência de conciliação revela-se a medida mais adequada na espécie. À Secretaria para dar cumprimento ao despacho de fl. 133. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: DANIEL LIMA DA COSTA (OAB 13765/AM) - Processo 0604609-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Saturnino de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - Confirmar a antecipação de tutela deferida às fls. 44/47. II - DECLARAR a nulidade da contratação de empréstimo via cartão de crédito e da reserva de margem consignável (RMC). III - CONDENAR o Banco Requerido a restituir em dobro os descontos indevidos realizados a partir de 06/2018 no montante de R$ 2.046,24 (dois mil e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos. Caso tenha ocorrido no curso da ação descontos indevidos, estes também deverão ser restituídos nos mesmos termos, devendo ser apurados em sede de liquidação de sentença. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do primeiro desconto indevido (S. 54 do STJ). V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611593-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Philipe Matheos Gama Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I) DECLARAR a inexigibilidade das tarifas bancárias discriminadas na inicial. II) Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido se abstenha de realizar cobranças de tarifas bancárias na conta do Requerente com o título “Tarifa de Pacote de Serviços Padronizado Prioritário I”. FIXO a multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a trinta vezes. II) CONDENAR o Requerido a devolver os valores descontados da conta corrente da parte Autora (fls. 19/26), relativos às tarifas aqui discutidas, em dobro, perfazendo o montante de R$ 542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais), com correção monetária pela Portaria 1858/2016 - PTJ e juros de mora de 1%, ambos a contar dos respectivos desembolsos. Improcedentes os demais pedidos. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais fixo equitativamente em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8.º do CPC. P.R.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0611760-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Reinaldo Luis de Castilho Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARCUS DA COSTA TRIBUZI (OAB 12408/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612172-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Andrea Loreza Medeiros Arce - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte, CONDENO a Autora no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil, devendo ficar suspensa sua exigibilidade em razão dos benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, 3.º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO DARCH CLEBISS (OAB 10877/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0614486-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Antonio Correa Vieira - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o Requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2.º do CPC que deverá ser suspensa em razão da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, nos molde do art. 98 § 3.º do CPC. Resguardo ao Requerido o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2.º do Decreto Lei nº 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha das despesas e do valor apurado com a venda do veículo. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0615964-03.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas pagas às fls. 15/17.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0616273-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Autora para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0617382-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - REQUERIDO: Bvb Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda. e outro - Defiro parcialmente o pedido de sobrestamento do feito pelo prazo de trinta dias, devendo, no caso de conciliação entre as partes, a parte autora juntar a minuta de acordo devidamente assinada. Após o transcurso do prazo supracitado, deverá a parte exequente dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619472-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose de Arimateia Batista de Moraes - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, ficando a condenação suspensa na forma do art. 98, § 3.º do CPC em virtude da concessão do benefício da gratuidade da justiça. P.R.I.

ADV: MARIA ÂNGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: ELIANA SANDRA CARVALHO BARROSO (OAB 2027/AM), ADV: DIANA SANGI KOVALSKI KOBA (OAB 10613/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0625394-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Davi Maia Correa - REQUERIDO: Centro Educacional Sementinha Preciosa Ltda e outro - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0631555-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP), ADV: SOCIEDADE DE ADVOGADOS ELZA CANUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 872/MG) - Processo 0632246-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Como a Requerida, não obstante citada pessoalmente (fl. 75), deixou de cumprir o mandado inicial de pagamento expedido e também não ofereceu embargos à monitória, constitui-se, de pleno direito, o título executivo judicial pelo valor descrito na petição inicial, qual seja, R$ R$ 30.054,93 (trinta mil, cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), que deverá ser acrescido de correção monetária, conforme Portaria 1858/2016 - PTJ, a contar do ajuizamento do feito, e de juros de mora de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da demanda, bem como das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o montante corrigido do título executivo ora constituído. Posto isso, constituo o título executivo judicial de pleno direito e converto ex vi legis e sem outras formalidades o mandado inicial de pagamento em mandado executivo (art. 701, § 2.º do CPC). Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0636380-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Banco BMG S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - Reconhecer e declarar a nulidade da contratação questionada pelo Requerente, com DETERMINAÇÃO de que as partes voltem aos status quo da maneira seguinte: a parte Autora deverá restituir ao Requerido o valor mutuado, acrescido tão somente de correção monetária pelo INPC desde a data em que a quantia foi disponibilizada, e a instituição financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente pelo INPC e com juros a partir da citação, devendo os valores serem compensados. Eventuais valores que tenham sido descontados no curso desta ação também deverão ser restituídos. II - Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, deferir a antecipação dos efeitos da tutela para que, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, o Requerido promova a suspensão dos descontos no contracheque do Requerente, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação desta sentença, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta vezes. III - Condenar o Requerido ao pagamento de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação e atualização monetária, a partir da data do arbitramento, adotando o INPC como índice de correção. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0636746-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

- Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, na forma do art. 485, IV do Código de Processo Civil. Custas pagas às fls. 47/49. P.R.I.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0637783-30.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - Dessa forma, CONVERTO a presente Ação de Busca e Apreensão em Execução por quantia certa. Proceda-se a alteração pertinente no SAJ. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado. Para os casos de pagamento imediato, estes serão de 5% (cinco por cento). CITE-SE a parte demandada, na forma do art. 829 do CPC, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida. Não efetuado o pagamento no prazo, o Sr. Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens, avaliando-os e lavrando auto respectivo, do qual o executado deverá ser imediatamente intimado, observando eventuais bens já indicados pelo credor. Cientifique-se a parte Executada de que, independentemente da realização da penhora, poderá opor-se à Execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. No prazo para Embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, a parte Executada poderá requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC). INTIME-SE o Exequente para informar qual endereço deverá ser diligenciado, bem como efetuar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, EXPEÇA-SE o competente Mandado, no qual deverá constar que o Oficial proceda a citação por hora certa em caso de suspeita de ocultação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0639901-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Consulth Contabilidade Eireli - Me - De ordem, fica intimada a parte Requerida para proceder com o recolhimento das custas de impugnação ao valor da causa no valor de R$ 191,31 (cento e noventa e um e trinta e um centavos), conforme portaria 116/17 - PTJ, (Procedimentos Incidentes, item “1”), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Oportunamente, intimo a parte Autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB 157875/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 4925A/TO), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0640102-68.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte Autora para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens no sistema conveniado eRIDFT, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0641705-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Ltda Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Trata-se de tutela provisória postulada por SUPER EXPRESSO TARUMÃ COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME, em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, todos devidamente qualificados. A parte autora ingressou com ação de reparação por danos morais com pedido de tutela provisória, ao argumento de que a suspensão do fornecimento de energia elétrica determinado pela requerida teria sido ilegal, requerendo ordem judicial para determinar o restabelecimento do serviço prestado pela demandada. Na decisão de fls. 62/63, concedi a tutela de urgência para determinar a religação da energia elétrica na UC n. 0707991-5, no prazo de 24h, sob pena de multa no valor de R$2.000,00. A requerida apresentou manifestação, solicitando a reconsideração da decisão proferida, argumentando que a suspensão do fornecimento de energia elétrica teria sido legal, juntou aos autos diversos documentos, dentre os quais: termo de confissão de dívida, histórico de consumo (com valores em aberto), procedimento policial no qual está sendo investigado furto de energia elétrica. Proferi decisão na fl. 310, suspendendo o cumprimento da liminar outrora deferida. Manifestação da parte autora, fls. 319/336. Manifestação da parte requerida, fls. 431/443. É o suficiente relatório. Fundamento e decido: Da análise dos autos, verifico que a parte requerida aportou novas informações, as quais este Juízo não possuía o devido conhecimento quando da concessão da tutela provisória. Destaco alguns aspectos importantes: 1) o valor do débito revela-se significativo; 2) a unidade consumidora da parte autora está sendo utilizada para fins comerciais (e não residencial); 3) a parte demandante não juntou aos autos comprovante de que vem efetuando o pagamento da dívida ou parte dela, isto nos últimos meses, ainda que leve em consideração que uma das faturas encontra-se questionada no Juizado Especial (fatura do mês 12/2018- processo n. 0614626-78.2019.8.04.0015), pois a tutela provisória concedida no processo mencionada não alcança o total da dívida existente. Este Juízo concedeu oportunidade para que a empresa, ora autora, comprovasse os pagamentos ou mesmo requeresse os depósitos, o que até a presente data não fora providenciado. Tenho não ser possível a prestação de serviço público (energia elétrica) sem a devida contraprestação, notadamente quando a parte autora explora atividade econômica. Assim, outra alternativa não resta a não ser a REVOGAÇÃO da tutela provisória concedida, remetendo a análise de eventual deslealdade processual por ocasião da sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ALDEMIR DOCE DA FONSECA (OAB 113/AM), ADV: ANDERSON FREITAS DA FONSECA (OAB 114879/RJ) - Processo 0642839-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Anderson Freitas da Fonseca - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante ao exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR a inexistência dos débitos cobrados do Autor indevidamente pela Requerida, indicados na exordial, referentes à matrícula n.º 326305. II - CONFIRMAR a decisão que antecipou os efeitos da tutela concedida às fls. 73/74. III- CONDENAR, ainda, a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que arbitro em 20% do valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647263-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Pedro Dias Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - Condeno o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a converter em favor do Autor José Pedro Dias Batista o benefício auxílio-doença (NB

624653700-0) em aposentadoria por invalidez, desde 04/09/2018, no valor integral do salário de contribuição, incluindo-se o devido abono anual. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II - Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício de aposentadoria por invalidez, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, dado o caráter alimentar da prestação, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. Oficie-se ao setor administrativo responsável pelo cumprimento. III - Condeno, ainda, o Requerido a pagar honorários advocatícios fixados em 10% sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). Isento de custas em virtude isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0659234-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rosenilda Antunes de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR quitado o contrato de n.º 011.068-0 A, discutido na inicial sob a rubrica “BMG - Cartão”, com a consequente anulação do cartão de crédito e seu contrato; II - CONFIRMAR a liminar concedida às fls. 156/159; III - CONDENAR o Requerido a restituir em dobro o desconto indevido efetuado na folha de pagamento da parte Autora, ou seja, o pagamento do valor de R$ 20.643,90 (vinte mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do primeiro desconto indevido (S. 54 do STJ). V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
ADALBERTO DE ASSIS SOBRINHO (OAB 2593/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldemir Doce da Fonseca (OAB 113/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Anderson Freitas da Fonseca (OAB 114879/RJ)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
DANIEL LIMA DA COSTA (OAB 13765/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Diana Sangi Kovalski Koba (OAB 10613/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB 2027/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Luiz Teixeira (OAB 157875/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Darch Clebiss (OAB 10877/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Marcus da Costa Tribuzi (OAB 12408/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Ângela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 4925A/TO)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
SOCIEDADE DE ADVOGADOS ELZA CANUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 872/MG)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0293/2019

ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0028648-34.2002.8.04.0001 (001.02.028648-2) - Cumprimento de sentença - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: N. S. Souza da Silva - REQUERIDA: Técnica Brasileira de Alimentos S/A - Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0202667-04.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo

a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ALCIDES MARTINS DE OLIVEIRA NETO (OAB 7306/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0247510-54.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Denny Holanda da Silva e outro - EXECUTADA: Mac Cyrela Equador Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.409/415, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALEX DA SILVA ALMEIDA (OAB 10706/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602119-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nilson Pereira Figueiredo - REQUERIDO: Banco Bradesco Sa - Consoante se observa às fls. 106/108, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquivem-se e proceda-se à baixa independe do trânsito em julgado

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA) - Processo 0606527-64.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0615537-11.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Mapfre Seguros Gerais S.a - EXECUTADO: JORGE LUIZ GIOIA RIBEIRO - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.72/82 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO NUNES DE ABREU (OAB 157472/MG), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: ELIZABETH SOUZA SILVA CHAVES (OAB 8991/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG), ADV: EDUARDO GUIDO FERREIRA CAVALIERI D’ORO (OAB 175468/RJ), ADV: GYSELY TISSE GARCIA (OAB 174750/RJ), ADV: ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES FILHO (OAB 119908/MG) - Processo 0611483-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - EXEQUENTE: Daniel de Alencar Pontes e outro - EXECUTADO: Super Barato Total Comércio de Alimentos Ltda - Epp e outros - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Plantações - Antônio Sávio de Oliveira Chaves - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença homologatória do acordo, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0612075-46.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0612905-70.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - EXEQUENTE: Gilmar Paco Brandão - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV. Na oportunidade, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido de fls. 175/176 e proceder com as providências necessárias.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0613061-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: KETIANY CARIOCA BEZERRA DA SILVA - EXECUTADO: Hapvida Assistëncia Medica Ltda (PLANO DE SAÚDE) - Trata-se de pedido de homologação de acordo após prolação de sentença. DECIDO. Em que pese o presente processo já ter sido julgado, não há de se olvidar o dever do magistrado de, a qualquer tempo, promover a conciliação entre as partes, conforme redação do art. 139, V, do Diploma Processual Cível, verbis: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona quanto à possibilidade de substituição da sentença previamente prolatada por acordo devidamente celebrado entre as partes, respeitando-se

a autonomia das partes: PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. 1. À LUZ DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, A SENTENÇA, AINDA QUE TRANSITADA EM JULGADO, NÃO IMPEDE A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO SUBMETIDO PELAS PARTES À CHANCELA JUDICIAL. 2. HAVENDO COMPOSIÇÃO DAS PARTES PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO, É IMPRÓPRIO COGITAR-SE DE QUALQUER EMPECILHO JUDICIAL A SUA HOMOLOGAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20130110376557 DF 0037655-80.2013.8.07.0001, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2014 . Pág.: 344) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO REVISIONAL. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. POSSIBILIDADE. DIREITO DISPONÍVEL. JUIZ DO FEITO É COMPETENTE PARA APRECIAR A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, MESMO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA. AGRAVO PROVIDO DE PLANO, COM FUNDAMENTO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. (Agravo de Instrumento Nº 70059186858, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 02/05/2014) (TJ-RS , Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Data de Julgamento: 02/05/2014, Décima Terceira Câmara Cível) Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0613451-91.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Tome Santos da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16/10/2019, às 11:00 horas, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. A intimação de eventuais testemunhas fica a cargo dos advogados das partes, nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613456-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Tome Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os presentes autos, verifica-se que as partes quedaram-se inertes quanto à produção de provas complementares. Diante disso, verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo recursal sem apresentação de impugnação própria, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM) - Processo 0616513-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cláusula Penal - REQUERENTE: Luiz Carlos da Silva Fogaça - REQUERIDA: Graciete Rabelo de Azevedo e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0617179-82.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Badesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: LUCIANO DE QUEIROZ FARIAS-ME - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida e atual com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0618929-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Augusto Queiroz de Aguiar - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0622506-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Defiro o pedido de fls. 57/58, proceda conforme requerido. Intimem-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: ROSIENI CORDEIRO MARTINS DE ARAÚJO (OAB 10603/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0623005-60.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: ANTÔNIO MÁRCIO RODRIGUES DE ARAÚJO - Compulsando os presentes autos, verifico que o endereço informado pela parte Requerente para citação da parte Requerida está fora da jurisdição desta Comarca, conforme petitório de fls. 277. Ante o exposto, proceda-se com a citação da parte Requerida mediante envio de Carta Precatória ao Juízo da Comarca de Boa Vista - RR. Isto posto, remeto os autos à Secretaria determinando a imediata confecção da Carta Precatória visando a efetiva citação da parte Requerida. Após a sua elaboração, intime-se a parte Requerente, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que imprima a Carta e os documentos pertinentes, fazendo remessa/protocolamento no juízo deprecado. Saliento ainda que a parte Requerente deve comprovar nestes autos o protocolo da Carta Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, com a juntada do protocolo, a parte Requerente deverá comprovar também o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0623799-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosimarie da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (36/47) e documentos às Pág.(s) (48/99).

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0623933-69.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Júlia Francisca de Souza Araujo - Defiro o pedido de consulta de endereço, para fins de citar a parte Requerida, nos sistemas conveniados (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL), após o devido recolhimento das custas judiciais necessárias à efetivação das diligências, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Realizadas as consultas, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0625919-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edilson Magalhães da Silva - REQUERIDO: Associacao Adventista Norte Brasileira de Prevencao e Assistencia A Saude - De ordem, em conformidade

com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (87/95) e documentos às Pág.(s) (96/105).

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0626637-89.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0626995-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628061-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629121-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629496-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Markelly Ruthe Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (31/41) e documentos às Pág.(s) (42/86).

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0630531-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando em consideração o tipo de diligência, (BUSCA, APREENSÃO + CITAÇÃO) necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: RODRIGO KEISON MONTEIRO DA SILVA (OAB 14205/AM), ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM) - Processo 0631502-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Henry Mendes Liang - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (103/109) e documentos.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM) - Processo 0632122-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Carlos Sales Duarte e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0632531-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - O Requerente Banco Bradesco Financiamentos S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Iracema Glaucia Silva do Couto, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls. 69. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Havendo pendência em relação ao pagamento das custas judiciais, intime-se a parte desistente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer juntada do comprovante de pagamento. Não realizado pagamento, expeça-se certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017 c/c Provimento nº 228/2014. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa, independente do trânsito em julgado. P. R. I. C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0632621-54.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: BRADESCO SAÚDE S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0633049-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcio André Tavares - Nos termos do Convênio

n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0633397-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635325-35.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Consoante se observa às fls. 65/68, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Cumprido o acordo, proceda-se com o devido arquivamento e, consequente baixa, independente do trânsito em julgado.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635635-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0635640-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Josimar Carneiro da Silva - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca das petições de fls.340/347 e 348, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 944/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0636395-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - REQUERIDO: Comercio e Transportes Hernandes Ltda - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16/10/2019, às 8:30h , na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. A intimação de eventuais testemunhas fica a cargo dos advogados das partes, nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0636698-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0637327-46.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Fatima Ivenilce Nascimento Leite Vieira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637641-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos

auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM) - Processo 0638668-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: A. S. C. Batista & Cia Ltda - Trata-se de pedido de Assistência Jurídica Gratuita por Pessoa Jurídica. A contrario sensu do §3º do art. 99 do CPC, fica claro que, em relação às pessoas jurídicas, é mister a comprovação da necessidade, o que vem ao encontro da jurisprudência sumulada do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Súmula 481). Sendo assim, após juntada dos documentos e a devida análise do contexto factual, em que, alegado pela ora requerida e verificado nos documentos comprobatórios, se encontra em condição de risco socioeconômico. Defiro o beneficio de gratuidade da justiça. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente, ao elaborar a exordial, não observou o preconizado pelo inciso V do artigo 292 do Código de Processo Civil vigente, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; Decerto, o dano moral pretendido deverá ser fixado pela parte requerente, bem como a correção do valor da causa aos moldes do dispositivo supracitado. Isto posto, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o valor da causa conforme preconizado pelo inciso V do artigo 292 do Código de Processo Civil vigente, sob pena de indeferimento liminar do processo. Decorrido o prazo retro, retornem-me os autos concluso para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: KATIA REGINA ZANY DA SILVA (OAB 13485/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM) - Processo 0640539-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: S. E. Factoring Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Bioxmax Comércio de Produtos de Limpeza e Expediente - Eireli e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641928-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643362-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Francisco Medeiros de Brito - Verifica-se que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada do documento de fl.26, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o benefício da gratuidade processual. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0643762-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Trata-se de Ação de Cobrança proposta por Bradesco Saúde S.A em face de APC Assessoria de Imóveis e Projetos e Construção Ltda. Compulsando a exordial, verifica-se que o Requerente alega inadimplências das obrigações contratuais referentes aos meses de novembro e dezembro de 2018. Observado o contrato de seguro firmado entre as referidas partes com vigência a partir de 28/09/2016 e término em 29/01/2019 como aduz o autor. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade e que o autor da presente demanda demonstra interesse no método de autocomposição, de acordo com a inicial, designo audiência de conciliação, no CEJUSC-CÍVEL, no dia 04/11/2019 às 9h. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite-se e intime-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0644056-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Miriam Affonso Gomes - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.268/270 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646810-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Vania Suely Menezes da Silva - O Requerente Vania Suely Menezes da Silva, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Petição Cível/PROC em face de Estado do Amazonas - Secretaria de Estado e Cultura, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls.18 Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa. P. R. I. C.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0654805-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edson Ribeiro Costa - Compulsando a exordial, verifica-se que se trata de Ação Declaratória c/c indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela de Urgência, ajuizada por Edson Ribeiro Costa em face do Banco Bonsucesso S.A, em que a Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. Portanto, Defiro Gratuidade da Justiça. Em consonância com o art. 98 e seguintes do CPC, por entender que a parte ora postulante é economicamente hipossuficiente para o processo sem prejuízo do seu sustento. Ressalto que "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente de pessoa natural" (art. 99, §3 do CPC) Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado, no ano de 2015, no valor final de R$ 1.384,80 (hum mil, trezentos e oitenta e quarto reais e oitenta centavos), sendo parcelado de 24 prestações de R$ 57,70 (cinquenta e sete reais e setenta centavos), no período de outubro/2015 até setembro/2017. No entanto, alega o requerente que entrou em contato após os devidos descontos em folha e percebeu que não houve cessação dos descontos até a presente data e ao questionar o banco Requerido, fora informado que o valor do seu debito atual era superior ao debito contratado e que, na verdade, não se tratava de um empréstimo financeiro convencional, mas sim de um cartão de crédito com limite de compra, e que o requerente estava efetuando somente o pagamento do mínimo da fatura. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada. Dessa forma, Defiro o pedido de antecipação de tutela, Oficie-se à SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula 125.539-8 A) intitulado "BBS - CARTÃO, " "OLE BONSUC. CARTÃO e "BBS - CARTÃO 10", no prazo de 15 dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Outrossim, determino que a parte Requerida se abstenha inserir o nome da parte Requerente nos órgãos de restrição ao crédito em relação à dívida objeto da presente demanda, sob pena de incidir em multa diária de R$400,00 a ser convertido em favor da parte Requerente. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 04/11/2019, às 8h30. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB 7306/AM)
Alex da Silva Almeida (OAB 10706/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Sávio de Oliveira Chaves Filho (OAB 119908/MG)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eduardo Guido Ferreira Cavalieri D'oro (OAB 175468/RJ)
Elizabeth Souza Silva Chaves (OAB 8991/AM)
ERIC PIRES BENIGNO (OAB 944/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francinei Moreira de Almeida (OAB 2464/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
GYSELY TISSE GARCIA (OAB 174750/RJ)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Katia Regina Zany da Silva (OAB 13485/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)

Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodrigo Keison Monteiro da Silva (OAB 14205/AM)
Rodrigo Nunes de Abreu (OAB 157472/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
ROSIENI CORDEIRO MARTINS DE ARAÚJO (OAB 10603/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 015.174/RJ) - Processo 0008240-28.1998.8.04.0012 (012.98.008240-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Elizabeth Cantao Marinho - Vistos, Processo sentenciado no ano de 1999, sem que a parte autora tenha extraído a carta de adjudicação do bem. À fls. 110/112, petição da autora requerendo o benefício da justiça gratuita e expedição da competente carta. Vieram-me os autos conclusos. Indefiro o pedido de justiça gratuita, vez que no processo não foi solicitado e documento algum foi juntado a comprovar o estado de necessidade de sua concessão. Defiro a expedição de carta de adjudicação, conforme sentença proferida em 05/05/1999, fls. 70/71, a ser extraída em nome da parte autora, Elizabeth Cantão Marinho, não fazendo parte da relação processual o Sr. Ècio Alvarenga Bondi. Expeça-se a competente carta de adjudicação compulsória do imóvel descrito na inicial. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ANTONIO COIMBRA FILHO (OAB 003.252/AM) - Processo 0049113-59.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0027430-29.2006.8.04.0001) (001.05.049113-0) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Ary Sergio da Matto - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - ANTE O EXPOSTO, na ação movida por Ary Sergio da Matto contra Manaus Energia S/A, revogo a liminar concedida e JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro nos artigos 309, III, e art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: FERNANDO DAUWE (OAB 15738/SC) - Processo 0224029-81.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Andre Sada Neto - Compulsando os autos verifico que a audiência pautada para data de hoje deixou de ser realizada por ausência das partes, bem como ausência de devolução de mandado. Verifico ainda, que o Requerente, não é beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual necessária a intimação para pagamento das custas de tramitação da carta precatóri, bem como diligência do Oficial de Justiça. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas , referentes ao processamento da carta, bem como das diligências necessárias ao seu cumprimento (citação/intimação, por carta ou Oficial de Justiça), sob pena de devolução da mesma sem cumprimento. Em havendo o recolhimento das custas, pautе-se nova audiência e expeçam-se as comunicações necessárias. Não havendo recolhimento de custas, devolva-se a presente carta precatória, sem cumprimento. Oficie-se ao Juízo Deprecante informando acerca do andamento Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0241070-42.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DOUGLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0260922-23.2009.8.04.0001 (001.09.260922-9) - Cumprimento de sentença - Nulidade / Anulação - EXEQUENTE: ASSOCIACAO ADVENTISTA NORTE BRASILEIRA DE PREVENCAO E ASSISTENCIA A SAUDE - EXECUTADO: TNL PCS S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Quanto ao pedido de devolução do valor depositado erroneamente na conta judicial vinculada à presente demanda, defiro conforme requer em fls. 238/239. Expeça-se o alvará. Cumpra-se.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: ANABELA CARDOSO FREITAS (OAB 5094/AM), ADV: EDLENI MARIA LOUREIRO PEREIRA (OAB 7346/AM), ADV: MARTA ISABEL MONTEIRO DE SOUZA (OAB 5966/AM) - Processo 0262023-22.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0327259-62.2007.8.04.0001) (processo principal 0327259-62.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Demétrio Bidá Júnior - EXECUTADA: Total Empreendimentos Imobiliários Ltda - Tendo em vista que, às fls. 73/74, este juízo deferiu busca por bens nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, e que o Requerente, às fls. 83/84, requereu consulta nos sistemas diversos, ERIDTF e INFOJUD, recolhendo as custas do ato, determino o busca por bens nos sistemas ERIDTF e INFOJUD.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0601091-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Rio Solimoes Distribuidora - R.H. Tendo em vista que o único endereço encontrado para o Exequente é o mesmo que consta da inicial, cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, no prazo de 03 (três) dias, conforme artigo 829, caput, CPC/2015, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC/2015, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 827, caput, do CPC/2015. Faça-se constar no encimado expediente que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC/2015). Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para pagamento, nos termos do artigo 231, IV, CPC/2015. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa (art. 915 - 15 dias), infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o exequente incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601699-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - A defesa por negativa geral apresentada pelo não tem o condão de infirmar as alegações constantes na inicial, que estão corroboradas pelos documentos que a instruíram, notadamente os títulos de crédito juntados às fls. 5/11. Desta forma, de rigor o prosseguimento da execução. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de valores e veículos por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD. Em caso de BACENJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Em caso de RENAJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES

(OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602652-57.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB 8210A/AL), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0604314-61.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Celso Marcon - EXECUTADO: WALGILDO BAIA MACHADO - Compulsando os autos verifico que o Requerente/executado é beneficiário da justiça gratuita (fls. 35 dos autos), ficando sua parte no pagamento suspensa até que apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0604430-28.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND (OAB 212895/SP) - Processo 0604499-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Santanna Campos Junior - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras - ASSLITISC: Petrobras Distribuidora S/A - Br Distribuidora - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações de fls. 215/477 e fls. 487/662 e documentos.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605784-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0606775-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0607179-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: RENE ANDRADE DOS SANTOS - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV. Na oportunidade, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido de fls. 251/252 e proceder com as providências necessárias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0608374-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Wirllan Kevin Lima dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0609206-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0614204-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré

Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Raimundo Batista da Silva - Intime-se a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste acerca da petição de fls. 132/133, requerendo o que entender de direito. Em não havendo manifestação da parte interessada, será deferido o pedido de fls. 132/133.. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616234-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 44. Custas recolhidas. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0618061-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Arli Gonçalves Lopes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0618114-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deusmar Machado dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618433-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Leasing S/A Arrendamento Merc Ant II - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, especifique quais as consultas de endereço almejadas nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), uma vez que recolheu custas referentes a apenas 02 consultas (fls.150/153 e 158/161).

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0620618-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0621060-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sebastião Araujo Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Conforme já decidido pelo juízo e certificado à fls.169, a contestação do requerido é intempestiva, portanto, deverá ser tornada sem efeito nos autos. Em relação ao descumprimento da medida antecipatória deferida em favor do autor, não se pode aferir através dos documentos de fls.173/179, que os descontos refiram-se aos questionados nessa ação, vez que consta mais de um em favor do banco requerido. Assim, deverá o autor demonstrar de maneira mais efetiva o descumprimento da decisão judicial para fins de aplicação de multa. Por fim, diante da revelia, façam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM) - Processo 0623134-94.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incorporação Imobiliária - EXEQUENTE: Angela Goretti Ferreira Amazonas de Oliveira e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0623149-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Abc Fomento Mercantil Ltda. - Tendo em vista que o Oficial de justiça certificou às fls. 92, que o Executado foi citado, e não havendo nos autos comprovante de pagamento, nem defesa apresentada pelo mesmo, bem como recolhidas as custas referentes ao ato, determino a pesquisa/bloqueio de bens e valores pelos sinemas BACENJUD/RENAJUD já deferidos às fls. 49/51

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0623934-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0626747-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626839-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias recolhas as custas referentes à citação por AR. Após o recolhimento das custas, expeça-se AR de citação para o endereço informado às fls 76. Em retornando os AR negativos por motivos de ausência/ não procurado/ recusado, cite-se por mandado, desde que recolhidas as custas referentes ao ato. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0628191-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Sergio Alan Nordeste Salgado - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 43/44, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0628469-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sidney Morais Oliveira - Certifico que, nesta data, em cumprimento a Decisão Interlocutória de fls 85/86, dos autos 0627187-79.2019, transladei o laudo pericial do processo em epigrafe para o processo supracitado . É o que me cumpre certificar.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0629563-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0629930-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imboliario Ltda - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos por Direcional Engenharia S.A, em face de sentença que extinguiu o processo, com resolução de mérito, ao fito de que seja fixada a taxa para fins de atualização da condenação, vez que a sentença não dispôs a respeito. Instado a manifestar-se, o embargado entende não ser caso de apreciação através do presente recurso. Requer o não recebimento dos embargos É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, assiste razão ao embargante, de vez que este juízo não atentou para fixação do modo de atualização do débito a ser praticado em fase de cumprimento de sentença, o que habitualmente deixa registrado nas sentenças proferidas. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes conferir provimento, de modo que passe a constar na parte dispositiva da sentença os seguintes termos: “Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinteende reçoeletrônico:(http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_ chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça.” No mais, permanecem os termos da sentença integralmente. Intimem-se as partes. P. R.C.

ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0632291-62.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Provas - EXEQUENTE: Carolina Gomes Mar - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - Tomo a petição de fls. 188, como concordância com o valor apresentado pelo Requerido na Impugnação ao cumprimento de sentença. Acolho a impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 167/169, na íntegra. Tendo em vista os documentos juntados pelo Requerido às fls. 174/176, determino à Secretaria que diligencie junto a conta única averiguando a existência desses depósitos. Em caso positivo, defiro a expedição de alvará em nome da Requerente ou Patrona por ela habilitada para levantamento dos valores indicados na impugnação ao cumprimento. Expeça-se alvará, em nome do Requerido para levantamento do valor excedente - garantia necessária a apresentação de impugnação. Após arquive-se.

ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0635533-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: R. S. G. Comércio Atacadista de Alimentos e Organizador Logístico Ltda - Me - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0635686-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedido de Providências - REQUERENTE: Izaias da Silva - Assim, intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LOURDES LEONICE HUBNER (OAB 4337/SC), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 1157A/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA) - Processo 0639512-28.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petroleo Ltda - INTSSADO: Ademir Inacio Dörr - Itaú Unibanco S/A - Reporto me à petição de fls. 309/311, proceda-se ao desbloqueio do veículo de placas MGD0144, tendo em vista que comprovada a alienação fiduciária anterior ao bloqueio por Este Juízo.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM) - Processo 0639516-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Celina Figueiredo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0640581-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se a parte autora

para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640917-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Petição do Exequente ás fls. 191/193, informando o pagamento da dívida. Impende assinalar que o devedor satisfez a contento a obrigação que lastreia o título executivo carreado à exordial. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 924, II, do CPC. Tendo em vista que as partes abriram mão do prazo recursal, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0641147-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0641534-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0642244-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luis Gustavo Alves Magalhaes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARA LÚCIA LIMA (OAB 13939/AM) - Processo 0642939-91.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Lívia Maria Dias Moraes - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM) - Processo 0643449-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ronaldo dos Santos Saunier - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça, necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela), ou informe se há interesse somente na citação do executado.

ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT), ADV: LUDOVICO ANTÔNIO MERIGHI (OAB 905A/MT) - Processo 0644345-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: DOUGLAS BARBOSA DE LIMA (OAB 14511AM) - Processo 0644567-18.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edimar Teodoro de Souza - Tendo em vista o possível interesse do Estado no presente feito, oficie-se a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, para que se manifeste sobre a demanda com urgência. Isento de custas, em razão do deferimento da gratuidade da justiça que ora concedo.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644706-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644709-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0645681-60.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Isadora Paiva Pascarelli - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO na ação movida por Isadora Paiva Pascarelli contra Manaus Ambiental S/A, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Confirmo a tutela provisória e condeno a ré na obrigação de fazer consistente na manutenção e fiscalização de seu imóvel, quanto à segurança e à poda de galhos da árvore próxima ao limite com o imóvel da parte autora. Condeno a ré a pagar à autora indenização por danos materiais, no valor de R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), com incidência de correção monetária, a partir de janeiro de 2018 (data do orçamento, fls. 47-48), e juros de mora contados da data da citação (art. 405, CC). Condeno a ré a pagar à autora indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). Condeno a ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0646747-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eneida Amaral da Silva - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0646863-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Silene Soares Acioli Damasceno - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: CARMONA MAYA, MARTINS E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 11785/SP) - Processo 0646900-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Arteferro Comercio e Industria Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0647342-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0647457-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: F T Consultoria Empresarial Ltda - Nos termos da Súmula 481 do STJ (Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais), comprove a parte autora, no prazo de 15 dias, a impossibilidade de arcar com os encargos processuais por meio de documentos idôneos como balanço patrimonial anual e balancete atual, demonstrando saldos do ativo e passivo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0651921-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Whaglas da Silva Almeida - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSIANA APARECIDA DAS NEVES VALENTIM (OAB 223195/SP), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0704084-95.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Chubb do Brasil Cia. de Seguros e outros - EXECUTADA: Soares Administração de Franquias Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, complemente as custas referentes às duas consultas deferidas às fls.980 (Renajud, Infojud,), uma vez que as custas recolhidas às fls.975/977 referem-se a apenas 01 consulta.

ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM), ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM) - Processo 0715733-57.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Anabela Cardoso Freitas (OAB 5094/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Coimbra Filho (OAB 003.252/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arthur Miguel Ferreira Lawand (OAB 212895/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Carlos Valentim (OAB 015.174/RJ)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carmona Maya, Martins e Medeiros Sociedade de Advogados (OAB 11785/SP)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Celso Marcon (OAB 8210A/AL)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Douglas Barbosa de Lima (OAB 14511AM)
Douglas Douro Carvalho (OAB 9920/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edleni Maria Loureiro Pereira (OAB 7346/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)

Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernando Dauwe (OAB 15738/SC)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lourdes Leonice Hubner (OAB 4337/SC)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciomar da Silva Almeida (OAB 2401/AM)
LUDOVICO ANTÔNIO MERIGHI (OAB 905A/MT)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mara Lúcia Lima (OAB 13939/AM)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marta Isabel Monteiro de Souza (OAB 5966/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 1157A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rosiana Aparecida das Neves Valentim (OAB 223195/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: ANTONIO BRASIL VIEIRA (OAB 5411/AM), ADV: ANTÔNIO BRASIL VIEIRA (OAB 5411/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0645825-63.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: S N dos Santos Bijuterias Epp - REQUERIDO: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, uma vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória e a execução não está garantida, nos termos do artigo 919, § 1º do CPC. Indefiro pela mesma razão a concessão da tutela antecipada para declarar nula a execução em questão. Intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono para, querendo, apresentar impugnação, no prazo de 15 dias. Após, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos. Defiro a gratuidade da justiça, em razão dos documentos acostados na presente demanda demonstrarem a hipossuficiência do embargante. Cumpra-se.

Antonio Brasil Vieira (OAB 5411/AM)
Antônio Brasil Vieira (OAB 5411/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM) - Processo 0231045-38.2009.8.04.0001 (001.09.231045-2) - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Salvandir Leite da Rocha e outros - REQUERIDO: Ela - Empresa Lider em Assessoria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM) - Processo 0239674-64.2010.8.04.0001 (001.10.239674-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Orlando Vilhena Gomes Filho - Em razão do exposto, julgo procedente o pedido contido na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, determinado que autarquia Ré converta, em antecipação dos efeitos da tutela, o auxílio-doença comum conferido ao Autor em acidentário, desde 13/02/2008, a se efetivar no prazo máximo de 30 dias, sob pena de multa no valor de R$

200,00, no limite de 10 repetições. Diante da sucumbência da Requerida, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), em observância ao disposto no art. 85, §§ 2º e 8º do CPC, com incidência de juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta decisão, nos termos do art. 85, §16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0601281-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605079-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Afinco Comércio de Vestuário Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0605566-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0605655-49.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608453-90.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ROSA MARIA RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I., - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Rosa Maria Rodrigues da Silva em face de B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I. Em relação ao levantamento de valores depositados pela Requerente, ora Exequente, indefiro o requerimento, pois que, para que ocorra a compensação de valores, é necessário que, primeiro, o Banco ora Executado revise o Contrato às fls. 126/127, cumprindo, assim, o quesito d) da decisão exequenda. No que pertine ao cumprimento da condenação a título de honorários advocatícios, determino que se intime o Banco Executado, pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pela Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso o Banco Executado efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se o Banco Executado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da empresa Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se a Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Banco Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609573-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0613823-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sara Tavares de Almeida e outro - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0614702-52.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: FELIPE SIDNEY DA SILVA SANTOS - Inicialmente, considerando o falecimento do Autor (fl. 119) suspendo os presentes autos a fim de ocorra a habilitação, nos termos do art. 689, do CPC. Desse modo, determino ocorra a citação dos Requeridos a fim de que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, consoante norma disposta no art. 690, do CPC. Determino ocorra a citação do Requerido Júlio César de Souza Oliveira através da Defensoria Pública, eis que está sendo por ela representado. Determino também seja expedida carta precatória ao endereço constante em fls. 57, a fim de que ocorra a citação da Requerida Sandra de Oliveira Pinto. No que pertine à citação do Requerido Raimundo Souza de Oliveira, determino que se requisite por meio do sistema Infojud informações sobre o seu atual endereço. Com as informações, expeça-se mandado de citação. Considerando que a Requerida Marlene dos Santos

Oliveira foi devidamente citada no endereço constante em aviso de recebimento de fls. 80, determino ocorra a citação no mesmo endereço através de Oficial de Justiça. Por derradeiro, no que tange à citação da Requerida Clescilene Teles de Oliveira, determino ocorra a expedição de mandado de citação ao endereço informado na inicial. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: DÊNIS AUDI ESPINELA (OAB 198153/SP), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: MARIA FERNANDA BARREIRA DE FARIA FORNOS (OAB 198088/SP) - Processo 0615558-16.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: D. - Vistos, Verifico que o Requerido informou que procedeu a juntada aos autos de mídia (fl. 50), bem como que o Autor aduziu que os áudios não são audíveis (fl. 135); contudo, não verifico nos autos notícia de juntada da referida mídia. Desse modo, determino à Secretaria da 4a. UPJ que certifique sobre a ocorrência ou não de juntada da referida mídia, bem assim sobre sua retirada pelo Autor. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0618035-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Ii Etapa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF) - Processo 0619507-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Marina Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos, etc Considerando que o valor apresentado pelo perito judicial em fls.179/180 se revela por adequado, à vista de que condiz com a média de perícias similares, decido por arbitrá-los no montante de R$3.800,00, ex vi do art.465, §3º do CPC. Ademais, também considerando que a produção da prova pericial foi determinada de ofício pelo juízo, em decisão saneadora às fls.173/174, determino às partes ultimem o depósito cada de R$1.900,00 em prazo de 15 (quinze) dias, na forma do disposto no art.95 do CPC. Realizada a providência, notifique-se o perito judicial à realização da prova em prazo de 30 (trinta) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0622662-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Luciana Priscila Freitas Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 3465/AM) - Processo 0627039-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thályson Pereira Nascimento - REQUERIDO: Centro Univerisitário Nilton Lins - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Centro Universitário Nilton Lins em face de Thályson Pereira Nascimento. Conforme se depreende da sentença de fls. 484/485, o encargo do Executado se consubstancia em obrigação de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime o Executado, pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso o Executado efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se o Executado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome do Executado, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628045-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0629956-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0630010-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wirlas Guedes de Araújo - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, e decido

por: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa do no valor de R$ 200,00 no limite de 10 repetições, devendo ser mantido o benefício durante o prazo estipulado em perícia para recuperação, ou seja, 06 (seis) meses, contados desta decisão; e b) condenar a autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde a data em que cessado administrativamente o benefício, em 16/06/2017 até a data em que reimplantado o benefício por intermédio da decisão, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 STJ); devendo ser deduzidas as parcelas do benefício pagas administrativamente ao longo deste feito; e c) determinar a conversão do período em que a Autor esteve afastado percebendo auxílio-doença previdenciário (B-31) em auxílio-doença acidentário (B-91). Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação desta decisão, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0630451-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Leandro da Silva Serrão - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Leandro da Silva Serrão em face de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Conforme se depreende da sentença de fls. 190/196, o encargo do Executado se consubstancia em obrigação de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime o Executado por meio eletrônico a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a impugnação da execução, nos termos do art. 535 do CPC. Após o transcurso do prazo, voltem-me os autos conclusos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0636489-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cond. Residencial Moradas do Parque - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638499-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: P H D Comercio de Alimentos e Cosméticos Ltda Me (Mercadinho Big Boi) e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0639205-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Nonata Reinaldo de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/02/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÉRGIO MIRISOLA SODA (OAB 257750/SP), ADV: FRANCISCO JOAO LEITE (OAB 7460/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0641474-86.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otávio Bezerra Meireles e outros - REQUERIDO: CARREFOUR PROM DE VENDAS E PARTICIPAÇÕES LTDA - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Otávio Bezerra Meireles, Vivian Lô Jimenez e Alvanete Isabel Cunha de Almeida em face de Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Conforme se depreende da sentença de fls. 112/126, o encargo da empresa Executada se consubstancia em obrigação de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime a Executada, pelo Diário da Justiça, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelos Exequentes, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor dos Exequentes. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intimem-se os Exequentes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intimem-se os Exequentes para que apresentem no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolham em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da empresa devedora. Após, intimem-se os Exequentes para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intimem-se pessoalmente os Exequentes, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifestem sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0641702-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdivino Vale - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0642184-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Wellington da Cunha Oliveira - REQUERIDO: Norte Mangueiras Ltda - Vistos, Em análise aos

autos, verifico que se impõe novamente ao Exequente retificar o demonstrativo de débito referente ao título aluguel, na medida em não observo obediência à cláusula 3ª, parágrafo segundo, do Contrato Particular de Locação de Imóvel Comercial, às fls. 11/16, que dispõe: "o pagamento após 05 (cinco) dias úteis de cada mês estará automaticamente acrescido de multa de 10% (dez por cento), sobre o valor principal, atualização monetária, até o efetivo pagamento da(s) parcela(s) em atraso, independentemente de qualquer procedimento judicial". Diante disso, determino que se intime o Exequente a fim de adequar o demonstrativo de débito, considerando que no aluguel de cada mês deve incidir correção monetária até o efetivo pagamento, segundo o IGP-M, pois que é correção contratual, bem como acrescer 10% de multa. Ato contínuo, deve também somar o montante corrigido com a correção monetária e os juros, de acordo com os termos da condenação, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, consoante o art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0642806-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Salah Edin Palheta El Kebe - Analiso o petitório em fls. 28/29. Nesse contexto, verifico que o houve o juízo à fl. 25 por determinar ao Autor que emendasse a exordial a fim de que indicasse sobre se pretende a restituição simples ou em dobro e quantificasse o valor pretendido a título de repetição de indébito, bem assim corrigisse o valor da causa. Entretanto, o Requerente não se desincumbiu de seu mister por meio do requerimento em análise. Desse modo, esclareço ao Autor que a ausência de contrato não impede ocorra a apresentação de cálculos, haja vista; principalmente, porque dispõe das informações necessárias para tanto, quais sejam, valor tomado emprestado, quantidade e valor das parcelas, termos inicial e final e valor da taxa média de juros de mercado. Ademais, em se tratando de ação que tem por objeto a revisão de obrigação decorrente de contrato de empréstimo, é mister que o Autor quantifique o valor incontroverso do débito, consoante dispõe o art.330, §2º, do CPC. Outrossim, à vista do art. 330, §3.º, também do CPC, certo é que o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratado. Ante ao exposto determino que se intime o Requerente a fim de que: a) esclareça ao juízo sobre se pretende a restituição de forma simples ou em dobro dos valores que entende terem sido descontados indevidamente, bem assim indique o valor pretendido a título de repetição de indébito, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos moldes do art. 330, §1.º, II, do CPC; b) quantifique o valor incontroverso do débito, no mesmo prazo (15 dias), sob pena de inépcia, consoante dispõe o art.330, §2º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0643438-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pablo Henrique Fraz Nascimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0646308-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thalles da Cunha Ramos - Vistos, A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Com efeito, o citado beneplácito não se constitui mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. Desse modo, a comprovação de alegada hipossuficiência econômico-financeira perfaz-se por necessária. In casu, embora afirme hipossuficiência, constato que o Requerente não demonstra nos autos que preenche os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, o que vislumbro por indispensável. Ante ao exposto, determino seja intimado o Autor, a fim de que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, para que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça ou acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Oportunamente, determino ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime a retificação do polo ativo da presente demanda junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, passando a constar o nome do Autor da demanda senhor João Victor Marques Ramos Filho, consoante se observa à fl. 01. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM) - Processo 0646606-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: A.F.B.J.P. - Vistos, etc. Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se a empresa Requerente para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM) - Processo 0647162-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Clarice Aguiar Carneiro - Ante o exposto, decido por: a) deferir a antecipação dos efeitos da tutela a fim de determinar à Requerida que autorize e custeie o procedimento cirúrgico prescrito à fl. 35, que deverá ser realizado pelo médico assistente - Dr. Luiz Avelino Júnior, CRM 4931-AM, indicado pela Autora, e os materiais que se fizerem necessários à cirurgia, bem assim que disponibilize, dentre os médicos e os hospitais credenciados a sua rede conveniada, a equipe médica e o ambiente hospitalar necessários ao procedimento cirúrgico de que necessita a Autora, tudo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, pena de multa diária de R$ 3.000,00 (três mil reais) em caso de descumprimento, no limite de 10 repetições; b) inverter o ônus probatório em favor da Autora, nos moldes do art. 6º, VIII, da Lei n.º 8.078/90; c) deferir a gratuidade de justiça, na forma do art. 98, §1º do CPC; e d) determinar sejam citadas/intimadas as partes para audiência de conciliação e mediação, de acordo do art. 334 do CPC, a ser realizada pelo CEJUSC no dia 06/02/2020, às 09h30min. Contudo, à vista de que expresso pela

Autora na exordial - fl. 03, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá a Ré também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. Oportunamente, determino que a presente decisão seja cumprida por meio de carta precatória, atentando-se ao endereço da Requerida declinado em fl. 01. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647221-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elias Francisco Batista - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Elias Francisco Batista em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 32/104. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0647265-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Evidence Ponta Negra - Vistos, A fim de que o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício se consubstanciem em título executivo extrajudicial, faz-se necessário que estejam previstas na convenção do condomínio ou tenham sido aprovadas em ata de assembleia, e em todo caso devem ser comprovadas documentalmente, consoante norma disposta no artigo 784, inciso X do Código de Processo Civil. In casu, analisando os autos, não verifico a ata de assembleia que aprovou as contribuições nos valores de R$: 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais) e R$: 1.311,51 (um mil, trezentos e onze reais e cinquenta e um centavos), tampouco a respectiva a ata que reelegeu o síndico Fábio José de Mello Rafael, a comprovar sua capacidade processual de representar em juízo o polo ativo dessa demanda. Em assim sendo, determino que se intime o Exequente, a fim de juntar aos autos a ata de assembleia em que teria sido aprovada as taxas de condomínio nos valores de R$: 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais) e R$: 1.311,51 (um mil, trezentos e onze reais e cinquenta e um centavos) ou a convenção do condomínio, se a contribuição for ali prevista, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, além de que deve também carrear os autos a ata de assembleia que teria reeleito o síndico, regularizando, assim; a representação do Exequente, o que faço com fulcro no art. 76 do CPC, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647279-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Janaina Silva Souza - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Janaína Silva Souza em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 29/97. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que a Autora preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0647358-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - Vistos, etc. Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o condomínio Requerente para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0647439-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Braga Veiculos Ltda - Vistos, Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o Autor para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647593-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Roquelina Reis Mendes - Vistos, A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Com efeito, o citado beneplácito não se constitui mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. Desse modo, a comprovação de alegada hipossuficiência econômico-financeira perfaz-se por necessária. In casu, embora afirme hipossuficiência, constato que a Requerente não demonstra nos autos que preenche os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, o que vislumbro por indispensável. Ante ao exposto, determino seja intimada a Autora, a fim de que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, para que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça ou acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Dênis Audi Espinela (OAB 198153/SP)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Francisco Joao Leite (OAB 7460/AM)
Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB 3465/AM)

Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB 198088/SP)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérgio Mirisola Soda (OAB 257750/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ALCIO ADLER SILVA BEZERRA (OAB 002.923/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARIA DE FATIMA CARDOSO SAMPAIO N (OAB 002.455/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0033372-81.2002.8.04.0001 (001.02.033372-3) - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO DE PAULA BEZERRA (OAB 002.600/AM), ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0043315-20.2005.8.04.0001 (001.05.043315-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: José Leland Juvêncio Barrroso - REQUERIDO: Ativos S/A Securitizadora de Créditos Financeiros - BANCO DO BRASIL S/A. - R.H. Trata-se de processo distribuído, em 22/10/2005, que se encontrava baixado em cumprimento às Portarias n. 2.192/2017-PTJ e 2.225/2017-PTJ, conforme termo de baixa de fls. 01. Comparece o requerido Banco do Brasil S/A, a fls. 3, requerendo o desarquivamento do feito para os fins de verificar a existência ou não de saldo remanescente em seu favor. Extratos dos depósitos judiciais acostados a fls. 49/51. Diante da inexistência de informações acerca dos depositantes e destinatários dos valores constantes na conta judicial vinculada aos presentes autos e que ainda encontram-se pendentes de levantamento por quem de direito, DETERMINO seja EXPEDIDO OFÍCIO à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para que informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o NOME do DEPOSITANTE e demais informações constantes nas CONTAS a seguir discriminadas: 3205 / 040 / 01510481-0 3205 / 040 / 01522237-5 3205 / 040 / 01517497-4 Após, digam as PARTES o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. I.C.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0231902-35.2019.8.04.0001 (processo principal 0624981-92.2019.8.04.0001) - Incidente de Falsidade Infância e Juventude - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Pereira de Castro - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação ao patrono do requerido da determinação de fls. 16/17, vez que não encontrava-se cadastrado, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo o advogado do réu para que tome ciência da decisão acima, cujo teor segue abaixo: "R.H. Intime-se o Banco Requerido para que se manifeste acerca da arguição de falsidade no prazo de 15 (quinze) dias. Para o deslinde da quaestio acerca da AUTENTICIDADE DA ASSINATURA aposta no CONTRATO DE ADESÃO juntado a fls. 68/76 do processo n. 0624981-92.2019.8.04.0001, faz-se necessária a realização de PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. Assim, DEFIRO a PROVA PERICIAL requerida a fls. 01/03. Para a realização do ATO, DETERMINO seja a REQUERIDA, por seu advogado, INTIMADA a DEPOSITAR o documento, no seu ORIGINAL, na SECRETARIA desta 4ª UPJ, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de NÃO CONHECIMENTO da PROVA. NOMEIO de logo, para o exercício do encargo, o Dr. HERMANN SAUNDERS FERNANDES, com endereço na Rua Rio Juruá, n. 888, Nossa Senhora das Graças, Bairro Vieiralves - Manaus/AM, telefone (92) 99249-8648 / 98168-3751, email:hermannfernandes@live.com , para funcionar como PERITO GRAFOTÉCNICO. Por se tratar, a Autora, de parte beneficiada pela GRATUIDADE JUDICIÁRIA , ARBITRO os HONORÁRIOS PERICIAIS em R$ 500,00 (quinhentos reais), cujo pagamento deverá ser suportado pelo EE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, dentro dos limites e termos fixados pela RESOLUÇÃO CNJ 127/2011 e PORTARIA 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM. APÓS o DEPÓSITO do DOCUMENTO em JUÍZO, INTIMEM-SE o Dr. HERMANN SAUNDERS FERNANDES para o aceite do encargo e, então, às PARTES para formularem QUESITOS, bem como para indicarem ASSISTENTES TÉCNICOS, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS. Realizada a PERÍCIA, fixo de logo o PRAZO de 30 (trinta) DIAS para ENTREGA do LAUDO. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luciana Braga Matrícula: E0020

ADV: GEORGE EDUARDO RIPPER VIANNA (OAB 28105/RJ), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: GARDENIA FERNANDES OLIVEIRA (OAB 46466/PR), ADV: ANTONIO CARLOS VARASCHIN (OAB 21760/RS) - Processo 0232642-76.2008.8.04.0001 (001.08.232642-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Central de Operações e Administração de Bens Ltda - REQUERIDO: Recofarma Industria do Amazonas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0600346-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0602357-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602517-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602517-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0603422-16.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: J S de Souza Me - Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA referente aos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. A fls. 241/242, alvarás judiciais expedidos na forma física. A fls. 246, comparece o Exequente para requerer a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal. Pois bem, considerando o extrato de depósitos judiciais acostado a fls. 247, DETERMINO o CANCELAMENTO do ALVARÁ FÍSICO expedido a fls. 241 e, em consequência, seja procedida à TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA do valor de R$ 3.448,88, acrescido de eventuais atualizações, para a CONTA BANCÁRIA mencionada a fls. 240, juntando aos autos o respectivo comprovante de transferência. Após, arquivem-se os autos. I.C.

ADV: GUILHERME LUIZ FRANCISCO (OAB 358920/SP), ADV: SARAH GEORGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10631/AM) - Processo 0605806-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: F3 Logistica e Importação Ltda - REQUERIDO: Top Fruttii Comercio de Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LILIANE BUGE FERREIRA (OAB 9191RO), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0610727-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Rondobras da Amazônia Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0611618-48.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Queli Mara Chaves Lopes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (OAB 18292/PA), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA) - Processo 0612351-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSINETE COSTA DOS SANTOS (OAB 14383/AM), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0614001-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Renato Barbosa Paulino e outro - Defiro a consulta ao endereço do Requerido conforme requisitado a fls. 188. PROMOVA o Autor, no prazo de 10 dias, ao recolhimento das custas ante ao deferimento parcial da gratuidade deferida a fls. 95/96

ADV: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (OAB 56526/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0616050-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0617756-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Claudia Alves Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0617822-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento

de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria do Socorro Braga Normando e outro - REQUERIDA: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da impugnação à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0618244-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Waldeniza Lima Bezerra - INTSSADA: Simone Tavares Vital Figueiredo - DESIGNO o dia 12/11/2019 às 10h para realização de Audiência de Justificação. DETERMINO o SOBRESTAMENTO dos autos n.º 0235301-09.2018.8.04.0001 até a realização da audiência. I. C.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0620057-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0620388-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cassia Rita Valois Farias - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0621848-42.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: R.D.N.U. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0622812-45.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0623470-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Bruno Vieira de Brito - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0626520-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Elce Keila Mota dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0627929-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Rymo Imagem e Produtos Graficos da Amazonia Ltda e outros - REQUERIDA: Neuza Souza de Almeida - Vistos. Em exame, petita formulada pela Requerida a fls. 220/222, objetivando AUTORIZAÇÃO deste Juízo Cível para TRANSITAR NAS DEPENDÊNCIAS da empresa Requerente no intuito de cumprir o estabelecido nos itens 15 e 16 do ACORDO firmado nos autos do PROC. 0630331-95.2018.8.04.0001 perante o MM. Juízo da 4ª Vara de Família. Em MANIFESTAÇÃO VOLUNTÁRIA, os AUTORES veem a CONCORDAR com o postulado, sob a CONDIÇÃO de que a REQUERIDA se faça ACOMPANHADA de seu(s) PATRONO. É o breve relato, no essencial. Inicialmente cumpre ressaltar que, ainda que o acordo tenha sido celebrado no juízo familiar, resta pertinente a MANIFESTAÇÃO DESTE JUÍZO CÍVEL em razão da VIGÊNCIA da MEDIDA LIMINAR proferida a fls. 104/108, posteriormente complementada a fls. 192/193. O ato perseguido visa o restabelecimento da almejada PACIFICAÇÃO SOCIAL entre as partes litigantes, sem que causem recíprocos prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação. Razoável o PRAZO sugerido pelos AUTORES, como sendo ATÉ o DIA 06 de setembro próximo vindouro, para que a REQUERIDA possa ADENTRAR NO IMÓVEL tão somente para retirar seus pertences - tanto da SEDE da empresa MANIA DE PAPEL S/A como também na empresa RYMO IMAGEM E PRODUTOS GRÁFICOS DA AMAZÔNIA LTDA. Dessa forma, REVOGO em PARTE e PROVISORIAMENTE, o PERÍMETRO de PROIBIÇÃO de que trata a DECISÃO de fls. 192/193, AUTORIZANDO a Requerida a ADENTRAR EXCEPCIONALMENTE NO IMÓVEL onde funciona a SEDE das empresas MANIA DE PAPEL S/A e RYMO IMAGEM E PRODUTOS GRÁFICOS DA AMAZÔNIA LTDA para tão somente proceder a RETIRADA DE SEUS PERTENCES que se encontram nas dependências de tais empresas, em HORÁRIO COMERCIAL - e ATÉ às 18:00 hs do dia 6 DE SETEMBRO DE 2019, DESDE QUE - e SEMPRE, ACOMPANHADA DE SEU ADVOGADO constituído nos autos, observando ainda as demais DETERMINAÇÕES constantes da DECISÃO de fls. 193. ADVIRTA-SE ainda, em face dos precedentes denunciados, notadamente a fls. 145 / 151, que a REQUERIDA DEVERÁ, ao CUMPRIR o ora AUTORIZADO, agir com a NECESSÁRIA URBANIDADE e SERENIDADE, sob pena de REVOGAÇÃO do ora DEFERIDO e DECLARAÇÃO de LITIGÂNCIA de MÁ-FÉ, nos termos do art. 81 do CPC e imposição de consequente MULTA. I. C.

ADV: ARMANDO S. DE CARDOSO NETO (OAB 20451/PA), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM) - Processo 0629141-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Samuel Brito dos Santos e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ELIZABETH MARINHO GONZALEZ (OAB 3909/AM) - Processo 0629280-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDA: Flávia Ferreira da Silva Cruz e outros - INTIME-SE o EXECUTADO a apresentar PARECERES e DOCUMENTOS elucidativos no PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 510 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ELIZABETH MARINHO GONZALEZ (OAB 3909/AM) - Processo 0629280-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDA: Flávia Ferreira da Silva Cruz e outros - Compulsando os autos, verifiquei que o requerido não foi intimado da decisão de fls. 56, vez que sua patrona não estava cadastrada, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo a patrona dos réus para que tomem ciência da determinação acima cujo teor segue anexa: " Vistos. Em exame, LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA por ARBITRAMENTO. INTIME-SE o EXECUTADO a apresentar PARECERES e DOCUMENTOS elucidativos no PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 510 do CPC. Cumpra-se."

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629535-41.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM), ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0629634-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Eduarda de Souza Vasconcelos Silva e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629950-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0630465-25.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jose Araujo Mendes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0631379-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Danielle Martins dos Santos - Diante disso, por ausente prova incontroversa, à primeira vista, do alegado, bem como do perigo de dano irreparável e de difícil reparação, indefiro por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ante os documentos apresentados, concedo os benefícios da Assistência Judiciária gratuita em favor da Requerente. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação a ser realizada no dia 08/11/2019 às 10h30 a ocorrer na sede deste Juízo, sala 2. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Cite(m)-se e intime(m)-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633273-76.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633902-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0634548-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Instituto Amazônia de Ensino Superior e outro - Dessa maneira, JULGO EXTINTO o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. DETERMINO ainda BAIXA e ARQUIVAMENTO no SAJ e no setor de DISTRIBUIÇÃO. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0636347-41.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Juliao Donato Soares - REQUERIDO: Marilza Souza de Moraes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição da requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0637052-97.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manuel Orlandio Santos Sousa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0638515-06.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Frankney Sampaio Leitão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

- Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0638563-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Arlete Vieira Nogueira Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0640803-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marilei Ramos dos Santos - Compulsando os autos, verifiquei que a despacho de fls. 101 não foi publicado. Dessa forma, intimo a parte requerente para que tome ciência da determinação acima cujo teor segue abaixo: " Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC.0640800-69.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais, onde figuram PARTES, PEDIDO e/ou OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer."

ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILAÇA (OAB 10787/AM) - Processo 0641147-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ana Cheila Lima Queiroz - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação do despacho de fls. 58. Dessa forma, intimo a parte requerente para que tome ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC.0619427-79.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO.Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação Previdenciária de Concessão/Restabelecimento de Auxílio Doença Acidentário , onde figuram PARTES, PEDIDO e OBJETO DISTINTOS.Portanto, tendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer."

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO RODRIGUES DE FREITAS (OAB 12670/AM) - Processo 0642454-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - CITE-SE na forma requerida a fls. 241/242. I. C.

ADV: DANIEL TADEU ROCHA (OAB 404036/SP) - Processo 0642704-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Roseli Soares Rorigues e outro - R.H. Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 08/11/2019 às 11h00, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0643059-71.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC) - Processo 0643584-19.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jucyrde Alencar Canizo de Brito - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0645501-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivan Martins de Paula - Ante o exposto, INDEFIRO por ora, o pedido de TUTELA ANTECIPADA. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos", designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 06/11/2019 às 9h30, na sede deste Juízo (sala 2) Cite(m)-se e intime(m)-se. DEFIRO ao autor os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646050-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - Vistos. Ante os documentos apresentados, concedo os benefícios da Assistência Judiciária gratuita em favor da parte Requerente. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial: a) informar com precisão quando a parte autora celebrou contrato com a requerida e a partir de quando começaram os descontos indevidos e os valores das prestações; Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646940-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0647128-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudio Saraiva do Nascimento - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do

CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647217-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edval Cortez Figueiredo - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor do Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647273-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Israel Vito Lima - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor do Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647330-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Keila Colares dos Santos - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor da Autora. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647489-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0625214-26.2018.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Obrigação de Fazer , onde figuram PARTES, PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0647635-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Gledson Flavio Pinto de Melo - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. A análise do pedido de antecipação será feita após a juntada do laudo da perícia médica. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor do Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0700708-04.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Olga Maria de Araújo Monteiro - REQUERIDO: Banco BGN S/A - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

Adriana Regina Batista Vilaça (OAB 10787/AM)
Alcio Adler Silva Bezerra (OAB 002.923/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
ALINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO RODRIGUES DE FREITAS (OAB 12670/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Carlos Varaschin (OAB 21760/RS)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio de Paula Bezerra (OAB 002.600/AM)
Armando S. de Cardoso Neto (OAB 20451/PA)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (OAB 18292/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Tadeu Rocha (OAB 404036/SP)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elizabeth Marinho Gonzalez (OAB 3909/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gardenia Fernandes Oliveira (OAB 46466/PR)
George Eduardo Ripper Vianna (OAB 28105/RJ)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Luiz Francisco (OAB 358920/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Liliane Buge Ferreira (OAB 9191RO)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 56526/MG)
Maria de Fatima Cardoso Sampaio N (OAB 002.455/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)

Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosinete Costa dos Santos (OAB 14383/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sarah Georgia de Figueiredo (OAB 10631/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM), ADV: NEYRIMAR FURUKAWA BARRETO (OAB 3871/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903AM) - Processo 0020646-36.2006.8.04.0001 (001.06.020646-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Osvaldo de Oliveira Silva - REQUERIDO: José Monteiro dos Santos - Luiz Loureiro de Lucena - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116/AM) - Processo 0213011-68.2016.8.04.0001 (processo principal 0612454-84.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Imissão - EXEQUENTE: Graciete Pacheco Ramos - EXECUTADA: Raimunda Juliane Pereira de Albuquerque - A fim de dar cumprimento à decisão de fls. 67/68, determino a expedição de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0217764-78.2010.8.04.0001 (001.10.217764-4) - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: ACÁCIO CHEZORIM (OAB 243368/SP), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0218887-82.2008.8.04.0001 (001.08.218887-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Pires & Gonçalves Advogados Associados S/C - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0228539-89.2009.8.04.0001 (001.09.228539-3) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0236000-44.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: EDUARDO REIS DE MENEZES (OAB 162449/RJ), ADV: NAYARA SILVA COSTA CALMONT (OAB 10576/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0236492-36.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sandra Valéria Nogueira da Silva e outros - REQUERIDO: MONGERAL SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: ALMÉRIO FERREIRA BOTELHO (OAB 271/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0254885-09.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilckon Ribeiro Lima e outro - REQUERIDO: Rodrigo Rocha da Silva - Luciana Ribeiro Correa e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0262001-66.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: A.D.E. - REQUERIDA: Raimunda Ferreira de Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0325375-95.2007.8.04.0001 (001.07.325375-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0600058-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joao Cardoso de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602566-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ronilton Leão de Souza - REQUERIDO: Crefisa S/A Crédito Financiamento e Investimentos - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607142-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Costa Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0607832-88.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608057-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Paulo Roosewelt Costa Padilha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição simples e documentos de fls. 99-101 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0608192-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0609388-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Kellen Cecília Gomes Porto - REQUERIDO: Hospital Unimed - Parque das Laranjeiras - À fl. 440/443 a Requerida pleiteia a improcedência dos pedidos, entretanto, a presente demanda já foi julgada (fl. 271/273) com transito em julgado certificado à fl. 277. Destarte, diante da inércia das partes, determino a baixa e arquivamento do presente feito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM) - Processo 0616185-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 222/223, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 662A/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: MAYARA CARVALHO TRINDADE ZURRA (OAB 8614/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0617158-77.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA INEZ NASCIMENTO NINA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco do Brasil S/A - Vistos etc. MARIA INEZ NASCIMENTO NINA ajuizou o presente Processo de Execução contra Banco BMG S/A. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, houve bloqueio via Bacenjud suficiente para a satisfação da execução. Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se o competente alvará em favor da parte autora/exequente. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0621730-37.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0624464-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM) - Processo 0625428-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Miguel Leopoldo Teixeira Bastos e outro - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0628235-10.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ILDENICE RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 7856/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631538-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - REQUERIDA: Ildenice Ramos de Oliveira, e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0631558-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ronaldo de Oliveira Lobato Júnior - Nayla Gonçalves e Silva Lima - REQUERIDO: ALIANÇA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - Gonder Incorporadora Ltda. - I. À Secretaria para reiterar o ofício de fl. 303. II. Intimem-se as partes para que apresentem informações acerca do procedimento de recuperação judicial da parte PDG REALITY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, o qual tramita sob o processo de nº 1016422-34.2017.8.26.0100, principalmente, acerca da eventual homologação de plano de recuperação. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: CRISTINA LIMA MONTEIRO (OAB 10957/AM) - Processo 0633476-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Otoniel Martins Meireles - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Patriurbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio Manaú) - Assim, pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas e honorários, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §2º, do CPC), suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633650-76.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Super Barato Total Comércio de Alimentos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: CRISOLOGO EVERTON ROCHA DE QUEIROZ (OAB 337559/SP), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA - Processo 0634194-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA CARLA DA SILVA PICANÇO - REQUERIDO: Exata Cargo Ltda. - INTIME-SE o perito nomeado, por endereço eletrônico, para que este proceda à juntada do referido laudo aos autos. À Secretaria para as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635105-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0635160-85.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Gomes dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0635970-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Hospital Santa Júlia Ltda - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0637396-44.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jean Mary dos Santos Cardoso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se alvará em favor da parte Autora/Exequente no valor de R$ 14.879,88 (quatorze mil, oitocentos e setenta e nove reais, oitenta e oito centavos) e alvará em favor do Réu/Executado no valor de R$ 1.334,06 (um mil, trezentos e trinta e quatro reais, seis centavos). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0637556-74.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0643940-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcos Wanderlan Feitosa de Moraes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0647917-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ALOÍSIO BARBOSA CALADO NETO (OAB 17231/PB) - Processo 0652393-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Gracilene Barros de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Acácio Chezorim (OAB 243368/SP)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Almério Ferreira Botelho (OAB 271/AM)
Aloísio Barbosa Calado Neto (OAB 17231/PB)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Celso David Antunes (OAB 662A/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Crisologo Everton Rocha de Queiroz (OAB 337559/SP)
Cristina Lima Monteiro (OAB 10957/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Reis de Menezes (OAB 162449/RJ)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ildenice Ramos de Oliveira (OAB 7856/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Mayara Carvalho Trindade Zurra (OAB 8614/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nayara Silva Costa Calmont (OAB 10576/AM)
Neyrimar Furukawa Barreto (OAB 3871/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB CANCELADA) (OAB 5880/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: ELTON WERHNER MENEZES DE LIMA (OAB 5313/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: EDINALDO AQUINO MEDEIROS (OAB 002.898/AM) - Processo 0007965-26.1991.8.04.0012 (012.91.007965-0) - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: O Ministério Público do Estado do Amazonas - Osvaldo de Lima dos Santos - REQUERIDO: Edfran Veiculos Ltda. - determino a intimação dos embargantes (Edson Veículos Ltda e Edson Félix Cartano) para, no prazo de 05 (cinco) dias, procederem ao cadastro dos embargos, via Distribuição, em processos apartados. Após, com o cadastro, intimem-se os embargantes para que efetuem o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, bem como junte aos autos os documentos exigidos no art. 677 do CPC, pena de cancelamento da distribuição (CPC/2015, artigo 290), e, por conseguinte, não conhecimento dos embargos. À Secretaria para certificar a tempestividade dos Embargos (art. 675 do CPC), bem como proceder à anotação do nome dos seus advogados (fls. 614 e 618). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOEL FERREIRA VAZ FILHO (OAB 169034/SP), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DAYANA ARNAUD DE OLIVEIRA (OAB 6913/AM), ADV: LIA REGINA DE ALMEIDA PINTO (OAB 3777/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM) - Processo 0200435-87.2009.8.04.0001 (001.09.200435-1) - Monitória - REQUERENTE: Elitegroup Computer Sustems Co. Ltd. - REQUERIDO: Flex Importação e Exportação Indústria e Comércio de Máquinas e Motores - Diante disto, decreto a conexão dos presentes autos com os de nº 0228964-19.2009.8.04.0001, para que tramitem simultaneamente e sejam empreendidos os mesmos atos e eventuais diligências, garantido, assim, a devida prestação jurisdicional. À Secretaria para adotar as providências cabíveis. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM) - Processo 0202847-20.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A. Alves de Souza - EXECUTADO: Cavalcante e Mattos Ltda e outros - Intime-se a parte impugnante para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher o preparo referente à impugnação (fls. 721/722). Comprovado o pagamento, dê-se vista à Exequente/Impugnada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 115224/RO), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0205756-40.2008.8.04.0001 (001.08.205756-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - À Secretaria para anotação nos assentos do SAJ do nome dos novos advogados do exequente (fls. 186/188). Após, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir as determinações da decisão de fl. 183. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM) - Processo 0212928-91.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francines Ferreira da Silva - De arremate, intimem-se as partes, por seus representantes legais, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Inexistindo irresignação das partes no prazo legal, arquivem-se os autos, observadas as formalidades de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TAÍS BATISTA FERNANDES BRAGA (OAB 4168/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: DÉBORAH LOUREIRO OHANA LAVAREDA (OAB 4643/AM), ADV: ALINY SOARES DA SILVA (OAB 4247/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ANA LUIZA MORAES REBOUÇAS (OAB 5891/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: FÁBIO TEIXEIRA OZI (OAB 172.594/SP), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0214536-66.2008.8.04.0001 (001.08.214536-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Fiat Automóveis S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do ofício recebido e juntado nas fls. 207 a 215, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANTONIO DE PAULA BEZERRA (OAB 002.600/AM), ADV: ELAINE PEIXOTO MATTOS (OAB 4531/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: KARINY BIANCA RODRIGUES DA SILVA (OAB 3779/AM), ADV: ROLNEY JOSE FAZOLATO (OAB 1369B/RJ), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0223668-40.2014.8.04.0001 (processo principal 0333635-64.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Francisca Rita Matos Bezerra - EXECUTADA: Cabea - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Estado do Amazonas - Banco Alvorada S/A - Tendo em vista a inércia do profissional anteriormente designado, conforme certificado nos autos (fl. 189), nomeio como perito, em substituição, o senhor Manoel Paes Marialva, contador, o qual está cadastrado no banco de peritos desse Poder; e, após ser intimado para realização da perícia, deverá cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe é acometido independentemente de compromisso, devendo o respectivo laudo ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da diligência. Intime-se o perito para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários, documento comprobatório da habilitação profissional na área e os contatos pessoais, nos termos do art. 465, §2°, do CPC. Após a apresentação da aludida proposta, dê-se vista às partes para manifestação em igual prazo, em atenção ao disposto no §3° do supramencionado dispositivo legal. Em caso de discordância do valor proposto pelo perito, voltem-me os autos conclusos. Reversamente, havendo concordância com a proposta de honorários, deverá o executado proceder ao depósito em 05 (cinco) dias; e, após, a juntada do respectivo comprovante, proceda-se a intimação do perito para informar a data de instalação da perícia. Em seguida, intimem-se as partes da data a ser indicada pelo perito. Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias; bem como expeça-se o alvará para levantamento dos honorários periciais acrescidos de eventuais atualizações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JOEL FERREIRA VAZ FILHO (OAB 169034/SP), ADV: LIA REGINA DE ALMEIDA PINTO (OAB 3777/AM), ADV: DAYANA ARNAUD DE OLIVEIRA (OAB 6913/AM), ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM) - Processo 0228964-19.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0200435-87.2009.8.04.0001) (001.09.228964-0) - Monitória - REQUERENTE: Elitegroup Computer Systems, Inc - REQUERIDA: Flex Imp. Exp. Ind. e Com. de Máquinas e Motores Ltda. - Diante disto, decreto a conexão dos presentes autos com os de nº 0200435-87.2009.8.04.0001, para que tramitem simultaneamente e sejam empreendidos os mesmos atos e eventuais diligências, garantido, assim, a devida prestação jurisdicional. À Secretaria para adotar as providências cabíveis. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: JÚLIO JOAQUIM DE LIMA (OAB 5197/AM), ADV: JANAÍNA GOMES FIGUEIREDO (OAB 5552/AM), ADV: ANA LUISA SOUSA FARIA (OAB 7854/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM), ADV: LUCIANNE PIRES EWERTON (OAB 494A/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0232764-21.2010.8.04.0001 (001.10.232764-6) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Ubiratan Braga Motta Filho - Diante disso, nomeio como perito o Sr. Manoel Paes Marialva, contador, o qual está cadastrado no banco de peritos desse Poder; e, após ser intimado para realização da perícia, deverá cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe é acometido independentemente de compromisso, devendo o respectivo laudo ser entregue no prazo de 10 (dez) dias, contados do início da diligência. Os honorários periciais deverão ser rateado em razão da determinação da prova de ofício, nos termos do art. 95, caput e §1°, do CPC. Assim, 50% (cinquenta por cento) do valor deve ser depositado pelo requerente e igual percentual pelo requerido. Intime-se o perito para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários, nos termos do art. 465, §2°, do CPC. Após a apresentação da aludida proposta, dê-se vista às partes para manifestação em igual prazo, em atenção ao disposto no §3° do supramencionado dispositivo legal. Em caso de discordância do valor proposto pelo perito, dê-se vista ao profissional para manifestação em 05 (cinco) dias e, após, voltem-me os autos conclusos. Reversamente, havendo concordância com a proposta de honorários, deverão as partes procederem ao respectivo depósito no mesmo prazo acima concedido para manifestação sobre a proposta; observado o rateio definido em linha pretéritas. Na hipótese de algum dos litigantes não depositar sua cota relativa aos honorários periciais no prazo assinado, intime-se a parte adversa para, querendo, complementar o valor restante no prazo de 05 (cinco) dias. Após a juntada dos comprovantes de depósito integral dos honorários, proceda-se a intimação do perito para informar a data de instalação da perícia. Em seguida, intimem-se as partes da data a ser indicada pelo profissional. Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias; bem como expeça-se o alvará para levantamento dos honorários periciais acrescidos de eventuais atualizações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0233859-52.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0629604-78.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Antonio Carlos de Almeida Ferreira - REQUERIDO: Fernando Max Souza Bruno - ELA - Empresa Líder de Assessoria Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0234603-81.2010.8.04.0001 (001.10.234603-9) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista as informações do A.R. de fl.199 ("não procurado"), determino a expedição de nova carta de citação, a ser cumprido no endereço de fl. 166, sem ônus à Requerente. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0235237-62.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0232751-85.2011.8.04.0001) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Eduardo Sbaraini - EXECUTADO: TAM - Linhas Aéreas S/A - Defiro o pedido de liquidação de sentença pelo procedimento comum proposta or Eduardo Sbaraini, cujo trâmite obedecerá o que preconizam os arts. 509 e ss do CPC, devendo ser o nome do interessado e seu patrono ser anotado nos assentamentos processuais; Remetam-se os autos ao contador, para atualização dos valores apontados pelo exequente, na forma regulamentada por este Tribunal; Intime-se a devedora para, querendo, manifestar-se acerca do pedido de liquidação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 511 do CPC); Após, intime-se o exequente para que fale a respeito da resposta do devedor no mesmo prazo; Por fim, retornem-me conclusos para deliberações acerca da necessidade de designação de audiência preliminar e/ou de instrução e julgamento ou, sendo desnecessárias, decisão da liquidação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0240807-68.2015.8.04.0001 (processo principal 0606233-85.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - indefiro o pleito de fl. 105. Diante disso, intime-se a parte exequente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05(cinco) dias, promover a intimação da executada, para fins de cumprimento de sentença, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0241297-61.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Residencial Smile Vilage Passeio do Mindu - REQUERIDO: Panorama Serviços Ltda - Intimem-se as partes, por seus advogados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0244346-86.2008.8.04.0001 (001.08.244346-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do

feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CAROLINI GUEDES DA SILVEIRA COLARES (OAB 7180/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0251763-22.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Coraci Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Antonio Brandão - Trata-se de liquidação de sentença proposta por Coraci Oliveira dos Santos (fls. 196/198), cujo trâmite obedecerá o que preconizam os arts. 509 e ss do CPC, devendo ser o nome do interessado e seu patrono ser anotado nos assentamentos processuais; Remetam-se os autos ao contador, para atualização dos valores apontados pela requerente, na forma regulamentada por este Tribunal; Intime-se o requerido para, querendo, manifestar-se acerca do pedido de liquidação no prazo de 15 (quinze) dias; Após, intime-se a requerente para que fale a respeito da resposta do devedor no prazo de 15 (quinze) dias; De fecho, retornem-me conclusos para deliberações sobre a liquidação. Intimações necessárias. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM), ADV: NAIARA BENCHAYA MARINHO (OAB 3826/AM), ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 4114/AM) - Processo 0254351-60.2014.8.04.0001 (processo principal 0203471-40.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - EXEQUENTE: Marcos Cabral de Farias - EXECUTADA: Transamerica Industria Comercio e Servicos Ltda e outro - Aguarde-se o desfecho do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em apenso. Cumpra-se.

ADV: EZIO GIOBATTA BERNARDINIS (OAB 4146/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: VITOR RODRIGO SANS (OAB 160869/SP) - Processo 0322585-41.2007.8.04.0001 (001.07.322585-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sasil Comercial e Indústria de Petroquímicos Ltda. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: KEYNA CORRÊA DO NASCIMENTO (OAB 8201/AM) - Processo 0601403-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Icrid Abreu do Nascimento - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do ofício recebido e juntado em fls. 136 a 151, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0601944-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Gladza Dessana de Alencar Gaieski Lage - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda - nomeio como perita a Dr.ª Maria Carolina Coutinho Xavier Soares, CRM n.º 4723, médica especialista em cirurgia de cabeça e pescoço, a qual consta na lista de médicos encaminhadas pelo Conselho Regional de Medicina-AM (fls. 241/243), e, após ser intimada para realização da perícia, deverá cumprir escrupulosamente o encargo que lhe é acometido independentemente de compromisso, devendo o respectivo laudo ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da diligência. Intime-se a perita para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários, documento comprobatório da habilitação profissional na área e os contatos pessoais, nos termos do art. 465, §2°, do CPC. Após a apresentação da aludida proposta, dê-se vista às partes para manifestação em igual prazo, em atenção ao disposto no §3° do supramencionado dispositivo legal. Em caso de discordância do valor proposto pelo perito, voltem-me os autos conclusos. Reversamente, havendo concordância com a proposta de honorários, deverá o requerido proceder ao depósito em 05 (cinco) dias; e, após, a juntada do respectivo comprovante, proceda-se à intimação da perita para informar a data de instalação da perícia. Em seguida, intimem-se as partes da data a ser indicada pela perita. Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias; bem como expeça-se o alvará para levantamento dos honorários periciais acrescidos de eventuais atualizações. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0602448-18.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do ofício recebido e juntado nas fls. 180 a 196, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: BRENDA DE JESUS MONTENEGRO (OAB 12868/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI) - Processo 0603852-02.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Artek Industrial da Amazônia Ltda - Defiro o pedido de fl. 86. Expeça-se o respectivo mandado de citação e pagamento, no endereço indicado às fls. 86, observando-se o cumprimento do despacho de fl. 59. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: JESSICA SOUZA LEMOS (OAB 11436/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM) - Processo 0605590-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Edmilton Freire dos Santos - REQUERIDO: Televisão A Crítica Ltda. - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605949-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se ao bloqueio do veículo, via RENAJUD, nos termos do despacho de fl. 114. De fecho, tem vista a petição encartada às fls. 117, expeçam-se os respectivos ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis para prestar informações acerca de bens registrados em nome da executada. Por oportuno, intime-se a Exequente, por seu advogado, para juntar aos autos comprovante de pagamento das despesas postais (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PTJ), em cinco dias, sob as penas da lei. Com as informações, dê-se vista à credora, podendo pleitear o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM), ADV: MARIA TEREZA DE ALMEIDA CRUZ (OAB 1488/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0606076-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jose Vicente Ferreira - REQUERIDA: Garcilúcia Gonçalves de Souza - Roberto de Alves Sá - Intime-se o Requerente, por seu advogado habilitado os autos, para, no prazo de 05(cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606101-23.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Davina Araujo de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - defiro o pleito de fl. 464. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, determino a expedição de

ofício ao Banco Caixa Econômica, agência 3205, para determinar a realização da transferência dos respectivos valores, vinculados ao presente feito, para conta indicada pela requerente às fls. 464. Cumpridas todas diligências acima, intimem-se as partes, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito; inexistindo irresignação, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0606566-61.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Eunice de Souza Costa Miranda - Defiro o pedido quanto à expedição de ofícios ao SPC e SERASA com a finalidade de inscrever o nome das executadas no cadastro de inadimplentes (fls. 63/64), referente ao débito objeto da presente execução, conforme permissivo legal (art. 782, §3º do CPC). Por oportuno, intime-se a Exequente para se manifestar sobre os cálculos da Contadoria Judicial de fl. 62 no prazo de 05 (cinco) dias, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM) - Processo 0607265-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Umberto Tomaz Calderaro - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 10:45 horas, na sede deste Juízo. Considerando que os requeridos ainda não possuem advogado constituído nos autos, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais para fins de citação e intimação para comparecimento em audiência, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0608783-82.2016.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Terra Norte Incorporadora Ltda. - REQUERIDO: Alessandro de Azevedo Barbosa e outro - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: MICHEL TADEU MARQUES (OAB 180612/SP), ADV: EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP), ADV: HERIBELTON ALVES (OAB 109308/SP), ADV: JUCELINO BOMFIM DA SILVA (OAB 295689SP) - Processo 0609853-42.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: 3M DO BRASIL LTDA. - Defiro o pedido de fl. 149. Intime-se a Exequente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar ao feito comprovante de que o Sr. Antônio Pinto de Menezes é o representante legal da executada, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610055-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM) - Processo 0610185-67.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mirlandia Regina Amazonas Passos - REQUERIDA: Maria das Dores de L. Bezerra - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0610784-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Celson Luiz da C. Sobreira - De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612048-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se o respectivo de mandado de citação e pagamento, no endereço indicado às fls. 51, em cumprimento ao despacho de fl. 41. Cumpra-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS) - Processo 0614884-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DAYCOVAL S/A - Indefiro o pedido de sobrestamento (fl. 203), vez a localização de endereço não se enquadra nas hipóteses legais de suspensão do feito (art. 313 do CPC). Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do executado, para fins de citação, sob as penas da lei. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia (INFOJUD/RENAJUD), deve o exequente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, juntando-se as despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. À Secretaria para proceder às anotações do nome do advogado do exequente indicado às fls. 203. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0615190-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0615320-94.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se a baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615796-69.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: JOSIAS LOURENÇO DA SILVA - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0616409-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Obrigações - REQUERENTE: Eliane Thibes Bertolla de Oliveira - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Intime-se a Requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o ofício-resposta da Caixa Econômica (fl. 290) quanto à divergência do CNPJ da conta destino, regularizando as informações, para prosseguimento do feito. Noutro giro, determino à Secretaria consultar os valores depositados às fls. 270 (ID Depósito 040320501511907092) e às fls. 271 (ID Depósito 040320501421907093). Regularizada as pendências, cumpra-se o despacho de fl. 277. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0616669-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0617789-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: F.C.R.A. - determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0619105-98.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - determino o arquivamento em definitivo dos autos, dando-se baixa no SAJ, restando prejudicado o pleito de fl. 182. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0619343-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Supermercado Big Amigao - Big Trading e Empreendimentos Ltda - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que os requeridos deem baixa nas restrições em nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, relacionadas às faturas discutidas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária de R$ 3.000,00 (três mil reais), em caso de descumprimento, limitada a 15 (quinze) dias-multa Outrossim, acolho a emenda de fls. 61/64, para incluir Atlanta - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado no polo passivo da presente demanda. Citem-se para, querendo, apresentarem defesa no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme endereços lançados às fls. 61/64 dos autos.. E mais, caso os requeridos não possuam cadastros para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, em 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Por fim, buscando a efetividade da medida, oficie-se aos Cartórios, SPC e Serasa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL (OAB 72793/MG), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM) - Processo 0619437-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Irene Raoru Sasahara - REQUERIDA: Claudal Adm. E Corretora de Seguros Ltda - Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0619461-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Itautinga Agro Industrial S/A - Remetam-se os autos à Secretaria para cumprir a decisão de fls. 66/67. Cumpra-se.

ADV: EMANUEL JÚNIOR GURGEL MONTEIRO (OAB 10187/AM), ADV: HARRISON LIMA DE OLVEIRA (OAB 10132/AM) - Processo 0620996-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Nilma Lacerda Freire e outro - Expeça-se novo mandado de citação, penhora e avaliação, no endereço indicado às fls. 69, em cumprimento ao despacho de fl. 37. À Secretaria para cumprir a presente decisão, sem ônus aos demandantes, em razão da gratuidade da justiça concedida às fls. 48. Cumpra-se.

ADV: GISELE ALBUQUERQUE FELINTO CAMPELLO (OAB 22190/PE), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0621575-97.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Manaus Autocenter Ltda - REQUERIDO: Itautinga Agro Industrial S/A - Indefiro o pleito de fls. 149/150, pois a expedição de ofício ao DETRAN para fins de transferência envolve tributos e eventuais penalidades lançados por autarquias e/ou entes públicos e a questão deve ser dirimida em ação própria perante o Juízo competente. À Secretaria para proceder à baixa e arquivamento definitivo dos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM) - Processo 0622095-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aurimarina Silva Mendonça - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CELSO LUIZ DE OLIVEIRA (OAB 77977/SP) - Processo 0622686-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: TINTAS HIDRACOR S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0623082-98.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: CONSTRUTORA CAPITAL S/A - REQUERIDA: MARIA GERLIANE BARBOZA DE OLIVEIRA - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu omissão nem contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. Indefiro o pedido de aplicação de multa, por não vislumbrar caráter protelatório no recurso. P. R. I.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0623166-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Eli Sena da Silva - EXEQUENTE: GAGO BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte Embargante para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 96/97, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM) - Processo 0626139-56.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Luiz Vanderlei Souza Vela -me - EXEQUENTE: Nelson Wilians & Advogados Associados - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a - Cartório do 3º Ofício de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM e outros - EXECUTADO: Luiz Vanderlei Souza Vela - ME - Intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626844-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fl. 72. Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Antes do seu cumprimento, intime-se a requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se a respectiva carta. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0627044-27.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Rômulo José de Paula Nunes - Tendo em vista a ausência de interesse do requerente na audiência de conciliação, intime-se o Requerido, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 198/199. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0627510-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adailton Lopes - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627769-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Jucileide Farias Martins - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629100-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - indefiro o pleito de fl. 92. Diante disso, em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a parte requerente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o endereço do requerido, para fins de citação, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC, sob as penas da lei. No caso de ser informado novo endereço no prazo conferido, e juntado comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n 116/2017-PTJ), expeça-se o respectivo mandado. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia (BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD), deve a requerente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, juntando-se as despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0629138-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: L.L.A. - REQUERIDO: W.I.A.I.L. e outro - À Secretaria para certificar os efeitos em que foi recebido o Agravo de Instrumento n.º 40037257720198040000, bem como sua fase processual atual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0630523-33.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - EXECUTADO: ECONCEL - Empresa de Construção Civil e Elétrica Ltda. - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 14:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631456-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0632383-06.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para ciência da devolução da Carta Precatória , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0633141-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Angela Regina Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição da parte requerente de fl. 95/96, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634808-35.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - intime-se o requerente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço para fins de cumprimento da medida liminar de fl. 53 (busca e apreensão do veículo), ou outra medida prevista no Decreto-Lei n. 911/69, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva, fica o requerente intimado a proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no mesmo prazo acima aludido (Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ), sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635394-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Glauter Sarmento da Silva - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: JOÃO BOSCO JACKMONTH DA COSTA (OAB 436/AM), ADV: JACKMONTH ADVOGADOS (OAB 560/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM), ADV: MARIA ROSA ALEIXO JACKMONTH (OAB 4228/AM) - Processo 0635941-15.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0607872-07.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Maria Juceline Rabelo da Mata - EMBARGADA: Lara Simone Chaves dos Santos e outros - Tendo em vista os termos do acordo homologado, determino a expedição de ofício ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis para fins de cancelamento da averbação de restrição na matrícula n° 7124 relativa ao processo n° 0607872-07.2015.8.04.0001. Proceda-se a intimação da autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as despesas processuais pertinentes. Com a comprovação, expeça-se o aludido expediente com cópia dos termos do acordo e da sentença homologatória (fls. 142/144). Após, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os presentes autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ) - Processo 0636699-86.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0647737-32.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Josineide Moura Nascimento dos Santos - EMBARGADO: Shopping Manaus Via Norte - ''Recebo os Embargos à Execução sem efeito suspensivo, na medida em que a execução não está garantida, pelo que não foram atendidos os requisitos do art. 919, §1°, do CPC. Cite-se o embargado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa aos termos da presente demanda. À Secretaria para que proceda ao apensamento dos presentes autos aos da Ação de Execução, processo n° 0647737-32.2018.8.04.0001. Intime-se.''

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0637003-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIA LORENA CARDOSO DA SILVA (OAB 12115/PA), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: MAX AGUIAR JARDIM (OAB 10812/PA) - Processo 0637091-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Amazonas Pimentel Moutinho - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637396-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de sobrestamento (fl. 114), vez a localização de endereço não se enquadra nas hipóteses legais de suspensão do feito (art. 313 do CPC). Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço da executada, para fins de citação, sob as penas da lei. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia (BACENJUD/RENAJUD), deve o exequente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, juntando-se as despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0637483-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Helder de Oliveira Peixoto - Expeça-se a respectiva carta de citação, observando-se o novo endereço indicado às fls. 31 e despacho de fl. 23. Antes do seu cumprimento, intime-se o requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das despesas postais, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0637809-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: José Augusto Dias Ferreira Junior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim, considerando que a qualificação da parte na petição inicial e os documentos colacionados aos autos não evidenciam a hipossuficiência econômica e, ainda, que o requerente deixou de comprová-la, apesar de intimado para tanto, não foram atendidos os requisitos legais, razão pela qual indefiro o benefício da gratuidade da justiça. Por conseguinte, determino a intimação do requerente para que efetue o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme o art. 290 do CPC. Determino, ainda, à Secretaria que adote as diligências necessárias para a retirada da tarja de justiça gratuita do cadastro da ação no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0637824-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Johmara Oliveira de Souza e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - À Secretaria para certificar os efeitos em que foi recebido o Agravo de Instrumento n.º 4004231-53.2019.8.04.0000, bem como sua fase processual atual. Se não recebido com efeito suspensivo, determino a remessa dos autos ao CEJUSC para seu regular prosseguimento. Intimem-se Cumpra-se.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM), ADV: NEDSON FERNANDES BRILHANTE DA SILVA (OAB 8210/AM) - Processo 0638076-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria do Livramento Lima da Cunha - EXECUTADO: Podium Empresarial Ltda - Intime-se a Executada, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 129/130. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0638999-55.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Hogla Rodrigues P Silva Cunha - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/RJ), ADV: MATHEUS NASSER DIAS COUTO (OAB 150129/MG), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0640146-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jeová Costa de Melo - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º,

XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0641609-93.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Konica Minolta Business Solutions do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642070-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jair Gomes de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GISELE RABELO GARCIA (OAB 6833/AM) - Processo 0644576-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria das Chagas Oliveira de Menezes - Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários e, após, remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0644945-08.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando o informado acerca da venda do veículo a terceiro, bem como que ainda não foi cumprida a medida liminar de busca e apreensão do veículo citado na inicial (fl. 110), determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, querer o que entender de direito, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0645833-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Goncalves de Alencar Sobrinho - Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0646066-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meiry Jany Torres de Lima - Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646533-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Rita Cavalcante Furtado - Tendo em vista o endereçamento da peça de ingresso à uma das Varas da Fazenda Pública, determino a remessa dos presentes autos ao Juízo competente. Proceda-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. Secretaria para as diligências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646577-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0646927-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Erimar Soares Rodrigues - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fls. 21/34) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para

apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC.. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0647182-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos contrato com cláusula expressa de alienação fiduciária e a descrição completa do bem indicado, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647226-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elisangela Duarte de Vasconcelos - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647284-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Janderson Pinheiro Vital - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0647404-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ana Lúcia Flores dos Santos - Isto posto, com fundamento no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA por não vislumbrar os requisitos para apreciação e deferimento. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0647613-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jair Pedro Rech - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0647622-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - Em observância ao disposto no art. 290 do CPC, determino a intimação do requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0659980-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Leonardo Pinheiro Said e outro - REQUERIDO: Monte Verde Agropecuaria e Industrial Ltda - Confederacao Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda e outros - Intimo a parte requerida Leonice Maia Said, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez), sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0659980-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Leonardo Pinheiro Said e outro - REQUERIDO: Monte Verde Agropecuaria e Industrial Ltda - Confederacao Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros de fl. 101, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: JOSUE DE CASTRO NOBREGA (OAB 2190/AM), ADV: CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP) - Processo 0700285-78.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edifício Sense Apart Hotel - REQUERIDO: Nelson Raimundo de Oliveira Azedo - LITSPASSIV: Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A - Tendo em vista o resultado do Agravo de Instrumento (fls. 344/352), intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar a planilha atualizada do débito, podendo pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: EVELYNE ROSAS DUARTE (OAB 9339/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/

AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: CAMILA D' OLIVEIRA ALE (OAB 7741/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0701214-77.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Supermarcados DB Ltda - REQUERIDO: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda e outro - Defiro, em parte, o pedido de fls. 268/273. Proceda-se à pesquisa ao sistema INFOJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Por oportuno, indefiro a consulta ao INFOSEG por estar indisponível a este magistrado. Antes do seu cumprimento, intime-se o requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (INFOJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0715813-21.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Exequente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Aliny Soares da Silva (OAB 4247/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Luisa Sousa Faria (OAB 7854/AM)
Ana Luiza Moraes Rebouças (OAB 5891/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antonio de Paula Bezerra (OAB 002.600/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Carlos Valentim (OAB 4114/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Brenda de Jesus Montenegro (OAB 12868/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila d' Oliveira Ale (OAB 7741/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Carolini Guedes da Silveira Colares (OAB 7180/AM)
Celso Luiz de Oliveira (OAB 77977/SP)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB CANCELADA) (OAB 5880/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Dayana Arnaud de Oliveira (OAB 6913/AM)
Déborah Loureiro Ohana Lavareda (OAB 4643/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Edinaldo Aquino Medeiros (OAB 002.898/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Peixoto Mattos (OAB 4531/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elton Werhner Menezes de Lima (OAB 5313/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emanuel Júnior Gurgel Monteiro (OAB 10187/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Evelyne Rosas Duarte (OAB 9339/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Ezio Giobatta Bernardinis (OAB 4146/Am)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Teixeira Ozi (OAB 172.594/SP)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gisele Albuquerque Felinto Campello (OAB 22190/PE)
Gisele Rabelo Garcia (OAB 6833/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 115224/RO)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Harrison Lima de Olveira (OAB 10132/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Heribelton Alves (OAB 109308/SP)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackmonth Advogados (OAB 560/AM)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
Janaína Gomes Figueiredo (OAB 5552/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)

Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jessica Souza Lemos (OAB 11436/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Jackmonth da Costa (OAB 436/AM)
JOEL FERREIRA VAZ FILHO (OAB 169034/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Josue de Castro Nobrega (OAB 2190/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Jucelino Bomfim da Silva (OAB 295689SP)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Júlio Joaquim de Lima (OAB 5197/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kaio Bruno de Souza Oliveira (OAB 8613/AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Kariny Bianca Rodrigues da Silva (OAB 3779/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyna Corrêa do Nascimento (OAB 8201/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lia Regina de Almeida Pinto (OAB 3777/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lucianne Pires Ewerton (OAB 494A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Roberto Franklin Muniz Júnior (OAB 6791/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Rosa Aleixo Jackmonth (OAB 4228/AM)
Maria Tereza de Almeida Cruz (OAB 1488/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nasser Dias Couto (OAB 150129/MG)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Max Aguiar Jardim (OAB 10812/PA)
Michel Tadeu Marques (OAB 180612/SP)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Naiara Benchaya Marinho (OAB 3826/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Nedson Fernandes Brilhante da Silva (OAB 8210/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
ROLNEY JOSE FAZOLATO (OAB 1369B/RJ)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Samuel Oliveira Maciel (OAB 72793/MG)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sílvia Lorena Cardoso da Silva (OAB 12115/PA)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Taís Batista Fernandes Braga (OAB 4168/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vitor Rodrigo Sans (OAB 160869/SP)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0354/2019

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: KELITA MARIA MONTEIRO LITAIFF (OAB 000.683/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF (OAB 001.435/AM), ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0032987-94.2006.8.04.0001 (001.06.032987-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Amazônia Operações Portuárias Ltda. - REQUERIDO: Transnav Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção

do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: VILDETE APARECIDA DE OLIVEIRA (OAB 49151/GO), ADV: FERNANDA PIRES DI SANTOS (OAB 49475/GO), ADV: LUDIMMILLA CRISTINA BRASILEIRA DE CASTRO E SOUSA (OAB 12147B/MS), ADV: RUTIANE LEMOS DE OLIVEIRA (OAB 36080/GO), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM), ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM) - Processo 0604258-57.2016.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Prestação de Serviços - REQUERENTE: GENRENT DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: UNIÃO DESPACHOS ADUANEIROS LTDA. EPP - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas, para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 12/09/2019, às 15 horas, no escritório localizado na Rua Salvador, Edifício Vieralves Business Center, nº 120, térreo Sala 05, Bairro: Adrianópolis, Manaus-AM, CEP 69.057-040, com a presença das partes, seus patronos e os assistentes técnicos, se assim o forem nomeados, conforme informação do perito de fls. 259/260.

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: NORBERTO BEZERRA MARANHÃO RIBEIRO BONAVITA (OAB 78179/SP), ADV: CAMILE DE BACCO PASQUALI (OAB 69482/RS), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0605994-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andréa Andrade Gouvêa - REQUERIDO: Indústria de Móveis Evviber Ltda. e outro - Vistos. Chamo o processo à ordem para revogar a decisão de fls. 412 e 413, que deferiu a gratuidade da justiça ao Réu TECHSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS EIRELI - EPP, citado pela via editalícia e inobservou quanto ao outro a oferta de contestação por advogado habilitado. Rememoro que 2 são os Réus - TECHSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS EIRELI - EPP e INDÚSTRIA DE MÓVEIS EVVIBER LTDA, tendo este ofertado contestação (fls. 146 a 177) com bosquejo da preliminar de sua ilegitimidade passiva e, aquele, ante a falta de sua localização nos diversos endereços, citado por edital com atuação da Defensoria Pública em sua defesa como curador especial, tal a peça de fls. 386 e 387. Não assimilo o entendimento de que a simples, mas relevante curatela especial a sujeito por meio da Defensoria Pública, tem o condão de justificar o pedido de gratuidade, notadamente quando se sabe que o Réu curatelado mantinha sede nesta cidade, onde, em seu estabelecimento comercial planejou/negociou produtos (móveis modulados) com diversos clientes, dentre os quais a Autora. É por tal razão que a ele indefiro a gratuidade da justiça. Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva do Réu INDÚSTRIA DE MÓVEIS EVVIBER LTDA, não lhe dou acolhida, eis que, na esfera do encadeamento produtivo relacionado à aquisição de móveis planejados para os ambientes do apartamento da Autora, tem aquele responsabilidade solidária sobre tais produtos, inclusive no que pertine à montagem tal como planejado e autorizado pela Autora consumidora. Em suma, ao lado do revendedor TECHSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMÓVEIS EIRELI - EPP é patente o liame objetivo e solidário do fabricante e detentor da marca, sob o prisma da responsabilidade civil. Inolvidável o elo havido entre o fabricante e o revendedor do produto, de conformidade com o que prescreve o Código de Defesa do Consumidor, cuja aplicação se impõe à espécie. Este pronunciamento está fulcrado em dispositivos daquele Diploma. Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos." (...) "

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0606466-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antonioni Pereira Lopes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609784-68.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0615833-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: CB Manaus Comércio de Alimentos Ltda. - Coco Bambu - Vistos. Defiro o petitório de fls. 130/131, a ser cumprido em dez dias, impreterivelmente.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: GILMAR KRUTZSCH (OAB 6568/SC) - Processo 0623977-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: A. N. Representações de Artigos de Vestuário Ltda. - REQUERIDO: Romitex Malhas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628547-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629269-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Irene Raoru Sasahara - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0632662-21.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud, ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0634734-73.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perda de Bens e Valores - REQUERENTE:

Guilherme Beletatti e outro - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, vislumbrou-se a necessidade de comprovação de condição de beneficiário da justiça gratuita, por parte dos autores. Desta feita, estes acostaram nos autos emenda à exordial (fls. 38 a 92), apresentando documentos que deveriam sustentar seu pleito em questão. É o breve relato. Decido. Observa-se que os documentos foram arrolados de forma desordenada, não fornecendo esclarecimentos devidos, principalmente pelo fato de serem dois autores, não havendo distinção especifica quanto a este critério. Ademais, as folhas 61 a 64, 69 a 73, 76 a 80 e 84 a 92 encontram-se ilegíveis, impossibilitando o prosseguimento da demanda. Assim sendo, ORDENO que os Autores procedam à redigitalização das peças 39 a 92, se atentando as observações feitas, no prazo derradeiro de 5 (cinco) dias, sob pena da extinção da demanda sem análise do mérito. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0639220-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Miguel Ramos Rolim Neto - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HELDER CESAR BARROS (OAB 9350/AM) - Processo 0642287-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Eroflim Mendes da Silva - Vistos. Trata-se de demanda revisional de faturas de energia elétrica aviada por EROFLIM MENDES DA SILVA em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em virtude de cobranças abusivas pelo fornecimento de serviço essencial. Pugna tutela de urgência; revisão de débitos das faturas referentes aos meses de Agosto/2017 a Julho/2019, referente a um suposto parcelamento de débito sem o conhecimento do Autor; cancelamento da cobrança de fatura 03/2013, no valor de R$ 33.512,53 (trinta e três mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e três centavos); parcelamento do débito não superior a 10% da fonte de renda. Atribuiu à causa o valor de R$ 54.253,72 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerge dos autos. Passo à análise da tutela de urgência bosquejada. A exordial posta a minha apreciação embute o requerimento pela medida de urgência voltada ao comando judicial para que a concessionária do serviço essencial AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, se abstenha de suspender o fornecimento de energia da unidade consumidora nº 0123566-4. Não tenho dúvidas de que o Autor demonstra a plausibilidade do direito que ostenta (fumus boni iuris), revelado este pela necessidade de manutenção do serviço essencial de energia em virtude da oposição que aquele vigorosamente faz a respeito do débito que lhe vem sendo imputado. Outrossim, cumpre ressaltar que a Lei nº 7.783/89 define em seu art. 10 e incisos quais são os serviços ou atividades considerados essenciais. Confira-se: Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais: I Tratamento e abastecimento de água; Produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis (...) (g.n.) Dessa forma, o fornecimento de energia elétrica está incluído no rol dos serviços ou atividades essenciais (art. 10, incisos I e VII), subordinado ao princípio da continuidade, na forma do art. 22 do Código do Consumidor, certamente porque é atividade que atende às necessidades inadiáveis da população. Assim, para a cobrança dos créditos resultantes do fornecimento de energia não é admitida a utilização de meios e processos intimidatórios ou coercitivos, dentre os quais o corte no fornecimento, o qual só se justifica por débito atual e injustificado do consumidor. Ora, a suspensão dos serviços atinge diretamente o Autor logo tem-se por inarredável que o perigo na demora de obtenção da tutela jurisdicional almejada haverá de lhe causar prejuízo intenso. Por assim ser DEFIRO a tutela de urgência e o faço com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação, notadamente pelos transtornos e dissabores que a suspensão do serviço essencial de energia pode causar ao Autor. DETERMINO pois que o Réu se abstenha de suspender o fornecimento de energia da unidade consumidora nº 0123566-4, até o julgamento final da demanda, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil) reais ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Expeça-se mandado citatório e intimatório acerca da tutela de urgência deferida, à luz do que dita o artigo 246, inciso II, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, § 2°, do mesmo Código. Ordeno, por fim à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 11h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que reza o artigo 334, §8º. A tal respeito colaciono o Enunciado 273, do Fórum Permanente de Processualistas Civis: "(art. 250, IV; art. 334, § 8º) Ao ser citado, o réu deverá ser advertido de que sua ausência injustificada à audiência de conciliação, ou mediação configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa do art. 334, § 8º, sob pena de sua inaplicabilidade." (Grupo: Petição inicial, resposta do réu e saneamento). O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM) - Processo 0646818-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Eldiley Binda Braulio-epp (Construtora Sabiá) - Vistos. Trata-se de demanda de cobrança aviada por ELDILEY BINDA BRAULIO-EPP (CONSTRUTORA SABIÁ) em face de MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUIDEAS, FRANCYS ARTHUR SOUZA TELLES, CRISTIANE DO AMARAL SALES TELLES e FABÍOLA DO AMARAL SALES em virtude de dívida pelos Réus inadimplida. Informa a empresa Autora que é credora dos Réus, referente à prestação de serviços, no montante de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), conforme termo de confissão de dívida com promessa de pagamento (fls. 10 a 12). Requer tutela de urgência para bloqueio junto ao BACENJUD e, subsidiariamente, a inalienabilidade e intransferibilidade de bens dos Réus. Dá-se à presente causa o valor de R$ 644.101,02 (seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e um reais e dois centavos), sob o qual pugna pelo parcelamento de custas. É o relato. Decido. No que tange ao parcelamento de custas, afirmo ao Autor que o parcelamento das custas é benesse que poderá ser concedida pela autoridade judiciária diante do caso concreto, caracterizado pela realidade financeira ostentada pelo Autor, a quem recai o ônus de comprovar que não possui condições de custear de uma só vez o valor das custas iniciais. Assim sendo, DETERMINO à empresa autora que traga documentos capazes de lhe atestar acerca de sua impossibilidade de pagamento das custas em parcela única dentre os quais a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais, o comprovante de gastos da empresa e tudo o mais que possa convencer quanto ao estado de hipossuficiência da pessoa jurídica. Por assim ser, à luz do artigo 321, parágrafo único do Digesto Processual Civil, assinalo, ao Autor, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que realize a emenda da petição inicial como lhe foi objetivamente apontado, sob pena de seu indeferimento por inobservância à ordem com que a proemial e os documentos que a instruem deveriam aparecer no processo virtual.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647276-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ismael Francisco Teixeira - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por ISMAEL FRANCISCO TEIXEIRA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna pela aposentadoria por invalidez e pelo auxílio-doença acidentário.

Atribuiu à causa o valor de R$ 81.073,16 (oitenta e um mil e setenta e três reais e dezesseis centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647341-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luciana Souza de Lima Neves - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por LUCIANA SOUZA DE LIMA NEVES contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna pela concessão do auxílio-acidente; pelo restabelecimento do auxílio-doença; bem como pela concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Atribuiu à causa o valor de R$ 34.456,44 (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0654998-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maicon Adriano dos Santos - Vistos. À Secretaria, atente-se à ordem de reunião de processos (fls. 42) com os que tomaram o número 0654804-48.2018 e 0654996-78.2018. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve este Juízo determinar ao Autor que recolhesse as custas de processamento da demanda e de diligências, visto que no primeiro processo que já foi julgado, a gratuidade da justiça foi indeferida expressamente. Frisa-se, ainda, acerca do manejo de três demandas contra o mesmo Réu, porquanto todas tratam de tarifas bancárias (cesta básica de serviços). Em manifestação (fls. 45 a 59), o Autor se absteve acerca do comando apontado anteriormente. Determino, assim sendo, EM DERRADEIRO, que o Autor recolha as custas de processamento da demanda e de diligências, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuporto de seu desenvolvimento válido e regular, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camile De Bacco Pasquali (OAB 69482/RS)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
FERNANDA PIRES DI SANTOS (OAB 49475/GO)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
Gilmar Krutzsch (OAB 6568/SC)
HELDER CESAR BARROS (OAB 9350/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Kelita Maria Monteiro Litaiff (OAB 000.683/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Ludimmilla Cristina Brasileira de Castro e Sousa (OAB 12147B/MS)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Norberto Bezerra Maranhão Ribeiro Bonavita (OAB 78179/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
RUTIANE LEMOS DE OLIVEIRA (OAB 36080/GO)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff (OAB 001.435/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vildete Aparecida de Oliveira (OAB 49151/GO)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0355/2019

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0623749-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luciane Borges de Oliveira - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. - R. H. Averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do parágrafo único, do art. 145, § 1º, do NCPC, in verbis:

Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0339/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0207789-61.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - Sílvio José Cintra Maia - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0219059-53.2010.8.04.0001 (001.10.219059-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: G. M. Zenatti - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0225130-71.2010.8.04.0001 (001.10.225130-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: A. B. dos Santos Comercial - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600301-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601086-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0601293-77.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Cláudio Ferreira de Oliveira - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602078-97.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609508-37.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Renato Braslavsky Leite - REQUERIDO: Condomínio Edifício Ajuricaba - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602700-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Pormazônia Portas de Madeiras da Amazônia Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0605941-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial River Side - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: BRUNO LEAL SÜMMCHEN DO AMARAL (OAB 397863/SP), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (OAB 335279/SP), ADV: GUSTAVO DA SILVA MELO (OAB 113500/RS), ADV: YAN RANZI BIAZUSSI (OAB 14183/AM) - Processo 0608112-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodoviário Lino Ltda. - ME - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - LITSPASSIV: Tim Celular S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610559-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fls. 100/102. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612761-72.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fls. 217. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: GUILHERME WELLINGTON PESSOA DE FARIAS (OAB 10183/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0613616-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guilherme Wellington Pessoa de Farias - REQUERIDO: Fiat Automóveis S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0614343-39.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fl. 311. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0616276-81.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Adriana Ignatova Velikova - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0618141-37.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls.85/86. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0618238-76.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Lucas Neres Vasconcelos - REQUERIDO: Peniel Cursos Profissionalizantes Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0618926-04.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618930-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM) - Processo 0619513-60.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Empresa Brasileira de Distribuição Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621407-32.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 219. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623435-12.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Casa do Controle - Evandro Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0623540-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Valfilm da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: FCA - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. - Via Marconi Veículos Ltda. - PERITO: Sérgio Alexandre Pereira Citti - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida e o perito para que se manifestem sobre a impugnação de honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0624301-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Valcicleia Barros Matos - REQUERIDA: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos, verifico que a proposta de acordo apresentada nas fls. 157/159, propõe o pagamento de 80% das parcelas vencidas, compreendidas entre a data de início do benefício (DIB 04/03/2014) e a data do início do pagamento (DIP), com correção monetária e sem juros. Contudo, a cessação do benefício se deu em 28/04/2015, conforme fl. 179, e a planilha apresentada as fls. 176/177, equivocadamente, coloca a data de início do pagamento do benefício no dia 04/03/2016. Desse modo, intime-se a Autarquia Previdenciária para que possa sanar o equivoco e apresentar nova planilha com cálculo dos valores retroativos iniciados desde a data da cessação do benefício. Cumpra-se.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM) - Processo 0624382-66.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elaine de Castro Sevalho - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0624804-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625479-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Rosas Silva - REQUERIDO: Banco BMG

S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625642-08.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0626760-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: João Fernandes de Lima - ME - João Fernandes de Lima - Maria das Dores Costa de Lima - Janderson Costa de Lima do Vale - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0628982-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0629759-13.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 145/146. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0630890-91.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0219132-25.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Osimar Maia da Silva - EMBARGADO: Japurá Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632339-84.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fls. 101/103. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0633184-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Lenira Bentes Farias - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634273-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARMONA MAYA, MARTINS E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 11785/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP) - Processo 0634703-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Casa Nova Materiais de Construção Ltda. - Dante Ricardo Mayer - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634799-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635349-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0636710-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazonas Motocenter Comércio de Motos Ltda - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0637693-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Francisco Augusto Pinto da Costa - REQUERIDO: Martins Veículos Ltda. - R. H. Em razão da desistência da perícia técnica da parte que a postulou, conforme fls. 176, entendo que o feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LENNON DO NASCIMENTO SAAD (OAB 386676/SP) - Processo 0637853-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jonas Aguiar Ribeiro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os

meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0640231-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Sergio da Silva Cavalcante - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "OLÉ BONSUC. CARTÃO 10", sob o código 6305 em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: CLÁUDIO NEY COSTA FALCÃO (OAB 8686/AM) - Processo 0643342-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vila Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FÉLIX FAUSTO FURTADO DE MENDONÇA NETO (OAB 24885/PE) - Processo 0643412-19.2015.8.04.0001 - Nunciação de Obra Nova - Limitação Administrativa - REQUERENTE: Plus Imóveis Ltda. - Mardisa Automóveis Ltda. - REQUERIDO: Moto Participações e Negócios Ltda. - Nasser Yacub - Construtora Rio Negro Ltda. - PERITO: Levi D'Araújo Nogueira - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida e o perito para que se manifestem sobre a impugnação de honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644537-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0645096-37.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brumed Representações Médicas - Considerando a portaria n° 490/2017-PTJ, considerando o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e considerando o disposto no art. 98, §6o, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais. Informo que o parcelamento se dará em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira ser recolhida neste momento e as demais em momentos a serem informando pelo Autor. Alerto o autor que tal concessão não se estende as demais despesas processuais havidas no curso do processo, bem como, deverá comprovar seu pagamento integral antes da prolatação de sentença, sob pena de extinção conforme art. 485, do CPC/15. Intime-se o autor, através de seu patrono, para que comprove o recolhimento da primeira parcela, bem como, que informe os períodos que efetuará o pagamento das futuras parcelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0645475-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco José Lima da Rocha - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMG Cartão" cod. 6306 em folha de pagamento diante do órgão

público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0645684-78.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria das Graças Pinheiro da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0646737-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0646816-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0647571-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Eraldo Sena Souza - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos III, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Trata-se de Ação de Procedimento comum Cível com pedido de Tutela Antecipada proposta por Francisco Eraldo Sena Souza contra Banco BMG S/A, na qual objetiva suspensão dos descontos nos vencimentos do autor, bem como lhe reconheça indenizatório por dano material e moral. Narra o Autor que contratou empréstimo consignados com a instituição financeira Ré, no qual houve liberação de quantia, que não foi informada na inicial, o que merece esclarecimentos. Imperioso vir o Autor informar a este Juízo, a quantia que foi liberada pela instituição financeira em virtude do empréstimo entabulado. Outrossim, a concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0648112-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Iêda dos Santos Morais - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0706475-23.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fls.222/224. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0718712-89.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Sílvio José Cintra Maia - Janete Cintra Maia - Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - NÃO INFORM: Imóvel para Avaliação 01 - Imóvel para Avaliação 02 - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da certidão da Sra. Oficiala de Justiça em fls. 211, apresentando as informações necessárias para o cumprimento da diligência, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Leal Sümmchen do Amaral (OAB 397863/SP)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Carmona Maya, Martins e Medeiros Sociedade de Advogados (OAB 11785/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudio Ney Costa Falcão (OAB 8686/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)

Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB 335279/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Félix Fausto Furtado de Mendonça Neto (OAB 24885/PE)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Guilherme Wellington Pessoa de Farias (OAB 10183/AM)
Gustavo da Silva Melo (OAB 113500/RS)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lennon do Nascimento Saad (OAB 386676/SP)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Tereza Carmo de Castro
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yan Ranzi Biazussi (OAB 14183/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2019

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0201257-42.2010.8.04.0001 (001.10.201257-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sandrey Cruz Menezes - REQUERIDO: INVESTINORTE - Participações, Administração e Empreendimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0210313-31.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Gracye's Confecções Ltda. - Joycilene Gracye Souza Albuquerque Cabral - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0213981-78.2010.8.04.0001 (001.10.213981-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Paulo Francisco Barroso Perdiz - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Defiro o pedido postulado às fls. 275 pela Defensoria Pública. Oficie-se o Instituto de Medicina Legal, por meio de seu Diretor, para esclarecer o laudo emitido por este órgão, indicando o grau de invalidez da lesão da parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: DEOLINDA MARIA NOGUEIRA CARDOSO (OAB 4127/AM) - Processo 0216359-02.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raphaela Cristine Passos Pennafort - REQUERIDO: Condomínio Residencial Reserva das Flores - J. Nasser Engenharia Ltda. e outro - DENUNCIADO: Araújo e Lima Comércio e Serviços da Construção Ltda. - REQUERIDO: Leon Expedito de Araujo Raimundo - Cinthia Rodrigues Lima e outro - De ordem, fica intimada a parte Autora para que fale sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento 063/02, da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/AM.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0230014-17.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0226052-83.2008.8.04.0001) (001.08.230014-4) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: José Jaime Uchôa - REQUERIDO: Daniel Júnior Souza Brito - Expeça-se carta de citação para o endereço indicado em fls. 155. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0235060-16.2010.8.04.0001 (001.10.235060-5) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Adenilson Lopes Ramos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - R. H. À Conta Única para verificar a existência de valores relacionados aos autos em epígrafe. Intimem-se o perito nomeado nos autos, para que indique data, hora e local para a realização da perícia médica. Cumpra-se.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/AM) - Processo 0236574-67.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Schenker do Brasil Transportes Internacionais Ltda. - REQUERIDA: OK Informática Ltda. - ME - TERCEIRO I: Codomar - Administração do Porto de Manaus - INTSSADO: Terminal Portuário Super Terminais Manaus - R. H. Defiro o pleito de expedição de ofício ao Terminal Portuário quanto aos relatórios de descarga e devolução, conforme fls. 221. À Secretaria para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0238069-83.2010.8.04.0001 (001.10.238069-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Líbia Martha da Silva Xavier - REQUERIDO: Márcio Lênio Bentes Rabelo - NOTIFICADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I, do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ KLEBER ARRAES BANDEIRA (OAB 223A/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0238284-25.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0217355-68.2011.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Silvana Pucú Teixeira - Egeomar Marques Teixeira - REQUERIDA: Mais Comércio e Representação Ltda. - PERITA: Ana Carlos da Silva - Ana Carlos da Silva - Defiro o pleito de justiça gratuita postulado às fls. 476. Antes de manifestar-me sobre o prosseguimento da perícia, determino a intimação da experta nomeada nos autos, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre a possibilidade de realizar a perícia grafotécnica pós-morte com os documentos juntados no feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0242623-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José de Souza Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: JEFERSON NARDI NUNES DIAS (OAB 186177/SP), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0249270-38.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Issac Caetano Ferreira - ME - REQUERIDA: Inova TS Engenharia Ltda. - Condomínio Amazonas Shopping Center - É o relato necessário. DECIDO. Não há porque cogitar a ocorrência de cerceamento de defesa ou cerceamento probatório, pois a realização de audiência de instrução e julgamento para colher o depoimento de testemunhas, é absolutamente desnecessária, uma vez que as provas documentais juntadas aos autos são suficientes ao deslinde da questão. Nesse sentido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça já sedimentado: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. APRECIAÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131, DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento. 2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 145.936/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 22/06/2015).g. N. Assim, mantenho a decisão anteriormente proferida, nas razões acima expedidas. Ademais, a parte não trouxe argumentos hábeis para mudar o entendimento esposado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0251690-21.2008.8.04.0001 (001.08.251690-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adolpho Freitas Hidalgo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0251738-77.2008.8.04.0001 (001.08.251738-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eloina Barbosa Oliveira - Intime-se o autor para proceder ao recolhimento das custas da diligência ordenada à fl. 239, observando-se o disposto na Portaria nº 116/2017 - PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se.

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0255954-13.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: São Jorge Transportes Especiais S/A - REQUERIDA: Gilmar Bernardino de Sena - ME - Western Montana C. I. E. Ltda. - R. H. Intime-se a parte Requerida Gilmar Bernardino de Sena - ME para que se manifeste acerca do pedido de desistência em relação a parte Western Montana C. I. E. Ltda. nos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0259246-69.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Posse - REQUERENTE: Santander Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Jonathan Salomé da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM), ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES (OAB 002.477/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0264376-11.2009.8.04.0001 (001.09.264376-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: José Carlos de Oliveira - REQUERIDO: Manoel Emídio Pinto Borges - Jorge Elias de Carvalho Martins - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I, do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM) - Processo 0266290-42.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: C. A. Martins Navegação - REQUERIDA: J. Soares Construções e Comércio Ltda. - Jorge Valdo Soares Júnior - Rosângela Maria Riker de Sousa Batista - Remetam-se os autos à Contadoria para que informe se houve o devido recolhimento das custas referente a reconvenção. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602596-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Frank Williden do Nascimento Lopes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo

de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603709-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ageu Siqueira Celani - Raimundo Guimarães Fernandes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605682-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Vanete Machado Lima - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606201-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Viviane Pinho da Rocha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0608042-71.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Bvlog Logística Ltda. - REQUERIDO: S. T. Araújo - ME - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609584-95.2016.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Vitória Régia de Verçosa - Taner Freire de Verçosa - EMBARGADO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - Assim, entendo que se trata de matéria de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo recursal, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614547-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ary Sérgio da Motta - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0615332-16.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Paulino Ferreira Neto - REQUERIDA: Kézia Macedo da Silva - R. H. Determino a expedição de ofício à Secretaria do Estado de Administração Penitenciária - SEAP, para informar se a requerida Kézia Macedo da Silva está presa em cumprimento de pena. À Secretaria da UPJ para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO COIMBRA NUNES (OAB 122535/RJ) - Processo 0615796-06.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Sandrely Dabela Trindade - Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas devidas. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0620568-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Éder Rafael Gonçalves Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0621841-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Ribamar Machado de Oliveira - REQUERIDA: Maria Neuzimar de Oliveira Moura - José Antônio Silva de Oliveira - Assim, entendo que se trata de matéria de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo recursal, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621913-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Ferreira dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: IZABELLA DE ARAÚJO FELIPE (OAB 9742/AM) - Processo 0623993-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Joel Gonçalves de Castro - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - PERITA: Izabella de Araújo Felipe - R. H. Diante da proposta apresentada pelo Sr. Experto, arbitro seus honorários em R$ 1.000,00 (Mil reais), em razão da complexidade da perícia a ser realizada. Faculto às partes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação do presente despacho para indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos, bem como apresente os documentos necessários para a realização da perícia, nos termos do §1, do artigo 465, do NCP. Intimem-se o experto para indicar os documentos indispensáveis na feitura do laudo pericial e designar dia, hora e local da perícia. À Secretaria para as devidas providências Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0624538-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Sebastião de Oliveira Cruz - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo,

determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Caso houver depósito judicial referente ao presente feito, remetam-se os autos ao Gestor da Conta Única para informar a existência dos respectivos valores. Custas pagas. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará judicial. Em seguida, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0625365-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Alberto Reis da Rocha - REQUERIDA: Ana Maria Assunção Matos - Construtora Capital S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Assim, entendo que se trata de matéria de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo recursal, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0625863-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A. J. Montenegro Cerqueira - ME - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada à fl. 184, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625950-44.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rauciele dos Santos Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626321-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Midia Pereira de Menezes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0627002-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: R. V. Cruz Oliveira - ME - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1142A/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0628295-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Paul Cezanne - REQUERIDO: Luiz Daniel Frota Ximenes Aragão - Maria Conceição Frota Aragão - PERITO: Aran Aparecido Frutuoso Nallis - R. H. Na hipótese dos autos, a impossibilidade de custear a demanda não está provada, havendo singela alegação a respeito. Por tal razão, indefiro o pedido de gratuidade. Em razão da informação que o perito nomeado residir em outro Estado, vislumbro a sua impossibilidade em realizar diligências relacionadas à auditoria para verificação de livros e ou documentos contábeis, assim entendo pela liberação do seu encargo como experto. Intimem-se as partes, para que se manifestem se há interesse na realização de perícia, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0629213-55.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Saraiva S/A Livreiros Editores - REQUERIDA: M. M. Indústria, Comércio, Representação, Importação e Exportação Ltda. - ME - R. H. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629503-65.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Merilan Chaves Araújo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se o autor para cumprir a decisão exarada às fls. 29, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629937-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Moreira Coelho - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0630219-05.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADO: Marcos Silva de Souza - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0632625-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucimar Ferreira da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - PERITA: Letícia Rocha Franklin - R. H. A parte Autora impugna a nomeação da experta Letícia Rocha Franklin às fls. 260 a 262, aduzindo que a perita faz parte do quadro societária da parte requerida. É o relato no essencial. DECIDO. Em razão das provas trazidas pela parte autora às fls. 257 a 259, entendo pela substituição da perita nomeada nos presentes autos. Nomeio como experta, a médica, Dr. Marcelo Cláudio Vasconcellos Dias. Intime-se o nomeado para que manifeste interesse em aceitar o encargo, devendo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informar o valor dos honorários a serem pagos pela parte que solicitou a perícia, nos termos do Inciso I, artigo §2º, do artigo 465, do NCPC. Faculto às partes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação do presente despacho para indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos. À Secretaria para as devidas providências.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632649-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marly da Silva Campos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0633256-06.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Gelson de Souza Gonçalves - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Remetam-se os autos à Contadoria para que proceda aos cálculos referentes ao cumprimento da sentença proferida no feito. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0634890-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Apabiju Comércio Varejista de Bijuterias Ltda. - Thiago Balbi de Souza Lima - Marcos Klinger dos Santos Paiva - Aline Maciel Guimarães - Paula Suerda Paixão de Moura - Adelina Echalar Martins - De ordem, fica intimada a parte embargada para, querendo, contrarrazoar os embargos de declaração opostos no prazo de 05 (cinco) dias. .

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0636150-52.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADO: Aluizio Augusto Jackmonth da Costa Júnior - Desta feita, a desídia das partes além de demonstrar descaso aos comandos judiciais, acarreta a ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento do processo, vez que sem regular representação processual não é possível o prosseguimento da demanda. Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0638369-62.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: S. R. Sociedade de Participações Ltda. - REQUERIDO: Sushi Restaurante Ltda. - EPP - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Arquive-se e dê-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0638369-62.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: S. R. Sociedade de Participações Ltda. - REQUERIDO: Sushi Restaurante Ltda. - EPP - Publicada a nota de intimação respectiva, a parte demandante, deixou transcorrer, sem qualquer providência, o prazo que lhe foi assinado, motivo pelo qual determino o cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e, por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639894-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: José Moisés Marques de Souza - Consoante o § 2º, do art. 2º, do Decreto-Lei n° 911/1969, ''A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário''. Observo que a notificação extrajudicial de fls. 08/10 deixou de ser entregue no endereço da parte Requerida. Em razão do exposto concedo ao requerente, o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar a regular constituição de mora da parte Requerida, nos moldes do art. 321, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0640621-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Ana Cristina Gonçalves de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0644296-77.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Renato Ferreira de Araújo - R. H. Defiro o pedido de suspensão formulado à fl. 132. Fiquem os autos sobrestados por 90 dias. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SANTOS ROSA (OAB 316912/SP) - Processo 0645247-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Juciney de Souza - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0639075-45.2019.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0646643-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luan Santos Sales - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Consoante o art. 320, do NCPC, ''A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação''. Dito isto, faculto a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob a cominação prescrita no parágrafo único, do art. 321, do NCPC, atentando a parte Requerente para cumprir o disposto no art. 320, do Digesto Processual Civil, trazendo requerimento administrativo do Seguro DPVAT. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0646714-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Suzete Rosas Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647670-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Meire Cristina Dutra dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa

solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM) - Processo 0647787-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Panamerican Eletric do Brasil Ltda. - REQUERIDO: Academia Spazio - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290.Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0647818-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Indústria Missiato de Bebidas Ltda. - EXECUTADO: Elicreson Barbosa dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0702244-50.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Distribuidora Quarella Brasil Ltda. - FIADOR: Adriano Quarella - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0712378-39.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Anne Kellen Lopes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0714942-88.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Liduína de Farias - REQUERIDO: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S/A - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - LITSPASSIV: Francisco Weslamy Rodrigues Ferreira - Francisca Michele Rodrigues Ferreira - Mikael Rodrigues Ferreira - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - De ordem, é aberto vista ao advogado do (a) autor (a) para que se manifeste acerca do A. R. Negativo juntado aos autos.

ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0716084-30.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR - EXECUTADO: Terra Editora Comércio e Serviços Gráficos Ltda. - Estado do Amazonas - Desta feita, a desídia da parte autora além de demonstrar descaso aos comandos judiciais, acarreta a ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento do processo, vez que sem regular representação processual não é possível o prosseguimento da demanda. Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB 4127/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1142A/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)

Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Izabella de Araújo Felipe (OAB 9742/AM)
Jeferson Nardi Nunes Dias (OAB 186177/SP)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Kleber Arraes Bandeira (OAB 223A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Leonardo Coimbra Nunes (OAB 122535/RJ)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 002.477/AM)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Santos Rosa (OAB 316912/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM) - Processo 0208606-33.2009.8.04.0001 (001.09.208606-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ecad - Escritorio Central de Arrecadação e Distribuicao - INTSSADO: KHALED AHMED HAUACHE JUNIOR e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0218880-12.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: MAURICIO ALLE DE AQUINO - Inicialmente, torno sem efeito o deferimento de honorários no Cumprimento de Sentença. Isto porque a correta interpretação do termo “precatório” no art. 87, §7º do CPC abranger indistintamente RPVs e precatórios. Neste ponto, friso que não existe qualquer diferença ontológica entre RPV e precatório que justifique distinção na disciplina dos honorários na fase de cumprimento de sentença que enseje um ou outro. Ademais, não faz sentido, considerando o princípio da causalidade, a condenação em honorários no Cumprimento de Sentença contra a fazenda pública, pois, mesmo se tratando de RPV, não pode haver o pagamento de ofício. Frise-se que o RE 420.816/PR trata de situação distinta, pois tal precedente trata especificamente das hipóteses em que de fato pode haver pagamento de ofício com base no art. 128 da Lei nº 8.213/91, relativos a débitos até R$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos). No mais, expeçam-se dois RPVs, com destaque dos honorários contratuais, sendo: -um em favor do Autor, no montante de R$6.023,99 (70% de R$8.605,71); -outro em favor de seu patrono, no montante total de R$3.675,54, referente à soma de R$2.581,71 (30% de R$8.605,71) com os R$1.093,83 de honorários de sucumbência. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0219548-80.2016.8.04.0001 (processo principal 0629318-37.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Transglobal Serviços Ltda - REQUERIDO: WV Fabricação de Cimento Ltda (Concreto Amazonmix) - Intime-se a Exequente para informar, no prazo de 15 (quinze) dias, se o acordo já foi integralmente cumprido, presumindo-se que sim no caso de silêncio.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM), ADV: GEOFREY MEIRIÑO DE SOUZA (OAB 4538/AM), ADV: FRANCISCO MACIEL DO NASCIMENTO (OAB 2091/AM), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM) - Processo 0222133-18.2010.8.04.0001 (001.10.222133-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que esclareça em qual sistema judicial deseja que seja utilizada para a consulta de endereço (Bacenjud, Renajud ou Infojud), no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB 840A/AM) - Processo 0240407-54.2015.8.04.0001 (processo principal 0611073-07.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Lêda Vieiralves - EXECUTADO: Evandro Bacury de Lucena e outro - Reitere-se o Ofício de fl. 136.

ADV: DIEGO REBELO CASTELO BRANCO (OAB 8075/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0604822-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Posse - REQUERENTE: Navegação Nóbrega Ltda. - REQUERIDA: Maria Estelita da Silva Correia e outros - Decorre daí que, a impugnação do valor da causa, apresentada pelo impugnante, procede, haja vista que, na inicial, a parte autora, apenas indicou o valor de R$ 1.000,00 valor esse muito a quem do correto valor do imóvel, isto posto, acolho a impugnação ao valor da causa, em consequência, promovo sua alteração para R$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo, pois, serem os autos remetidos à Contadoria a fim de que, com base no valor atribuído à causa, seja calculada a complementação das custas. Posteriormente, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento da complementação das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, nos moldes do art. 290 do CPC. Após, efetuado o pagamento das custas complementares, cumpra-se o seguinte despacho. Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior. Assim, pauto a audiência de instrução e julgamento para o dia 10/10/2019 às 09:00, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Intimem-se as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: ALEX SARKIS CALIXTO (OAB 7570/AM) - Processo 0609892-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carmélia Pereira Villa - REQUERIDO: André Luiz Carrara da Cunha e outro - Dê-se ciência à Exequente da Certidão de Crédito de fl. 211. Expeça-se ainda Mandado de Penhora e Avaliação para o endereço indicado à fl. 201, observando-se as custas pagas à fl. 209.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: RODRIGO OCTÁVIO BELEZA CÂMARA DOS SANTOS (OAB 10503/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0610297-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Joaquim José da Cunha Filho - REQUERIDO: Condominio Nau Capitania - As provas presentes nos autos são suficientes para propiciar a análise meritória da lide, motivo pelo qual aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0610402-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazon Clipper Cruises Turismo Ltda - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Acolho os Embargos de Declaração, considerando que o cálculo de fl. 369 não considerou as custas. Intime-se o Exequente para trazer memória de cálculo do valor atualizado referente ao reembolso das custas iniciais, em 5 (cinco) dias, considerando que não constou da Petição de fls. 382/383. Expeça-se Alvará do montante de R$28.317,54 (vinte e oito mil, trezentos e dezessete reais, e cinquenta e quatro centavos), considerando se tratar de valor incontroverso.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0618450-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: RAIMUNDO DE LIMA GRACAS LEITE PINTO e outro - .

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0623374-44.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas do AR, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: EGBERTO WANDERLEY CORRÊA FRAZÃO (OAB 4647/AM) - Processo 0624369-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vital da Costa MElo - REQUERIDO: Diretorio Municipal do Pt Manaus e outros - Os extratos juntados não demonstram a origem dos valores depositados nas contas em questão, não havendo, até o presente momento, comprovação irrefutável de que se trata de verbas do Fundo Partidário. Diante disto, intime-se a Parte Executada para juntar extratos anteriores, desde janeiro/2019 ou pelo menos a partir do mês em que ingressaram os recursos, no prazo de 10 (dez) dias. No mesmo prazo, deverá ainda a Parte Executada se manifestar especificamente acerca do questionamento do Exequente de por que os duodécimos não estariam sendo depositados em referidas contas bancárias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0624394-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Aldair de Lima Santana - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Expeçam-se RPVs, colocando em separado os honorários (de sucumbência e contratuais), na forma disposta à fl. 209.

ADV: LUIS ROBERTO SIGAUD CORDEIRO GUERRA (OAB 154047/RJ), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: LOURENÇO DUQUE ESTRADA DE BARROS (OAB 163110/RJ), ADV: LOURENÇO DUQUE ESTRADA DE BARROS (OAB 163110/RJ), ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo 0631796-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: P R B Pessoa Telecom Telecomunicaoes e Comercio Epp - EXECUTADO: Goekinetics International, Inc (Sr Sergio Alexander de Almeida Maron Representante No Brasil) e outros - REQUERIDO: Rosneft Brasil E&p Ltda. - Expeça-se requisição para pagamento dos honorários do Tradutor Oficial, encaminhado-a ao Setor responsável. Justifico ainda a ultrapassagem do limite de R$1.000,00 (mil reais) em razão de o preço ser tabelado, sendo proporcional ao número de páginas a serem traduzidas, e o referido valor ter sido arbitrado pelo próprio Tradutor.

ADV: LORENA TORRES DO ROSÁRIO (OAB 8008/AM) - Processo 0634029-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Roberta Gonçalves Maciel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: MARIVALDA DE SOUZA MELO (OAB 8231/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0635696-38.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0616858-47.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elder Francisco Vitalli e outro - REQUERIDA: Filomena Terto Barros - Kele Cristina da Silva Fernandes - Edilson Barros de Souza - Compulsando os autos, verifico que já declarei minha suspeição nos autos principais processo n° 0616858-47.2015 à fl. 486, assim em face deste processo obrigatoriamente ser julgado pelo mesmo Juízo dos autos principais, averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do art. 145, §1º do CPC,

in verbis: "Art. 145. Há suspeição do juiz: (...) § 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". (g.m.) Deixo de indicar a causa por não estar obrigado a decliná-la, seguindo entendimento do artigo legal acima aludido. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal. À Distribuição para as anotações pertinentes.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0638936-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Barauna da Cunha - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Por medida de cautela, defiro o bloqueio - transferência pelo RENAJUD. Analisarei o pedido de busca e apreensão após a contestação. Citem-se, por carta.

ADV: EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO (OAB 6931RO) - Processo 0639193-21.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alan dos Santos Souza - Vistos, Designo o dia 10.10.2019 às 12h30 para a oitiva da testemunha Tulyo Reclyone Alves Batista. Após, devolva-se a Carta Precatória com as homenagens de estilo.

ADV: MANUEL NEUZIMAR PINHEIRO (OAB 366/AM), ADV: LEONARDO DE SOUZA GUIMARÃES (OAB 1015A/AM) - Processo 0640916-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: L.C.R.C. - REQUERIDO: T.T.L. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0642268-68.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Tatiane de Souza Araújo Me - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Intime-se a parte Autora para efetuar o depósito referido na inicial no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Com o depósito, cite-se, pelo Portal Eletrônico.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0644692-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sidlene Pinheiro e Silva - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Passo a apreciar o pedido de tutela de urgência. O laudo concluiu taxativamente que a situação atual do imóvel objeto da lide é de insalubridade, o que caracteriza o fumus boni iuris. A ausência de qualquer providência no presente momento somente agrava a situação, com potencial de dano irreversível à própria saúde dos ocupantes do imóvel, de forma que o periculum in mora está igualmente presente. Do exposto, CONCEDO a tutela antecipada, a fim de que a Requerida proceda à realocação dos geradores e da substação, de forma a não interferir na unidade autônoma pertencente à Autora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversão em perdas e danos. Intimem-se.

ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0645580-52.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vaneri Antônio Verri - Isto posto, DECRETO o DESPEJO do Requerido do imóvel descrito na exordial, com dispensa da prestação de caução. Intime-se o Requerido, por mandado, para desocupação voluntária, no prazo de 15 dias. Concomitantemente, Cite-se o Réu, por carta, para, querendo, oferecer resposta, sob pena de revelia. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR LUZARDO DOS SANTOS DE CARVALHO (OAB 13875/AM) - Processo 0645988-43.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Veridiana Vizoni Scudeller - Vistos, Intime-se a Autora para o recolhimento das custas, em 15 dias, sob pena de extinção (art. 290 do CPC).

ADV: JANAÍNA SILVA DE FIGUEIREDO (OAB 14316/AM) - Processo 0646129-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia Melo da Silva - Vistos, Averbo minha suspeição para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do §1º do art. 145 do CPC, in verbis: "Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". Ao meu substituto legal.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0646715-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J. Nasser Engenharia Ltda. - Ante o exposto, concedo a TUTELA ANTECIPADA para que o Réu seja imediatamente compelido a não praticar qualquer ato que possa denegrir a imagem da empresa Autora, bem como qualquer manifestação pública, sob pena de multa diária em caso de descumprimento, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 10 dias multa. Oficie-se ainda a 8ª Vara Cível para que sejam reservados valores nos Autos n° 0636775-18.2016.8.04.0001, até o limite de R$100.000,00 (cem mil reais), solicitando que os mesmo fiquem retidos nos Autos à disposição deste Juízo. Cite-se e intime-se por Carta Rogatória, após o recolhimento dos emolumentos pelo Autor, a ser realizado em 15 (quinze) dias, na forma da Portaria n° 116/2017 - PTJ, considerando que não há previsão legal para a citação eletrônica na forma como pleiteada à Inicial.

ADV: ALEXADRE DA COSTA TOLENTINO (OAB 9348/AM) - Processo 0646970-57.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Paulo Romeu Lammel Hendges - Vistos, Defiro a gratuidade de Justiça pleiteada. Recebo os Embargos à Execução, atribuindo o efeito suspensivo à Execução, pois relevante os fundamentos nele apontados e do perigo manifesto de dano grave e de difícil ou incerta reparação, em decorrência do prosseguimento da Ação. Destaco, que a presente Decisão pode ser revista a qualquer momento. Certifique-se nos Autos da respectiva Ação de Execução, a respeito dos presentes Embargos. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação aos presentes Embargos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647210-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carlos Afonso Pinheiro Correa - Vistos, Defiro o benefício da Justiça gratuita pleiteado. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647240-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Assis dos Santos Costa - Vistos, Verifico que este processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0607323-55.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são partes e relações processuais/contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647243-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Ricardo Lisboa da Costa - Vistos, Verifico que este processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0607322-55.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são partes e relações processuais/contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647298-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Josiane Veiga da Silva - Vistos, Verifico que este Processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da Ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0622055-41.2019.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são

partes e relações processuais/contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0647558-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Renan dos Santos Ramos e outros - Vistos, Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações dos Autores, bem como a condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Dispenso, por ora, a realização da audiência inaugural de conciliação, bem como postergo a análise do pedido de tutela, para a fase posterior à contestação. Citem-se os Requeridos via Portal Eletrônico de Citações e Intimações do TJAM, se cadastrados, se não, por carta com aviso de recebimento, para no prazo legal apresentarem contestação, sob pena de revelia e confissão ficta. Intime-se o Autor para, juntar aos autos, prova da efetiva negativação de seu nome no rol de inadimplentes junto ao SPC-SERASA. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0647646-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0647666-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - Vistos, Intime-se o Autor para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação contábil que comprove a condição de hipossuficiência e escassez de recursos, podendo também juntar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, que podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), tendo em vista que a Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: GERBERSON AMAZONAS TUSSOLINI (OAB 4991/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0657943-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Marileuda da Costa Macedo - REQUERIDO: Magscan Clinica de Imageologia de Manaus Ltda - LITSPASSIV: Joao Francisco Tussolini - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0658399-55.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0235864-52.2008.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Lima de Jesus Serviços e Comércio de Alimentos Me e outro - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Alcides Verissimo da Silva Filho - Dê-se vista à Parte Autora da Petição de fls. 258/267, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0658984-10.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jhosefy Gomes Teixeira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da petição da parte contrária às fls. 163/166, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alex Sarkis Calixto (OAB 7570/AM)
Alexadre da Costa Tolentino (OAB 9348/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Rodrigues Valente (OAB 840A/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
César Luzardo dos Santos de Carvalho (OAB 13875/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diego Rebelo Castelo Branco (OAB 8075/AM)
Edinaldo Tiburcio Pinheiro (OAB 6931RO)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Egberto Wanderley Corrêa Frazão (OAB 4647/AM)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)

Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Maciel do Nascimento (OAB 2091/AM)
Geofrey Meiriño de Souza (OAB 4538/AM)
Gerberson Amazonas Tussolini (OAB 4991/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
Janaína Silva de Figueiredo (OAB 14316/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo de Souza Guimarães (OAB 1015A/AM)
Lorena Torres do Rosário (OAB 8008/AM)
Lourenço Duque Estrada de Barros (OAB 163110/RJ)
Luis Roberto Sigaud Cordeiro Guerra (OAB 154047/RJ)
Manuel Neuzimar Pinheiro (OAB 366/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Marivalda de Souza Melo (OAB 8231/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
RODRIGO OCTÁVIO BELEZA CÂMARA DOS SANTOS (OAB 10503/AM)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: DUVANI DOS SANTOS GOMES (OAB 1606E/AM), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0229232-10.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0350988-20.2007.8.04.0001) (001.08.229232-0) - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Carlos Eugênio Filho e outro - REQUERIDO: ELA - Empres Líder de Assessoria Ltda - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, reconhecida a hipótese descrita no §§2º e 3º do art. 337 do NCPC, nos termos do artigo 485, inciso V, combinado com o artigo 354, ambos do NCPC, EXTINGO o presente processo sem analisar-lhe o mérito, por conta da evidente litispendência. Pelo princípio da causalidade, condenoa parte Autora ao pagamento da custas e honorários de advogado, os quais no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA), ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 24687A/PA) - Processo 0240248-58.2008.8.04.0001 (001.08.240248-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizamila Santana de Oliveira e outro - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do pronunciamento do perito às fls. 1319/1330. À Secretaria para que atualize o cadastro dos patronos, a fim de excluir do quadro de intimações os advogados que não representarem mais as partes litigantes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0243779-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maria da Conceição dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: GUSTAVO RÕMULO FAÇANHA DA MATA (OAB 15579/CE) - Processo 0253140-96.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0253856-26.2008.8.04.0001) (001.08.253140-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Super Química Produtos Quimicos Ltda EPP - REQUERIDO: Glauber Sergio Façanha da Mata - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTES os pedidos da Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica e Nulidade de Titulo de Crédito para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes e, por conseguinte, declarar nulo o cheque n. 000134, série AAA, Banco 104, Agência 1457, Conta 300520. Confirmo a liminar deferida na Decisão de fls. 40/41 dos autos de n. 0253140-96.2008.8.04.0001. Condeno a Requerida ao pagamento de custas e despesas processuais e em honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), em observância ao grau de zelo do profissional, ao lugar de prestação do serviço, à natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, conforme preconiza o art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil. Por via de consequência JULGO PROCEDENTE, ainda, a Medida cautelar de Sustação de Protesto, confirmando a liminar concedida de fls. 32/36 dos autos de n. 0248630-40.2008.8.04.0001. Condeno a Requerida ao pagamento de custas e despesas processuais e em honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1000,00 (mil reais), em observância ao grau de zelo do profissional, ao lugar de prestação do serviço, à natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, conforme preconiza o art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Traslade-se cópia desta Sentença para os autos de n.0248630-40.2008.8.04.0001, com a devida movimentação, para que não fique indevidamente constando nas metas do CNJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0255623-94.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Denilson Vieira Novo e outro - Vistos na data de hoje. Devidamente revisados. Trata-se de Ação Monitória c/c Dano Moral proposta por Denilson Vieira Novo, representado por Luiz Alberto Marques Novo em face de Monte Moria Ltda., Rogério Bruno Garrido do Nascimento e COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., pelos fatos e fundamentos trazidos na inicial. A presente ação foi ajuizada em 14/10/11. Foram juntados documentos às folhas 6/27. Aduz o Requerente a um, que firmou contrato de locação com a Empresa

Requerida MONTE MORIA LTDA., de um imóvel; a dois, que o prazo de locação era de 12 (doze) meses, com início em 20/12/2010 e término em 20/12/2011; a três, que o imóvel destinava-se tão somente para a moradia do Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento, Gerente Operacional da primeira Requerida Monte Moria Ltda.; a quatro, que a primeira Requerida Monte Moria Ltda., restou em mora, tendo por diversas vezes tentado contato com o segundo Requerido Sr. Rogério, sem sucesso; a cinco, que após muita insistência o segundo Requerido Sr. Rogério se comprometeu em pagar os débitos, chegando a assinar Termo de Confissão de Dívida em 29/07/2011; a seis, que como pagamento da entrada do acordo, o segundo Requerido Sr. Rogério entregou um cheque para compensação em 04/08/2011, em nome da terceira Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., e, a sete, que o referido cheque foi devolvido pelo motivo 11, tendo sido reapresentado e devolvido pelo motivo 12. Através do Despacho exarado às folhas 28, foi determinada a citação dos Requeridos. Juntada do Mandado às folhas 36/37, onde constam as seguintes informações: a um, que deixou de citar a Requerida Monte Moria Ltda., em virtude de encontrar-se em lugar incerto e não sabido; a dois, que deixou de citar o Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento em razão de não haver localizado o número de sua residência no endereço indicado e a três, que realizou a citação da Empresa Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., através do seu Representante Legal Sr. Juciney. Foi determinada a intimação do Requerente, às folhas 39, para manifestação acerca da Certidão do Oficial de Justiça. Às folhas 40, o Requerente informou endereço para citação do Requerido Rogério e, ainda requereu a citação do proprietário da Empresa Monte Moria, no endereço apontado na petição. Despacho exarado às folhas 40. Determinada a citação na forma do pedido. Mandado expedido (folhas 43). Certidão do Oficial de Justiça, juntada às folhas 47, onde informa que os endereços mencionados estão fora dos limites da zona de atuação. Determinada a expedição de novo Mandado (folhas 49). Mandados expedidos (folhas 51 e 52). Juntada da Certidão do Oficial de Justiça, às folhas 54, onde informa que deixou de proceder a citação da Empresa Requerida Monte Moria Ltda., na pessoa de seu Representante Legal Sr. André Luis Scariot, em razão da mesma não funcionar mais no local, segundo informações da Sra. Marília que noticiou haver comprado o imóvel dos pais do Sr. André, não sabendo dizer, com precisão, o atual endereço dos mesmos. Às folhas 55, o Autor pugnou pela citação dos Requeridos, por meio de Edital. Juntada de Certidão da Oficiala de Justiça Sana Amaura Coêlho Félix Nogueira, onde informa o valor dos emolumentos devidos para realização do ato de citação do Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento (folhas 57). Manifestação do Requerente, juntada às folhas 59, onde pugna pelo chamamento da referida Oficiala para que informe acerca da diligência determinada (cumprimento do Mandado de folhas 56). Despacho exarado às folhas 64, determinando a intimação da Oficiala de Justiça Sana Amaura Coêlho Félix Nogueira, para manifestar sobre o erro material e o cumprimento do Mandado de folhas 56. Ofício expedido (folhas 65) e protocolizado junto a Central de Mandado (folhas 66). Petitório do Requerente, juntado às folhas 69/70, onde informa os endereços dos Requeridos Monte Moria Ltda., Rogério Bruno Garrido do Nascimento e COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., para fins de citação. Ato Ordinatório praticado às folhas 71. Comprovante de pagamento das custas do Oficial de Justiça e da diligência através dos Correios (folhas 73/78). Mandado expedidos para os Requeridos Monte Moria Ltda., e COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., (folhas 80/81 e 82). Certidão do Sr. Oficial de Justiça, juntada às folhas 84, onde informa que encontrou a numeração 720 em um imóvel fechado que fazia parte da vila militar localizada em dois quarteirões no bairro, não encontrando a subdivisão (casa) 01 no imóvel, o qual, em três diligencias realizadas encontrava-se fechado. Ato Ordinatório praticado às folhas 85. Manifestação do Autor, juntada às folhas 88/89, onde renova pedido de citação da Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda. Anexou pesquisa retirada da rede mundial de computadores, a fim de facilitar a localização por parte do Oficial de Justiça. Certidão do Oficial de Justiça, juntada às folhas 90, onde informa que a Requerida Monte Moria Ltda., não funciona no endereço indicado. Ato Ordinatório praticado às folhas 91. Petitório do Autor, juntado às folhas 94, onde requer a citação por Edital da Empresa Monte Moria Ltda. Ato Ordinatório praticado às folhas 96. Juntada do pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça. Mandado de Citação da empresa Monte Moria Ltda., expedido às folhas 104. Certidão juntada às folhas 106, onde o Oficial de Justiça informa que não localizou o endereço da Requerida Monte Moria Ltda. Ato Ordinatório praticado às folhas 107. Pedido de citação da Requerida Monte Moria Ltda, através de carta de citação. Informou novo endereço às folhas 109. Carta expedida (folhas 113). Juntada de AR às folhas 114, onde consta a informação “não existe o número”. Ato Ordinatório praticado às folhas 115. Pedido de Providências do Autor, juntado às folhas 116/117, onde requer seja renovada o ato citatório da Requerida Monte Moria Ltda. Anexou pesquisa retirada da rede mundial de computadores, a fim de facilitar a localização. Mandado expedido, folhas 120. Certidão do Oficial de Justiça, juntada às folhas 122, onde consta a informação de que a empresa Requerida Monte Moria Ltda., não funciona mais no endereço indicado. Retificação de endereço, juntada às folhas 122/124. Cartas de Citação expedidas 127/130. Ars juntados as folhas 131, 132, 134 e 138. Pedido de citação do Requerido Rogério Bruno Garrido do Nascimento, por meio de Edital. E-mail recebido da Ouvidoria Geral (folhas 141/143). Despacho exarado às folhas 145/147. Pedido de Reconsideração juntado às folhas 148/151. Vieram-me conclusos. Passo a analisar e decidir. Compulsando detidamente os presentes autos, verifico que o Autor ingressou com Ação Monitória, no ano de 2011, em desfavor de Monte Moria Ltda., Rogério Bruno Garrido do Nascimento e COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda. Conforme descrito na petição inicial, a Requerida Monte Moria Ltda., celebrou contrato de locação de um imóvel pertencente ao Requerente, para fins de moradia do Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento. Ocorre que tal Requerido, assinou Instrumento Particular de Confissão de Dívida, conforme se vê às folhas 22/23, o que restou configurado ser o único Devedor da quantia que está sendo cobrada. Desta feita, diante das informações constantes nos autos, propiciada pelo Instrumento de Confissão de Dívida, estabeleceu-se nova obrigação, com condições e forma de pagamento. Destaco que com a assinatura do documento particular, o Autor renunciou a dívida originária de contrato de locação, quando o Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento responsabilizou-se, como Devedor, pelas obrigações da empresa Requerida Monte Moria Ltda., motivo pelo qual determino a exclusão desta do polo passivo da demanda. Quanto a cobrança do cheque (folhas 24), esta deveria ter sido realizada em ação autônoma, pois não restou comprovada, através dos documentos juntados, a relação jurídica existente entre o Requerente e a Empresa COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., ou seja, de que o referido cheque entregue ao Requerido Rogério Bruno Garrido Nascimento tenha sido para pagamento da entrada da avença. Denota-se dos autos, que o cheque foi ao portador sem endosso, onde o requerente apôs seu nome, restando comprovar a notificação ao emitente de ser o novo credor, o que já exclui a demandada COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda do polo passivo pela ausência da ciência da cessão feita, como estribado no art. 290 do Código Civil. Desta feita, determino a exclusão da Empresa Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., do polo passivo da demanda, em razão de não possuir qualquer ingerência sobre o contrato objeto da inicial e da confissão de dívida. A presente ação foi proposta em 14/10/2011 e com a exclusão das empresas Monte Moria Ltda., e COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., do polo passivo da demanda, considero ter ocorrido o decurso do prazo prescricional para o Requerido Rogério Bruno Garrido do Nascimento, que até a presente data não foi citado. Ao lume de todo o exposto, com fulcro nos artigos 10 e 487, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da decisão, em que mantenho o posicionamento da prescrição do seu direito de cobrança da dívida em relação ao Requerido Rogério Bruno Garrido do Nascimento. À Secretaria para que retifique o polo passivo da demanda, nos termos da presente Decisum. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0258658-96.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0244173-91.2010.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lira Serviços Auxiliares de Transportes e Construções Ltda e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, com fulcro no art. 485, VI do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 001.959/AM) - Processo 0350988-20.2007.8.04.0001 (001.07.350988-5) - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Carlos Eugenio Filho - Assim, pelo exposto e por tudo mais que conta nos autos, nos termos do art. 487, VI, do CPC,JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Condenoa parte Autora ao pagamento da custas e honorários de advogado, os quais no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM) - Processo 0360485-58.2007.8.04.0001 (001.07.360485-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. no estado em que se encontra. Defiro o pedido de folhas 143.. Como se sabe, o art. 921, III e §1º, do CPC, estabelece que, no caso do executado não possuir bens penhoráveis, deve o Juiz suspender a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Ressalte-se que decorrido o supramencionado prazo, sem manifestação do Exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §4º, do CPC). O aludido prazo é estabelecido pela legislação de regência, não cabendo, portanto, o deferimento de quaisquer outros períodos de suspensão. Isto posto, intime-se o Banco Exequente para ciência desta Decisão e de que qualquer manifestação que não demande a promover o efetivo prosseguimento do feito deverá ser unicamente juntada aos autos para que se aguarde o decurso do prazo de suspensão. Decorrido o aludido prazo de 1 (um) ano, sem que haja manifestação que possibilite o impulso regular da execução, certifique-se e arquivem-se os presentes autos, sem baixa na distribuição, na forma do art. 921, §2º do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600279-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Em análise ao pedido de citação por edital com base no artigo 256, inciso II, do Código de Processo Civil, entendo ser prematuro seu deferimento, vez que compete a parte Autora fornecer todos os elementos essenciais ao desenrolar do processo, diligenciando no sentido de informar o correto endereço da parte Requerida, sendo de sua competência providenciar o aperfeiçoamento do ato citatório. Necessária ainda a demonstração do esgotamento de todos os meios de localização pessoal do Réu para que seja autorizada a sua citação por edital. Verifico, também, que o Sistema Judicial SIEL não fora utilizado para tentar encontrar novo endereço a parte requerida. Dessa forma, considerando frustrada a citação por Mandado, porquanto o cumprimento negativo de Mandado (fls. 116), concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que o Requerente informe ao Juízo endereço onde o Réu possa ser encontrado ou pleiteie o que entender de direito. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601761-70.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 125. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, indique os endereços da empresas de telefonia as quais os ofícios se destinarão, bem como, para que recolha as custas postais, conforme Provimento 273/2016 CGJ, levando-se em consideração a quantidade de destinatários. Recolhidas as custas e indicado os endereços, expeça-se os referidos ofícios, para que as empresas informem o endereço atualizado do réu que constar em seus cadastros. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602874-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603590-81.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Previdência privada - REQUERENTE: Irani de Oliveira Pacheco - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Irani de Oliveira Pacheco contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604033-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Previdência privada - REQUERENTE: Sandra da Silva Costa - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Sandra da Silva Costa contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0604270-76.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0719309-58.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Walter Eduardo da Costa Val Junior - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0604406-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daswanny Araujo dos Reis e outro - REQUERIDO: PATRI DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto às fls. 412/414, que a Requerida pugna pela realização de perícia para liquidação dos valores exequentes, aduzindo haver excesso

de R$ 10.039,06 (dez mil e trinta e nove reais e seis centavos) na execução. Imprescindível o retorno dos autos da Contadoria para o julgamento do petitório retro. Após, voltem-me os autos conclusos para apreciação do suso mencionado requerimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0604933-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Cezio Comercial Ltda - C. C. I - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM) - Processo 0605255-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Bianchi, Grosso & Carvalho Neto - Sociedade de Advogados - EXECUTADO: Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias da Construção Civil Sintracomec -am - Vistos. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial, proposta por Bianchi, Grosso Carvalho Neto - Sociedade de Advogados, por meio de seu patrono(a), em face de Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias da Construção Civil - Sintracomec -am e Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço), todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 328, o senhor Felisberto Sarkis Calacina Filho informa o pagamento da segunda parcela da arrematação (fls. 316/317). Às fls. 339/340, o arrematante junta o instrumento de cessão e transferência de direitos aquisitivos de propriedade imóvel arrematada, sendo Felisberto Sarkis Calacina Filho cedente e LSM Comércio de Alimentos e Navegação LTDA-EPP cessionária. Às fls. 375, a empresa LSM Comércio de Alimentos e Navegação LTDA-EPP pugna pela expedição de guia do ITBI em nome da cessionária para que a mesma providencie o pagamento do imposto suso mencionado. Às fls. 376, a empresa cessionária informa o pagamento da parcela 02/24 referente à arrematação (fls. 318/324), juntando comprovante às fls. 377/379. É o breve relatório. Decido. No que tange ao pedido de expedição de guia para pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, INDEFIRO por ora, isto porque ao compulsar os autos, não verifico documentos que corroborem com a arguição de impossibilidade de obtenção da guia suso mencionada pelos meios disponíveis na administração pública, ademais, é de conhecimento público de que o pagamento do ITBI deve preencher pré-requisitos, sendo um deles a Certidão Negativa de Débitos Imobiliários, os quais não constato presentes nos autos. Quanto ao pleito de levantamento de Alvará, INDEFIRO por ora, uma vez que não foi comprovado os pagamentos dos tributos atinentes ao imóvel arrematado. Ato contínuo, determino a intimação das partes para que se manifestem sobre o instrumento de cessão e transferência de direitos aquisitivos de propriedade do imóvel arrematado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: FÁBIO COUTINHO KURTZ (OAB 58285/RJ), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0605470-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: D.F.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Divaldo Ferreira Beckman contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0605510-90.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: I.P.A. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Iromar Pereira Aguiar contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605511-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: P.R.C.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Paulo Roberto de Castro Barata contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0605513-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.A.R.R. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 686/687 e considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605588-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edson Jose Aguiar de Carvalho - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 232/234 e considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 228. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0606098-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fatima de Nazare da Silva Melo de Vasconcelos - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0606098-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fatima de Nazare da Silva Melo de Vasconcelos - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos. Tendo em vista o depósito dos honorários periciais, e em consonância com o art.33, parágrafo único do CPC, expeça-se o competente Alvará em favor do Perito Hermann Saunders Fernandes. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0606243-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Fabíola Ferreira do Nascimento - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 271/276, a parte Autora pugna pela produção de prova pericial, sem contudo, informar a especialidade a ser examinada, quesito francamente imprescindível para o julgamento do referido pleito. Pelo exposto, intime-se a parte Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique com a devida especificidade a especialidade do expert, a fim de que possa este Juízo julgar o petitório suso mencionado e, por fim, ser exercido o mister, sob pena de extinção do feito nos moldes do artigo 485, III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0606892-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sidney Jezini - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 261/263 e considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 257. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0608320-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franciney Araújo de Oliveira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Franciney Araújo de Oliveira contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0608321-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Arnaldo Gomes dos Santos - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por José Arnaldo Gomes dos Santos contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA (OAB 39390/PR), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608974-59.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: I G Industria de Embalagens Plasticas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610034-38.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. À secretaria para evoluir a classe do presente feito para Cumprimento de Sentença, junto ao Sistema SAJ. Intime-se, a parte exequente, para que recolha as custas de despesas postais, conforme Portaria 273/2016 - CGJ/AM. Recolhida as custas postais, intime-se o executado, por carta com aviso de recebimento (AR) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia total indicada na memória discriminada e atualizada dos cálculos apresentada pelo credor às fls. 68, qual seja R$ 5.570,30 (cinco mil, quinhentos e setenta reais e trinta centavos). Transcorrido o prazo acima aludido, incidirá sobre o total da dívida multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), conforme o art. 523, § 1º, do CPC. No caso de não ocorrer o pagamento voluntário no prazo assinalado, proceda-se a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo com o cômputo da multa e dos honorários acima aludidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610585-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.C.V.C. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Luis Carlos Vilela Cardoso contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610593-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: O.S.L. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Orivaldo da Silva Lacerda contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA) - Processo 0610919-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.A.G. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Luiz Augusto Gouvea contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610921-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.F.B.M. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Luiz Fabiano Benassuly Maués contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0611282-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Carlos Silva Leal - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 187/189 e considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 178. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0611561-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Frederico Miguel Barros Reffert - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 197/199 e considerando que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 188. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0611952-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Celso Bruno de Andrade - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Paulo Celso Bruno de Andrade contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0612135-48.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: COENCIL-Comércio, Importação e Exportação Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0613359-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Marco Venicius da Silva Freitas - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Marco Venicius da Silva Freitas contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0614067-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.N.R.C. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Mauricio Nonato Ribeiro Castilho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0614219-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miguel Viana - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Miguel Viana contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0614412-03.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - REQUERIDO: Jamiel Cunha Viana - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615070-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) - REQUERENTE: Jose Antonio Cardoso de Almeida - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - LITSPASSIV: Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - Vistos. Trata-se de Ação de Rito Ordinário proposta por José Antônio Cardoso de Almeida contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615192-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Anisio Salles de Araujo Filho - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616185-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Gilberto Gomes Arruda - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Gilberto Gomes Arruda contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616336-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Defiro o pedido de expedição de mandado de citação no endereço de fls 92. Intime-se o Requerente para providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, de acordo com o Provimento nº 116/2017-PTJ, Item I, trazendo sua comprovação ao autos, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0616479-72.2016.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para retificar o polo passivo e demais diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0617378-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Carlos Castro Vilar - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0618061-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Manoel Fagundes da Silva - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Manoel Fagundes da Silva contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0619830-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Enio Santiago Neves - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Enio Santiago Neves contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: RENATA LUISI (OAB A946AM) - Processo 0619856-22.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Hermeleudes Cardoso Silva - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, JULGO IMPROCEDENTES os pedido formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais arbitro neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, parágrafo 3º do NCPC. P.R.I.C.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0619857-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Roberto Alfaia Brandão - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Paulo Roberto Alfaia Brandão contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620002-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Ivanilson Cordeiro de Oliveira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Ivanilson Cordeiro de Oliveira contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620070-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesus de Nazare Oliveira Ribeiro - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Jesus de Nazare Oliveira Ribeiro contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ARI AMARANTO MOURA DA SILVA (OAB 2988/AM), ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM), ADV: AFONSO CARLOS MUNIZ MORAES (OAB 10557/DF), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM) - Processo 0620326-19.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - REQUERIDO: Construtora Etam Ltda. - Por estas razões, de par com o entendimento das Câmaras Reunidas, DECLINO da minha competência para processar e julgar o presente feito em prol de uma das Varas da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Remetam-se os autos ao juízo competente. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621200-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Shirle Ivane de Castro Lima Pedrosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0621612-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Jairo Santos de Souza - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Jairo Santos de Souza contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0621836-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Manuel Henrique Monteiro de Oliveira - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Manuel Henrique Monteiro de Oliveira contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM),

ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0623209-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sônia da Silva Vieira - REQUERIDO: Master Solução e Transportes Ltda - DENUNCIADO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A - Vistos. Do compulsar dos autos, verifico que o requerimento do Sr. Perito, de fls. 572/573, não pertence a estes autos, visto que fora destinado a 17ª Vara Cível e juntado com erro no presente feito. Desta forma, determino que seja tornado sem efeito a manifestação de fls. 572/573 e que proceda-se com o desentranhamento da nova manifestação do Sr. Perito. Verifico, também, que às fls. 584/585, fora juntado comprovante de pagamento dos Honorários Periciais, pela parte requerida, na importância de 4 (quatro) salários mínimos. Desta feita, intime-se a parte requerida para complementar o valor dos horários periciais, indicada às fls. 586, para 5 (cinco) salários mínimos, conforme proposta de fls. 586. Intime-se as partes sobre o teor do novo requerimento de fls. 586/587 e sobre a data de realização de perícia, qual seja, 26 de setembro de 2019, às 08:00 horas, na Avenida OITIS, Distrito Industrial. À secretaria para diligenciar no sentido de expedir ofício ao Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU), solicitando a liberação de 02 (dois) agentes de trânsito, para apoiar e atuar no controle de trânsito local do evento visando a segurança dos envolvidos na reconstituição do atinente acidente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0623422-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Juliano Neves de Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM) - Processo 0624480-80.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: GABRIEL ALVES DOS SANTOS e outros - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0624753-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: JBV Serviços de Buffet Ltda - REQUERIDO: Rommel Makarem Nadaf - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0624758-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Domingos Caldas - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Manuel Domingos Caldas contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR) - Processo 0627996-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAIKO LIMA GIL e outros - REQUERIDO: Aruanã Transportes Ltda - Companhia Mutual de Seguros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência do ofício de fls. 699/700, e se manifeste, caso queira.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628393-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 06/2014 até 01/2019, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0629533-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.L.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Aracy Lima dos Santos contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0629558-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Sérgio Alves de Paula - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por José Sérgio Alves de Paula contra Petros -

Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0631284-25.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: D.C.S.J. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Dario Cardoso da Silva Junior contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0631330-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - EXECUTADO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Vistos. Trata-se de Ação de Cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença, proposta por Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) contra o Condomínio do Edifício Tropical Executive Residence Hotel. Às fls. 89/92, o exequente requereu a intimação do executado para promover o pagamento do débito no valor de R$90.254,93 (noventa mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos). Devidamente intimado, o executado apresentou impugnação (fls.108/111) aduzindo que o contrato prevê valores muito abaixo dos cobrados, havendo disparidade de cobrança a partir de novembro/2017, sendo certo que inexiste qualquer determinação contratual que embase a cobrança. Argumenta acerca da nulidade da ação de cobrança, que as cobranças em aberto totalizam na verdade R$21.031,07. Ao final, requer o reconhecimento da nulidade do julgado, com o retorno do processo à fase de conhecimento, a redução do débito para abranger a dívida existente perante o contrato, a concessão de gratuidade de justiça e a condenação do exequente em custas e honorários. Com a impugnação foram colacionados os documentos de fls.112/203. Às fls. 217/219, o exequente juntou resposta à impugnação. Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido. A presente Impugnação comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo despicienda a abertura de dilação probatória. Das alegações trazidas pelo impugnante, denota-se que este se insurge contra decisão albergada pela coisa julgada. Ensina Cândido Rangel Dinamarco, “a coisa julgada é uma especial qualidade que imuniza os efeitos substanciais da sentença, a bem da estabilidade da tutela jurisdicional” (Relativizar acoisajulgadamaterial. In Nova era do Processo Civil, São Paulo: Malheiros editores, 2004, p. 217). Ao prever os efeitos preclusivos da coisa julgada, o art. 508, do CPC determina que “transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido”. Ou seja, apesar da pretensão do impugnante na declaração de nulidade do julgamento, tal não se pode admitir em sede de impugnação, por se tratar de rediscussão de matéria sobre a qual incidiu os efeitos da coisa julgada. Ademais, embora o impugnante procure fazer crer que seus argumentos se embasem no rol das matérias arroladas no art. 525, § 1º do CPC, na verdade a sua pretensão não está prevista no citado artigo, pelo que não se pode rescindir o título judicial executivo. Aliás, ressalte-se que o impugnante sequer interpôs recurso de apelação, ensejando, portanto, a preclusão do tema nesta demanda, haja vista que após o trânsito em julgado a desconstituição do título depende de ação autônoma. Neste mesmo sentido: IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Preliminar de deserção. Inocorrência. Alegação de excesso de execução que, em verdade, se traduz em nulidade de sentença por julgamento extra ou ultra petita. Matéria abarcada pelacoisajulgada. Impossibilidade de análise da pretensão, pois restrito o âmbito de discussão em se de impugnação de sentença. RECURSO DESPROVIDO (TJSP; Apelação Cível 0037411-23.2013.8.26.0002; Relator (a): Paulo Alcides; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 8ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/11/2015; Data de Registro: 28/11/2015). Posto isso, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença. No que tange ao pedido do executado de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, verifico que a impugnação não foi instruída com documentos que preencham os requisitos para o deferimento da gratuidade, conquanto não trouxe balancetes/documentos contábeis ou fiscais que comprovem o estado de hipossuficiência da pessoa jurídica. Ante o exposto, nos termos do art. 99 do CPC, intime-se a parte, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos referidos pressupostos, ficando o executado ciente de que é possível a concessão do benefício na fase de execução, sem contudo, retroagir para alcançar a condenação no processo de conhecimento. Ato contínuo, intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito, com vistas à obter a satisfação de seu crédito, autorizando, desde já, se requerido, a realização de penhora dos bens em nome do executado, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0635360-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0635623-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Evandro Francisco Santos - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Evandro Francisco Santos contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0635626-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Nazareno Rodrigues dos Santos - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Jose Nazareno Rodrigues dos Santos contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0636197-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Teodoro Alexandrino - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de

Não Fazer proposta por Paulo Teodoro Alexandrino contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0636228-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alberto de Araújo Ramos - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Alberto de Araújo Ramos contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0637049-74.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: W.A.O.F. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Wilson Antonio de Oliveira Filho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0637295-07.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Jose Oswaldo Pinto Costa - EXECUTADO: Colmeia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0637488-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jesaías Leandro Santos da Fonseca - REQUERIDO: André da Silva Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da data indicada pelo perito, conforme petição de fls. 136, para a reconstituição do acidente de trânsito, dia 15 de Outubro de 2019 às 08:30, na Avenida José Lindoso (Av. Das Torres), próximo ao acesso ao bairro Parque 10, nesta cidade, inclusive apresentando os veículos envolvidos ou similares, no impedimento desses.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0637817-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Vistos. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial, proposta pelo Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas, em face de Miracélia Saldanha Menezes, ambas as partes devidamente qualificadas nos moldes da Exordial. Defiro o petitório de fls. 188. Providências junto ao INFOJUD, observado o deferimento da gratuidade da Justiça (fls. 157), para fins de localização de bens passíveis de penhora. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização de localização de bens. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR (OAB 2174/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0637827-49.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0600314-13.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edicilene Marinho Rodrigues - REQUERIDA: Maria do Perpertuo Socorro Batalha Marinho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos juntados pela parte requerente de fl. 600/609, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0638000-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Marcos Samuel Azulay - Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais, se houver. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0638635-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Reinaldo Gonçalves Lima - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Reinaldo Gonçalves Lima contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0639991-16.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635743-41.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Marcilinha Santana de Oliveira - EMBARGADO: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0640953-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Lucas Mendes Silva - Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Danos Morais proposta por Lucas Mendes Silva, por meio de seu patrono, em face de Senso Engenharia e Comércio Ltda., todos devidamente

qualificados nos autos, na qual requer a concessão de tutela antecipada para que seja feito levantamento imediato de qualquer ônus ou gravame que recaia sobre o imóvel e outorga definitiva da escritura definitiva, conforme fatos e fundamentos descritos na exordial. No presente caso, o Requerente celebrou um contrato particular de compra e venda para aquisição de um imóvel e fez a quitação antes da entrega definitiva do bem, conforme carta de quitação de 15/04/2014 (fls.29). O imóvel foi entregue ao Requerente, porém até a presente data a Requerida não adimpliu com a sua obrigação em retirar o ônus e gravame do imóvel, conforme certidão expedida pelo 1° Ofício de Registro de Imóveis e Protesto da capital (fls. 32) Desta feita, necessária se faz a análise dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da tutela provisória de urgência, nos termos do artigo 300, caput e parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, a citar, a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a inexistência do perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Após detida análise do presente caderno digital processual, vislumbro estarem presentes os requisitos acima expostos para o deferimento da tutela de urgência. O Requerente demonstra os fatos narrados por meio da documentação acostada à peça vestibular, proporcionando o convencimento desta Magistrada quanto à probabilidade do direito, tendo inclusive realizado o pagamento do ITBI (fls. 30/31). Latente o perigo de dano se não concedida a medida neste momento, pois o autor está com o imóvel devidamente quitado e sujeitá-lo a aguardar o término do processo configura uma atitude desnecessária e tremendamente onerosa. Por fim, resta praticamente inexistente o perigo de irreversibilidade, na medida em que o Requerido não experimentará prejuízo significativo à sua existência ou à continuidade de suas atividades, vez que, em princípio, deu causa à presente demanda. E, caso fique provada, posteriormente, em sede de defesa ou durante a fase instrutória, que a parte Requerida não deu causa, e ainda que haja ao final do processo improcedência do pedido, a tutela de urgência poderá ser revogada. Destarte, presentes os requisitos necessários, tenho como inafastável o deferimento do pedido, ante à força dos argumentos do Requerente. Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida, a fim de que tome as providências necessárias para fazer o levantamento imediato de qualquer ônus ou gravame que pese sobre o bem objeto da lide, bem como a outorga da escritura definitiva do imóvel. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641670-56.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Geraldo Paulo Carvalho do Nascimento - Ao lume de todo o exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da Requerente, para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 10-13 a 01-14 e 04-14 a 09-15, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. P.R.I.C.

ADV: THIAGO LIMA MARQUES (OAB 8220/AM) - Processo 0642700-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Alexandre da Silva Marques - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Raimundo Alexandre da Silva Marques contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0643745-68.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 08/13 a 09/14, 11/14, 01/15 a 06/15 a 09/15 relativo a UC 0246174-9 e aos meses de 03/12 a 12/12, 02/13, 08/13 a 07/14, 09/14 a 01/15, 03/15, 05/15, 07/15 a 09/15 relativos a UC 0732089-2; e aos meses de 05/12 a 12/12, 02/13, 04/14 a 07/14, 09/14, 11/14, 03/15 a 09/15 relativos a UC 0732094-9 , conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647352-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luiz Alberto Moreira da Silva - Vistos. Muito embora esse feito apresente pendência de suspeita de repetição de ação com o processo n° 0621699462019, por meio da análise dos respectivos cadernos processuais não vislumbro a reincidência de demanda. Desse modo, não há que se falar em distribuição por dependência, vez que o caso não se enquadra nas hipótese do art. 286 do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao princípio do juiz natural. Cumpra-se

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0647412-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elisabeth de Fátima Bastos Monteiro - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Elisabeth de Fátima Bastos Monteiro contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques da Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: WERNER AUGUST KARLS PRAETORIUS (OAB 1357/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0705816-14.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Caninde Marinho - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: ROGÉRIO FERREIRA DE CARVALHO (OAB 510/RR), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0708644-80.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônio César Nascimento Moraes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Afonso Carlos Muniz Moraes (OAB 10557/DF)
Aldemiro Rezende Dantas Junior (OAB 2174/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Ari Amaranto Moura da Silva (OAB 2988/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Duvani dos Santos Gomes (OAB 1606E/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
FÁBIO COUTINHO KURTZ (OAB 58285/RJ)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
GUSTAVO RÕMULO FAÇANHA DA MATA (OAB 15579/CE)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 24687A/PA)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA (OAB 39390/PR)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 001.959/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)

Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Renata Luisi (OAB A946AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rogério Ferreira de Carvalho (OAB 510/RR)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Thiago Lima Marques (OAB 8220/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Werner August Karls Praetorius (OAB 1357/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622399-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Refriluz Comércio e Representações Ltda - Maria Jaqueline de Lima Paiva - Antonio de Oliveira Raposo - Mariza de Oliveira Raposo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626973-64.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) (Intimação por Hora certa) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0646906-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0203717-65.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rivoli Veículos Ltda - EXECUTADO: Nortesat Comércio e Serviços em Comunicação - Juliana Cruz Bruce Loureiro - Alan Kirk Batista Cordeiro - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 262/264, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 55.638,66 no BACEN JUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n° 837.454.592-53, bem como o bloqueio de veículos no sistema Renajud e consulta no sistema Infojud. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, determino a consulta no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), com o fim de verificar a existência de bens passíveis de penhora em nome da parte requerida. Por fim, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0204499-38.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Alexandre Pires - Em face ao tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, intime-se, pessoalmente, o exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar resposta ao ato ordinatório de fls. 79, assim como manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0217651-95.2008.8.04.0001 (001.08.217651-6) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em face ao tempo decorrido desde a última movimentação dos autos pelo autor dando prosseguimento ao processo, determino a intimação, pessoal, do mesmo para se manifestar, e requerer o que de direito, sob pena de extinção pelo abandono, conforme art. 485, III do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos.

ADV: DANIELLE ARRUDA BENAYON (OAB 4996/AM), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 25520/PR), ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 341A/AM), ADV: DIONÉIA DE SOUZA PINHO (OAB 3040/AM) - Processo 0221317-70.2009.8.04.0001 (001.09.221317-1) - Processo de Execução - Liquidação /

Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda. - EXECUTADO: Francisco da Silva Filho - Edjane Socorro Carvalho Campos - INTSSADO: Banco Bradesco S.A. - Diretora do Departamento de Trânsito do Estado do Amazonas - Banco Itaú S/A - Em face ao tempo decorrido desde a última movimentação dos autos pelo autor dando prosseguimento ao processo, determino a intimação, pessoal, do mesmo para se manifestar, e requerer o que de direito, sob pena de extinção pelo abandono, conforme art. 485, III do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos.

ADV: EDMILSON GOMES DE OLIVEIRA (OAB 125378/SP), ADV: LEILA MARIA SANTANA HILARIÃO (OAB 852A/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA (OAB 70429/MG), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: MÔNICA PRESTES RODRIGUES (OAB 7314/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0238400-02.2009.8.04.0001 (001.09.238400-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jesus Felipe de Oliveira - REQUERIDO: Locarvel Locadora de Veículos Ltda. - Ericsson Gestão e Serviços de Telecomunicações Ltda - DENUNCIADO: Locarvel Locadora de Veículos Ltda. - INTSSADO: Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Amazonas - Susam - Verifico, por intermédio da petição nos autos que as partes transigiram (fls. 322/324). Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487 III, B , do Código de Processo Civil Brasileiro. Mantenha-se os autos sobrestados até o cumprimento definitivo do acordo, para efeito de execução. Decorrido 30 dias do vencimento final do pagamento pelo requerido, sem manifestação das partes, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALCINO VIEIRA DOS SANTOS (OAB 3035/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0247736-64.2008.8.04.0001 (001.08.247736-2) - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de EnergiaS/A - EXECUTADO: Pedro Kina - INTSSADO: Coordenador da Central de Mandados - 3º Ofício de Registro de Imóveis - Em face ao tempo decorrido desde a última movimentação dos autos pelo autor dando prosseguimento ao processo, determino a intimação, pessoal, do mesmo para se manifestar, e requerer o que de direito, sob pena de extinção pelo abandono, conforme art. 485, III do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos.

ADV: HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS, (OAB 30445/PR), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0250822-09.2009.8.04.0001 (001.09.250822-8) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Mercedes Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S/A - REQUERIDO: A. J. Mar do Nascimento ME - Em face ao tempo decorrido desde a última movimentação dos autos pelo autor dando prosseguimento ao processo, determino a intimação, pessoal, do mesmo para se manifestar, e requerer o que de direito, sob pena de extinção pelo abandono, conforme art. 485, III do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos.

ADV: VITOR RAMOS RODRIGUES (OAB 264290/SP), ADV: GISELE ALVAREZ ROCHA (OAB 334554/SP), ADV: MARIA APARECIDA LEITE ALVAREZ (OAB 97.738/SP) - Processo 0322769-94.2007.8.04.0001 (001.07.322769-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Dispafilm do Brasil Ltda - REQUERIDA: Loja da Borracha Ltda - Defiro petitório de fls. 305/309, razão pela qual, determino a penhora dos imóveis susoaludidos no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), conforme segue: Autor: Dispafilm do Brasil Ltda. Executados: ÁLVARO ARAÚJO LOPES e MARILENE MAIA LOPES CPF/CNPJ dos executados:

ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 1173/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0351439-45.2007.8.04.0001 (001.07.351439-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Benedito Evaldo de Lima - EXECUTADO: Duarte Advogados Associados S/C - Angélica Maria Monteriro Duarte - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, conforme fls. 136/137 dos autos, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. antecedentes, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 21.224,26 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n° 242.948.962-72 / 01.472.580/0001-82. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUCIANE BRITO DE SOUZA (OAB 249661-A/SP), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0351535-60.2007.8.04.0001 (001.07.351535-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDA: J. Carlos Bazilio - José Carlos Bazílio - Em face ao tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, intime-se, pessoalmente, o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (art. 485, inc. VI, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0352540-20.2007.8.04.0001 (001.07.352540-6) - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Naide Guimarães de Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV. Na oportunidade, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido de fls. 388/389 e proceder com as providências necessárias.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0600088-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/a. - EXECUTADO: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) - Luiz Augusto Barreto Rocha - Suely Campos de Araújo Rocha - Raimunda Campos de Araújo - Peregrino Cavalcante de Araújo - Em face ao tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, intime-se, pessoalmente, o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (art. 485, inc. VI, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600512-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Kichic Comercio de Bijuterias e Acessorios Eireli ME - Tendo em vista a tentativa de citação não ter logrado êxito, DEFIRO pedido de fl. 159. Assim, determino a expedição de carta de citação com aviso de recebimento, a ser cumprida no endereço:. Rua Barão do Rio Branco, nº 699, bloco A, AP 107, Flores, Manaus/AM - CEP 69058-581. Cumpra-se.

ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0602461-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: LINEI PICANCO COELHO -

REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/ABANCO ITAÚ S.A - Verifico que o requerido, devidamente intimado, não apresentou qualquer manifestação referente ao abandono de causa pela parte autora, razão pela qual tenho como tacitamente anuído quanto a situação de abandono, aplicando-se analogicamente o artigo 111 do Código Civil. Assim, tendo em vista que até a presente data não houve retorno do AR direcionado à parte autora, determino seja expedida nova intimação pessoal à mesma, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, do CPC). Cumpra-se.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0602982-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Braga Veiculos Ltda - EXECUTADO: W M de Lima e Cia Ltda - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 104, razão pela qual cancelo a audiência de conciliação pautada, haja vista que o executado foi citado por edital, o que torna a audiência infrutífera. Dando prosseguimento ao feito, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, uma vez que os embargos à execução interpostos não possuem efeito suspensivo. Cumpra-se.

ADV: DANDARA VIÉGAS DANTAS (OAB 27739/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0603831-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MARINALVA PINTO DOS SANTOS - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 255/276, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: ARLINDO JORGE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 7889/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0603964-73.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: VALMIR MENDES DA CUNHA JUNIOR - REQUERIDA: REGINA MARIA DE CASTRO AMORA - ESPÓLIO DE CARLOS DA SILVA AMORA - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0604613-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S.a - Tendo em vista a tentativa de citação não ter logrado êxito, DEFIRO pedido de fl. 92. Assim, determino a expedição de carta de citação com aviso de recebimento, a ser cumprida no endereço:. Rua Miranda Leão, nº 432, AP 201, CEP 69005-040, Bairro Centro, Manaus/Am. Cumpra-se.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0605944-08.2017.8.04.0015 (apensado ao processo 0611643-22.2017.8.04.0001) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josilane Gomes Vieira - REQUERIDA: Wanderlene Lima Ferreira Lungareze - Compulsando os autos, observo que a minuta da sentença foi assinada e liberada nos autos digitais, quando ainda estava sendo elaborada, sem fundamentação , razão pelo qual , TORNO SEM EFEITO a sentença de fls. 233/235, devendo ser excluída dos autos . Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0606006-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Osnir Camillo Gazel Ayres Filho - ME - Osnir Camillo Gazel Ayres Filho - Defiro o pedido de fls. 122/123, determinando a expedição de novo Mandado de Citação, via Oficial de Justiça, ao endereço apresentado na referida petição: Av. Torquarto Tapajós, nº 1357, Bloco D, 5º andar, Apto. Nº 502, Condomínio Amazonas Boulevard Life, Bairro da Paz, CEP 69.048-660, Manaus/AM. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606286-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: L C Net Servicos de Comunicacao Ltda Me - Lêda Cristina dos Santos Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0607295-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - EXECUTADA: Frigorífico Amazônia de Pescados Eireli-ME - Terezinha Lindalva da Silva Azevedo - Lidiane da Silva Azevedo - Iomar da Silva Azevedo - Defiro petitório de fls. 76, razão pela qual determino o encaminhamento do presente processo ao CEJUSC, a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação, nos termos do artigo 334, caput, do CPC. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0608471-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Geral do Milennium Center - Century - EXECUTADO: Eli Marques Cavalcante Júnior - Dê-se vista dos autos ao Exequente para que se manifeste acerca do pedido de fls.177/178. Após, voltem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609374-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Defiro petitório de fls. 110/111, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 16.092,81 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF n° 475.484.872-15 (Vera Lucia Costa Martins). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se a executada, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610379-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: FRANCISCO JOSÉ SÁ DE MORAES - Defiro petitório de fls. 87/89, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 31.768,29 no sistema BACENJUD em desfavor do executada no CPF n° 417.603.442-49. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta, pela qual verifica-se o pagamento conforme comprovante às fls. 91/93 dos autos. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos

termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0610519-33.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Espólio de Noêmia de Figueiredo Loio - REQUERIDA: Sandra Maria Gomes de Araujo - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (71/85) e documentos às Pág.(s) (86/183).

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0611224-41.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - REQUERIDO: Arnaldo Sérgio Bezerra do Vale - Determino seja realizada expedição de novo Mandado de Citação ao endereço indicado às fls.99, devendo o exequente recolher as custas pertinentes. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0611237-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Wws Serviços e Comércio Ltda - Weuler Alves de Sousa - Indefiro parcialmente o pedido autoral de fl. 77/78 para expedição de ofício à SUSEP, em razão de, afora as hipóteses específicas de consulta aos sistemas eletrônicos aos quais o Poder Judiciário tem acesso (Bacenjud, Infojud, Renajud e SIEL), ser ônus exclusivo da parte autora averiguar e indicar bens passíveis de penhora da parte executada. Demais disso, decorre da experiência deste Julgador o ínfimo resultado positivo de tais ofícios, muitos dos quais nem ao menos são respondidos (malgrado reiterações), tudo a revelar que a diligência solicitada tem mero efeito procrastinatório. Firme nesse entendimento, defiro às consultas aos sistemas conveniados de Justiça, E-ridft e Infojud, para localização de bens do executado, devendo o exequente recolher as custas pertinentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: WASHINGTON FARIA SIQUEIRA (OAB 50879/SP), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: JÕAO FLAVIO RIBEIRO (OAB 66919/SP) - Processo 0611588-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: DILSON OLIVEIRA DAS NEVES - REQUERIDO: Credifibra S/A - Da análise dos autos, verifico que, preenchidos os pressupostos necessários à tentativa da solução consensual dos conflitos, princípio motriz do Código de Processo Civil vigente (art. 3º, do CPC), demonstra-se relevante e oportuna a designação de audiência de mediação, à luz do art. 165, §3º, do vigente Código. No mais, justifica-se igualmente a medida, a fim de que se obtenha a mais rápida e justa resolução do feito e concretização do bem jurídico pleiteado, o que, ante as diversas peculiariadades processuais ordinárias - largo lapso temporal, custas e despesas processuais de ambas as partes, incômodos com deslocamento etc -, resulta em benefício a todos os sujeitos do processo. Por outro lado, ressalta-se não haver qualquer das hipóteses obstativas presentes no art. 334, § 4º, do CPC/15. Destarte, ante a possibilidade das partes virem a transigir, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Intimem-se as partes e seus representantes para que compareçam ao ato.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612199-58.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A O de Deus ME - ADRIANA OLIVEIRA DE DEUS - Pelas razões expostas na petição de fls. 119/122, defiro o pedido ora exposto, para determinar a localização e apreensão de valores eventualmente existentes em instituições financeiras por penhora on-line, via BACENJUD. Autor: Banco Bradesco S/A. Réu: A O de Deus ME e ADRIANA OLIVEIRA DE DEUS. CPF/CNPJ do réu: 07.776.318/0001-08 e 647.369.462-53. Valor: R$ 354.326,53. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017-TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Em caso negativo, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Havendo ou não manifestação, ao fim do prazo, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613031-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Samara Almeida Ribeiro - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, conforme certidão de fls. 143, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 145, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 42.752,11 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF n° 644.684.702-59 (Samara Almeida Ribeiro). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se a executada, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0613333-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Commercial Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0613461-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco JSafra S/A - EXECUTADO: G.A. GOMES AILMENTOS LTDA - Geneildo Agostinho Gomes - Dessa forma, analisando-se os autos e verificando que foram esgotadas todas as diligências necessárias para a citação do devedor, defiro o pedido de fl. 150 e determino que seja citado o réu por meio de edital no prazo de 20 dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o réu e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0613778-07.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Camila Helena Fish Pinto de Sousa - DEFIRO a transação pactuada entre as partes às fls 104/107, para que, por via de consequência, produza os seus efeitos legais e jurídicos, ao tempo em que mantenho SUSPENSO o processo, sob a égide dos arts. 313, II, e art 922, ambos do CPC, até o cumprimento integral do acordo entabulado entre as partes. Fica a parte autora na

obrigação de comunicar a este Juízo a efetiva quitação do débito para fins de homologação do acordo e extinção do processo. Decorrido o prazo avençado, sem o cumprimento do acordo, intime-se o exequente para se manifestar pelo prosseguimento do feito, ex vi do art. 922, parágrafo único do CPC. Intimem-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0614722-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: MARIA OLGARINA DE SOUZA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0617058-83.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADA: Antonia Ocineide Bom Jesus - Defiro o pedido de fls. 127 e determino a suspensão do feito até o dia 02/01/2020, bem como o prazo prescricional à luz do art. 921, caput, III e §1º, do CPC. Ainda neste ato, determino que, findo o prazo supracitado, não sendo encontrado o réu ou bens seus penhoráveis, sejam os presentes autos arquivados, consoante determina o art. 921, § 2º, do CPC. Ocorrendo tal hipótese, o desarquivamento exigirá, além do mero requerimento, a demonstração de que foram "encontrados bens penhoráveis" (art. 921, § 3º, do CPC). Por fim, caso decorrido o aludido prazo sem qualquer manifestação do exequente, inicia-se o cômputo do prazo da prescrição intercorrente, prazo o qual deverá correr de forma contínua, sem interrupção - ante a ausência de previsão para tal no Código de Processo Civil vigente -, e conforme o lapso temporal referente à prescrição do direito material em voga. Dessa forma, ante a previsão do art. 206, § 5º, inc. I, do CC/02, consistindo a pretensão em tela em cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, se, no lapso temporal de 05 (cinco) anos após o primeiro ano de suspensão dos autos, não houver medidas efetivas de exequibilidade da dívida sub judice, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a eventual ocorrência da prescrição intercorrente e, após, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0618734-37.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0619079-66.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADA: Amarildo Vale Figueiredo - ME (Torneadora Manaus) - Amarildo Vale Figueiredo - Defiro petitório de fls. 104/106, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 74.936,89 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados no CPF n° 161.090.072-34 (Amarildo Vale Figueiredo) e CNPJ n° 07.127.096/0001-00 (Amarildo Vale Figueiredo - ME, Torneadora Manaus). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017-TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619845-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aete do Socorro Martins de Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Analisando os autos, verifico que a audiência conciliatória à fl. 70, restou frustrada devido à ausência da parte requerida, que não foi devidamente citada. Assim, determino o encaminhamento do presente processo ao CEJUSC, a fim de que se proceda nova audiência conciliatória, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação, nos termos do artigo 334, caput, do CPC. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE MARNY PINTO JUNQUEIRA JUNIOR (OAB 81629/SP) - Processo 0619875-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Randon Implementos para O Transporte Ltda. - EXECUTADO: Ftd Transportes de Cargas Epp - Taciana Maria Silva Farias - Geraldo José Farias Junior - Denise Gomes da Silva - Mario Cesar da Silva - Compulsando os autos, verifico às fls. 84 e 85 que os executados FTD Transportes de Cargas EPP e Denise Gomes da Silva, não obstante terem sido citadas, não pagaram, nem tampouco indicaram bens à penhora, razão pela qual determino a penhora "on line", a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 90/91, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 247.013,72 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados no CPF n° 028.445.824-43 (Denise Gomes da Silva) e CNPJ n° 11.412.846/0001-55 (FTD Transporte de Cargas). Ademais, defiro pedido de fls. 95, razão pela qual determino a consulta nos sistemas INFOJUD e BACENJUD dos endereços dos executados de CPF n° 023.760.784-07 (Sr. Mário César da Silva), 024.278.014-88 (Tarciana Maria Silva Farias) e 642.988.174-15 (Geraldo José de Farias Júnior). Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se os executados, na pessoa de seus advogados ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM), ADV: MICHELE NOÊMIA MENDES MONTEIRO (OAB 4573/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0620704-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXEQUENTE: Construtora Capital S.A. - EXECUTADA: Julhiete da Silva Pereira - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Julhiete da Silva Pereira, CNPJ/CPF n° 717.894.212-68. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0621605-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Jovelano Ribeiro Roque - Defiro petitório de fls. 133/134, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 30.174,25 no sistema BACENJUD em desfavor do executado no CPF n° 568.289.182-15 (Jovelano Ribeiro Roque). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621697-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Juan Emerson Cardoso Picanço - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0622399-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Refriluz Comércio e Representações Ltda - Maria Jaqueline de Lima Paiva - Antonio de Oliveira Raposo - Mariza de Oliveira Raposo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622405-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Hildeberto Sarmento Kanekyto - Por não fazer parte do rol de bens impenhoráveis presentes no artigo 833 do Código de Processo Civil, defiro o petitório de fls. 112 para determinar o bloqueio de veículos em nome do executado via sistema RENAJUD, assim como, que seja procedida a penhora dos bens na forma do artigo 845 do CPC . Após, intime-se o executado por seu advogado (fls. 117/119) para que manifeste-se acerca da penhora no prazo de 10 (dez) dias. (847 CPC) Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0623414-36.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Blend Hall Comércio de Cigarros Ltda - Jéssica Hall Ferreira - Defiro o pedido de fls. 118/119. Expeça-se o competente edital de citação da parte Requerida, com prazo de 30 (trinta) dias, ficando a parte autora com o ônus de sua publicação em jornais de grande circulação, nos moldes do art. 257 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JEIMES GUSTAVO COLOMBO (OAB 53581/PR) - Processo 0623666-29.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Sociedade Educacional Maestral S/s Ltda Epp - REQUERIDO: Antonio Inacio da Silva - Cumpra-se a Carta Precatória, servindo a cópia como mandado ou expedindo-se o necessário. A fim de darmos prosseguimento ao feito, intimo a parte requerente para comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvados os casos de gratuidade da justiça concedidos no juízo deprecante: I - pagamento decustas iniciais de carta precatóriaajuizada neste foro deprecado, conforme Portaria nº 116/2017 - PTJ. II -custas das diligências do Oficial de Justiçade mandado de intimação, penhora e avaliação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. A

Secretaria que cadastre no sistema SAJ, os patronos da parte interessada. Ademais, caso não haja ou não se consiga cadastrar os advogados da parte requerente, a Secretaria que oficie o foro deprecante, a fim de que, em igual prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação dos patronos. Manifestando-se em tempo hábil, movam-se estes autos à fila de secretaria para seu devido prosseguimento. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da parte autora, certifique-se o decurso de prazo e remetam-se estes autos ao foro deprecante com os devidos cumprimentos. Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias. Nesse caso, deverá a Secretaria, ainda, comunicar ao juízo deprecante quanto a remessa. Determino também, desde já, a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não cumpriu o mandado. À Secretaria para as medidas de praxe. Após a devolução do mandado devidamente cumprido, retornem-se os autos ao juízo deprecante, observadas as formalidades legais. Cumprida e devolvida, determino o arquivamento dos autos, com a consequente baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0623843-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalupe Moreno Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0623967-10.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600876-85.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Sociedade de Investimentos Agaere Ltda - EMBARGADO: Centro Empresarial Art Center - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: RUBENIL ROSA DE ALMEIDA (OAB 2670/AM), ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0624587-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosilene Andrade Ribeiro - REQUERIDO: Lucio Francisco de Souza - Ante ao pedido do autor para realização de perícia , dando prosseguimento ao feito para efetivo deslinde da causa, nos termos do art. 370 do CPC, nomeio como perito deste Juízo oDr. Yuri Tuma Camilo, especialidade perícia grafotécnica, cujo endereço é Rua dos Cravos, n° 210, Conjunto Tiradentes, Aleixo, CEP 69083-220, Manaus/AM, e-mail:yuri.tuma@hotmail.com, o qual deverá ser intimado para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo, indicar o valor de seus honorários e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, conforme art. 465, § 2° do CPC. Intimem-se os litigantes para, em 15 dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, querendo, nos termos do art. 465, §1°, II e III do CPC. Após, efetivado o aceite pelo perito nomeado, e indicado os honorários, intime-se a autora para depositar, em juízo, o valor dos honorários cobrados, no prazo de 5 (cinco) dias. Efetuado o depósito, determino a expedição de alvará de levantamento de 50% dos honorários periciais, segundo art. 465, § 4° do CPC e intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia. Assinalo o prazo máximo de 60 dias, contados da realização da perícia, para a entrega do laudo em Juízo (art. 465 do CPC). As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. Após, deverão ser os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Caso haja recusa à nomeação, voltem-me conclusos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624707-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: M S Tenacol de Queiroz - Me - Mirtreide Siqueira Tenacol - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 655, inciso I, e 655-A, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente (conforme STJ, EREsp 200802824339, 1ª Seção, Min. Hamilton Carvalho), DJ 26/05/2010). Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro o pedido de fls. 161/164 para determinar a restrição pelo Bacenjud do valor de R$86.624,06. Intime-se o exequente para pagar as custas da diligência. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0624829-83.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: AUTO POSTO GASPETRO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Defiro petitório de fls. 113/115, razão pela qual, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, do CPC, determino o bloqueio do valor de R$ 19.912,01 no sistema BACENJUD em desfavor do executado no CPF n° 012.591.062-25 (Carlos Alberto da Silva). Determino, ainda, a verificação, no sistema RENAJUD, da existência de veículos em nome do executado, bem como a consulta de endereços através do sistema INFOJUD. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: HELYAMARA SILVA DE MEDEIROS (OAB 6318/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0624972-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Silvano e Guimarães Ltda - ME - REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS MENESES - Maria da Conceiçõa Vitorio Guimarães - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição do executado que faz manifestação expressa neste sentido , defiro o pedido de audiência de conciliação na SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO . Desde logo , assevero que não havendo acordo, verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência de instrução ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil.

ADV: ARMANDO VICENTE MESQUITA CHAR (OAB 172682/SP) - Processo 0625715-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Anderson Clementino da Silva - REQUERIDO: Generali Brasil Seguros S.a. - Ao exposto , rejeito todas as preliminares . Em face ao pedido de perícia médica pelo requerido e compulsando os autos, em atenção ao pedido do requerido para realização de perícia médica, com o fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, a fim de atestar a invalidez permanente, considerando a presunção de veracidade sobre o processo previdenciário, com a realização de perícia médica naquele órgão federal, por vir a decretar a aposentadoria do autor , uma vez que , a aposentadoria

concedida pelo INSS constitui prova suficiente da invalidez total e permanente, para fins de recebimento de seguro. Pelas razões expsotas , indefiro o pedido de realização de perícia e determino que fiquem os autos conclusos para sentença. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625837-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luiz da Silva Barra, - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - Heberty Batista de Moura - Reinaldo Jerônimo de Moura Junior - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli-me - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda - Analisando os autos, verifico que apenas a citação do requerido, Empresa de Jornais Calderaro Ltda, foi devidamente válida. Aos demais requeridos, a citação restou frustrada, devido os AR's de fls. 84, 85 e 90, não terem sido entregues na pessoa dos suplicados, sendo assinado por terceiros estranhos à lide, bem como, ainda, os AR's de fls. 86, 87 e 88, que retornaram negativos em razão de mudança de endereço. Assim, determino a intimação da parte autora para manifestar-se sobre os respectivos AR's, requerendo o que de direito para renovação do ato citatório. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM) - Processo 0625846-86.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Fabiano Moreira Magalhães - EXECUTADO: Marcio Denes da Silva Cruz - Compulsando os autos, ante a Certidão do Oficial de Justiça à fl. 25, bem como, considerando o pedido de providências às fls. 35/38, verifica-se que o endereço foi encontrado, porém , conforme informações do porteiro , não existe morador com o nome do devedor, não se tratando de reiterar a diligência, razão pelo qual INDEFIRO o pedido. Assim, deve o autor diligenciar pelo correto domicílio do executado para realizar a citação , no prazo de 30 dias, ou requerer diligência de consulta nos sistemas de informação disponível, com o pagamento das custas . Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0626224-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcos Antônio Cavalcante - REQUERIDO: Rubem de Almeida Góes - Defiro o pedido de fls. 284, para que seja oficiado a 2ª Vara Especializada de Crimes Contra a Violência Doméstica , para eventualmente informar o endereço do requerido constante no Processo 0254212-40.2016. Cumpra-se..

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0626325-79.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Carlos Alcantara de Oliveira - Defiro o pedido de expedição de Mandado de busca e Apreensão e Citação no endereço indicado às fls.176, devendo a parte autora proceder ao recolhimento das custas processuais desta diligência. Cumpra-se.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626908-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Vanessa Almeida Nery - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Dê-se vista dos autos ao Perito para que responda os quesitos complementares da parte autora às fls.233/234. Após, voltem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0626973-64.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do executado LUDSON COIMBRA DA SILVA, CNPJ/CPF n° 000.890.672-66. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: WAGNER PONCIANO CRUZ (OAB 152517/RJ), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: HUGO LEONARDO VELLOZO PEREIRA (OAB 152626/RJ), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM) - Processo 0627618-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Sucumbência - REQUERENTE: Fernando Tristão Fernandes - REQUERIDA: Iacy Mendonça Tapajos - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo para realização de audiência de conciliação a se realizar na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO .

ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 34856/GO) - Processo 0627958-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ativos s/a Securitizadora de Créditos Financeiros - REQUERIDO: GRACYES CONFECÇÕES LTDA - JOYCILENE GRACYE SOUZA ALBUQUERQUE CABRAL - VALMIR LIMA DA CUNHA - Defiro o pedido de fls.212/214. Proceda-se conforme ali indicado, assim como deve o autor manifestar-se sobre o prosseguimento da lide, com as diligencias necessárias para a citação da requerida, no prazo de 15 dias .

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628037-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Emerson de Oliveira Rezende - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628136-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sc Serviços Comércio e Importação Ltda - Weuler Alves de Sousa - Compulsando os autos, ante a Certidão do Oficial de Justiça à fl. 72 bem como, considerando o pedido de providências às fls. 77/78, DEFIRO o pedido ali exposto, para que se proceda nova teantativa de citação do executado no endereço indicado. Assim, expeça-se o competente Mandado de Citação por Hora Certa, a ser cumprido no endereço: Rua Ilídio Lopes ,251, Japiim , Manaus /Am CEP 69078/530. Desde já autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma do artigo 253, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FERREIRA E CHAGAS (OAB 1118/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0628297-21.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Gerdau Aços Longos S/A - EXECUTADO: Aço Amazonense Industria e Comercio de Ferro e Aço Ltda - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 91, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 208.849,42 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n° 12.361.271/0001-51. Entendo, todavia, que cabe à exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017-TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0629931-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Geyson B. Freitas Reparações Navais-me - Devidamente citado (104) o réu não contestou a ação. (110) A ausência de contestação ou sua intempestividade, importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 II, Código de Processo Civil. “Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento”. (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391). Façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0630372-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ana Cristina Ferreira Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - No sentido de permitir o prosseguimento do feito, e ante o pedido de perícia complementar feito pelo Réu, nomeio como perito judicial o Doutor Ricardo Tadeu da Silva Onety Júnior, com Endereço - Rua Washington Luís, nº 255, Bairro: Dom Pedro, Manaus -Amazonas, Telefone: (92)98408-3983 e-mail, [ricardoonety@hotmail.com] , o qual deverá ser notificado via e-mail com senha dos autos para consulta e no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários, data e local em que poderá ser realizada a perícia. Apresentada a proposta referida, deve a(o) ré(u) proceder ao depósito, em juízo, da importância do valor relativa aos honorários, sendo pago inicialmente o valor de 50% e o restante na conclusão do laudo pericial . Havendo indicação de assistentes técnicos pelas partes, os mesmos deverão oferecer seus pareceres no prazo comum de 10 dias (art. 433 e seu parágrafo único do CPC). Em ato contínuo, deve o(a) Autor(a) ser encaminhado(a) à perícia, cujo laudo deverá ser entregue neste Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias. Caso haja recusa à nomeação, voltem-me conclusos. Intimem-se Notifique-se, com urgência.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0630468-14.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Sandra Sheila Fernandes Cristo - Walberson Fernandes Cristo - REQUERIDO: Ananias Pinheiro de Cristo - Djeyson de Almeida Cristo - Laudo pericial possui as formalidades legais, não havendo vícios indicado pela requerida que maculem sua integridade , razão pelo qual indefiro o pedido de nova perícia . Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0630806-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ieda Bezerra Coelho - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0631183-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: GLOBALSERVICE TRANSPORTE DE VALORES LTDA - REQUERIDO: RUBENS SOUZA DE OLIVEIRA - Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, restando verificado que o AR não foi entregue na pessoa do suplicado, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Determino ao CEJUSC que paute-se nova

audiência de conciliação e após a comprovação do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça pelo interessado, expeça-se o referido mandado, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631403-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Ivan de Souza Bezerra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DANIEL ANTÔNIO SIMÕES GUALBERTO (OAB 21296/PA), ADV: HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (OAB 1340/PA) - Processo 0633324-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Moinhos Cruzeiros Do Sul S/A - EXECUTADA: Francisco Máximo da Silva - ME (MERCADINHO DEUS É FIEL) - Defiro o pedido de fls. 63 e 65. Ante o exposto, renove-se o Ofício de fls. 53, afim de obter resposta quanto ao cumprimento de carta precatória acostada às fls. 49 dos respectivos autos. À secretaria para expedir o supracitado documento. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0633678-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Igreja Batista Central Leste - Moises Pinto de Souza - REQUERIDO: Imobiliária Terra Firme Ltda - Constroi Imobiliária Ltda Me., - Indefiro o pedido da parte autora para postergação do pagamento das custas ao final do processo, tendo em vista a regulamentação da Portaria 490/2017 - PTJ, que possibilita o parcelamento das custas. Posto isto, defiro o parcelamento das custas processuais e determino a intimação da parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Intimem-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0633973-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Creuza Gomes da Silva Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, remetam-se os autos à contadoria para emissão das Guias de recolhimento judicial e após INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, devendo pagar as demais parcelas nas datas aprazadas. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0635955-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: A F Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - REQUERIDO: Transton Transporte Especial - Silvano de O. Lima - Me - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636831-17.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joyce Ribeiro da Silva - Isto posto, hei por bem DEFERIR a transação pactuada entre as partes às fls. 123/131, para que, por via de consequência, produza os seus efeitos legais e jurídicos, ao tempo em que mantenho SUSPENSO o processo, sob a égide dos arts. 313, II, do CPC, até o cumprimento integral do acordo entabulado entre as partes. Fica a parte autora na obrigação de comunicar a este Juízo a efetiva quitação do débito para fins de homologação do acordo e extinção do processo. Decorrido o prazo avençado, sem o cumprimento do acordo, intime-se o interessado para se manifestar pelo prosseguimento do feito. Intimem-se.

ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0636954-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaime Célio Dacier Lobato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da análise dos autos, percebo que foi determinada a intimação da parte autora para comprovar a condição de beneficiário da justiça gratuita. Todavia, mesmo devidamente intimada, nada apresentou a parte requerente, transcorrendo a integralidade de seu prazo in albis. Por este motivo, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638525-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - EXECUTADO: Denis das Neves Barbosa - Relação: 0258/2019 Teor do ato: Defiro o pedido de fls. 217 e determino a suspensão do feito pelo período de 01 (um) ano, bem como o prazo prescricional à luz do art. 921, caput, III e §1º, do CPC. No mais, entendo que o requerimento do autor, quanto à suspensão do feito em prazo diverso do descrito no dispositivo legal, não vincula este Juízo, mormente em face do expresso comando legal, que traz o lapso anual de suspensão. Ainda neste ato, determino que, findo o prazo supracitado, não sendo encontrado o réu ou bens seus penhoráveis, sejam os presentes autos arquivados, consoante determina o art. 921, § 2º, do CPC. Ocorrendo tal hipótese, o desarquivamento exigirá, além do mero requerimento, a demonstração de que foram “encontrados bens penhoráveis” (art. 921, § 3º, do CPC). Por fim, caso decorrido o aludido prazo (um ano) sem qualquer manifestação do exequente, inicia-se o cômputo do prazo da prescrição intercorrente, prazo o qual deverá correr de forma contínua, sem interrupção - ante a ausência de previsão para tal no Código de Processo Civil vigente -, e conforme o lapso temporal referente à prescrição do direito material em voga. Dessa forma, ante a previsão do art. 206, § 5º, inc. I, do CC/02, consistindo a pretensão em tela em cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, se, no lapso temporal de 05 (cinco) anos após o primeiro ano de suspensão dos autos, não houver medidas efetivas de exequibilidade da dívida sub judice, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a eventual ocorrência da prescrição intercorrente e, após, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se. Advogados(s): Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0639509-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partiners Participações Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-

se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0639659-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Tuylla Pontes de Arruda - Cristiano Lima Martins - REQUERIDO: A. Martins Construções Ltda. - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0639843-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Vl Wagner - Me - Defiro o pedido de fl. 105, e autorizo a pesquisa de novo endereço do réu, por meio dos sistemas INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL. Para fins de cumprimento da ordem judicial susoaludida, primeiramente, intime-se o Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder com recolhimento das custas atinentes a consulta , sob pena de extinção por indeferimento da inicial. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0640409-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joais da Silva Tomé - Nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Designe perícia. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641423-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Jorge Pinto Machado - Marcia de Jesus Barbosa Machado - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, INDEFIRO a tutela antecipada. Emende a parte autora a sua inicial, nos termos do artigo 303, § 6º, do CPC, em 5 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Desde já, determino que o requerente emende o valor da causa, nos termos do art. 303, §§ 4° e 5° do CPC. Após, venham os autos conclusos para a análise da emenda à inicial ou extinção do processo. Intime-se.

ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM) - Processo 0641939-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Castro Mota - REQUERIDO: Maycom Roque Pontes Chaves - Tendo em vista a comprovação da legitimidade contratual do autor sobre a posse do bem móvel , conforme o documento do veículo em seu nome , não sendo possível que a locação do bem enseje a perda dos direitos inerentes a permissão do serviço de transporte de passageiros, assim como o não pagamento dos aluguéis , o qual teve subtraída a posse do bem sem o pagamento da locação , entendo por quebra do contrato e a eventual perda do bem para o autor , a subsistir o fumus boni juris e o periculum in mora, razão pelo qual defiro liminarmente, a medida requerida. Para tanto, expeça-se o mandado de busca e apreensão do bem, Fiat Palio HK Trekk 1.6 modelo 2013 /2012 branco , utilizado com Taxi placa OAO 8978 , depositando-se os mesmos em mãos do representante do Autor. Após a execução da medida, cite-se a Ré para contestar a ação e nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos", destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Defiro a gratuidade.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0642305-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0633853-67.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Ewerton Augusto Costa Bandeira - EMBARGADO: Masae Empreendimentos Imobiliários Ltda. - INTSSADO: Doutor Roberto Hermidas de Aragão Filho - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0643157-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0643316-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em vista disso, com fundamento nos princípios da cooperação, do contraditório participativo e da vedação da decisão surpresa, tão caros ao atual Compêndio de Processo Civil, INTIME-SE o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar esclarecimentos nesse talante, juntando à inicial documentos que comprovem a mora do requerido nos termos retromencionados, sob pena de extinção com fulcro no art. 485, VI, do CPC. Por fim, ante a condição falimentar do pretendente, defiro-lhe a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC. No decurso do prazo, retornem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0643894-25.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0229992-70.2019.8.04.0001) - Habilitação - Classificação de créditos - REQUERENTE: Jucinete Carvalho Rodrigues - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls.33, uma vez que nos autos principais da recuperação judicial nº 0229992-70.2019 a nomeação do administrador judicial foi tornada sem efeito, o que

torna inócua a vista dos presentes autos ao administrador. Assim, deixo para determinar vista destes autos ao administrador judicial após a manifestação do membro do parquet naqueles autos e constituição de novo administrador. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0644104-18.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Bruno Leite da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644485-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Marco Aurélio Lima Furtado - Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0645100-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - REQUERIDO: Raygison Batista Vasconcelos - Desse modo, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar o vício apontado, de modo a trazer aos autos os documentos acima declinados, sob pena de indeferimento da inicial, ex vi do art. 321, parágrafo único c/c art. 485, I, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0645378-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Carlos André dos Santos Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0646238-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Felipe Sampaio Rebelo - Renata Maria Magalhaes Alves Rebelo - REQUERIDO: Iberia Linhas Aéreas de Espana S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pela parte autora. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Por fim, esclareço aos requerentes que levando em conta o valor e baixa complexidade da causa, os mesmos podem interpor a presente ação junto ao Juizado Especial, onde inexiste pagamento de custas processuais. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646376-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Jhony Pinto Evangelista - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0646618-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: J J Simonetti de Melo - REQUERIDO: Stemac S/A - Grupos Geradores - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção, mormente caso o requerente seja pessoa jurídica. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos demonstrativo de falência, recuperação judicial, condição de vulnerabilidade econômica ou situação financeira similar; Declaração de imposto de renda de pessoa jurídica; Intime-se.

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0646625-91.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Queiroz Servicos e Gestao Em Saude Ltda - Me - REQUERIDO: Estado do Amazonas - O pedido da inicial versa sobre responsabilidade civil do estado do Amazonas, onde este é réu, sendo assim caso de competência de uma das Varas da Fazenda Pública do Estado. Diante do exposto, declino da minha competência para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado, com fundamento no Art. 152, I, “a” da lei complementar 17 de 23/01/1997, que preceitua o seguinte: Art. 152. Ao Juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual compete processar e julgar por distribuição: I - Em matéria cível: a) as ações em que o Estado do Amazonas e suas respectivas entidades autárquicas e fundacionais forem interessadas, como autores, réus, assistentes ou opoentes, excetuadas falências e ações que versem sobre matéria tributária; Remetam-se os autos ao Juízo competente. Intime-se e cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646653-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Elijones de Oliveira Monteiro - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0646906-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - REQUERIDO: P. Bastos Comércio de Vestuário Ltda. - Epp (Nome Fantasia: Tortas & Tortas) - Jener Tadeu Trindade Pereira - Daniela Macedo Bastos - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM) - Processo 0646936-82.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Idelmar Pedroza da Costa - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Primeiramente, defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC. Abra-se vista ao Administrador Judicial, sobre a presente habilitação, para se manifestar em 15 dias. À Secretaria para as providências.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM) - Processo 0646938-52.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Idelmar Pedroza da Costa - Primeiramente, defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC. Abra-se vista ao Administrador Judicial, sobre a presente habilitação, para se manifestar em 15 dias. À Secretaria para as providências.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0646996-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edmundo Barreto Correa - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, posto que na Justiça Comum, face a necessidade de pagamento de custas processuais, o Requerente deve comprovar a real situação de hipossuficiência financeira para fins de gratuidade. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito

à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Caso contrário, levando em conta o valor e baixa complexidade da causa, saliento que a parte Requerente pode interpor a presente ação junto ao Juizado Especial, onde inexiste pagamento de custas processuais. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647481-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - REQUERIDO: Banco Agibank S/A (Banco Agiplan S/a) - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos cópias de sua Declaração de Imposto de Renda do último exercício fiscal e do seu comprovante atualizado de rendimentos, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. A propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Decorrido o prazo, retornem-me conclusos. Intime-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0652932-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Leandro Diego Fernandes Pacheco - Defiro o pedido de fl. 58, assim determino a transferência do valor depositado pela parte requerida em favor do autor, referente a purgação da mora, nos termos da petição acima aludida. Outrossim, determino a intimação da requerida para, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre a petição de fls. 62/63. Intime-se.

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0713171-75.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João de Deus de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alcino Vieira dos Santos (OAB 3035/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Ferreira de Oliveira (OAB 1173/AM)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Antônio Vidal de Lima (OAB 25520/PR)
Antônio Vidal de Lima (OAB 341A/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arlindo Jorge Oliveira da Silva (OAB 7889/AM)
Armando Vicente Mesquita Char (OAB 172682/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dandara Viégas Dantas (OAB 27739/PE)
Daniel Antônio Simões Gualberto (OAB 21296/PA)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danielle Arruda Benayon (OAB 4996/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697/AM)
Dionéia de Souza Pinho (OAB 3040/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edmilson Gomes de Oliveira (OAB 125378/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
ferreira e chagas (OAB 1118/MG)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)

Gisele Alvarez Rocha (OAB 334554/SP)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hamilton Ribamar Gualberto (OAB 1340/PA)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 34856/GO)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS, (OAB 30445/PR)
Helyamara Silva de Medeiros (OAB 6318/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
HUGO LEONARDO VELLOZO PEREIRA (OAB 152626/RJ)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Jeimes Gustavo Colombo (OAB 53581/PR)
Jõao Flavio Ribeiro (OAB 66919/SP)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
Jose Marny Pinto Junqueira Junior (OAB 81629/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leila Maria Santana Hilarião (OAB 852A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciane Brito de Souza (OAB 249661-A/SP)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Aparecida Leite Alvarez (OAB 97.738/SP)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Michele Noêmia Mendes Monteiro (OAB 4573/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Prestes Rodrigues (OAB 7314/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Roberto Coimbra Silva (OAB 70429/MG)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Rubenil Rosa de Almeida (OAB 2670/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Ramos Rodrigues (OAB 264290/SP)
wagner ponciano cruz (OAB 152517/RJ)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Washington Faria Siqueira (OAB 50879/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: DANIEL SODRÉ GURGEL DO AMARAL (OAB 7902/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: PAULO AUGUSTO LUZ DE ARAUJO (OAB 11146/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANA LUISA TELES FARIAS (OAB 11720/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0215626-70.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Carlos Mário Edwards de Medeiros - EXECUTADO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que cumpra o disposto no despacho de fl. 672, no prazo de 05 (cinco) dias, cujo teor segue abaixo: "Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a consulta eletrônica realizada às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC."

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0600384-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: PRISCILA DA SILVA COSTA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0605980-24.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: Hildefonso Araújo Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP) - Processo 0606616-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maikon dos Santos Sobrinho - REQUERIDO: Empresa Yamaha Motor da Amazonia Ltda - Braga Motos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 412/413 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0607597-53.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0609130-13.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Marilza Dalssasso - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LEONARDO LUIZ PAMPLONA (OAB 64589/PR), ADV: JOÃO CASILLO (OAB 3903/PR), ADV: CASILLO ADVOGADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 791/PR), ADV: EWERSON QUILLANTE (OAB 65505/PR) - Processo 0610192-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ibema Companhia Brasileira de Papel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 162779/RJ) - Processo 0612549-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 1216A/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB 1224A/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM) - Processo 0614002-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wendel Carlos Barbosa Souza - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG) - Processo 0615501-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas."

Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: MARA MÔNICA VIEIRA JUCÁ (OAB 5382/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM) - Processo 0616120-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ebd - Empresa Brasileira de Distribuição Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0616276-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0616898-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Fernanda Vieira de Macedo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 228/233, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0617097-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0619104-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Catões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0619466-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Petronio Martins Carlos Neto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 80/129, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0619792-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047/AM) - Processo 0622723-46.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0622896-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonio Jose da Conceição Lopes - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0624783-26.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Laudair de Oliveira Carneiro - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de confirmação do envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 196/197 e proceder com as providências necessárias.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0625605-44.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Fato Atípico - REQUERENTE: C. de S. C. Miranda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629053-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se

acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0629810-87.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0630791-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - Ativos S/A Securitizadora de Crédito Financeiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0631510-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio 02 - Villa Jardim Torquato - Condomínio Azaléia - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. 41 recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0632492-20.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0633669-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637175-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM) - Processo 0638651-76.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Flytour Agência de Viagens e Turismo Ltda. - EXECUTADO: Norte Viagens e Turismo Ltda -ME e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerida para que se manifeste(m) acerca da contraproposta formulada pela requerente , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0639303-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAKSON WAGNER RODRIGUES SANTOS (OAB 226132/SP), ADV: JOSÉ MARTINS (OAB 84314/SP), ADV: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB 248505/SP), ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM), ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0640433-84.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Silva Silva de Oliveira - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não foi intimada do Despacho de fls. 182, tendo em vista que os patronos desta não constam na certidão de publicação de fls. 184. Dessa forma, intimo a parte requerente para que tome ciência do despacho de fls. 182, cujo teor segue abaixo: “Vistos, etc. Intimem-se ambas as partes interessadas para que digam se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, III e IV, do CPC/2015. Quanto à autora que junte aos autos comprovante de destinação do bem objeto da lide, caso tenha sido levado a leilão, demonstrativo de valor venda, etc. Quanto à requerida comprove até que parcelas foram pagas. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.”

ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0640781-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Carlos Alberto de Sousa Ramalhosa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0642263-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF) - Processo 0644898-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB 1224A/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Luisa Teles Farias (OAB 11720/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Casillo Advogados - Sociedade de Advogados (OAB 791/PR)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 1216A/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Sodré Gurgel do Amaral (OAB 7902/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Ewerson Quillante (OAB 65505/PR)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Duque Dabus (OAB 248505/SP)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jakson Wagner Rodrigues Santos (OAB 226132/SP)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
JOÃO CASILLO (OAB 3903/PR)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Martins (OAB 84314/SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Luiz Pamplona (OAB 64589/PR)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Mara Mônica Vieira Jucá (OAB 5382/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Augusto Luz de Araujo (OAB 11146/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 162779/RJ)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0611301-74.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0620191-36.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Armando Ysaias Padilla Rivera - EMBARGADO: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito formulado por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ZEFERINO FERREIRA, em face de JOÃO LUIZ DE SIMONE, para condenar o requerido ao pagamento da despesas condominiais na importância de R$ 16.488,40 (dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), e aquelas que se vencerem até a data de seu efetivo pagamento (art. 290, CPC). Os juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, e a correção monetária incidem sobre o valor da condenação, a partir do vencimento de cada parcela (art. 397, CC). Custas e honorários advocatícios pelo demandado, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com suporte no art. 20, §3.º, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/

AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0617099-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Haja vista o longo lapso temporal desde a última diligência, defiro o petitório de fls. 118. Nesse espeque, consulte-se o sistema de informações ao judiciário (INFOJUD), além dos Sistemas BACENJUD e RENAJUD, a fim de localizar bens passíveis de penhora. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Para tanto, deverá a parte interessada pagar, no prazo de 05(cinco) dias, as custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de suspensão do processo, bem como juntar aos autos planilha de débitos atualizada. Após, intime-se a parte requerente/exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 002.337/AM), ADV: LILIAN CARLA ARAUJO DOS SANTOS (OAB 5379/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM) - Processo 0012161-47.2006.8.04.0001 (apensado ao processo 0048943-87.2005.8.04.0001) (001.06.012161-1) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERIDO: Oscar Marcos Cavalcante Júnior - À Exequente. Intime-se.

ADV: JOSE GILBERTO DE S. LUZEIRO (OAB 001.891/AM), ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM) - Processo 0024630-28.2006.8.04.0001 (001.06.024630-9) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Clemente Manoel da Silva Camara - Em consulta ao SAJ, verifica-se que a petição de fls. 983/994 foi protocolada em 07/05/2019 mas, por algum erro de sistema, só foi efetivamente juntada aos autos no dia 24/08/2019. Além do mais, a referida petição é exatamente a mesma colacionada às fls. 930/941, que já foi objeto de deliberação por este Juízo. Assim, deixo de conhecer da peça de fls. 983/994, determinando o seu desentranhamento dos autos. Aguarde-se o laudo pericial pelo prazo concedido à fl. 981. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0205464-16.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: William Bruno Toyoda Hitotuzi - Diante do requerimento do exequente, intime-se o executado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 523, caput, CPC). Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo acima referido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), conforme Art. 523, §1º, CPC. Efetuado o pagamento parcial no prazo estipulado, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (Art. 523, §2º, CPC). Não havendo tempestivo pagamento (ou havendo apenas pagamento parcial), proceda-se ao bloqueio do crédito (ou seu remanescente) via Bacenjud; restando infrutífera a diligência anterior, expeça-se mandado de penhora e avaliação, observando-se, quando for o caso, os bens indicados pela Exequente para a constrição judicial (Art. 523, §3º, CPC). Por fim, atente o executado para o fato de que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente, nos próprios autos, sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação (Art. 525, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM) - Processo 0208294-52.2012.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - REQUERIDO: Associação dos Travestis do Amazonas - Atraam e outro - Reitere-se a intimação do Ministério Público para que diga sobre o teor da certidão da Oficiala de Justiça de fl. 414, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0235583-91.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Diante da ausência de impugnação à execução, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: NICÉLIA GASPAR DE MELO (OAB 5073/AM) - Processo 0607877-29.2015.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS - Fundação de Apoio Institucional Muraki - Defiro o pedido de fl.1825. À secretaria para providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0608006-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Rosenice da Costa Alves e outro - A “carta de adjudicação” requerida às fls. 79 e 83 já foi expedida pela SUHAB e juntada à fl. 71 dos presentes autos, cabendo aos Requerentes a adoção das providências cabíveis para registro do imóvel junto ao Cartório competente. Ademais, à SUHAB para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução de fl. 77, relativa aos honorários de sucumbência (Art. 535, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0613758-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Maria Claudete Nunes Malcher - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 241/242, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0616127-46.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reintegração - EXEQUENTE: Gabriel dos Santos Rodrigues - A determinação de expedição do precatório consta na parte final do Despacho de fls. 157/158. Assim, concedo ao Exequente o prazo de 10 (dez) dias para que atenda ao solicitado no ato ordinatório de fls. 171/172, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0616437-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iram Sales da Silva - Diante da ausência de impugnação à execução, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização do cálculo de fl. 111. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0616442-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Janicéia Laudelino Rêgo - Diante da ausência de impugnação à execução, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização do cálculo de fls. 92. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSA MARIA GOMES PINTO (OAB 153795RJ) - Processo 0618674-30.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licenciamento de Veículo - EXEQUENTE: Jorge da Silva Pinto - Diante do pedido de fls. 112/113, determino ao Detran/AM que dê cumprimento à obrigação de fazer fixada na Sentença de fls. 73/78, devendo comprovar a efetivação da medida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da adoção de medidas coercitivas por este Juízo, com vistas a assegurar a efetividade do julgado. Sem prejuízo do disposto acima, ao Detran/AM para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução de pagar quantia certa, relativa ao reembolso de custas e honorários de sucumbência (Art. 535, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0619604-19.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviço Militar - REQUERENTE: MARISON DE BRITO ABRAHÃO - Diante da ausência de impugnação à execução, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualizar o cálculo de fls. 439/442 e desmembrar o crédito da Patrona da causa, incluindo no cálculo do crédito do Exequente os honorários contratuais (como amortização) pactuados em 20% sobre o montante da condenação. Solicita-se ainda, seja elaborado cálculo em separado para os honorários contratuais. Apresentados os novos cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM) - Processo 0622373-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDA: Taísa Prado Miranda - Diante da inércia da Requerida quanto ao teor da Decisão de fl. 195, concedo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que proceda ao depósito dos honorários periciais, sob pena de ficar caracterizada a desistência da produção da prova pericial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0623330-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Pública - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Cometa Comércio e Serviços Ltda - Diga a Exequente sobre o teor da petição de fls. 128/132, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0628433-81.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outros - Decisão. Diante do exposto, REJEITO a petição inicial em relação ao Requerido Wilson Ribeiro, excluindo-o da presente lide em virtude de seu falecimento (Certidão de Óbito às fls. 697), antes de regularizada a relação processual, ex vi do art. 485, IV, CPC. RECEBO A PETIÇÃO INICIAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em relação aos demais Requeridos, nos termos do art. 17, § 9º da Lei n.º 8429/92, determinando a citação para apresentar contestação, com as cautelas de estilo. No mais, defiro o ingresso do Estado do Amazonas no polo ativo da lide. À Secretaria para as providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0629953-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Os Intocaveis - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0632825-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Gustavo Pires Coutinho - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0635196-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sanções Administrativas - REQUERENTE: A F Cortez Comércio de Produtos Alimentícios - Ao executado para tomar ciência do bloqueio eletrônico junto ao Bacenjud (fls. 314/315), e, querendo, manifestar-se nos termos do §3º do art. 854, CPC. Havendo questionamentos do executado quanto ao valor bloqueado, intime-se o exequente para se manifestar no prazo legal (art. 218, §3º, CPC) e, após, venham-me conclusos os autos. Em caso de silêncio ou de expressa concordância, proceda-se à transferência montante bloqueado para conta judicial e, na sequência, expeça-se alvará eletrônico em nome do respectivo credor. Por fim, ao Exequente para requerer diligências efetivamente concretas para recebimento do crédito remanescente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS CALDAS (OAB 14731/PR), ADV: CARLOS AUGUSTO ANTUNES (OAB 14725/PR) - Processo 0635753-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Editora Positivo Ltda - Diga a Exequente sobre o teor das petições/documentos de fls. 3529/3558 e 3560/3575, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE LIMA (OAB 8891/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: RENATA DA SILVA SANTOS BANDEIRA DE MELO (OAB 9523/AM) - Processo 0636081-20.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: MÁRIO SÉRGIO LEITE DE MELO - Ao executado para tomar ciência do bloqueio eletrônico junto ao Bacenjud (fls. 935/936) e, querendo, manifestar-se nos termos do §3º do art. 854, CPC. Havendo questionamentos do executado quanto ao valor bloqueado, intime-se o exequente para se manifestar no prazo legal (art. 218, §3º, CPC). Em caso de silêncio ou de expressa concordância, proceda-se à transferência montante bloqueado para conta judicial e, na sequência, expeça-se alvará eletrônico em favor do credor. Ademais, diante da irrisoriedade do valor constringido via Bacenjud, cumpra-se a parte final do Despacho de fl. 929. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0636957-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me - Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0641813-74.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERIDO: Organização Não Governamental Amazonas Sempre Vivo e outros - Expeça-se mandado judicial para citação da Requerida Rosália de Jesus Ferreira Fróes no endereço constante na exordial, devendo o Oficial de Justiça proceder à CITAÇÃO COM HORA CERTA, na forma dos arts. 252 e 253 do CPC, se as circunstâncias autorizadoras se fizerem presentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0642059-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: L.M.B.R. - Dada a natureza do pedido, deixo de realizar a audiência preliminar e determino o seguinte: 01. seja expedido, em regime de urgência, mandado de INTIMAÇÃO da parte Requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a tutela requerida. 02. seja CITADA, pelo Portal Eletrônico do e-SAJ, a parte Requerida para que apresente contestação, no prazo legal. Decorrido o prazo assinado, retornem conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA CRISTINA FONSECA PEREIRA (OAB 9519/AM) - Processo 0643310-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marta Regina Silva Pereira - Corrija-se a classe processual, bem como o nome da parte passiva, no caso a autoridade coatora. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Decorrido o prazo para apresentação das informações, retornem os autos do processo conclusos para apreciação da liminar requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0643995-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: José Flavio Albuquerque Bastos - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito

objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0645342-33.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Avelino Silva dos Santos - Corrija-se a classe processual. Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Carlos Augusto Antunes (OAB 14725/PR)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Janaína Mariê Calado de Lima (OAB 8891/AM)
Jéssica Cristina Fonseca Pereira (OAB 9519/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jose Gilberto de S. Luzeiro (OAB 001.891/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Lilian Carla Araujo dos Santos (OAB 5379/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Carlos Caldas (OAB 14731/PR)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Nicélia Gaspar de Melo (OAB 5073/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 002.337/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Renata da Silva Santos Bandeira de Melo (OAB 9523/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
ROSA MARIA GOMES PINTO (OAB 153795RJ)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0150/2019

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 002.095/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM), ADV: RÔMULO DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES (OAB 3008/AM) - Processo 0012994-90.2010.8.04.0012 (012.10.012994-6) - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Braulio de Albuquerque Braule Pinto - REQUERIDO: Secretaria de Administracao do Estado do Amazonas - Sead - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0214175-97.2018.8.04.0001 (processo principal 0608356-85.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Taxa SELIC - REQUERENTE: FABIOLA CRUZ DINIZ - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XXI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, remeto os presentes autos à Contadoria Judicial para baixa e arquivamento. Manaus, 03 de setembro de 2019

ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0239834-60.2008.8.04.0001 (001.08.239834-9) - Procedimento Comum Cível - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Marcio Jose Bonates da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Polícia Militar do Estado do Amazonas) na pessoa do Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0248343-43.2009.8.04.0001 (001.09.248343-8) - Outros Procedimentos - RECLAMANTE: Raimundo Nonato Macedo de Moura - RECLAMADA: Estado do Amazonas - Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESEG - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ CUSTÓDIO (OAB 2321/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: FLÁVIA LOURDES MENDES COELHO (OAB 3552/AM), ADV: PRISCILLA NOGUEIRA FRANÇA (OAB 3340/AM) - Processo 0248689-91.2009.8.04.0001 (001.09.248689-5) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Anibal Tavares Simões - Isis Rocha Simoes - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - Intime-se a perita para juntar o laudo pericial aos autos no prazo de 10 dias, bem como para informar a conta bancária para a expedição de alvará eletrônico. Caso não haja manifestação da perita, voltem-me os autos para nomeação de outro perito em substituição.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0248910-74.2009.8.04.0001 (001.09.248910-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Frank Jonhy de Almeida Soares - REQUERIDO: Comando Geral da Polícia Militar - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM) - Processo 0600639-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: IVAN WANDERLEY ALMEIDA DA SILVA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO E CULTURA - Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o número dos respectivo registro da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: NAIRAH DE CARVALHO PIRES (OAB 10176/AM) - Processo 0605805-98.2017.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Ensino Fundamental e Médio - REQUERENTE: Sind. dos Trabalhadores de Educação do Estado do Amazonas -sinteam - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM) - Processo 0609932-79.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Concurso Público / Edital - IMPETRANTE: Felipe da Paixão Martinez Palhares - IMPETRADO: Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM) - Processo 0610026-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Denys de Souza Pinheiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para DECLARAR o direito do autor a ter incorporado a gratificação de 25% sobre os vencimentos, conforme previsto na lei 2.271, art. 201, inciso V e DETERMINAR ao Estado do Amazonas que incorpore a referida gratificação à remuneração do autor. CONDENO o Estado do Amazonas na obrigação de pagar ao autor todas as parcelas devidas e não pagas a contar de 19/10/2015, acrescidos de correção monetária e juros de mora na forma da lei.

ADV: CRISTIANE MARIA PONTES DA SILVA (OAB 12495/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0611950-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Gilmar da Silva Morais - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: RICARDO ALAN MONTEIRO BATISTA (OAB 8084/AM) - Processo 0613512-83.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Ensino Superior - REQUERENTE: Felipe Mota de Moura - REQUERIDO: Reitor da Universidade Estadual do Amazonas - UEA - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: CELSO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 173252/SP), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM) - Processo 0614083-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Higor da Costa Jatahy - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, por não cumprir o determinado na decisão de fl. 448, INDEFIRO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA, assinando o prazo de 10 dias para o Autor juntar o comprovante de pagamento das custas sob pena de extinção do feito.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: HENRI DHOUGLAS RAMALHO (OAB 341022/SP) - Processo 0617861-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: ALAN DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - INTSSADO: Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o embargado intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 04 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0618380-07.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - 70 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - LITSATIVO: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Eronildo Braga Bezerra - Tanara Lauschner - Amanda Ruiz de Souza - Mcw Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda. - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0618430-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Luiz João Santos de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas, conforme dicção do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil. Assim, sem manifestações em contrário, no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0620341-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Nilo de Medeiros Braga - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Sendo assim, com base no exposto acima, e em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda, com a consequente resolução de mérito, com base no artigo 487, I, do CPC, c/c arts. 93; 94; 96; 97 e 98 da Lei 1.154/75, bem como no Decreto de reforma do requerente, para CONDENAR os Requeridos a revisarem o benefício previdenciário do autor

para acrescer o soldo correspondente ao posto de 3º Sargento, bem como para pagarem as diferenças salariais referentes ao cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, a ser apurada em liquidação de Sentença, acrescida de juros e correção monetária na forma da lei, ambos contados da citação.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0622464-27.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Gilson Mendes Esperança - REQUERIDO: Fundo Previenciario do Estado do Amazonas - Amazonprev - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0622973-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licenças - REQUERENTE: Reginaldo Vieira Saraiva - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0623196-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elias Fernandes Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - PERITO: Eduardo Fernandes da Silva Junior - Isto posto, DOU PARCIAL PROVIMENTO aos Embargos de Declaração, para DETERMINAR ao Estado do Amazonas que conceda o tratamento adequado ao autor, seja no fornecimento de prótese, de cadeira de rodas, ou qualquer outro que seja necessário, a ser oportunamente apurado pelos profissionais da saúde competentes.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0624523-46.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marlene Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos de fls. 123-124.

ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BRAGA (OAB 11415/AM) - Processo 0624577-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Mário de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença, homologando como valor devido a quantia de R$ 4.885,14 (quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) a título de FGTS e R$ 244,57 (duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), referente aos honorários de sucumbência. Condeno o Impugnado ao pagamento de honorários de advogado no percentual de 10% sobre o excesso de execução, ficando, no entanto, com exigibilidade suspensa, tendo em vista ser beneficiário da justiça gratuita. Publique-se. Intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JANAÍNA FERREIRA BARRONCAS OLIVEIRA (OAB 5978/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0625114-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Wallerie Nunes Monteiro - REQUERIDA: Município de Manaus - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0625411-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Allan Dellon Ávila da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretária de Estado de Saúde do Amazonas - Susam - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: EDVANIA BARBOSA OLIVEIRA RAGE (OAB 12244/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0625626-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Josenildo dos Santos Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625692-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Paulo Francisco Dutra Chaves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625695-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Farias Henriques - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625700-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ronaldo Pontes Jacauna - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0625886-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Diana Ferreira Lacerda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0626355-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jefferson William Semen Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: VITOR LIMA VERDE COELHO (OAB 12945/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0626552-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: ROMÁRIO BATISTA VIEIRA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ

- ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0627014-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Zammi Instrumental Eireli - Trisima Comércio Representação de Produtos Cirúrgicos de Três Rios Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 99999/AM) - Processo 0627056-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Johnny Sena Furtado - Shirleiane Sena Rego - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MARIELLY FERREIRA SARMENTO CAMPOS (OAB 18199/PB), ADV: FABIO RICARDO MORELLI (OAB 224503/RJ) - Processo 0627587-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prova de Títulos - REQUERENTE: Marianne Rachel Domiciano Dantas Martins - REQUERIDO: Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas-adaf - Assessoria em Organização de Concurso Público - Instituto Aocp - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ADELAIDE DA COSTA NOVO ANTONY (OAB 1361/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM) - Processo 0629401-53.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0041763-88.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução - Juros - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Prestes Madeira - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: ELIZABETH MACEDO SOARES (OAB 6557/AM) - Processo 0629865-43.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: LUIS RENATO MAIA ALVES - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0631064-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilka Keite Ribeiro de Lima - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MAURICIO SOUSA DA SILVA (OAB 9015/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0636406-19.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Aldemir Araujo dos Santos - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0636408-28.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Remoção - REQUERENTE: Rudival Magno Pereira - REQUERIDO: RAIMUNDO NONATO DE SOUZA ACIOLY - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS - ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0638305-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Joelma dos Santos Carneiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0643052-84.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Kassia Veras Pereira da Costa - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0647253-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Deives da Silva Torres - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, conforme inciso II do art. 345, do CPC. Ademais, a matéria versada nos autos é de direito, não necessitando de outras provas, motivo pelo qual remetam-se os autos Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado do mérito. Intimem-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0655448-88.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0603926-56.2017.8.04.0001) - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonilda Aguiar de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Deixo de condenar a impugnada em honorários de advogado, pois os excesso decorreu de cálculos equivocadas da contadoria do juízo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN JUIZ DE DIREITO

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0655448-88.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0603926-56.2017.8.04.0001) - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonilda Aguiar de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos de fls. 88-91.

Adelaide da Costa Novo Antony (OAB 1361/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Paula da Silva Braga (OAB 11415/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio José Custódio (OAB 2321/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Celso Ricardo Pereira dos Santos (OAB 173252/SP)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Maria Pontes da Silva (OAB 12495/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Edvania Barbosa Oliveira Rage (OAB 12244/AM)
Elizabeth Macedo Soares (OAB 6557/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabio Ricardo Morelli (OAB 224503/RJ)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flávia Lourdes Mendes Coelho (OAB 3552/AM)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Henri Dhouglas Ramalho (OAB 341022/SP)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Janaína Ferreira Barroncas Oliveira (OAB 5978/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Carlos Valim (OAB 002.095/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 99999/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Marielly Ferreira Sarmento Campos (OAB 18199/PB)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mauricio Sousa da Silva (OAB 9015/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Nairah de Carvalho Pires (OAB 10176/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Priscilla Nogueira França (OAB 3340/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB 8084/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Rômulo de Souza Carpinteiro Péres (OAB 3008/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vitor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Vitor Lima Verde Coelho (OAB 12945/AM)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA (OAB 7201A/AL), ADV: ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA (OAB 48678/SP) - Processo 0010293-89.1992.8.04.0012/01 (apensado ao processo 0010293-89.1992.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Base Aerofotogrametria e Projetos S/a - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório para intimar o Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida anteriormente, conforme Resolução n. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA (OAB 7201A/AL), ADV: ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA (OAB 48678/SP), ADV: FÁBIO POLLI RODRIGUES (OAB 207020/SP) - Processo 0010293-89.1992.8.04.0012/01 (apensado ao processo 0010293-89.1992.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Base Aerofotogrametria e Projetos S/a - EXECUTADO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Diante do pedido de informações retro, proveniente da Central de Precatórios, determino que seja encaminhada cópia deste despacho ao Precatório n. 0004708-47.2019, informando que: 1) A requisição de pequeno valor é extraída dos autos da Ação Ordinária (cumprimento de sentença), Processo n.º 0010293-89.1992.8.04.0012/01, movida por Base Aerofotogrametria e Projetos S/a em desfavor do Estado do Amazonas, ajuizada em 08/02/2012, perante este Juízo. E que a ação de conhecimento é de n.º 0010293-89.1992.8.04.0012/01, movida por Base Aerofotogrametria e Projetos S/a em desfavor

do Estado do Amazonas, ajuizada em 10/12/1992. 2) Quanto a copia do CNPJ da credora, intime-se o advogado para juntar NOS AUTOS DO PRECATÓRIO supracitado no prazo de cinco dias, comprovando-se nestes autos. Cumpra-se com urgência.

ADV: LUCIA A. VALLE DE SOUZA (OAB 002.767/AM), ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0014407-41.2010.8.04.0012 (012.10.014407-4) - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Jose Alves do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS (OAB 4777/AM) - Processo 0209763-94.2016.8.04.0001 (processo principal 0014296-03.2004.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Maria Leia Ferreira Cordovil - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Fundacao Centro de Hematologia e Hemot. do Amazonas - Hemoam - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM), ADV: LUCIANO VALENTE MACAMBIRA (OAB 7555/AM) - Processo 0220255-24.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Saimon Macambira Jezini - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (OAB 2193/RO) - Processo 0220496-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0643839-11.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Inscrição / Documentação - REQUERENTE: Ivo Almeida Rodrigues - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Determino a suspensão do feito, até o julgamento definitivo da suspensão de liminar e da sentença n. 4002838-93.8.04.0000. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0260609-28.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: JORGE DO NASCIMENTO SILVA - REQUERIDO: Est Am Policia Militar do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0600143-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: EDINELSON MARTINS BARROS E OUTROS - João Macedo Lopes - José Jairo Prata Pessoa - Josimar de Oliveira Ramos - Marcos Antônio da Costa Cabral - Nilson Bezerra da Silva - Raimundo David Matos Ribeiro - Salatiel Santiago de Souza - Sebastião Freitas da Fonseca - Valdemar da Gama Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0600978-78.2016.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - REQUERENTE: JOÃO CARLOS PEQUENO DA SILVA - Francisco Romulo Benicio da Silva - Tiago Ribeiro de Souza - Alex Tavares - Tiago Ribeiro dos Ramos - Carlos Felipe Monteiro de Oliveira - Pablo José Oliveira Sales Ferreira - Rafael Bicharrra de Lima - Mauricio Guilherme da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. O Estado informa que o prazo de vinte dias úteis é exíguo para cumprimento da ordem e relata que está adotando as providências necessárias para cumpri-la. Ante o exposto, determino que o prazo de 20 dias concedidos por este juízo a fl. 319 seja majorado para 40 dias úteis. Assim, o Estado terá, a contar da intimação do despacho a fl. 319, 40 dias para comprovar que já procedeu com a regularização da inclusão dos requerentes na Corporação Policial Militar, sem a condição sub judice, sob pena de multa diária no valor R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de 10 dias. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO CORREA OMENA (OAB 9109/AM) - Processo 0603580-08.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcela Barroso Ayres - REQUERIDO: Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0604287-73.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Rosinilde Fernandes Alencar - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0607764-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pamela Soares de Souza Guedes - Jose Leilson Evandoir Guedes da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - R. Hoje; II - Analisando os embargos de declaração opostos a fls. 85/86, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do

decisum como uma consequência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intime-se o Estado do Amazonas para se manifestar no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: ANA PAULA DA SILVA BRAGA (OAB 11415/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0609492-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Miller Magno Farias de Albuquerque - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do requerente, conforme o disposto no art. 487, I do CPC/2015. Condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados, por equidade (art. 85, § 8º CPC), em R$ 800,00, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009),sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Ciência ao MP. P.R.I.

ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM) - Processo 0615788-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Layhandra Sousa de Oliveira - Maxwell de Oliveira dos Santos - Manoela de Oliveira dos Santos - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos do art. 478, I, do CPC. Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser dividido entre os requerentes menores (filhos). A Reparação moral deverá ser corrigida monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ) tendo como índices os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno, ainda, o Estado do Amazonas ao pagamento de pensão no valor de 2/3 (dois terços) do salário-mínimo, o qual deverá ser dividido entre os filhos (requerentes). Os juros moratórios que deverão ser acrescidos ao valor da pensão, devem ser contabilizados a partir do vencimento de cada prestação. Corrigidos monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios aplicados à caderneta de poupança. Condeno, também, a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença sujeita à remessa necessária, conforme art. 496, CPC. P.R.I. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0616081-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reintegração - REQUERENTE: Jorgemar de Brito Gonçalves - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - Isto posto, diante da manifesta incompetência deste Juízo, DECLINO em favor da Vara da Justiça Estadual Militar, para onde deverão ser remetidos estes autos. Providencie-se o que for necessário, notadamente quanto à intimação das partes e devida baixa na Distribuição. Cumpra-se.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0616081-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reintegração - REQUERENTE: Jorgemar de Brito Gonçalves - Diante do exposto, e de tudo o mais que dos autos constam, ACOLHO a preliminar de ausência de interesse de agir arguida pelo réu Estado do Amazonas. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários sucumbenciais para o Estado do Amazonas arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, conforme art. 85, § 4º, III, NCPC, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Após o trânsito em julgado dos autos (que o cartório certificará), arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0619049-60.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Candida Nascimento Araujo de Barros - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0624815-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Jeanne Costa Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Pelo exposto, uníssono ao parecer ministerial, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o Ente Publico requerido a providenciar a nomeação de Jeanne Costa Ferreira, no cargo em que foi aprovada no Concurso da Secretaria de Estado de Saúde/SUSAM/10/02/2014, de Agente Administrativo, com lotação em manaus/AM, antecedida de nova convocação, pessoal. Por consequência torno sem efeito a decisão que tornou sem efeito a sua convocação, publicada no DOE n.33.507, de 20/04/2017, no prazo de 20 dias. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em e R$ 1.000,00 (um mil reais) tendo em conta o art. 85, § 8 - CPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença não sujeita à remessa necessária. Ciência ao representante ministerial. P.R.I. Manaus, 27 de agosto de 2019

ADV: CARLOS ROBERTO ALMEIDA DA SILVA (OAB 7963/AM) - Processo 0625066-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARIA IVANEIDE CARVALHO DOS SANTOS - REQUERIDO: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0626445-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Waldir Freire da Silva Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente

intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM) - Processo 0627114-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dano Ambiental - REQUERENTE: Geovane Ferreira da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, para os devidos fins, que, até a presente data, não houve manifestação da parte autora quanto à r. Decisão de fls. 77, muito embora tenha sido devidamente intimada, consoante certidão de publicação de fls. 80. Outrossim, em cumprimento à referida Decisão, parte final, abro vista dos autos ao Ministério Público. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM) - Processo 0627114-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dano Ambiental - REQUERENTE: Geovane Ferreira da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. Compulsando os autos, verifico que este juízo já determinou que a parte autora apresentasse a qualificação das testemunhas, a fim de proceder com a carta precatória para oitiva, porém, quedou-se inerte, conforme certidão a fl. 83, assim, entendo que resta prejudicado o pedido de oitiva de testemunha. Ante o exposto, declaro encerrada a fase de instrução processual da presente demanda. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM) - Processo 0632507-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: CIENE DE SOUZA PAIVA - REQUERIDO: GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0632795-63.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Vera Lúcia Reinaldo de Souza - REQUERIDO: Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

ADV: RENATA CARVALHO BEZERRA (OAB 13907/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0639061-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Norte Serviços Médicos Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Diante do exposto, homologo o pedido de desistência da parte autora, tornando extinto o processo sem resolução de mérito, conforme art. 485, VIII, CPC/2015. Sem honorários sucumbenciais, pois o requerido sequer foi citado e sem custas, pois já foram pagas. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Ciência ao MP. P.R.I.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR (OAB 7155/AM), ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: LUCIA HELENA BESERRA DE MORAES (OAB 13199/CE), ADV: FRANCISCO MENDES CHAVES (OAB 3482/CE), ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0700067-16.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Larissa Vianez Figueira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Instituto Cidades - EXECUTADO: Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Paula da Silva Braga (OAB 11415/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA (OAB 48678/SP)
Antonio Luiz Bueno Barbosa (OAB 7201A/AL)
BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (OAB 2193/RO)
CARLOS ROBERTO ALMEIDA DA SILVA (OAB 7963/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
FÁBIO POLLI RODRIGUES (OAB 207020/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisco Mendes Chaves (OAB 3482/CE)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Correa Omena (OAB 9109/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Lucia A. Valle de Souza (OAB 002.767/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Lucia Helena Beserra de Moraes (OAB 13199/CE)
Luciano Valente Macambira (OAB 7555/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB 4777/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB 7155/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Renata Carvalho Bezerra (OAB 13907/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0635981-02.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: MARA CYBELE SANTOS SOUZA MONTEIRO - REQUERIDA: Município de Manaus - DESPACHO Vistos etc. Vieram os autos conclusos em virtude da certidão da contadoria de fls. 310. Desta feita, para dar continuidade ao andamento processual, nomeia-se como perito judicial o Sr. Fernando Leiva Barrionuevo, e, por conseguinte, determina-se à Secretaria do Juízo que promova a sua intimação, para que diga se aceita o múnus, apresentando proposta de honorários, justificadamente, no prazo de 5 (cinco) dias. Assevera-se que este deverá apresentar currículo e comprovação de especialização, nos termos do art. 465, § 2º do Código de Processo Civil. Ficam as partes intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, nos moldes do art. 465, I, do CPC. Após o envio da proposta de honorários, que seja intimado o réu, Município de Manaus, querendo, manifestar-se sobre o valor requerido pelo perito, no prazo de 5 (cinco) dias. Ressalta-se que, se porventura entender pela impugnação do valor atribuído pelo perito judicial, deverá fazê-lo de forma embasada. Findo o prazo acima definido e não havendo manifestação, que seja intimado o para que realize o deposito do valor arbitrado pelo perito, no prazo de 10 (dez) dias. Em sequência, seja liberado 50% da quantia depositada para o perito judicial, iniciando-se os trabalhos técnicos necessários. Institui-se o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão e entrega do laudo pericial. Após a entrega do laudo, libere-se o restante dos honorários periciais depositados em nome do perito judicial, bem como intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem, no prazo 15 (quinze) dias acerca do laudo pericial, observados os ditames do art. 477, §1°, do CPC. Havendo pedido de esclarecimentos, intime-se o perito para responder aos questionamentos das partes, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §2°, do CPC. Posteriormente as manifestações, voltem os autos conclusos. Manaus, 17 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: JOSE ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 900.029/AM) - Processo 0000866-63.1995.8.04.0012 (012.95.000866-9) - Procedimento Comum Cível - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Rosinaldo Freitas de Menezes - Diga o Estado quanto ao resultado negativo do Bacenjud constante às fls. 372-373. Intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0215357-36.2009.8.04.0001 (001.09.215357-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Willison Ferreira de Carvalho - De ordem do MM. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, intimo o Estado do Amazonas, via portal eletrônico de intimação, para pagar o valor descrito da Requisição de Pequeno Valor de fl. 226, no prazo de 60 (sessenta) dias, através de depósito a ser efetuado em conta judicial vinculada ao processo (Caixa Econômica Federal, Agência nº 3205), nos termos do §3º do art. 100 da Constituição Federal, da Lei Estadual nº 2.748, de 04 de setembro de 2002, que define as obrigações de pequeno valor, e da Resolução nº 003/2014 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0236377-49.2010.8.04.0001 (001.10.236377-4) - Petição Cível - Tutela Provisória - REQUERENTE: Paulo Nonato da Silva - Desta forma, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informem se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito. Deve a Secretaria observar a revogação de poderes feita às fls. 79-80. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: VIVIANE DANTAS SIQUEIRA (OAB 5347AM), ADV: TÚLIO DANTAS (OAB 4034AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0363817-33.2007.8.04.0001 (001.07.363817-0) - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Tacisio Ferreira Frota - Raimunda Ednelza Freire Frota - REQUERIDO: Jose Barbosa dos Santos e outros - Tendo em vista o decurso de prazo in albis para manifestação quanto à penhora, proceda-se à transferência do montante bloqueado via Bacenjud. Feita a transferência, expeçam-se os alvarás em favor dos Exequentes, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM) - Processo 0600605-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: D.p.t. Guedes & Cia Ltda - Epp (Triseven Servicos de Construção de Edificios e Forncecimento de Alimentos Eirelli) - Diante do exposto, com fundamento no § 11 do art. 334 do CPC, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo celebrado entre D.P.T. GUEDES CIA LTDA - EPP (TRISEVEN SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS EIRELLI) e ESTADO DO AMAZONAS para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, julgo EXTINTO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC. Sem honorários advocatícios. Custas na forma da Lei. P.R.I. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0604341-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Alessandro Augusto de Sousa - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação: DECLARO a PRESCRIÇÃO QUINQUENAL do direito do autor acerca dos pedidos anteriores a janeiro de 2014, motivo pelo qual extingo feito com resolução de mérito, sobre os pedidos prescritos, com fulcro no art. 487, II do CPC. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos do Autor. DECLARO a nulidade do vínculo administrativo havido entre o Autor e o Estado. DEFIRO o pedido de percepção das parcelas referentes ao FGTS ao autor. INDEFIRO o pedido de 13º salário proporcional (2016), Férias proporcionais + 1/3 (2016) e multa de 40% do FGTS. CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento de 8% do FGTS devido a cada parcela remuneratória paga ao autor, a contar do mês de janeiro de 2014, nos termos da exordial. Os valores deverão ser corrigidos nos termos do art. 13 da Lei 8.036/90 e com juros de mora aplicáveis à Fazenda Pública, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 desde a citação. Diante da sucumbência mínima por parte do Requerido, CONDENO o Requerente no pagamento honorários advocatícios, os quais fixo em 10% em cima da condenação (art. 85, § 3º, I do CPC), cuja exigibilidade está suspensa ante a gratuidade de justiça deferida às fls. 55. Custas na forma da Lei. Remetam-se os autos ao E. Tribunal para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM), ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0604806-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Jose da Fonseca Soares - REQUERIDO: Município de Maués - Tendo em vista o Decreto Municipal nº 132/2017, do Município de Maués, que contempla o limite de 06 (seis) salários-mínimos para os pagamentos via RPV, chamo o processo à ordem para determinar a expedição de Precatório para o pagamento dos honorários de sucumbência. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM) - Processo 0605292-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sebastião Simões da Silva - Ausente litígio a ser resolvido por este Juízo, visto ter o Executado deixado de apresentar impugnação, expressamente manifestando seu desinteresse, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo Exequente à fl. 152. Expeça(m)-se a(s) RPV(s). P. R. I. C. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609097-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Antônio Francisco Mendes Doce - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0612279-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALEXANDRE PEREIRA ALFON - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 443 expedi alvará de levantamento judicial para Dra. Eliane Andrade Martins OAB/AM nº 12.118. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0616802-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvana Gonçalves da Silva - DEIXO de acolher o pleito formulado pelo Município às fls. 332-333, por não vislumbrar equívocos na expedição do precatório, posto que os valores dos honorários pagos via RPV referem-se aos honorários de sucumbência, enquanto o quantum devido ao patrono constante no ofício requisitório de fl. 314 trata-se dos honorários contratuais. Desta forma, conforme observa-se dos cálculos apresentados pelo próprio Município (fl. 229), vê-se que o montante referente aos honorários contratuais fora destacado da parte devida ao Exequente, razão pela qual o Município não está pagando em duplicidade. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0617182-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Demissão ou Exoneração - REQUERENTE: Walda Shirley Paes Moura de Menezes - Intime-se o Executado para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DE ASSIS VERAS FORTES NETO (OAB 14640/PI), ADV: HEYLANE CRISTINA DOS SANTOS BRASIL (OAB 10360/PI) - Processo 0617331-04.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Servi San Vigilância e Transportes Ltda - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 436 expedi alvará de levantamento judicial para Dr. Valter Ferreira de Alencar Pires Rebelo OAB/PI 2.604. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0618331-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dorivaldo José Maria da Silva e outros - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. e outro - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0618682-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Rildo dos Santos Bernardo - Decisão. Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para dar-lhes provimento total e assim, dando nova redação do seguinte parágrafo apenas, deixando os demais inalterados: “CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento ao autor, quanto a conversão de licenças-especiais em pecúnia, relativas ao período aquisitivo de 15.05.1985 a 1990 (quinquênio) e 15.05.2005 a 2015 (decênio). Valor este que deverá ter como base de cálculo a remuneração percebida pelo Autor na data de sua reforma.” P. R. I. Manaus, 02 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EUCLÉSIA PEREIRA MARINHO (OAB 6936/AM) - Processo 0620677-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Iney Cunha de Araújo - Decisão. Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para dar-lhes provimento total e assim, dando nova redação do seguinte parágrafo apenas, deixando os demais inalterados: “CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento de 8% do FGTS devido a cada parcela remuneratória paga à autora, a contar do mês de junho de 2012 e, nos termos do art. 20, I da Lei 8036/90, que seja concedida a Chave da Conectividade Social para o saque do referido valor referente ao FGTS.” P.R.I. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: EVANDRA D’NICE P. DE SOUZA (OAB 3564/AM), ADV: SILVIA CRISTINA LIMA DE MATOS (OAB 2877/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM) - Processo 0621117-85.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: MCW CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA. - Diga o Autor quanto à petição à fl. 178, informando se possui interesse no prosseguimento do feito. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: NATÁLIA CHACON HILDEBRANDO DA SILVA (OAB 10454/AM) - Processo 0622375-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Sabrina Sonira Miranda da Silva - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0624377-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERIDO: Sergio Ferreira Saraiva e outro - Decisão Ante o exposto, RECONHEÇO a incidência da prescrição da pretensão no presente feito, EXTINGUINDO o feito, com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, do CPC. Sem custas e honorários, dada a natureza do Autor. P.R.I Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM) - Processo 0627157-54.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Juarez de Almeida Cunha - REDISTRIBUIÇÃO. PREVIDÊNCIA. DÍVIDA ATIVA

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0628500-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ana Patrícia Gomes de Brito - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0629074-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho - Em virtude dos efeitos

infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: FÁBIO SILVA ANDRADE (OAB 9217/AM) - Processo 0629225-06.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Revogação - IMPETRANTE: ALPHA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME - Subam ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. Diligências legais. Intimem-se.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0637585-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Mirian Pena de Souza - Face ao trânsito em julgado do acórdão de fls. 167/171, o qual negou os embargos de declaração interpostos pela parte requerente e manteve a decisão de primeiro grau, não havendo o que executar, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0638135-22.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raimundo Arruda Feitozas - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 318 expedi alvará de levantamento judicial para Dra. Maria Ferreira de Oliveira OAB/AM 6.469. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0638993-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Maria Edna Perreira Marinho - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0639162-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonas da Silva Moreira - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação: Julgo IMPROCEDENTE o pedido do Autor. CONDENO o Autor ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §2° e 3º II do CPC, cuja exigibilidade fica isenta ante a gratuidade de justiça deferida às fls. 48. Custas pelo Requerente, isento na forma da lei. Sem reexame necessário, com fulcro no art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 02 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0640221-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Eder Auzier da Costa - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM) - Processo 0642406-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Waldemiro Moraes de Castro Filho - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0642795-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Ricardo Alves de Carvalho - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Cezar Luiz Bandieira , INTIME-SE o Requerido, Ricardo Alves de Carvalho, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor da Decisão de fls. 76, proferido nos autos do processo em epígrafe. Atenciosamente, Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de secretaria em exercício

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0643404-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - REQUERIDO: Tupex Empresa da Amazônia Coletora de Lixo Ltda e outro - A questão fática sobre a qual recaíra a atividade probatória limita-se à apuração dos níveis de ruído supostamente perpetrados pelo Requerido, e a qualificação do local onde se localizam os empreendimentos das partes. No presente caso, necessária se faz a dilação probatória. Definido o ponto fático controvertido, recairá sobre ele a atividade probatória. Mantenho o ônus probante, nos termos dos inciso I e II, do art. 373. Sendo assim, DEFIRO a produção de prova pericial. Designo como perita judicial a Engenheira Geselany Aquino Pimentel, com curriculum vitae arquivado nesta vara. A Perita deverá informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, bem como apresentar proposta de honorários. Fixo em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos. Intimem-se, as partes para, querendo, apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, do CPC). Defiro a colheita de depoimento pessoal. Defiro a produção de prova testemunhal, devendo as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar rol de testemunhas. À Secretaria para pautar data para realização de audiência de instrução. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0700199-73.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERIDO: Gelianny Ferreira de Souza e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0717474-35.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Roosy Ney Menezes da Silveira - Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedido do Autor. CONDENO a Requerida a promover o Requerente à graduação de cabo da Policial Militar com todos os direitos e reflexos dele decorrente, incluindo-se as diferenças pecuniárias, retroativamente a contar de 27/11/2007 (quinquênio não prescrito), promoção a ser efetivada no prazo de 20 (vinte) dias sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento, até o limite de 60 dias-multa. Havendo sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios em 12% em cima do que cada um sucumbiu, com fulcro no art. 85, § 3°, I, do CPC, cuja exigibilidade em relação ao Autor fica suspensa ante a gratuidade de justiça deferida às fls. 42. Custas na forma da lei. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça nos termos do art. 496/CPC. P.R.I. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Euclésia Pereira Marinho (OAB 6936/AM)
Evandra D'nice P. de Souza (OAB 3564/AM)
Fábio Silva Andrade (OAB 9217/AM)
Francisco de Assis Veras Fortes Neto (OAB 14640/PI)

Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Heylane Cristina dos Santos Brasil (OAB 10360/PI)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jose Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 900.029/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Natália Chacon Hildebrando da Silva (OAB 10454/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Silvia Cristina Lima de Matos (OAB 2877/AM)
Túlio Dantas (OAB 4034AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Viviane Dantas Siqueira (OAB 5347AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0373/2019

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0219339-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Francisco Adriano Oliveira da Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0219339-19.2013.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4507/AM - Cristiane Gama Guimarães, 2557/AM - Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira, 2150/AM - Rômulo Almeida do Nascimento, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia Data e Hora da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\>, concernente ao Processo nº 0219339-19.2013.8.04.0001, onde figura como Réu Francisco Adriano Oliveira da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0219339-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Francisco Adriano Oliveira da Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0219339-19.2013.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4507/AM - Cristiane Gama Guimarães, 2557/AM - Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira, 2150/AM - Rômulo Almeida do Nascimento, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 02/10/2019 às 10:45h, concernente ao Processo nº 0219339-19.2013.8.04.0001, onde figura como Réu Francisco Adriano Oliveira da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: CRISTIANE ALBUQUERQUE AMORE (OAB 8536/AM) - Processo 0229509-79.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Francisco Moreira de Souza Neto - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0229509-79.2015.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 8425/AM - Rafael Panza França Garcia, 8536/AM - Cristiane Albuquerque Amore, 8398/AM - Ruth Gonçalves Pinto, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/10/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0229509-79.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Francisco Moreira de Souza Neto, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0247837-28.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Augusto Cézar Duarte Maximino - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face AUGUSTO CÉZAR DUARTE MAXIMINO, já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, I e no no art. 157, §2º, I, c/c art. 14, II do CP. Narra a denúncia que: “No dia 19 de maio de 2013, por volta das 00h, na rua São Florêncio, Cidade de Deus, AUGUSTO CÉSAR DUARTE MAXIMINO, dolosa e conscientemente, mediante grave ameaça exercida com uma faca, compeliu Nayara da Silva Pires a lhe entregar o celular que portava. Em seguida, tentou executar o delito contra Jacqueline Mayara Souza Cruz, que acompanha a primeira vítima, porém, antes da abordagem, esta empreendeu fuga e ocultou-se no interior de uma pizzaria, onde comunicou os fatos a um policial militar, que, por sua vez, os repassou a uma viatura policial em patrulhamento ostensivo na área. Em companhia da autoridade policial, as vítimas passaram a efetuar buscas nas proximidades do local do crime e identificaram o denunciado caminhando em via pública. O denunciado foi detido e prontamente reconhecido por ambas as vítimas, conforme Autos de Reconhecimento de Pessoa de fls. 14 e 16. A faca utilizada no crime foi devidamente apreendida em poder do denunciado, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 9, e submetida à perícia, consoante Requisição de fls. 24. O produto do crime não

foi recuperado. Interrogado, o denunciado nega ter concorrido para o delito, informando que estava em casa quando foi abordado pela autoridade policial e conduzido à delegacia. Por fim, ressalta-se que também foi apreendido com o denunciado considerável quantidade de substância entorpecente, delito apurado em inquérito policial autônomo." Recebida a denúncia e regularmente citado, o acusado apresentou Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi colhidos os depoimentos das testemunhas arroladas, da vítima Jaqueline Mayara de Souza Cruz, bem como do acusado, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na denúncia, e consequente condenação do réu nos termos narrados na inicial acusatória. A defesa requereu a absolvição do acusado pela ausência da autoria delitiva. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. I - Da materialidade e autoria Compulsando os autos, verifico que é atribuído ao acusado a prática do delito de roubo consumado e roubo tentado, majorado pelo emprego de arma, ocorrido na data de 19 de maio de 2013. A legislação penal em vigor na data dos fatos dispunha que: Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. Trata-se de crime material que depende de resultado naturalístico que se consubstancia com a efetiva inversão da posse do bem da esfera patrimonial da vítima para do autor do delito, mediante grave ameaça, violência a pessoa, ou depois de havê-la, reduzido à impossibilidade de resistência, independendo da posse mansa e pacífica da res furtiva. Ressalto ainda que, desnecessário que o objeto saia da vigilância da vítima para sua configuração. Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ROUBO. MOMENTO CONSUMATIVO. POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES FURTIVA. DESNECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. TESE: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é de que o crime de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída, mediante violência ou grave ameaça, ainda que haja imediata perseguição e prisão, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima. Jurisprudência do STF (evolução). (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015) Ementa: Recurso ordinário em habeas corpus. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo. Pedido de anulação de condenação transitada em julgado. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a posse mansa e pacífica da coisa subtraída não é necessária para a consumação do delito de roubo. (RHC 118627, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-048 DIVULG 11-03-2014 PUBLIC 12-03-2014) Da mesma forma, irrelevante se o bem foi restituído à vítima, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ementa: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus substitutivo de revisão criminal. Roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas. Reconhecimento da tentativa. Inadequação da via eleita. 2. O acórdão impugnado está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "tem-se por consumado o crime de roubo quando, cessada a clandestinidade ou a violência, o agente tenha tido a posse da coisa subtraída, ainda que retomada logo em seguida". (HC 95174, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/12/2008). 3. As peças que instruem o processo não evidenciam nenhuma teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique a concessão da ordem de ofício. No caso, ainda que por um curto espaço de tempo, deu-se a posse da coisa subtraída, apesar de restituída à vítima, logo em seguida. 4. Habeas corpus não conhecido. (HC 116239, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 08/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 24-05-2018 PUBLIC 25-05-2018) No caso em concreto, em relação a materialidade do crime de roubo consumado, verifico que se fazem presentes todos os elementos do tipo penal, materializados nos Termos de Declaração das autoridades policiais responsáveis pelo flagrante do acusado, nos Termos de Declaração da vítima, no Termo de Reconhecimento de Pessoa e de Objeto, no Auto de Apreensão e Exibição. Em depoimento prestado em delegacia, a vítima Nayara da Silva Pires, narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados ao acusado. Informando, em síntese, que: Caminhava no bairro Cidade de Deus, juntamente com sua amiga de nome Jaqueline, quando foi abordada por um elemento que puxou uma faca ameaçando furá-la. Imediatamente, entregou-lhe o aparelho. Logo depois, pediu ajuda a policiais militares, que iniciaram perseguição ao elemento, prendendo-o em seguida. Com esse elemento foi encontrada a faca utilizada na abordagem, objeto reconhecido pela vítima. Na mesma oportunidade, expressamente reconheceu o acusado como autor do crime, conforme Termo de Reconhecimento de Pessoa. Destaco que o depoimento da vítima foi ainda corroborado pelo Auto de Exibição e Apreensão de UMA faca média com cabo de cor branca, marca Tramnontina, encontrada em posse do acusado, bem como pelo Termo de Reconhecimento de Objeto, em que a vítima reconheceu a res furtiva retro mencionada como sendo de sua propriedade. Com o acusado foi encontrado, ainda, 12 trouxinhas de substâncias entorpecentes, conforme laudo de fls. 25-26. Os depoimentos das autoridades policiais responsáveis pelo atendimento da ocorrência transcritos nos Termos de Declaração, bem como das demais testemunhas corroboraram a versão apresentada pelas vítimas. Nesse sentido, narraram que: Que estavam em patrulhamento na região da ocorrência, quando avistaram populares acenando com as mãos, oportunidade em que a vítima informou que havia sido roubada por um elemento que a compeliu a entregar seu aparelho de telefonia móvel celular, ameaçando-a com uma faca em seu pescoço. A vítima informou que o elemento trajava uma bermuda azul. Em buscas, avistaram um elemento trajando bermuda idêntica e durante revista pessoal, foi encontrada com ele uma faca média com cabo branco, marca Tramontina, além de 12 trouxinhas de substância entorpecente. Na oportunidade, a vítima e sua amiga Jaqueline reconheceram o elemento como sendo aquele que praticou o delito de roubo contra Nayara. Ato contínuo, o acusado foi conduzido ao DIP, onde, depois de ouvido, foi lavrada o auto de prisão em fragrante. Ressalto que as provas colhidas durante o inquérito policial foram confirmadas durante a instrução processual, em especial durante audiência de instrução e julgamento através das provas testemunhais, onde todos os depoimentos prestados em delegacia foram ratificados. Acrescento que, diante do robusto conjunto de provas produzidos sob o contraditório e a ampla defesa durante instrução processual, o fato de a vítima não ter comparecido em juízo para reconhecer o acusado é irrelevante. Nesse sentido: EMENTA - PENAL - PROCESSO PENAL - ROUBO - PROVA - VÍTIMA NÃO OUVIDA EM JUÍZO - IRRELEVÂNCIA - OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - ARMA IMPRÓPRIA - APREENSÃO - DESNECESSIDADE - REGIME Nos crimes de roubo, a palavra da vítima é decisiva para a condenação, sendo válido o reconhecimento por ela operado em sede policial, ainda que não tenha sido ouvida em juízo, porquanto outros elementos de prova confirmam a autoria da infração, sendo o acusado preso logo após a infração na posse dos bens subtraídos, o que foi confirmado pelos policiais em juízo. Prova suficiente. Condenação mantida. (TJ-RJ - APL: 01048484020178190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 27 VARA CRIMINAL, Relator: MARCUS HENRIQUE PINTO BASÍLIO, Data de Julgamento: 17/04/2018, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/04/2018) Sublinho que, o fato de não ter sido realizado novo reconhecimento do acusado pela vítima, em juízo, não invalida, por si só, àquele realizado na esfera policial, posto que existem outros elementos de provas produzidos durante a instrução processual como veremos adiante. Nesse sentido: HABEAS CORPUS. ROUBO. ABSOLVIÇÃO. CONDENAÇÃO

BASEADA EM PROVAS PRODUZIDAS NA FASE POLICIAL E JUDICIAL. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.2. As instâncias ordinárias atribuíram a autoria do delito ao ora paciente com fundamento no conjunto de provas devidamente produzido durante a instrução criminal. Para se afastar essa conclusão, é necessária a incursão aprofundada em questões fáticas, o que é incabível em sede de habeas corpus. 3. Ressalta-se ainda que a ausência de ratificação, em juízo, do reconhecimento fotográfico e pessoal realizado pela vítima durante o inquérito policial não conduz, por si só, à nulidade da condenação, tendo em vista a existência de outras provas, sobretudo a testemunhal. 4. Habeas corpus não conhecido. (HC 435.268/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019) Acrescento que, no presente caso, diante do robusto conjunto probatório, tendo sido o acusado preso logo após a infração de posse do instrumento do crime, é irrelevante o fato de a vítima não ter comparecido em juízo para confirmar o depoimento prestado na delegacia, como já mencionado. EMENTA - PENAL - PROCESSO PENAL - ROUBO - PROVA - VÍTIMA NÃO OUVIDA EM JUÍZO - IRRELEVÂNCIA - OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - ARMA IMPRÓPRIA - APREENSÃO - DESNECESSIDADE - REGIME Nos crimes de roubo, a palavra da vítima é decisiva para a condenação, sendo válido o reconhecimento por ela operado em sede policial, ainda que não tenha sido ouvida em juízo, porquanto outros elementos de prova confirmam a autoria da infração, sendo o acusado preso logo após a infração na posse dos bens subtraídos, o que foi confirmado pelos policiais em juízo. Prova suficiente. Condenação mantida. (TJ-RJ - APL: 01048484020178190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 27 VARA CRIMINAL, Relator: MARCUS HENRIQUE PINTO BASÍLIO, Data de Julgamento: 17/04/2018, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/04/2018) ROUBO. CONCURSO DE AGENTES. PROVA. AUTORIA E MATERIALIDADE. CONDENAÇÃO. RECONHECIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. VÍTIMA NÃO OUVIDA EM JUÍZO. PRESCINDIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS DE PROVA. RECONHECIMENTO FEITO NA DELEGACIA PELA VÍTIMA. CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO PELOS POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA. II - NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ABSOLVIÇÃO PELO FATO DE A VÍTIMA NÃO HAVER SIDO LOCALIZADA PARA SER OUVIDA EM JUÍZO, SE EXISTENTES NOS AUTOS OUTROS ELEMENTOS DE PROVA HÁBEIS À CONDENAÇÃO. III - OS DEPOIMENTOS PRESTADOS POR POLICIAIS, AGENTES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, SÃO DOTADOS DE PRESUNÇÃO DE VERACIDADE, DESDE QUE INEXISTA CONTRADIÇÃO APTA A DESABONÁ-LAS. V - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-DF - APR: 20130310082248 DF 0008010-04.2013.8.07.0003, Relator: NILSONI DE FREITAS, Data de Julgamento: 06/02/2014, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 11/02/2014 . Pág.: 168) Por último, ouvido em juízo, o acusado não negou a autoria do delito, apesar de narrar que não recordava de nada, mas tudo que lembrava, inclusive do fato de ter chegado em casa com o suposto objeto do crime, foi lhe contado por sua esposa, pois estava “drogado demais” para lembrar. Insta destacar que a testemunha Jaqueline, que estava com a vítima no momento do crime destacou que o acusado estava visivelmente drogado. Entretanto, a versão do réu não foi suficiente para refutar a autoria do crime. Ao contrário, este apresentou narração confusa, tornando pouco crível seu depoimento. Por outro lado, quanto ao crime de tentativa de roubo contra Jaqueline, a única informação que se tem nos autos é a de que, após roubar a vítima Nayara, teria corrido em perseguição àquela, o que não se faz vislumbrar que a pretensão do acusado era roubá-la também, não tendo contra Nayara praticado qualquer dos elementos do tipo do qual é acusado, razão pela qual deve ser afastada a acusação de roubo tentado contra Jaqueline. Por fim, o inciso I do § 2º do art. 157, foi revogado pela lei 13.654/2018, razão pela qual não há falar em qualificadora por emprego de arma. Por todo o exposto, verifico que, que as provas colhidas em sede policial, bem como durante a instrução processual, são suficientes para a comprovação da materialidade e autoria do crime de roubo consumado e a consequente formação de um Juízo condenatório. Decisão. Manifestamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do delito sob exame, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia. Pelo exposto, CONDENO AUGUSTO CEZAR DUARTE MAXIMINO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas dos artigos 157, caput CP. Por outro lado, ABSOLVO o acusado pelo crime do art. 157, § 2º c/c art. 12, II Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros do art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado não possui condenação transitada em julgado anterior a data dos fatos analisados nos presentes autos.Por outro lado, quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, às circunstâncias e às consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Dessa forma, diante da inexistência de circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 157, caput do CP em 4 (quatro) anos de reclusão. Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Tendo em vista que o acusado confessou a autoria do delito espontaneamente, reconheço a existência da circunstância atenuante da confissão espontânea, assim como reconheço sua menoridade penal relativa ao tempo da ação, porém, deixo de aplicá-las por respeito à súmula 231 do STJ. Desta forma, fixo a pena-provisória do crime tipificado no art. 157, caput do CP em 4 (quatro) anos de reclusão. Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Passo a análise das causas de aumento e diminuição. Sem causa de aumento ou diminuição de pena. Por esse motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 157, caput do CP em 4 (quatro) anos de reclusão. Do Regime inicial: O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o ABERTO, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, letra c, do CP. Da Detração: Não há tempo a detrair, posto que o acusado permaneceu preso por ordem do MM. Juiz da VECUTE, e não por esse Juízo. Do direito de Recorrer em Liberdade: Considerado a natureza da pena ora aplicada, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: Deixo de operar a substituição prevista no art. 44 da Lei Substantiva Penal, em razão de o crime ter sido cometido com grave ameaça à pessoa. Da suspensão condicional da pena: Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena, em observância ao art. 77, caput do CP. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito em julgado, expeçam-se as guias de recolhimento, para a execução da pena. Lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceu preso provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: FABRÍCIO ARAUJO SAMPAIO (OAB 10814/AM) - Processo 0627641-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Ariana de Oliveira Castro e outro - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 238, a acusada foi intimado através de seu patrono para

apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono da acusada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0631875-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Igor Rodrigues da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0631875-55.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5708/AM - Maria Santana de Freitas, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 07/10/2019 às 09:15h, concernente ao Processo nº 0631875-55.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Igor Rodrigues da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0643997-32.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Paulo Roberto Souza Batista - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0643997-32.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 12473/AM - Érica Cândida Costa, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 02/10/2019 às 10:15h, concernente ao Processo nº 0643997-32.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Paulo Roberto Souza Batista, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Cristiane Albuquerque Amore (OAB 8536/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabrício Araujo Sampaio (OAB 10814/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0374/2019

ADV: JOÃO ROBERTO ALMEIDA E SILVA (OAB 1762/AM) - Processo 0042263-86.2005.8.04.0001 (001.05.042263-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: L.P.G. e outros - Sentença: Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado ao acusado, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO LINEU PEREIRA GUEDES pela prática do delito tipificado no art. 157 §3º, do Código Penal c/c art. 1º, II da Lei n. 8072/90, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Cientes as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Nada mais havendo, a MMa. Juíza de Direito então determinou o encerramento do presente termo, o qual após lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Jackelyne da Silva Vieira, o digitei e subscrevo.

João Roberto Almeida e SIlva (OAB 1762/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 6302/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0209669-54.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Wagner da Silva Dias - Maikon Rocha de Almeida - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência ABSOLVO o réu MAIKON ROCHA DE ALMEIDA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0214576-04.2015.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Rodrigo de Lima Moreira - Alexandre Viana Lima - R. Hoje. Defiro conforme requerido pelo Ministério Público às fls. 244. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. "Requer seja intimada a defesa dos denunciados para apresentar a documentação (RG, CPF, Certidão de Nascimento) dos mesmos, no prazo de 05 dias, a fim de comprovar a correta qualificação dos mesmos, sob pena de decretação da prisão preventiva por se furtarem a aplicação da lei penal, sob cautelas legais."

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0214845-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Nivaldo Junior da Silva Mota - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: A MMa Juíza concedou às partes o prazo de cinco (05) dias, sucessivamente, para apresentação de Memoriais.

ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: KAYO HAMYSH FERNANDES SANTIAGO (OAB 8042/AM) - Processo 0216056-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Paulo Schumaker Lima da Silva - Marcelo Alexandre Pinheiro do Nascimento - Instrução e Julgamento Data: 20/02/2020 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0217848-06.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: RAYMEDSON LIMA DE ARAÚJO - Instrução e Julgamento Data: 23/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0229314-60.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: O Estado - INDICIADO: Elton Frank Almeida da Costa - Instrução e Julgamento Data: 23/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0233720-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Rujles Meireles de Souza - Instrução e Julgamento Data: 19/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0244134-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Magno Azevedo Mafra - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência, ABSOLVO o denunciado MAGNO AZEVEDO MAFRA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0247840-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: Silas Alves da Silva - Instrução e Julgamento Data: 09/12/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0600690-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: France Daik Sinfronio Batista - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALAN VASCONCELOS BALDERRAMA (OAB 13630/AM) - Processo 0617637-60.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Nadson da Costa Chagas - Ante o exposto, e porque esta é a prova dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar NADSON DA COSTA CHAGAS, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, parágrafo 2.º, II, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 5.º, XLVI, da Constituição da República e do artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O Réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituem pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. A vítima em nada influenciou à prática do delito. Não há parâmetros para um juízo sobre a situação econômica do Réu. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base para o crime de roubo em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Por outro lado, milita contra o réu a causa de aumento de pena prevista no inciso II, do § 2.º do art. 157 da Lei Substantiva Penal, porquanto o crime foi praticado mediante concurso de pessoas. Dessa forma, vislumbro a necessidade de se elevar a pena a ser fixada em 1/3 (um terço), pena esta dosada em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão havida em 14.04.2019, dosando definitivamente a pena em 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias. Assim, conforme restou consignado no bojo desta decisão, fica definitivamente o réu condenado à pena de 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "b" do Código Penal, deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime SEMIABERTO. Por não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, razão pela qual determino que EXPEÇA ALVARÁ DE SOLTURA. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o Réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; e, 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0619800-81.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Bruno Henrique da Silva Franco - Instrução e Julgamento Data: 05/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM) - Processo 0622356-22.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Ivan Ramos Sa Junior - Yuri Marcelo Mota de Sa - Danielle Saiene Alencar Furtado - Jessica Yasmin Mota de Sa - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno IVAN RAMOS SÁ JÚNIOR, YURI MARCELO MOTA DE SÁ, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 155, § 4.º, I e IV, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar as respectivas penas a ser-lhes aplicadas, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. D'outra banda, ABSOLVO DANIELLE SAIENE ALENCAR FURTADO e JÉSSICA YASMIN MOTA DE SÁ das imputações que lhes foram feitas na denúncia, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal. IVAN RAMOS SÁ JÚNIOR YURI MARCELO MOTA DE SÁ Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As

circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; As consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento da vítima contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. À vista dessas circunstâncias analisadas é que fixo as respectivas penas-bases em 02 (dois) anos de reclusão. Concorrem circunstâncias atenuantes previstas no artigo 65, I e III, "d", do Código Penal, quais sejam, a menoridade relativa e a confissão, em relação ao réu YURI MARCELO, porquanto tinha 20 anos à época dos fatos. Referente ao réu IVAN RAMOS, reconheço o atenuante da confissão. Contudo, tendo em vista que a pena-base foi fixada no mínimo legal, deixo de aplicá-las, em observância à Súmula n.º 231, do STJ, razão pela qual mantenho as penas anteriormente dosadas. Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas aumento e de diminuição a serem observadas. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, a qual deve guardar exata proporcionalidade com a pena de multa, fixo esta no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida individualmente, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Não houve tempo de prisão provisória a ser detraído. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 02 (dois) anos de reclusão, e ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do CP, os Réus deverão cumprir a pena em regime ABERTO. Contudo, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que os Réus preenchem os requisitos alinhados no artigo 44, inciso III, do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, observado o disposto pelo artigo 44, parágrafo 2.º, 2.ª parte e na forma dos artigos 45, parágrafo 1.º, do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, quais sejam, a de PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, por se revelarem as mais adequadas ao caso, na busca de reintegração dos sentenciados à comunidade e como forma de lhes promover a autoestima e compreensão do caráter ilícito de suas condutas, consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2.°, do artigo 46, do CP, em local a ser designado pelo Juízo da Execução, devendo ser cumprida a razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado e, esta, no pagamento do valor de 1 (um) salário mínimo, em face de cada sentenciado, vigente à época do fato delituoso, para ser convertido na aquisição de cestas básicas a serem entregues a entidades públicas ou privadas em funcionamento neste Município que possuam destinação social e atuem em prol da comunidade. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, em audiência admonitória a ser designada, caberá indicar as entidades beneficiadas com as prestações de serviços, as quais deverão ser comunicadas a respeito, com a remessa de fotocópia da presente decisão, incumbindo-lhe encaminhar mensalmente relatório circunstanciado, bem como a qualquer tempo, comunicar sobre a ausência ou falta disciplinar dos condenados, consoante disposto pelo artigo 150, da Lei 7.210/84. Deverá, ainda, ser cientificado aos réus que lhes é facultado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (artigo 55, do Código Penal), sendo que, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada ou restante. Da mesma forma, em audiência admonitória, caberá ao Juízo da Execução indicar a entidade beneficiada com a prestação pecuniária (cestas básicas). Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Expeçam-se Cartas de Guias em desfavor dos Réus, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas-VEMEPA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0622574-16.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Roubo Majorado - RÉU: Jhonatan Pena de Souza - Instrução e Julgamento Data: 16/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0623216-86.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: Samec de Jesus Gama Quintino e outro - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0626383-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - RÉU: J.S.S.J. - R.R.H. - R.R.H. - B.N.S. - C.R.H. - Instrução e Julgamento Data: 30/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: CLAUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0631513-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: M.F.M. - A.N.T. - A.N.T. - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0638854-62.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: Josiney dos Santos Rolim - Instrução e Julgamento Data: 01/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0640185-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Marcelo Jefferson da Gama Viana - Fabricio da Gama Viana - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: A MMa Juíza concedeu às partes, o prazo de cinco (05) dias, sucessivamente, para apresentação de MEMORIAIS.

Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Alan Vasconcelos Balderrama (OAB 13630/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Claudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 6302/AM)
Kayo Hamysh Fernandes Santiago (OAB 8042/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: LÚCIA HONÓRIO DE VALOIS COELHO (OAB 4233/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM) - Processo 0207906-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Rogeanne Oliveira Gomes da Silva representada pelo seu Curador José Carlos Cavalcante - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0217641-07.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: A Sociedade - ACUSADO: PAULO GOMES DA SILVA FILHO - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM), ADV: RENAN RODRIGUES LIMONGI (OAB 12413/AM) - Processo 0224355-46.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Abandono de incapaz - ACUSADO: José Stélio Barbosa Nery e outro - Instrução e Julgamento Data: 11/09/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0224647-65.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADA: ANA CLAUDIA MENDONCA SOARES - Arlesson dos Santos Souza - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Defiro o requerido pelas partes. Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 11/09/2019 às 09:00h. Partes intimadas em audiência. Expeça-se mandados de intimação para os acusados. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0227171-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Moisés Magno da Paixão - ACUSADO: DENARDO ABREU DE LIMA - Pablo Mereles do Nascimento - Instrução e Julgamento Data: 11/09/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARILEIDE DA SILVA MAIA (OAB 8618/AM) - Processo 0230431-23.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Adriano Jorge de Lima Guimarães - Instrução e Julgamento Data: 11/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0231332-35.2008.8.04.0001 (001.08.231332-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Euler Campos Castro e outro - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:50 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0233818-46.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: William Nobre da Silva - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 09:10 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: VALDELENE PEREIRA DUARTE (OAB 1939/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0710850-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - ACUSADO: Afonso Feldhaus - Roque Stumm - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 13/09/2019 às 09:30h. Partes intimadas em audiência. Diligencie-se ao SAJ/SIEL conforme requerido. Os acusados saem devidamente ciente das cominações previstas no art. 367, do CPP. Intimações de estilo. Cumpra-se.

Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Lúcia Honório de Valois Coelho (OAB 4233/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marileide da Silva Maia (OAB 8618/AM)
Renan Rodrigues Limongi (OAB 12413/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Valdelene Pereira Duarte (OAB 1939/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0178/2019

ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM) - Processo 0232486-73.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Ícaro Rodrigo Valente Lopes - RÉ: Juciane Alves de Sena - Suzy Souza de Miranda e outro - Apresentar DEFESA ESCRITA do acusado WESLEY DOS SANTOS. Audiência designada para o dia 02/10/2019, às 08:30h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0607085-70.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jéferson Maricaua da Silva - A MMa. Juíza titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Drª CAREEN AGUIAR FERNANDES, acolhendo parecer ministerial, determinou a CITAÇÃO POR EDITAL, do(a) acusado(a) JEFFERSON MARICAUA DA SILVA, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir do comparecimento pessoal do(a) acusado(a) ou do defensor constituído.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0608222-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: H.S.B. - S.A.T.C. - V.V.S. - Após confrontar os fatos narrados na peça inicial acusatória com os argumentos trazidos pelas defesas, concluo incorrer quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, motivo pelo qual, em consonância com a manifestação ministerial, INDEFIRO a tese defensiva arguida e determino o prosseguimento da instrução penal. Prossiga-se com a instrução penal. Cumpra-se.

ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM) - Processo 0638839-93.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Iranildo do Nascimento Monteiro - Audiência designada para o dia 02/10/2019, às 09:00h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0645730-33.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Injúria - AUTORAFATO: Eriane Soares Fernandes - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos.Intimem-se.Cumpra-se.

Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0871/2019

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MICHELLE CRISTINE LIMA DE CASTRO (OAB 3997/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: ALEXANDER DE SOUZA PINTO (OAB 6111/AM), ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: EZEQUIAS VASCONCELOS DE PAULA (OAB 9284/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0221097-09.2008.8.04.0001 (001.08.221097-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Joao Paulo dos Santos Correa - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Joao Paulo dos Santos Correa, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0228623-12.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Caio Marcelo Dias de Souza e outros - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 18/09/2019, às 10:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento e Produção Antecipada de Prova .

ADV: AUSTREGÉSILO BRANDÃO FREITAS (OAB 1506/AM) - Processo 0245243-02.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: Marcos Soares de Oliveira - De ordem, em razão do devido cumprimento, faço a devolução da carta precatória à Comarca de origem, com as homenagens deste Juízo, procedendo com a baixa no sistema SAJ.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0619300-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Itala Cristina Freire dos Santos - Designo o dia 04/03/2020, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0621420-60.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Kaio Cesar Brito Lima e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 18/09/2019, às 10:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

Alexander de Souza Pinto (OAB 6111/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Austregésilo Brandão Freitas (OAB 1506/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Ezequias Vasconcelos de Paula (OAB 9284/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Michelle Cristine Lima de Castro (OAB 3997/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0872/2019

ADV: MILENA ALCANTARA DE FARIAS (OAB 14726/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0622848-77.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Fábio Caique de Oliveira Nunes - Forte nesses argumentos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar Fábio Caique de Oliveira Nunes, como incurso na pena do artigo 16, parágrafo único, IV da Lei 10.826/03, e o absolvo do crime do artigo 150, do Código Penal, o fazendo com amparo no art. 386, II, do CPP. Passo a dosar-lhe a pena, aten

Milena Alcantara de Farias (OAB 14726/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0515/2019

ADV: RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM) - Processo 0239323-23.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: E.B.P. e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 01/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0516/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0240286-02.2010.8.04.0001 (001.10.240286-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Sideney Cesa Oliveira Ramos - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 01/10/2019 às 11:00h. **Do** que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0517/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0201487-84.2010.8.04.0001 (001.10.201487-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo

(art. 157) - RÉU: Silvio Fábio de Souza Campos - Raimundo Chaves de Araújp e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 02/10/2019 às 09:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus,02 de setembro de 2019 (M58947).

Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0518/2019

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0228214-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Anderson das Chagas Marques - Calebe Silva Magalhães e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 02/10/2019 às 10:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2018 (M58947).

Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0519/2019

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0253760-40.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Alexandre Amorim Nobre - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 02/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0521/2019

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0246035-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Ivan Clíssio Ferreira da Costa da Silva - Determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/10/2019, às 09:00 horas. Notifiquem-se todos, inclusive o Ministério Público. Juntem-se os laudos periciais e as certidões criminais pertinentes. Cumpram-se as eventuais diligências requestadas pelo órgão ministerial e pela defesa. Demais providências pela Secretaria da Vara. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 Henrique Veiga Lima Juiz de Direito

Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0523/2019

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0244543-36.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Dennis dos Santos Malhao - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 03/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0524/2019

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0230129-28.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: EWANDER RODRIGUES DOS SANTOS - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 04/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0525/2019

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0006952-28.2010.8.04.0011 (011.10.006952-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Geiber Barros da Silva e outros - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 07/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0526/2019

ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 5809/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0200635-89.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Cassiano Coelho Rezendes - Rodrigo de Souza Batista - Antonio Anderson Pessoa Pinheiro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr.

Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 08/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 5809/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0527/2019

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM) - Processo 0261744-12.2009.8.04.0001 (001.09.261744-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Mário Jorge Oliveira da Silva - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 09/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 09 de setembro de 2019 (M58947).

Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0528/2019

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: NAYARA SILVA COSTA CALMONT (OAB 10576/AM), ADV: GRACIETE DE ABREU CORRÊA (OAB 3412/AM) - Processo 0241282-29.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jackson Deide Bacelas dos Santos e outros - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 10/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Graciete de Abreu Corrêa (OAB 3412/AM)
Nayara Silva Costa Calmont (OAB 10576/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0529/2019

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0206176-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Evaldo Rocha da Silva - Nardson Silva de Alencar - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 11/10/2019 às 09:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus 02 de setembro de 2019 (M58947).

Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0530/2019

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: THANDARA MARIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 12943/AM) - Processo 0204469-19.2016.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Exercício arbitrário das próprias razões - VÍTIMAFATO: Lucileia Pinheiro de Oliveira - AUTORFATO: Emanuel Nonato Freire de Souza - Determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 10:00 horas. Notifiquem-se todos, inclusive o Ministério Público. Juntem-se os laudos periciais e as certidões criminais pertinentes. Cumpram-se as eventuais diligências requestadas pelas partes. Demais providências pela Secretaria da Vara. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 Henrique Veiga Lima Juiz de Direito

Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thandara Mariana Cavalcante de Oliveira (OAB 12943/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0531/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0221389-52.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Daniel Marques da Silva - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 14/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0532/2019

ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM) - Processo 0657796-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Thiago Felipe Oliveira Caldas e outro - ... Assim, considerando a existência do crime e indícios suficientes de autoria, determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 10:00 horas....

OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0533/2019

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0609689-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: E.S.S. - Determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 11:30h. Requisite-se à autoridade carcerária a apresentação do réu.

Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0534/2019

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM) - Processo 0214147-71.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155) - INDICIADO: Ilson Mota Palma e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 15/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2019 (M58947).

Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0535/2019

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0660126-49.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano Qualificado - RÉU: Jonatha de Souza Viana - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 16/10/2019 às 11:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 03 de setembro de 2019 (M58947).

Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0536/2019

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: PAULO FROZ MACHADO (OAB 9495/AM), ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM), ADV: FLOR DE LARISSE LIMA DE LIMA (OAB 10027/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0225438-39.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Maikon Henrique Vieira da Silva - Landerson Rodrigues Bentes - Magno Rafael Fernandes Assunção - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 17/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 03 de setembro de 2019 (M58947).

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Flor de Larisse Lima de Lima (OAB 10027/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Paulo Froz Machado (OAB 9495/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0538/2019

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0231114-26.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: L.J.A.R. - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/10/2019 às 10h00min . Manaus, 12 de fevereiro de 2019 Genesino Braga Neto Juiz de Direito

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0539/2019

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0242057-10.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Gleison de Souza de Oliveira - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 17/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 03 de setembro de 2019 (M58947).

James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0540/2019

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0215471-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Resistência - DENUNCIADO: Thiago Cruz da Silva e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 18/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 03 de setembro de 2019 (M58947).

Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0541/2019

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: MARCOS ANTONIO FERREIRA FEITOSA (OAB 13305/AM) - Processo 0604738-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: P.S.A. - I.C.L. - Considerando a existência do crime e indícios suficientes de autoria, determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18/10/2019 às 09:30h.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Marcos Antonio Ferreira Feitosa (OAB 13305/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0542/2019

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0226368-86.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Erick da Silva Brito e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 18/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0543/2019

ADV: MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM), ADV: JANAINA SALES RODRIGUES (OAB 4661/AM) - Processo 0220919-55.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - INDICIADO: G.D.C. - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 21/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 09 de maio de 2019 (M58947).

JANAINA SALES RODRIGUES (OAB 4661/AM)
MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0544/2019

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0602336-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antonio Marcos Pereira Capucho - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 21/10/2019 às 11:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 30 de julho de 2019 (M58947).

Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0545/2019

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: NARA NÁDIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9477/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0216268-72.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Arilson Wagner da Silva Farias e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 22/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Nara Nádia Silveira do Vale (OAB 9477/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0546/2019

ADV: SILVANA GRIJÓ GURGEL COSTA RÊGO (OAB 6767/AM) - Processo 0252980-37.2009.8.04.0001 (001.09.252980-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: André Lima Magalhães - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da

10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 22/10/2019 às 09:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo (OAB 6767/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0547/2019

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0612839-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Josiel Paz Feitosa - Designo audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22/10/2019, às 10:00 horas. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. HENRIQUE VEIGA LIMA JUIZ DE DIREITO

Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0548/2019

ADV: CELSO RABELO COSTA FILHO (OAB 7082/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0223188-67.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Roosevelt do Nascimento Reis e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 22/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 07 de junho de 2019 (M58947).

Celso Rabelo Costa Filho (OAB 7082/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0549/2019

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: IGOR NOGUEIRA BATISTA (OAB 25692/PA), ADV: LUANA MIRANDA HAGE LINS LEAL VIEGAS (OAB 14143/PA), ADV: LUCAS SÁ DE SOUZA (OAB 20187/PA) - Processo 0631761-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Rozinaldo Ribeiro dos Santos - RÉU: Aldenildo Assuncão da Silva e outro - Determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 e 29/10/2019 às 11:30h. Requisite-se à autoridade carcerária a apresentação dos réus presos. Notifiquem-se todos, inclusive o Ministério Público. Juntem-se os laudos periciais e as certidões criminais pertinentes. Cumpram-se as eventuais diligências requestadas pelo órgão ministerial e pela defesa. Demais providências pela Secretaria da Vara.

Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Igor Nogueira Batista (OAB 25692/PA)
Luana Miranda Hage Lins Leal Viegas (OAB 14143/PA)
Lucas Sá de Souza (OAB 20187/PA)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0550/2019

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0200541-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Brayn Souza da Silva - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 23/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0551/2019

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0655472-19.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Tentado - RÉU: Gleison Souza dos Santos - Thiago da Silva Machado - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 11:00h. Requisite-se à autoridade carcerária a apresentação dos réus. Notifiquem-se todos, inclusive o Ministério Público. Juntem-se os laudos periciais e as certidões criminais pertinentes. Cumpram-se as eventuais diligências requestadas pelo órgão ministerial e pela defesa. Demais providências pela Secretaria da Vara.

Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0552/2019

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0254051-98.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: NATANAEL DA SILVA SOUZA - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 28/10/2019 às 09:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0553/2019

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0228691-30.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: ANDERSON VIDAL FERREIRA - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem

do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 29/10/2019 às 09:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 (M58947).

Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0555/2019

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0249480-55.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: João Moreira de Araújo - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 29/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 09 de maio de 2019 (M58947).

Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0556/2019

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0212943-89.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155) - INDICIADO: Fábio Daniel Silva do Nascimento e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 30/10/2019 às 09:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0557/2019

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0203096-05.2010.8.04.0001 (001.10.203096-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Fábio Ramiro da SIlva - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 30/10/2019 às 10:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0558/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0630200-86.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Tony Gray da Silva Ferreira - Assim, considerando a existência do crime e indícios suficientes de autoria, determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 11:30h. Requisite-se à autoridade carcerária a apresentação do réu.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0559/2019

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0223736-58.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Rodrigo Matos de Araújo - Fábio Zacarias de Souza Rodrigues - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 31/10/2019 às 10:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 25 de setembro de 2018 (M58947).

Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0560/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0225648-90.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: BRUNO CESAR DE OLIVEIRA - Carlos Lucas Souza dos Santos - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 31/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 09 de maio de 2019 (M58947).

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0561/2019

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0600368-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

- Roubo Majorado - RÉU: Moises Marinho Craveiro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 30/10/2019 às 11:30h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 23 de Julho de 2019 (M58947).

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0562/2019

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0241810-92.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Elisson Pinto dos Santos - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 14/10/2019 às 11:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 06 de agosto de 2019 (M58947).

Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0564/2019

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0216990-14.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Franklin Teixeira dos Santos e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Genesino Braga Neto, titular da 10º Vara Criminal, foi pautada Audiência de Instrução e Julgamento da presente ação penal, para o dia 03/10/2019 às 10:00h. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 02 de setembro de 2018 (M58947).

Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor GENESINO BRAGA NETO, **Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus**, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo nº 0224525-23.2013.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **HENRIQUE LAMEGO DE CASTRO**, Brasileiro(a), Solteiro, RG 11739819, com endereço à Condominio Sargento Pantoja, Bloco H, Apto. 102, Santo Antônio, CEP 40724-782, Manaus - AM, **denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 171, *caput*, por SETE vezes c/c 71, ambos do Código Penal Brasileiro**. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente **Edital de Citação, com prazo de 15 dias**, para comparecer o réu a este Juízo no **dia 23/09/2019 às 09:00 horas**, a fim de **Responder à Acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do art. 396 do CPP (Lei 11.719/08), cientificando-se que, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, de acordo com o art. 396-A do Código de Processo Penal brasileiro. **ADVERTÊNCIA:** Não apresentada a resposta no prazo legal ou, sendo citado, o réu não constituir defensor, o Juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP). E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Jodimar Pinheiro da Silva, Estagiário(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor GENESINO BRAGA NETO, **Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus**, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo nº 0235661-85.2011.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra os réus **LUIS ANTONIO DO CARMO E SILVA**, Brasileiro(a), RG 2149046SSP/AM, pai Francisco Sobrinho da Silva, mãe Maria Hilda do Carmo e Silva, Nascido/Nascida 20/05/1983, com endereço à Rua Monteiro Maia, 25, Colonia Antonio Aleixo, fone: 36185218 e **JHONILSON MENDONÇA LOPES**, Brasileiro(a), Solteiro, RG 25708260-SSP/AM, pai Ananias Teixeira Lopes, mãe Maria do Socorro Mendonça de Oliveira, Nascido/Nascida 29/03/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Monteiro Maia, 25, Colonia Antonio Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, **denunciados por suposta prática dos crimes capitulados nos arts. 155, *caput*, e 180, *caput*, ambos do Código Penal Brasileiro**. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente **Edital de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias**, para comparecer o réu a este Juízo no **dia 23/09/2019 às 09:00 horas**, a fim de **Responder à Acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do art. 396 do CPP (Lei 11.719/08), cientificando-se que, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, de acordo com o art. 396-A do Código de Processo Penal brasileiro. **ADVERTÊNCIA:** Não apresentada a resposta no prazo legal ou, sendo citado, o réu não constituir defensor, o Juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP). E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Jodimar Pinheiro da Silva, Estagiário(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0650/2019

ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: THIAGO WALLACE LOPES SIQUEIRA (OAB 13641/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: BRUNA CAMILA GONÇALVES DA SILVA (OAB 10280/AM) - Processo 0608297-92.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0648289-94.2018.8.04.0001) - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - QUERELANTE: Rubenito Cardoso da Silva Júnior - Conciliação Data: 10/09/2019 Hora 10:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0619071-84.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Yulle Gelson Costa Moraes - Joel Pino Rezende e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 12/09/2019 às 09:00h.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM), ADV: REINALDO DE LEMOS FREITAS (OAB 13396/AM) - Processo 0624036-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: T.L.B. e outro - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 09:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0642387-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - ACUSADO: Abel de Oliveira Sodre - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 10/09/2019 às 10:00h.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0642941-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Walison Oliveira da Cruz - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 12/09/2019 às 09:30h.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0644014-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Leonardo Mendes Ramos - Leonardo Almeida Viana da Silva - Heckner Carvalho Campos - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 12/09/2019 às 10:00h.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Bruna Camila Gonçalves da Silva (OAB 10280/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Reinaldo de Lemos Freitas (OAB 13396/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Thiago Wallace Lopes Siqueira (OAB 13641/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0652/2019

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0229276-92.2009.8.04.0001 (001.09.229276-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - INDICIADO: Walter Júnior Belchior Canavarro - Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Walter Júnior Belchior Canavarro, em razão da prescrição retroativa antecipada da pretensão punitiva, com amparo nos arts. 109, inciso V e 107, inciso IV, 1ª figura, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0244793-40.2009.8.04.0001 (001.09.244793-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Abraão da Silva Oliveira e outro - Com aplicação da pena no mínimo em quatro anos, o art. 109, IV, também do CPB, prevê que o delito em tela prescreve em oito anos, no entanto tal prazo é reduzido pela metade, uma vez que o autor do fato possuía, à época, menos de 21 anos de idade, ou seja, prescrevendo em quatro anos. Ante o exposto, reconheço a ocorrência da prescrição, com base na fundamentação aduzida.

ADV: LEONARDO FIGLIUOLO (OAB 3599/AM) - Processo 0247344-27.2008.8.04.0001 (001.08.247344-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Gilson de Souza Hajamin e outros - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado GILSON DE SOUZA HAJAMIN qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0247563-40.2008.8.04.0001 (001.08.247563-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: João Romualdo da Silva Oliveira - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado JOÃO ROMUALDO DA SILVA OLIVEIRA qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0249359-61.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Roquelane Campos Pereira - Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Roquelane Campos Pereira, em razão da prescrição retroativa antecipada da pretensão punitiva, com amparo nos arts. 109, inciso IV c/c o art. 115 e 107, inciso IV, 1ª figura, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0255730-46.2008.8.04.0001 (001.08.255730-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: Celsimar Queiroz Vieira - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado CELSIMAR QUEIROZ VIEIRA, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0258546-25.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Maurício Narciso Brito Santos - Ante o exposto, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, declaro extinta a punibilidade, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, IV, ambos do CPB.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0258768-90.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Marelusso Procópio da Silva - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno MARELUSSO PROCÓPIO DA SILVA às sanções penais do artigo art. 157, caput, do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0260683-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: MARCOS PAULO CATIQUE RABELO - Recebi hoje, no estado em que se encontra, por força das Portarias n. 1910/2018-PTJ e 2706/2018-PTJ. À Secretaria para providenciar data para realização de audiência de instrução e julgamento, com a maior brevidade possível, uma vez que os autos pertencem ao acervo da META 2 - CNJ, devendo perseguir a celeridade para o deslinde do feito. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0260683-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: MARCOS PAULO CATIQUE RABELO - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno MARCOS PAULO CATIQUE RABELO às sanções penais do artigo art. 157, caput, do Código Penal.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: LILIAN BARBOSA VIEIRA (OAB 7217/AM), ADV: SUELY DE MELO COSTA (OAB 1499/AM) - Processo 0260800-39.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Paulo Victor Sadala Henriques - Oscar Colares da Silva - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno PAULO VICTOR SADALA HENRIQUES E OSCAR COLARES DA SILVA às sanções penais do artigo art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Leonardo Figliuolo (OAB 3599/AM)
Lilian Barbosa Vieira (OAB 7217/AM)
Suely de Melo Costa (OAB 1499/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0653/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0252185-65.2008.8.04.0001 (001.08.252185-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Thiago de Lima Smith - Getúlio Tavares Castro Júnior - Antonio Gilsimar Marques de Queiroz - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno THIAGO DE LIMA SMITH, GETÚLIO TAVARES CASTRO JÚNIOR e ANTONIO GILSIMAR MARQUES DE QUEIROZ às sanções penais do artigo art. 157, §§ 1º E 2º, II, do Código Penal.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0654/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0248611-34.2008.8.04.0001 (001.08.248611-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Genis Porto da Silva e outro - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno GENIS PORTO DA SILVA às sanções penais do artigo art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0655/2019

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0639286-23.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Joel dos Passos Silva - Leandro Martins de Oliveira - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER os denunciados JOEL DOS PASSOS SILVA E LEANDRO MARTINS DE OLIVEIRA qualificados nos autos, das acusações descritas na denúncia.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0656/2019

ADV: ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0029050-47.2004.8.04.0001 (001.04.029050-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Francisco de Assis Lima de Moraes - Marcelo Pacheco de Melo - Arlindo Serrão da Silva - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER os denunciados FRANCISCO DE ASSIS LIMA DE MORAES, MARCELO PACHECO DE MELO E ARLINDO SERRÃO DA SILVA qualificados nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0657/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0200633-22.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Altenias Gomes de Goes - Max-Miney Pereira Pacheco, - Helioney Oliveira Herculano - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER os denunciados ALTENIAS GOMES DE GOES, MAX-MINEY PEREIRA PACHECO E HELIONEY OLIVEIRA HERCULANO qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0658/2019

ADV: GEICY INGRIDY GUIMARÃES LOPES (OAB 12642/AM) - Processo 0205595-83.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: SERGIO NONATO DE SOUZA LEITÃO - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado SERGIO NONATO DE SOUZA LEITÃO qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

Geicy Ingridy Guimarães Lopes (OAB 12642/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0659/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0218391-82.2010.8.04.0001 (001.10.218391-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Francisco da Silva Lopes - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno FRANCISCO DA SILVA LOPES às sanções penais do artigo art. 157, caput, do Código Penal.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0660/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0230897-90.2010.8.04.0001 (001.10.230897-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Dorian Moreira Cavalcanti Júnior e outro - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado DORIAN MOREIRA CAVALCANTI JÚNIOR qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0661/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0249471-93.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Keulison Araújo - Ante o exposto, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, declaro extinta a punibilidade, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, IV, ambos do CPB.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0407/2019

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0026346-27.2005.8.04.0001 (001.05.026346-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: José Oston Ramos Barbosa - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 23/09/2019 às 10:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0230547-73.2008.8.04.0001 (001.08.230547-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Vagner dos Santos Nobre - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0230547-73.2008.8.04.0001 Réu: Vagner dos Santos Nobre Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11/11/2019 às 11:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 03 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0263327-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Eduardo Vieira Barbosa e outro - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0263327-56.2014.8.04.0001 Réu: Todas as Partes Passivas \<\< Informação indisponível \>\> Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 04/10/2019 às 10:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 03 de setembro de 2019 .

Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0220443-12.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **WELISSON BORGES PARENTE**, Brasileiro(a), RG 2733692-1, pai João de Souza Parente, mãe Valdecir Pereira Borges, Nascido/Nascida 22/06/1992, natural de Manaus - AM,

com endereço à Rua 5 de maio, 87, próx. à "Drogaria Brasil", Jorge Teixeira 4, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **24/09/2019 às 08:00h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0204290-46.2011.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra **JOSÉ MURILO VIEGAS SILVA,** Brasileiro(a), RG 2445873-2, pai Benedito Pereira da Silva, mãe Dolores Melquides Viegas Silva, Nascido/Nascida 13/01/1972, natural de Rio de Janeiro - RJ, com endereço à Rua Frei Caneca, 02, Colônia Oliveira Machado, CEP 69070-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 03/10/2019 às 08:30h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0406/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0019865-53.2002.8.04.0001 (001.02.019865-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Alexandro Silva de Sousa - DESPACHO Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 101. Paute-se data para a realização da Audiência de continuação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0022145-60.2003.8.04.0001 (001.03.022145-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Manuel Lima Pereira - C E R T I D Ã O CERTIFICO que, em atendimento à determinação do MM. Juiz, nesta data, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:00hs, para a realização da Sessão Plenária de Julgamento. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0026346-27.2005.8.04.0001 (001.05.026346-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: José Oston Ramos Barbosa - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 23/09/2019 às 10:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: JEFFERSON DA SILVA GONCALVES (OAB 13276/AM), ADV: GLADSON FERNANDO DA COSTA MEDEIROS (OAB 13273/AM), ADV: VICTOR HENRIQUE AQUINO DE QUEIROZ PIERRE (OAB 13280/AM) - Processo 0204354-50.2010.8.04.0001 (001.10.204354-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jucelino Luis França - Daniel da Silva Nunes - Claudenir Bonet Leite - Reginaldo Veras Sousa - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Verifico que as Conduções Coercitivas, bem como os oficios expedidos, não foram devidamente cumpridos, razão pela qual, determino a RENOVAÇÃO DE DILIGENCIAIS, a fim de que as testemunhas do Ministério publico, as testemunhas de DEFESA e os acusados, sejam INTIMADOS para comparecerem em AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 14/11/2019 ÀS 09H00M. CUMPRA-SE.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0209103-71.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Rogério Williams Barbosa Monteiro - Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ROGÉRIO WILLIAMS BARBOSA MONTEIRO, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Considerando a presente Decisão, retire-se o presente feito de pauta de Audiência de Instrução. Intimem-se as partes desta Decisão. Após, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Diligências necessárias via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0226270-04.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Alexsandro Cardoso de Melo - DENUNCIADO: Isaac Braga Silva - DECISÃO Recebi hoje. Em vista aos autos, devo CHAMAR O FEITO À ORDEM para retificar parte do teor conclusivo da Decisão de Pronúncia de fls. 441/444, mais precisamente à fl. 443, considerando a presença de erro material em relação às vítimas consideradas. Desta feita, à fl. 443, onde se lê "...ALEXSANDRO CARDOSO DE MELO, como incurso nas penas do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal (em relação às vítimas

Antônio Carlos Patrício Tavares e Zacarias Lima de Souza); ISAAC BRAGA SILVA, como incurso nas penas do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", (em relação às vítimas Antônio Carlos Patrício Tavares e Zacarias Lima de Souza), c/c Art. 157, §2º, incisos I e II (em relação à vítima Zacarias Lima de Souza), c/c Art. 69, "Caput", todos do Código Penal...", LEIA-SE "...ALEXSANDRO CARDOSO DE MELO, como incurso nas penas do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal (em relação às vítimas Jociney de Jesus Souza e Josimar Santos de Brito); ISAAC BRAGA SILVA, como incurso nas penas do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", (em relação às vítimas Jociney de Jesus Souza e Josimar Santos de Brito), e Art. 157, §2º, incisos I e II (em relação à vítima Zacarias Lima de Souza), c/c Art. 69, "Caput", todos do Código Penal...". Faça-se esta Deliberação parte da acima aludida Decisão. Permanecem os demais termos inalterados. Intimem-se as partes desta Decisão. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Sentença de Pronúncia. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0230547-73.2008.8.04.0001 (001.08.230547-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Vagner dos Santos Nobre - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0230547-73.2008.8.04.0001 Réu: Vagner dos Santos Nobre Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11/11/2019 às 11:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 03 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0235502-64.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612227-89.2017.8.04.0001) (processo principal 0612227-89.2017.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Danilo Santos de Sales - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP, a fim de que apresente as contrarrazões recursais, no prazo legal. Ademais, proceda-se a juntada dos presentes autos de Recurso em Sentido Estrito aos autos principais, procedendo-se à devida baixa destes, observadas as cautelas de praxe. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0263327-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Eduardo Vieira Barbosa e outro - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0263327-56.2014.8.04.0001 Réu: Todas as Partes Passivas \<\< Informação indisponível \>\> Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 04/10/2019 às 10:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 03 de setembro de 2019 .

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604850-67.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Gabriel Silva dos Santos - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado GABRIEL SILVA DOS SANTOS, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), do Código Penal. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0608180-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Kelliton Freires de Oliveira - Mateus da Silva dos Santos - DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Tendo em vista a ausência de diligência para a intimação da testemunha confidencial (A.O.S). As partes insistiram na sua inquirição, sendo assim DETERMINO que paute nova audiência para a oitiva da testemunha, bem como para o interrogatório dos acusados. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: ADALBERTO SILVA DOS SANTOS (OAB 8370/AM) - Processo 0660058-02.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.R.S.L.J. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ÂNGELO RICARDO DA SILVA LEOCÁDIO JÚNIOR, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, 2º, incisos I (motivo torpe) e III (meio cruel), c/c Art. 61, inciso II, alínea "f" (prevalecendo-se de hospitalidade), ambos do Código Penal, em relação à vítima Alexsandro Mateus Araújo de Lima; Art. 121, §2º, incisos III (mediante tortura) e V (para assegurar a impunidade de outro crime), c/c §4º, última figura (aumento pela prática do delito contra pessoa maior de 60 anos), do Código Penal, em relação à vítima Arlete Pinheiro de Araújo; Art. 155, "Caput", c/c Art. 61, inciso II, alínea "b", terceira figura, do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e a gravidade dos delitos perpetrados, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Por fim, DEFIRO a Promoção constante do último parágrafo das Alegações Finais de fls. 268/271 e determino o prazo de 05 (cinco) dias, para que a Autoridade Policial encaminhe a este Juízo o cumprimento das referidas diligências pendentes. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Adalberto Silva dos Santos (OAB 8370/AM)
Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Gladson Fernando da Costa Medeiros (OAB 13273/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jefferson da Silva Goncalves (OAB 13276/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Victor Henrique Aquino de Queiroz Pierre (OAB 13280/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0404/2019

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0215181-81.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: JANDERSON DA SILVA LOBATO - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0632584-22.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Homicídio Simples - IMPETRANTE: Mauricio dos Santos - Douglas Jhonathan Barbosa dos Santos - Relação: 0393/2019 Teor do ato: Autos de nº0632584-22.2019.8.04.0001 DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando os autos, constata-se que não cabe a este Juízo a apreciação do remédio de Habeas Corpus impetrado às fls. 1/6, considerando a suposta Autoridade coatora, devendo ser endereçado ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Nesse sentido, segue Decisão: ROUBO (art. 157, § 2º, I e II, c.c. o art. 70, caput, ambos do Código Penal). Expedição de mandado de prisão. Impetração que não atribui qualquer ato de coação ao direito de locomoção do paciente praticado por autoridade sujeita ao controle jurisdicional desta Egrégia Corte de Justiça. Execução provisória da pena determinada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça. Somente a autoridade judiciária hierarquicamente superior àquela que praticou o ato hostilizado tem competência para conhecer do pedido. Ordem não conhecida. (TJ-SP 21259205720178260000 SP 2125920-57.2017.8.26.0000, Relator: Tristão Ribeiro, Data de Julgamento: 10/08/2017, 5ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 14/08/2017). Desta feita, determino a devolução da presente Peça Processual ao Advogado impetrante. Em seguida, arquivem-se estes autos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Advogados(s): Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0642178-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: C.B.R. - ind rev

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0408/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0003734-89.2010.8.04.0011 (011.10.003734-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Gleyferson de Andrade Leal e outro - Autos nº:0003734-89.2010.8.04.0011 Acusado: Katia Riker Cardoso Leal e Gleyferson de Andrade Leal DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 742/743, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para

caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se

de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo

Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0009664-65.2003.8.04.0001 (001.03.009664-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Wesley Cleidison da Silva Souza - Autos nº:0009664-65.2003.8.04.0001 Acusado: Wesley Cleidison da Silva Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fl. 211, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir

Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição” (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE

CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0211197-94.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Diego Meireles Lacerda - Fabricio Alves Soares e outro - Autos nº:0211197-94.2011.8.04.0001 Acusado: Yago Freire Pereira e outros DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fl. 146, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea,

contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto

recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em:

01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0409/2019

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM) - Processo 0207430-82.2010.8.04.0001 (001.10.207430-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Roberto Costa Barroso - D E S P A C H O R. H. Dê-se vistas ao Ministério Público para se manifestar acerca das testemunhas não localizadas. Após, paute-se nova data para AIJ. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM) - Processo 0207430-82.2010.8.04.0001 (001.10.207430-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Roberto Costa Barroso - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Considerando que o acusado não possui maus antecedentes na data do fato, verifica-se tratar de tentativa de homicídio, pelo que, anifesto-me sobre a ocorrência de possível PRESCRIÇÃO EM ERSPECTIVA, se este não for o entendimento do Ministério Publico, que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0260906-98.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Thiago Oliveira dos Santos - Autos nº:0260906-98.2011.8.04.0001 Acusado: Thiago Oliveira dos Santos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 304/305, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual nem requerimento de diligências, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando

como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710

Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 24 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Paulo Henrique Sampaio Cestaro (OAB 6323/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0410/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0022738-21.2005.8.04.0001 (001.05.022738-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: A Justica Publica - INDICIADO: Amiraldo dos Santos Silva - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, em consonância com o Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado AMIRALDO DOS SANTOS SILVA, pela prescrição, nos termos do Art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c Art. 109, inciso III, ambos do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0050854-08.2003.8.04.0001 (001.03.050854-2) - Inquérito Policial - AUTOR: A Justica Publica - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 02 de agosto de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: HEYLLER DIEGO PINTO DE MELO (OAB 14751/AM) - Processo 0201795-18.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: Esdras de Almeida Borges - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0201795-18.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Esdras de Almeida Borges, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Heyller Diego Pinto de Melo, OAB 14751/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: CAMILA DA SILVA MELO (OAB 10293/AM) - Processo 0211251-16.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: A.H.C.S. - A.M.S. - A.N.T. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211251-16.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Almir Nobre Teles e Alexandre Montalvão da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Camila da Silva Melo, Euthiciano Mendes Nuniz, Marcio Thiago dos Santos Souza, OAB 8808/AM, 10293/AM e A733/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 02/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: VILSON GOMES BENAYON (OAB 751/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0211385-43.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: J.R.C. - J.P.S.F.C.P.N.S.A. - J.S.B. - J.J.O.R. - J.R.S.C. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211385-43.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Janderson Rocha da Cruz, Jessé Silva Botelho e Jhefom José Ortiz Rodrigues, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Maria Rocha Fernandes André Humberto Fortes Papaléo Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo Vilson Gomes Benayon Vilson Gomes Benayon Filho Luiz Gonzaga Souza Lima Neto, OAB 13713/AM, 11160/AM, 5688/AM, 7338/AM, 751/AM e 4820/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 10/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0254310-69.2009.8.04.0001 (001.09.254310-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Natanna Andrade Bentes - DENUNCITE: Ministério Público

do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Jonas Siqueira dos Santos - Rony Gerry Toscano Picanço - EDITAL - PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0254310-69.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rony Gerry Toscano Picanço e Jonas Siqueira dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, III, do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados JONAS SIQUEIRA DOS SANTOS E RONY GERRY TOSCANO PICANÇO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções art. 121, §2º, inciso III (asfixia) do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que, os ora pronunciados, permaneceram soltos durante a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar a prisão preventiva ou sua manutenção, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, REVOGO a prisão decretada em desfavor do acusado JONAS SIQUEIRA DOS SANTOS (fls. 85/86), e MANTENHO-OS em liberdade, até ulterior deliberação. Recolha-se o Mandado de Prisão ou se expeça Contramandado, conforme o caso. Por conseguinte, intimem-se pessoalmente os acusados desta sentença, entregando-lhes cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente a Defesa dos pronunciados, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. " atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Camila da Silva Melo (OAB 10293/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Heyller Diego Pinto de Melo (OAB 14751/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Vilson Gomes Benayon (OAB 751/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0240181-25.2010.8.04.0001 (001.10.240181-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ronaldo Fernandes de Farias - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Juline Rossendy Rosa Neres, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0240181-25.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ronaldo Fernandes de Farias, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Ronaldo Fernandes de Farias, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 01/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211315-26.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Cristiano dos Santos de Oliveira, Danilo Oliveira Duarte e Demetrio Antônio Matias, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, II (vinte e se e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Raimundo Nunes Amazonas Vítor Cassiano Louzada Waldemir Moraes Torres Álvaro Viana Ortiz, OAB 7379/AM, 14422/AM, 11126/AM e 13165/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 07/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/

Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211315-26.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Daniel Augusto Siqueira e Cristiano Henrique Sampaio Bessa, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Daniel Augusto Siqueira e Cristiano Henrique Sampaio Bessa, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 07/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL – INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0229449-67.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Renato dos Santos Rocha, por infração artigo 129, inciso I, da Constituição Federal, pelo artigo 25, inciso III, da Lei nº 85/99, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Célio Aparecido Ribeiro OAB/PR 55937N-PR e Dra. Josleide Scheidt do Vale, OAB/PR 55936-PR, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INQUIRIÇÃO DA TESTEMUNHA ELIMARA ALVES DE SOUZA, designada para o dia 09/09/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0240181-25.2010.8.04.0001 (001.10.240181-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ronaldo Fernandes de Farias - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0240181-25.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ronaldo Fernandes de Farias, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Ronaldo Fernandes de Farias, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 01/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0239944-88.2010.8.04.0001 (001.10.239944-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Arinaldo Guerreiro da Costa e outro - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: Arison dos Santos Tenório - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este

Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0239944-88.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Arison dos Santos Tenório, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíaza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Arison dos Santos Tenório, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 08/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: SENDER JACAÚNA DE LIMA (OAB 6292/AM) - Processo 0369535-11.2007.8.04.0001 (001.07.369535-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADA: Janaina da Silva Rocha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ACUSADA, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0369535-11.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Janaina da Silva Rocha, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Acusada Janaina da Silva Rocha, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 15/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, a mesma não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sender Jacaúna de Lima (OAB 6292/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202488-37.2016.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: J.M.C.B. - De ordem do Magistrado Mauro Moraes Antony, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o(a) acusado(a) JOSÉ MARIO CASTELO BEZERRA, pai ANTONIO ALVES BEZERRA, mãe LOURDES FATIMA CASTELO BEZERRA, 27/07/1981, RUA DA PRATA, 511, INV NOVA VITORIA, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0202488-37.2016.8.04.0020, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, VI c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0208709-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Leonardo Macedo Estald - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 04/10/2019 às 08:15h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0215017-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: I.P.S.S. - Desta forma, fixo definitivamente a pena ao réu para o crime praticado contra a vítima JOÃO BOSCO SARDINHA DA COSTA em 1(um) ano e 3(três) meses de reclusão. DO CONCURSO DE CRIMES: Ao presente caso, deve ser aplicada a regra prevista no Art. 70, CP. Desta forma, a pena total aplicada ao réu deve ser a pena mais grave, ou seja, 5(cinco) anos e 10(dez) meses de reclusão, acrescida, no presente caso, em 1/6(um sexto), considerando que a segunda vítima foi atingida por um disparo no pé, a pena deve ser acrescida de 11(onze) meses e 20(vinte) dias de reclusão. Ficando a pena total ao réu em 6(seis) anos, 9(nove) meses e 20(vinte) dias de reclusão. Reconheço ao réu a detração penal relativa ao período de prisão preventiva de 24/04/2015 a 08/05/2015, totalizando: 15(quinze) dias. Remanescendo ao réu cumprir a pena de 6(seis) anos, 9(nove) meses e 5(cinco) dias de reclusão. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, em razão da pena imposta e de que o fato foi praticado com grave violência contra as vítimas. O réu cumprirá a pena em regime inicial semiaberto.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216159-24.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: EMERSON DIAS EVANGELISTA e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado EMERSON DIAS EVANGELISTA, pai Edson Dias Alves, mãe Berenice Evangelista Alves, nascido em 05/06/1986, Rua 16, N° 93, Comunidade Mundo Novo, Atrás do Carrefour, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 16/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0216159-24.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216159-24.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: EMERSON DIAS EVANGELISTA e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Frank Pereira, mãe Maria Dailza Pereira, nascido(a) em 10/03/1988, Rua 16, N° 14 OU 21, Beco Cristo Rei, Comunidade Mundo Novo, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 16/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0216159-24.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0220188-25.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Venicius Lopes Celestiano - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Venicius Lopes Celestiano, pai Agostinho Lopes Garcia, mãe Raimunda Celestino Gomes, nascido em 14/11/1962, Rua Roraima nº 03 ou, 395, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 16/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0220188-25.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: SÉRGIO ENRIQUE OCHOA GUIMARÃES (OAB 7834/AM) - Processo 0225066-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Alexsander Fabrício dos Santos Correa - Ao instituto de criminalística para proceder à intimação dos referidos peritos para comparecerem no dia 09 de outubro de 2019, às 08:30hs na 3ª Vara do Tribunal do Júri, para o fim de responderem aos quesitos e questões suscitadas, sem prejuízo de apresentarem antecipadamente as respostas em laudo complementar. (CPP, art. 159, §4º) Encaminhe-se este despacho/ofício ao destinatário para o devido cumprimento.

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RAPHAEL ASAFE COSTA LIMA (OAB 14348/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0227381-86.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Nilton Gomes da Silva Junior - DECISÃO Consta nas fls. 296/304, que os Nobres Advogados Dr. Raphael Asafe Costa Lima OAB/AM 14.348, Dra Rafela Torres Tiradentes OAB/AM 14.947 e Dr. Fernando Costa Alves OAB/AM 10.859, atuaram como Advogados Dativo na Sessão de Julgamento. Desta forma, ARBITRO os honorários no valor mínimo estipulado pela tabela da OAB/AM, ou seja, R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), em favor dos Advogados, Raphael Asafe Costa Lima OAB/AM 14.348 e Dra Rafela Torres Tiradentes OAB/AM 14.947 e Dr. Fernando Costa Alves OAB/AM 10.859, sendo cada um dos Advogados credor de 1/3 (um terço) do referido valor, nos termos do Art. 263, Parágrafo único, CPP. Intimem-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0228217-30.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Joel Maia da Silva - Recebido e vistos. Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Remetam-se os autos à Instância Superior, com as razões ou sem elas, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0231128-10.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: J.P.R. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 11/11/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0238104-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: O.S.A. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado OBEDE DA SILVA AMAZONAS, mãe RUTE DA SILVA AMAZONAS, nascido(a) em 22/07/1988, AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 14/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0238104-67.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0239145-74.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Renato Luiz de Oliveira Matos e outro - Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Remetam-se os autos à Instância Superior, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0243908-50.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: L.F.C. e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Laudemir Ferreira da Costa, mãe MARIA DE NAZARÉ FERREIRA DA COSTA, nascido(a) em 07/06/1971, Rua Águas Marinhas, 63, Conj. Nova Floresta (próx PJ Mat Construção), nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 14/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0243908-50.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 03 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves , Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0243915-42.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Karder Júnior Serrão dos Santos, vulgo 'Júnior' - Ante o exposto, DEFIRO o pedido de redesignação da defesa do acusado Karder Júnior Serrão dos Santos e determino à secretaria as providências necessárias à designação de outra data para realizar o julgamento do réu.

ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ALFREDO MELO DA SILVA (OAB 9232/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0244279-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Italo Gutemberg Macedo Ferreira e outros - INDICIADO: Messias do Carmo Leite Junior - CHARLES DOS SANTOS FARIAS - CI 21192 SIPMAM e outros - Ante o exposto, com fundamento nos razões delineadas, REVOGO a medida cautelar de monitoramento eletrônico (art. 319, IX, CPP) imposta ao acusado Sílvio José Silva de Oliveira. As demais medidas cautelares impostas ao réu permanecem inalteradas.

ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM) - Processo 0249488-56.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: Jhonathas Souza dos Reis - Recebidos e vistos a carta precatória. Testemunhas. 1. Caso trate-se de carta precatória para inquirição de testemunha(s), adotem-se as seguintes providências: 1.1) expeça-se mandado de notificação à testemunha para comparecimento em juízo no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 1.2) em caso de não localização da testemunha, conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 1.3 intimada a testemunha, à secretaria para designar data para audiência. Acusado. 2. Caso se trate de carta precatória para interrogatório de réu(s), adotem-se as seguintes providências: 2.1) em se tratando se réu preso, à secretaria pararequisita-lo, mediante ofício, e, na mesma oportunidade, designar data para seu interrogatório; 2.2) em se tratando de réu em liberdade, expeça-se mandado de notificação ao(s) réu(s) para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 2.3) em caso de não localização do(s) réu(s) solto(s), conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 2.4) intimado o(s) acusado(s), à secretaria para designar data para seu interrogatório. 3. Em qualquer dos casos, seja inquirição de testemunha ou interrogatório do réu, considerando que as audiências são gravadas no sistema de automação do judiciário - SAJ, à secretaria para encaminhar os arquivos audiovisuais mediante compartilhamento de link pelo google drive ou envio de mídia contendo os arquivos ou por outra alternativa segura e viável. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0263345-77.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KALEL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/

AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM) - Processo 0603848-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Abraão Martins de Oliveira - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 22/10/2019 às 10:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0612278-32.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Edilson Pires Pinto - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 6664/AM - Sílvia Roberta Padilha de Oliveira 6358/AM - Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0619276-84.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - VÍTIMAFATO: Tania Sales Saraiva e outro - Vistos e examinados; O Ministério Público Estadual, por seu representante, ofereceu Denúncia contra ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS, tendo sido Pronunciado pela autoria dos crimes TIPIFICADOS NOS ART. 121, §2º, INCISO VI, C/C §7º, INCISO III, c/c Art. 14, inciso II, ambos do CÓDIGO PENAL) praticado contra a vítima TÂNIA SALES SARAIVA E ART. 121, §2º, INCISO V, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, praticado contra a vítima JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA. Com o trânsito em julgado da Decisão de Pronúncia, o réu foi submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri no dia de hoje. Após a Instrução em Plenário, passou-se à fase dos debates. O Ministério Público sustentou em Plenário a desclassificação para o delito de lesão corporal praticado contra cônjuge ou companheiro em relação à vítima TÂNIA SALES SARAIVA e para o de lesão corporal leve em relação à vítima JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA A Defesa do acusado pugnou pela desclassificação dos delitos. E, como tese subsidiária, a absolvição do acusado por clemência. Após a Instrução em Plenário e a realização dos debates entre Ministério Público e a Defesa, foi procedida à votação, em homenagem aos Princípios Constitucionais da soberania dos veredictos e do sigilo das votações. Os jurados, por maioria de votos, resolveram condenar o acusado, / desclassificar o tipo penal imposto. Assim, em homenagem à soberania dos vereditos e tendo em vista a gravidade das lesões sofridas pelas vítimas, JULGO parcialmente PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA DENÚNCIA e CONDENO o réu ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS pela autoria do crime de lesão corporal leve praticada contra cônjuge ou companheira em relação à vítima TÂNIA SALES SARAIVA E LESÃO CORPORAL LEVE EM RELAÇÃO À VÍTIMA JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA. Isso posto, em obediência aos artigos 59 e 68 do CPB, passo a dosar a pena dos acusados. Analisando as circunstancias judiciais inscritas no art. 59 do Código Penal, tenho que: A culpabilidade do acusado é acentuada, considerando ter investido contra as duas vítima utilizando-se de uma faca. Quanto aos antecedentes criminais, nota-se que o possui condenação anterior, não sendo primário, o que deve ser valorado negativamente. A Conduta Social é o papel dos réus na comunidade, inserido no contexto social. Como não consta dos autos elementos para sua aferição, nada a valorar. A personalidade dos réus é auferida a partir da postura e antecedentes, como não consta dados nesse sentido, nada se tem a valorar. Os motivos do crime restaram devidamente comprovados durante a instrução criminal e também em Plenário. As circunstâncias comprovadas nos autos apontam que a execução dos crimes ocorrera em um contexto de violência doméstica, o que impõe valoração negativa diante do contexto em que praticado o delito. As consequências são comuns ao tipo. Quanto à vítima TÂNIA SALES SARAIVA: Fixo a pena base em 01 (um) ano de detenção que considero como suficiente para reprovação do crime perpetrado contra a TÂNIA SALES SARAIVA, atendendo ao princípio da proporcionalidade. Não há agravante a ser analisada. Considerando que o acusado confessa a prática do delito hoje em Plenário, reconheço a incidência da atenuante da confissão, prevista no Art. 65, inciso II, alínea “d”, do Código Penal, pelo que atenuo a pena em 01 (um) mês, ficando a reprimenda em 11 (onze) meses de detenção. Não há causa de aumento a ser analisada. Pelo exposto, fixo a pena em 11 (onze) meses de detenção, no tocante ao delito perpetrado contra a vítima TÂNIA SALES SARAIVA. Quanto à vítima JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA: Ato contínuo, fixo a pena base em 04 (quatro) meses de detenção que considero como suficiente para reprovação do crime perpetrado contra a vítima JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA, atendendo ao princípio da proporcionalidade. Não há agravante a ser analisada. Considerando que o acusado confessar a prática dos delitos hoje em Plenário, reconheço a incidência da atenuante da confissão, prevista no Art. 65, inciso II, alínea “d”, do Código Penal, pelo que atenuo a pena em 01 (um) mês, ficando a reprimenda em 03 (três) meses de detenção. Não há causa de aumento a ser analisada. Pelo exposto, fixo a pena em 03 (três) meses de detenção, no tocante ao delito perpetrado contra a vítima JOSÉ KENNEDY DA SILVA COSTA. Assim, considerando que os delitos se deram em concurso material, aplico a regra constante do Art. 69, “Caput”, do Código Penal, aplicando-se cumulativamente as penas impostas. Desta feita, procedendo-se à somatória, torno definitivo a pena em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de detenção, a ser cumprida em regime inicial aberto, conforme Art. 33, §2º, alínea “c”, do Código Penal. Considerando que o acusado cumpre pena por delito diverso, deixo para a Vara de Execuções Penais proceder à detração. Inclua-se o nome do réu no rol dos culpados. Comunique-se a condenação ao Tribunal Regional Eleitoral. Após o trânsito em Julgado, expeça-se a guia de recolhimento, encaminhando-se à Vara de Execuções Penais. Por fim, considerando que o acusado respondeu ao presente processo preso, aliado ao fato de restarem presentes os indícios de autoria, a prova da materialidade e os requisitos e pressuposto para a manutenção da Medida Forte, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade. Dou a presente por publicada em Plenário e dela todos ficam, desde já, intimados.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ) - Processo 0627539-37.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0627542-89.2019.8.04.0001) - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: S.M.F.P. - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de afastamento da cautelar inscrita no art. 319, IV, CPP, para negar a autorização de afastamento da comarca em face de Sheila Maria Faustino Peres, e o faço com base nos fundamentos delineados.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINÍCIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9672/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM) - Processo 0632540-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Fabio da Silva e Silva - REVENTIVA de Fabio da Silva e Silva, nos termos do art. 316 do CPP. Na oportunidaar suas atividades; 2. Não manter contato com a vítima (caso não falecida), testemunhas de acusação e seus respectivos familiares e 3. Não se ausentar da Comarca, já que sua permanência é conveniente ou necessária parta a investigação ou instrução criminal, salvo mediante autorização deste Juízo; Caso não cumpridas as medidas, ensejará a possibilidade da decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 282, §§ 4º e 5º c/c 316 do CPP. A impossibilidade de cumprimento de quaisquer das medidas deverá ser prontamente comunicado a este Juízo. Deverá o acusado comparecer a este Juízo em 48h para assinar o Termo de Compromisso, no qual constará a participação do flagranteado/indiciado/réu no PROGRAMA REEDUCAR, observando-se o cronograma de reuniões. Expeça-se Alvará de Soltura. À secretaria para realizar o controle acerca do comparecimento mensal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINÍCIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9672/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/

AM) - Processo 0632540-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Fabio da Silva e Silva - Diante da revogação da prisão preventiva do réu Fábio da Silva e Silva, ordeno a expedição de contramandado de prisão, de modo a baixar no BNMP. Ordeno o recolhimento do mandado de prisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0636051-09.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Fabiano Nascimento de Freitas - Postergo a análise do pedido para após a juntada pela defesa do contrato de trabalho ou declaração do empregador, onde conste dias e horário de trabalho do postulante, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0638197-57.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0638712-63.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - INDICIADO: J.J.S.S. - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 8889/AM - Gabriela de Brito Coimbra e 5819/AM - Diego Américo Costa Silva para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP.

ADV: LUÍSA DOS SANTOS TORRES (OAB 13411/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0642378-09.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: J.F.S. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0642760-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Diego da Silva Litaif - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 3199/AM - Harrington Praia Marques , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0648033-54.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Z.S.T. - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 1240/AM - Antônio Gonçalves da Costa, 9678/AM - Pedro Antônio de Oliveira para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alfredo Melo da Silva (OAB 9232/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Devid Vinícius Xavier da Costa (OAB 9672/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jose Mauricio Neville de Castro Junior (OAB 66521/RJ)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luísa dos Santos Torres (OAB 13411/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Asafe Costa Lima (OAB 14348/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)

Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (OAB 7834/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: MARIA DE NAZARÉ DOS REIS TEIXEIRA ROSA (OAB 926/AM) - Processo 0023269-78.2003.8.04.0001 (001.03.023269-5) - Execução da Pena - INDICIADO: Francione Pereira Bruce - Considerando as informações constantes da Ficha do Réu de fls. 384/386, ocasião em que foi realizada a soma das penas do reeducando, verifica-se a necessidade de imposição ao novo regime prisional com base no somatório das penas cumpridas e a cumprir, aos termos do art. 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal. Neste diapasão, observado o total de pena a cumprir do apenado, qual seja, 24(vinte e quatro) anos, 02(dois) meses e 05(cinco) dias de reclusão, bem como o que prescreve o art. 33, § 2º, a, do Código Penal, determino o regime FECHADO para cumprimento do restante da sanção. Expeça-se o competente mandado de prisão ao regime pertinente. Movam-se os autos ao fluxo de regime fechado. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0206070-34.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Felipe Antunes dos Santos - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Felipe Antunes dos Santos. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Pautе-se a audiência de justificação, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP, tão logo seja confirmada a efetivação da prisão/recaptura. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0215226-80.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Jose Ricardo da Trindade Sabino - Como medida de cautela, antes da manifestação ministerial, renovo a prisão domiciliar anteriormente deferida ATÉ O DIA 30/09/2019, mantidas as demais imposições feitas ao apenado, especialmente de comparecimento mensal à Vara de Execuções Penais para comprovar a continuação do tratamento médico a que está submetido. Com a juntada do parecer do Ministério Público Estadual, de modo imediato, façam-se conclusos os autos.

ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0217928-67.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Mizael Klinger Gomes Macedo - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho documentos à defesa, com relação ao apenado Mizael Klinger Gomes Macedo.

ADV: MARCELO GONZAGA CARVALHO (OAB 5432/AM) - Processo 0223201-32.2012.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - DENUNCIADO: Alex Hilton Correa Sartarelli - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Alex Hilton Correa Sartarelliao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 1.ª V.E.C.U.T.E., autos n.º 0230551-32.2016, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Alex Hilton Correa Sartarelli. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: PERLA FERREIRA REBOUÇAS (OAB 12513/AM) - Processo 0231085-39.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Everton Nunes Correa - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Everton Nunes Correa, a partir de 18/10/2019, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova

data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0235362-98.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADA: F.F.S.C. - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 25/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Francy Fernanda Silva da Costa se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0235446-65.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Dario Holanda Maia - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0235848-49.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fábio Vieira de Freitas - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Fábio Vieira de Freitasao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 4.ª Vara Criminal, autos n.º 0611030-31.2019, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Fábio Vieira de Freitas. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0238806-13.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Rithelly Cavalcante da Silva - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 17/09/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado Rithelly Cavalcante da Silva se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0239508-56.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Zacarias Ichpas Curo - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Zacarias Ichpas Curo. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Pautе-se a audiência de justificação, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP, tão logo seja confirmada a efetivação da prisão/recaptura. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0239509-07.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: JEFFERSON FERREIRA DOS SANTOS - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO JEFFERSON FERREIRA DOS SANTOSao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se as varas em que o apenado responde a outros processos criminais para que informe sobre eventual soltura/condenação. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0240699-34.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Marcelo Fernandes da Silva - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Marcelo Fernandes da Silvaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0243334-85.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Moises Monteiro de Souza - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Moises Monteiro de Souzaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM) - Processo 0243896-02.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Leonardo Lopes da Silva - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Leonardo Lopes da Silvaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se as varas em que o apenado responde a outros processos criminais para que informe sobre eventual soltura/condenação. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0246374-12.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: E.S.S. - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Edgar Silva de Souza em 177 dias. Expeça-se novo atestado de pena a cumprir e encaminhe-se ao sentenciado a relação dos dias remidos (Art. 129, parágrafo único, da Lei de Execução Penal). Em seguida, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público, para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do pedido de progressão de regime.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0246523-81.2012.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução

Penal - APENADO: Marcelo Frederico Laborda Junior - Designo o dia 24/09/2019 às 9h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP/COC para que encaminhe, no prazo de 10 dias, as certidões carcerária e disciplinar, bem como Relatório Técnico de Monitoramento, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Marcelo Frederico Laborda Junior. Expeça-se Atestado de Pena à Cumprir atualizado. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada. SERVE O PRESENTE COMO OFÍCIO.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0246882-89.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Janderson Carneiro Nascimento - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho documentos com relação ao apenado Janderson Carneiro Nascimento.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0246952-72.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Inaldo de Oliveira Santos - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Inaldo de Oliveira Santos, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0247426-43.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Kacio Rafael Santos Moraes - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Kacio Rafael Santos Moraes, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM) - Processo 0251706-33.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADA: Barbara Bastos Galdino - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 25/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Barbara Bastos Galdino se apresentar ou ser

apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0266095-52.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rodrigo Cabral Cavalcante - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Rodrigo Cabral Cavalcanteao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 1.ª V.E.C.U.T.E., autos n.º 0600319-64.2019.8.04.0001, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Rodrigo Cabral Cavalcante. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM) - Processo 0353223-57.2007.8.04.0001 (001.07.353223-2) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Raycrim Alves da Rocha - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Raycrim Alves da Rocha, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0643552-48.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: César Augusto Belchior da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os documentos apresentados com relação ao apenado César Augusto Belchior da Silva.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0659440-57.2018.8.04.0001 - Pedido de Providências - Execução Penal - APENADO: Magson Vasconcelos das Chagas - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Magson Vasconcelos das Chagas. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Designo a audiência de justificação para o dia 12/09/2019 às 08:30h, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as certidões carcerária e disciplinar, bem como mapa laboral e síntese educacional, se houver. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Elisângela da Silva Santos (OAB 6707/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Marcelo Gonzaga Carvalho (OAB 5432/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria de Nazaré dos Reis Teixeira Rosa (OAB 926/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Perla Ferreira Rebouças (OAB 12513/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0314/2019

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0226775-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Clécio de Assis Silva de Sales - Inquirição - Audiência Data: 02/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CARMEN MARIA TEXEIRA MANCILHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0003171-44.2000.8.04.0012 (012.00.003171-4) - Arrolamento de Bens - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosana Salgado dos Anjos - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 002.024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631AM), ADV: THAIS DA COSTA BATISTA MENDES (OAB 12548/AM) - Processo 0004808-87.2005.8.04.0001 (001.05.004808-3) - Petição Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda - Ante o teor da sentença de fl. 84, que determinou a reserva da quinhão do coerdeiro Alecksander Souza Sena e tendo-se em vista o requerimento de levantamento de sua cota-parte à fl. 98, expeça-se o alvará requerido e, após, arquive-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ANTÔNIO SUSSMANN (OAB 3250/AM) - Processo 0005292-93.2010.8.04.0012/01 (012.10.005292-7/00001) - Incidentes - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Rosenilda Pinheiro de Souza Batista - Trata-se de petição inicial cujos requisitos do artigo 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Além disso, não houve regularização da representação processual da parte autora após a renúncia aos poderes constituídos pelo patrono. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único c/c art. 76 do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0007825-39.2002.8.04.0001 (001.02.007825-1) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Rosangela Maria Figueiredo Gama de Souza - REQUERIDA: Olívia Nascimento Figueiredo (falecida) e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: PABLO ROMARIO SOUSA MELO (OAB 13172/PI), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM) - Processo 0019580-26.2003.8.04.0001 (001.03.019580-3) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gustavo Pinto de Oliveira e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl.280).

ADV: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL (OAB 2375/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: LEILA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 5310/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0037815-41.2003.8.04.0001 (001.03.037815-0) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Solange Abecassis e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 444). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO. (OAB 000.381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 003.474/AM) - Processo 0043490-77.2006.8.04.0001 (001.06.043490-3) - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ednir Mello Gonçalves - DESPACHO Retire-se a baixa processual cadastrada pelo sistema, retomando-se a marcha regular da demanda. Evolua-se a classe para Sobrepartilha, considerando o pedido formulado às fls. 99 e seguintes dos autos. Processe-se pelo rito do Arrolamento Sumário. NOMEIO EDENIR MELLO GONÇALVES inventariante, independentemente de compromisso. Intime-se a inventariante para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar: A) cessão de direitos hereditários em seu favor por escritura pública, considerando o informado à fl. 114, inclusive com as participação dos cônjuges dos herdeiros cedentes, considerando ser a herança um bem imóvel por ficção legal. B) recolhimento das custas processuais no que tange à sobrepartilha; C) certidão negativa fiscal municipal em nome do autor da herança, considerando que a apresentada encontra-se em nome da própria inventariante. D) Únicas Declarações em conformidade com o que dispõe o art. 620 do CPC, devendo qualificar todos os herdeiros, uma vez que a manifestação de fl. 99/100 é omissa neste particular, inclusive em virtude de possíveis alterações no rol de herdeiros após a sentença de inventário e partilha. Cumpra-se.

ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 003.474/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO. (OAB 000.381/AM) - Processo 0043490-77.2006.8.04.0001 (001.06.043490-3) - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ednir Mello Gonçalves - Antes de apreciar o pedido de fls. 119, DETERMINO a intimação dos herdeiros renunciantes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informem se possuem filhos, uma vez que, conforme dispõe o art. 1.811, CC., havendo renúncia de todos os herdeiros da mesma classe (filhos do falecido), são chamados à sucessão a classe seguinte (netos do falecido), por direito próprio e por cabeça. Prazo de 15 (quinze) dias para a resposta. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO, ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: EDNA MARIA MOURAO P. MACHADO (OAB 002.189/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0048688-66.2004.8.04.0001 (001.04.048688-6) - Inventário - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Joao de Souza Gomes Neto - DESPACHO Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para os fins requeridos à fl. 592. Considerando-se o certificado à fl. 594, DECRETO a revelia das requeridas citadas por edital, ao passo em que NOMEIO o DR. LEONARDO FLIGLIOULO curador especial em seu favor. Intime-se o curador especial para apresentar resposta em favor das pessoas mencionadas na certidão de fl. 594 no prazo da lei. Citem-se os requeridos no endereço indicado à fl. 593, bem como renove-se a citação da requerida irregularmente citada. Condiciono a expedição de eventuais cartas/mandados à comprovação do recolhimento das custas dos atos, na forma da

Portaria nº 116/2017 - PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, salvo se a demanda tramitar sob os benefícios da gratuidade da justiça. Certifique-se eventual transcurso do prazo para cumprimento do determinado à fl. 588. Tudo cumprido, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM) - Processo 0201083-62.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Aparecida Silva de Almeida - REQUERIDA: Adriana Lima Almeida e outros - DESPACHO Ante o certificado à fl. 256, intime-se o (a) inventariante para promover o necessário ao prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias. Caso permaneça inerte, certifique-se e intimem-se os herdeiros habilitados para requererem o que entenderem de direito ao prosseguimento do inventário. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0201652-24.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.D.A.O. - REQUERENTE: M.L.A.O. e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0201652-24.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos a parte interessada, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca do aviso de recebimento negativo juntado ás fls. 49. Manaus, 28 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0201734-21.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.N. e outro - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a parte autora para cumprir o determinado no despacho de fl. 29, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA (OAB B-17.912/SC) - Processo 0202155-26.2008.8.04.0001 (001.08.202155-5) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Geraldo José Rocha Freire Junior - REQUERENTE: Keren Patrícia Almeida Freire - CERTIDÃO Processo n.°:0202155-26.2008.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 362/365. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Reixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CARLOS DAVID MARTINS TOSTA (OAB 9223/AM) - Processo 0202320-29.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.R.F.C.N. - DESPACHO Retome-se a marcha regular da demanda, retirando-se a baixa processual. Intime-se o inventariante para cumprir o determinado à fl. 243 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de novo arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM) - Processo 0204458-76.2009.8.04.0001 (001.09.204458-2) - Petição Cível - Sociedade - REQUERENTE: Ana Paula Melo Felix - DESPACHO Diante do teor da decisão de fl. 195, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça deste Estado, a fim de que seja dirimido o conflito negativo de competência, conforme parte final da decisão de fls. 191/192. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0206070-10.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: I.G.F. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0206521-93.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: L.M.M.S. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA (OAB 9053/AM) - Processo 0206581-66.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Transação - REQUERENTE: L.M.M. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0207006-35.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: E.S.D. e outros - Diante do teor do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0207283-46.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.O.F. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 11). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: OLGA O. PRACIANO (OAB 369/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0208217-48.2009.8.04.0001 (001.09.208217-4) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Celia Albuquerque Fideles Grieger - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 609).

ADV: RAQUEL EL-BACHA FIGUEIREDO (OAB 23953/BA) - Processo 0208625-58.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: K.T.A.L.M. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0208755-87.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: F.C.R. e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM), ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB 13480/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0208763-88.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.P.S. - REQUERIDO: R.S.S.O. e outros - Certifique-se acerca da intimação pessoal do Defensor Público que assiste os herdeiros para cumprimento do determinado à fl. 114, providenciando-se o necessário para tanto caso não tenha ocorrido. Designo audiência de Conciliação para o dia 20/09/2019, às 09:30h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos, na forma do art. 236 do CPC. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0208970-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: José Luiz Miranda Nogueira - Natacha Hewlen Nogueira e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0211797-13.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.B.S. - Diante do teor da certidão de fl. 63 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ALCIDES FERREIRA COSTA (OAB 4450/AM), ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM) - Processo 0212717-55.2012.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Teodorico da Gama - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 213. Prazo: 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: SÉRVULO MORAIS OLIVEIRA (OAB 6320/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0212956-64.2009.8.04.0001 (001.09.212956-1) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Paulo Vitor Almeida Lima e outro - REQUERIDA: Jandira Ramos de Lima e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 220. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0213113-95.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.S.S. - DESPACHO Certifique-se acerca da intimação pessoal da Defensoria Pública quanto ao despacho de fl. 157, providenciando-se o necessário para tanto caso não tenha ocorrido. Cumpra-se.

ADV: DANIEL BRITTO FREIRE ARAÚJO (OAB 12641/MA) - Processo 0213281-92.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: AMANDA SANTOS DA SILVA - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 144. Prazo: 30 dias. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: ALEX DA SILVA ALMEIDA (OAB 10706/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0213303-19.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.E.P. e outro - CERTIDÃO Processo n.°:0213303-19.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos ARs de fls. 66, 68/74. Manaus, 27 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0215155-88.2011.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.D.M.A. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: RAQUEL EL-BACHA FIGUEIREDO (OAB 23953/BA), ADV: SIDNEY HEITOR AZEVEDO FIGUEIREDO (OAB 12563/AM) - Processo 0215447-63.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: N.C.S. e outro - DESPACHO Ante os Ars negativos, cumpram-se as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia. Certifique-se do transcurso do prazo sem manifestação no que se refere ao ato ordinatório de fl. 61.

ADV: PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA (OAB 9053/AM) - Processo 0215749-92.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: VALERIA MOTA CORREA e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 37). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA, ADV: KARLA KEIKO BUZAGLO KOGUCHI (OAB 6868/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: LUIZ EVANDRO DE SOUZA (OAB 1430/AM), ADV: LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM), ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0216026-89.2009.8.04.0001 (001.09.216026-4) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Campos de Oliveira e outros - INVTANTE: Jean Serrão de Oliveira - REQUERENTE: Lessandro Serrão de Oliveira - Zena de Oliveira Machado e outros - Designo audiência de Conciliação para o dia 03/10/2019, às 09:30h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM) - Processo 0216292-66.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.M.C.S. e outro - REQUERIDA: S.A.S. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0216713-32.2010.8.04.0001 (001.10.216713-4) - Petição Cível - Sucessões - REQUERENTE: Eliana Santos dos Anjos e outro - DESPACHO DEFIRO a gratuidade da justiça. Diante do certificado às fl. 137, cumpra-se o despacho de fl. 130 via mandado e, se frustrada a intimação, via edital. Cumpra-se.

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM), ADV: PAULO CEZAR SANTOS (OAB 4488/AM), ADV: MICHELLE CRISTINE LIMA DE CASTRO (OAB 3997/AM) - Processo 0219171-22.2010.8.04.0001 (001.10.219171-0) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: EDNÉIA APARECIDA SANTOS e outros - DESPACHO SUSPENDA-SE o curso da demanda pelo prazo de 90 (noventa) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0220352-48.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: G.A.C. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 22). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0221152-71.2019.8.04.0001 (processo principal 0622761-92.2017.8.04.0001) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eduardo Antônio Braga Reis - Wilson Carlos Braga Reis - REQUERIDO: Paulo Roberto Braga Reis - DESPACHO Certifique-se da tempestividade dos embargos de declaração opostos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0221222-64.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.M. - Diante do teor do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM) - Processo 0221570-77.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.A.R. - DEFIRO, por ora, a gratuidade da justiça. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 61). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0221730-83.2009.8.04.0001 (001.09.221730-4) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Carlos Sabino de Andrade - Luciana Fechini Caldas de Andrade - DESPACHO Atualize-se o cadastro processual. Intime-se a inventariante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do teor das manifestações de fls. 368 e 380. Persistindo a inércia da inventariante, certifique-se e intimem-se os herdeiros habilitados para se manifestarem requerendo o que entenderem de direito para fins de prosseguimento da demanda. Cumpra-se.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 1757E/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: CHRISLEIDE LIMA DE SOUZA DUARTE (OAB 1772E/AM), ADV: GERALDO FRANCISCO DE SOUZA PITOLI (OAB 8035/AM) - Processo 0221802-02.2011.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Zulene Batista de Oliveira - REQUERIDO: Raimundo Gama de Oliveira - INTSSADO: JOSE ROBERTO VALENTIN BARROSO e outros - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para informar acerca do andamento processual/julgamento da ação de investigação de paternidade que ocasionou a suspensão dos presentes autos, conforme decisão de fl. 915, no prazo de 15 (quinze) dias. Em igual prazo, deverá manifestar-se acerca do pedido de habilitação de herdeiro formulado à fl. 920. Após, retornem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0222751-84.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.C.B. e outros - REQUERIDA: M.M. e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MARY AMÉLIA BARROS MUNIZ TUMA (OAB 4566/AM) - Processo 0223796-65.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: Magalhi Xaude Magalhaes - DESPACHO Intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca do teor da manifestação de fls. 325/328 no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0224605-84.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.S.C.S. e outros - DESPACHO Ante o certificado à fl. 82, intime-se o Defensor Público que assiste a inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 644/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0224722-51.2008.8.04.0001 (001.08.224722-7) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.S.F. - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a inventariante para cumprir o determinado no despacho de fl. 117 no prazo naquele assinalado. Somente após, retornem os autos conclusos.

ADV: MÔNICA SABBÁ (OAB 4542/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0227193-35.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habilitação e Reabilitação Profissional - REQUERENTE: Simon Nissim Pazuelo Sabbá - INVTANTE: Dircilene Socorro Graça de Moraes - DESPACHO Retifique-se a classe processual eis que se trata de Ação de Habilitação de Crédito. Autue-se em apenso aos autos de inventário informados à fl. 76. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0227392-81.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.S.S. e outros - DESPACHO Retire-se a tarja de baixa processual cadastrada perante o sistema. Os documentos apresentados às fls. 40/43 não substituem a necessidade de apresentação de certidão negativa fiscal municipal em nome do autor da herança. Intime-se a inventariante nomeada para o adequado cumprimento do despacho de fl. 32, itens 1, 2 e 3, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0227919-72.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.S.F. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0227955-46.2014.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.S.M. e outro - DESPACHO Considerando o que dispõe o art. 192 do CTN, intime-se o inventariante para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, certidão NEGATIVA fiscal estadual em nome do falecido, especialmente certidão apresentada à fl. 35 indica a existência de débitos fiscais em nome do autor da herança. Cumprido o determinado, certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis; certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça; certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas; certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0228478-58.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0613230-50.2015.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.C.S.M.I. e outros - INTSSADA: C.M.S. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 127956/AM) - Processo 0228736-97.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.P.R.S. e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0228736-97.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da informação da Receita Federal e Sefaz. Manaus, 30 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM), ADV: CHRISLINE PATRÍCIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 1152A/AM), ADV: CHRISLINE PATRICIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 15746/PA), ADV: FRANCISCO JOSÉ GOMOS DOS SANTOS (OAB 273A/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DUTRA SCHMIDT (OAB A1160/AM), ADV: LUIS ALBERTO DUTRA SCHMIDT (OAB 1160A/AM) - Processo 0230616-08.2008.8.04.0001 (001.08.230616-9) - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ely Soares dos Santos e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 180). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR), ADV: DÉLCIO LUIS SANTOS (OAB 2729/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL

FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0232018-56.2010.8.04.0001 (001.10.232018-8) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elias Fernandes Carvalho - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0232133-67.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.M.C.M. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0232306-33.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: J.V.S.L.V.S.L.M.I. - DESPACHO Conclusão desnecessária. Proceda-se a certificação pendente diante do AR constante dos autos. Somente após, retornem os autos conclusos para apreciação da manifestação de fls. 56/57. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0232663-76.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: J.A.M. - CERTIDÃO Processo n.°: 0232663-76.2013.8.04.0001 Certifico para os devidos fins que a Fazendo Pública Federal não foi intimada, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 83/84, motivo pelo qual encaminho os autos para a fila de emitir citação. O referido é verdade. Dou Fé. Manaus, 23 de agosto de 2019 Assinatura digital Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã Judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0233661-44.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.L.F. - DESPACHO Ante o certificado à fl. 172, intime-se o inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0234098-56.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: S.M.S.O. - REQUERENTE: C.S.O. e outros - REQUERIDO: J.R.O.N. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0234755-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0227683-57.2011.8.04.0001) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ricardo Almeida - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0235511-36.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: S.B.S. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0235527-24.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.O.S.A.M. e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0235751-83.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: I.R.F. - Ato contínuo, verifico que na manifestação de fls. 12 a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do NCPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo, bem como juntando cópia de seus documentos pessoais e procurações. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0236772-31.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.G.S.M. - Diante do certificado em fls. 145, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, cumpra o determinado no despacho de fls. 117, juntando aos autos o comprovante de recolhimento do ITCMD, bem como para que se manifeste acerca da petição de fls. 133/135 e documentos que a acompanha, requerendo o que entender de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0237367-11.2008.8.04.0001 (001.08.237367-2) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rute Chaves da Silva - Diante do teor da certidão de fl. 138 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0237796-36.2012.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: I.M.P. - TERCEIRO I: V.D.A.M.M. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 33). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0238404-34.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.S.S. e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0238627-50.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: C.L.N. e outros - DESPACHO Intimem-se os herdeiros e inventariante para cumprirem adequadamente o despacho de fl. 112, no que tange à apresentação das cessões/renúncias no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0240826-79.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.M.L. - DESPACHO Certifique-se do transito em julgado da sentença proferida. Intime-se A. C. M. L. para esclarecer, no prazo de 5 (cinco) dias, o que pretende com o pedido de prosseguimento do feito requerido à fl. 159, já que, pela documentação que a acompanha, não houve a negativa Cartorária alegada, uma vez que não consta dos registros da Serventia do 4º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital quaisquer pedidos de certidões ou averbações relativamente aos bens inventariados nestes autos (fl. 161). Em caso de inércia, certifique-se e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0241026-47.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.R.C. - CERTIDÃO Processo n.°:0241026-47.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos ARs negativos de fls. 38/44. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0241629-23.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.D.S.A. - DESPACHO Ante a inércia da inventariante nomeada, intimem-se os herdeiros habilitados para requererem o que entenderem de direito para fins de prosseguimento do inventário no prazo de 5 (cinco) dias. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0241791-18.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.P.S. e outros - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, a cópia integral da cessão de direitos hereditários mencionada à fl. 44, considerando o erro de digitalização do documento de fls. 54/55. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0241860-50.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.F.N. e outros - REQUERIDA: A.N.L. e outros - DESPACHO Concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para o cumprimento da última parte do despacho de fl. 40, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0243924-72.2012.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.P.S. e outro - Diante do teor da certidão de fl. 55 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0244919-46.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.E.S.B.M.I. e outro - INVTANTE: E.B.S.D. - REQUERIDO: M.E.S.R. - DESPACHO Ante o AR. De fl. 27, certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0244927-23.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.E.L.S. e outro - REQUERIDA: G.F.S. e outros - DESPACHO DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Considerando o óbito da inventariante anteriormente nomeada, conforme noticiado à fl., 48/49 NOMEIO inventariante ROGÉRIO MANUEL LASSALVIA DA SILVA, o qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias e Primeiras Declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes. Após, cumpra-se a Secretaria a parte que lhe cabe quanto ao despacho de fl. 40. Cumpra-se.

ADV: DALVA RODRIGUES LIMA (OAB 8809/AM), ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM) - Processo 0245325-67.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: C.F.A.L. e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 95). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0246779-53.2014.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.D.L.M. e outros - REQUERIDO: M.P.M.F. - DESPACHO Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para fins de comprovação do recolhimento do ITCMD-causa mortis e apresentação da CND fiscal estadual, considerando o que dispõe o art. 192 do CTN, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0247739-09.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: O.N.S. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos do artigo 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: FLÁVIO WILLER CÂNDIDO (OAB 5527/AM), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM) - Processo 0247753-32.2010.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Michele Palheta Barbosa e outros - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 166. Prazo: 30 (trinta) dias. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0248388-08.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: V.M.G. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0248591-04.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: N.M.O. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0249210-31.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: A.K.S. e outros - REQUERIDA: M.S.K.S. e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0249688-97.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.S.S. e outro - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema. Nomeio LEINA DOS SANTOS DE SOUZA Inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Estadual e Federal em nome do(a) falecido(a); 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0251474-84.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.R.P. e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0253719-63.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.S.S. - Defiro, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 17). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM) - Processo 0253866-89.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: E.M.D. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 82, 118). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0254620-36.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.T.S.A. - CERTIDÃO Processo n.°:0254620-36.2013.8.04.0001 Certifico para os devidos fins, que a Senhoras Herlem Muller e Márcia Bruna Soares de Albuquerque, deixaram transcorrer in albis o prazo para impugnação, motivo pelo qual faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz de Direito. Manaus, 23 de agosto de 2019 Assinatura digital Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã Judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0254917-09.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: B.C.C.S. e outros - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a inventariante para cumprir o determinado no despacho de fl. 70 no prazo naquele assinado. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0257689-76.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.M.S. - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste ainventariante para cumprir o determinado no despacho de fl. 91 no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO ACACIO DO NACIMENTO NETO (OAB 10383/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN) - Processo 0258390-08.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Orleilson Ximenes Muniz - DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da certidão de fls. 199, requerendo o que entender de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0258479-65.2010.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raphael Wallace Saraiva de Souza - INVTANTE: Maria Vilanir Gomes de Oliveira - REQUERENTE: Williard Oliveira de Souza - WILLACE OLIVEIRA DE SOUZA - Williams Oliveira de Souza - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo de dilação. Intime-se a inventariante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do ofício recebido (fls. 423/427), requerendo o que entender de direito. Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0260592-50.2014.8.04.0001 - Arrolamento de Bens - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: T.M.B.S. - Por se tratar de matéria de interesse público, incabível a extinção do inventário judicial sem resolução de mérito pela desistência. Neste sentido: TJPE-0086963) CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. INVENTÁRIO E PARTILHA. MORTE DO INVENTARIANTE. EXTINÇÃO DO FEITO COM FULCRO NO ART. 267, IV, DO CPC. INDEVIDA. PRESENTES INTERESSES PÚBLICOS NA SOLUÇÃO DA AÇÃO. NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE E INTIMAÇÃO PESSOAL DOS HERDEIROS. PRECEDENTES. 1. Ação de Inventário e Partilha proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco. Nomeado herdeiro inventariante, que não deu regular andamento ao inventário, obteve-se posterior notícia de seu falecimento. 2. Incabível a extinção da ação em virtude da morte do inventariante, como realizado na sentença ora apelada, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, devendo ser nomeado novo inventariante para dar continuidade ao inventário e partilha dos bens. 3. Dessa forma, presente interesse público na solução da ação, tal como o do Estado no recolhimento dos tributos, razão assiste ao apelante, devendo a sentença ser desconstituída com retorno dos autos ao juízo de origem para prosseguimento da ação. 4. Recurso a que se dá provimento. (Apelação nº 0000005-65.1987.8.17.1380 (337383-7), 1ª Câmara Cível do TJPE, Rel. Roberto da Silva Maia. j. 14.10.2014, unânime, Publ. 22.10.2014). TJRS-0230803) APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SUCESSÃO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. EXTINÇÃO. 1. Embora não tenha sido encontrado o inventariante no endereço informado na inicial, não poderia o feito ser extinto, nos termos do art. 267, III do CPC. 2. Tratando-se de ação de inventário, incabível a extinção do feito, sem a apreciação do mérito, por desídia do inventariante, por se tratar de interesse de terceiros, nos termos do art. 995, II do CPC. RECURSO PROVIDO. (Apelação Cível nº 70067114835, 7ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Liselena Schifino Robles Ribeiro. j. 16.11.2015, DJe 18.11.2015). A rigor, a extinção sem resolução de mérito do inventário judicial somente é possível caso os herdeiros, comprovadamente, promovam a partilha por meio de inventário extrajudicial. Isto posto, tendo em vista a ausência de interesse no prosseguimento do feito por parte dos herdeiros, não havendo interessados em sua prossecução e não dispondo este Juízo de inventariante judicial, DETERMINO o arquivamento administrativo do presente inventário até que haja manifestação dos herdeiros pelo seu prosseguimento.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO. (OAB 000.381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0332941-95.2007.8.04.0001 (001.07.332941-0) - Restauração de Autos - REQUERENTE: Cleonice Pacheco de Macedo e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 242). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA (OAB 4479/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A-559) - Processo 0351551-14.2007.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0351551-14.2007.8.04.0001) - Remoção de Inventariante - REQUERENTE: Luis Paulo Muller - REQUERIDO: Silvia Esteves Pereira, Inventariante do espolio de Haroldo Fernandes - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0502868-78.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: NADIR SOARES RODRIGUES - WILLIAN RODRIGUES DE AQUINO - KELLEN RODRIGUES DE AQUINO - REINALDO RODRIGUES DE AQUINO - Ilson adolfo de Aquino Filho - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no derradeiro prazo de 5 (cinco) dias, apresentar a certidão de dependentes exigida à fl. 24, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600310-05.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Everton Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DESPACHO Quanto ao certificado à fl. 116, intime-se a parte autora para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito para fins de manutenção dos benefícios da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0600310-05.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Everton Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DESPACHO Analisando detidamente os autos, verifico que foram concedidos inicialmente à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita diante da declaração de que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. Ocorre que a simples declaração feita pelos interessados não é suficiente à manutenção dos benefícios da Gratuidade Judiciária concedidos de forma inicial, sendo necessária a efetiva comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte/espólio possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelos interessados é providência necessária para a manutenção do benefício concedido inicialmente. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação dos requerentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificarem o valor atribuído à causa, considerando o proveito econômico pretendido, bem como para, em igual prazo, recolherem as custas processuais, requererem a diligência que entenderem necessária ao pagamento ou comprovarem a sua hipossuficiência, sob pena de revogação da benesse concedida.

Na hipótese de recolhimento das custas, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Comprovada a hipossuficiência, retornem os autos conclusos para apreciação da manutenção dos benefícios da gratuidade concedidos de forma inicial. Cumpra-se.

ADV: ELIZANDRA LITAIFF LEONARDO (OAB 4669/AM) - Processo 0600379-37.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Aldemara Kimura de Menezes - Sidnei Barroso de Menezes - Camila Kimura de Menezes - DESPACHO Ante o certificado à fl. 33, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito para fins de manutenção dos benefícios da gratuidade concedidos de forma inicial. Cumpra-se.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0600550-96.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.M. e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 215/216). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0600748-70.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REPTANTE: MARCELA TEIXEIRA LOPES - REQUERENTE: Marcelly Lopes Pessoa - Processo sentenciado. Arquivem-se os autos.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0601021-78.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.J.N.A. - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação quanto ao ato ordinatório. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0601309-89.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Elisa Carvalho de Padilha - Darlan de Carvalho Padilha - Maysa Carvalho de Padilha - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 8 e 22, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 64/66, além da comprovação da habilitação como dependente do de cujus, demonstrada pela Certidão de fl. 77, DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. DEFIRO o pedido formulado à fl. 85. CUSTAS a serem descontadas e pagas no momento do saque ora autorizado, devendo o alvará conter expressa determinação neste sentido. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da dependente acima nominada. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0601356-05.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: R.G.O. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0601751-94.2014.8.04.0001 - Inventário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.P.S.A. - Diante do teor da certidão de fl. 125 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM) - Processo 0601754-73.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: T.F.L. - Analisando detidamente os autos, verifico que a parte requerente pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita e, para tanto, declarou que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. A simples declaração feita pelo interessado não é suficiente à concessão do benefício da Gratuidade Judiciária, sendo necessária a comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelo interessado, capaz de autorizar a concessão do benefício, é providência necessária para o deferimento do pedido formulado com este escopo. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, ou comprovar a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição.

ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0602069-43.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: FRANCISCO EDIVAR MOTA DE SOUZA - Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Após, retornem os autos conclusos para providências via BACENJUD. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: GEMAIRIE FERNANDES EVANGELISTA (OAB 219/RR) - Processo 0602259-64.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: W.C.S. - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada no curso da demanda, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Ato contínuo, verifico que na manifestação inicial a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do NCPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo, bem como juntando cópia de seus documentos pessoais e procurações. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal da de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0602316-82.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jorge Carlos Barbosa e outros - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação

hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0602317-38.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Silvia Barbosa Cavalcante - REQUERIDA: Luciana Lobo Cavalcante e outros - DESPACHO Quanto ao pedido de exclusão de bens do espólio e de alvará para pagamento das despesas de itcmd-causa mortis e custas processuais, intime-se a inventariante para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0602429-41.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: LUIZ SILVA DE LIMA - Diante do teor da certidão de fl. 64 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do inventariante nomeado, bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0602439-80.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Marlete Vitorino dos Santos - CERTIDÃO Processo n.°:0602439-80.2019.8.04.0001 CERTIFICO que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos avisos de recebimento negativos juntados ás fls. 76/84. Manaus, 30 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM), ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM) - Processo 0602441-50.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.R.L. - Digam a parte autora sobre a resposta do BACENJUD.. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0602559-65.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.O.G.J. - DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário à quitação da guia de recolhimento de ITCMD-causa mortis de fl. 709. Após a expedição do alvará, deverá o (a) inventariante comprovar o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o pagamento, cumpra-se o determinado à fl. 706.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0602593-35.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Laize Maia de Souza e outros - DESPACHO Em caso de excessivo prazo sem resposta ao ofício expedido, cumpram-se as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0602717-18.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: N.M.D.F. - DESPACHO Trata-se de Ação de Alvará em que pretende a parte autora autorização judicial para levantamento de quantia depositada em conta bancária em nome do (a) falecido (a). De acordo com o art. 2º da Lei nº 6.858/80, podem, por meio da Ação de Alvará, ser levantados os valores depositados em contas da pessoa falecida, desde que não hajam outros bens sujeitos ao inventário e ainda quando os valores não sejam superiores à 500 OTN. Sabe-se, todavia, que a Obrigação do Tesouro Nacional - OTN foi extinta, o que não quer dizer que a limitação imposta pelo mencionado art. 2º tenha deixado de existir. De forma que a doutrina vem firmando o entendimento de fixação desse valor em R$36.000,00 (trinta e seis mil reais). No caso em apreço, conforme comprovante de existência do saldo constante da fl. 84/86, o valor pretendido excede em muito o limite imposto pela norma, razão pela qual fica este juízo impossibilitado de deferir o pedido constante na exordial, tendo em vista estar o objeto pretendido sujeito ao procedimento do inventário. Nesse sentido: TJPB-009821) APELAÇÃO CÍVEL. SALDO EM CONTA BANCÁRIA PERTENCENTE AO "DE CUJUS". LEVANTAMENTO REQUERIDO PELA VIÚVA. VALOR QUE ULTRAPASSA 500 (QUINHENTAS) OTN. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI 6.858/80. INEXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE INVENTÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Descabe a expedição de alvará judicial com o fim de liberar valores em favor do de cujus em conta bancária quando o valor excede o valor de 500 (quinhentas) OTN, inteligência do art. 2º da Lei 6.858/80. Inadequação da via eleita. Inexistindo um dos pressupostos da ação, o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, conforme leciona o art. 267, VI. (Apelação Cível nº 200.2010.023133-7/001, 4ª Câmara Cível do TJPB, Rel. João Alves da Silva. unânime, DJe 20.01.2012). (Grifei) Considerando-se a imprescindibilidade de abertura de inventário, DETERMINO a intimação dos requerentes para, querendo, emendarem a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o feito prossiga como inventário. Poderão, em igual oportunidade, optar pela adoção do rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes quanto à partilha, ou de Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), desde que o valor dos bens não supere o limite estabelecido pela lei, ainda que a partilha não seja consensual ou envolva interesses de incapazes (art. 665 do CPC) Faculto, ainda, o prosseguimento pela via administrativa, por meio de inventário extrajudicial, perante os Cartórios, conforme autoriza o art. 610, §1º do CPC, em sendo aplicável. Cumpra-se.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0602766-93.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.E.S.B. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos do artigo 320 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, conforme restou certificado à fl. 32 e fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: ANA CRISTINA SERIQUE DOS SANTOS (OAB 11008/AM) - Processo 0602770-62.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria do Socorro da Silva Fernandes - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente, uma vez que o documento de fls. 10/11 não se presta a cumprir o referido requisito, uma vez que foi lavrado unilateralmente pela requerente, sem anuência do de cujus, ora autor da herança. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF do de cujus, uma vez que o documento de fls. 09 encontra-se ilegível.

ADV: WELLINGTON GUIMARÃES BENTES (OAB 6828/AM), ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: ELISA OLIVEIRA DA SILVA BENTES (OAB 11261/AM) - Processo

0603042-27.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: E.P.O. e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 47). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM) - Processo 0603200-82.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ivanei Pereira Lima - DESPACHO Considerando a inexistência de dependentes habilitados em nome do falecido perante a Previdência e o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80 acerca da legitimidade ativa para a propositura das ações de alvará, DETERMINO a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, emendar a inicial qualificando os demais herdeiros do falecido no polo ativo da demanda ou, em sendo o único herdeiro, apresentar declaração de único herdeiro formalizada de próprio punho, sob as penas da lei. Após cumprido o determinado, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB 49858/RJ) - Processo 0603352-72.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: MARIA RITA ALMEIDA BORGES - REQUERENTE: Damiao de Almeida Borges e outros - certidão

ADV: MILENA MESQUITA DE CARVALHO (OAB 17854/CE) - Processo 0603384-67.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: P.R.C.A.S. - A.S.A.S. - E.R.F.A.S. - INVTANTE: C.T.S. - CERTIDÃO Processo n.°:0603384-67.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 80. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0603408-03.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: João dos Santos - REQUERIDA: Amanda Fogaça dos Santos e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 74). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM) - Processo 0603511-10.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: ANA SANDRA OLIVEIRA DOS REIS e outros - REPTANTE: LUIS CARLOS NAZIAZENO MENDES e outro - DESPACHO Cumpram-se as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia, diante do ofício recebido. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0603540-55.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Evandro Almeida Lima Junior - Dessa forma, rejeito a petição inicial e julgo o processo extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I c/c arts. 320 e 321, parágrafo único, todos do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, dando baixa na distribuição.

ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM) - Processo 0603549-51.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alcilene Silva de Aquino - REPTANTE: Aldemira Pedro de Aquino - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 39/40, parte final).

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0603663-24.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Priscila Alexcis Silva e outro - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. Uma vez descumprido o Despacho de fl. 42, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0603838-23.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.S.R. - CERTIDÃO Processo n.°:0603838-23.2014.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos avisos de recebimento negativo de fls. 147/148. Manaus, 27 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/ Escrivã judicial

ADV: BIANCA OLIVEIRA DE MELO (OAB 7976/AM), ADV: PAULO SERGIO MUNHOZ (OAB 126461/SP), ADV: JÉSSICA SILVA DE SOUZA (OAB 10659/AM), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM) - Processo 0603838-86.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: FRANCINEIDE GAMA DA SILVA - Atualize-se o cadastro das partes e patronos consoante manifestação de fls. 357/359. À secretaria para que cumpra o que lhe cabe no despacho de fls. 356. Cumpra-se.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0603881-23.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: T.R.F.M. - DESPACHO Diante do certificado à fl. 113, intime-se o (a) inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, suprir a pendência indicada. Cumpra-se.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0603954-63.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Antonio Osvaldo Marreiro Pimenta e outros - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar o requerido pelo Parquet. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0604044-32.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Aparecida Leite Silva - DESPACHO CUMPRAM-SE as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia para o caso concreto. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0604175-70.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Ferreira e Ferreira - DESPACHO Da análise da certidão de fl. 28, verifico que o falecido deixou uma dependente habilitada perante o Órgão Previdenciário a que era vinculado. Diante do exposto e tendo em vista o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80 acerca da legitimidade para a propositura das ações de alvará, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retifique o polo ativo da demanda, devendo neste constar somente a dependente habilitada, sob pena de indeferimento. Em igual prazo, deverá comprovar a hipossuficiência alegada na exordial, possibilitando a apreciação do pedido de gratuidade da justiça requerido. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0604427-39.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Dib Livas Nóbrega - DESPACHO Oficie-se à Receita Federal, nos moldes em que requerido à fl. 6, alínea e. Oficie-se à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil para informarem a existência de saldo de PIS/PASEP/FGTS em nome do de cujus. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para a consulta do extrato bancário do falecido a contar da data do óbito, em 15/06/2017 (fl. 2), observando o CPF nº 068.554.232-72, indicado à fl. 7. Após todas as respostas, aguarde-se o cumprimento do determinado à fl. 21 no prazo naquele assinalado. Cumpra-se.

ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0604574-70.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0601007-31.2016.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: ERNA PEDROZO DO AMARAL COLARES - Intime-se o(a) inventariante para se manifestar sobre a resposta do RENAJUD no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM) - Processo 0604645-67.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de depósito - REQUERENTE: Luciano da Costa

Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Diante da informação de existência de imóvel, intimem-se os requerentes, pelo advogado, para informar e qualificar todos os herdeiros existentes, bem como o interesse em partilha amigável, se maiores e capazes, na forma de arrolamento sumário, nos termos dos arts. 659 e seguintes, do Código de Processo Civil. 10 (dez) dias. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0604874-32.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: A.F.C. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 39). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: SAINT CLAIR D'AVILA GONÇALVES DIAS (OAB 9863/AM) - Processo 0604950-90.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: WILLAMY ONYX DA SILVA NEPOMUCENO - Aryan Anix Batista Nepomuceno - DESPACHO Atualize-se o cadastro processual dos patronos. DEFIRO a exclusão de bens do acervo hereditário, sem prejuízo de posterior sobrepartilha. Intime-se o inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar o plano de partilha amigável, tendo-se em vista o transcurso do prazo de dilação e a exclusão de bens do espólio, conforme fls. 164/166. Cumpra-se.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0605028-21.2014.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.G.G. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos do artigo 320 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, conforme restou certificado à fl. 30, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM) - Processo 0605088-28.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Débora Lins Falcone da Silva - REQUERENTE: Afonso Luiz da Costa Lins - Michelle Vilela Lins Costa - Emannuelle Vilela Lins Garcia Gil e outros - Certifique-se do eventual excessivo prazo para resposta ao ofício de informações expedido ao Banco Bradesco S/A, conforme informa a inventariante às fls. 974/975. Em caso de excessivo prazo, cumpram-se as determinações da Ordem de Serviço desta Serventia para o caso concreto, possibilitando-se a apresentação do Plano de Partilha amigável pela inventariante e o deslinde do feito. Fica condicionada a expedição de eventual ofício à instituição bancária à comprovação do recolhimento das despesas do ato, conforme dispõe a Portaria nº 116/2017 - PTJ. No mais, DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário à quitação das despesas de manutenção do espólio de fls. 935 e 973, cuja expedição do alvará, de igual forma, ficará condicionada à comprovação do recolhimento das despesas do ato, conforme dispõe a Portaria acima mencionada. Após a expedição do alvará, deverá a inventariante comprovar o pagamento das despesas no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM) - Processo 0605088-28.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Débora Lins Falcone da Silva - REQUERENTE: Afonso Luiz da Costa Lins - Michelle Vilela Lins Costa - Emannuelle Vilela Lins Garcia Gil e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0605088-28.2013.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 977/1017. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 27 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM) - Processo 0605088-28.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Débora Lins Falcone da Silva - REQUERENTE: Afonso Luiz da Costa Lins - Michelle Vilela Lins Costa - Emannuelle Vilela Lins Garcia Gil e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0605088-28.2013.8.04.0001 Certifico que em data de 23.08.2019 foi apresentada em cartório a resposta do oficio pelo Bradesco . (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 29 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM) - Processo 0605232-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Maria da Silva - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 6/7, 12/13, 17 e 18, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 27, além da comprovação da inexistência de outros herdeiros, demonstrada pela Certidão de fl. 16 e Declaração de fl. 14 , DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da herdeira acima nominada. Sem custas.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0605515-20.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de depósito - REQUERENTE: LAIZE DA SILVA REBELO - DESPACHO Cumpram-se as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia diante do ofício recebido. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984AM), ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984AM), ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984/AM), ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984/AM), ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM) - Processo 0605672-95.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: HOMERO ZANY CARVALHO DOS REIS - REQUERENTE: EVANDRO CESAR CARVALHO DOS REIS e outros - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS (OAB 9096/AM) - Processo 0605911-65.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: MARR JOHN DA COSTA PIMENTEL - Proceda-se nova citação nos mesmos moldes da anterior. Cumpra-se.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0605975-02.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca Dieniery Brito Cordeiro - CERTIDÃO Processo n.°:0605975-02.2019.8.04.0001 CERTIFICO que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca do oficio resposta fl.22/23 dos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM), ADV: GLÁUCIO BENTES GONÇALVES FILHO (OAB 8155/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO

KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0606016-76.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: TEREZINHA RIBEIRO DE QUEIROZ - Diante do teor da certidão de fl. 220 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou da inventariante nomeada bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0606034-58.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: S.J.B.M. - REQUERENTE: Z.A.M.M. - DESPACHO Proceda-se ao cadastro completo dos patronos habilitados. Ante o transcurso do prazo sem manifestação da Fazenda Pública Municipal de Coari, intime-se o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar certidão negativa fiscal do falecido perante o referido Município. Em igual prazo, deverão os demais herdeiros se manifestarem acerca do teor da manifestação de fls. 176/183. Após, retornem os autos conclusos para decisão acerca de eventuais impugnações. Cumpra-se.

ADV: RICARDO PENHA DE SOUZA (OAB 9415/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0606364-26.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: ANDRE CASTILHO BARBOSA - REQUERENTE: ROSANGELA CASTILHO BARBOSA e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 336). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM) - Processo 0606416-80.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.R.G. - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 8 e 78, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 133/135, além da comprovação da habilitação como de dependente do falecido, demonstrada pela Certidão de fl. 77, DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da dependente acima nominada. Sem custas.

ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM) - Processo 0606424-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Administração de herança - REQUERENTE: J.R.S. - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a falecida e o requerente, uma vez que o documento de fls. 11/12 não se presta a cumprir o referido requisito, uma vez que foi lavrada unilateralmente pela parte autora, sem anuência da convivente, ora autora da herança. Cumpra-se.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0606561-44.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: N.C.S. - DESPACHO Diante do certificado à fl. 63, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito para fins de prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0606574-72.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Danielle Salves da Silva e outro - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 6, 13, 15 bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 11/12 e 70 além da comprovação da qualidade de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 26 e tendo em vista as Declarações de fls. 48 e 58, DEFIRO o pedido das Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. Considerando o que dispõe o art. 1º, §1º da Lei 6858/80, após a expedição do alvará, deverá a representante legal da menor comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o depósito da cota-parte a que faz jus a menor em conta poupança a ser aberta em seu nome, somente ficando disponível após a sua maioridade, salvo autorização judicial em sentido contrário. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol das herdeiras acima nominadas. Sem custas.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0606629-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lisbeth Vilacrez Garcez - Marilza Vilacrez Moreira - Misael Huaman Vilacrez - Airton Huaman Vilacrez - Ales Huaman Vilacrez - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Lisbeth Vilacrez Garcez, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0606694-57.2014.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: ROSICLEIDE CORREA CARDOSO DE LIMA - REQUERENTE: Renata Correa Cardoso lima e outro - Diante da certidão de fls. 138, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a certidão de débitos negativa perante a fazenda municipal, em nome do falecido ou de seu espólio. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0606958-98.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Marcelos Rodineles da Costa Medeiros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0607220-19.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Amélia Bezerra Simões - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para esclarecer, no prazo de 15 (quinze) dias, o motivo de a memória de cálculos de fl. 105 não apontar a declaração do valor deixado pelo de cujus para fins de apuração de incidência de itcmd-causa mortis, devendo manifestar-se, em igual prazo, acerca do certificado à fl. 108, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0607547-27.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Terezinha Oliveira dos Santos - CERTIDÃO Processo n.°:0607547-27.2018.8.04.0001 CERTIFICo que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos a(o) defensor(a) píblico(a) da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05(prazo em dobro) dias acerca do oficio de fl. 82 oriundo do Banco do Brasil. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0607593-50.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Banco Bradesco S/A e outros - Trata-se de Ação de Alvará Judicial em que visa a parte autora o levantamento de prêmio de seguro de vida contratado pelo (a) de cujus, além de saldos de PIS, PASEP, FGTS e os eventualmente deixados por este (a) em conta bancária de sua titulatirade. Ocorre que, no transcorrer da demanda, houve indeferimento do pedido de saque do eventual prêmio decorrente de seguro de vida, ante o que prevê o art. 794 do CC, conforme decisão proferida à fl. 257, além de que verificou a inexistência de quaisquer outros saldos deixados pelo (a) de cujus. Diante disso, nada mais resta senão reconhecer a falta de interesse ao prosseguimento da ação, pela perda superveniente do objeto. Considerando-se o acima exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. CUMPRA-SE.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0607786-36.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: C.G.S. e outros - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação relativamente ao ato ordinatório. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: FERNANDO VALENTE PEREIRA (OAB 361A/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0607824-43.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Gorete de Oliveira Silva - DESPACHO Certifique-se da tempestividade dos embargos opostos. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0607925-17.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Irlene Renee Cruz dos Santos - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM) - Processo 0608293-55.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.G.B.F.M. - G.F.M. - D.F.M. - W.F.M. - H.F.M. - Intime-se o(a) inventariante para se manifestar sobre a resposta do BACENJUD no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0608302-17.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Paulo Roberto Degelo - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0608393-78.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosane Arcanjo do Nascimento - Isto posto, julgo extinto sem resolução de mérito o processo em epígrafe com base no artigo 485, VIII do NCPC. Após o transito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Sem custas. Intimem-se via diário eletrônico. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: DEIVID TAVARES CANTO (OAB 10204/AM) - Processo 0608416-58.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: S.M.D.S. - DESPACHO Intime-se a inventariante para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca dos ARS negativos constantes dos autos, conforme certificado à fl. 75. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0608639-06.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Oscarina Pinto Barbosa - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF do de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0608648-02.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Francisco Roberto de Melo Benigno - REQUERENTE: RODOLFO ANTÔNIO DE MELO BENIGNO e outro - REQUERIDO: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO, e outro - Retome-se a marcha regular da demanda, retirando-se a tarja de baixa processual. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 114). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM), ADV: AMÓS ARAÚJO DE MELO (OAB 815/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: LIDIANE MELO DO NASCIMENTO SENA (OAB 10283/AM) - Processo 0608659-36.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: AMANDA MARTINS PINHEIRO e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 88). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: THAMIRES SILVA DE MORAES (OAB 14071/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM), ADV: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Processo 0608856-49.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Manoel Nogueira Neto e outro - DESPACHO Analisando detidamente os autos, verifico que foram concedidos inicialmente à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita diante da declaração de que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. Ocorre que a simples declaração feita pelos interessados não é suficiente à manutenção dos benefícios da Gratuidade Judiciária concedidos de forma inicial, sendo necessária a efetiva comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte/espólio possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelos interessados é providência necessária para a manutenção do benefício concedido inicialmente. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o valor atribuído à causa, considerando o proveito econômico pretendido, bem como para, em igual prazo, recolher as custas processuais, requerer a diligência que entenderem necessária ao pagamento ou comprovar a sua hipossuficiência, sob pena de revogação da benesse concedida de forma inicial. Cumpra-se.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM) - Processo 0609065-52.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antônio Lúcio Martins da Silva e outros - DESPACHO Retifique-se a classe processual, eis que se trata de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, apresentar a certidão de dependentes habilitados em nome da falecida perante o Órgão Previdenciário a que era vinculada, uma vez que o documento de fl. 38 refere-se ao seu falecido cônjuge e não a de cujus em questão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do(a) falecido(a), respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do(a) de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do(a) falecido(a), sob as penas da lei.

ADV: LUIZ CARLOS QUEIROZ DE OLIVEIRA (OAB 7773/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM) - Processo 0609095-24.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Hozana dos Santos Galvão - Uma vez descumprido o Despacho de fl. 55, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM) - Processo 0609184-52.2014.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: LILIAN CILZA SEGADILHA DURÃES e outros - DESPACHO Retome-se a marcha regular da demanda, retirando-se a tarja de baixa processual cadastrada. Intime-se o (a) inventariante para suprir a pendência apontada na certidão de fl. 155, no prazo de 5 (cinco) dia,sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0609201-83.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: MILENA FURTADO PASTOR LIMA e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 54). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0609232-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sucessões - REQUERENTE: Álvaro de Oliveira Ribeiro - Retifique-se a classe processual para inventário. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF do de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0609259-57.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: LUISA PAULO DA SILVA e outros - DESPACHO Intime-se o(a) inventariante para sanar as pendências apontadas na certidão de fl. 200 no prazo de 15 (quinze) dias, possibilitando o deslinde da demanda. Cumpra-se.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0609677-53.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.H.S.G. - REPTANTE: M.S.S. - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 14, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 30/31 e 48/49, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 17 e da Declaração de Único Herdeiro de fl. 28 , DEFIRO o pedido do Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Diante do que dispõe o art. 1º, §1º da Lei 6858/80, após a expedição do alvará, deverá a representante legal do menor comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o depósito do valor a que o referido herdeiro faz jus em conta poupança a ser aberta em nome deste, somente ficando disponível após a sua maioridade, salvo autorização judicial em sentido contrário. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol do herdeiro acima nominado. CUSTAS pagas. P.R. I. Após, arquive-se.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0609849-92.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: José Carlos Assis de Souza e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0609849-92.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 81. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 22 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0610137-74.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.R.P.R.F. - G.R.S. e outro - DESPACHO A manifestação de fl. 111 não se presta a cumprir o determinado à fl. 107, já que somente faz remissão a documentos constantes dos autos, além de ter sido apresentada por terceira (e não pelo inventariante nomeado). Ademais, a alegação de que o CPF do de cujus ter sido cancelado perante a Receita Federal não é fato que justifique a não apresentação das certidões exigidas, na medida em que deve o inventariante diligenciar junto ao referido Órgão a fim de reativá-lo, possibilitando a emissão das certidões fiscais, considerando o que dispõe o art. 192 do CTN. Diante do exposto e tendo-se em vista o requerimento final da manifestação de fl. 107, DETERMINO o encaminhamento dos autos para providências via RENAJUD para conusulta de automóveis deixados pelo de cujus, observando-se o CPF nº 797.334.842-53. Uma vez efetivada a consulta, renovo o prazo de 20 (vinte) dias para o cumprimento integral e adequado do que foi determinado á fl. 107. Cumpra-se.

ADV: DIEGO VALENTE DE LIMA (OAB 10999/AM), ADV: ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM) - Processo 0610287-21.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jessica Castro Morais - INVTARTE: Elton Morais Luiz - Aguarde-se o decurso do prazo do despacho de fls. 75. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0610389-77.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Zilma da Silva Ferreira - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 8, 9, 40 e 41, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 67/69, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 31 e da Declaração de Únicos Herdeiros de fls. 50/51, DEFIRO o pedido dos Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. Sem custas. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE

MELO (OAB 4331/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM) - Processo 0610659-04.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Márcia Chicre Quemel - Patricia Chicre Bandeira de Melo - Maria Luiza Chicre Vieira - Maria de Nazareth Chicre Gonzalez - Maria Auxiliadora Bandeira de Melo Cavalcante - Valéria Chicre Quemel Andrade - Jamile Antonio Chicre de Barros Oliveira - Fabíola Bandeira de Melo Boscá - Edmee Cardoso Vasconcelos - Débora Bandeira de Melo Boscá - Antonio Chicre Neto - INVTANTE: Mary Conceição Barros Oliveira de Borborema - REQUERIDO: José Herculano Bandeira de Melo e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0610659-04.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 444/445. . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 22 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM) - Processo 0610659-04.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Márcia Chicre Quemel - Patricia Chicre Bandeira de Melo - Maria Luiza Chicre Vieira - Maria de Nazareth Chicre Gonzalez - Maria Auxiliadora Bandeira de Melo Cavalcante - Valéria Chicre Quemel Andrade - Jamile Antonio Chicre de Barros Oliveira - Fabíola Bandeira de Melo Boscá - Edmee Cardoso Vasconcelos - Débora Bandeira de Melo Boscá - Antonio Chicre Neto - INVTANTE: Mary Conceição Barros Oliveira de Borborema - REQUERIDO: José Herculano Bandeira de Melo e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0610659-04.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 446/475. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0610659-04.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Márcia Chicre Quemel - Patricia Chicre Bandeira de Melo - Maria Luiza Chicre Vieira - Maria de Nazareth Chicre Gonzalez - Maria Auxiliadora Bandeira de Melo Cavalcante - Valéria Chicre Quemel Andrade - Jamile Antonio Chicre de Barros Oliveira - Fabíola Bandeira de Melo Boscá - Edmee Cardoso Vasconcelos - Débora Bandeira de Melo Boscá - Antonio Chicre Neto - INVTANTE: Mary Conceição Barros Oliveira de Borborema - REQUERIDO: José Herculano Bandeira de Melo e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0610659-04.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da certidão da resposta do oficio de fls. 478/504. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610762-11.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Milca de Melo Viamonte - Abraão Israel de Melo Viamonte - Eglom Márcio de Melo Viamonte - Dessa forma, rejeito a petição inicial e julgo o processo extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, dando baixa na distribuição.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610985-95.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Tania Maria Pereira - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ELIENE BASTOS (OAB 11781/DF), ADV: JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES NETO (OAB 10126/AM), ADV: MARIA CECILIA FARO RIBEIRO (OAB 9048/DF), ADV: LUIZ CARLOS STARLING PEIXOTO (OAB 40135/DF) - Processo 0611078-92.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: LUCY CORREA FERNANDES e outro - INVTANTE: Karina Schunig - CERTIDÃO Processo n.°:0611078-92.2016.8.04.0001 CERTIFICO Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da manifestação sa SEFAZ. Manaus, 29 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha /Escrivã judicial

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0611131-73.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Renata Alves Soares - REQUERENTE: Nicolas Alves Soares - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM) - Processo 0611198-33.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Wiltemberg Frota Moraes - Wiltemberg Frota Moraes Junior - Julioberg Rodrigues Moraes - Caio Berg Rodrigues Moraes - Encaminhem-se os autos para consulta ao BACENJUD acerca da existência de valores deixados pela falecida, a qual era portadora do CPF nº 418.591.462-87, informado à fl. 13. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0611349-04.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ivan Aragão Barros Filho - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANDRÉA REGINA TORRES LOBÃO (OAB 10103/AM) - Processo 0611722-64.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: José Reinaldo Melo Martins - DESPACHO Certifique-se eventual transcurso do prazo para manifestação. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0612064-41.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Clissia de Oliveira Saraiva - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 08, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se

ADV: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SOARES (OAB 9041/AM) - Processo 0612235-95.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Honorio Nascimento de Oliveira - Retifique-se a classe processual pois trata-se de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome da falecida. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o mesmo e a falecida, uma vez que os referidos documentos são essenciais ao prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0612244-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Izolda Marques de Farias - Douglas Farias Teles - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente, uma vez que o documento de fls. 13 não se presta a cumprir o referido requisito, uma vez que foi lavrado unilateralmente pela parte autora, sem anuência do convivente, ora autor da herança. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a procuração ad judicia, na qual o menor, devidamente representado pela sua genitora, outorgue poderes ao patrono, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0612295-05.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Iracelia Solange Colares Pereira - Vanderlane dos Santos Pereira - Vanderclyn dos Santos Pereira - DESPACHO DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. Diante dos ars negativos, cumpra-se o despacho de fl. 33 via mandado. Cumpra-se.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0612305-83.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Manuel Augusto de Souza Filho e outros - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0612344-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Mapfre Vida S/A - Não obstante o teor da decisão de fl. 52, observo que a presente ação de consignação em pagamento refere-se a valores decorrentes de seguro de vida contratado pelo falecido, os quais, vale dizer, não possuem natureza jurídica de herança, conforme bem elucida o art. 794 do CC, vejamos: Art. 794. No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito a dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito. Nesta ordem de ideias, entendo que não compete a este Juízo de Sucessões a apreciação da matéria discutida. Neste sentido, o ensinamento de Mário Roberto Carvalho de Faria, na obra Direito das Sucessões - Teoria e Práica, 8ª ed. , segundo o qual "Havendo dúvidas quanto aos beneficiários ou recusa de pagamento por parte da seguradora, a matéria não deve ser discutida dentre dos autos de inventário (...) Entretanto, tecnicamente, o juízo orfanológico não é o competente para autorização do recebimento de seguro". Nesta ordem de ideias, entendo que o pedido de consignação deve ser objeto de apreciação por uma das Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho, uma vez que a competência desta Vara Especializada é estabelecida pelo art. 154-A da LC nº 17/97 (com as alterações advindas pela LC nº 178/2017), não se enquadrando o caso em análise em nenhuma das hipóteses legais. Especialmente, se levarmos em consideração que a matéria tratada refere-se ao direito obrigacional e não ao direito sucessório. Neste sentido, inclusive, já decidiu o TJ/MG, vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - INDENIZAÇÃO SEGURO DE VIDA - RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL COMPETÊNCIA JUÍZO DA VARA CÍVEL. - Tratando-se a matéria da presente ação de indenização de seguro de vida, cuja pretensão envolve questão estranha ao direito sucessório, competente ao juízo da vara cível apreciar e julgar aludido pedido. Agravo de Instrumento provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0024.10.132196-6/002, Relator(a): Des.(a) Pedro Aleixo , 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/11/2014, publicação da súmula em 27/11/2014) Em recente decisão, inclusive, assim decidiram as Câmaras Reunidas do TJ/AM por unanimidade, ao julgar o CONFLITO DE COMPETÊNCIA - MANAUS. PROCESSO N.º 0625285-33.2015.8.04.0001, em que consta do Relatório o seguinte: "A causa que tramita no primeiro é uma ação de cobrança securitária, regulada pelas regras do Direito Civil, porquanto oriunda de relação contratual existente entre a alegada beneficiária e a seguradora. Por essa razão, não se deve confundir relação de direito obrigacional, como é o caso dos autos, com direito sucessório, apenas sob a ótica de que tal pretensão tem como causa inicial a morte do segurado (...) Além disso, cumpre destacar a regra disposta no caput do art. 794 do CC, in verbis: No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dividas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito. Portanto, sendo a matéria estranha ao direito sucessório, compete ao juízo das Varas Cíveis processar e julgar as ações de cobrança decorrentes de inadimplemento do contrato de seguro, enquadrando-se o tema em exame na regra prevista no art. 151 da LC n.º 17/97: Art. 151. Aos Juízes de Direito das Varas Cíveis compete exercer as atribuições definidas neste Código, não privativas de outro Juízo, servindo por distribuição". Desta forma, ante as razões acima delineadas e por se tratar de matéria afeta ao direito das obrigações e contratos, SUSCITO conflito negativo de competência, a ser dirimido pelo E. Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme art. 953 do NCPC. Remetam-se os autos, com as cautelas de estilo. Cumpra-se.

ADV: SORAYA DA COSTA COLLYER (OAB 2389/AM) - Processo 0612456-15.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Cristóvão Mendes - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 207. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: MÁRIO HENRIQUE CATUNDA SALES (OAB 14238/AM), ADV: ROBSON DA SILVA BRAGA (OAB 14332/AM) - Processo 0612527-22.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.W.S.B. - Designo audiência de Conciliação para o dia 04/10/2019, às 09:30h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0612587-58.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: N.M.M.C.O. e outros - INDEFIRO o pedido formulado às fls. 194/195, por entender que o imóvel cedido em vida pelo autor da herança não deve integrar o inventário, uma vez não possui natureza de herança, devendo a questão ser resolvida em vias ordinárias, em ação própria e perante o Juízo competente. No que se refere ao imóvel localizado no Residencial Portinari, nesta cidade, anote-se que a partilha dar-se-á tão somente em relação aos direitos aquisitivos decorrentes do contrato particular de compra e venda de fls. 169/175, porquanto o autor da herança não o levou a registro antes do falecimento. Diante do exposto, concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para cumprimento integral do determinado à fl. 133, notadamente no que se refere à retificação do valor atribuído à causa e recolhimento das custas complementares correspondentes, sob pena de novo arquivamento administrativo.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ARIELY ALVES GITI (OAB 384717/SP), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM) - Processo 0612815-04.2014.8.04.0001 - Sobrepartilha - Levantamento de Valor - REQUERENTE: LEONEL LAMEGO DE OLIVEIRA - LEONILDO OLIVEIRA RODRIGUES - LEONORA RODRIGUES DE CASTRO e outros - REQUERIDO: BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A - CERTIDÃO Processo n.°:0612815-04.2014.8.04.0001 CERTIFICO,

que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias para se manifestar acerca do oficio de fl.238 dos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RUY RIBEIRO DA SILVEIRA (OAB 5335/AM) - Processo 0613118-42.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Ivan Pereira - DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça se pretende proceder à Abertura de Inventário e Partilha judicial ou extrajudicial, uma vez que, embora tenha ajuizado Ação de Inventário, formula pedido diverso, qual seja, a autorização para que o cartório proceda à lavratura por escritura pública de Inventário e partilha do único bem deixado pelo falecido, sob pena de indeferimento da petição inicial. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0613134-93.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: W.P.C.J. - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor W. P. C. J., independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ADEMAR BRITO DA FROTA JÚNIOR (OAB 6090/AM) - Processo 0613228-41.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Waldemar José dos Santos - Retifique-se a classe processual pois trata-se de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS deixado em nome da falecida. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0613547-09.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Angelica Ferreira Martins - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS e FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM) - Processo 0613704-16.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Elson Rosa Menezes - DESPACHO Vistos, etc. Trata-se de ação judicial em que pretende a parte autora a expedição de Alvará judicial para o fim de levantar saldos bancários em nome do falecido. Com os autos vieram o documentos de fls. 15/18. Relatei. DECIDO. A lei nº. 6.858/80, em seu art. 1º determina que os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. Equipara aos valores indicados no artigo acima transcrito as restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, os saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Compulsado os autos, verifico que o objeto da presente ação é diverso do que pretende a lei do Alvará Judicial. É de se observar que a ação de alvará judicial possui, na forma da lei nº 6.858/80, o condão de agilizar o procedimento de percepção de valores existentes em nome do de cujus por parte de seus herdeiros, não sendo possível utilizar a referida ação para objeto diverso deste, como é o caso concreto. Especialmente quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário (imóvel). Considerando-se a imprescindibilidade de abertura de inventário, CHAMO O PROCESSO À ORDEM e DETERMINO a intimação do autor para, querendo, emendarr a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o feito prossiga como inventário. Poderá, em igual oportunidade, optar pela adoção do rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes quanto à partilha, ou de Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), desde que o valor dos bens não supere o limite estabelecido pela lei, ainda que haja interesses de incapazes (art. 665 do CPC) e a partilha não seja consensual. Faculto, ainda, o prosseguimento pela via administrativa, por meio de inventário extrajudicial, perante os Cartórios, conforme autoriza o art. 610, §1º do CPC, em sendo aplicável. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, dando baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO VALENTE GONZALES (OAB 7344/AM), ADV: LEANDRO CORDEIRO MONTEIRO (OAB 10098/AM), ADV: LEANDRO CORDEIRO MONTEIRO (OAB 10098/AM) - Processo 0613921-30.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.G.M. e outros - DESPACHO Inventário de 2016. Da análise da manifestação de pág. 207, verifica-se que a inventariante, muito embora tenha recolhido as custas de expedição do ato (ofício), não informou de qual instituição bancária requer informações sobre possíveis aplicações/investimentos deixados pelo autor da herança; situação objeto do despacho de pág. 202, 2º parágrafo. Ressalte-se que o BACENJUD somente alcança valores existentes em conta-corrente, conta-poupança e conta-salário; obtenção de informações sobre investimentos/aplicações somente mediante ofício. Em razão disso, intime-se a inventariante, pelo advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar as instituições bancárias nas quais o falecido possuía investimentos/aplicações. Dando-se por satisfeita com as informações obtidas via BACENJUD, deve a inventariante, no mesmo prazo, comprovar o recolhimento do ITCMD relativo à conta/saldo na CEF, uma vez que tal valor não foi declarado para fins de apuração de incidência do mencionado imposto, conforme memória de cálculos de pág. 102. Com as informações nos autos, conclusos para sentença, se for o caso.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0614114-40.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Nilza Soares da Silva - CERTIDÃO Processo n.°:0614114-40.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 43. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 22 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha P/Escrivã judicial

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0614216-96.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: D.K.A.S. - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0614278-39.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.C.N. e outros - DESPACHO Intime-se a parte autora para manifestar-se, no prazo de 5 (icnco) dias, acerca do determinado à fl. 114. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA MARLENE FEITOSA DA SILVEIRA (OAB 1495/AM) - Processo 0614446-12.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca Marlene Feitosa da Silveira - REQUERIDA: Doralice Feitosa da Silveira - Trata-se de ação judicial em que pretende a parte autora a expedição de Alvará judicial para o fim de levantar saldo decorrente de previdência privada contratada pela falecida, conforme fls. 110/112, bem como saldo bancário depositado junto à Caixa Econômica Federal, deixados por pessoa falecida. Contudo, às fls. 136/137, os autores informam a existência de um bem imóvel deixado pela falecida, em Rio Branco, no Acre, cidade em que residia. Ocorre que, havendo bens sujeitos a inventário, como é o caso, os saldos bancários deixados pela falecida não podem ser levantados via simples ação de alvará, tendo em vista a vedação estabelecida pelo art. 2º da Lei 6858/80. Além disso, no que se refere ao pretenso saldo de previdência complementar, este sujeita-se aos mesmos regramentos dos seguros de vida e, como tais, este não possui natureza jurídica de herança para quaisquer fins de direito, conforme dispõe o art. 794 do CC, devendo ser objeto de ação própria junto ao Juízo Cível. Em atenção ao que dispõe o art. 10 do CPC, houve intimação da parte interessada para manifestação acerca da possibilidade de extinção do feito, considerando a impossibilidade do levantamento dos valores pela via eleita, facultando-lhe a conversão da demanda em ação de inventário. À fl. 161, a parte interessada informou que, quanto ao imóvel, promoveria pelo inventário extrajudicial, requerendo o levantamento dos valores acima descritos pela presente ação de alvará judicial. O Ministério Público não interveio no feito. Relatei. DECIDO. A lei nº. 6.858/80, em seu art. 1º determina que os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. Equipara aos valores indicados no artigo acima transcrito as restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, os saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Compulsado os autos, verifico que o objeto da presente ação é diverso do que pretende a lei do Alvará Judicial. É de se observar que a ação de alvará judicial possui, na forma da lei nº 6.858/80, o condão de agilizar o procedimento de percepção de valores existentes em nome do de cujus por parte de seus herdeiros, não sendo possível utilizar a referida ação para objeto diverso deste, como é o caso concreto. Especialmente quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário. Dessa forma, rejeito a petição inicial e julgo o processo extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, dando baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0614528-72.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria das Graças Ataide Lima - Edilberto Rodrigues - Sebastião Ataide Filho - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0614534-21.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gilmar Mauro Pereira Sena - REQUERIDO: MIGUEL DIAS DE SENA - DESPACHO Concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para que o inventariante cumpra o integralmente determinado à fl. 140, no que se refere à habilitação pretendida. Após, retornem-me conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: RAMIRO SOTO ALVARADO (OAB 12436/AM), ADV: SABRINA ARAÚJO DE ALMEIDA (OAB 10196/AM) - Processo 0614561-28.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Osmildo Xavier Teixeira e outro - A declaração pura e simples da parte autora, conquanto seja a única exigência legal para autorizar o magistrado a fim de que decida em favor daquele que pede, não é prova inequívoca do que afirma na inicial, nem deixa obrigado o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de necessitado que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do benefício pretendido. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito NECESSITADO, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, em que pesem os documentos recentemente apresentados (fls. 46/71), entendo que o espólio, da ordem de cerca de R$18.000,00 (dezoito mil reais), possui liquidez e é capaz de suportar as custas do processo sem prejuízo ao sustento dos autores. Considerando-se o exposto, com fulcro no art. 796 do CPC, REVOGO os benefícios da gratuidade da justiça concedidos de forma inicial e INDEFIRO o referido benefício. Todavia, AUTORIZO o levantamento do exato valor necessário à quitação das custas processuais (fl. 42), conforme pedido subsidiário formulado à fl. 45, devendo os interessados comprovarem o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da expedição do alvará ora autorizado. Após, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ RODOLFO DA COSTA CARVALHO (OAB 10543/AM) - Processo 0614723-91.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Rocicléia Pinheiro da Silva - Trata-se de petição inicial cujos requisitos do artigo 320 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, conforme restou certificado à fl. 30, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0614811-61.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - INVTARTE: Pedro Viera da Silva - Retifique-se a classe processual perante o sistema para Ação de Inventário e Partilha. Nomeio inventariante Pedro Vieira da Silva, o qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias e primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes, devendo-se observar quanto à descrição do acervo o disposto no art. 620 do NCPC. Citem-se, após, o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do falecido (a), os herdeiros e legatários, se for o caso, bem como intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, se houver interesse de incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre as Primeiras Declarações, na forma do art. 627 do NCPC. Em havendo impugnações, abra-se o prazo de 15 (quinze) dias para o (a) inventariante manifestar-se e, após, retornem os autos conclusos. Transcorrendo o prazo sem quaisquer impugnações de que trata o art. 627 do NCPC, intimem-se as Fazendas Públicas, na forma do art. 629 do NCPC, devendo estas se manifestarem sobre valores, no prazo de 15 (quinze) dias, e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634 do NCPC), manifestando-se expressamente.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM) - Processo 0614984-85.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Flankse Antonio Lobo Siqueira - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 27, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários

mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a procuração ad judicia na qual o requerente outorgue poderes ao patrono, bem como o documento de identificação pessoal do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0615056-72.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.D.S.M. - DESPACHO DEFIRO a emenda à exordial de fls. 59/60. Retifique-se o cadastro da parte autora perante o sistema. Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe a existência de saldo de restituição de imposto de renda em nome do de cujus. Oficie-se ao BRASILCAP para que informe a existência de saldo decorrente de título de capitalização em nome do falecido. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta de saldos bancários deixados em nome do de cujus, o qual era inscrito no CPF nº 003.403.912-00, indicado à fl. 4. Tudo cumprido, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0615078-67.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.S.A. - F.S.A. - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 69. Prazo: 20 dias. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0615195-63.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luciano Costa Rosa Farias de Lima e outros - INVTANTE: Mayra Costa Rosa Farias de Lima - CERTIDÃO Processo n.°:0615195-63.2015.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 213/217 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0615195-63.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luciano Costa Rosa Farias de Lima e outros - INVTANTE: Mayra Costa Rosa Farias de Lima - DESPACHO Oficie-se à Caixa Econômica Federal para que esclareça adequadamente o determinado à fl. 209, informando a origem do saque ocorrido nas contas de FGTS do falecido. No mais, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, considerando que o feito envolve interesses de herdeiros menores. Cumpra-se.

ADV: RAKELLY MOURA FORTE (OAB 10637/AM) - Processo 0615242-32.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Michel Anderson Ataide - Irwing Charles Ataíde Silva - Ingrid Isabelle Ataíde Silva - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo sem manifestação quanto ao despacho de fls. 22/23. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0615321-45.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Carmem Rosa Machado de Souza - DESPACHO Diante do certificado, intime-se o Defensor Público que assiste a parte autora para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: ROSQUILD AZEDO OMENA (OAB 605A/AM) - Processo 0615321-74.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Mary Pimentel Ribeiro - DEFIRO a reserva do quinhão a que fazem jus herdeiros do falecido, conforme requerido à fl. 22. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta do saldo bancário deixado pelo de cujus. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o número do CPF em que era inscrito o falecido, possibilitando-se a efetivação da pesquisa ora determinada.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0615459-12.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0216026-89.2009.8.04.0001) - Petição Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Márcio Antônio dos Santos Souza - DESPACHO Considerando o certificado à fl. 77, certifique acerca da intimação dos herdeiros via DJE para cumprimento do determinado à fl. 43. Caso não tenha ocorrido, proceda-se a devida publica do referido despacho. Cumpra-se.

ADV: ROSANGELA CIPRIANO DOS SANTOS (OAB 4364/RO) - Processo 0615466-04.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: A.M.N.S. e outro - DESPACHO Ante o certificado, intime-se a parte autora para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0615958-64.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0618123-84.2015.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - AUTORAHER: Francisca Ferreira Ladislau - DESPACHO Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta do extrato da falecida a contar da data de seu falecimento, em 12/03/2015, a qual era inscrita no CPF nº 015.262.782-00, cujos dados pessoais foram indicados à fl. 671. Considerando a atualização dos débitos de IPTU, conforme fls. 680/688, DETERMINO que o alvará já autorizado à fl. 667 passe a levar em consideração o valor das referidas dívida atualizada. Intime-se a inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas do ato autorizado (alvará), considerando que a demanda não tramita sob os benefícios da gratuidade da justiça. Após, aguarde-se a comprovação do pagamento do referido tributo, bem como a apresentação da CND fiscal municipal. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0615958-64.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0618123-84.2015.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - AUTORAHER: Francisca Ferreira Ladislau - DESPACHO Considerando a atualização dos débitos de IPTU à fl. 695, conforme fls. 696/704, DETERMINO que o alvará já autorizado à fl. 667 passe a levar em consideração o valor das referidas dívidas atualizadas. Após, aguarde-se integral cumprimento das determinações judiciais anteriores. Cumpra-se.

ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0616272-73.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.L.G.A. - CERTIDÃO Processo n.°:0616272-73.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé que as custas processuais foram devidamente pagas conforme o determinado no despacho de fl.289/290. Manaus, 30 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JORGE FERNANDO SAMPAIO MONTEVERDE (OAB 13352/AM) - Processo 0616284-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REPTANTE: Fátima Rocha do Nascimento - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0616562-88.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: IOLANDA COSTA DE ALMEIDA, LUIZ RAYONE COSTA DE ALMEIDA e RAYLANE COSTA DE ALMEIDA e outros - Uma vez descumprido o Despacho de fl. 59, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente,

para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0616594-30.2015.8.04.0001 - Inventário - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: GENILZA DE SANTANA RIBEIRO e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 174. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0616622-56.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Maria Eufrasio da Costa - DESPACHO Não obstante o afirmado às fls. 32/33, a apresentação das certidões de óbito exigidas (ou mesmo, a inclusão dos demais herdeiros no polo ativo) é imprescindível ao prosseguimento da demanda, considerando a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC, segundo a qual os ascendentes concorrem à herança com o cônjuge supérstite, não sendo o caso de levantamento integral do saldo pela viúva apenas por esta não ter conhecimento do paradeiro destes ou ainda se estes ainda são vivos. Diante do exposto, renovo o prazo de 15 (quinze) dias para a referida juntada (se falecidos) ou para a emenda à exordial, incluindo-os no polo ativo da demanda, sob pena de extinção. Alternativamente, poderá optar pela reserva do quinhão a que os genitores do falecido fazem jus na partilha. Cumpra-se.

ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0616791-48.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.A.V.N. - Diante do certificado em fls. 102 e tendo em vista que a citação não se aperfeiçoou, uma vez que foi recebida por pessoa diversa DETERMINO a intimação do inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do AR de fls. 101, indicando novo endereço ou ratificando o já apresentado, bem como requerendo o que entender de direito para fins de prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0616792-04.2014.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: LUCELINDA SODRÉ LOPES PENICHE - DESPACHO Certifique-se do cumprimento do determinado às fls. 25/26 e reiterado à fl. 96. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0616938-69.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.K.C.B.S.O. - L.B.S.T. - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a falecida e o senhor A. C. da S. T. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM), ADV: GEIZA CELESTE FRAZÃO ARAÚJO LINS (OAB 4694/AM) - Processo 0617024-40.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento - REQUERENTE: A.G.S. - R.G.S. - Certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis. Certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça. Certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas. Certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos.

ADV: ESAÚ MATIAS DE LIMA (OAB 5019/AM) - Processo 0617050-48.2013.8.04.0001 - Inventário - Petição de Herança - REQUERENTE: DELZA DUNCAN CAMPOS - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 58. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0617070-29.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: André Barbosa de Souza - DESPACHO Quanto ao pedido de habilitação de herdeira formulado à fl. 137 e documentos que o acompanham, além do pedido de quinhão formulado, intime-se o inventariante para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo oposição, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM), ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0617107-56.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raymundo Gonçalves dos Santos Neto - Rosane Lima dos Santos - Renato Lima dos Santos - DESPACHO Certifique a Secretaria acerca do cumprimento do despacho de fls. 72/73, cumprindo, ainda, a parte que lhe cabe quanto à referida determinação. Cumpra-se.

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM), ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM) - Processo 0617107-56.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raymundo Gonçalves dos Santos Neto - Rosane Lima dos Santos - Renato Lima dos Santos - Compulsando os autos, não localizei o comprovante de recolhimento do ITCMD, bem como sua respectiva memória de cálculo, uma vez que o documento apresentado em fls. 101/104 não se presta a cumprir o ora determinado, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de arquivamento administrativo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUAN OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10910/AM) - Processo 0617271-21.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rossilene Conceicao da Silva Cruz - DESPACHO Cumpram-se as determinações de fl. 65, 2º parágrafo e 83, 1º parágrafo. DEFIRO a dilação de prazo requerida às fls. 85/86, pelo prazo de 10 (dez) dias. Tudo cumprido, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0617367-36.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Daniella Jucá de Lima Pires - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 5, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 23/27, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 12 e Declaração de Única Herdeira de fl. 14, DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da herdeira acima nominada. Sem custas. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: RUTE FERREIRA LIMA (OAB 7786/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0617762-67.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: REIJANE DE CASTRO RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDA: REGINA MONTEIRO DA SILVA e outros - DESPACHO Ante o certificado à fl. 188, intime-se o (a) inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias. Caso informado novo endereço da herdeira pela inventariante, cumpra-se o despacho de fl. 181. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0617924-23.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Rosangela Souza Chagas - CERTIDÃO Processo n.°:0617924-23.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 98/100. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM) - Processo 0617994-45.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.A. e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0618632-10.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.V.M. - Não obstante a manifestação de fls. 47/48, entendo ser competência do patrono manter contato com a parte requerente afim de que o mesmo cumpra o determinado por este juízo, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de fls. 47/48. Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 45. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0618694-84.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Nikolas Roger de Lima Braga - DESPACHO Ante o teor do ato ordinatório de fl. 26, cumpra-se a última parte da decisão de fls. 33/34. Cumpra-se.

ADV: IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB 49858/RJ) - Processo 0618920-26.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA JACIRENE CAXIAS BEZERRA - DESPACHO Considerando que a demanda encontra-se há bastante tempo paralisada, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção por abandono, uma vez que o prazo de dilação deferido data de dezembro de 2016. Cumpra-se.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0618988-39.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca Reboucas Trajano - DEFIRO, por ora, a gratuidade da justiça. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 26). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: SOCIEDADE CIVIL BRUNO SENA PEREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA EIRELI - ME (OAB 272016/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0619017-89.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Cassiana Cunha de Oliveira - Alcemir Ramos de Oliveira Filho - Arnaldo dos Santos Oliveira Neto - Caroline Cunha de Oliveira - DESPACHO Analisando detidamente os autos, verifico que a parte requerente pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita e, para tanto, declarou que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. A simples declaração feita pelo interessado não é suficiente à concessão do benefício da Gratuidade Judiciária, sendo necessária a comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelo interessado, capaz de autorizar a concessão do benefício, é providência necessária para o deferimento do pedido formulado com este escopo. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, ou comprovar a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Em igual prazo, deverá apresentar certidão do órgão previdenciário a que o(a) falecido(a) era vinculado(a), dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do(a) falecido(a), respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do(a) de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do(a) falecido(a), sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0619058-56.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.O.C.F. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 29). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0619058-56.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.O.C.F. - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC), uma vez que os bens descritos na exordial, em princípio, não superam o limite de valor estabelecido para adoção do referido procedimento. Retifique-se a classe processual perante o sistema. Nomeio FABIO OTINO DE CASTRO FREITAS, Inventariante, independente de compromisso. Oficie-se aos Bancos Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco do Brasil para que informem acerca da existência de investimentos bancários em nome do falecidos. INDEFIRO o pedido de expedição de ofício às instituições bancárias acima relacionadas para que informem acerca da existência de seguro de vida contratado pelos de cujus, ante o que prevê o art. 794 do CC, isto é, os referido prêmios, caso existentes, não integrariam a herança, devendo a referida pretensão ser objeto de ação própria. Oficie-se ao INSS para que informe acerca da existência de resíduos previdenciários deixados pelo falecidos. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta dos extratos bancários dos falecidos a contar da data dos falecimentos, observando: a) que a falecida era inscrita no CPF nº 309.984.762-34. e o óbito ocorreu em 13/04/2012, e B) que o falecido veio a óbito em 05/08/2011 e era inscrito no CPF nº . 009.468422-72 (fl. 1) Após todas as respostas, intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do(a) falecido(a); Após, citem-se/intimem-se os herdeiros arrolados para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das Únicas Declarações e Plano de Partilha apresentados. Cumpra-se.

ADV: AMANDA RODRIGUES CHEVES (OAB 331709/SP), ADV: DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM) - Processo 0619144-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: N.R.B. - DESPACHO Retifique-se a classe processual perante o sistema, eis que se trata de Ação de Alvará Judicial. Pelo que consta dos autos, a demanda encontra-se definitivamente julgada e prosseguiu quanto ao pedido de levantamento de possível saldo bancário. Ocorre que, estando definitivamente julgada, entendo que o novo levantamento deva ser objeto de ação própria, não podendo prosseguir nos autos da presente ação que, conforme acima dito, encontra-se definitivamente julgada. A par disso, verifico que a

própria instituição bancária informou por meio do ofício de fl. 59, a inexistência de saldos em nome do de cujus, já que, inclusive, em uma de suas contas, o saldo encontra-se negativo. Diante do exposto, com fulcro no que prevê o art. 10 do CPC, DETERMINO a intimação da parte autora para manifestar-se, requerendo o que entender de direito Caso permaneça inerte, certifique-se e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0619250-23.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: DAVI DA COSTA BARATA - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM) - Processo 0619265-94.2013.8.04.0001 - Arrolamento de Bens - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: MAISA MOTA CALAZANS e outros - REQUERIDA: HILDA CORDEIRO DA MOTA e outro - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada, especialmente após a estabilização do acervo hereditário ora inventariado. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 539). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0619293-57.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: JORGINA GOMES FONSECA - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 37). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0619504-30.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Fabio Soares Bivar - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 310/311).

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0619627-96.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: LEANDRO SILVA DOS SANTOS - REQUERIDA: Isclei Maria Pacheco Silva - DESPACHO Ante o certificado à fl. 115, intime-se o inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0619785-83.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.F.C. - REQUERIDA: R.P.A. e outro - CERTIDÃO Processo n.°:0619785-83.2015.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca do AR negativo de fls. 95. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0619878-75.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Andre Felipe Auizer dos Santos - DESPACHO Considerando a certidão de inexistência de dependentes de fl. 38 e o que prevê o art. 1º da Lei 6858/80, DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, qualificando todos os herdeiros do falecido perante o polo ativo, apresentando-se as respectivas procurações e documentos pessoais ou, em sendo o caso, apresentar declaração de único herdeiro formalizada de próprio punho, sob as penas da lei. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0619956-69.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gracimar dos Santos Freire - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a parte autora para cumprir o determinado no despacho de fl. 33 no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: PAULO SÉRGIO XAVIER VENTILARI (OAB 2290/AM), ADV: LEONARDO BARRETO ROCHA JÚNIOR (OAB 8315/AM) - Processo 0620142-29.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0253556-64.2008.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: ROSÂNGELA CRISTINE XAVIER VENTILARI - REQUERIDO: PAULO SÉRGIO VENTILARI (INVENTARIANTE) - Intime-se o(a) Inventariante para se defender produzindo provas, no prazo de 15 dias, na forma do art. 623 do CPC. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0620225-40.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Roberto Augusto Rodrigues Campainha - Mônica Nunes Campainha - Roberto Rodrigues Campainha Junior - DESPACHO Certifique-se do decurso do prazo para manifestação relativamente à citação editalícia. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0620348-09.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Raimundo Nonato Saraiva Lima - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Nomeio inventariante RAIMUNDO NONATO SARAIVA LIMA, o qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias e primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes, devendo-se observar quanto à descrição do acervo o disposto no art. 620 do NCPC. Citem-se, após, o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do falecido (a), os herdeiros e legatários, se for o caso, bem como intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, se houver interesse de incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre as Primeiras Declarações, na forma do art. 627 do NCPC. Em havendo impugnações, abra-se o prazo de 15 (quinze) dias para o (a) inventariante manifestar-se e, após, retornem os autos conclusos. Transcorrendo o prazo sem quaisquer impugnações de que trata o art. 627 do NCPC, intimem-se as Fazendas Públicas, na forma do art. 629 do NCPC, devendo estas se manifestarem sobre valores, no prazo de 15 (quinze) dias, e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634 do NCPC), manifestando-se expressamente.

ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM) - Processo 0620506-93.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Nathalia Souza de Carvalho - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Por fim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a senhora Ivanete de Oliveira Carvalho. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MARIA SILVA (OAB 7975/AM) - Processo 0620577-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: S.V.S. - DESPACHO Conclusão desnecessária. Aguarde-se o cumprimento da carta expedida. Cumpra-se.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0620688-50.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERIDO: Caixa Econômica Federal - Isto posto, julgo extinto sem resolução de mérito o processo em epígrafe com base no artigo 485, VIII do NCPC. Após o transito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Sem custas. Intimem-se via diário eletrônico. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: ELIZABETH REGINA MORAES MATIAS (OAB 8654/AM) - Processo 0620713-29.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Paulo Roberto da Silva Coelho - Processo sentenciado. Arquivem-se os autos.

ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM) - Processo 0620738-18.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MAISA MOTA CALAZANS e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0620738-18.2013.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 639/646. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 23 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha P/Escrivã judicial

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM) - Processo 0620755-83.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Ziza Maria Batista Cazuza - DESPACHO Diante do certificado à fl. 121, DETERMINO a intimação do (a) inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, cumprindo o já determinado à fl. 107 no que se refere ao recolhimento das custas processuais. Em igual prazo, deverá apresentar cópia ordenada do contrato de aquisição imobiliária de fls. 118/120. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0620829-98.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Saulo Branco Nunes - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. DETERMINO ainda a intimação da autora para informar quem se encontra na posse e administração dos bens deixados pela falecida, a fim de se analisar a ordem judicial preferencial para nomeação de inventariante, presente no art. 617 do CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a senhora Maria Das Graças Gomes Nunes. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0620840-35.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Ivan Rafael Chaves da Silva - Thiago da Silva e Silva e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0620888-23.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Lourdes Viana Margarido - Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a mesma e o falecido, uma vez que o documento de fls. 11/12 não se presta a cumprir o referido requisito, visto que foi lavrada unilateralmente pela requerente, sem anuência do convivente, ora autor da herança. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0621066-35.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Milenna Adria Banhos Rodrigues - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: SAULO ROCHA VERAS (OAB 5007/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: ADEMAR FELIPPE MALLMANN JÚNIOR (OAB 4174/AM), ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: LUCIANA ROCHA VERAS (OAB 5070/AM) - Processo 0621092-09.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: JOSÉ EDUARDO MARTINS - certidão

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0621187-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jose Ribamar Lopes - Roger dos Santos Reinaldo - Alex Arlem da Silva Reinaldo - Rejane França da Silva Reinaldo - Compulsando os autos, verifico que a parte autora pleiteia a expedição de alvará para para recebimento de valores os quais a de cujus faz jus perante perante à Justiça Federal. De acordo com o art. 2º da Lei nº 6.858/80, podem, por meio da Ação de Alvará, ser levantados os valores depositados em contas da pessoa falecida, desde que não hajam outros bens sujeitos ao inventário e ainda quando os valores não sejam superiores à 500 OTN. Sabe-se, todavia, que a Obrigação do Tesouro Nacional - OTN foi extinta, o que não quer dizer que a limitação imposta pelo mencionado art. 2º tenha deixado de existir. De forma que a doutrina vem firmando o entendimento de fixação desse valor em R$36.000,00 (vinte mil reais). No caso em apreço, conforme comprovante de existência do saldo constante da fl. 07/09 o valor pretendido excede em muito o limite imposto pela norma, razão pela qual fica este juízo impossibilitado de deferir o pedido constante na exordial, tendo em vista estar o objeto pretendido sujeito ao procedimento do inventário. Nesse sentido: TJPB-009821) APELAÇÃO CÍVEL. SALDO EM CONTA BANCÁRIA PERTENCENTE AO "DE CUJUS". LEVANTAMENTO REQUERIDO PELA VIÚVA. VALOR QUE ULTRAPASSA 500 (QUINHENTAS) OTN. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI 6.858/80. INEXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE INVENTÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Descabe a expedição de alvará judicial com o fim de liberar valores em favor do de cujus em

conta bancária quando o valor excede o valor de 500 (quinhentas) OTN, inteligência do art. 2º da Lei 6.858/80. Inadequação da via eleita. Inexistindo um dos pressupostos da ação, o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, conforme leciona o art. 267, VI. (Apelação Cível nº 200.2010.023133-7/001, 4ª Câmara Cível do TJPB, Rel. João Alves da Silva. unânime, DJe 20.01.2012). (Grifei) Cumpra-se. Considerando-se a imprescindibilidade de abertura de inventário, DETERMINO a intimação dos requerentes para, querendo, emendarem a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o feito prossiga como inventário. Poderão, em igual oportunidade, optar pela adoção do rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes quanto à partilha, ou de Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), desde que o valor dos bens não supere o limite estabelecido pela lei, ainda que haja interesses de incapazes (art. 665 do CPC). Cumpra-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0621194-60.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: THIAGO PERES DE PAULA CARDOSO e outros - Diante do teor da certidão de fl. 50 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0621399-26.2015.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: ROGACIANO HONORATO - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para suprir as pendências apontadas na certidão de fl. 157 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0621731-27.2014.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: SOLANGE SAMPAIO GUEDES SAINT CLAIR - REQUERENTE: JOSÉ PAULO GUEDES SAINT CLAIR - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 146, 2ª parte). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: LARISSA VIANEZ SANT' ANNA FIGUEIRA MACEDO (OAB 9047/AM) - Processo 0621762-13.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA LINDA MOREIRA MOURA - DESPACHO Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a posse exercida pelo falecido em relação ao bem arrolado. Após, intimem-se os herdeiros para se manifestarem acerca da retificação das Primeiras Declarações apresentadas. Cumpra-se.

ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM) - Processo 0621868-38.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.E.M.S. - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: VICTOR CEOLIN FROTA (OAB 7994/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA AVILA (OAB 4086/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM) - Processo 0622051-09.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.C.F. e outros - REQUERIDO: V.C.B.F. - G.S.F. e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0622122-06.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Raquel Sena Almeida Medeiros - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Cumpra-se.

ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0622206-46.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Monica dos Santos Botelho - REQUERIDO: Ricardo Silva Santos e outro - DESPACHO Quanto ao teor da manifestação de fls. 94/96 e da proposta de acordo naquela contida, intime-se a viúva para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM) - Processo 0622238-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Antonina Castro do Couto Valle - Consulte-se o BACENJUD.

ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM) - Processo 0622238-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Antonina Castro do Couto Valle - Intime-se o patrono para manifestação sobre a consulta ao BACENJUD e atendimento à primeira parte da decisão de pág. 26. 10 (dez) dias. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0622259-90.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.R.S. - Diante do teor da certidão de fl. 56 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM) - Processo 0622281-46.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Mirlene Felix Neves - Welington Neves Gadelha - Arif Neves Gadelha - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer o requerido pelo Parquet. Após, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0622301-37.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Oberdan Soraes Gomes e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0622301-37.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 41. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0622301-37.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Oberdan Soraes Gomes e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0622301-37.2019.8.04.0001 CERTIFICO que até a presente data, a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais, apesar do processo estar devidamente sentenciado e com alvará expedido para tal fim, motivo pelo qual faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito. O referido é verdade. Dou Fé. Manaus, 27 de agosto de 2019. Assinatura digital Camen Maria Teixeira Mancilha Escrivã Judicial

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0622301-37.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Oberdan Soraes Gomes e outros - DESPACHO Considerando o certificado à fl. 43, intimem-se os interessados para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0622461-67.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: S.B.L. - DESPACHO Intime-se a inventariante para esclarecer o requerido à fl. 99, no prazo de 5 (cinco) dias, considerando que o referido herdeiro é assistindo pela Defensoria Pública, conforme manifestação de fl. 62. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0622903-28.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.E.X.N. - G.X.M.N. - CERTIDÃO Processo n.°:0622903-28.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no

prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 71/73. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 21 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0622903-28.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.E.X.N. - G.X.M.N. - CERTIDÃO Processo n.°:0622903-28.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 75/78 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0622925-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Zulmira Soares dos Santos - DESPACHO Retifique-se a classe processual perante o sistema, eis que se trata de Ação de Alvará Judicial. Intime-se a parte autora para apresentar, no derradeiro prazo de 5 (cinco) dias, a certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados em nome do falecido perante o Órgão Previdenciário a que era vinculado, sob pena de indeferimento. Destaco que na hipótese de inexistir dependentes habilitados, deverá o polo ativo ser retificado em igual prazo e sob pena de indeferimento, a fim de que sejam incluídos todos os herdeiros do falecido, considerando as informações constantes da sua certidão de óbito e tendo em vista o que prevê o art. 1º da Lei 6858/80. Deverão acompanhar a emenda eventualmente necessária a cópia dos documentos pessoais dos herdeiros e as respectivas procurações. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM) - Processo 0623033-52.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Wanda Barroncas Leite Barros - Aleida Régia Barros Bulcão - Adrieyda Rejana Leite Barros - Nathyanny Alves de Magalhães - Hygor Antônio Alves de Magalhães - Aneyda Reginey Barros de Assis - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - DESPACHO Certifique-se da citação da Fazenda Pública Municipal de Itacoatiara (AM), providenciando-se o necessário para tanto, caso não tenha ocorrido. Concluídas as citações, certifique-se e cumpra-se o integralmente determinado à fl. 53. Cumpra-se.

ADV: LUIS CESAR OLIVEIRA MOUZINHO (OAB 14172/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM) - Processo 0623206-13.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: E.V.O. - REQUERIDO: M.J.S.O. - Nomeio inventariante a requerente, senhora M. J. da S. O., a qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias e primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes, devendo-se observar quanto à descrição do acervo o disposto no art. 620 do NCPC. Citem-se, após, o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do falecido, os herdeiros e legatários, se for o caso, bem como intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, se houver interesse de incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre as Primeiras Declarações, na forma do art. 627 do NCPC. Em havendo impugnações, abra-se o prazo de 15 (quinze) dias para a inventariante manifestar-se e, após, retornem os autos conclusos. Transcorrendo o prazo sem quaisquer impugnações de que trata o art. 627 do NCPC, intimem-se as Fazendas Públicas, na forma do art. 629 do NCPC, devendo estas se manifestarem sobre valores, no prazo de 15 (quinze) dias, e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634 do NCPC), manifestando-se expressamente.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0623332-63.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Clarice Mendes Marques Batista - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KAMILA TORRES DOS SANTOS IGNACCHITI LOPES GOMES (OAB 8283/AM), ADV: DARLENE TORRES DOS SANTOS (OAB 207A/AM) - Processo 0623349-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0646338-65.2018.8.04.0001) - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Priscila Albuquerque de Alencar - Júlia Silva de Alencar - Aglais da Silva Souza - INVTANTE: Larissa Albuquerque de Alencar - DESPACHO A fim de possibilitar a apreciação do pedido formulado à fl. 114, intime-se a inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar a guia de recolhimento de itcmd-causa mortis. Uma vez apresentado, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0623475-52.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Edna Coelho de Andrade e outro - Diante da manifestação de fls. 82, CONVERTO o rito em Arrolamento Sumário. Retifique-se a classe processual perante o sistema. Intime-se o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o comprovante de recolhimento do ITCMD, acompanhado da respectiva memória de cálculo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0623536-73.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Paula Silva Cidade - CERTIDÃO Processo n.°:0623536-73.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 127. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 21 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0623606-56.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antônio Paulo Batista Carioca - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 8, 10 bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 14, além da comprovação da habilitação como dependente da falecida, demonstrada pela Certidão de fl. 13, DEFIRO o pedido do Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol do dependente acima nominado. CUSTAS pagas.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0623665-49.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.A.L. - REQUERIDA: C.C.L. e outros - DESPACHO Conclusão desnecessária. Procedam-se às certificações pendentes ante os ARS constantes dos autos. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SABRINA MENDES DE OLIVEIRA (OAB 11358/AM) - Processo 0623694-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antônio de Souza Rocha e outros - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0623745-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Maria Luzia Moreira Cavalcante - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Oficie-se ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para informarem a eventual existência de saldo de PIS e PASEP deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA NAZARÉ PICANÇO DIAS (OAB 2983/AM) - Processo 0623750-30.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Z.F.P. - CERTIDÃO Processo n.°:0623750-30.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos avisos de recebimentos negativos juntados ás fls. 31 e 32. Manaus, 30 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0623800-32.2014.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.Q.B. - Uma vez descumprido o ato ordinatório de fl. 129, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM) - Processo 0624003-18.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cecilia Rodrigues Nascimento - Pedro Ferreira Rodrigues - Noeme Rodrigues Benlolo - Ato contínuo, verifico que na manifestação de fls. 23 a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do NCPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo, bem como juntando cópia de seus documentos pessoais e procurações. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA CAROLINA ESPÍNDOLA DE OLIVEIRA (OAB 8868/AM) - Processo 0624062-45.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA PERPETUO SOCORRO ESPÍNDOLA CAMPOS e outros - REPTANTE: KELINE ANTONIA GARCIA DE LIMA e outro - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM) - Processo 0624162-58.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Lindalva Barbosa Lobo - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se

ADV: VICTOR CEOLIN FROTA (OAB 7994/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: GIOVANA CEOLIN FROTA (OAB 5499/AM) - Processo 0624176-47.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: LENO ALVES QUEIROZ e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Município de Manaus e outros - DESPACHO Não obstante o certificado à fl. 74, verifico que não houve a devida intimação da inventariante. Diante do exposto, INTME-SE o Defensor Público que assiste a inventariante para cumprir o determinado no ato ordinatório de fl. 67 no prazo de 5 (cinco) dias. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0624190-60.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Dias de Figueiredo - Ruy Dias de Figueiredo - Menaena Dias de Figueiredo - Sidney Dias de Figueiredo - Vilmar Dias Figueiredo - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 12, 14, 16, 19, 21 e 26, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 38, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 39 e da Declaração de Únicos Herdeiros de fl. 5/6, DEFIRO o pedido dos Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. Sem custas.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM), ADV: RAMAKRIS RANNIER DA SILVA ELESSONDRES (OAB 9755/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0624285-27.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Nelcy Celany Bandeira e outros - REQUERIDA: Vivian Marjorie Braga Bandeira e outros - DESPACHO Intime-se a inventariante para esclarecer e comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, o informado às fls. 194/195, considerando a divergência com os saldos bancários localizados em conta bancária junto ao Banco do Brasil via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0624365-30.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: MARIA CELESTE MARQUES DA CUNHA - REQUERENTE: José Sergio da Silva Cunha - Jowilse Maria da Silva Cunha - Jocione Heraldo da Silva Cunha - Venethya Marques da Cunha Cardoso - Ítala Marques da Cunha Queiroz - JOCINALDO TADEU DA SILVA CUNHA - Maria do Perpétuo Socorro Belmont Cunha - JOÃO LEAL DA CUNHA JUNIOR - Jocimara Bezerra da Cunha - Átila Marques da Cunha - Vanuzia Cunha Dabella Dinelli e outro - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: KARDINALLENN DOS SANTOS FERREIRA (OAB 12003/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0624404-17.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alessandro Lima do Nascimento - Claudia Nascimento Guimaraes Santana - CERTIDÃO Processo n.°:0624404-17.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 41/47. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0624466-28.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.C.S.P. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0624592-15.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Luiza Leitão de Oliveira - REQUERENTE: Aline Leitão de Oliveira e Souza Rodrigues e outro - DESPACHO Reitere-se o ofício expedido, informando os dados indicados à fl. 111. Cumpra-se.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0624610-02.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Normalindo Passos de Oliveira - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0624679-39.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.C.B. - Processo sentenciado. Arquivem-se os autos.

ADV: JOSE AIRTON SILVEIRA VARELA (OAB 27906/GO) - Processo 0624794-94.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: KAROLINE EUFRAZIO ARAUJO e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM) - Processo 0625250-68.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: J.A.G. - CERTIDÃO Processo n.°:0625250-68.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 115/116. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 23 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Macilha P/Escrivã judicial

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0625289-36.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: NILDA DE SOUZA CORRÊA - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0625403-67.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lania Cristina Coelho da Costa - Isabelle Cristine Coelho Garcia, Enzio Coelho Garcia e Yosef Coelho Garcia, menores rep. Lania Cristina Coelho Garcia - CERTIDÃO Processo n.°:0625403-67.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 80/82. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0625438-95.2017.8.04.0001 - Inventário - Levantamento de Valor - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - DESPACHO Ante o certificado à fl. 88, cumpra-se o despacho de fl. 83 via mandado. Caso reste infrutífera a intimação, cumpra-o via edital.

ADV: ANA CAROLINA MOURA DE SÁ CAVALCANTE (OAB 12083/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ESAÚ MATIAS DE LIMA (OAB 5019/AM) - Processo 0625659-83.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: GRACILEUDO DE MORAES MACHADO e outros - Diante da expressa concordância dos herdeiros e inventariante, DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário ao pagamento das custas do processo (fl. 166), devendo o (a) inventariante comprovar o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias contados da expedição do alvará. No mais, DESIGNO audiência de Conciliação para o dia 02/10/2019, às 09:30h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV:AULENICEMARIAFERNANDESDEOLIVEIRANOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0625730-12.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Leideanne Barbosa Pereira - Antonio Barbosa Pereira - Luciana Barbosa Pereira - Genivaldo do Nascimento Pereira Júnior - Gessy Waldo Barbosa Pereira - Luciano Barbosa Pereira - Danilo Barbosa Pereira - INVTARTE: Bruno Eduardo Barbosa Pereira - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor Bruno Eduardo Barbosa Pereira, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0625756-78.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: J.N.M. - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a parte autora para cumprir o determinado no despacho de fl. 50 no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM) - Processo 0625998-08.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: B.G.M. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0626038-53.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Belma Jesus Sicchar Valdez de Suarez e outro - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o valor atribuído à causa, considerando proveito econômico pretendido, recolhendo-se as custas complementares. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0626251-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marília Pinto da Silva - Compulsando os autos, verifico que a parte autora pleiteia modificar a conta em que são realizados os depósitos de pensão alimentícia do seu genitor, bem como levantar a quantia a que faz jus. Vale ressaltar que, para a modificação da conta

em questão, basta que a requerente requeira nos próprios autos da Ação de Alimentos, já o levantamento de valores poderá ser realizado através de Ação de Alvará. Isto posto, em observância ao que dispõe o art. 317 do NCPC, DETERMINO a intimação do requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial para Ação de Alvará Judicial, para que se prossiga somente ao pedido de levantamento de valores. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSE ALEXANDRE RANGEL DOS SANTOS (OAB 130693/SP) - Processo 0626572-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maryse Mendes Perez - DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. DETERMINO a intimação dos herdeiros renunciantes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem renúncia por escritura pública ou comparecer a Serventia desta Vara a fim de formalizar renúncia ao quinhão hereditário por termo nos autos, considerando o que dispõe o art. 1.806 do CC, posto as manifestações de fl. 09/12, não se prestam a cumprir o referido requisito. Ressalte-se que em sendo a herança um bem imóvel (art. 80, II do CC) necessariamente deverá haver participação do respectivo cônjuge no ato da renúncia, conforme art; 1.647 do CC, exceção feita aos casamentos realizados sob o regime da separação absoluta de bens. TODAVIA, SE A INTENÇÃO DOS HERDEIROS É A DE "FAVORECER" DETERMINADO HERDEIRO, NECESSARIAMENTE DEVERÁ SER APRESENTADA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS POR ESCRITURA PÚBLICA, CONSOANTE O ART. 1793 DO CC/02. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0626618-78.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Darcy Caldas de Souza - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 21, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o seu documento de identificação pessoal, bem como o documento de identificação pessoal e o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TÚLIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11117/AM), ADV: ROSEMI FERREIRA DA SILVA (OAB 4983/AM) - Processo 0626936-66.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: SUSY HEVELLYN SOUZA PINHEIRO - DESPACHO Ante o certificado à fl. 75, cumpra-se o despacho de fl. 64 por edital. Cumpra-se.

ADV: ALDEISY WAUGHAN (OAB 4703/AM) - Processo 0626969-51.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lisley Freitas Fernandes de Sá - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 10, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC, bem como a cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o seu documento de identificação pessoal, bem como a certidão de óbito e o documento de identificação pessoal e o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0627247-52.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.L.C.A. - DESPACHO Proceda-se ao cadastro completo dos herdeiros e patronos habilitados, bem como autue-se em apenso aos autos da ação de abertura, registro e cumprimento de testamento que ocasionou a suspensão dos presentes autos, certificando do seu eventual trânsito em julgado e retomando-se a marcha processual da presente demanda, em sendo o caso. Tudo cumprido, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: ANA VANDERLEA LIMA DA CRUZ (OAB 11241/AM) - Processo 0627847-10.2018.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.A.M.S. - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos do processo informado à fl. 42, certificando acerca da data de sua distribuição, bem como acerca da data de distribuição do presente. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0627952-55.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.S.G. e outros - DESPACHO Remetam-se os ofícios expedidos. Após, aguarde-se as respectivas respostas. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0628057-61.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria do Desterro Alves Machado Silva Carbajal - DESPACHO Oficie-se à BRASILCAP para que informe da existência de saldo a ser levantado em nome do falecido. Cumpra-se.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0628129-14.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Silmara de Jesus Nobre - Considerando a ordem legal de nomeação de inventariante disposta no art. 617 do CPC, cite-se o cônjuge supérstite, o senhor Izenildo Santos Farias para que manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, interesse em assumir o referido cargo, devendo juntar aos autos cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável havida com a de cujus. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIS ONELSON GONÇALVES RAMOS JUNIOR (OAB 11176AM) - Processo 0628188-36.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Augusto Paes Barreto Neto - DESPACHO Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe acerca da existência de saldo de restituição de imposto de renda em nome da falecida, referente ao calendário 2017, exercício 2018. Cumpra-se.

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0628495-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Shayene Batista Silva e outros - Retifique-se a classe processual perante o sistema eis que se trata de Ação de Alvará Judicial. Em que pese o pedido de expedição de ofício para que a instituição bancária esclareça acerca das movimentações bancárias em conta do (a) falecido(a) que levaram à negativação do saldo, verifico que a demanda encontra-se definitivamente julgada, conforme restou certificado à fl. 44, motivo pelo qual entendo que qualquer pedido neste particular deva ser objeto de ação própria, razão pela qual INDEFIRO a pretensão de fls. 58/59 e DETERMINO o arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0628571-53.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: A.S.J. - DESPACHO Encaminhem-se os autos para pesquisa do endereço cadastral dos herdeiros, conforme parte final do despacho de fl. 134. Cumpra-se.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM) - Processo 0628812-22.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Edna Rodrigues Leite Seixas e outros - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação dos interessados. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0628881-88.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.A.S. - E.S.A. - A.A.S. - E.A.S. - Isto posto, julgo extinto sem resolução de mérito o processo em epígrafe com base no artigo 485, VIII do NCPC. Após o transito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Sem custas. Intimem-se via diário eletrônico. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM) - Processo 0629017-17.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.A.S. - DESPACHO Diante do certificado à fl. 71, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se requerendo o que entender de direito para fins de manutenção dos benefícios da gratuidade da justiça concedidos de forma inicial. Cumpra-se.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0629099-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.S.L.L. - Retifique-se a classe processual uma vez que trata-se de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a procuração ad judicia, na qual o senhor L. S. L., outorgue poderes ao patrono, uma vez que o referido documento é essencial ao prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0629124-27.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antônio Pinto de Souza - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0629214-35.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Vera Lucia Alves de Souza - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Ato contínuo, verifico não constar na inicial a qualificação do autor da herança, motivo pelo qual DETERMINO a intimação do requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, supra a referida omissão, qualificando o autor da herança, bem como para que junte aos autos cópia do seu documento de identificação pessoal, número do CPF e certidão de óbito. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal de todos os herdeiros, bem como a procuração ad judicia da herdeira Marlúcia, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NAYARA LIMA MORAIS (OAB 13894/AM) - Processo 0629239-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jose Jenilson de Lima Oliveira - Compulsando os autos, verifico que o objeto da presente ação é diverso do que pretende a lei do Alvará Judicial. É de se observar que a ação de alvará judicial possui, na forma da lei nº 6.858/80, o condão de agilizar o procedimento de percepção de valores existentes em nome do de cujus por parte de seus herdeiros, não sendo possível utilizar a referida ação para objeto diverso deste, como é o caso concreto. Especialmente quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário (joias). Dessa forma, DETERMINO a intimação dos requerentes para emendarem a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, convertendo-a em Ação de Abertura de Inventário e Partilha de Bens, sob pena de indeferimento, podendo optar pelos ritos céleres do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC - caso os herdeiros sejam maiores, capazes e acordes) ou Arrolamento Comum (art. 664 e 665 do CPC - ainda que haja herdeiros incapazes ou menores, desde que observado o limite legal). Esclareço, ainda, a possibilidade de prosseguir-se com o inventário extrajudicial, perante o competente Cartório de Notas, caso a hipótese seja aquela prevista pelo art. 610, §1º do CPC.

ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 158895/SP) - Processo 0629317-47.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Fortunata Oliveira da Silva e outros - DESPACHO Certifique-se o necessário, diante dos Ars de fls. 53/55. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM), ADV: EDUARDO DAVID BARBOSA GUIMARÃES (OAB 7684/AM), ADV: NATHAYNI CASTRO BECIL (OAB 9098/AM), ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0629385-94.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERIDA: CECILIA PEREIRA WHIBBE SICSU e outros - DESPACHO Vistos, etc. Trata-se de ação judicial em que pretende a parte autora a expedição de Alvará judicial para o fim de transferir um automóvel deixados em razão do falecimento de sua genitora para o seu próprio nome, uma vez que alega ser o real proprietário do bem. Relatei. DECIDO. A lei nº. 6.858/80, em seu art. 1º determina que os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante

a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. Equipara aos valores indicados no artigo acima transcrito as restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, os saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Compulsado os autos, verifico que o objeto da presente ação é diverso do que pretende a lei do Alvará Judicial. É de se observar que a ação de alvará judicial possui, na forma da lei nº 6.858/80, o condão de agilizar o procedimento de percepção de valores existentes em nome do de cujus por parte de seus herdeiros, não sendo possível utilizar a referida ação para objeto diverso deste, como é o caso concreto. Especialmente quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário (o automóvel). Por outro lado, verifico que os bens deixados pela falecida foram/estão sendo objeto de inventário e partilha nos autos do processo 0638190-07.2014, conforme consta do despacho de fl. 6. Nesta ordem de ideias, entendo que o referido bem deva integrar o referido acervo hereditário inventariado e, caso os referidos autos já tenham sido julgado, deverá ser o bem ser objeto de sobrepartilha, nos mesmos autos do inventário, tendo em vista o que dispõe o art. 669 do CPC, não sendo adequada a transferência pela via eleita pelo autor. Diante do exposto e com fulcro no art. 10 do CPC, CHAMO O PROCESSO À ORDEM e DETERMINO a intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0629433-87.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.M.X.M. e outro - Diante do teor da certidão de fl. 32 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0629543-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marta da Silva Libório - Designo audiência de Conciliação para o dia 01/10/2019, às 09:30h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos, na forma do art. 236 do CPC. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0629575-52.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Socorro Severiano da Silva - Jaquelyne Silva da Costa - DESPACHO Ante o informado à fl. 99, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da certidão de dependentes exigida, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM) - Processo 0629580-74.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Weverton Colares de Araújo - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 18 deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0629602-45.2013.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: JOÃO VICTOR DA SILVA COSTA - PEDRO HENRIQUE DA SILVA COSTA - FLÁVIA DA LETÍCIA SILVA COSTA - MARCOS VINICIUS SILVA DA COSTA - ALESSANDRA GOMES DA SILVA - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl.66). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0629744-39.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Walfrido Augusto Hermida Maia Filho - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 03, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM), ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM) - Processo 0630029-32.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Giovanna Barbosa de Assis - Larissa Caroline Lopes de Assis - REPTANTE: Mary Luciana Ribeiro Barbosa - CERTIDÃO Processo n.°:0630029-32.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 66/69. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0630087-06.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sebastião Marcondes Carvalho Mesquita - José Antonio Carvalho de Mesquita - Henrique Jorge Carvalho de Mesquita - Maria do Carmo Carvalho Mesquita - João Bosco Carvalho de Mesquita - INVTANTE: Maria Dirce Mesquita Martinez - DESPACHO Diante do teor da manifestação de fls. 146/147 e considerando o pagamento dos débitos fiscais federais inscritos em nome da falecida e a apresentação da certidão negativa fiscal federal de fl. 218, intime-se o(a) inventariante nomeado para cumprir o determinado à fl. 131 e reiterado à fl. 144 no prazo de 20 (vinte) dias. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: LARISSA TICIANY BASTOS GARCIA (OAB 8806/AM) - Processo 0630398-26.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Benilde Almeida Bastos - Ovidio Jose Almeida Bastos - Henrique de Almeida Gomes - Iêda Bastos Garcia - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0630458-96.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: A.J.S. - DEFIRO a gratuidade da justiça. Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: KHATRYANNA KHETLEN ALBUQUERQUE PIRES (OAB 14041/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0630713-54.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0008028-80.1993.8.04.0012) - Inventário - Inventário e Partilha -

REQUERENTE: Tatiane Maquiné da Silva - CERTIDÃO Processo n.°:0630713-54.2019.8.04.0001 CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl.37 dos autos apensei ao processo de n.0008028-80.1993.8.04.0012. Manaus, 02 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0630741-90.2017.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lindalgenia Coelho Mendes - Isto posto, julgo extinto sem resolução de mérito o processo em epígrafe com base no artigo 485, VIII do NCPC. Após o transito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Sem custas. Intimem-se via diário eletrônico. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: SUYANNE SOARES LOIOLA (OAB 9050/AM) - Processo 0630772-18.2014.8.04.0001 - Inventário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.B.N. e outros - DESPACHO Ante a inércia, conforme certificado, intimem-se os herdeiros habilitados para, no prazo de 15 (quinze) dias, requererem o que entenderem de direito para fins de prosseguimento do inventário. Permanecendo estes igualmente inertes, certifique-se e arquive-se administrativamente. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0630877-19.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Genivalda Ferreira da Costa - DESPACHO Inventário. Requerimento de nomeação de inventariante. Existência de herdeiro incapaz. Vista ao Ministério Público, para manifestação no prazo legal. Ao término, conclusos.

ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0631246-13.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eduardo Guilherme de Melo e outro - DESPACHO Intime-se o inventariante para cumprir adequadamente o determinado de fl. 32, notadamente no que se refere aos itens 1, 2 e 4, sob pena de arquivamento administrativo. Prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0631312-90.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Tatiane Alves de Lima da Cruz - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos informados na exordial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, procedendo à qualificação do polo passivo em conformidade com o que dispõe o art. 319 do CPC, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM) - Processo 0631524-48.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Camila Queiroz Silva - CERTIDÃO Processo n.°:0631524-48.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio fls. 42. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 27 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JOSÉ DILSON CARVALHO FILHO (OAB 13383/AM) - Processo 0631921-73.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.S.S.G. - C.S.B. - Compulsando os autos, verifico que a parte autora afirma que o imóvel objeto da ação jamais foi inventariado e recentemente foi alienado pelo senhor O. de S. F., motivo pelo qual DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove em que circunstâncias ocorreu a venda do imóvel supramencionado, juntando aos autos o contrato de compra e venda ou outro documento hábil a comprovar a referida alienação, bem como faça constar nos autos o registro do bem atualizado, sob pena de indeferimento da petição inicial. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0632063-48.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Auxiliadora da Silva Medeiros - Daniela da Silva Medeiros - Daniel Dasilva Medeiros - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - Diante do certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: REYNOLD SALES CALEFFI (OAB 9948/AM), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0632187-94.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Iraci da Silva Repilla - REPTANTE: Renato da Silva Repilla - CERTIDÃO Processo n.°:0632187-94.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 138. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 28 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0632427-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria da Conceição Souza Mota - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS e FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0632740-10.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Aurenice de Oliveira - Em análise aos autos, verifico que a requerente pleiteia a expedição de alvará para transferência de um veículo deixado pelo de cujus para a parte autora. O pedido é, portanto, diverso do que prevê a Lei 6858/81, sendo imprescindível a abertura de inventário e partilha, uma vez que o falecido deixou bens a inventariar. Nesta ordem de ideias, acolho a promoção ministerial e DETERMINO a intimação da autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar demanda à Ação de Abertura de Inventário e Partilha, podendo optar pelo rito do arrolamento sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes ou, ainda, pelo rito do arrolamento comum (arts. 664 E 6655 do CPC), ainda que haja interesses de menores/incapazes, sendo estes procedimentos mais céleres e simplificados que o rito ordinário. Vale dizer que, optando pelos ritos acima descritos, deverá a autora, em igual prazo, juntar os documentos pessoais e procurações de todos os herdeiros, caso ainda não tenham sido apresentados. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM), ADV: EULIDES COSTA DA SILVA (OAB 2745/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0632826-20.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Graças Seak e outros - REQUERIDO: RC Recebíveis Ltda e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0632848-10.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Carmen Barbosa do Nascimento - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia,

deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0632933-25.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Matilde Gaspar Peso - DESPACHO Da análise dos dados processuais através do sistema PG5, verifico que a demanda não tramita sob segredo de justiça, razão pela qual descabe o pedido de fornecimento de senha de acesso aos autos, conforme requerido às fls. 91/95. No mais, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para fins de comprovação do recolhimento do itcmd-causa mortis e apresentação da certidão negativa fiscal municipal, considerando o afirmado às fls. 93 e 94. Cumpra-se.

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: CLÁUDIA VIVIANE NUNES SANTANA (OAB 51144/RS), ADV: DINÁ EIFLER RAMON MATIAS (OAB 50034/RS) - Processo 0632950-71.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0262537-77.2011.8.04.0001) - Petição Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria Feitoza da Silva - REQUERIDO: Joacir Elias - Daniel Elias e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 487). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0633146-31.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.C.M. - DESPACHO DEFIRO o pedido de pagamento das custas ao final, conforme requerido à fl. 27. Oficie-se ao BRASILCAP para que informe acerca da existência de saldo decorrente de título de capitalização em nome da falecida. Condiciono a expedição do ofício à comprovação do recolhimento das custas do ato no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria nº 116/2017 - PTJ, uma vez que a demanda não tramita sob os benefícios da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0633146-31.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.C.M. - DESPACHO Considerando-se as informações constantes da documentação de fl. 30, torna-se desnecessária a expedição do ofício determinada à fl. 28. No entanto, diante do pedido de fl. 29, DETERMINO a expedição de ofício à BRASILCAP para que proceda ao depósito judicial dos valores deixados pela falecida, conforme fl. 30, em conta vinculada à presente ação de alvará. Uma vez depositados, retornem os autos conclusos para sentença, devendo o valor das custas processuais serem descontados por ocasião do saque pretendido, conforme requerido à fl. 29. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0633169-74.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jucilia Caldeira - DESPACHO A fim de possibilitar a correta declaração de bens à SEFAZ-AM, encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta do extrato bancário do(a) falecido (a), a contar da data do óbito (18/05/2019), o(a) qual era portador do CPF nº 788.039.772-87 indicado à fl. 52. No mais, intime-se a inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, diligenciar junto à SEMEF a fim de obter e apresentar certidão negativa fiscal municipal em nome do falecido exigida, uma vez que o documento de fl. 54 não é hábil a cumprir o determinado à fl. 34, por não indicar a inexistência de débitos do falecido perante a Fazenda Pública Municipal. Após, aguarde-se o recolhimento de ITCMD-causa mortis. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0633225-10.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Suzilane da Silva Barauna Araujo - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, conforme documento de fls. 11, deverá a inicial ser emendada, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a procuração ad judicia na qual a parte autora outorgue poderes ao patrono, uma vez que o referido documento é essencial ao prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0633817-54.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Clinger Raimundo da Costa Batista - Diga a parte autora sobre a resposta do BACENJUD.. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0633914-54.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adalgiza Nunes de Oliveira - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 20, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. DETERMINO ainda a intimação da autora para informar quem se encontra na posse e administração dos bens deixados pela falecida, a fim de se analisar a ordem judicial preferencial para nomeação de inventariante, presente no art. 617 do CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0633985-56.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eliete Nogueira de Lima - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0634041-60.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jandeilson Encarnação dos Santos - Anderson Encarnação dos Santos - REQUERIDA: Angela Maria Encarnação dos Santos - Verifico que na manifestação de fls. 36/37, a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do NCPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo, bem como juntando cópia de seus documentos pessoais e procurações. Ademais, não havendo a possibilidade de prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento sumário, poderá ser adotado o rito do Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: JOSÉ CLÁUDIO ALVES RODRIGUES RAMOS (OAB 8729/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 1490/

AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0634142-05.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosana Valeria Barreto de Souza e outros - INVTANTE: MARIA LÚCIA TORRES BARRETO - Diante do que dispõe o art. 656 do CPC, segundo o qual "A partilha, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, pode ser emendada nos mesmos autos do inventário, convindo todas as partes, quando tenha havido erro de fato na descrição dos bens" e, verificando que o imóvel situado no cond. Recanto das Laranjeiras (fls. 101/103), deixado pelo de cujus, muito embora tenha sido arrolado no presente feito e sobre o qual tenha sido devidamente recolhido o imposto incidente, não foi descrita quando da Partilha amigável entabulada entre as partes (fls. 218/221), cujo erro foi sanado às fls. 257/259, inclusive com a participação de todos os herdeiros e,considerando não inexistir qualquer circunstância que a impossibilite, tem-se por HOMOLOGADA a emenda à partilha de fls. 257/259. Transitando em julgado, expeça-se formal de partilha. Após, baixa e arquivamento.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0634194-59.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Anete Maria Michiles de Almeida e outros - DESPACHO Diante do informado à fl. 117, intimem-se os interessados para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem declaração formalizada de próprio punho por causa um dos requerentes de que a falecida não deixou bens a inventariar, sob as penas da lei. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0634197-77.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: G.M.A. - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 28. Prazo: 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0634199-47.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Antônio Bezerra Melo - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 32, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Ato contínuo, verifico que na manifestação inicial a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do CPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo, bem como juntando cópia de seus documentos pessoais e procurações. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o endereço de citação do cônjuge da de cujus, possibilitando-se o prosseguimento do feito. Uma vez indicado, cite-se o cônjuge supérstite para, querendo, manifestar interesse em assumir a inventariança, tendo em vista a ordem de nomeação estabelecida pelo art. 617 do CPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0634216-83.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Santiago Carvalho - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor Raimundo Santiago Carvalho, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0634325-97.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Mariana Silva Lima - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0634407-07.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: GERALDINA DOS SANTOS LIMA e outros - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação relativamente ao ato ordinatório. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0634457-62.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: N.M.P.B. e outros - DESPACHO Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar: A) comprovação do recolhimento de itcmd-causa mortis, acompanhado da respectiva memória de cálculos; B) comprovação da hipossuficiência alegada na exordial, possibilitando a apreciação do pedido de gratuide; C) certidões negativas fiscais dos falecidos junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal; R) registro do imóvel arrolado em nome dos falecidos e escrituras públicas de cessão de direitos hereditários ou de renúncia, conforme o caso, facultando, em se tratando de renúncia, a formalização por termo nos autos. Deverão participar do ato de cessão/renúncia os cônjuges dos herdeiros renunciantes, considerando que a herança se trata de imóvel por ficção legal. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0634918-29.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Aline Maria Ribeiro da Silva - Compulsando os autos, verifico que, não obstante a parte autora ter se manifestado em fls. 20/21, não juntou aos autos o certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de extinção. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0635112-29.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edson Rafael Zerbinato Martins - Eduardo Zerbinato Martins - INVTANTE: Izolda Tezira Z Martins - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA (OAB 4479/AM) - Processo 0635200-04.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Waleska Araujo de Andrade - Wanessa Araújo da Silva e outros - INVTANTE: Maria Gorete de Oliveira Silva - DESPACHO Quanto ao teor da manifestação de fl. 118/128 além da documentação que a acompanha, intime-se a viúva para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0635234-18.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.G.C. e outros - DESPACHO Ante a nota devolutiva de fls. 199, retifique-se o formal de partilha expedido, adequando-se as exigências cartorárias. Após, arquive-se. Cumpra-se.

ADV: EVANETE BATISTA FROTA (OAB 4635/AM) - Processo 0635307-19.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Nadia Aiub Moraes da Rocha - REQUERENTE: Ernesto Aiub Moraes da Rocha e outros - CERTIDÃO Processo

n.°:0635307-19.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 211 e 212. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 23 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0635445-15.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Isabel Cristina Bessa Campelo - Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto - Nilton Cezar Oliveira Bessa - Paulo Cesar Oliveira Bessa - James Douglas Oliveira Bessa - DESPACHO Intimem-se os interessados para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem declaração de únicos herdeiros formalizada de próprio punho. Oficie-se ao INSS a fim de que informe a existência de resíduo previdenciário em nome da falecida. Após, aguarde-se a resposta do ofício a ser expedido. Cumpra-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0635791-29.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.C.P.P. - E.C.P.J. - R.A.P. - R.A.P.S. - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 59. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0635827-76.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ket Ane Pereira Ferreira - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: GUTEMBERG CARVALHO DE LIMA, ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0635834-34.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Silva de Lima e outro - DESPACHO Considerando a legitimidade ativa estabelecida pelo art. 1 º da Lei 6858/80 e verificando que o feito não foi instruído com o documento que comprove a referida legitimidade, DETERMINO, primeiramente, que a parte autora apresente a certidão de dependentes habilitados em nome do falecido perante o Órgão Previdenciário a que era vinculado, sob pena de indeferimento. Prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0635896-45.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosimeire Furtado Melo e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 94/95). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0635933-67.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Eduardo Hugo Lima da Rocha - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0636028-63.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Espolio Manoel Jose Rodrigues Cativo - INVTARTE: Ananias Gomes Brelaz Neto - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de balanços patrimoniais de empresas, registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0636040-77.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Janiro Ribeiro Santiago - DESPACHO DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Intime-se o autor para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, os registros imobiliários já exigidos à fl. 29, considerando que cumpre o autor instruir a demanda com a cópia dos documentos essenciais à sua propositura. Além disso, tratando-se de documentos públicos, estes são acessíveis a todos, não se justificando a alegação de que se encontram na posse da suposta convivente do de cujus. Em igual prazo, deverá cumprir o já determinado à fl. 29, 2º parágrafo, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: RAISSA BOHRY DE SOUZA VASCONCELOS CORREA (OAB 18149/PA) - Processo 0636046-26.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: EDILEUZA BARBOSA DUPIM MARTINS DE OLIVEIRA - Diante do teor da certidão de fl. 63 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do inventariante nomeado, bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0636112-69.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marilim Costa da Silva - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF) - Processo 0636134-25.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Heber da Silva Cruz - Francisco de Assis da Silva Cruz - João Petra da Silva Cruz - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 6, 11/12, 8, e 14, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 30/31, além da comprovação da inexistência de outros dependentes, demonstrada pelas Certidões de fls. 16 e 17 e da Declaração de Únicos Herdeiros de fls. 34/36, DEFIRO o pedido dos Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. DEFIRO o pedido de fl. 58. CUSTAS a serem descontadas e pagas por ocasião do levantamento dos valores ora autorizado, devendo o alvará a ser expedido conter expressa determinação nestes sentido. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM), ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM) - Processo 0636200-05.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luiza de Freitas Ribeiro e outros - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Rosângela de Freitas Ribeiro, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome dos falecidos; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0636418-67.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Beatriz de Almeida Rocha e outros - Compulsando os autos, verifico que, não obstante a inventariante ter se manifestado em fls. 80/83, não cumpriu integralmente o determinado no despacho de fls. 78, uma vez que não juntou aos autos a comprovação do saldo bancário deixado pelo de cujus, bem como não apresentou as suas Únicas Declarações, conforme já determinado em fls. 58, 74 e 78. Isto posto, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de arquivamento administrativo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DEIVISON CARVALHO MOLINARI (OAB 14610/AM) - Processo 0636542-16.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sthenia Raquel de Carvalho Barbosa - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 16, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF da de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ILNAH MONTEIRO DE CASTRO (OAB 2110/AM), ADV: EDUARDO HUMBERTO DENERIAZ BESSA (OAB 14181/AM) - Processo 0636604-56.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maridyssa Hellen Lima de Lima - REQUERIDO: JESSICA HELLEN DOS SANTOS LIMA - Acolho a promoção ministerial ao passo em que DETERMINO a intimação das herdeiras Viviane Oliveira Lima e Ana Helena para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem se possuem interesse em assumir o cargo de inventariante. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM) - Processo 0636680-17.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Telma Maria Freitas de Souza e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM) - Processo 0636680-17.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Telma Maria Freitas de Souza e outros - DESPACHO Diante da superveniente maioridade de Levi Freitas de Souza (fl. 12), intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual, mediante a apresentação de procuração ad judicia independentemente de assistência legal (fl. 21), sob pena de indeferimento (art. 76 do CPC). Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0636714-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Natasha Pinheiro de Figueiredo - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO o pagamento das custas ao final do processo, conforme requerido na exordial. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0636872-18.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosemery da Silva Nascimento - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 29. Prazo: 15 dias. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0637197-85.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Bruno Marinho da Costa - DEFIRO a gratuidade da justiça. Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0637344-19.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: I.F.S. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: NAYRA HESTHEFANY DE SOUZA DIAS (OAB 12873/AM) - Processo 0637758-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Arlete Alves da Silva e outro - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS e FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0637763-73.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA ROSA GONZAGA DA MOTA - DESPACHO Diante do teor da promoção de fls. 141/142, acerca da inadequação da via eleita para o levantamento do seguro de vida pretendido e tendo-se em vista o que prevê o art. 794 do CC, que dispõe que os valores decorrentes de seguro de vida não se consideram herança para quaisquer fins de direito, com fulcro no art. 10 do CPC, DETERMINO a intimação dos interessados para requererem o que entenderem de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0638114-07.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Darlene Ribeiro Perêa do Nascimento - Natalia Andreza Perêa do Nascimento - Complementando o despacho anterior, consulte-se o BACENJUD.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0638114-07.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Darlene Ribeiro Perêa do Nascimento - Natalia Andreza Perêa do Nascimento - Cumpra-se o despacho de pág. 18. Intimação do patrono, inclusive, para conhecimento e manifestação sobre a consulta do BACENJUD. 10 (dez) dias.

ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM), ADV: IVAN WALLACE DA SILVA (OAB 8823/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM) - Processo 0638377-10.2017.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Nazilde do Nascimento - REQUERIDO: Edilson Lima da Silva Filho - Erica Lima da Silva e outros - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0638579-50.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Raquel Gil de

Almeida - Rafael Gil de Almeida - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias,o número de CPF da de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0638613-30.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.S.A. e outros - DESPACHO Ante a renúncia da inventariante de fl. 48, intimem-se os demais herdeiros para, no prazo de 15 (quinze) dias, requererem o que entenderem de direito para fins de prosseguimento da demanda. Transcorrendo-se o prazo sem manifestação, certifique-se e arquive-se administrativamente. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0638617-67.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.P.A. e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 69). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0638618-13.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ronaldo Pontes Macedo - CERTIDÃO Processo n.°:0638618-13.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 19. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ADRIANO FERREIRA ALENCAR (OAB 14806/AM) - Processo 0638749-85.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alcides Ribeiro de Alencar - Retifique-se a classe processual pois trata-se de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO NEY COSTA FALCÃO (OAB 8686/AM) - Processo 0638765-44.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ruth Pereira Barbosa e outros - Processo sentenciado (fl. 46) Arquivem-se os autos. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0638843-33.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: B.B.P. - R.E.P. - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 31, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a cópia da procuração ad judicia na qual a herdeira R. E. P, outorgue poderes ao patrono, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM) - Processo 0638947-93.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Fabiola Silva de Suza - DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. Uma vez descumprido o ato ordinatório de fl. 65, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0638971-29.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: ANDRÉA LUIZA DA SILVA BARBOSA - DESPACHO Quanto ao AR negativo de fl. 91, intime-se a inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito para fins de prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO FRANCISCO SOARES (OAB 4926/AM) - Processo 0639189-81.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Maria José Mesquita de Amorim - DESPACHO Antes de apreciar a emenda de fl. 20, DETERMINO a intimação da parte autora para esclarecer, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, a existência de inventário e partilha por ocasião do falecimento de Irene Amorim, seja judicial ou extrajudicial, finalizado ou em tramitação, considerando a informação prestada à fl. 20 de que “esta é a inventariante registrada junto à Secretaria da Receita Federal”. Cumpra-se.

ADV: NAYANDRA CORTEZÃO BRAZ (OAB 11901/AM) - Processo 0639255-32.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Etelvina Freitas de Lima e outros - Processo sentenciado. Arquivem-se os autos.

ADV: PAULO EUGÊNIO RODRIGUES GOMES (OAB 12156/AL), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0639286-52.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Fausto de Souza Neto - Michelle Luiza Silva Torreão - REQUERIDO: Rodrigo Silva de Souza - DESPACHO Certifique-se do transcurso do prazo para manifestação da genitora do de cujus no que se refere ao despacho de fl. 78, considerando a certidão de publicação de fl. 128. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0639404-91.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Ronilza Cortezão Moraes - Trata-se de Ação de Alvará Judicial em que pretende a parte autora obter autorização judicial para retirar os valores depositados em conta bancária de titularidade de seus filhos menores com o objeto de adquirir um automóvel para facilitar a condução destes a escola, passeios e demais atividades do cotidiano. Ante o exposto, verifico que não obstante o teor da decisão de fls. 28, o caso em comento não encontra previsão no

rol de competências deste Juízo de Sucessões, porquanto não se relaciona ao previsto na Lei 6858/80 e Decreto nº 85.845/81. Em contrapartida, o art. 154-III da Lei de Organização Judiciária, recentemente alterado pelas leis complementares nº 178/2017 e 190/2018 assim dispõe: Art. 154. Ao Juiz de Vara de Família compete por distribuição: III -praticar atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de incapazes e à guarda e administração de seus bens, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude e de Órfãos e Sucessões. Diante do exposto, DECLINO da competência para processar e julgar a presente ação em favor da 1ª Vara de Família desta Capital para onde os presentes autos devem ser redistribuídos. Caso não seja este o entendimento do referido Juízo, SUSCITO, desde já, CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA a ser dirimido pelo E. Tribunal de Justiça do Amazonas. Cumpra-se, observadas as cautelas de estilo.

ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM) - Processo 0639439-17.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Flávia dos Santos Silva - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 18/19 e 23, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 39, além da comprovação da habilitação como dependente do falecido, demonstrada pela Certidão de fl. 9, DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. INDEFIRO o pedido de restituição do valor equivocadamente pago a título de custas iniciais (fl. 26), porquanto a referida pretensão deve ser objeto de apreciação pelo setor competente deste E. Tribunal de Justiça. CUSTAS pagas (fls. 36/37). Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da dependente acima nominada. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: ELIAKIM BRITO FURTADO (OAB 8326/AM) - Processo 0639596-29.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.A.R. e outros - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: ALEXSANDRO VIANA FERREIRA (OAB 14256/AM) - Processo 0639642-76.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca Rogéria Alves Cavalcante - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Providências via BACENJUD para consulta de saldo bancário deixado pelo de cujus, para tanto observe-se o CPF n° 342.600.132-20, informado em fls. 01. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0639703-39.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aliani de Melo Gomes - DESPACHO Ante o teor da manifestação de fls. 127/129, atualize-se o cadastro processual perante o sistema. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para apresentação do documento pessoal de Manoel Raucir que comprove o parentesco com o (a) autor (a) da herança, considerando tratar-se de documento essencial à propositura da demanda, sendo indevida a intimação deste para que o apresente, na medida em que este encontra-se devidamente assistido pela Defensoria Pública e integra o polo ativo da demanda. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0639772-03.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria de Lourdes Maia Lima - Osmar Maia de Lima - Maria Auxiliadora Maia Lima - DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário à quitação da guia de recolhimento de custas processuais (fl. 96) e guia de recolhimento de ITCMD-causa mortis (fl. 105), devendo o inventariante comprovar os respectivos pagamentos no prazo de 5 (cinco) dias após a expedição do alvará. À Secretaria para providências. Após a comprovação dos pagamentos, certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis; certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça; certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas; certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0639805-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Gabrielle Santos Ribeiro - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS e FGTS deixado em nome da falecida Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: MONIQUE GUERREIRO PRADO (OAB 4679/AM) - Processo 0639863-64.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Regina Fátima da Silva Moraes e outro - DESPACHO DEFIRO, por ora, a gratuidade da justiça. Cumpra-se integralmente o despacho anterior.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0639920-82.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosangela Silva de Souza - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 87), devendo ser intimada a Defensoria Pública. Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM) - Processo 0640049-53.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: H.P.L. - CERTIDÃO Processo n.°:0640049-53.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 76/77. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0640164-11.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Rosario Sena Penha - DESPACHO Considerando-se o lapso temporal transcorrido desde a última manifestação da parte autora e, considerando o certificado à fl. 42, DETERMINO a intimação dos interessados para, no prazo de 5 (cinco) dias, requererem o que entenderem de direito. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se e arquive-se, considerando a sentença de fls. 34/35. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM) - Processo 0640457-44.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Menandro Augusto Rodrigues Torres - REQUERIDO: João Alberto Rodrigues Torres - Município de Manaus e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 62). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0640552-06.2019.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Caução - REQUERENTE: M.R.D.P. - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o requerido nos itens 1 e 2 da promoção de fls. 27/28. Após, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: RUBIA CARDOSO RIBEIRO (OAB 14429/AM) - Processo 0640588-48.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Nora Ney Bragança de Souza - Intime-se a parte autora para informar se o(s) herdeiro(s) renunciante(s) possui(em) filho(s), vez que a renúncia apresentada favorece a seu(s) filho(s) e não à viúva, ex vi do disposto no artigo 1.811 do código civil brasileiro, in verbis: Art. 1.811. Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça. Assim, havendo renúncia de todos os herdeiros da mesma classe (filhos do falecido), são chamados à sucessão a classe seguinte (netos do falecido), por direito próprio e por cabeça. Em igual prazo, deverá ser apresentado o verso da certidão de óbito do falecido, a fim de verificar-se eventuais averbações/anotações/observações naquele constantes. Prazo de cinco dias para resposta. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0640637-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Moacir de Sá Soares - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o endereço de citação do cônjuge da de cujus, possibilitando-se o prosseguimento do feito. Uma vez indicado, cite-se o cônjuge supérstite para, querendo, manifestar interesse em assumir a inventariança, tendo em vista a ordem de nomeação estabelecida pelo art. 617 do CPC. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a procuração ad judicia na qual a parte autora outorgue poderes ao patrono, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0640673-05.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Madherson Pereira Teixeira - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 76/77, 4 e 71, 13, 15, 18 e 6, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 9, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pelas Certidões de fls. 51/53, DEFIRO o pedido dos Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. CUSTAS pagas.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM) - Processo 0640860-76.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Roberto Daniel de Araújo e outro - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 161. Prazo: 30 (trinta) dias. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0640862-80.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Kerolainy Menezes e Silva - Kerolen Bianca Menezes e Silva - Hercules da Costa Gadelha Neto - DESPACHO Intime-se K. B. M. E S. Para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a representação processual, mediante a juntada de procuração ad judicia, independentemente de representação/assistência legal, considerando ter atingido a maioridade no curso da demanda (fl. 11). Cumprido o determinado, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ADRIANO GONÇALVES FEITOSA (OAB 12531/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0641015-16.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.M.R. - À secretaria para cumprir o que lhe cabe no despacho de fls. 112. DETERMINO a intimação do inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da certidão de fls. 114, requerendo o que entender de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0641048-06.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Remoção - REQUERENTE: Felipe Stanley de Moraes Bezerra - Greycy Pimentel de Moraes - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 17). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: KAYO CÉSAR PIRES BUIATI FERREIRA (OAB 14060/AM) - Processo 0641375-77.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Nilma Divina Pires Buiati Ferreira - Nison Pires Buiati - Newton Pires Buiati Ferreira - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0641508-22.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Amanda Pantoja Batalha - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Por fim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a falecida e o senhor Altemar Mendes Batalha. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0641677-43.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Luis Gonzaga Machado de Lima - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá

ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a certidão de óbito e o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0641692-75.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marivaldo Rodrigues de Souza - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a cópia da certidão de óbito da de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: ANA FLÁVIA CORRÊA MENDES (OAB 7641/AM) - Processo 0641845-45.2018.8.04.0001 - Restauração de Autos - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.F. e outro - DESPACHO Em caso de excessivo prazo para resposta do ofício, cumpram-se as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia. Cumpra-se.

ADV: FABIO CARDOSO BATISTA (OAB 13445/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0641977-05.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Zélia Silva Viana - REQUERIDA: Missilene Vieira do Nascimento e outro - DEFIRO o processamento do feito sob o rito do Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), considerando que o acervo hereditário, em princípio, não supera o limite de valor previsto em lei para a sua adoção. Considerando que a ação em que visa a suposta companheira ao reconhecimento da união estável com o autor da herança encontra-se em curso, NOMEIO inventariante a genitora do falecido, Sra. MARIA ZÉLIA SILVA VIANA, independentemente de compromisso. Por cautela, DETERMINO a reserva do quinhão a que faria jus na partilha a suposta convivente até que seja julgada a ação acima mencionada. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta do extrato bancário do falecido a contar da data do óbito, em 29/07/2018 (fl. 2), o qual era inscrito no CPF nº º 403.196.952-04 (fl. 2). Após o recebimento dos extratos bancários requisitados, intime-se a inventariante para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário e não constem dos autos; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do(a) falecido(a); Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO RUI FERNANDES MACHADO (OAB 9760/AM) - Processo 0642120-62.2016.8.04.0001 - Inventário - Levantamento de Valor - REQUERIDA: Karen Mestrinho Machado - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 64). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0642310-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: F.N.S. - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0642552-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pericles Torres Nakamine - Tratam os autos de Ação Cautelar de Exibição de Documento formulado por Pericles Torres Nakamine, em face de Ivan Rodrigues das Chagas, Vivan Sousa das Chagas, CIVILCORP INCORPORAÇÕES LTDA, BLOKUSTEC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CIEX- LAGUI Engenharia SPE LTDA, contudo, sabe-se que as ações cautelares autônomas, como a presente, foram revogadas do ordenamento jurídico com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o que não significa dizer que as tutelas cautelares não possam ser requeridas/deferidas, mas que devem constar do bojo da própria ação de principal ou, ainda, devem ser preparatórias à propria ação principal, já devendo, neste caso, constar a indicação da tutela final, consoante estabelece o art. 303, CPC. Isto posto, DETERMINO a intimação da parte autora pra que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a petição inicial, atentando-se para os requisitos do art. 303, CPC, sob pena de extinção do presente feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642622-93.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marina Inojosa da Silva - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme documento de fls. 11, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0642680-33.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.B.K. - DESPACHO Concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para cumprimento do determinado à fl. 12, 2º e 3º parágrafos, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: FABIANE DO NASCIMENTO VIEIRA (OAB 12731/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE PEVAS LIMA DE ARAÚJO (OAB 12262/AM) - Processo 0642899-12.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Evelyn Karla Santos Silva - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 13, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC, o CRLV do veículo inventariado, livre

de gravames ou acompanhado da respectiva quitação, bem como cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a senhora Jayce Pires dos Santos. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642997-94.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Hercules da Rocha Pedroza - Luiz Carlos Cavalcante de Oliveira - Maria Elizabeth Pedroza da Silva - Mary Margarete da Rocha Pedrosa - Mirian da Rocha Pedrosa - Sandra Regina da Rocha Pedrosa - Sergio Murilo da Rocha Pedroza - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Maria Elizabeth Pedroza da Silva, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0643073-21.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: France Neire da Costa Silva Moçambite - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para informarem a eventual existência de saldo de PIS e PASEP deixado em nome do falecido. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0643381-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jucileide Neves Lima - David Lima Correia - Ezequiel Lima Correia - Jandaiqui Lima Correia - Josias Lima Correia - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome do falecido. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme documento de fls. 06, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a procuração ad judicia na qual os menores, devidamente representados pela sua genitora, outorgue poderes ao patrono, uma vez que o referido documento é essencial ao prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0643391-38.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Valentina Souza Araujo - INVTARTE: Evandro de Lima Araujo Filho - DESPACHO Nomeio E. DE L. A. F. Inventariante, o qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias e Primeiras Declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes. Ainda no prazo das Primeiras Declarações deverá manifestar eventual interesse na adoção do rito célere e simplificado do Arrolamento Comum. Em caso de concordância, deverá cumprir o requerido pelo Parquet no item 2.3. Em caso de desinteresse, citem-se, após, o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do falecido (a), os herdeiros e legatários, se for o caso, bem como intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, se houver interesse de incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre as Primeiras Declarações, na forma do art. 627 do NCPC. Em havendo impugnações, abra-se o prazo de 15 (quinze) dias para o (a) inventariante manifestar-se e, após, retornem os autos conclusos. Transcorrendo o prazo sem quaisquer impugnações de que trata o art. 627 do NCPC, intimem-se as Fazendas Públicas, na forma do art. 629 do NCPC, devendo estas se manifestarem sobre valores, no prazo de 15 (quinze) dias, e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634 do NCPC), manifestando-se expressamente. Em qualquer caso, publique-se o edital requerido pelo Parquet.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0643401-48.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Maria Izabel Chaparro Pena - DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0643505-40.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Flávia Queiroz Farias Chaves Coelho - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 15, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal do de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE SANTOS CANET (OAB 45691/BA) - Processo 0643522-76.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Robson de Castro Barata - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 28, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Por fim, consta dos autos a informação de que a falecida deixou testamento público (fls. 25/26), motivo pelo qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, juntar aos autos cópia da sentença de abertura, registro e cumprimento de testamento, a qual reputo essencial para a propositura da presente demanda, no termos do art. 320 do NCPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0643699-74.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.J.G.P. - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada

a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se ao Banco do Brasil para informar a eventual existência de saldo de PASEP deixado em nome do falecido. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 07, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente, uma vez que o referido documento é essencial ao prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0643816-70.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Neide Tavares - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 173. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0643839-74.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Gabriel Ítalo Araujo Figueiredo - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0644046-73.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Andre Luiz Costa Rodrigues - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 66, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do CRLV do veículo inventariado, livre de gravames ou acompanhado da respectiva quitação, bem como cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a senhora Maria Wivilda Rodrigues. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0644266-71.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: J.C.C.H. - Retifique-se a classe processual para arrolamento sumário. Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 20, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Além disso, DETERMINO a intimação dos herdeiros renunciantes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem renúncia por escritura pública ou comparecer a Serventia desta Vara a fim de formalizar renúncia ao quinhão hereditário por termo nos autos, considerando o que dispõe o art. 1.806 do CC, posto as manifestações de fls. 08/09, não se prestam a cumprir o referido requisito. Ressalte-se que em sendo a herança um bem imóvel (art. 80, II do CC) necessariamente deverá haver participação do respectivo cônjuge no ato da renúncia, conforme art; 1.647 do CC, exceção feita aos casamentos realizados sob o regime da separação absoluta de bens. TODAVIA, SE A INTENÇÃO DOS HERDEIROS É A DE "FAVORECER" DETERMINADO HERDEIRO, NECESSARIAMENTE DEVERÁ SER APRESENTADA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS POR ESCRITURA PÚBLICA, CONSOANTE O ART. 1793 DO CC/02. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a cópia da certidão de óbito dos genitores do de cujus, posto que se trata de herança entre colaterais e os referidos documentos são essenciais ao prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: THIAGO CÂMARA (OAB 13966/AM) - Processo 0644324-74.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rafaelly Janaira Fonseca Bezerra - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Rafaelly Janaira Fonseca Bezerra, independente de compromisso. RECEBO a petição inicial como primeiras declarações por preencher os requisitos art. 620, CPC. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do falecido; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0644351-57.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edinei Lourenço de Carvalho - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 28, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0644530-88.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jose Pacheco Vidal Pessoa - Pelas informações constantes da exordial e dos documentos apresentados ás fls. 08/09, o falecido deixou saldo de cerca de PAE a ser recebido, além de bens, conforme consta na escritura pública de testamento de fls. 12/13. Dos autos, não consta informação acerca da existência de inventário em virtude do falecimento do de cujus. Não obstante o acima informado, entendo que a via eleita é inadequada ao levantamento pretendido, considerando que os valores sujeitam-se a procedimento de inventário e partilha, já que não se relacionam ao que dispõe a

Lei 6858/80. Diante do exposto e com fulcro no art. 10 do CPC, DETERMINO a intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito e, em sendo o caso, adequando a inicial a Ação de Inventário e Partilha (art. 317 do CPC), devendo, em qualquer caso, comprovar a hipossuficiência alegada na exordial, bem como apresentar a cópia da sentença de abertura, registro e cumprimento de testamento, a qual reputo essencial para a propositura da presente demanda, no termos do art. 320 do NCPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0644537-80.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Raimunda Moda Nunes - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 24, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAMILA D' OLIVEIRA ALE (OAB 7741/AM) - Processo 0644558-56.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Norma Suely de Lima Ale - Alexandre Ale Filho - Naime de Lima Ale - Haroldo de Lima Ale - INVTANTE: Esterlinda Lima dos Santos - Autue-se em apenso aos autos de Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento informados na exordial. Mantenha-se o presente inventário suspenso até o julgamento definitivo da referida ação. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0644677-17.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Arlene Nascimento de Souza - Edilbert Nascimento de Souza - Adriele de Souza Bitencourt - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM) - Processo 0644743-94.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosimar Silva de Barros - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal e o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Cumpra-se

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0644798-16.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.J.F.B. - DESPACHO Da análise dos autos, verifico a necessidade de saneamento do processo, na medida em que, na inicial, consta pedido de abertura de inventário e partilha deixados por ocasião do falecimento de S. DA S. B, genitor do menor M. J. F. B., o qual era convivente de P. A. F. C., conforme sentença de reconhecimento de fls. 9/11 e documento pessoal de identificação de fls. 6/7. Por outro lado, verifico que às fls. 25/26, o menor pugnou pela cumulação de inventários de seu genitor com o de seu avô paterno, E. C. B., o qual era casado com T. F. DA S. Ocorre que o referido pedido, até o momento, não foi devidamente apreciado, cuja análise é imprescindível, na medida em que as heranças são dependentes entre si. Diante do exposto, DEFIRO o pedido de cumulação de inventários de S. DA S. B e de E. C. B., ao passo em que DETERMINO a intimação da inventariante para PRESTAR suas Primeiras Declarações no prazo de 20 (vinte) dias, observando a cumulação de inventários ora deferida, devendo qualificar ambos os falecidos, bem como o patrimônio deixados pelos dois, tudo em consonância com o que dispõe o art. 620 do CPC. Na oportunidade, destaco que DEVERÁ integrar o acervo hereditário o imóvel adquirido pela inventariante na constância do casamento com E. C. B., conforme certidão de casamento de fl. 38 e contrato de compra e venda de fls. 61/69, datado de junho de 2006, sobre o qual possuem direitos sucessórios os herdeiros por representação do herdeiro falecido (e também inventariado), S. DA S. B. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELLA MONTEIRO MACHADO (OAB 4839/AM) - Processo 0645075-95.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Samuel Carvalho de Souza - CERTIDÃO Processo n.°:0645075-95.2018.8.04.0001 CERTIFICO e dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca dos avisos de recebimento de fls. 88;89 e 90. Manaus, 30 de agosto de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0645098-07.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lucimara Xavier de Freitas - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal e a certidão de óbito do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Cumpra-se

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0645487-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Vera Lúcia Santos de Andrade - DEFIRO a gratuidade da justiça. Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0645498-21.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Magnolia Rodrigues Ferreira - Luciano Ferreira Siqueira - Luciana Ferreira Siqueira - Luiz Alisson Barroso de Siqueira - Luiz André Barroso de Siqueira - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente, senhora Magnólia Rodrigues Ferreira, uma vez que o documento de fls. 27 não se presta a cumprir o referido requisito, uma vez que foi lavrado unilateralmente pela parte autora, sem anuência do convivente, ora autor da herança. Cumpra-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0645507-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: C.M.M.O. - DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Oficie-se ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para informarem a eventual existência de saldo de PIS e PASEP deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM) - Processo 0645604-80.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Tereza Freitas Costa - REPTANTE: Jocelene Araújo de Oliveira - Em análise aos autos, verifico que a requerente pleiteia a expedição de alvará para levantamento de valores, contudo, o de cujus deixou além de saldo em conta, um imóvel onde reside a cônjuge sobrevivente. O pedido é, portanto, diverso do que prevê a Lei 6858/81, sendo imprescindível a abertura de inventário e partilha, uma vez que o falecido deixou bens a inventariar. Nesta ordem de ideias, DETERMINO a intimação da autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar demanda à Ação de Abertura de Inventário e Partilha, podendo optar pelo rito do arrolamento sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes ou, ainda, pelo rito do arrolamento comum (arts. 664 E 6655 do CPC), ainda que haja interesses de menores/incapazes, sendo estes procedimentos mais céleres e simplificados que o rito ordinário. Vale dizer que, optando pelos ritos acima descritos, deverá a autora, em igual prazo, juntar os documentos pessoais e procurações de todos os herdeiros, caso ainda não tenham sido apresentados. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSE MAURO SILVA DA PEDRA JUNIOR (OAB 26969/PA) - Processo 0645632-82.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Olinda Maria Ferreira Lopes - Designo audiência de Conciliação para o dia 07/10/2019, às 09:00h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos, na forma do art. 236 do CPC. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: ROBSON DA SILVA BRAGA (OAB 14332/AM) - Processo 0645928-70.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Davi Luiz do Nascimento Queiroz - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0645939-02.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Francisco Pereira de Aquino - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0646008-05.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Perla Lima de França Guimarães - Sandro Lima de França - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 9 e 40/41, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fls. 15 e 18/21, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pelas Certidões de fl. 32 e 36, DEFIRO o pedido dos Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará. DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça. Sem custas. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0646447-45.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ednez Ferreira Meireles - Diana de Azevedo Meireles - Graciete de Azevedo Meireles, - Maria Joaquina Azevedo Meireles - Joaquina Meireles Sant'ana - Graça Meireles de Souza - Domingos Ferreira Meireles - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada

a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para informarem a eventual existência de saldo de PASEP e FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal dos herdeiros Joaquina Meireles Sant'ana e José Ferreira Meireles, bem como o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0646740-15.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Raimundo Pereira Alcantara - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Por fim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a falecida e o requerente, uma vez que o documento de fls. 19/20 não se presta a cumprir o referido requisito, uma vez que foi lavrado unilateralmente pela parte autora, sem anuência da convivente, ora autora da herança. Cumpra-se

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0646989-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Gabriel de Souza da Silveira - Georgina de Souza da Silveira - Isaias de Souza da Silveira - Izacc de Souza da Silveira - Jesuína de Souza da Silveira - Joaquim de Souza da Silveira - Maria das Graças de Souza da Silveira - Rafael Souza da Silveira - Raquel Souza da Silveira - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada no curso da demanda, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0648023-10.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Dulcineya Ramos da Cruz Drumond de Carvalho - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, conforme certidão de fls. 21, deverá a inicial ser emendada, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal do de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0648187-72.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Fátima Ventura Gonçalves - Vera Lúcia Ventura Gonçalves - DESPACHO Quanto ao teor da documentação de fls. 82/100, intime-se a inventariante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: NIVEA FARIAS DA COSTA (OAB 8281/AM) - Processo 0648667-50.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marly Farias de Souza - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS e FGTS deixado em nome do falecido. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme a certidão de fls. 11, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0648808-69.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Raimundo Nonato Baeta da Silva - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de PIS deixado em nome da falecida. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0649000-02.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Elienai Peres Nunes e outros - DEFIRO a emenda à exordial de fls. 44. Retifique-se o cadastro processual da parte autora. DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário ao pagamento das custas processuais, devendo a parte autora comprovar o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias contados da expedição do alvará. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas do ato processual necessário à expedição do ofício determinado à fl. 21, conforme dispõe a Portaria nº 116/2017 - PTJ, possibilitando-se o prosseguimento da demanda. Cumprido o determinado, cumpra-se o despacho de fl. 21 e aguarde-se a resposta do ofício.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0649000-02.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Elienai Peres

Nunes e outros - CERTIDÃO Em conformidade com a Portaria nº 116/2017 - PTJ, que regulamenta e consolida as tabelas de custas judiciais vigentes e a Lei 4.408/2016, que regulamenta as custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, certifico que não foram recolhidas as custas relativa ao item abaixo: ATOS PROCESSUAIS Carta de Arrematação, Adjudicação, de Vênia, de Sentença ou Arbitral (por pagina inclusive, segunda via). R$ 17,99 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (Inquiritória)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (mais por pessoa a ser ouvida)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (outras finalidades)R$ 66,03 Certidões (folha com 30 linhas)R$ 14,89 Certidões (por folha excedente a uma) R$ 2,98 Desarquivamento de Autos (apensos inclusos no valor)R$ 30,00 Citação, intimação, notificação ou remessa de ofício, através dos correios (por A.R.) ou por outro meio usual de comunicação, Extração de Edital (excluídas as despesas de publicação de editais)R$ 17,14 Diligencias Pessoais do ServentuárioR$ 30,00 Diligencias Pessoais do MagistradoR$ 126,06 Por Formal de Partilha que exceder de um, inclusive segunda viaR$ 102,05 Termo de penhoraR$ 14,96 Por Alvará ou Mandado que exceder de 4(quatro) em um mesmo processo, em feitos de competência orfanológicaR$ 50,99 Por guia de deposito judicial ou Mandado de pagamento extraídoR$ 5,98 DESPESAS DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO Digitalização de documento realizada no âmbito deste Poder Judiciário (por documento)R$ 7,90 Impressão de cópia de processo/processamento eletrônico, mediante solicitação das artes ou para instrução de um documento processual (como cartas de sentença, formais de partilha, mandados de citação e intimação) (por página)R$ 0,28 XEnvio eletrônico de citações, intimações, ofícios e notificaçõesR$ 17,14 Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (por ato)R$ 14,98 Solicitação efetuada por advogado constituído nos autos de cópia de decisão judicial não publicada (por folha fotocopiada)R$ 2,98 Manaus, 29 de agosto de 2019. Assinatura Eletrônica Carmen Maria Texeira Mancilha Escrivã(o)/ Secretária(o)

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0649011-31.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Gabriele Nascimento Lourenço - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 09, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0650720-04.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonia Izabel dos Santos Pinheiro e outros - DESPACHO Retifique-se a classe processual perante o sistema, bem como atualize-se o cadastro do processo, considerando que somente a viúva é habilitada perante a previdência como dependente do falecido (fls. 40/41), excluindo-se os demais. Intime-se a dependente para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar a procuração apresentada, considerando que é a autora quem deve outorgar poderes ao patrono constituído (e não o espólio), sob pena de extinção. Cumprido o determinado, oficie-se à Caixa Econômica Federal para que informe a existência de saldo de FGTS em nome do falecido. Cumpra-se.

ADV: RONALDO PEREIRA SANTOS (OAB 11917/AM) - Processo 0650825-78.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.L.O. - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para suprir a pendência apontada na certidão de fl. 53 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0651529-91.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.F.R.G. - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 28, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Por fim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM), ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0651687-49.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eliude Bacelar Oliveira Filho - Wanderlan Silva de Oliveira - Oberlan Andrade Silva de Oliveira - INVTANTE: Regiomara Lasmar Costa - REQUERIDO: Hugo Lincoln da Costa Bacelar - Município de Manaus e outros - Designo audiência de Conciliação para o dia 03/10/2019, às 10:00h, a ser realizada na Vara de Órfãos e Sucessões, Av. Paraíba S/Nº. Intime-se via DJE a parte que possuir advogado habilitado nos autos. Intimação por mandado somente para a parte que não possuir patrono ou for patrocinada pela Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0652148-21.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.M.A.F. - E.G.A.J. - DESPACHO Ante o equívoco da parte autora quando da indicação do CPF da falecida, encaminhem-se os autos para novas providências via BACENJUD para consulta do saldo bancário deixado pela de cujus, conforme CPF nº 011.774.002-00, indicado às fls. 57/58. De igual forma, retifique-se o ofício expedido, atentando-se ao dados indicados às fls. 57/58. Após, aguarde-se resposta. Cumpra-se.

ADV: LARYSSA DE OLIVEIRA LOBATO (OAB 13461/AM), ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0652655-79.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REPTANTE: Luiz Gonzaga Ribeiro dos Santos - INDEFIRO o pedido formulado às fls. 35/37, em virtude de: a) ser um procedimento de jurisdição voluntária, incompatível com a referida pretensão; b) a administradora do consórcio não ser parte no presente feito. Diante do exposto, deverá a parte interessada promover por uma ação própria perante o Juízo competente, considerando ter encerrado a competência deste Juízo Especializado com a autorização do pagamento mediante sentença. Diante do exposto e considerando o certificado à fl. 34, arquivem-se os autos.

ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM) - Processo 0652952-86.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: M.A.O.M. - Retifique-se a classe processual pois trata-se de Ação de Inventário. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada, Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PAULO SÉRGIO XAVIER VENTILARI (OAB 2290/AM) - Processo 0653761-76.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Geraldine Graciete Paiva - DETERMINO a

intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o seu documento de identificação pessoal, bem como o documento de identificação pessoal e o número de CPF da de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0654513-48.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosangela Ribeiro de Souza - DESPACHO Tratando-se de uma ação de petição de herança em que alega a parte autora que um dos herdeiros procedeu à venda de um imóvel que compunha a herança deixada por sua falecida genitora sem lhe repassar a parte a que fazia jus, o registro imobiliário é documento essencial à propositura da demanda, além de que possui natureza pública e, como tal, é acessível a todos, não se justificando as alegações de fls. 14 de que o documento encontra-se na posse do viúvo. Diante do exposto, renovo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora cumpra adequadamente a determinação judicial de fl. 11, bem como para que esclareça e comprove a existência e julgamento de ação de inventário e partilha dos bens deixados por sua falecida genitora, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: HELLEN KELLY PERDIGÃO BARBOSA (OAB 6894/AM) - Processo 0654716-10.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonia Lucineide de Mattos Freitas - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 15, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM) - Processo 0654729-09.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Anice Amande Nogueira - CERTIDÃO Processo n.°:0654729-09.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 43/47 e 48/50. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 20 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MANUEL MARCOS PIRES DA SILVA (OAB 10309/AM) - Processo 0655401-17.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Daniele Lima do Anjos - DESPACHO DEFIRO,por ora, a gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Cite-se o viúva para, querendo, manifestar interesse em assumir a inventariança, considerando a ordem preferencial de nomeação estabelcida pelo art. 617 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0655469-64.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Petição de Herança - REQUERENTE: Alfredo Amaral Resende - AUTORIZO o levantamento do exato valor necessário à quitação da guia de recolhimento de ITCMD-causa mortis de fl. 133, devendo o inventariante comprovar o efetivo pagamento destas no prazo de 5 (cinco) dias a contar da expedição do alvará. Após, certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis; certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça; certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas; certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0657530-92.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Anne Cristina Lima Tenorio - Marianne Cristina de Lima Tenório - Kleitson José Lima Tenório - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelos documentos de fls. 3/4, 5/6 e 7/8, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. ?, além da comprovação da inexistência de dependnetes, demonstrada pela Certidão de fl. 22 e das Declarações de Únicos Herdeiros de fls. 33/35, DEFIRO o pedido dos Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. Sem custas.

ADV: ARLINDO JORGE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 7889/AM) - Processo 0657908-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jorge Lisboa Gomes - INVTANTE: Ivanete Ribeiro do Nascimento - DESPACHO Não obstante o teor da decisão de fl. 62, verifico que, à fl., 60, houve declinação da competência deste Juízo Especializado em favor de uma das Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho desta Capital, motivo pelo qual DETERMINO a redistribuição dos autos à 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para, se assim entender, suscitar conflito de competência a ser dirimido por este E. Tribunal de Justiça. Cumpra-se.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0658068-73.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.S.F. - A.L.F. - A.F.L. - J.J.B. - M.C.L.F.B. - R.J.F.J. - G.S.F. - I.F. - F.I. - G.F.S. - A.L.F. - M.O. - W.S.L. - J.F. - J.G.M. - DESPACHO Compulsando os autos, verifico que até o momento, o inventariante nomeado não cumpriu o determinado às fls. 133/134 no que se refere aos itens 1 e 2, motivo pelo qual concedo o prazo de 15 (quinze) dias para tanto, sob pena de arquivamento administrativo. Em igual prazo, deverá esclarecer a finalidade do pedido de alienação de imóvel requerido às fls. 200/201 e comprovar a não incidência de itcmd-causa mortis, conforme afirmado na referida manifestação. Cumpra-se.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0658145-82.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marcileide Lins de Almeida - Em análise aos autos, verifico que a requerente afirma que o falecido deixou além de saldo em conta, uma empresa. O pedido é, portanto, diverso do que prevê a Lei 6858/81, sendo imprescindível a abertura de inventário e partilha, uma vez que o falecido deixou bens a inventariar. Diante disso, DETERMINO a intimação da autora para no prazo de 15 (quinze) dias, adequar demanda à Ação de Abertura de Inventário e Partilha, podendo optar pelo rito do arrolamento sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes ou, ainda, pelo rito do arrolamento comum (arts. 664 E 665 do CPC), ainda que haja interesses de menores/incapazes, sendo estes procedimentos mais céleres e simplificados que o rito ordinário. Vale dizer que, optando pelos ritos acima descritos, deverá a autora, em igual prazo, juntar os documentos pessoais e procurações de todos os herdeiros, caso ainda não tenham sido apresentados. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM) - Processo 0659939-41.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco das Chagas Bezerra - Edson Freitas Bezerra - Eloy de Jesus Freitas Bezerra - Eliane de Freitas Bezerra - Eduardo de Freitas Bezerra - Edivaldo de Freitas Bezerra - Evandro Freitas Bezerra - Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio,

uma vez que os documentos de fls. 08/12 e 15 encontram-se em nome de terceiros, bem como cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre a falecida e o senhor Francisco das Chagas Bezerra. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o documento de identificação pessoal de todos os herdeiros, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KETHLEN RODRIGUES CAVALCANTE COLARES (OAB 12815/AM) - Processo 0660320-49.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.V.M. - CERTIDÃO Processo n.°:0660320-49.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de de fl. 80. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 26 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: FRANCYS RAY NEGRAO DE BARROS (OAB 13677/AM), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0661220-32.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Obrigações - REQUERENTE: Jéssica Silva e Silva - Vanessa Silva e Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - DESPACHO DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça, sem prejuízo de posterior revogação caso a concessão/manutenção não se demonstre adequada. Intimem-se as requerentes para apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de únicas herdeiras formalizada de próprio punho, sob as penas da lei, esclarecendo se a falecida deixou bens a inventariar considerando a vedação estabelecida pelo art. 2º da Lei 6858/80 quanto ao levantamento de saldos bancários pela via eleita na hipótese de existirem bens sujeitos a inventário. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0661345-97.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.S.P. - DEFIRO a gratuidade da justiça. Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0661456-81.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.C.S. - Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme documento de fls. 20, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0661645-59.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Fernanda Henrique Bandeira de Sousa Lourenço - DESPACHO Considerando o que dispõe o art. 660 do CPC, acerca da inexistência de lavratura de termos em ações de inventário que tramitem sob o rito de arrolamento sumário, como a presente, DETERMINO a intimação da inventariante para esclarecer o pedido de fl. 52 no prazo de 5 (cinco) dias. No mais, cumpram-se integralmente as determinações judiciais de fls. 47/48. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CAMPOS SCHRODER (OAB 2499/AM) - Processo 0702817-88.2012.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.K.S.M. e outros - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM) - Processo 0706483-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luciana Arruda Valente e outros - DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário ao pagamento integral da dívida fiscal do espólio de fl. 887. Após a expedição do alvará, deverá a inventariante comprovar o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias. No mais, cumpra-se integral o determinado à fl. 879. Somente após, retornem os autos conclusos.

ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM) - Processo 0706483-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luciana Arruda Valente e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0706483-97.2012.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposra do oficio de fls. 881/882. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 23 de agosto de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CELSO GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 1222/AM), ADV: VERA REGINA CARVALHO DE MENDONÇA (OAB 4427/AM), ADV: JACKELINE CARTAXO GALINDO (OAB 12206/PB), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM), ADV: GRAZZIANO MANOEL FIGUEIREDO CEARÁ (OAB 241338/SP) - Processo 0706856-31.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0603215-17.2018.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Delman de Carvalho Perez - Irlanda Maria Andrade Perez e outros - REQUERIDO: AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA e outros - Certifique-se acerca do informado às fls. 865/868, conforme já determinado à fl. 881 e reiterado à fl. 995, no que se refere à inexistência de débitos fiscais em nome do espólio/de cujus e recolhimento integral das custas do processo, possibilitando a apreciação do pedido de levantamento de valores formulado na alínea e da mencionada manifestação e reiterado às fls. 951/955 e reiterado no acordo parcial firmado entre os herdeiros (fls. 1.164/1.166). No mais, considerando que os herdeiros expressamente concordaram (fls. 1.1164/1.166 e 1.180) com o ressarcimento da inventariante quanto às despesas processuais efetuadas (ofício de fls. 1.152), bem como ajustaram quanto ao pagamento do advogado no que se refere aos serviços prestados em defesa do espólio (fls. 1.170/1.173), quanto ao pagamento de funcionários que laboram em bens do espólio (salários em aberto) e quanto às despesas de manutenção de bens do espólio, AUTORIZO o levantamento do exato valor relacionado na planilha apresentada às fls. 1.1167/1.168. Expeça-se o alvará, cuja emissão fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas do ato, na forma da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Somente após tudo cumprido, retornem os autos conclusos.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: LÔRRANE RAFAELLE PESQUEIRA TUMA (OAB 12369/AM) - Processo 0707861-88.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jonathas Gomes Pontes - Rodrigo Pesqueira Pontes - TERCEIRA: Nelcília Lima de Andrade - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0709571-46.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Liang Lien Ing - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0712782-90.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: P.R.H.S. - TERCEIRO I: L.H.S. - Considerando a expressa concordância dos herdeiros e a não oposição do Ministério Público, DEFIRO o pedido de alienação do imóvel, cujo produto obtido com a venda, inclusive, já se encontra depositado em conta judicial vinculada ao presente feito. DEFIRO, ainda, o levantamento do exato valor necessário ao pagamento do ITCMD-CAUSA MORTIS (fl. 257), devendo este ser comprovadamente pago no prazo de 5 (cinco) dias contados da expedição do alvará. À Secretária para expedição dos alvarás. Uma vez comprovado o pagamento, intime-se o (a) inventariante para cumprir o requerido pelo Parquet na última parte do parecer de fls. 283 no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM) - Processo 0718290-17.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Estefania de Almeida Lins e outro - INVTARTE: Renato de Almeida Lins - Vista ao Ministério Público para se manifestar. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0718340-43.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Vieira dos Santos - REQUERENTE: Paula Tasha Santos do Carmo e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0718340-43.2012.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fl. 490/491 e 492. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 22 de agosto de 2019 Cermen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

Abraham Nissim Benoliel (OAB 2375/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Ademar Brito da Frota Júnior (OAB 6090/AM)
Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Ademar Felippe Mallmann Júnior (OAB 4174/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana do Rio Branco Souza (OAB B-17.912/SC)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Adriano Ferreira Alencar (OAB 14806/AM)
Adriano Gonçalves Feitosa (OAB 12531/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Alcides Ferreira Costa (OAB 4450/AM)
Aldeisy Waughan (OAB 4703/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM)
Alex da Silva Almeida (OAB 10706/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandro Viana Ferreira (OAB 14256/AM)
Alexson Brito de Souza (OAB 10702/AM)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Rodrigues Cheves (OAB 331709/SP)
AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Amós Araújo de Melo (OAB 815/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante (OAB 12083/AM)
Ana Cristina Serique dos Santos (OAB 11008/AM)
Ana Flávia Corrêa Mendes (OAB 7641/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Ana Vanderlea Lima da Cruz (OAB 11241/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andréa Regina Torres Lobão (OAB 10103/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonio Acacio do Nacimento Neto (OAB 10383/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
ANTONIO RUI FERNANDES MACHADO (OAB 9760/AM)
Ariely Alves Giti (OAB 384717/SP)
Arlindo Jorge Oliveira da Silva (OAB 7889/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Oliveira de Melo (OAB 7976/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Caixa Economica Federal
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila d' Oliveira Ale (OAB 7741/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Alberto Valente Gonzales (OAB 7344/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos David Martins Tosta (OAB 9223/AM)
Carlos Henrique Pevas Lima de Araújo (OAB 12262/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Gonçalves dos Santos (OAB 1222/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Chrisleide Lima de Souza Duarte (OAB 1772E/AM)
Chrisline Patrícia Pantoja Williams (OAB 1152A/AM)
Chrisline Patricia Pantoja Williams (OAB 15746/PA)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)

CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984/AM)
CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Viviane Nunes Santana (OAB 51144/RS)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Cláudio Ney Costa Falcão (OAB 8686/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
DALVA RODRIGUES LIMA (OAB 8809/AM)
Daniel Britto Freire Araújo (OAB 12641/MA)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Darlene Torres dos Santos (OAB 207A/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Amorim Toledo (OAB 003.474/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deivid Tavares Canto (OAB 10204/AM)
Deivison Carvalho Molinari (OAB 14610/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Délcio Luis Santos (OAB 2729/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Diego Valente de Lima (OAB 10999/AM)
Diná Eifler Ramon Matias (OAB 50034/RS)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edna Maria Mourao P. Machado (OAB 002.189/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB 7684/AM)
Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB 14181/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Eliakim Brito Furtado (OAB 8326/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Eliene Bastos (OAB 11781/DF)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB 11261/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Elizabeth Regina Moraes Matias (OAB 8654/AM)
Elizandra Litaiff Leonardo (OAB 4669/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Erick Jonhson Maia Cavalcante (OAB 13480/AM)
Esaú Matias de Lima (OAB 5019/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Eulides Costa da Silva (OAB 2745/AM)
Evanete Batista Frota (OAB 4635/AM)
Evanildo Carneiro da Silva
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabiane do Nascimento Vieira (OAB 12731/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fabio Cardoso Batista (OAB 13445/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Maria Silva (OAB 7975/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Valente Pereira (OAB 361A/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Flávio Willer Cândido (OAB 5527/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisca Marlene Feitosa da Silveira (OAB 1495/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco José Gomos dos Santos (OAB 273A/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Francys Ray Negrao de Barros (OAB 13677/AM)
Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gabriella Monteiro Machado (OAB 4839/AM)
Geiza Celeste Frazão Araújo Lins (OAB 4694/AM)
Gemairie Fernandes Evangelista (OAB 219/RR)
GERALDO FRANCISCO DE SOUZA PITOLI (OAB 8035/AM)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Giovana Ceolin Frota (OAB 5499/AM)
Gláucio Bentes Gonçalves Filho (OAB 8155/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Grazziano Manoel Figueiredo Ceará (OAB 241338/SP)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)

Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Gutemberg Carvalho de Lima
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Hellen Kelly Perdigão Barbosa (OAB 6894/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Henrique Santos Canet (OAB 45691/BA)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Ilnah Monteiro de Castro (OAB 2110/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Ivan Wallace da Silva (OAB 8823/AM)
Ivana de Almeida Salgado (OAB 49858/RJ)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 1757E/AM)
Jackeline Cartaxo Galindo (OAB 12206/PB)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jéssica Silva de Souza (OAB 10659/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
Jorge Fernando Sampaio Monteverde (OAB 13352/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jose Airton Silveira Varela (OAB 27906/GO)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Jose Alexandre Rangel dos Santos (OAB 130693/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Antônio Rodrigues Neto (OAB 10126/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Carlos Herculino dos Santos (OAB 9945/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Cláudio Alves Rodrigues Ramos (OAB 8729/AM)
José Dênis Moura dos Santos Júnior (OAB 3827/AC)
José Dilson Carvalho Filho (OAB 13383/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Jose Mauro Silva da Pedra Junior (OAB 26969/PA)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
José Ribamar Fernandes Morais (OAB A-559)
José Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 644/AM)
José Sonilson da Silva Maués (OAB 11209/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo. (OAB 000.381/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kamila Torres dos Santos Ignacchiti Lopes Gomes (OAB 8283/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Kardinallenn dos Santos Ferreira (OAB 12003/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Keiko Buzaglo Koguchi (OAB 6868/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kayo César Pires Buiati Ferreira (OAB 14060/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kethlen Rodrigues Cavalcante Colares (OAB 12815/AM)
Khatryanna Khetlen Albuquerque Pires (OAB 14041/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
lais mota de souza costa (OAB 8503/AM)
Larissa Ticiany Bastos Garcia (OAB 8806/AM)
Larissa Vianez Sant' Anna Figueira Macedo (OAB 9047/AM)
Larisse Silva Oliveira (OAB 37385/BA)
Laryssa de Oliveira Lobato (OAB 13461/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Leandro Cordeiro Monteiro (OAB 10098/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leila de Oliveira Souza (OAB 5310/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Barreto Rocha Júnior (OAB 8315/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lidiane Melo do Nascimento Sena (OAB 10283/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lívia Rocha Brito (OAB 6474/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)

LÔRRANE RAFAELLE PESQUEIRA TUMA (OAB 12369/AM)
Luan Oliveira da Silva (OAB 10910/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Rocha Veras (OAB 5070/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM)
Luis Alberto Dutra Schmidt (OAB 1160A/AM)
Luis Cesar Oliveira Mouzinho (OAB 14172/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luis Onelson Gonçalves Ramos Junior (OAB 11176AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto Dutra Schmidt (OAB A1160/AM)
Luiz Antônio de Vasconcellos Dias (OAB 1490/AM)
Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (OAB 4926/AM)
Luiz Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Luiz Carlos Queiroz de Oliveira (OAB 7773/AM)
Luiz Carlos Starling Peixoto (OAB 40135/DF)
Luiz Evandro de Souza (OAB 1430/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Rodolfo da Costa Carvalho (OAB 10543/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
MANUEL MARCOS PIRES DA SILVA (OAB 10309/AM)
Marcelo Campos Schroder (OAB 2499/AM)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Carolina Espíndola de Oliveira (OAB 8868/AM)
Maria Cecilia Faro Ribeiro (OAB 9048/DF)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria de Lourdes dos Santos Soares (OAB 9041/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB 9096/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Avila (OAB 4086/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Antônio Sussmann (OAB 3250/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Mário Henrique Catunda Sales (OAB 14238/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB 4566/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Cristine Lima de Castro (OAB 3997/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Milena Mesquita de Carvalho (OAB 17854/CE)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Mônica Nazaré Picanço Dias (OAB 2983/AM)
Mônica Sabbá (OAB 4542/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Monique Guerreiro Prado (OAB 4679/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Nathayni Castro Becil (OAB 9098/AM)
Nayandra Cortezão Braz (OAB 11901/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nayara Lima Morais (OAB 13894/AM)
Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB 12873/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Nivea Farias da Costa (OAB 8281/AM)
Nívia da Silva Pires (OAB 12069/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Olga O. Praciano (OAB 369/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Orlando Lima Barros (OAB 12188/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pablo Romario Sousa Melo (OAB 13172/PI)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Cezar Santos (OAB 4488/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Eugênio Rodrigues Gomes (OAB 12156/AL)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Sergio Munhoz (OAB 126461/SP)
Paulo Sérgio Xavier Ventilari (OAB 2290/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR)
Petra Sofia Portugal Mendonça Ferreira (OAB 9053/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 002.024/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)

Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 127956/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raissa Bohry de Souza Vasconcelos Correa (OAB 18149/PA)
RAKELLY MOURA FORTE (OAB 10637/AM)
Ramakris Rannier da Silva Elessondres (OAB 9755/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Ramiro Soto Alvarado (OAB 12436/AM)
Raquel El-Bacha Figueiredo (OAB 23953/BA)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Reynold Sales Caleffi (OAB 9948/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM)
Ricardo Penha de Souza (OAB 9415/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson da Silva Braga (OAB 14332/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Ballesteros (OAB 158895/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Ronaldo Pereira Santos (OAB 11917/AM)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Rosangela Cipriano dos Santos (OAB 4364/RO)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemi Ferreira da Silva (OAB 4983/AM)
Rosquild Azedo Omena (OAB 605A/AM)
Rubia Cardoso Ribeiro (OAB 14429/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Rute Ferreira Lima (OAB 7786/AM)
Ruy Ribeiro da Silveira (OAB 5335/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM)
Sabrina Araújo de Almeida (OAB 10196/AM)
Sabrina Mendes de Oliveira (OAB 11358/AM)
Saint Clair D'avila Gonçalves Dias (OAB 9863/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Saulo Rocha Veras (OAB 5007/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Sérvulo Morais Oliveira (OAB 6320/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sidney Heitor Azevedo Figueiredo (OAB 12563/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sociedade Civil Bruno Sena Pereira Sociedade Individual de Advocacia EIRELI - ME (OAB 272016/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Soraya da Costa Collyer (OAB 2389/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Suyanne Soares Loiola (OAB 9050/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Thais da Costa Batista Mendes (OAB 12548/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Silva de Moraes (OAB 14071/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Thiago Câmara (OAB 13966/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Tracey Maria da Silva Resende (OAB 4329/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Túlio Ricardo Oliveira (OAB 11117/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vera Regina Carvalho de Mendonça (OAB 4427/AM)
Victor Ceolin Frota (OAB 7994/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Waldenir de Souza Vieira (OAB 4479/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington Guimarães Bentes (OAB 6828/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0624329-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.S. - REQUERIDO: L.E.S.F. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, nos termos do artigo 4º, da Lei 5.478/68, fixo alimentos provisórios em favor do(a) menor descrito(a) na petição inicial em valor equivalente à 20 % dos rendimentos brutos da parte Alimentante, deduzidos os descontos obrigatórios (ex. Previdência, IR e FGTS) e verbas indenizatórias (caracterizas pelo ressarcimento de despesas feito pelo empregado, a exemplo das diárias, ajuda de custos para mudança de domicílio etc.) a serem descontados em folha de pagamento do alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Caso reste frustrada a tentativa de firmar acordo, paute audiência una de conciliação e julgamento, providenciando-se as intimações necessárias, observando-e ao polo passivo de que deverá apresentar sua contestação no referido ato, sob pena de ser decretada sua revelia. Intimem o polo ativo para ciência e comparecimento à audiência una, sob a advertência de arquivamento do feito caso sem justo motivo não compareça ao referido ato processual. Cumpra-se.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0096/2019

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0003872-78.1995.8.04.0012 (012.95.003872-0) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eldemir Rocha de Assis e outros - REQUERIDO: Francisco Soares de Assis Filho (falecido) - Considerando o documento de folha 232 e entendendo ser o Juízo da Vara de Órfãos e Sucessões o competente para o julgamento da demanda, redistribua-se o feito aquela unidade judicial. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: ANA MARIA DOS ANJOS TAVARES (OAB 5865/AM) - Processo 0013475-62.2005.8.04.0001/01 - Impugnação ao Cumprimento de Sentença - IMPUGNANTE: Jose Carlos de Oliveira - IMPUGNADA: Aldenise Guimarães de Oliveira - DESPACHO Compulsando os autos, verifico que em razão deste processo ter a sequência 001, não podia ser enviado para o Tribunal de Justiça para apreciação do Recurso de Apelação. Assim, foi criado um novo processo de N.º 0226230-22-2014.8.04.0001, para o qual foram transferidas todas as peças e movimentações deste processo e o mesmo já retornou do Tribunal e encontra-se baixado. Portanto, dê-se baixa e arquive-se. Sem Custas. Cumpra-se Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM), ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM), ADV: ELISÂNGELA BASTOS DO NASCIMENTO ROLIM (OAB 11688/AM) - Processo 0019101-33.2003.8.04.0001 (001.03.019101-8) - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Isangela Bastos do Nascimento - EXECUTADO: Dilberto Silva Castro Filho - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 45-126 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: REJANE G. CABRAL ABRANTES (OAB 003.488/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0036233-40.2002.8.04.0001 (001.02.036233-2) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: E.A.V. - REQUERIDO: A.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls.378, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: DINA VIEIRA E SILVA (OAB 38409/GO), ADV: WASHINGTON DE SOUZA FILHO (OAB 11849/GO) - Processo 0203340-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriana Vitória Gomes - REQUERIDO: Cloves Queiroz de Medeiros - Intime-se a parte autora, pessoalmente, através de mandado, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE SOARES SANTOS (OAB 10996/AM), ADV: TATIANA RIBEIRO MAMANA (OAB 221301/SP) - Processo 0204503-70.2015.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.M.G. - REQUERIDA: K.F.N.G. - Diante do petitório de folhas 724-726, mantenha-se os valores bloqueados, entretanto, aguarde-se nova decisão pare realização da penhora ou expedição de alvará. No mais, intime-se a exequente para, em dez dias, manifestar-se sobre o petitório de folhas 724-726. Após, certifique-se e retornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória.

ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM) - Processo 0205504-09.2010.8.04.0020 (020.10.205504-1) - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: W.S.E. - REQUERIDA: A.F.E. - Renove-se a curatela provisória concedida por mais seis meses. Defiro o prazo de trinta dias pleiteado às folhas 153-154. Após a manifestação da parte, certifique-se e dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0224891-62.2013.8.04.0001 (processo principal 0028428-94.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Valtenor Trindade Santiago - EXECUTADA: Maria José Paula de Oliveira - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão 147, no prazo de 10 (dez) dias".

ADV: BARBARA APARECIDA GUIMARÃES MOTTA CORREIA GOMES (OAB 426108/SP), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0225779-21.2019.8.04.0001 (processo principal 0638510-86.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Revisão - REQUERENTE: Tatiana Oliveira de Moura - REQUERIDO: Pedro Araújo do Valle - DESPACHO Reitero o despacho de fls. 15. Cumpra-se Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM) - Processo 0229513-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R.L.G. - EXECUTADO: U.A.S. - Intime-se o executado para, em dez dias, manifestar-se sobre o petitório de folha 89.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0233654-13.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.C.N. - REQUERIDA: G.A.S.C. - Em 02 de setembro de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu patrona, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo de fls.20, atualizando o endereço da parte Requerida.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0244348-41.2017.8.04.0001 (processo principal 0625743-79.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Maria Eduarda Machado Reis - REQUERIDA: M.L.D.R. - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular dos autos, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Sem custas. Arquive-se com as providências de estilo.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0600035-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDA: H.G.D.O.F. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Procedimento Comum Cível. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 112/114. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 115. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre guarda, visitas e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0600285-89.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Marcela Silva de Souza - EXECUTADO: Elias Pinheiro Pacheco - Diante do petitório de folhas 98-103, salienta-se que a exequente, quando intimada, não concordou com a proposta de satisfação do débito atráves do crédito da empresa E P Pacheco e Companhia LTDA. Conforme explanado na decisão de folhas 94-95, a exequente pleiteia reiteradamente pela prisão do devedor. Assim, esgotadas todas as vias conciliatórias e tendo a demanda tramitado pelo rito de prisão previsto no Código de Processo Civil, ratifico a decisão de folhas 94-95. Salienta-se ainda que o executado detem de recursos legais para atacar a decisão prolatada, caso assim deseje.

ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇAO LIMA DE SENA (OAB 12106/AM) - Processo 0600970-38.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: S.P.P. - L.P.S. - REQUERIDO: L.A.F.S. - Conciliação Data: 14/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0602088-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.S. - REQUERIDO: E.S.B.N. - Oficie-se conforme pedido de folha 80 e determine que o empregador encaminhe os três últimos contracheques do requerido.

ADV: MÁRIO HENRIQUE CATUNDA SALES (OAB 14238/AM) - Processo 0602157-13.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.C.M. - REQUERIDA: A.S.R. - As intimações das partes assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas são realizadas de forma pessoal, não podendo a parte autora determinar a forma que se dá os procedimentos naquele órgão, razão pela qual indefiro o pedido de folhas 140. Dê ciência ao autor e conceda o prazo de dez dias para pugnar o que desejar de direito. Após, certifique-se e retornem os autos conclusos para Sentença.

ADV: CHRISTIANNE CARDOSO SOARES GRIMM (OAB 11238/AM), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: CASSIO BESSA RODRIGUES (OAB 10843/AM), ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0602160-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.P.F. - REQUERIDO: A.S.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a requerente pessoalmente para nomear novo patrono no prazo de 10(dez) dias ".

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0606069-18.2017.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: L.L.M. - REQUERIDO: A.M.S. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação a fim de reconhecer a qualidade de relativamente capaz da parte requerida devido à doença apresentada que a acomete, de caráterpermanente, não se mostrando mais capaz de exprimir conscientemente sua vontade, daí porque nomeio a parte autora como Curadora definitiva da parte requerida, devendo prestar compromisso nos autos, para que passe a auxiliá-la tão somente na administração e gerenciamento de seus bens e não propriamente quanto à sua pessoa, a qualterá preservada sua capacidade civil para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre seu planejamento familiar, conservar sua fertilidade, exercer seus direitos à convivência familiar e comunitária, como também seus direitos à guarda, tutela, curatela e adoção, como assegurado por lei, podendo ainda realizar isoladamente atividades laborativas mais simples e que não requeiram esforço intelectual ou responsabilidade perante terceiros, como também carregar consigo pequenas quantias de dinheiro para suas necessidades triviais, inclusive transporte, sendo-lhe vedado apenas a realização de atividades executivas que possam expor à ruína de seu patrimônio, como a compra e venda de bens imóveis ou móveis de alto valor, a administração e/ou utilização contas bancárias ou cartões de crédito, o que faço com fundamento nos arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, c/c os arts. 4º, III, 1.767, I, 1.772 e 1.782, todos do Código Civil e art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil. Salienta-se que o curador deve guardar consigo todos os recibos e documentos relativos a gerência financeira do interditado, uma vez que este juízo ou o representante do Ministério Público podem solicitar vistas a qualquer instante. Cumpra-se ainda o disposto nos arts. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e 9º, III, do Código Civil, com a lavratura do termo de curatela e inscrita no registro de pessoas naturais, devendo ser imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Publique-se o edital no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado e tudo providenciado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM), ADV: JÉSSICA LAHIS SILVA BASTOS DE MENEZES (OAB 10836/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0607310-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.F.S.B. - REQUERIDA: T.C.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o Termo de Audiência de fls. 123/125, Abre-se vista ao Ministério Público".

ADV: MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0610182-15.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.M. - REQUERIDO: N.C.M. - Conciliação Data: 04/11/2019 Hora 14:00 Local: Sala padrão

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0610408-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.V.Z. - REQUERIDO: R.G.B.O. - Com fulcro nos artigos 9, 10 e 370 no

Código de Processo Civil, intimem-se as partes para, em dez dias, indicar nos autos ou juntar todos os documentos relativos aos bens que desejam partilhar, comprovando a titularidade dos ex-cônjuges e sua constituição no período do casamento, sob pena de ter os bens excluídos da partilha.

ADV: CARLOS EDUARDO REICHMANN (OAB 537A/AM) - Processo 0612613-51.2019.8.04.0001 - Interdição - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.M.M. - REQUERIDO: F.P.D. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão expedida às fls. 41, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: ANTÔNIO NUNES COLARES NETO (OAB 10728/AM), ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM), ADV: ALISSON SABINO ROQUE DE MELO (OAB 11978/AM) - Processo 0614202-83.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: JOSÉ DANIEL SERRÃO DA SILVA - REQUERIDA: LIVIANE SILVESTRE PEREIRA - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte requerida por meio de seu patrono constituído a apresentar contra razões , no prazo de 15(quinze) dias".

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0614756-13.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Jackelyne Candeira Viana - EXECUTADO: Erleno Novoa Viana - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o patrono da parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente a réplica à Contestação às fls. 57/60".

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM), ADV: ALESSANDRO ARAUJO (OAB 187178/SP) - Processo 0615475-92.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: C.B. - REQUERIDO: A.G.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído a apresentar a réplica, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0615998-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: J.L.S.C.M. - ALIMENTANT: A.K.C.M. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, tornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0616356-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.S.R.P. - REQUERIDA: P.G.L.P. - J.L.P. - DESPACHO Intime-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias, para juntar aos autos a sentença ou termo de acordo em que foram arbitrados os alimentos definitivos. Após, encaminhem-se os autos para fila de sentença homologatória. Cumpra-se

ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: JOBIM CÂNDIDO AULER ADVOGADOS (OAB 3920/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM) - Processo 0616855-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.C.A.J. - REQUERIDO: L.F.A. - G.B.F. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO DE OLIVEIRA MAIA (OAB 10052/AM) - Processo 0618215-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Luiz Carlos de Souza Vale Furtado - REQUERIDA: Solange Maria Bastos Furtado - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se as partes para juntares os documentos relativos ao bens que desejam partilhar, comprovando sua propriedade e aquisição no período do casamento, sob pena de serem excluídos da partilha. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: KAMILA TORRES DOS SANTOS IGNACCHITI LOPES GOMES (OAB 8283/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: MARCIA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 3751/AM), ADV: DARLENE TORRES DOS SANTOS (OAB 207A/AM) - Processo 0619225-73.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.N.F.C. - REQUERIDO: C.E.F.A. - M.E.D.A. e outros - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhe provimento, por entender que a rediscussão do mérito deve ser objeto de recurso diverso aos embargos de declaração, mantendo, portanto, a Sentença outrora proferida nestes autos. Intimem-se.

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0620244-51.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDA: F.A.S.M. e outros - DESPACHO Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 68. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente se manifestou acerca do laudo psicossocial em fls, 61, portanto, intime-se as partes Requeridas, através de mandado, para se manifestarem acerca do estudo social juntado às fls. 45-47, no prazo de 10 (dez) dias. Após, requer-se a devida certificação pela Secretaria da Vara acerca da manifestação ou não dos Requeridos e por fim sejam dadas novas vistas ao Ministério Público para emissão de parecer final. Cumpra-se Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0621468-58.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.S.V. - A.A.S. e outro - EXECUTADO: L.V.V. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a apret autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 103, no prazo de 15(quinze) dias".

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM) - Processo 0621833-73.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.G.O. - REQUERIDA: M.J.B.P. e outros - Defiro o pedido de folha 180. Expeça-se o necessário para a citação, informando o prazo de quinze dias para apresentação da contestação. Pesquise-se nos sistemas disponíveis, conforme pleiteado e, após, intime-se o autor para manifestar-se sobre as respostas obtidas em dez dias.

ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259/AM) - Processo 0621870-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.S.S. - M.G.S.S. - REQUERIDO: A.C.M.S. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0622799-70.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: T.J.B.S. - REQUERIDA: G.B.A. - F.W.B.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0623731-58.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Tutela e Curatela - REQUERENTE: T.J.H.B. - E.R.H. - REQUERIDA: M.C.S.S. - Audiência pautada à folha 108, torne sem efeito a certidão de folha 129.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM) - Processo 0623966-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: Isabele Cristine Souza Marques Cruz - REQUERIDO: Humberto Marques Cruz - Considerando o princípio processual da vedação à decisão surpresa, intime-se a parte autora para, em dez dias, manifestar-se sobre a competência desse juízo especializado para o julgamento do pedido de dano moral afetivo. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0624305-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.O.M. - REQUERIDA: E.C.P.M. - R.P.M. - L.P.M. e outro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o patrono da parte autora a apresentar a réplica à contestação às fls. 108/110, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: CHRISLINE PATRICIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 15746/PA) - Processo 0624548-88.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Simon Alexis Ramos Guimarães - REQUERIDA: Marta Maria Guimarães de Albuquerque Ramos - Conciliação Data: 27/01/2020 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0624665-21.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Jose Lima de Albuquerque - REQUERIDA: MARILIA JACQUELINE DE MELO LIMA - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Mediante às fls. 148, intime-se a parte autora pessoalmente por carta, para constituir novo patrono ,no prazo de 5 (cinco)dias".

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0626211-48.2014.8.04.0001 - Sobrepartilha - Apuração de haveres - REQUERENTE: J.R.C. - REQUERIDA: J.S.P. - Expeça-se o alvará pleiteado. Intime-se a exequente para, em dez dias, informar uma conta a ser realizada os próximos depósitos bancários. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM) - Processo 0627057-89.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: F.L.S. - REQUERIDA: M.V.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído a apresentar a réplica no prazo de 15 (quinze) mdias".

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0627271-22.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: CARLOS RAFAEL NASCIMENTO - REQUERIDA: Sandra Lima dos Santos Nascimento - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, decretando o divórcio de CARLOS RAFAEL NASCIMENTO e Sandra Lima dos Santos Nascimento nos termos do art 1.580, IV, do C.C. C/c art.226, §6º, da C.F. O(a) requerente poderá voltar a usar o seu nome de solteiro (a). Sem Custas. Após o trânsito em julgado da sentença, expeça-se o competente mandado de averbação. Após, arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0627426-83.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.S.R. - REQUERIDA: I.B.R. - G.B.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para apresentar replica no prazo de 15(quinze) dias".

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0628130-67.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Alves de Lima - REQUERIDO: Gecimar Alves de Lima - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação a fim de reconhecer a qualidade de relativamente capaz da parte requerida devido à doença apresentada que a

acomete, de caráterpermanente, não se mostrando mais capaz de exprimir conscientemente sua vontade, daí porque nomeio a parte autora como Curadora definitiva da parte requerida, devendo prestar compromisso nos autos, para que passe a auxiliá-la tão somente na administração e gerenciamento de seus bens e não propriamente quanto à sua pessoa, a qualterá preservada sua capacidade civil para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre seu planejamento familiar, conservar sua fertilidade, exercer seus direitos à convivência familiar e comunitária, como também seus direitos à guarda, tutela, curatela e adoção, como assegurado por lei, podendo ainda realizar isoladamente atividades laborativas mais simples e que não requeiram esforço intelectual ou responsabilidade perante terceiros, como também carregar consigo pequenas quantias de dinheiro para suas necessidades triviais, inclusive transporte, sendo-lhe vedado apenas a realização de atividades executivas que possam expor à ruína de seu patrimônio, como a compra e venda de bens imóveis ou móveis de alto valor, a administração e/ou utilização contas bancárias ou cartões de crédito, o que faço com fundamento nos arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, c/c os arts. 4º, III, 1.767, I, 1.772 e 1.782, todos do Código Civil e art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil. Salienta-se que o curador deve guardar consigo todos os recibos e documentos relativos a gerência financeira do interditado, uma vez que este juízo ou o representante do Ministério Público podem solicitar vistas a qualquer instante. Cumpra-se ainda o disposto nos arts. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e 9º, III, do Código Civil, com a lavratura do termo de curatela e inscrita no registro de pessoas naturais, devendo ser imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Publique-se o edital no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado e tudo providenciado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0629839-69.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marinês Santos da Costa - REQUERIDO: Jefferson Santos da Silva - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 13/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0629913-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.M.B. - REQUERIDO: J.M.H. - Intime-se a parte autora para, em dez dias, manifestar-se sobre o petitório de folhas 120-121. Após, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0630371-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Simples - REQUERENTE: Marcos Antonio Vasconcelos - REQUERIDA: Celia Regina de Oliveira Modesto - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 37/38. Exclui-se o bem descrito em fls. 37, referente a casa de moradia, diante da inexistência de documentos comprovando a propriedade do bem nos autos. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio e partilha de bens. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: GABRIELLA MORAES DOS SANTOS PIZANE (OAB 16518/MA) - Processo 0631250-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: V.P.S.C. - ALIMENTANT: T.S.C. - Conciliação Data: 25/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0631371-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.C.S.S. - REQUERIDO: J.C.S. - Trata-se de Ação Revisional de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0631416-82.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.S. - A.M.C. - REQUERIDO: N.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 04 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LUIZ CARLOS SOUZA VASCONCELOS JÚNIOR (OAB 43462/BA) - Processo 0631500-83.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDA: D.A.S. - Trata-se de Ação Revisional de Alimentos e Guarda com pedido de tutela de urgência. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. A parte autora pleiteia a tutela de urgência a fim de ter garantido seu direito de visitas e convivência a menor. O art. 300 do CPC fixa os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entendo que os elementos constantes dos autos são suficientes para, neste momento, conceder a tutela provisória perseguida. A probabilidade do direito está traduzida nos documentos de fls. 59 que demonstram a relação de parentesco entre o autor e a menor. Por sua vez, há perigo de dano pois o impedimento da convivência entre o pai e afilha pode trazer danos irreparáveis à da menor. Diante do exposto, concedo a tutela provisória de urgência para autorizar a realização de vistas do autor à menor em fins de semana alternados, buscando a menor na casa materna às 12h do sábado e devolvendo às 18h do domingo, consoante promoção de folhas 88-91. Expeça-se o necessário. No mais, deve-se dar prosseguimento para a demanda. Assim, determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida, no endereço de folha 92, e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0631835-73.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.T.C.C. - REQUERIDO: F.D.C. - G.A.V. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0632108-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: G.D.S. - REQUERIDA: V.M.V.M. - Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido da justiça gratuita. A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos aritogs 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ALVES BARBOSA (OAB 4954/AM), ADV: ARIANE ALMEIDA FARIAS (OAB 10372/AM) - Processo 0633573-33.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.C.C. - REQUERIDO: R.O.S. - Opto pelas decisões de mérito na Sentença. Cumpra-se o ato de folha 270 com a maior celeridade possível. Após, dê-se vista ao Ministério Público para emissão de parecer. Por fim, tornem os autos conclusos para Sentença.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0634372-76.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.A. - REQUERIDO: W.O.S. - Cumpra-se novamente despacho de folha 192. Intime-se a parte autora para cumprir despacho de folha 200, renovando-se o prazo nele estabelecido.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM) - Processo 0634650-43.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.T. - REQUERIDO: F.A.A. - Considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM) - Processo 0634756-34.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.O.C. - REQUERIDA: A.P.F.P.C. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 22 Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALICE CATARINA MORAES (OAB 91899/RJ), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: MARGARIDA MARIA LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 5185/AM), ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM) - Processo 0635694-05.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.P.A.C. - REQUERIDO: M.A.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a patrona da parte autora a juntar substabelecimento, no prazo de 5(cinco) dias".

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0636167-54.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - EXEQUENTE: T.R.C.S. - EXECUTADO: CARLOS AUGUSTO LOPES DOS SANTOS - SENTENÇA Trata-se de Execução de Alimentos. As partes transacionaram acordo parcelando o valor dos alimentos em débito, objeto dessa execução, consoante folhas 272/274. Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0636612-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.L.F. - ALIMENTANT: A.P.F. - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhe provimento, para retificar os alimentos provisórios, passando a defini-los da forma a seguir: "Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório, devido a partir da citação, em favor dos alimentandos no valor de dois salários mínimos vigente, a ser depositado em conta bancária indicada na petição inicial, condeno ainda o genitor ao pagamento das mensalidades escolares dos menores. Caso não haja informação sobre a conta bancária, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios."

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0636728-39.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0629951-43.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: H.C.A.J. - REQUERIDA: M.C.A. - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 39-41. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM), ADV: FERNANDO BASTO LEITE (OAB 839/AM) - Processo 0637578-64.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.G.P. - REQUERIDO: I.S.P. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0638204-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: E.K.M.C.B. - REQUERIDA: A.L.S. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 35. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: JOSÉ JOAQUIM LIMA NOGUEIRA (OAB 6192/AM), ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM) - Processo 0638519-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.A.C. - REQUERIDA: A.B.M.C. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 58/59. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos

termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: KARINA DE FÁTIMA SOUZA GONÇALVES (OAB 13361/AM) - Processo 0639004-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Andrea Fernandes Cha de Souza - REQUERIDO: Raniron Lima de Souza - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 1/4 Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio e nome. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0639058-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.C.S. - ALIMENTAND: Y.S.M. - REQUERIDO: J.B.M. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 04 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0639335-25.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: T.S.S. - E.B.S. - A.J.O.S. - Considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Após, certifique-se e retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: ANA CECILIA BARROS CASTELO (OAB 3485/AM) - Processo 0639503-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ligiane Vieira de Souza - REQUERIDO: Tony Werley Gomes Pinto - Paulo Emanuel Gonçalves Pinto e outros - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 13/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0639656-60.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.C. - M.S.M.R. - REQUERIDA: A.P.R.C. - M.G.T.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM) - Processo 0640058-15.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: R.M.A.T. - V.F.T. - EXECUTADO: A.S.T. - Diante dos pagamentos parciais de folhas antecedentes, suspendo a decisão de folhas 91-92, até manifestação da exequente e posterior manifestação deste juízo. Recolha-se, temporariamente, o mandado de prisão. Intime-se a exequente para, em dez dias, manifestar-se sobre os pagamentos do executado e as propostas de parcelamento do débito. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, retornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória.

ADV: JOSE CASSIO SANTOS (OAB 9161/SE) - Processo 0640240-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: B.C.V.S. - REQUERIDO: M.A.A.F. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0641322-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0629951-43.2016.8.04.0001) - Prestação de Contas Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: Hamilton Colares Azevedo Junior - REQUERIDA: Mariza Collares Azevedo - O deferimento da Justiça Gratuita não engloba a isenção de custas de todos os atos processuais, conforme artigo 98, § 4ºdo Código de Processo Civil. Assim, indeferio o pedido de gratuidade acerca do perito contábil necessário para a produção de provas destes autos. Intime-se a parte autora para cumprir o despacho de folha 422, renovando-se o prazo ali exposto ou requerer o quê melhor entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0641768-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: J.D.S.G. - REQUERIDA: L.L.B.S.M. - C.V.B.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 04 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM -

CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LUIZ FELLYPE ROQUE DE QUEIROZ (OAB 12625/AM) - Processo 0641991-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.M.S. - REQUERIDA: L.F.S. - Conciliação Data: 04/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0642597-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.M.D.G. - REQUERIDO: A.T.D.G. - A.G.A.M. - Sendo assim, a fim de evitar-se um desnecessário conflito de competência, por economicidade e celeridade processual, determino a redistribuição dos autos ao Juízo de Direito da 05ª Vara de Família, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0642963-56.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.Q.N. - E.C.N. - DESPACHO R.H. Defiro o pedido de fls. 27, Expeça-se Mandado de averbação ao Cartório do 6.º ofício de Registro Civil desta Comarca, colocando observação de isenção de custas cartorárias, conforme art. 98, §1º, IX do CPC. Cumpra-se.

ADV: SILVIO RODRIGUES BATISTA (OAB 5028/RO) - Processo 0643318-32.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: E.R.O. - REQUERIDA: E.F.P.S. - DESPACHO R.H. Cumpra-se Carta Precatória fls. 01/02. Após cumprimento das diligências, devolva-se ao juízo Deprecante. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO DE ALMEIDA PASSOS (OAB 2735/AM), ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0643368-29.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: R.S.A.C. - REQUERIDO: S.O.F.C. - Intime-se o requerido para manifestar-se sobre a possibilidade de extinção do feito, diante da certidão de folha 113, no prazo de dez dias, em respeito aos artigos 9º e 10º do Código de Processo Civil.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM) - Processo 0643516-40.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: B.A.S. - REQUERIDO: H.P.A.S. - Considerando que a menor objeto da lide atingiu a maioridade, intime-se a parte autora para, em dez dias, manifestar-se sobre a possibilidade da perda do objeto da presente demanda. Cumpra-se.

ADV: ETHEL MARINHO IRIGARAY (OAB 10510/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0644353-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.A.P.J. - REQUERIDA: I.C.V.J. - Intimem-se as partes para, em dez dias, manifestarem-se sobre a promoção de folhas 151-153. Após, certifique-se e retornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0645333-71.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: T.S.P. - REQUERIDO: D.O.S. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0645455-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Marcondes Rocha da Costa - REQUERIDA: Ana Paula Lima Ferreira - Trata-se de Ação de Revisional de Alimentos. Processo distribuído para este juízo, noto que a o autor agora é respresentado por meio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, conforme folhas 137-138. Entretanto, consoante resoluções 11/2006 deste Tribunal, as demandas ajuizadas pela defensoria pública tem competência exclusiva das 2ª, 3ª, 5ª e 8ª varas de família desta comarca. Assim, consoante o exposto, determino a redistribuição ao juízo competente.

ADV: MAIARA BRITO DE ARAUJO (OAB 14491/AM) - Processo 0645513-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: W.N.B. - REQUERIDA: R.M.F. - DECISÃO Trata-se de Ação de Oferta de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Fixo alimentos provisório, em consonância com o pedido de oferta de alimentos provisórios, em favor do alimentando no patamar de 10% (dez por cento) dos vencimentos líquidos do(a) alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária a ser informada pela requerida, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Informação nos autos, oficie-se ao empregador da parte Autora, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0645568-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.S.S. - ALIMENTAND: L.F.S.S. - REQUERIDO: D.L.A. - Assim, em cumprimento ao disposto acima, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a 8ª Vara de Família da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0645835-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.L.D. - REQUERIDO: R.P.R. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos o comprovante de residência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645920-93.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.A.L. - REQUERIDO: A.L.R.B.L. - G.H.R.B.L. - Trata-se de Ação de Revisão/Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Acautelo-me, neste momento processual, de julgar o pedido de tutela antecipada, entendo que, em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Paute-se audiência

de mediação e conciliação. Assim, cite-se a parte requerida, por Carta Precatória, e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANE RUBIN FIGUEIREDO (OAB 5191/AM) - Processo 0646295-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Domingos Carneiro Lima Junior - REQUERIDA: Maria Eliana Lopes dos Santos - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o comprovante de residência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0646458-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.L.S. - REQUERIDO: B.D.S.S. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária indicada na petição inicial. Não havendo informação sobre a conta bancária, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios, bem como o nome e endereço completo do empregador do requerido. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCA ALVES DE SOUZA (OAB 5613/AM), ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM), ADV: EDSON DA SILVA MASSULO (OAB 4687/AM) - Processo 0646575-65.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M.G.V. - REQUERIDA: K.A.C.S.V. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o título em que a obrigação alimentar foi constituída, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ESTEFANNY MARIA DE SOUZA SCHUCK (OAB 13386/AM) - Processo 0653157-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: K.S.M.M. - REQUERIDO: J.F.M.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Ante o termo de audiência de fls. 76/78, Dê-se vista ao Ministério Público”.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0654340-24.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.C.N.M. - REQUERIDA: E.M.C.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da pesquisa ao sistema SIEL no prazo de 5 (cinco) dias”.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM) - Processo 0656351-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Rosyane Ferreira Palmeira - REQUERIDO: Giovane de Souza Lima - DECISÃO Trata-se de Ação de Alimentos. No curso do processo, as partes transacionaram acordo parcial e pleitearam sua homologação, consoante fls. 34/35. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre guarda e visitas. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com base no artigo 356, I, do CPC, devendo o processo seguir para resolução das questões de mérito pendentes. Expeça-se o necessário, de ordem. Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0656511-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.C.L. - REQUERIDA: G.P.C.L. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os documentos de folhas 54-55 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0656714-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.N.M.M. - REQUERIDA: J.O.M. - F.K.O.P. e outro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído, para manifestar-se acerca da certidão às fls. 119, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM) - Processo 0712982-97.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.L.J. - REQUERIDA: R.L.O.L. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. Após, dê-se vista ao Ministério Público. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Agnaldo Alves Monteiro (OAB 6437/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alessandro Araujo (OAB 187178/SP)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alice Catarina Moraes (OAB 91899/RJ)
Alisson Sabino Roque de Melo (OAB 11978/AM)
Ana Cecilia Barros Castelo (OAB 3485/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Maria dos Anjos Tavares (OAB 5865/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Lúcio de Oliveira Maia (OAB 10052/AM)
Antônio Nunes Colares Neto (OAB 10728/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Ariane Almeida Farias (OAB 10372/AM)
Arlindo de Almeida Passos (OAB 2735/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Barbara Aparecida Guimarães Motta Correia Gomes (OAB 426108/SP)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
CARLOS EDUARDO REICHMANN (OAB 537A/AM)
Carlos Henrique Soares Santos (OAB 10996/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cassio Bessa Rodrigues (OAB 10843/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Chrisline Patricia Pantoja Williams (OAB 15746/PA)
Christiane Rubin Figueiredo (OAB 5191/AM)
CHRISTIANNE CARDOSO SOARES GRIMM (OAB 11238/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Darlene Torres dos Santos (OAB 207A/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Dina Vieira e Silva (OAB 38409/GO)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson da Silva Massulo (OAB 4687/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
ELISÂNGELA BASTOS DO NASCIMENTO ROLIM (OAB 11688/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Estefanny Maria de Souza Schuck (OAB 13386/AM)
Ethel Marinho Irigaray (OAB 10510/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Alves Barbosa (OAB 4954/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
FERNANDO BASTO LEITE (OAB 839/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Francisca Alves de Souza (OAB 5613/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Gabriella Moraes dos Santos Pizane (OAB 16518/MA)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jéssica Lahis Silva Bastos de Menezes (OAB 10836/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Jobim Cândido Auler Advogados (OAB 3920/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jose Cassio Santos (OAB 9161/SE)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Joaquim Lima Nogueira (OAB 6192/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Torres dos Santos Ignacchiti Lopes Gomes (OAB 8283/AM)
Karina de Fátima Souza Gonçalves (OAB 13361/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Carlos Souza Vasconcelos Júnior (OAB 43462/BA)
Luiz Fellype Roque de Queiroz (OAB 12625/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Maiara Brito de Araujo (OAB 14491/AM)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM)
Marcia Oliveira dos Santos (OAB 3751/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB 5185/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria da Conceiçao Lima de Sena (OAB 12106/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)

Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Mário Henrique Catunda Sales (OAB 14238/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Rejane G. Cabral Abrantes (OAB 003.488/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Silvio Rodrigues Batista (OAB 5028/RO)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tatiana Ribeiro Mamana (OAB 221301/SP)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)
Washington de Souza Filho (OAB 11849/GO)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0200268-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: M.L.L.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0201201-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: J.P.S. - Impugnação à penhora. Afirma o executado que houve uma exoneração de alimentos e que o cálculo da dívida está errado. Vista ao patrono do executado para juntar a sentença de exoneração de alimentos e apresentar planilha discriminada de cálculo que acredita ser o correto como determina o art.525, §4 do CPC. 05 (cinco) dias. Após, conclusos.

ADV: GINA ALBUQUERQUE REBOUÇAS (OAB 25756/CE), ADV: JOAO BOSCO DE OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 3994/CE), ADV: OSSIANE DA SILVA FREITAS MARTINS (OAB 28544/CE), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: RÔMULO DE OLIVEIRA COELHO (OAB 19315/CE), ADV: ANNA THAYS GOMES DAMASCENA (OAB 33225/CE), ADV: RENATA ALBUQUERQUE REBOUÇAS (OAB 10153/CE) - Processo 0202378-66.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: J.A.L.R. - EXECUTADO: J.G.P.N. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ALOYSIO NOGUEIRA DE MELO FILHO (OAB 9143/AM) - Processo 0204873-83.2014.8.04.0001 (processo principal 0238751-72.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Raquel de Souza Cruz - EXECUTADO: P.R.A.J. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0210165-73.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.A.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0220441-81.2010.8.04.0001 (001.10.220441-2) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: M.E.F.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Expeça-se contramandado de prisão. Oficie-se à CEF para desbloqueio dos valores penhorados. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0224468-29.2018.8.04.0001 (processo principal 0619167-70.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Seção Cível - REQUERENTE: L.P.S. - REQUERIDA: L.L.G. - Diante da informação de que a exequente não compareceu no dia e local acordados, razão pela qual o acordo provisório deixou de ser cumprido, dê-se vista ao patrono. 05 (cinco) dias.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM) - Processo 0236795-06.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.G.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/11/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0238639-25.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: J.E.O. - Em virtude da nova penhora realizada, intime-se o executado. 10 (dez) dias.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0244543-26.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: W.P.S. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM) - Processo 0252637-70.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.P.G.V. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0613164-70.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADA: AMANDA SANTOS DA COSTA - Promoção por deferida. Providencie-se.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM), ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0629213-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: F.A.S.S. - E o empregador? Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: CÉLIO FERNANDES DE SOUZA (OAB 12442/AM), ADV: MELK LEVI DA SILVA PEREIRA (OAB 12046/AM) - Processo 0635013-69.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: J.O.S. - Vista ao patrono do executado. 05 (cinco) dias. Após, vista ao Ministério Público.

ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM) - Processo 0652648-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: C.V.F.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Conciliação para o dia 27/11/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

Aloysio Nogueira de Melo Filho (OAB 9143/AM)
Anna Thays Gomes Damascena (OAB 33225/CE)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Célio Fernandes de Souza (OAB 12442/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gina Albuquerque Rebouças (OAB 25756/CE)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (OAB 12758/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Joao Bosco de Oliveira Almeida (OAB 3994/CE)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Lanusa Kariza Meideiros da Silva Moura (OAB 14496/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
Melk Levi da Silva Pereira (OAB 12046/AM)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Ossiane da Silva Freitas Martins (OAB 28544/CE)
Renata Albuquerque Rebouças (OAB 10153/CE)
Rômulo de Oliveira Coelho (OAB 19315/CE)
Sem Patrono (OAB /AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0618161-91.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Fixação - REQUERENTE: Lidiany Liborio Feitosa - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente , pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para a fila de sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0624153-38.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.S.B. - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, e art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o Requerente, BALTHERNILSON SOARES BARBOSA, da obrigação de pagar alimentos à Requerida, ISABELLE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA, determinando, por conseguinte, o cancelamento do desconto de 20% (vinte por cento) no contracheque do autor, a título de alimentos em favor da requerida. Oficie-se ao empregador do requerente, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO CLEONICE FERNANDES DE MENEZES TRIGUEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNO MARCELO CONTE SANCHES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0081/2019

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: DIOGO OLIVEIRA NOGUEIRA FRANCO (OAB 7550/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: DIANE GISELLE ANGELIM DE MACEDO (OAB 10051/AM), ADV: LUCAS MACEDO BEZERRA (OAB 10275/AM) - Processo 0202948-76.2019.8.04.0001 (processo principal 0611282-39.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Guarda - REQUERENTE: GABRIELA LOURENÇO LIRA - REQUERIDO: TIAGO MARQUES MOTTA - Ante o teor da certidão retro, expeça-se Alvará, em nome da Exequente, M.L.L.M., representada por sua genitora, Sra. Gabriela Lourenço Lira, autorizando-a a sacar o valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta judicial vinculada ao processo nº 0611282-39.2016.8.04.0001, conforme comprovantes de fls. 84/86. Após, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM) - Processo 0203942-90.2008.8.04.0001 (001.08.203942-0) - Guarda - Guarda - REQUERIDA: W.B.O. - Sopesado o exposto, JULGO

EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0204662-42.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.A.G.R. e outro - Considerando que se trata de pedido de guarda compartilhada, bem como há anuência dos genitores da menor ao pedido dos requerentes, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 85, ao tempo em que, indefiro a promoção ministerial de fls. 83/84. Dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM) - Processo 0220160-91.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0258019-78.2010.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.P.S.S. - EXECUTADO: R.S.S. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM) - Processo 0222725-47.2019.8.04.0001 (processo principal 0624837-55.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: Nayane da Silva Barroncas - Certifico para os devidos fins que, às fls.29 foi juntada certidão, informando que a diligência do Sr. Oficial de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM(a). Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0222746-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: R.C.M. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, intime-se a parte Exequente, por seu defensor, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de forma que a questão relativa ao descumprimento do referido acordo no que tange ao dever do Executado de arcar com as despesas da escola da menor, seja postulada em processo autônomo, aplicando-se o procedimento previsto no art. 536 do C.P.C., a fim de evitar tumulto processual no presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0237700-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: G.S.A. - REQUERIDA: M.E.A.N. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0601590-11.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: D.S.P. - EXECUTADO: S.C.A.P. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 55, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: TÂNIA MARA DUARTE CAVALCANTE (OAB 11133/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0602127-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R.M.P. - EXECUTADO: C.R.O.P. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o parecer ministerial, REJEITO A JUSTIFICATIVA de fls. 25/48, considerando que as alegações aduzidas pelo devedor não se encontram corroboradas por documentos, em razão do que, permanecendo a inadimplência, DECRETO A PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO, Sr. Cícero Ronaldo de Oliveira Paes, pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art.528, parágrafo 3º do C.P.C., ressaltando que, comprovado nos autos o pagamento de R$ 29.933,28 (vinte e nove mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), deverá ser expedido o competente Alvará de Soltura, com urgência. Expeça-se Mandado de Prisão, COM URGÊNCIA, de acordo com o disposto no art. 1º, § único, da Portaria n.º 4.138/2007-A de 30/11/2007, em cujo cumprimento deverão ser observadas todas as formalidades legais, cientificando o Executado do motivo da prisão, e recolhendo-o ao Distrito Policial com circunscrição no local de efetivação da medida, à disposição deste Juízo, ressaltando que a prisão deverá ser cumprida em regime fechado, devendo o preso permanecer separado dos presos comuns, conforme dispõe o art. 528, § 4º do CPC. Oficie-se à POLINTER, nos termos do Ofício-Circular n.º 04/2013-CCM, de 16/05/2013, requisitando o necessário auxílio, para o cumprimento desta decisão. Cumpra-se, com urgência. P.R.I.

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM), ADV: WEMERSON PEREIRA ALMEIDA (OAB 47554/GO) - Processo 0605206-62.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.T.S. - REQUERIDO: K.L.S. - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e tendo as partes ratificado o firme propósito de divorciarem-se, DECRETO o Divórcio Direto Litigioso de Merisa Aparecida Thomé da Silva e Klebson Lima da Silva, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas e o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Merisa Aparecida Thomé. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0605683-90.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.O. - REQUERIDO: C.B.B.O. - Intime-se o autor, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para a fila de sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM) - Processo 0609059-84.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: J.R.C.L. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 146, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM) - Processo 0609789-22.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: P.R.C.F. - Ante a certidão de fls. 30, decreto a revelia da requerida, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM) - Processo 0609789-22.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: P.R.C.F. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Paulo Renato Cardoso França e Nilmara Oliveira Correia França, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Nilmara Oliveira Correia França. Incumbirá ao próprio requerente providenciar o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecer munido com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0609848-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: TADEU CARIM DA SILVA - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 67-68, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0610495-73.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.E.S. - Cite-se o requerido, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, cientificando-o que, transcorridos 30 (trinta) dias da publicação do Edital, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: EDIR FARIAS MAIA JÚNIOR (OAB 10395/AM) - Processo 0611525-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.M.R. e outro - REQUERIDO: J.C.P.M. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu o requerido, Sr. Jean Carlos Pena Motta, sem estar acompanhado de seu patrono, não comparecendo a parte requerente, somente sua patrona Dra.Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM). Dessa forma, ante a ausência das pessoas acima mencionadas, fica a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA para o dia 16/10/2019 às 09:30h- com duração aproximada de 2(duas) horas, a realizar-se no Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC-FAMÍLIA, Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260. Ressaltando mais uma vez que, as partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação (art. 695, §4º, do CPC/2015). Ambos cientes neste ato.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: EDIR FARIAS MAIA JÚNIOR (OAB 10395/AM) - Processo 0611525-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.M.R. e outro - REQUERIDO: J.C.P.M. - Certifico para os devidos fins que, em complemento a Certidão retro de redesignação de audiência, mais uma vez, a Representante Legal da parte Requerente desta ação não compareceu para a audiência neste CEJUSC Família e não justificou a sua ausência, conforme observa-se às fls.95, que havíamos entrado em contato telefônico e a mesma alegou que iria falar com sua advogada; Ressalta-se da análise dos autos que desde abril de 2017 (fls.17) estamos pautando audiência neste CEJUSC Família sem contudo obtermos êxito face a ausência da parte Requerente, e que a partir de fevereiro/2018 a parte Requerida comparece pontualmente com seu patrono para as audiências designadas, mesmo sem ser publicada Certidão no DJE em seu nome, enquanto a parte Requerente e sua patrona só se manifestam pelo prosseguimento do feito sem contudo comparecerem para as audiências designadas. Desta forma, copio os autos à fila "Concluso para Despacho" da Vara de origem, na presente data, para deliberações da MM. Juíza de Direito do feito.

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0611714-53.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.G.S. - REQUERIDO: A.S.R. - Em cumprimento à sentença de fls. 97-99, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0612085-90.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.P.O. - REQUERIDA: M.K.S.P. e outros - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0612223-81.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.N.S.P. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Destarte, efetue-se consulta junto ao INFOJUD/SIEL, a fim de localizar o endereço do réu. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0612281-84.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Pedro Henrique Arce Cursino - Aden Samuel Arce Cursino - Karen Larissa Arce Freitas - Certifico para os devidos fins que, às fls. 23, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0612927-31.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.L.B. - REQUERIDA: M.M.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0614034-81.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0221132-56.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: LARICY BARROS DOS SANTOS - EXECUTADO: Maycon Brandão da Costa - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pelo núcleo de prática. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0614269-19.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: M.C.O. - REQUERIDO: M.A.S.C. - Ato contínuo, a MMª Juíza determinou a intimação do requerido, por seu advogado, para no prazo de 15(quinze) dias, a contar da publicação, apresentar suas razões finais, através de memoriais. Findo o prazo, os autos deverão seguir com vista ao Ministério Público para o seu parecer final, após o que voltarão conclusos, para decidir, dando por intimada a requerente e seu patrono.

ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM) - Processo 0615216-34.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: B.P.B. - Certifico para os devidos fins que, foi juntada a carta precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0615693-91.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.S.I. - REQUERIDA: I.F.B. - H.B.F. - Certifico para os devidos fins que foi juntada réplica à contestação, enquadrando-se o feito em uma das hipóteses previstas no art. 178 do C.P.C., razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação. É o que me cumpre certificar.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM) - Processo 0616678-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: B.A.S. - Certifico para os devidos fins que foi juntado A proposta retro, razão pela qual, de ordem da MM(a) Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: LENOYH MENDES SALVADOR (OAB 8673/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0617108-12.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.N.S.O. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais e em consonância com o parecer ministerial de fls. 69, DETERMINO O CANCELAMENTO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS às fls. 19, ao tempo em quê, ARBITRO COMO NOVOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS em favor do adolescente J.V.L.S., nascido em 24/07/2006, o valor correspondente a 10,02% (dez virgula zero dois por cento) do salário mínimo, equivalente a R$ 100,00 (cem reais). À Secretaria, para atender o parecer ministerial de fls. 69. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC) - Processo 0617226-51.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.S.N.R.R.B.S.C. - REQUERIDO: N.N.C. - Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho do requerido, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, cujo montante deverá ser depositado na conta bancária indicada às fls. 4 até o dia 30 (trinta) de cada mês. Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0617260-89.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.C.S.M.M. - REQUERIDO: A.S.B.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 74. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0617567-14.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.J.R.G. - REQUERIDO: A.S.S. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 155, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0618151-52.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: D.V.S.C. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 122, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM) - Processo 0618584-22.2016.8.04.0001 - Guarda - Dissolução - REQUERENTE: A.S.M. - Em cumprimento à sentença de fls. 110-113, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0619009-83.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.N.R. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM) - Processo 0621244-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: CLOVIS LIMA XAVIER - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta,, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência da união estável entre o Sr. Clóvis Lima Xavier e a de cujus, Oney Santos de Oliveira, no período de 19 anos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0622218-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.C.F. - Em cumprimento à sentença de fls. 28-29, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0624118-10.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.T.A.L. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a parte requerente, para comparecer acompanhada dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0624132-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: P.L.L. - Em cumprimento à sentença de fls. 46-47, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: FILIPE BONATES LIMA (OAB 4199/AM) - Processo 0624145-22.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.D.S. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: ELIEGE LINS MATUTE (OAB 10167/AM) - Processo 0625164-05.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: Regivan Alves Farias - Em cumprimento à sentença de fls. 126-129, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família,

Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0626140-12.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.C.M. - REQUERIDO: E.A.L. - Em cumprimento à sentença de fls. 82-84, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: PAULO AUGUSTO LUZ DE ARAUJO (OAB 11146/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0626703-64.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.S.C.B. - REQUERIDA: B.O.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: PAULO AUGUSTO LUZ DE ARAUJO (OAB 11146/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM), ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM) - Processo 0626703-64.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.S.C.B. - REQUERIDA: B.O.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0628361-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.N.A. - ALIMENTAND: A.C.A.B. - REQUERIDO: M.A.L.B. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ainda ao r. Parecer Ministerial de fls. 54. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TÁVILLA DA MATA VIEIRA (OAB 13431/AM), ADV: CRISTIANE CARVALHO DA SILVA (OAB 13486/AM) - Processo 0629221-27.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.C.S. - ALIMENTAND: P.D.C.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 238-240, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0629576-37.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.W.R.S.J. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para proceder ao pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, com o cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0631953-78.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Hudson Sales Nascimento - Fiamma Fadul Nascimento - Em cumprimento à sentença de fls. 32-33, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: FRANCYELEM STÉFANY DE ARAÚJO GUIMARÃES (OAB 12166/AM) - Processo 0632002-56.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.P.S. - REQUERIDO: Y.E.S.F. e outro - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, e em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pela requerente, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre a Sra. Lucilene Pereira da Silva e o de cujus, Raimundo Alves Feitosa Júnior, no período compreendido entre 05/02/2004 e 20/06/2018, data do falecimento de seu companheiro. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0632028-20.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.P.B.H. - Defiro o pedido formulado às fls. 35. Expeça-se novo Mandado, nos termos da Decisão Interlocutória de fls. 29/30. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0632548-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: E.M.S.F. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, a presente audiência foi cancelada, em razão da ausência do patrono da parte requerente. Na oportunidade informo que compareceu o próprio requerente Sr, Edmar Matias da Silva e também a requerida Sra. Ana Paula Lima dos Santos e quem ambos estão cientes da nova data neste ato. Sendo REDESIGNADA PARA O DIA 30/09/2019 às 10:30h- com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260/ cejusc.família@tjam.jus.br SALIENTANDO-SE QUE as partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0633051-40.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Y.M.B.M. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do NCPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0634829-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.M. - REQUERIDO: H.L.F. - A.L.F. - E.L.F. - H.L.F. e outro - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pela requerente, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre a Sra. Aliete Moreno Marinho e o de cujus, Sr. Henrique Maciel Ferreira, no período compreendido entre 1989 e 21/07/2017, data do falecimento de seu companheiro. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0635581-80.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.P.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos, as Certidões de Nascimento dos filhos do casal, a fim de obter a informação acerca do nome da genitora da requerida, para, que possa proceder à consulta no INFOJUD e SIEL. Documentos nos autos, cumpra-se o disposto no despacho de fls. 11. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0636321-67.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: H.P.M.A. - Em cumprimento à sentença de fls. 87-91, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0636321-67.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: H.P.M.A. - Certifico para os devidos fins que, a parte requerente não juntou aos autos a certidão de nascimento da interditanda, por esse motivo, não será possível a expedição do mandado de inscrição de sentença, conforme determinado na sentença supra, razão pela qual, de ordem da MM(a) Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0636725-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: A.O.C. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, IV do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Isento de custas. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0636858-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.N.M. - REQUERIDA: R.C.R. e outros - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Isento de custas. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: THYARA DA SILVA ALMEIDA (OAB 13372/AM) - Processo 0638275-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Dayvidson Barbosa de Lima - REQUERIDA: Sammily Baia de Lima - Em cumprimento à sentença de fls. 69-70, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0638827-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.M.F.F. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0638932-56.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Mário do Nascimento Guerreiro - Em cumprimento à decisão de fls. 41-42, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: NATACHA DE OLIVEIRA PEQUENO (OAB 12048/AM) - Processo 0639759-67.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade Processual - REQUERENTE: Maria de Jesus Souza de Lima - Em cumprimento à decisão de fls. 47, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória.. É o que me cumpre certificar.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0641716-74.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.J.A. - REQUERIDA: A.C.R.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 53-54, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0642134-75.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Kathe Alves Sampaio - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a declaração autenticada de seu genitor alimentante, Sr. Jorge Ambrósio de Matos Filho, autorizando a expedição de alvará judicial, para o saque do referido montante. Declaração nos autos, dê-se vista ao ministério público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0642237-53.2016.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: A.G.M.F. - Ante a interposição dos Embargos de Declaração de fls. 101/104, determino a intimação do(a) Embargado(a), por seu advogado para, querendo, manifesta-se, no prazo de 05 (cinco) dias, mormente em razão da possibilidade de atribuição de eventual efeito modificativo, por ocasião do julgamento do recurso, com fulcro no art. 1.023, § 2º do CPC., verbis: Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. (...) § 2oO juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada. Nesse sentido, permito-me transcrever a seguinte decisão: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. NULIDADE ABSOLUTA. 1. A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração supõe a prévia intimação da parte embargada, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sob pena do julgamento padecer de nulidade absoluta. Precedentes. 2. No caso, o acórdão ora embargado acolheu os embargos de declaração, anulando o julgado proferido anteriormente, para que fosse aguardada oportuna inclusão do feito na pauta de julgamento da Primeira Seção. Da petição dos embargos não foi aberta vista para manifestação da parte embargada, o Distrito Federal. 3. Embargos de declaração acolhidos para, anulando-se o aresto embargado, ser determinada a intimação do Distrito Federal para se manifestar sobre o teor dos embargos de declaração opostos por Luiz de Sousa Moura e Outros (Petição nº 190372 - fls. 315/322). Processo: EDcl nos EDcl no RMS 33171 DF 2010/0206951-0. Relator:Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. Julgamento:27/09/2011. Órgão Julgador:T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação:DJE 03/10/2011. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642417-64.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Ingrid Vieira dos Santos - Em cumprimento à decisão de fls. 17-18, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0642535-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.D.C.A. - Certifico

para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a decisão de fls. 34-36, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALEXSANDRO VIANA FERREIRA (OAB 14256/AM) - Processo 0642678-29.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.N.A. - ALIMENTAND: M.A.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juiza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 29 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: WALEWSKA TELLES DE SOUSA PINHEIRO COELHO (OAB 4675/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0643923-46.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: W.T.S.P. - REQUERIDA: C.M.F.L. e outro - Defiro o pedido de fls. 357. À Secretaria, para as providências cabíveis. Após, aguarde-se manifestação do Ministério Público, conforme despacho de fls. 348. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SEBASTIÃO BRITO RAMOS (OAB 13502/AM) - Processo 0645615-12.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.L.L.G. - ASSISTENTE: L.S.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a cópia do documento que originou a prestação de alimentos em favor do autor, sendo o referido documento indispensável à propositura do presente feito. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645910-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.C.M.F. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 31. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JAILDA MARIA DA SILVA (OAB 335950/SP) - Processo 0646291-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: Johnny Chenjiagen Ye - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntar aos autos documentos pessoais dos requerentes bem como o termo de guarda unilateral provisória, conforme mencionado às fls. 2, tendo em vista que os documentos são indispensáveis à propositura do feito. Documentos nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0646546-15.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.S.F.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0646619-84.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Herculano Salgado da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia de acordo realizado entre as partes, devidamente assinado em todas suas vias pelos mesmos e por seu patrono constituído, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0646620-69.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dever de Informação - REQUERENTE: Herculano Salgado da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia de acordo realizado entre as partes, devidamente assinado em todas suas vias pelos mesmos e por seu patrono constituído, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0646622-39.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dever de Informação - REQUERENTE: Herculano Salgado da Silva - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia de acordo realizado entre as partes, devidamente assinado em todas suas vias pelos mesmos e por seu patrono constituído, sob pena de indeferimento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0646628-46.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621056-93.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: H.S.A. - EXEQUENTE: J.A.D. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se o Executado, pessoalmente, por mandado, para pagar a pensão alimentícia relativa aos meses de junho/2019 e julho/2019, assim como as que se vencerem no curso do processo, no prazo de 03 (três) dias, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão, conforme art. 528, §3º do C.P.C. Apresentada a Justificativa, intime-se a parte Exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ainda, no mesmo prazo, juntar aos autos a planilha de débitos. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida, encaminhando-se os autos ao Ministério Público, na mesma oportunidade. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0648967-12.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.S.S.C. - REQUERIDO: P.A.M.C. - Certifico para os devidos fins que em atenção às determinações do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, e de ordem da MMª Juíza da 7ª Vara de Família, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias, a tradução, por tradutor juramentado, da documentação abaixo descrita, a fim de ser remetida em conjunto com a Carta Rogatória retro: - Petição inicial - Procuração - Documentos pessoais da parte requerente - Declaração de hipossuficiência - Documentos indispensáveis à propositura da demanda - Decisão Interlocutória que determinou a citação - Parecer do Ministério Público - Carta Rogatória

ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0654797-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

- Fixação - REQUERENTE: M.N.C. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CAROLYNNE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 4094/AM) - Processo 0718386-32.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: P.J.S.R. - Certifico para os devidos fins que a parte Executada apresentou Justificativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu DEFENSOR, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias É o que me cumpre certificar.

ADV: CAROLYNNE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 4094/AM) - Processo 0718386-32.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: P.J.S.R. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, de ordem da MMª Juíza da 7ª Vara de Família, procedo à intimação da Defensoria Pública acerca do seguinte despacho: Certifico para os devidos fins que a parte Executada apresentou Justificativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu DEFENSOR, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias É o que me cumpre certificar..

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alexsandro Viana Ferreira (OAB 14256/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Carolynne Oliveira dos Santos (OAB 4094/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Cristiane Carvalho da Silva (OAB 13486/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diane Giselle Angelim de Macedo (OAB 10051/AM)
Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB 7550/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Edir Farias Maia Júnior (OAB 10395/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
ELIEGE LINS MATUTE (OAB 10167/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Filipe Bonates Lima (OAB 4199/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francyelem Stéfany de Araújo Guimarães (OAB 12166/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jailda Maria da Silva (OAB 335950/SP)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lenoyh Mendes Salvador (OAB 8673/AM)
LUCAS MACEDO BEZERRA (OAB 10275/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Natacha de Oliveira Pequeno (OAB 12048/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Augusto Luz de Araujo (OAB 11146/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)

Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sebastião Brito Ramos (OAB 13502/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
TÂNIA MARA DUARTE CAVALCANTE (OAB 11133/AM)
Távilla da Mata Vieira (OAB 13431/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thyara da Silva Almeida (OAB 13372/AM)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Walewska Telles de Sousa Pinheiro Coelho (OAB 4675/AM)
Wemerson Pereira Almeida (OAB 47554/GO)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0001642-52.2002.8.04.0001 (001.02.001642-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: RUTH XIMENES DE SABÓIA (OAB 2100/AM) - Processo 0005429-03.1995.8.04.0012 (012.95.005429-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores relacionados nas págs.,151 e 156 decorrente desta ação de execução. Proceda-se o cancelamento da restrição oposta sobre o veiculo de placa JWI-3304 (pgs.14), pelo meios cabíveis. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0012342-93.1998.8.04.0012 (012.98.012342-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Fonecom da Amazonia Industria Comercio Ltda - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 72, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 24 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (OAB 2461/AM) - Processo 0018401-77.2010.8.04.0012 (012.10.018401-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Romaf Comercio e Distribuidora Ltda - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição judicial. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 24 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0020836-24.2010.8.04.0012 (012.10.020836-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: E.A. - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0025577-87.2003.8.04.0001 (001.03.025577-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de CÉSAR AUGUSTO HENRIQUE DAS NEVES nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Seja removida a restrição sobre os imóveis de matrícula nº11.191(1° Cartório de Registro de Imóveis), nº 12.513 e 3.325 (2º Cartório de Registro de Imóveis) e nº8.155 (3º Cartório de Registro de Imóveis) pags.107/124). Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RONALD DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES (OAB 2178/AM) - Processo 0036121-03.2004.8.04.0001 (001.04.036121-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de MAGAZINE BRASILEIRA LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Honorários indevidos. À secretaria para que procedam com as medidas cabíveis, afim de que sejam removidas as restrições sob os valores alencados na pág.32, decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 21 de janeiro de 2019.

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM), ADV: RONALD DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES (OAB 2178/AM) - Processo 0044304-89.2006.8.04.0001 (001.06.044304-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Importadora Cisne Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Intime-se à sra. Maria dos Milagres Cisne, fiel depositária, acerca do término das constrições Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0044357-70.2006.8.04.0001 (001.06.044357-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal. Custas processuais pela exequente das

quais é isenta, na forma da lei. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019.

ADV: ANGELA BEATRIZ G. F. DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2540/AM) - Processo 0046406-55.2004.8.04.0001 (001.04.046406-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Comercial Kenne LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Levante-se a constrição incidente sobre o veículo de placa BHI-9774, fl.18. À secretaria com as cautelas de praxe. Custas pela Executada, na forma da Lei. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 23 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0047269-74.2005.8.04.0001 (001.05.047269-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0203028-26.2008.8.04.0001 (001.08.203028-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de G.P. Materiais de Construção Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Sem bens penhorados ou sob constrição. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. Manaus, 24 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (OAB 112310/RJ), ADV: VINÍCIUS FARIA PEREIRA (OAB 165365/RJ), ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0309952-32.2006.8.04.0001 (001.06.309952-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Industria de Bebidas do Norte - Nordeste S/A - Pelo exposto, nego o pedido de retratação nos termos da fundamentação. P.R.I.C. Manaus, 28 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0359415-06.2007.8.04.0001 (001.07.359415-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de IMPORTADORA JOMAR LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 24 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: HELVÉCIO FRANCO MAIA JÚNIOR (OAB 77467/MG), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0603596-59.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADO: Claro S/A - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Defiro o pedido de fl. 106. Intime-se o 5º Tabelionato de Protesto de Manaus, pelo meio cabível, para que de forma urgente, cancele o protesto lavrado em 28/10/2016 em que figura como devedor Claro SA - CNPJ nº 40.432.544/0261-03 relativo ao título CDA nº 024054/16, protocolado sob o nº 398745 em 18/10/2016. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 02 de setembro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0604425-06.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Edifício Black River - DISPOSITIVO Pelo exposto, denego a segurança pleiteada nos autos do presente mandamus impetrado por EDIFÍCIO BLACK RIVER, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários advocatícios, ex vi súmula nº 512 do Supremo Tribunal Federal. Custas processuais já adimplidas pela Impetrante. P.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0604934-68.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM) - Processo 0605499-32.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de ELIANE VALÉRIO PINTO nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 07 de janeiro de 2019.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0612440-37.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de JB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 21 de janeiro de 2019.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM) - Processo 0615633-50.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Cancun Comércio de Bombons e Balas - Epp - Pelo exposto, concedo a segurança impetrada por Super Cancun Comércio de Produtos Alimentícios Ltda em desfavor do Estado do Amazonas, ratificando a liminar concedida, para afastar a aplicação das disposições contidas no inciso II, do artigo 1º, do Decreto Estadual n.º 37.465/16 e, como consequência, declarar o direito ao creditamento/aproveitmento de ICMS cobrado com fundamento no aludido decreto, nos termos da fundamentação. Reembolso das custas devidas pelo impetrado. P.R.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0616619-09.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: MARCELO NASSIF MOLINA (OAB 234297/SP) - Processo 0618519-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE:

Carrefour Comercio Industria Ltda e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a oposição dos Embargos de Declaração às fls. 172/180, intime-se a Requerente para, caso queira, manifestar-se acerca dos Embargos no prazo de 5 (cinco) dias. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM) - Processo 0619721-34.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Maxmix Comercial Ltda - DISPOSITIVO. Pelo exposto, homologo o pedido de desistência processual nos termos requeridos e, por via lógica, Julgo Extinto o MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO por MAXMIX COMERCIAL LTDA nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas iniciais recolhidas em sua integralidade. Honorários advocatícios indevidos, conforme súmula nº 512/STF. P.R.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM) - Processo 0621163-35.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. - Pelo exposto, homologo o pedido de desistência processual nos termos requeridos e, por via lógica, Julgo Extinto o MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO por FASHION BUSINESS DE ROUPAS LTDA, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas iniciais recolhidas em sua integralidade. Honorários advocatícios indevidos, conforme súmula nº 512/STF. P.R.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0622453-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Leonice Menezes de Freitas - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Defiro o pedido da Fazenda Pública Estadual às fls. 56 dos autos. Por oportuno, intime-se a Requerente, por meio do seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo. À secretária para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: FLAVIO AGUILAR ALVARENGA AMORIM (OAB 373957/SP), ADV: RODRIGO CORRÊA MARTONE (OAB 206989/SP), ADV: ADRIANA ROTHER (OAB 319A/AM) - Processo 0624611-16.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas e outro - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Vivo S/A - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Em virtude do seguro garantia apresentado (vide fls. 111/126) pela Executada, aceitado pelo Estado do Amazonas (vide fls. 135/137), bem como pelo presente Juízo (vide fls. 127/133) nos autos de nº 0620516-40.2019.8.04.0001 - Certidão de Dívida Ativa (CDA) nº 97555/19, decorrentes do Auto de Infração nº 916621-1, objeto do Processo Administrativo nº 91915/17-0 (01.01.014101.091915/2017-00), determino a imediata liberação dos valores constritos (vide fl. 10). Intime-se a Executada, via DJ-e, para que no prazo legal, oferte os respectivos embargos à execução fiscal. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0627628-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remuneração - REQUERENTE: G.C.C. - DISPOSITIVO Ex positis, concedo a tutela de urgência inaudita altera pars para suspender a retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos percebidos pelo Autor, nos termos da fundamentação. Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para que no prazo legal, apresente contestação, caso queira. Intime-se o Parquet Estadual, pelo meio cabível, acerca do presente decisum. À secretaria para providências de praxe. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JOSHUA VICTOR ARRUDA MACHADO (OAB 10045/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0627669-66.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADO: ANTONIO CEZAR MOTA BOTERO - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de ANTONIO CEZAR MOTA BOTERO, nos termos do artigo 924, inciso III e artigo 775 do Código de Processo Civil c/c o art. 26 da Lei 6830/80. Sem ônus para as partes na forma do artigo 26 da LEF. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. P.R.I.C Manaus, 21 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0628530-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ozaneide Medeiros de Souza - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO MISUMI WATANABE (OAB 187243/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO YAMAOKA MARINHO (OAB 250782/SP) - Processo 0629516-74.2013.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Procedimentos Fiscais - REQUERENTE: TECNO AROMAS CONCENTRADOS DA AMAZÔNIA LTDA - Tendo em vista a oposição dos Embargos de Declaração às fls. 149/160, intime-se a Requerente para, caso queira, manifestar-se acerca dos Embargos no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0631264-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - DESPACHO Intimem-se as partes, pelos meios cabíveis, para que no prazo de 15 (quinze) dias, colacionem ou informem as provas que pretendem produzir. Após, voltem-me os autos conclusos. P.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: DIEGO RIOS DE ARAÚJO (OAB 293907/SP), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM) - Processo 0634054-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração porque interpostos tempestivamente, porém deixo de acolhe-los, pois propostos sem observância aos requisitos dispostos no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, uma vez que não foi devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença, devendo ser mantida em todos os seus termos e efeitos. P. R. I. C.

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0634877-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo a presente ação em todos os seus termos. Custas processuais recolhidas (vide fls. 187/188). Acautelo-me quanto ao pedido de tutela provisória para analisá-lo após a formalização do contraditório. Cite-se o requerido, via portal eletrônico, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA), ADV: MEIRY ELEN TOMIE MAGALHAES MAEDA (OAB 10026/AM) - Processo 0635161-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 56/67, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0635978-08.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Durães Distribuidora de Estivas Ltda - DISPOSITIVO Pelo exposto, denego a segurança pleiteada nos autos do presente mandamus impetrado por DURÃES DISTRIBUIDORA DE ESTIVAS LTDA , nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários advocatícios, ex vi súmula nº 512 do Supremo Tribunal Federal. Custas processuais já adimplidas pela Impetrante. P.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: CAMILA APARECIDA GOMES (OAB 243685/SP), ADV: CRISTIANE MARTINEZ CORTADA DE ARAUJO (OAB 182391SP) - Processo 0636524-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: R & B Plasticos

da Amazonia Ltda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: DANIEL DE AGUIAR ANICETO (OAB 232070/SP), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0637242-65.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: SEMP TOSHIBA AMAZONAS S.A. - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Semp Toshiba Amazonas S.A, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Sem bens penhorados ou sob constrição. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. Manaus, 24 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0640208-64.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de FAST HOME E OFFICE- COM DE MOVEIS- DECORAÇÃO nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 07 de janeiro de 2019.

ADV: MILTON CARLOS SILVA E SILVA (OAB 6060/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0646303-71.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Friotrans Comercio e Transportes de Cargas Ltda - Acautelo-me quanto à concessão da tutela provisória de urgência até que sobrevenha o contraditório. Dê-se ciência ao órgão de representação, via portal eletrônico, para que ingresse no presente feito, no prazo de 10 dias. Notifique-se a i. Autoridade Coatora para prestar as informações necessárias, no prazo de 10 dias. Intime-se o impetrante para antecipar as despesas de locomoção para fins de notificação da autoridade Coatora. Cumprida a medida, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0646319-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - REQUERENTE: Marcus Roberto Moura da Costa - Recebo a presente Ação. Gratuidade da justiça concedida. Acautelo-me quanto ao pedido de tutela provisória para analisá-lo após a formalização do contraditório. Cite-se o requerido, via portal eletrônico, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JULIANO RICARDO SCHMITT (OAB 20875/SC), ADV: OLIVEIRA & ANTUNES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 318/SC) - Processo 0646571-28.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0623060-69.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, acautelo-me quanto ao pedido de atribuição de efeito suspensivo até que ocorra o estabelecimento do contraditório. Cite-se o Embargado, via portal eletrônico, para querendo contestar, no prazo de lei. Após o decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para apreciação do efeito excepcional. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0706394-74.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Banco Schahin S/A - Diante do exposto, DEFIRO o pedido constante às fls.501,expeça-se alvará eletrônico em nome da ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO AMAZONAS - APEAM, utilizado os dados bancário fornecido em petição supra. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0813003-76.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Ellen Kathilen Rabelo Lima e outro - DISPOSITIVO Diante do exposto, INDEFIRO o pedido constante às fls. 74/75, nos termos da fundamentação. Intimem-se as partes interessadas, por meios cabíveis, para requererem o que entender de direito, no prazo 20 (vinte) dias. P.R.I.C Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0818283-04.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, declaro extinta a execução nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Haja o desbloqueio dos valores na pág.76 Sem custas, conforme determinação legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz d

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0819708-66.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Malacarne & Guimaraes Ltda - É o relatório. Decido. Diante da remissão do crédito tributário, conforme noticia a Exequente por petição nos autos, declaro extinta a execução nos termos do art. 156, IV, do CTN, c/c art. 924, III, do CPC. A Executada não tem bens penhorados ou sob restrição judicial, decorrentes da presente Execução Fiscal. Sem custas, conforme determinação legal. P. R. I.C. Manaus, 07 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO (OAB 2333/AM) - Processo 0831862-19.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de IMPORTADORA JESUS ME DEU LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0920738-13.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, declaro extinta a execução nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. A Executada não tem bens penhorados ou sob restrição judicial, decorrentes da presente Execução Fiscal. Sem custas, conforme determinação legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de novembro de 2018. MARCO A P COSTA Juiz de Dir

Adriana Rother (OAB 319A/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
ANGELA BEATRIZ G. F. DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2540/AM)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Camila Aparecida Gomes (OAB 243685/SP)
CRISTIANE MARTINEZ CORTADA DE ARAUJO (OAB 182391SP)
Daniel de Aguiar Aniceto (OAB 232070/SP)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Diego Rios de Araújo (OAB 293907/SP)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)

Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flavio Aguilar Alvarenga Amorim (OAB 373957/SP)
Flávio Misumi Watanabe (OAB 187243/SP)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Helvécio Franco Maia Júnior (OAB 77467/MG)
Joshua Victor Arruda Machado (OAB 10045/AM)
Juliano Ricardo Schmitt (OAB 20875/SC)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara (OAB 112310/RJ)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Marcelo Nassif Molina (OAB 234297/SP)
MARCO ANTÔNIO YAMAOKA MARINHO (OAB 250782/SP)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria Hosana de Souza Monteiro (OAB 2333/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Meiry Elen Tomie Magalhaes Maeda (OAB 10026/AM)
Milton Carlos Silva e Silva (OAB 6060/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Oliveira & Antunes Advogados Associados (OAB 318/SC)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo Corrêa Martone (OAB 206989/SP)
Ronald de Souza Carpinteiro Péres (OAB 2178/AM)
Ruth Ximenes de Sabóia (OAB 2100/AM)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato (OAB 1336/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Valdecir Fragata Meireles da Silva (OAB 2461/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vinícius Faria Pereira (OAB 165365/RJ)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0223633-12.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Mônica Pimentel Costa - Defiro o pedido acostado às fls. 270/271, por seus próprios fundamentos. Notifique-se imediatamente a apenada, por intermédio de seu bastante procurador (fl. 272) para que compareça a secretaria deste juízo em até 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente despacho, a fim de que seja lavrado termo de compromisso e encaminhamento à vara de execuções penais, para fins de instalação do sistema de monitoramento eletrônico, nos moldes do decidido na decisão de fls. 266/268. Noutra banda, suspendo os efeitos executórios do mandado de fl. 269 durante o período concedido para comparecimento espontâneo da apenada.

Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0201386-08.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Luiz Felipe Marques Protazio - Visto estes autos, O Representante do Ministério Publico Estadual ofereceu denúncia perante este Juízo contra o acusado Luiz Felipe Marques Protazio, qualificado nos autos, imputando ao mesmo crime previsto na Lei nº 11.343/2006. Às fls. 109-110 consta Laudo Necroscópico do acusado Luiz Felipe Marques Protazio, que registra o falecimento no dia 28/11/2016. Instado a se manifestar, o Ministério Público ofertou parecer (fl. 112), opinando pela extinção da punibilidade. É o relatório. Decido. Vê-se, dos autos, que o réu Luiz Felipe Marques Protazio veio a falecer antes do encerramento da instrução criminal, consoante certidão de óbito acostada aos autos. Desse modo, considerando a comprovação da morte do agente, na forma prevista pelo artigo 62 do Código de Processo Penal, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade. ISTO POSTO, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente Luiz Felipe Marques Protazio, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, I, do Código Penal Brasileiro e art. 62 do Código Processo Penal. Após o transito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 04 de setembro de 2019 Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0255191-41.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Celia Maria Dias Martinez - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO A RÉ das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, uma vez que não restou provada a relação de posse/propriedade dos denunciados em relação à droga apreendida nestes autos. Fulcro a presente sentença no inciso V do art. 386 do CPP. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0260739-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thais Farias Veloso e outro - Autos nº:0260739-76.2014.8.04.0001 ClasseProcedimento Especial da Lei Antitóxicos AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins SENTENÇA Vistos estes autos, Thais Farias Veloso foi denunciada como incursa nas penas dos artigos 33 e 35 da lei nº 11.343/2006. O processo teve a tramitação do seu rito, e no dia 28 de julho de 2017, fora extinta a punibilidade do nacional Maxwell Souza dos Santos, em razão de seu falecimento, prosseguindo os autos apenas em desfavor de Thais Farias Veloso. As alegações finais da acusação e da defesa constam no termo de audiência (fls. 249/252). É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo. A acusada, em seu interrogatório, em juízo, negou a autoria dos crimes que lhe foram atribuídos na exordial acusatória. Foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela acusação. Ao final da instrução, o Representante do Ministério Público em suas alegações finais, em forma de memoriais escritos, pugnou pela absolvição da ré, ante a ausência de provas conclusivas da participação da ré nos crimes pelos quais foi denunciada. Com relação a autoria do crime, em consonância com o entendimento ministerial, não vislumbro,

no caso em questão, os elementos de convicção imprescindíveis para se comprovar a autoria dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, que foram imputados a acusada na inicial acusatória. A versão apresentada pela ré se mostra factível, ressaltando que 'factibilidade' não é sinônimo de certeza. É muito possível, inclusive, que a versão apresentada pela acusada seja falsa, porém, a verdade inafastável é que nada existe de concreto nestes autos que possa invalidá-la de modo absoluto, pelo contrário, as provas apresentadas encontram-se fragilizadas e truncadas, de tal modo que, em caso de dúvida (hipótese destes autos) deve prevalecer o principio do in dubio pro reo. Neste sentido: APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - POSSIBILIDADE - FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO PARA ALICERÇAR A DECISÃO CONDENATÓRIA - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. Uma sentença condenatória exige certeza acerca da materialidade do crime e da autoria do acusado, razão pela qual a existência de dúvida a respeito, por menor que seja, leva à possibilidade de inocentá-lo, sendo imperioso que a prolação de um édito condenatório se dê com base em provas seguras, devendo a dúvida militar a favor do acusado, em obediência ao princípio in dubio pro reo. Recurso provido. (Apelação Criminal n° 1052130426101 - TJ-MG) A meu sentir, portanto, não há nestes autos nenhuma prova de autoria, não obstante a materialidade seja incontestável. Para um legítimo decreto condenatório, contudo, é imprescindível tanto a materialidade, quanto a autoria, sendo impossível a fundamentação de sentença penal condenatória em ilações e deduções, por mais sedutoras que possam parecer. Vale dizer: para absolvição é lícito a dedução, vez que a dúvida favorece o réu, mas, para a condenação é imprescindível um juízo de certeza, firmado sobre provas concretas. Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO A RÉ THAÍS FARIAS VELOSO das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, uma vez que não restou provada a relação de posse/propriedade da droga apreendida nestes autos em relação a denunciada. Fulcro a presente sentença no inciso VII do art. 386 do CPP. A ré, ora absolvida, encontram-se solta, e assim deverá permanecer, ante a sentença absolutória em favor desta. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos e b) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Sem custas. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Considerando que os bens apreendidos pertenciam ao nacional falecido, decreto o seu perdimento em favor da união, nos termos da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: GUTENBERG DE MENEZES SEIXAS (OAB 14168/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0606161-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jeferson Correa de Souza - Pedro Eduardo Lima Alves - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU JEFERSON CORREA DE SOUZA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "guardar" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. ABSOLVO O RÉU PEDRO EDUARDO LIMA ALVES das imputações, por falta de provas, com base no ART. 386, V, DO CPP. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma pequena quantidade de cocaína (item 01- 24,60g) e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado atenuante de confissão (art. 65, III, "d" do CPB) e da menoridade (art. 65, I, "d" do CPB), porém deixo de reduzir-lhe a pena porque já fixada em seu patamar mínimo, em observância à Súmula 231 do STJ ("A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal").Ausentes agravantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 07/02/2019 e permanece preso até hoje, totalizando 06 (seis) meses e 28 (vinte e oito) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Doutra sorte, verifico que o réu não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido fixado o regime aberto para o cumprimento de sua pena, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva da acusado, conferindo-lhe o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura e Lavre-se Termo de Compromisso. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0607520-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erick Lorran Pinheiro Trindade - Ismael Leao Rodrigues - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU ERICK LORRAN PINHEIRO TRINDADE nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "ter em depósito" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil, e nas

sanções previstas no art. 16 da Lei nº 10.826/2003, ABSOLVO O RÉU Ismael Leao Rodrigues de todas as imputações, por falta de provas, com base no art. 386, V, DO CPP. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CPB (COMUM, NESSE CASO, A TODOS OS CRIMES IMPUTADOS AO RÉU): Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e ostenta maus antecedentes (Processo nº 0200888-09.2014); Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com pequena quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, não reconheço agravantes e atenunantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, não reconheço a causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Para a incidência da mencionada causa de diminuição é imprescindível a presença cumulativa de quatro condições legais: a) primariedade; b) bons antecedentes; c) que não se dedique a atividades criminosas; d) não integre organização criminosa. Conforme certidão de antecedentes criminais o réu ostenta maus antecedentes Processo nº 0200888-09.2014) e ainda se dedica a atividades criminosas conforme registros criminais, sendo esta a sua terceira condenação, por isso não preenche os requisitos legais para fazer jus a este benefício. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 05 (CINCO) ANOS RECLUSÃO E 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA AO CRIME DO ART. 16, CAPUT, DA LEI 10.826/2003): Na primeira fase da dosimetria da pena, atenta as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são favoráveis, fixo-lhe a pena base em 3 (três) anos de reclusão e multa de 30 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB), porém deixo de reduzir-lhe a pena porque já fixada em seu patamar mínimo, em observância à Súmula 231 do STJ ("A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"). Ausentes agravantes. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA A PENA DO RÉU EM 3 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E MULTA DE 30 DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos. SOMA DAS PENAS: 8 (OITO) ANOS DE RECLUSÃO E 530 (QUINHENTOS E TRINTA) DIAS-MULTA. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 16/02/2019 e permanece preso até hoje, totalizando 06 (seis) meses e 08 (oito) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, estabeleço, o REGIME SEMI ABERTO para o início do cumprimento da pena imposta ao réu nesta sentença, em consonância com o disposto no artigo 33, §2º, alínea "a", do Código Penal. Nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade, uma vez que ainda persistem os requisitos de sua segregação cautelar, tendo em consideração o ferimento da ordem pública em caso de liberdade, em razão dos diversos registos criminais que o réu responde. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) expeça-se Guia de Recolhimento, remetendo-se os autos à Vara de Execuções Penais (VEP) para aplicação e controle da pena imposta ao réu e) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0613463-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Miller Braga da Silva - Ronaldo Braga da Silva - Processo nº: 0613463-42.2018.8.04.0001 Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas Réu: Miller Braga da Silva e Ronaldo Braga da Silva SENTENÇA Vistos estes autos, Miller Braga da Silva e Ronaldo Braga da Silva foram denunciados como incursos nas penas do artigo 33, caput, 35, caput, todos da Lei nº 11.343/2006. Os réus foram notificados e apresentaram defesa escrita preliminar (fl. 133). A denúncia foi recebida (fls. 170-171) e o processo teve a tramitação do seu rito. / As alegações finais da acusação constam no termo de audiência de instrução e julgamento (fls. 229-232), tendo sido deferido o prazo legal para a defesa apresentar suas alegações finais, apresentadas às fls. 234-270. É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo (fls. 80-85) que atestou 240,41g (duzentos e quarenta gramas e quarenta e um centigramas) da substância apreendida, que resultou positivo para MACONHA e COCAÍNA, que se encontram relacionados na lista de substâncias de uso proscrito no Brasil (Lista F1 / F2 - substâncias psicotrópicas). Passo a análise da Autoria. O réu Miller Braga da Silva, em seu interrogatório, em juízo, confessou a prática do crime que lhe fora imputado na inicial acusatória, in verbis: "Eu estava em casa fui deixar minha filha ao colégio. Mas não teve aula pra ela e voltei na metade do caminho. Eles entraram na casa com agressividade e perguntaram se tinha droga. Falei que sim que era uma pequena porção para o meu consumo. Comigo foi maconha. Foi mais ou menos 20 a 25 trouxinhas. Eu cheguei a vender droga mas em casa eu não vendia. Eu confessei que vendia droga, mas em casa eu não vendo." (vide interrogatório em juízo - fls. 229-232). O réu Ronaldo Braga da Silva, em seu interrogatório, em juízo, confessou a prática do crime que lhe fora imputado na inicial acusatória, in verbis: "Foi pego droga comigo mas não a quantidade que eles botaram. Eram poucas. Pegaram umas 20 capsulas só. Eu comprei para revender para comprar material que eu trabalha em um salão. Me arrependo."(vide interrogatório em juízo - fl. 229-232). Os indícios colhidos na fase policial se mostram harmônicos com o conjunto probatório produzido em juízo, mediante contraditório e ampla defesa. As provas produzidas e apuradas durante a instrução são conclusivas, devendo ser reconhecido o trabalho da Polícia Militar no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Desta forma, não resta dúvida que os acusados efetivamente praticaram a conduta reprovável e punível descrita no art. 33 da Lei Antidrogas, razão pela qual deverá receber as sanções previstas na referida lei. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO OS RÉUS MILLER BRAGA DA SILVA E RONALDO BRAGA DA SILVA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "ter em depósito/guardar" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA AO RÉU MILLER BRAGA DA SILVA: Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o

seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma média quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB), por isso reduzo-lhe em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando 05 (cinco) anos e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO(A) RÉ(U) MILLER BRAGA DA SILVA EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 03/04/18 e permaneceu preso até 20/07/2018, totalizando 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por duas restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Ato contínuo, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, bem como não há indícios de possa haver reiteração delitiva. Observa-se que se encontra comparecendo em juízo para justificar suas atividades cumprindo devidamente as medidas cautelares. DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA AO RÉU RONALDO BRAGA DA SILVA: Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma média quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB), por isso reduzo-lhe em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando 05 (cinco) anos e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU RONALDO BRAGA DA SILVA EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 03/04/18 e permaneceu preso até 20/07/2018, totalizando 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por duas restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Ato contínuo, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, bem como não há indícios de possa haver reiteração delitiva. Observa-se que se encontra comparecendo em juízo para justificar suas atividades cumprindo devidamente as medidas cautelares. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 23 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0615463-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Sales Aricanati - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU THIAGO SALES ARICANATI nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma pequena quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa

de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB) porém deixo de reduzir-lhe a pena porque já fixada em seu patamar mínimo, em observância à Súmula 231 do STJ ("A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"). Ausentes agravantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 02/04/2019 e permanece preso até hoje, totalizando 04 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Doutra sorte, verifico que o réu não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido fixado o regime aberto para o cumprimento de sua pena, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva da acusado, conferindo-lhe o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0617296-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Welison Pimentel Vital - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU WELISON PIMENTEL VITAL nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma pequena quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica da menoridade (art. 65, I, "d" do CPB), porém deixo de reduzir-lhe a pena porque já fixada em seu patamar mínimo, em observância à Súmula 231 do STJ ("A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"). Ausentes agravantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 11/04/2019 e permaneceu preso até hoje, totalizando 04 (quatro) meses e 12 (doze) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Doutra sorte, verifico que o réu não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido fixado o regime aberto para o cumprimento de sua pena, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva da acusado, conferindo-lhe o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura e Lavre-se Termo de Compromisso. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0621409-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Guilherme Kennedy da Silva Figueira - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU Guilherme Kennedy da Silva Figueira nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que

o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é reincidente e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma certa quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a agravante de reincidência, razão pela qual aumento-lhe a pena em 01 (um) ano e em 100 (duzentos) dias-multa, ficando a mesma em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Por fim, não reconheço a causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Para a incidência da mencionada causa de diminuição é imprescindível a presença cumulativa de quatro condições legais: a) primariedade; b) bons antecedentes; c) que não se dedique a atividades criminosas; d) não integre organização criminosa. Conforme certidão de antecedentes criminais o réu é reincidente, por isso não preenche os requisitos legais para fazer jus a este benefício. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU 06 (SEIS) ANOS DE RECLUSÃO E 600 (SEISCENTOS) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 03/05/2019 e permanece preso até hoje, totalizando 04 (quatro) meses e 01 (um) dia, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é superior ao limite de quatro anos, previsto na alínea “b” do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME SEMIABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Deixo de substituir a pena privativa de liberdade em restritiva de direito devido ao disposto no inciso III, do art. 44 do CPB, por entender não ser a medida adequada devido aos circunstâncias do delito Nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade, vez que ainda persistem os requisitos de sua segregação cautelar, tendo em consideração o ferimento da ordem pública em caso de liberdade, em razão dos diversos registos criminais que o réu responde, havendo, inclusive, condenação com trânsito em julgado, com claros indícios de reiteração delitiva. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) expeça-se Guia de Recolhimento, remetendo-se os autos à Vara de Execuções Penais (VEP) para aplicação e controle da pena imposta ao réu e) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0645701-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kennedy Silva de Souza - Marcelo de Oliveira Melo - Por todas as razões supra elencadas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E DECLARO, POR SENTENÇA E EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar os denunciados Kennedy Silva de Souza e Marcelo de Oliveira Melo. Considerando, todavia, que o § 7º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado aos nacionais supracitados, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. Os denunciados deverão receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificarem e se apresentarem na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista a importância da participação da família (bem como a sua responsabilidade solidária - nos termos do inciso IV do art. 19 da Lei nº 11.343/2006) no tratamento dos indivíduos que fazem uso indevido ou patológico (dependência) de drogas, determino a intimação de algum familiar dos acusados (o que for possível, de acordo com a documentação acostada aos autos, mas, com preferência para algum dos genitores) para que tomem ciência do teor da presente sentença e, desse modo, possam colaborar para o êxito do tratamento biopsíquico dos denunciados, acompanhando-os à Policlínica, conforme determinado nesta sentença. Em razão do conteúdo da presente sentença, deixo de determinar a remessa dos autos a uma das varas do Juizado Especial Criminal (JECRIM) desta Comarca de Manaus, determinando, todavia, o ARQUIVAMENTO desses autos tão logo sobrevenha o trânsito em julgado da presente sentença.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0651531-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hermani da Silva Cumape - Por todas as razões supra elencadas, DECLARO, POR SENTENÇA E EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar o denunciado HERNANI DA SILVA CUMAPE. Considerando, todavia, que o §7º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado aos nacionais supracitados, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. Os denunciados deverão receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificarem e se apresentarem na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista a importância da participação da família (bem como a sua responsabilidade solidária - nos termos do inciso IV do art. 19 da Lei nº 11.343/2006) no tratamento dos indivíduos que fazem uso indevido ou patológico (dependência) de drogas, determino a intimação de algum familiar do acusado (o que for possível, de acordo com a documentação acostada aos autos, mas, com preferência para algum dos genitores) para que tomem ciência do teor da presente sentença e, desse modo, possam colaborar para o êxito do tratamento biopsíquico do denunciado, acompanhando-o à Policlínica, conforme determinado nesta sentença. Em razão do conteúdo da presente sentença, deixo de determinar a remessa dos autos a uma das varas do Juizado Especial Criminal (JECRIM) desta Comarca de Manaus, determinando, todavia, o ARQUIVAMENTO desses autos tão logo sobrevenha o trânsito em julgado da presente sentença. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e ARQUIVEM-SE, observando-se as formalidades legais e de estilo. P. R. I. CUMPRA-SE.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Gutenberg de Menezes Seixas (OAB 14168/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0622808-95.2019
Denunciado(a)(s): Leonir da Silva de Lucena, filho de Leonisio Lima de Lucena e Gessi Negreiros da Silva.

Nº do Processo: 0618507-08.2019
Denunciado(a)(s): Jone Souza Soares, Luiz Soares Felício e Marli de Souza Laranjeira.

Nº do Processo: 0622808-95.2019
Denunciado(a)(s): Leonir da Silva de Lucena, filho de Leonisio Lima de Lucena e Gessi Negreiros da Silva.

Nº do Processo: 0629591-06.2019
Denunciado(a)(s): Carlos André Beltran Soares, filho de Matilde Beltran Soares.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais INTIMA O(S) RÉU(S) abaixo mencionado(s), conforme preceitua o art. 361, CPP, com prazo de 15 dias, para constituir advogado, no prazo de 10 dias, a fim de que o mesmo apresente as Alegações Finais em forma de memoriais escritos no prazo de 05 dias:

Nº do Processo: 0212161-19.2013.8.04.0001
Réu: Janderson Torres de Lima, filho de Elizabeth Torres de Lima

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0647937-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Odanilson José Souza da Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0266772-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Izaquiel Queiroz de Matos - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 12/09/2019 às 11:30h.

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0206008-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ELDER MARTINS DE PAULA - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 16/09/2019 às 10:15h.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0217452-63.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Anderson Laborda de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 16/09/2019 às 10:45h.

ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM) - Processo 0221260-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Wendel Rodrigues dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 16/09/2019 às 10:00h.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0266718-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: LUIZ EDUARDO FERREIRA DE MORAIS - Diego da Silva Tavares - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 16/09/2019 às 08:15h.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0632032-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deive Aranha Virginio - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 16/09/2019 às 10:30h.

Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0617591-71.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Marcelo Nogueira Moysés, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0617591-71.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado KATHELEN DA COSTA MORAES, RG 29804949, pai Aliere Vieira De Moraes, mãe Elijane Bastos da Costa, Nascido/Nascida 22/06/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Av Ten Roxana Bonesse, 4005, Monte das Oliveiras, como incurso nas penas do artigo 33, c/c art. 40, III, da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0609714-80.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0609714-80.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANDERSON VASCONCELOS DOS SANTOS, Brasileiro(a), Convivente, Autônomo, RG 24590207, com endereço à RUA 30 DE ABRIL(ANT. 12 DE OUTUBRO), RIACHO DOCE II - CIDADE NOVA, 164, como incurso nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0609588-30.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0609588-30.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado LEONARDO NASCIMENTO DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 28287207, pai Marcelo Laves de Souza, mãe Leda Ramiro do Nascimento, Nascido/Nascida 08/05/1998, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Tapajós, 10, Colônia Antônio Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas dos artigos 33, 35 e 40, VI da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0218469-37.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Gleydson Oliveira dos Santos - ABSOLVO Gabriel Gleydson Oliveira dos Santos , com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Restitua-se os bens e valores porventura apreendidos que não estejam vinculados ao delito de tráfico de drogas. Com trânsito em julgado, arquive-se, dando baixa no SAJ. Publique-se. Registre-se.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0225722-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: James Wallace Tavares da Costa e outro - elo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA, para CONDENAR Moises de Oliveira da Silva e James Wallace Tavares da Costa às penas do

art. 33 da Lei 11.343/2006; e ABSOLVER Moises de Oliveira da Silva e James Wallace Tavares da Costa da prática da infração penal descrita no art. 35, caput, da da Lei de Drogas, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à dosimetria da pena. As circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, e do art. 42, da Lei de Drogas, não se mostram desfavoráveis aos réus.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0244152-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Rubens Guimarães dos Santos Filho e outro - olhidos não levaram à certeza da autoria. Em face do exposto e a tudo o mais que dos autos consta, ABSOLVO Vanderleia Correa Alves e Rubens Guimarães dos Santos Filho, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Restitua-se os bens e valores porventura apreendidos que não estejam vincul

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0263742-39.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marconde Sena Pereira - Magna de 1988. Em face do exposto e a tudo o mais que dos autos consta por entender este Magistrado não haver prova suficiente da autoria, para fins de condenação, e por considerar o parecer do douto Promotor de Justiça, com fundamento no mencionado dispositivo do Código de Processo Penal, ABSOLVO Marconde Sena Pereira, co

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0608778-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Israel Pinheiro Pimentel Filho - Franklin de Souza Neres - Dessarte, estando ausentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, acolho o pleito formulado pela defesa, e em dissonância com o Ministério Público, CONCEDO a Liberdade Provisória em favor do Requerente ISRAEL PINHEIRO PIMENTEL FILHO, com fulcro no art. 321, do Código de Processo Penal, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão insertas no art. 319, incisos I, II, IV e V, devendo comparecer mensalmente em Juízo para informar e justificar suas atividades, estando proibido de acessar ou frequentar locais que tenham relação com o uso ou tráfico de entorpecentes, bem como proibido de ausentar-se desta Comarca e, por fim, recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga. Deverá comparecer, ainda, às palestras do PROJETO REEDUCAR, sendo advertido de que o descumprimento injustificado de tais medidas acarretará a revogação do benefício ora concedido. Fixo prazo de 72 h para que o réu apresente neste cartório comprovante de residência atualizado.. Deverá comparecer, ainda, às palestras do PROJETO REEDUCAR, sendo advertido de que o descumprimento injustificado de tais medidas acarretará a revogação do benefício ora concedido. Expeça-se com urgência o Alvará de Soltura e Termo de Compromisso.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0612546-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Rafael da Silva Gama - Por tais razões, INDEFIRO o pedido de formulado e MANTENHO NA ÍNTEGRA TODAS AS MEDIDAS CAUTELARES impostas ao réu na decisão de fls. 26/27.

ADV: JOÃO MARCOS SILVA DE PAULO (OAB 1936E/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0612932-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Werleson Reis Andrade - Vistos etc, Nada a prover quanto ao pedido de fls. 96/102, ante a evidente perda do objeto. Com efeito, o período a que se refere a defesa na petição de fls. 96/102 findaria em 03 de setembro de 2019. Assim, intime-se o réu para que retome imediatamente o regular cumprimento das medidas cautelares, sob pena de decretação da prisão preventiva. Cumpra-se. I.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Marcos Silva de Paulo (OAB 1936E/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0228039-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio Marcos Santos Lima - Nesse caso, a dúvida autoriza a absolvição, com base no princípio “in dubio pro reo”, uma vez que, muito embora seja indubitável a materialidade, os indícios colhidos não levaram à certeza da autoria. Em face do exposto e a tudo o mais que dos autos consta, ABSOLVO Antônio Marcos Santos Lima, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Restitua-se os bens e valores porventura apreendidos que não estejam vinculados ao delito de tráfico de drogas.

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM) - Processo 0238327-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Herington Clay Freitas Dantas - DENUNCIADO: JOEL FERREIRA DOS SANTOS VEIGA - Ante o exposto acolho a tese do Ministério Público Estadual e da defesa e JULGO IMPROCEDENTE, a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual e ABSOLVO HERINGTON CLAY FREITAS DANTAS da acusação que lhe fora atribuída, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, por ausência de prova suficiente de autoria a caracterizar o elemento subjetivo do tipo penal de tráfico de drogas. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a devolução dos objetos apreendidos tais como moto, capacete, celular, mediante apresentação de nota fiscal que comprove origem lícita, no prazo de 30(trinta) dias. Caso contrário declaro, desde logo, o perdimento em favor da União. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Após os procedimentos de praxe, arquivem-se os autos. Custas pelo Estado. Demais diligências pela Secretaria. Manaus, 30 de Agosto de 2019.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0647746-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kleison Coimbra da Silva e outro - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para: 1) CONDENAR os acusados MARCONDES DA SILVA CARDOSO e KLEISON COIMBRA DA SILVA, como incursos nas penas do Art. 33, caput da Lei nº 11.343/06. 2) ABSOLVER os acusados MARCONDES DA SILVA CARDOSO e KLEISON COIMBRA DA SILVA da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à individualização da pena.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0137/2019

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0215050-19.2008.8.04.0001 (001.08.215050-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADA: Shirlene Pantoja de Mendonça - Diante do exposto e pelas razões acima declinadas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na Denúncia para ABSOLVER a ré, SHIRLENE PANTOJA DE MENDONÇA, devidamente qualificada nos autos, e o faço com fundamento no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0636825-49.2013.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Estupro - PACIENTE: Joao Bosco da Cruz Araujo. - Intime-se o advogado acerca da Decisão de fls. 74/76

Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0029254-28.2003.8.04.0001 (001.03.029254-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.N.V.S. - Pelo o exposto, ante a ausência de interesse processual justificador da continuidade da persecução penal, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no artigo 395, inciso II, do Código de Processo Penal e, por conseguinte, extinta a punibilidade do Réu. Requisite-se a devolução da carta precatória independente de cumprimento. Após o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se. Publique-se. Intime-se.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0501366-51.2008.8.04.0001 (001.08.501366-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: D.C.S. e outros - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o Réu FÁBIO LIMA DE SOUZA das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas suficientes para a condenação, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0523828-02.2008.8.04.0001 (001.08.523828-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: J.J.C.N. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo legal, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: AURICLEIA DO CARMO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 13544/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0012974-16.2002.8.04.0001 (001.02.012974-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: N.A.L. - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o(s) delito(s) em tela, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) denunciado(a) Nikson Azevedo Lofiego, devidamente qualificado(a)(s) nos autos, com fulcro nos artigos 109, III c/c 107, IV 1ª figura, ambos do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória determinado nesses autos, caso pendente de cumprimento. Retire-se a audiência de pauta. Publique-se. Intimem-se e arquivem-se os autos, após decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM), ADV: MATHEUS LEÃO ALVES DA SILVA (OAB 13651/AM) - Processo 0211502-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: A.M.A. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para ABSOLVER o Réu das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII,Código de Processo Penal. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória, assim como medida(s) cautelar(es) impostas com fulcro no artigo 319, do Código de Processo Penal, caso pendentes de cumprimento

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM) - Processo 0222570-49.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: L.A.B. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo a intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o despacho de fl. 80.

ADV: CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM), ADV: DANIEL ZAWASK DO NASCIMENTO BARBOSA (OAB 11180/AM), ADV: LENILSON FERREIRA PEREIRA (OAB 13914/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: LUAN OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10910/AM), ADV: THANDRA P. DE SENA (OAB 4087/AM), ADV: ADRIELE KEVENY FERNANDES MENEZES (OAB 13963/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM) - Processo 0245546-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.R.S. - Considerando a ausência de oposição do Ministério Público (manifestação às fls. 167) e com fulcro nos arts. 268 e seguintes do Código de Processo Penal, HOMOLOGO o pedido de habilitação de assistente de acusação de fls. 156, ocasião em que determino que sejam cadastrados os patronos junto ao SAJ (procuração às fls. 157), a fim de que se produza seus devidos efeitos. Intimem-se os assistentes acerca da Audiência de Instrução e Julgamento aprazada para o dia 24/02/2020, às 9h30 (fls. 132).

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0501438-38.2008.8.04.0001 (001.08.501438-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: I.S.P. - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o(s) delito(s) em tela, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) denunciado(a) Ivanilson Soares Peixoto, devidamente qualificado(a)(s) nos autos, com fulcro nos artigos 109, III c/c 107, IV 1ª figura, ambos do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da

pretensão punitiva. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória determinado nesses autos, caso pendente de cumprimento. Retire-se a audiência de pauta. Publique-se. Intimem-se e arquivem-se os autos, após decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0602517-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: E.S.C. - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, na medida em que: a) condeno o Réu Edivaldo dos Santos Correa como incurso nas penas dos artigos 217-A c/c art. 71, todos do Código Penal; b) fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.Considerando que a pena privativa de liberdade do Réu foi fixada em 17 (dezessete) anos, 03 (três) meses e 01 (um) dia de reclusão, o regime inicial de cumprimento de pena deverá ser o regime fechado, conforme dispõe o art. 33, § 2º, "a", do Código Penal.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0610928-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: N.F.M. - Intime-se a Defesa constituída para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais. Quanto ao requerimento de fl. 332, no sentido de ser oficiado à SEAP para que informe a este Juízo sobre eventual falha no equipamento de monitoração eletrônica, o INDEFIRO, pois trata-se de questão administrativa a ser dirimida entre Réu e aquela Secretaria. À Secretaria para as providências.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0613901-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.J.S. - Considerando a ausência de oposição do Ministério Público (manifestação às fls. 195) e com fulcro nos arts. 268 e seguintes do Código de Processo Penal, HOMOLOGO o pedido de habilitação de assistente de acusação de fls. 180/181 e 188/191, ocasião em que determino que seja cadastrado o patrono junto SAJ (procuração às fls. 182), a fim de que se produza seus devidos efeitos. Tendo em vista que as partes já estão intimadas (fls. 188/191), aguarde-se a Audiência de Instrução e Julgamento aprazada para 13/09/2019, às 8h.

Adriele Keveny Fernandes Menezes (OAB 13963/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Auricleia do Carmo Oliveira da Silva (OAB 13544/AM)
CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel Zawask do Nascimento Barbosa (OAB 11180/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Lenilson Ferreira Pereira (OAB 13914/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luan Oliveira da Silva (OAB 10910/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Matheus Leão Alves da Silva (OAB 13651/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Thandra P. De Sena (OAB 4087/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0220604-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.L.F.P. - D E S P A C H O Compulsando a petição de fls.156/157 e documentos, não foi possível inferir se as provas juntadas pela Defensoria Pública às fls. 158/163 referem-se às provas produzidas nos autos n. 0230812-31.2015.8.04.0001, e que se pretendia emprestar a estes autos. Considerando que, antes da análise da referida petição por este Juízo, o Réu constituiu novo patrono, consoante procuração de fls. 173, determino que a Secretaria deste Juízo proceda ao cadastro do novo defensor nos autos e, ao depois, intimeo a fim de que manifeste-se acerca dos pedidos formulados pela defensoria pública às fls. 156/157, especificando se os documentos juntados às fls. 158/163 referem-se às provas produzidas nos autos n. 0230812-31.2015.8.04.0001.

Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO
JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: YURI CHRYSTINE PINTO SIQUEIRA ROLO (OAB 9279/AM) - Processo 0200495-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Luiz Ricardo Silva dos Santos - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 22/10/2019 às 10:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM), ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0219225-80.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Hugo Ferreira Lima - Nesse cenário e em harmonia com a promoção ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA da PRESCRIÇÃO, em favor de HUGO FERREIRA LIMA e o faço com fulcro nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, 115 e 109, inciso IV, todos do Código Penal e art. 61 do CPP.

ADV: ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA (OAB 4689/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM) - Processo 0227222-80.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Jackson Silva de Oliveira - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante da denúncia para CONDENAR o denunciado JACKSON SILVA DE OLIVEIRA, qualificado na denúncia, na sanções do artigo 302, § 2°, da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro (três vezes) c/c art. 70 do Código Penal, pelo o que, passo aplicar a dosimetria da pena em consonância aos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0229352-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Humberto de Souza

Martins Junior - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 16/10/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0234822-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Danny Manttit Guimarães Piti - CERTIFICO que a audiência de Instrução e Julgamento designada para a data 12/06/2019 às 12:00h, NÃO SE REALIZOU, tendo em vista que o Juiz em exercício nesta Vara, Dr. Yuri Caminha Jorge, encontra-se na Comarca de Itamarati/AM. CERTIFICO que fica redesignada a audiência para o dia 07/11/2019 às 11:00

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0241153-48.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - DENUNCIADO: Rudney Barbosa de Melo - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 06/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0242928-35.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Rozane Barbosa Mesquita - Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Rozane Barbosa Mesquita, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0242928-35.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Rozane Barbosa Mesquita - C E R T I D Ã O Certifico que, na data 29/08/2019, uma copia dos presentes autos foi movida para a fila Ministério Público - Intimação, assim como uma cópia foi movida para a fila Publicação de Edital. Manaus, 30 de agosto de 2019. Célio de Lima Tavares Assistente Judiciário

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0247344-51.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Jeferson Alves Loiola - O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0247344-51.2013.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado JEFERSON ALVES LOIOLA, Brasileiro, Desempregado, RG 2774089-7-SSP/AM, CPF 943.142.092-91, pai Jose Borges Loiola, mãe Sonia Rosario Alves Pereira, Nascido 22/04/1985, natural de Porto Velho - RO, com endereço à Avenida Tefé, 45-B, Comunidade Santa Luzia, Japiim, próximo ao jornal do comércio, CEP 69068-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta à acusação, nos termos dos artigos 361, 363 e 396, todos do CPP. Não comparecendo o acusado na sede deste Juízo , situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), e nem oferecendo resposta à acusação, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 03 de setembro de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0261112-10.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: William Montemurro - Diante do exposto e em acolhimento às alegações finais do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e CONDENO o acusado WILLIAM MONTEMURRO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelos artigos 303, parágrafo único c/c inc. I, do § 1º, do art. 302 (três vezes) e art. 306, todos do Código de Trânsito Brasileiro, pelo que passo a aplicar a dosimetria das penas em consonância com os artigos 59 e 68, ambos do Código Penal:

ADV: RAIMUNDO RADILHO CORREA (OAB 3723/AM) - Processo 0600415-16.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - DENUNCIADO: Antonio Joacilei Mar do Nascimento - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 25/11/2019 às 10:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0603215-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Thiago Marques Lima - RÉU: Marcio Marques de Oliveira - Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Marcio Marques de Oliveira, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0613026-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Desacato - ACUSADO: Anderson Santos Pinhao - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 25/11/2019 às 09:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0614910-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Djalma Rosa Rios - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Proposta de Suspensão Condicional do Processo (Art. 89 da Lei nº 9.099/95) relativa ao procedimento em epígrafe foi pautada para o dia 25/09/2019, às 08:00h. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR CAMPELO NAVEGANTE (OAB 12475/AM) - Processo 0616715-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Jeova Ferreira dos Santos - Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Jeova Ferreira dos Santos, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95.

ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM) - Processo 0616715-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Jeova Ferreira dos Santos - C E R T I D Ã O Certifico que, nesta data, uma copia dos presentes autos foi movida para a fila Ministério Público - Intimação, assim como uma cópia foi movida para a fila Publicação de Edital. Manaus, 29 de agosto de 2019. Célio de Lima Tavares Assistente Judiciário

ADV: VINICIUS MEDEIROS ARENA DA COSTA (OAB 14630/MS) - Processo 0632276-25.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADA: Renata Maquiné Gomes da Silva - CERTIFICO que a audiência de Instrução e Julgamento designada para a data 12/06/2019 às 10:30h, NÃO SE REALIZOU, tendo em vista que o Juiz em exercício nesta Vara, Dr. Yuri Caminha Jorge, encontra-se na Comarca de Itamarati/AM. CERTIFICO, ainda, as presenças das Vítimas Jamilly Ribeiro de Melo e Renan Souza da Silva e da testemunha e Ícaro Sebastião Almeida Bonfim , e as ausências da Acusada, tendo em vista que a mesma não foi intimada, e da Testemunha, PM Gledson Cordeiro Miranda, apesar de intimados conforme ofício de fl. 168. CERTIFICO que fica redesignada a audiência para o dia 04/11/2019 às 11:15, ficando desde já intimados os presentes, e devendo a Secretaria expedir novo mandado e intimação em nome da Acusada.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM) - Processo 0662296-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Antonio Cassemiro de Oliveira Junior - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Proposta de Suspensão Condicional do Processo

(Art. 89 da Lei nº 9.099/95) relativa ao procedimento em epígrafe foi pautada para o dia 25/09/2019, às 08:00h. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente. É o que me cumpre certificar.

Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Anderson Luiz de Almeida (OAB 4689/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Elaine Navegante do Amaral (OAB 9092/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Ribamar Campelo Navegante (OAB 12475/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Raimundo Radilho Correa (OAB 3723/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
vinicius medeiros arena da costa (OAB 14630/MS)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)
Yuri Chrystine Pinto Siqueira Rolo (OAB 9279/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0207049-64.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Emerson de Castro Pinheiro - Autos nº:0207049-64.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado DESPACHO Chamo à ordem os presentes autos para RATIFICAR o r. Despacho de fls. 104. Paute-se nova audiência preliminar para o Dia 02/10/2019, às 10h51, conforme certidão às fls. 107. Juntem-se aos autos certidões de antecedentes criminais. Intimações necessárias. Cumpra-se. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. [Assinatura digital]

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0210904-56.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Herlen Maia da Silva - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, Em atenção à Sentença de fls. 135/137 e a certidão de trânsito em julgado da secretaria à fl. 145, determino o arquivamento do presente feito com as anotações de estilo e os rigores de praxe. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 03 de setembro de 2019.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0224648-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Valcicley Costa da Silva - Autos nº.:0224648-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Trata-se de apresentação da RESPOSTA À ACUSAÇÃO às fls. 58/62, ingressa por VALCICLEY COSTA DA SILVA, através de seu Causídico, BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES, que alegou, em sede de preliminar, a transação penal ou suspensão condicional, vez que é obrigatório o oferecimento proposta de transação penal, nos moldes do art. 76, da LCA, pugnando, pelo chamamento a ordem dos feitos e a cassação da decisão as fls., que recebeu a denuncia, em sequencia, para designar audiência preliminar. Por fim, pugnou pelo julgamento improcedente. De pronto, DENOTO que o Ministério Público, ou qualquer outro sujeito, ao propor a transação penal, já está exercendo a ação penal, pois, a rigor, para a proposta do acordo há necessidade de indicação do cometimento de um fato, em tese, delituoso, havendo já uma imputação, até para se legitimar a aplicação da pena. Dessa forma, a parte acusatória, em verdade, não estaria renunciando a nada ao transacionar com o imputado, pois, ao propor o acordo, está exercendo a ação, que levará, se o acordo for aceito pelo imputado, e desde que homologada em juízo, à aplicação imediata de pena restritiva de direitos, ou multa. Ensina Márcio Franklin Nogueira: "[...] é bom observar que, em realidade, o Ministério Público não transige com nada ou quase nada, porque não tem direito a uma determinada pena, mas tão-só, e se for o caso, à condenação, a fim de que se aplique uma pena [...]". Por essa ótica, seria discutível a natureza de acordo da transação penal, pois, para que haja acordo, deve haver concessões recíprocas e, de certa forma, paritárias. O que ocorre na transação penal não é exatamente isso, pois, para o Estado, não haverá concessão significativa de nada se em comparação com as vantagens advindas com aplicação imediata de pena. Assim, a previsão de consenso penal, em nosso ordenamento jurídico, não fez uma concessão ao princípio da oportunidade nas ações penais públicas, tendo previsto apenas possibilidades de resolução mais céleres dos casos, e por que não dizer, antecipadas, dos conflitos penais, que não deixam de obedecer à obrigatoriedade, caso a autoridade competente tome conhecimento da ocorrência das infrações penais para as quais seja possibilitado o consenso entre as partes. A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA é um instituto previsto no Código de Processo Penal brasileiro cujo escopo é à extinção dos feitos, preliminarmente, ou melhor, ocorre um julgamento de mérito antecipado, efetivamente propicio ao acusado. Dessa forma, esse "decisum" põe fim ao processo, julgando improcedente a pretensão estatal punitiva. Em verdade, a ideia de absolvição sumaria deveria ter sido idealizada para outras situações e não para o momento processual em lume, após a defesa prévia do réu. Poder-se-ia autorizar o Magistrado quando, durante a instrução, formasse prova sólida a cerca da inocência do réu, encerrar o feitos, absolvendo sumariamente. Não é o caso, pois, NÃO VISLUMBRO causa manifesta de exclusão da culpabilidade somente pelo fato de ter o Réu oferecido sua defesa prévia. A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA no procedimento comum na forma do ordenamento em vigor, ocorre nas seguintes hipóteses: a) Existência manifesta de causa excludente da ilicitude. - b) Existência manifesta de causa excludente da culpabilidade, salvo inimputabilidade. Não é possível, portanto, absolvição sumária imprópria. Apesar de a medida de segurança não ser pena, possui nítido caráter de sanção penal, e assim deve se permitir ao acusado que se defenda ao longo do processo para demonstrar sua inocência. - c) Quando o fato narrado não constitui crime (atipicidade formal ou material). - d) Causa extintiva da punibilidade. O perdão judicial é a única hipótese de causa extintiva da punibilidade que não pode ser concedida nesse momento, pois pressupõe reconhecimento de culpa. (CPP, art. 397). No que tange ao art. 397, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).: Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; e, III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Existe ainda, a excludente supra-legal denominada inelegibilidade de conduta diversa. Não se adequa finalmente, argumentação de que o fato narrado não constitui crime. Essa atipicidade, se demais evidente implicaria em rejeição imediata da denúncia ou queixa. Ademais, NÃO ENXERGO ainda, existência de argumento sólido ou prova documental densa, que permita essa percepção. Do mesmo modo, a extinção de punibilidade prevista no art. 61, da Lei Adjetiva Penal, não abrolha no presente. CUMPRIDO, dessa forma, o disposto nos termos do art. 396-A com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08 e não tendo sido verificadas quaisquer das hipóteses do art. 397, que redundariam em ABSOLVIÇÃO SUMARIA. Assim, PAUTE-SE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser realizada na sala de audiência de Vara Especializada da Meio Ambiente. JUNTEM-SE aos autos, o(s) antecedente(s) criminal(is) do(s) réu(s). INTIMAÇÕES necessárias, inclusive, se necessário por precatória. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 02 de setembro de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0224861-66.2009.8.04.0001 (001.09.224861-7) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDA: Ruth Garcia de Lima e outros - Autos n.° 0224861-66.2009.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível/ PROC SENTENÇA S/MÉRITO - CARÊNCIA DA AÇÃO Vistos, ... RECEBO hoje, Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE MANAUS, contra o ALESSANDRO BARBOSA DE SOUZA, pessoa física; HEBER OLIVEIRA DA SILVA, pessoa física; e ainda, RUTH GARCIA DE LIMA, pessoa física, autos distribuídos em 03/06/2009. Argumentou o Requerente, em síntese, que as parte requeridas e devidamente qualificadas na exordial são identificados como líderes do movimento de ocupação no Bairro Novo Aleixo, integrante do Corredor Ecológico e Urbano do igarapé do Mindú em Manaus/AM. Ensejou o Autor que em 05/05/2009 foi realizado vistoria técnica, originando-se a Informação Fiscal nº 031/2009-GEFIS/SEMMA, com escopo de apurar a existência de diversos imóveis localizada no Bairro Novo Aleixo, insertos na Área de Preservação Permanente integrante do Corredor Ecológico e Urbano do Igarapé do Mindú, em Manaus/AM. Espelhou a Municipalidade que os Requeridos edificaram os imóveis na área objeto da presente lide, porém foram demolidas por ato administrativo, no tocante a quinze (15) armações, dez (10) barracos desabitados e quatros (4) outros ocupantes notificados. Tendo sido, realizada outra fiscalização, em 11/05/2009, denotada nova ação de invasão, tendo sido essa reprimida com a demolição de dez (10) armações, cinco (5) barracos, e ainda, foram notificados mais cinco (5) ocupantes. Pugnou o Requerente pela concessão da liminar, quanto a retirada imediata de todas as edificações habitadas ou não, na extensão do ocupação irregular no Bairro Novo Aleixo, que se encontram insertas na Área de Preservação Permanente - APP do Igarapé do Mindú, em Manaus/AM, anexando aos presentes autos os documentos de fls. 16 "usque" 37. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA prolatada às pág. 40/43 concedeu liminar pleiteada para o fim específico de imediata retirada de toda edificação, na extensão em que se encontra ocupando a Área de Preservação Permanente do Igarapé do Mindú, no bairro Novo Aleixo, em Manaus/AM, afetada pela invasão em tela. No dia 10/08/2009, a oficiala de justiça devolveu o r. Mandado de Desocupação não cumprido, expedido contra Alessandro Barbosa de Souza, certificando que deixou de dar cumprimento, em virtude de haver um outro mandado de desocupação sendo cumprido pelo Oficial de Justiça, Sr. Valci Amarildo Gondim Santos, segundo informação dos Autores da Ação, conforme certidão acostada às pág. 55/56. No dia 16/09/2009, a oficiala de justiça, Sr. Leida Mara Dias de Oliveira, devolveu o r. Mandado de Desocupação não cumprido, expedido contra Ruth Garcia de Lima, devido não haver localizado o endereço indicado no mandamus, conforme certidão expedida às pág. 65/66. No dia 05/04/2010, foi dado cumprimento à ordem de desocupação da área objeto da presente lide, pelo r. Oficial de Justiça, Sr. Valci Amarildo Gondim Santos, conforme certidão acostada às pág. 71, informando inclusive, sobre a impossibilidade de citar a parte requerida, Heber Oliveira da Silva, por motivo do mesmo não mais residir naquela ocupação. (grifo nosso). No dia 21/10/2015, às pág. 105, foi prolatado despacho determinando à parte requerente para se manifestar sobre a continuidade da ação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de julgamento sem mérito, nos moldes do artigo 267, II do CPC. No dia 26/11/2015, às pág. 109, a parte requerente ingressou com petição informando que como as primeiras providências de desocupação deram-se no ano de 2009, torna-se-ia necessária à elaboração de um relatório atualizado acerca da situação da área, requerendo o prazo de 30 dias para que o órgão ambiental verificasse se a área foi objeto de nova ocupação. No dia 12/01/2016, às pág. 110/114, decorrido um tempo exaustivo, a parte requerente ingressou com novo petitório, aduzindo que nova ocupação se realiza na área de preservação permanente do Parque das Garças, e pugnando, pela concessão de liminar, de forma a contemplar a retirada da moradia ilegal nos lotes objetos no torrão supracitado. (grifo nosso). No dia 01/04/2016, foi prolatada Decisão Interlocutória às pág. 116/118, indeferindo pleito às pág. 110, por entender que não há condições em sede de liminar, visto que, já fora atendida na exordial, e por segundo, é outro objeto em torrão e requeridos (autores) diferentes. No mesmo diapasão, verificou-se que as partes requeridas na exordial, sequer haviam sido citadas, determinando a citação dos mesmo para apresentarem a contestação no prazo legal. Às pág. 126, 127 e 129 foram juntados as certidões dos r. Oficiais de justiça, relativo aos r. Mandados de Citação devolvidos cumprido com ato negativos, devido aos endereços das partes requeridas fornecidos nos autos estarem incompleto e/ou insuficientes, posto que não consta o numeral do local onde possa ser encontrado o destinatário. No dia 05/06/2017, às pág. 130 foi prolatado Decisão determinado ao autor do processo para se manifestar acerca da certidão negativas de fls. 125/126. No dia 29/06/2017, a municipalidade apresentou manifestação a respeito do despacho às pág. 130, aduzindo que houve um equívoco da Secretaria da Vara na confecção dos mandados, esquecendo-se de colocar o endereço completo, enquanto essa informação foi fornecida ao Juízo nas fls. 113/114, requerendo seja feito novo mandado. No dia 19/07/2017, às pág. 147 a Secretaria expediu certidão informando, - "que deixei de emitir Mandado de Citação às partes, visto que o endereço que consta nos autos, em fls. 113/114, é insuficiente: não especifica à qual Requerido pertence.". No dia 09/01/218, às pág. 148, foi prolatado Despacho determinado intimar a parte autora para informar o endereço completo de cada um dos Requeridos constantes na exordial. No dia 23/10/2018, às pág. 152, foi prolatado Despacho determinado reiterar a intimação ao Município de Manaus para, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), informar endereço completo de cada um dos requeridos na exordial, sob pena de extinção, pois, da análise dos autos, verificou-se que o autor foi intimado para apresentar o endereço dos réus, entretanto, manteve-se inerte até àquela data. No dia 03/12/2018, às pág. 157, a parte requerente, o Município de Manaus, apresentou manifestação informando que os imóveis que se encontram irregulares, pois em área de preservação permanente (fls. 112), são os dos seguintes endereços: Rua Itaquaquecetuba, n.° 01, 03, 35 e 47, Parque das Garças, Bairro Novo Aleixo, requerendo expedição de mandado de citação para os ocupantes desses imóveis. Aduz ainda, a municipalidade, que conforme informações da SEMMAS, são os únicos ainda em APP, sendo que a jurisprudência do STJ é mansa quanto a desnecessidade de nominar os réus nessa situação, vide o REsp n° 1.314.615/SP e REsp n° 977662/DF, dentre outros. Não há contestação nos autos a ser analisada pelo Juízo, visto que não foi possível localizar para efetivar a citação das partes requeridas nos endereços exarados na exordial. É o breve relatório. JULGO. Inicialmente, anuncio o julgamento antecipado da lide, uma vez que se trata de matéria apenas de direito, nos termos do art. 355, I, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (NCPC). PRELIMINAR: CARÊNCIA DE AÇÃO Houve, o cumprimento da ordem liminar concedida de desocupação da área irregular do Bairro Novo Aleixo, integrante do Corredor Ecológico e Urbano do igarapé do Mindú, em Manaus/AM, objeto da presente lide, realizada no 05/04/2010, pelo r. Oficial de Justiça, Sr. Valci Amarildo Gondim Santos, conforme certificação às pág. 71, através da qual, informa ainda, sobre a impossibilidade de citar a parte requerida, Heber Oliveira da Silva, por motivo do mesmo não mais residir naquela ocupação. A municipalidade no dia 26/11/2015, às pág. 109, informa que as primeiras providências de desocupação deram-se no ano pretérito de 2009. A Informação n.º 1566/2015 - DEGTA/SEMMAS de 18/12/2015, às fls. 112/114, exara inspeção realizada, onde verificou-se a existência de aproximadamente, quatro (04) lotes insertos parcialmente em Área de Preservação Permanente (APP) na área Parque das Garças, contendo endereço e identificação desses invasores, divergentes das três (03) partes requeridas, já qualificadas na exordial, sendo, Alessandro Barbosa de Souza, Heber Oliveira da Silva e, Ruth Garcia de Lima, como invasores da Área de Preservação Permanente (APP) do Novo Aleixo, integrante do Corredor Ecológico e Urbano do Igarapé do Mindú, em Manaus/AM. Vê-se, portanto, que não subsiste o intento da parte requerente, o Município de Manaus, que era obter a retirada imediata de todas às construções habitadas ou não e, citação das partes requeridas, Alessandro Barbosa de Souza, Heber Oliveira da Silva e, Ruth Garcia de Lima, uma vez que foram retirados da área em 2010 através do cumprimento do mandado de desocupação da Área de Preservação Permanente (APP) do Novo Aleixo, integrante do Corredor Ecológico e Urbano do Igarapé

do Mindú, em Manaus/AM, conforme constam dos documentos nos autos. Não obstante, a municipalidade não conseguiu trazer à baila os endereços corretos e completos, ou novos endereços completos das partes requeridas na exordial, com fito de propiciar a efetiva citação, conforme determinado por várias vezes por este Juízo Ambiental, ao contrário, informou dados relativos a outrens fora do objeto do presente processo, sendo essa uma das causas da negativa de nova medida liminar nos termos da decisão prolatada às pág. 116/118. No direito pátrio, Candido Rangel Dinamarco, por exemplo, sustenta que o "objeto do processo" (leia-se, dentro da significação terminológica aqui adotada, objeto material) consiste exclusivamente no pedido formulado pelo demandante, uma vez que os fundamentos de fato e de direito que o demandante inclui na demanda têm o simples objetivo de construir o raciocínio lógico jurídico que, segundo ele, conduz ao direito afirmado, sem vantagem prática para o autor ou mesmo para o réu, na vida externa do processo. Para lograr êxito no conhecimento do mérito do litígio deve o proponente demonstrar o concurso das condições para tanto, vale dizer, deve emergir da inicial, ainda que em caráter superficial, a legitimidade ad causam, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir. O interesse de agir (condição em particular que aqui nos interessa), consubstanciado no binômio necessidade e adequação. Será necessária sempre que por outro meio, senão a via processual, não se puder obter a proteção do interesse substancial ameaçado ou violado e, adequada, quando o tipo de procedimento escolhido for juridicamente útil à tutela do interesse que se busca a proteção. Como bem aponta BEDAQUE, a falta de interesse decorre da não correspondência entre o fato narrado e a tutela pleiteada, que pode ser desnecessária ou inadequada. Nesse tino, tendo em vista que o objeto da presente demanda em primeiro, é obter a retirada imediata de todas às construções habitadas ou não, na Área de Preservação Permanente (APP) do Novo Aleixo e, a segundo evento, a citação das partes requeridas, ALESSANDRO BARBOSA DE SOUZA, HEBER OLIVEIRA DA SILVA, E RUTH GARCIA DE LIMA, sendo que, para o evento primeiro, já foi realizado integralmente em tempo hábil, pelo r. Oficial de Justiça, conforme certificação às pág. 71, com relação ao segundo evento, à citação das partes requeridas, para esta, não assiste razão para o prosseguimento do feito em consequência da perda superveniente do interesse de agir, considerando a falta da prestação de informação da qualificação correta sobre as partes requeridas. Assim, há de se reconhecer a falta de interesse de agir do requerente, ocasionada pela perda superveniente do objeto nos autos. Em situação análoga, a Jurisprudência pátria se manifestou no mesmo sentido: EMENTA: ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE AERONAVES. UNIÃO. FORÇA ÁREA BRASILEIRA (FAB). PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO E , POR CONSEQUÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ART. 267, VI, CPC. REMESSA IMPROVIDA. 1 - Trata-se remessa necessária em ação popular, na qual se objetiva a anulação do procedimento licitatório referente ao pedido de oferta para a aquisição de aeronaves do projeto CT-X. 2 - Correta a sentença que extinguiu o processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC, visto que a União informou às fls. 354/355 o encerramento, em caráter definitivo, do programa de seleção das aeronaves no projeto CT-X. Uma vez finalizada a licitação objeto da lide, em que se objetivava a sua anulação, caracterizada está a perda do objeto por fato superveniente, o que, por consequência, também exclui o interesse processual do autor. 3 - Assim, tendo em vista que a ação perdeu a sua razão de existir, deve ser reconhecida a perda do objeto da demanda, acarretando a superveniente falta de interesse de agir, o que conduz o processo à extinção, por força do art. 267, VI, do CPC. 4 - Remessa improvida. Sentença mantida na íntegra. (TRF-2 - REO: 200651010173950 RJ 2006.51.01.017395-0, Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 12/08/2009, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::31/08/2009 - Página::105). Assim, patente a demonstração da carência de ação a qual VISLUMBRO. "Ex positis", JULGO SEM MÉRITO os feitos, por via de consequência, DECLARO A EXTINÇÃO do processo, nos moldes do art. 485, VI, do Novo CPC, por decorrência da carência da demanda. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO, PhD Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0229886-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Alcy Andrade de Souza - Autos n.º 0229886-16.2016.8.04.0001 -

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0602376-31.2014.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: ABRAÃO DA SILVA SANTOS e outros - Autos nº 0602376-31.2014.8.04.0001 - Termo Circunstanciado SENTENÇA C/ MÉRITO - EXTINTIVA Vistos, ASSUMO hoje, Trata-se de PROCEDIMENTO PENAL AMBIENTAL, ingresso pelo MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 53ª PRODEMAPH, em desfavor de ABRAÃO DA SILVA SANTOS, pessoa física, ABILIO CASTRO MESQUITA, pessoa física, e ainda, LEANDRO GATO DE MELO, pessoa física, pela prática do fato típico previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido 20/01/2014. PARECER MINISTERIAL pugnando pela extinção do feito por ocasião da prescrição, fls. 231. É a síntese do necessário. JULGO. "Ab initio", extingue-se a punibilidade por não ter o Estado exercido seu direito de punir dentro dos prazos legais, atingindo os crimes de ação pública e privada. Se a pena não é imposta ou executada dentro de determinado prazo previsto em lei, o jus puniendi do Estado é eliminado, perdendo ele o interesse pela punição. Diz Magalhães Noronha, que as pessoas não podem ficar eternamente sob ameaça da ação penal, ou sujeitas indefinidamente aos seus efeitos. Essa é a principal razão da existência do instituto, que é a extinção da punibilidade baseado na fluência do tempo. "No nosso Direito positivo tudo prescreve: o crime, a ação, a pena (o ato, a pretensão punitiva e a pretensão executória). É matéria de ordem pública. O réu não pode renunciar à prescrição adquirida e pedir para ser julgado ou punido". O crime ambiental narrado nos autos possui pena máxima igual a um ano, sendo alcançado pela prescrição da pretensão punitiva em 04 anos (art. 109, V do CP). Dessa forma, é patente a prescrição da pretensão punitiva, já que passam mais de 4 anos desde a data do fato. Pois, o fato de seu em 20/01/2014 que se deu em 20/01/2018. Merecendo, assim ser declarada a extinção da punibilidade, nos temos do artigo 107, IV, do Código Penal. "Ex positis", em consonância a promoção ministerial as fls. 231, JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por consequência, DECLARO EXTINÇÃO da punibilidade de ABILIO CASTRO MESQUITA, ABRAÃO DA SILVA SANTOS e LEANDRO GATO DE MELO, por decorrência do fenômeno prescricional, nos termos do art. 107, IV, primeira parte; art. 109, V, do Código Penal Brasileiro c/c art. 46, p.u. Da Lei nº 9.605/98. Após o trânsito julgado, ARQUIVE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 02 de setembro de 2019 (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0620908-48.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Fabrício dos Santos Pereira e outro - RECEBO a DENÚNCIA MINISTERIAL acima mencionada, em face dos réus, Carlos Alberto Lima do Nascimento e Fabrício dos Santos Pereira, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal, por inexistir quaisquer das hipóteses previstas no art. 395, do mesmo Diploma Legal, bem como, por preencherem os requisitos previstos no art. 41, do Código de Processo Penal. DETERMINO à Secretaria deste Juízo, a evoluir os Autos para Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo e, respectivo registro em partes e representantes para o tipo Réu, bem como, proceder a citação do Réu, para que, no prazo de dez (10) dias, respondam à acusação por escrito, ocasião em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CITE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0626183-07.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Paulo Augusto Santos Palha - DESPACHO Acolho a Promoção Ministerial às pág. 20. PAUTE-SE audiência preliminar de Transação Penal, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada do Meio Ambiente - VEMA. JUNTEM-SE as certidões de antecedentes criminais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. NOTIFIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM) - Processo 0629301-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Da Poluição - DENUNCIADO: C. H. A. Bar Comercio de Produtos Alimenticios Ltda-me e outros - Autos n.º:0629301-59.2017.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário DESPACHO DETERMINO à Secretaria que intime a parte denunciada para que apresente suas contrarrazões no prazo legal. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0644876-10.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Marcilio Viana Barros - RECEBO a DENÚNCIA MINISTERIAL acima mencionada, em face do réu, Marcilio Viana Barros, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal, por inexistir quaisquer das hipóteses previstas no art. 395, do mesmo Diploma Legal, bem como, por preencherem os requisitos previstos no art. 41, do Código de Processo Penal. DETERMINO à Secretaria deste Juízo, a evoluir os Autos para Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo e, respectivo registro em partes e representantes para o tipo Réu, bem como, proceder a citação do Réu, para que, no prazo de dez (10) dias, respondam à acusação por escrito, ocasião em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CITE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019.

(Sem Patrono) (OAB /AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0099/2019

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0204967-66.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - INDICIADO: R.A.C. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0204967-66.2017.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 79/81, que determina: "[...] Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a insuficiência das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em consequência, o ABSOLVO, com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal. Intimem-se.

ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0601131-83.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: C.F.G. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0601131-83.2018.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 26/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 3 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se.

ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM) - Processo 0601167-28.2018.8.04.0020 (apensado ao processo 0621082-15.2017.8.04.0015) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: F.H.N. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0601167-28.2018.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 28/11/2019 às 08:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0603144-26.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - REQUERENTE: M.E.C.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0603144-26.2016.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 123/124, que determina: " [...] Defiro o pedido Ministerial e determino nova data de audiência de instrução para o dia 10/09/2019 às 9:30h. Intimem-se.

ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM), ADV: LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO (OAB 8517/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0604446-85.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0602305-93.2019.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: M.S.P. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a insuficiência das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, o ABSOLVO, com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal.

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0637508-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: F.G.C. - Forte nos argumentos expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que condeno o acusado nas sanções penais do art. 24-A da Lei nº 11.340/2006 e artigo 147 do Código Penal. Suspendo, pois, a execução da pena pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições: a) proibição de se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; b) comparecimento pessoal e obrigatório à VEMEPA, bimestralmente, para informar e justificar suas atividades laborativas; c) Participar de palestra(s) promovida(s) pela VEMEPA e de Grupo de Terapia Comunitária pelo prazo que a equipe psicossocial daquela Vara fixar. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA Diante da concessão do sursis e considerando o quantum da pena, além da primariedade e bons antecedentes do réu, revogo a sua prisão preventiva, concedo-lhe o benefício de apelar em liberdade. Expeça-se o respectivo alvará de soltura clausulado.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Lúcia Erika de Oliveira Barreto (OAB 8517/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0090/2019

ADV: FABIANA OLIVEIRA BARROSO (OAB 13257/AM) - Processo 0656609-36.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: J.L.O. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 03/12/2019, às 10:30h.

ADV: FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM) - Processo 0658269-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0607119-45.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: J.R.G.A. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 10:15h.

Fabiana Oliveira Barroso (OAB 13257/AM)
FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: JANNIER MARCELLO QUEIROZ DE SOUZA (OAB 6653/AM) - Processo 0200404-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0647991-05.2018.8.04.0001) - Exceção de Incompetência de Juízo - Decorrente de Violência Doméstica - RÉ: Clara Alyce Pequeno Bentes - SENTENÇA: Isso posto, declaro prejudicada a exceção de incompetência (fl. 01/08). Intime-se as partes. Decisão impassível de recurso, à vista de trânsito em julgado naquel'outro feito. Certifique-se trânsito e arquive-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0225669-22.2019.8.04.0001 (processo principal 0621050-18.2018.8.04.0001) - Exceção de Litispendência - Contravenções Penais - REQUERIDO: M.J.A.M. - SENTENÇA: Isso posto, INDEFIRO exceção de litispendência (fl. 01/03). Intime-se desta MP e Réu, por advogado. Caso inexista recurso, certifique-se preclusão e arquive-se.

ADV: MAXON DO NASCIMENTO SOUZA (OAB 12615/AM) - Processo 0606454-92.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633466-18.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: A.C.B.N. - RÉU: T.M.A. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 05/11/2019, às 11:30h.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0615545-12.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: P.K.P. - REQUERIDO: M.J. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0623968-58.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606849-84.2019.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: R.V.S. - De ordem do MM. Juiz, procedo com a intimação da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teor da petição retro.

ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0631269-56.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: W.M.F. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM) - Processo 0637034-42.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Lesão Corporal - REQUERENTE: W.A.S. - REQUERIDO: H.L.F.F. - DECISÃO: Isto posto, INDEFIRO pleito de prorrogação. Julgo prejudicado pleito de revogação, formulado pelo Requerido, haja vista que já se operou natural expiração de validade das medidas protetivas (fl. 14), dado terem sido concedidas por 06 meses, a contar da data de intimação do Requerido (03.10.2018 - fl. 24), ou seja, cessada vigência desde 04.04.2019. Intimem-se, por advogados. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM) - Processo 0640486-94.2017.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: M.N.A.S. - REQUERIDO: G.P.F. - DECISÃO: Isto posto, INDEFIRO os pedidos formulado pelo requerido, mantenho as medidas protetivas integralmente até o término de seu prazo de vigência.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0643624-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.C. - DECISÃO: Há necessidade, assim, de se obter melhores esclarecimentos na audiência de instrução. Diante do exposto e em consonância com o Parecer Ministerial, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória formulado pelo acusado/indiciado em epígrafe, por não preencher o mesmo os requisitos legais para sua concessão.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM) - Processo 0644537-51.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640486-94.2017.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: M.N.A.S. - REQUERIDO: G.P.F. - DECISÃO: Isto posto, julgo prejudicado o pedido de fls. 60.61. Intimem-se desta as partes, e o MP. Após, arquive-se definitivamente diante de encerramento da atividade cognitiva jurisdicional decorrente de sentença (fls. 43.45) - CPC, art. 494).

ADV: CLEVER GLÓRIA DE LIMA (OAB 13866/AM) - Processo 0645654-43.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: G.B.L. - RÉU: F.C.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 09:15h.

ADV: JEANE FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 12508/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0650666-38.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0649648-79.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: R.L.P. - DESPACHO: Considerando a inversão da ordem prevista no art. 403 do Código Processo Penal, intime-se a Defesa para a apresentação de alegação final.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0656801-66.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: A.M.F.P. - RÉU: T.G.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 03/12/2019, às 09:30h.

ADV: PAULO GEBER DA FROTA (OAB 9485/AM), ADV: MARCOS LEVI DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 14731/AM) - Processo 0658301-70.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0608811-79.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: A.L.C.R.S. - DECISÃO: defiro pedido de restituição de prazo para resposta escrita do Réu (fl. 35/39), uma vez que, como regra, inexiste nulidade sem prejuízo concreto ("pas de nullité sans grief") e o contraditório material ser garantia individual constitucional.

ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0658594-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613990-68.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: J.S.A. - RÉU: D.A.S.N. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 10:00h.

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM) - Processo 0658623-90.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0645385-38.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: R.R.C. - RÉU: T.C.P. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 09:00h.

Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Clever Glória de Lima (OAB 13866/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Jannier Marcello Queiroz de Souza (OAB 6653/AM)
Jeane Fernandes de Almeida (OAB 12508/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Marcos Levi de Oliveira de Lima (OAB 14731/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maxon do Nascimento Souza (OAB 12615/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Paulo Geber da Frota (OAB 9485/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0395/2019

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0600610-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Luiz Marcos Pinto - Dispositivo. Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar o Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito - MANAUSTRANS, na obrigação de anular o(s) Auto(s) de Infração que forem de sua competência, posteriores ao dia 27/05/2010 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Improcedente o pleito de indenização por danos materiais e morais. Em relação ao Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, oficie-se o órgão, para ciência e providências dentro de suas atribuições. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Em seguida, intime-se o MANAUSTRANS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se o devedor não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0600658-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Diógenes Rocha de Oliveira - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, bem como a retificação à graduação de 2º Sargento, a contar de 25 de agosto de 2017, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0601581-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jorge Rodrigues de Matos - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0605694-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Ricardo Ramos da Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes, em parte, os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 09 de junho de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Improcedente o pedido de promoção à graduação de 2º Sargento. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM) - Processo 0606107-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Robson Fernandes - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, para determinar que o MANAUSTRANS anule APENAS os autos ME-783221 70301 e ME-783226 70481, bem como proceda com a devolução da quantia de R$ 586,94 (quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos). Improcedentes os demais pleitos. Extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0606238-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: José Mauro do Amaral Ramos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: FABIANA CRISTINA DE LIMA MOREIRA (OAB 19892/PE) - Processo 0609599-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvio Duarte Farias - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0611661-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jailson da Silva Lima - Do dispositivo Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na inicial, para: 1) condenar o requerido Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN-Am na obrigação de fazer, consistente em desvincular da titularidade do autor a motocicleta DJ150-5, placa OAC 0962, Renavam n° 592480801 (fls. 27), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária no montante de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 15 (quinze) dias multa; 2) condenar, SOLIDARIAMENTE, os requeridos Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN-Am e FRANCISCO BATISTA DE SOUZA VEÍCULOS ME (BATISTA VEÍCULOS) ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização compensatória por danos morais, na forma da fundamentação. Tais valores deverão ser acrescidos de correção monetária a contar do presente julgamento, aplicando-se o IPCA-E, com fulcro no RE 870.947 e de juros de mora desde o evento danoso (Súmula 54 do STJ), nos termos do art. 1º-F da Lei 9494/97, com a redação da Lei nº 11.960/09. Por derradeiro, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada.. Após, mediante manifestação da parte autora, a qual deverá conter a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0616015-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Angela Maria da Silva Vieira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0617406-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antonio Luis Nascimento Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0617825-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Anderson Marcelino da Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LUCIANA DE ARAÚJO CARVALHO (OAB 12170/AM) - Processo 0619665-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Rebeca Brasil da Silva - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0620851-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Gervandro Rodrigues Campos - Ante o exposto, com fulcro no art. 920, III, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os embargos à execução, para reconhecer excesso de execução no valor apresentado às fls. 256, e, de conseguinte, considerando a atualização mais recente apresentada pelo exequente, fixo o débito devido no importe de R$ 12.735,49. Com o trânsito em julgado, deverá o advogado, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular de cada um dos litisconsortes ativos para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. P.R.I.C.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0621751-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Daiane Veras Tavares - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinado na decisão de folhas antecedentes

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0621874-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Getúlio Correia dos Nascimento - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0622030-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Roberto Fonseca da Cunha Filho - Ante o exposto, com fulcro no art. 920, III, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os embargos à execução, para reconhecer excesso de execução no valor apresentado pelo exequente, e, de conseguinte, fixo o débito devido no importe de 2.482,39 (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos). Com o trânsito em julgado, deverá o advogado, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular da conta bancária para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. P.R.I.C.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622849-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Soares de Menezes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinado na decisão de folhas antecedentes

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0623154-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Requisição de Pequeno Valor - RPV - REQUERENTE: Tatiane Rosario Borges - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0623190-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Natanael Ribeiro Lopes Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido/Executado para oferecer CONTESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0623424-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Patente - REQUERENTE: Francisco Palheta da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0625348-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jocely Coelho Campos - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito,

com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0625399-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Deuza Picanço Balieiro - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0626371-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Karla Sabrina Vieira da Costa e Costa - Isto posto, JULGO EXTINTA a presente ação sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V e VI, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Sem custas e honorários, com fulcro no art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627916-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Osvaldo Benarros Lucena - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Osvaldo Benarros Lucena em face da Prefeitura Municipal de Manaus e Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que as partes demandadas são órgãos despersonalizados, integrantes da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuarem em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0628296-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Waldely Batista da Silva - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva do Requerido, resolvendo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: FABRÍCIO CALEBE DO CARMO SANTOS (OAB 8078/AM) - Processo 0629450-84.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosana Cristina de Paiva Salerno - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconheço a ocorrência da prescrição da pretensão relativa aos pleitos indicados na inicial para, com base no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM) - Processo 0629652-61.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Carlos de Souza Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes, em parte, os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2016. Improcedentes os demais pleitos. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com resolução do mérito. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0630442-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Haruo Takatani - Pelos fundamentos expostos, reconheço a ocorrência da prescrição da pretensão relativa aos pleitos indicados na inicial para, com base no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0634619-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Helena Salgado dos Santos - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0634639-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Helena Salgado dos Santos - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0634655-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Cris Laine Barbosa da Silva Santos - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0634663-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Angleane Ribeiro da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0636971-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: J.N.S.N. - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0638390-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jercilau Mendes da Costa - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes, em parte, os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2016, e para condenar o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento de R$ 4.056,88 (quatro mil, cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de abril de 2016 a abril de 2018. Improcedente o pleito de promoção a patente de 1º Sargento. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetem-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, a parte autora deverá apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico, arquivando-se os autos posteriormente. Em não promovendo o cumprimento de sentença, mantenham-se os autos sobrestados, aguardando manifestação. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0638448-41.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Ricardo Lima da Costa - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: IGOR GUSTAVO MACAMBIRA DIAS (OAB 1639/RR) - Processo 0639377-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Walison Tomé Briglia - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM) - Processo 0639658-30.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Cruz Botelho - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0641348-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Pablo Victor Tenorio Duarte e outro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Pablo Victor Tenorio Duarte e Estefani Carolina dos Santos Tenorio em face do Prefeitura de Manaus e Cinthia Willes Alves Camara. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0641573-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Rosana da Silva do Nascimento - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rosana da Silva do Nascimento em face da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que as partes demandadas são órgãos despersonalizados, integrantes da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuarem em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de

previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SEBASTIÃO FERNANDES GURGEL NETO (OAB 10597/AM) - Processo 0641777-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - EXEQUENTE: Sebastião Fernandes Gurgel Neto - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem custas e honorários, em obediência ao comando do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM) - Processo 0642282-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Roseanny Cabral Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Roseanny Cabral Pereira em face do Prefeitura de Manaus. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Ressalto que segundo a Teoria do Órgão, as pessoas jurídicas emanam sua vontade através de seus órgãos, titularizados por seus agentes, na forma de sua organização interna, sendo que o órgão é parte da estrutura da entidade e, assim, todas as suas manifestações de vontade são consideradas como da própria entidade. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0642332-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Lucielio Severo da Hora - Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, na obrigação de anular o Auto de Infração TD00003330-6556/1, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, o DETRAN/AM, a devolução do valor pago pelo autor, no valor de R$ 324,02 (trezentos e vinte e quatro reais e dois centavos). Improcedente o pleito de indenização por danos morais. Em relação ao Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e/IBGE, a contar de abril de 2018 (data do pagamento da multa) e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810), a contar da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Em seguida, intime-se o MANAUSTRANS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se o devedor não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA (OAB 1385/AM) - Processo 0642486-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alline Alves da Silva - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM), ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM) - Processo 0643048-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esmael Farias Vinhote - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, tudo nos termos do art. 51, inc. III da Lei 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: CIRO BENAYON PIMENTEL (OAB 11951/AM) - Processo 0643927-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dimas Lopes da Silva - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE

PROCEDENTE os pedidos apresentados na petição inicial, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar os réus, solidariamente, na obrigação de fazer, consistente na apresentação da documentação necessária à transferência de propriedade, em nome do Requerido, do veículo Prisma Joy, ANO/MOD: 2007/2008, chassi: 9BGRJ69808G115691, placa JXS-2266. Condeno, ainda de forma solidária, os Requeridos a indenizarem o Autor por danos morais fixados na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigida monetariamente a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios desde a data do fato (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ). A correção monetária será apurada mediante a aplicação do IPCA e os juros moratórios serão calculados pelos índices de remuneração da caderneta de poupança, conforme decidido no RE nº 870.947/SE, objeto do tema de Repercussão Geral nº 810. No que tange à obrigação de fazer, certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 dias-multa. Em seguida, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Transcorrido o prazo acima, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei nº 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646043-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Mirlane da Silva Andrade - É o relatório. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de justiça gratuita formulado na inicial, motivo pelo qual a parte está isenta de custas. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0646796-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanildo Fontes Duarte - Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar o Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito - MANAUSTRANS, na obrigação de anular o Auto de Infração MT 1336985819/1, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, o MANAUSTRANS, a devolução da quantia de R$ 704,33 (setecentos e quatro reais e trinta e três centavos), APENAS SE HOUVER O PAGAMENTO DA MESMA. Improcedente o pleito de indenização por danos morais. Em relação ao Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e/IBGE, a contar de abril de 2018 (data do pagamento da multa) e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810), a contar da data da citação. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Em seguida, intime-se o MANAUSTRANS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se o devedor não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0646982-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Daniel Richard Bezerra de Carvalho - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, V, do Código de Processo Civil. Nos termos dos artigos 80, inciso V, e 81, do Código de Processo Civil, observada a fundamentação, reconheço a litigância de má-fé e condeno a parte autora ao pagamento de multa no equivalente a 5% do valor da causa, ressaltando que tal condenação não está amparada pela gratuidade da justiça. Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0647240-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Vicente Amorim Gonçalves - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 1º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2017, bem como que promova-o à graduação de Subtenente, a contar de 21 de abril de 2018, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA VIEIRA DE ABREU (OAB 10061/AM) - Processo 0649898-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Voluntária - REQUERENTE: Ana Cenira Fernandes Pereira da Silva - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva do Requerido, resolvendo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, incisos I e VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0655654-05.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Carlos Antonio Marques Moraes - Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e julgo extinto o feito sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, I e 330, inciso I c/c § 1º, inciso III, e 321,todos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Intimem-se.

ADV: LUIZ RODOLFO DA COSTA CARVALHO (OAB 10543/AM) - Processo 0657561-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: David Rodrigues da Silva - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À secretaria para providências. P.I.C.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0660673-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Francisco Belchior da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alessandra Vieira de Abreu (OAB 10061/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Ciro Benayon Pimentel (OAB 11951/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Fabiana Cristina de Lima Moreira (OAB 19892/PE)
Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB 8078/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
Igor Gustavo Macambira Dias (OAB 1639/RR)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Luciana de Araújo Carvalho (OAB 12170/AM)
Luiz Rodolfo da Costa Carvalho (OAB 10543/AM)
Maria José Alves da Silva (OAB 1385/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Nivaldo Luiz Pereira da Silva Júnior (OAB 13833/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Sebastião Fernandes Gurgel Neto (OAB 10597/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0114/2019

ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM) - Processo 0601176-13.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - ADOLESCENTE: V.H.F.V. - Processo: 0601176-13.2019.8.04.0001 Adolescente: Victor Homero Freitas Ventilari D E S P A C H O Designe-se nova data para a realização de audiência de CONTINUAÇÃO da ofendida e, após, expeça-se o competente Mandado de Condução Coercitiva, nos termos do art. 187 do ECA, a ser cumprido no endereço de fls. 03. Dê-se vista à defesa, acerca da testemunha arrolada pelo causídico. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0601182-20.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0638392-08.2019.8.04.0001) - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: R.L.M. - Vista à defesa para apresentar as alegações finais do representado no prazo legal.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0610098-43.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0638392-08.2019.8.04.0001) - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: R.L.M. - Vista à defesa para apresentar as alegações finais do representado no prazo legal.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0611422-05.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0638392-08.2019.8.04.0001) - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: R.L.M. - Vista à defesa para apresentar as alegações finais do representado no prazo legal.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0617339-68.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Extorsão (art. 158) - ADOLESCENTE: P.V.S.Q. e outros - Designo o dia 10/10/2019, às 10:30h, para audiência de continuação.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0638392-08.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: R.L.M. - Vista à defesa para apresentar as alegações finais do representado no prazo legal.

Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0200194-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ANA ROSA DOS SANTOS PARÁ - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201124-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Risonete Paz da Silva - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0204128-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastião Ribeiro Castelo Branco - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por estes fundamentos, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para dar-lhes provimento,

reconhecendo o erro material apontado, consoante fundamentação supra, passando o dispositivo da sentença a conter a seguinte redação: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 0029882-4; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se. Sem custas.. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0205685-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marla Pereira Duque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS BRAZ (OAB 13992/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0600337-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Anderson Roberto Viana da Silva - REQUERIDO: João Rogério Souza do Nascimento - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso de fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0601107-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Layelle de Oliveira Ramos - REQUERIDO: Sunshine Promoção e Eventos - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade da cláusula 14ª do contrato de fls. 19/23; 2) CONDENO a requerida a restituir à autora R$462,60, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 3) CONDENOo réu a pagar R$5.000,00 ao autor, conforme pedido inicial, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603044-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleice Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para,querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603548-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Almir Canto de Carvalho - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - Banco do Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. antecedentes. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0603660-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jadison Marinho da Luz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo pelo 1º Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0604139-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Luiz Felipe de Andrade Kemper - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Tam Linhas Aéreas S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0604143-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Alberto da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604339-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leila Gisele de Oliveira Pacheco - REQUERIDO: Tim S.a. - Tim Celular S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursai, para distribuição e julgamento.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM) - Processo 0606098-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Naosuke Hashimoto - REQUERIDO: Center Credit - Recuperadora de Crédito e Cobrança S/s Ltda. - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, com fulcro no art.487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na peça de ingresso, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade do débito junto aos réus; 2) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 21/23; e 3) CONDENO solidariamente os réus a indenizarem moralmente o autor no valor de R$8.000,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária desde a data do arbitramento; e 4) REJEITO o pedido de litigância de má-fé. Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0606530-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mazerita Daysivanda Rocha Fonseca - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem da Exm.ª Dr.ª Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato

Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM) - Processo 0607774-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Herivan Roberto Pontes da Costa - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 28/30; 2) CONDENO a requerida indenizar o requerente a título de reparação material por lucros cessantes no valor de R$2.595,65, na forma simples, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; 3)CONDENOo réu a pagar R$12.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 4) REJEITO os demais pedidos de repetição de indébito. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0608284-56.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antônio Eduardo Vieira Viana - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTES, os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito referente aos serviços não disponibilizados ao consumidor, e seus respectivos acréscimos, ante a quitação providenciada pela autora; 2) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$8.000,00 (oito mil reais), sobre o qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde o arbitramento; 3) CONDENO a ré, a título de repetição de indébito, no valor de R$573,18, já em dobro, com juros de um por cento ao mês a contar do evento danoso e correção monetária pelo INPC, a partir da citação válida; e para CONDENAR a ré, a título devolução de valores, no montante de R$156,90, com juros de um por cento ao mês e correção monetária, ambos a contar do desembolso. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM) - Processo 0608718-45.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Kássio Almeida Faye das Chagas - REQUERIDO: Disal Administradora de Consórcios Ltda - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor R$932,76, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2)CONDENOo réu a pagar R$6.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 3) REJEITO os demais pedidos. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0608785-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathalia Cavalcante Costa - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 42760/BA) - Processo 0608943-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Lhuana da Silva Oliveira - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0610080-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristóvão Braga Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para negar-lhes provimento, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: ALEXANDRE ENÉIAS CAPUCHO (OAB 220844/SP), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0612447-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neylla Teixeira Sena - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismo S/A ("viajanet") - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 2) REJEITO o pedido de obrigação de fazer. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0612504-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria José da Cruz Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.ª Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612527-43.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: EDILBERTO LOPES BASTOS - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, caso queira, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0612585-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Sergipe Quarta Etapa Residencial Eliza Miranda - REQUERIDA: Larissa Lopes de Alencar - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO a requerida a pagar ao autor R$5.643,43, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: BIANCA DA SILVA JARDIM (OAB 13119/AM) - Processo 0612711-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Maria do Perpetuo Socorro Coelho Dias - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Ante

o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Isento a autora nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0613007-55.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: GABRIELA ROCHA SAID BRASIL - REQUERIDO: BANCO J. SAFRA S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0613235-59.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: José Fonseca Fontenele - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0614422-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Carlos Conceição de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0615687-76.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Zilmar Augusto de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses argumentos JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos. Condenação em custas que se impõe. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0616729-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jairo Sandrey Israel Santana - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Deverá a ré, ainda, a não mais proceder cobranças concernentes ao período compreendido desde a solicitação da mudança de endereço, seja por e-mail, seja por correspondência ou seja por mensagens/ligações, sob pena de incorrer em multa de R$500,00 por cada cobranças indevidamente efetivada. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 16/10/2019 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0619777-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Euranilde Neves da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.ª Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0622822-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Yanconorte Comercio e Servicos Ltda - Me - REQUERIDO: Claro S/A Net - Claro S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 41/43; 2) DETERMINO o restabelecimento do acordo pactuado em novembro de 2017, devendo ser encaminhados cinco boletos ao requerente no valor de R$468,92, cada um, sem ônus de impontualidade; e 3)CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais por restrição de crédito indevida, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623179-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Jucilande da Silva Araujo - Katia Queiroz Araújo - REQUERIDO: Motorola do Brasil S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir aos autores R$2.199,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde 30.05.2018; e 2)CONDENOo réu a pagar o valor total de R$8.000,00 aos autores, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0623222-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mailson Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Isso posto, julgo improcedentes os embargos à execução opostos pelo banco devedor, condenando-o, ainda, por litigância de má-fé, em percentual de 9% sobre o valor da causa. Custas pelo embargante. P.R.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624690-50.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - REQUERIDA: Eneila Raimunda Lima Oliveira - Paute-se audiência de conciliação na data de 20/02/2020 às 09:15h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do

devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0624716-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Messias Lopes de Souza Filho - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 20/02/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624735-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - REQUERIDO: Willian dos Santos Maia - Andreza Bianca Marques Pinto - Pautе-se audiência de conciliação na data de 20/02/2020 às 10:30h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624750-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Maria Raimunda Souza Marques - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 20/02/2020 às 11:00h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0624762-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Loraine Galvão Monteiro Cardoso - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes à conta com vencimento na data de 26.07.2019, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 31/10/2019 às 09:45h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624763-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fátima Ferreira Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 20/02/2020 às 11:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB 7220/AM) - Processo 0624802-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elisangela Andrade dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que providencie o restabelecimento da energia elétrica, no prazo de 24 horas, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 21/02/2020 às 09:00h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0624818-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jony de Jesus Castro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 21/02/2020 às 09:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624832-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Iran Duarte dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 21/02/2020 às 09:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624911-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Iran Duarte dos Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes à rubrica OLÉ BONSUC CARTÃO, do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 21/02/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0625773-38.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: M.b. 3000 Seguranca Eletronica Ltda - EXECUTADO: Edy Raimundo

Correia Lima de Matos - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0625802-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ismael Marinho dos Santos Batista - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0626577-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Maria Moura Rocha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração para dar-lhes provimento, reconhecendo a contradição apontada, e, superada a análise do recurso, JULGO PROCEDENTES os pedidos da parte autora para: 1) DETERMINAR a revisão das faturas com vencimento em agosto, setembro e outubro de 2018 para o valor de R$120,00, cada uma, sem ônus de impontualidade, cujas faturas devem ser reenviadas à parte demandante para pagamento; 2) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$5.000,00, conforme pedido na inicial, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde o arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0626657-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Taziana Silva de Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 20/22; e 2)CONDENOo réu a pagar R$6.000,00 à autora, conforme pedido inicial, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0626848-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaqueline Fernandes Carneiro - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda. - Avon Cosméticos Ltda - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 25/27; e 2) CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627331-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Auxiliadora Miranda Lizardo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0627617-23.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcondes Agostinho Gonzaga Junior - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos elencados na inicial, termos em que: 1) TORNOdefinitiva a decisão de fls. 35/37; 2) CONDENOo requerido a pagar ao autor R$216,91 a título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação; e 3) CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0627829-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Tertulino da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 15/17; e 2)CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Alexandre Enéias Capucho (OAB 220844/SP)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bianca da Silva Jardim (OAB 13119/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)

Jéssica Nayara Fonseca Padilha Lobato (OAB 10842/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 42760/BA)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Braz (OAB 13992/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Rita de Cássia Ramos de Andrade (OAB 7220/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON

JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROL LIMA MORENO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM) - Processo 0203707-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Etevaldo Correia de Melo - De ordem, diante da comprovação de pagamento, intimo a parte autora para comprovar a devolução do produto, conforme determinado na sentença.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0204556-04.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0204550-94.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos nos três processos (0204556-04.2018.8.04.0015, 0204553-49.2018.8.04.0015 e 0204550-94.2018.8.04.0015), valendo a presente sentença para todos, no sentido de condenar a Reclamada AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A a: PROCEDER, no prazo de trinta dias, o cancelamento de quaisquer débitos oriundos dos processos administrativos de n. 2016/18674, 2016/9864 e 2016/18676, em nome da Requerente MARIA DE NAZARÉ ARAGÃO COTA; PROCEDER, no mesmo prazo, o desligamento das Unidades Consumidoras de n° 2116275-1 e 2116273-5, ambas em nome da Requerente, sob pena de multa a ser fixada em eventual processo de execução, dada a natureza do pedido (Lei 9.099/95, art. 52, V), tornando definitiva as tutelas de urgência concedida em todos os três processos (0204556-04.2018.8.04.0015, 0204553-49.2018.8.04.0015 e 0204550-94.2018.8.04.0015). 3. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de indenização por danos morais. Relativamente aos pedidos contrapostos apresentados pela Requerida em sede de contestação, tenho por ilegítima a referida empresa para demandar em sede de Juizado Especial, porquanto não enquadrada no art. 8º da Lei 9.099/95, nos termos do Enunciado 05 do Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais - FOAMJE, aprovado em reunião do dia 19 de agosto de 2016, in verbis: "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte". Nesse sentido, ainda, a doutrina de Cândido Rangel Dinamarco, em sua consagrada obra "Instituições de Direito Processual Civil", Volume III, ed. Malheiros, 6ª edição, p. 822 e o Enunciado 4.2.1 da CEJCA, segundo o qual "Não cabe pedido contraposto no caso de ser o réu pessoa jurídica ou formal; salvo a microempresa ou a empresa de pequeno porte". Com efeito, JULGO EXTINTOS OS PROCESSOS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO no tocante aos pedidos contrapostos apresentados nos três processos (0204556-04.2018.8.04.0015, 0204553-49.2018.8.04.0015 e 0204550-94.2018.8.04.0015), o que faço escudado nos arts. 8º e 51, II, da Lei 9.099/95. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Determino que a presente sentença seja copiada para os outros dois processos: 0204553-49.2018.8.04.0015 e 0204550-94.2018.8.04.0015, devendo todas as tramitações, a partir deste momentto, ocorrerem nos presentes autos (0204556-04.2018.8.04.0015). Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se os três autos (0204556-04.2018.8.04.0015, 0204553-49.2018.8.04.0015 e 0204550-94.2018.8.04.0015), independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0204739-72.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Bp Promotora de Vendas Ltda. (Bradesco Promotora) - De ordem, intimo a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento da sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0208268-36.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Abril Comunicações S.A. - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0604529-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução

probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 72/73, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2017 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605732-21.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: Oi Móvel S.A - Em que pese o tema do repetitivo não tenha sido julgado até o presente momento junto ao Superior Tribunal de Justiça, verifico que os autos em tela não se enquadram na hipótese da suspensão lançada, motivo pelo qual chamo o feito à ordem e determino seja levantada a suspensão. Após, considerando o feito já foi devidamente instruído, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0606686-62.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: J A Comércio de Materiais de Construção Ltda. Me - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento do acordo/sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0608249-91.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Motorola Industrial Ltda. - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0608266-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado ou defensor público, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0608275-89.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMADO: Motorola Industrial Ltda. - Novo Mundo Amazônia Móveis e Utilidades - Ltda e outro - De ordem, intimo as partes Executadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0612014-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 99/100, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2015 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0120/2019

ADV: SUELLEN KLÍSSIA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 12057/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0200283-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Valcilene da Silva Pedro Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ R$ 4151,86. (quatro mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 7.733,86 e o valor que recebeu de R$ 3.582,000 em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgo procedente o pedido de obrigação de fazer para determinar a Requerida que se abstenha de efetuar os descontos do empréstimo impugnado nos vencimentos da parte requerente, sob pena de execução forçada.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0201283-27.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Francisco David Ribeiro Melo - REQUERIDO: Marcos Antonio Tanaio da Silva - Vistos etc. Processo em fase de execução. Compulsando-se os autos, verifico que este Juízo tentou encontrar, sem êxito, bens penhoráveis da parte executada. E, que o processo tramita quase uma década, sendo esgotadas todas as tentativas de satisfação da dívida. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. À secretaria para que realize o desbloqueio da restrição efetuada no veículo constante dos autos de fls. 92/94. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM) - Processo 0205352-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Walfredo Pinheiro da Costa - Assim sendo, 1) Julgo improcedentes os pedidos; 2) Julgo extinto a demanda contraposta, em razão da falta do interesse-adequação na via escolhida para postular em juízo, na forma do art. 485, VI, do CPC.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0600636-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sebastião Moises da Gloria Dutra - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 6.523,16 (seis mil, quinhentos e vinte e três reais e dezesseis centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.718,08 (três mil, setecentos e dezoito reais e oito centavos) e o valor que recebeu de R$ 10.241,24 (dez mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar a parte Requerida que se abstenha de efetuar os descontos referentes ao contrato que impugnado nesta demanda, sob pena de execução forçada; 4) Antecipo a tutela de mérito para determinar a parte Requerida que, de imediato, suspenda qualquer cobrança/débito referente ao cartão de crédito objeto dos autos, bem como se abstenha de promover a inscrição do nome da parte autora em Órgão de proteção ao crédito, sob pena de multa coercitiva no valor de R$ 1.000,00, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0600735-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Pedro Henrique Gomes do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 106. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0601737-34.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: DAPHNIS SOBRINHO DE FREITAS - Intimo V.Sa. a apresentar dados bancários e patrono, para transferencia de valores pagos em virtude da condenação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento..

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0601808-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Wivyane Martins Bezerra da Maia - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço escudado nos arts. 8º, caput, e 51, inciso IV, da Lei 9.099/95.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601980-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Sheila Regina Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 4.864,06 (quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e seis centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 2.031,00 (dois mil e trinta e um reais) e o valor que recebeu de R$ 6.877,06 (seis mil oitocentos e setenta e sete reais e seis centavos) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 91.

ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ), ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/RJ), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0604475-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: I D Saraiva de Oliveira Comércio Eireli - LITSPASSIV: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Isto posto, rejeito os embargos da Declaração. Sem custas e honorários. P.R.I.C.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM) - Processo 0604867-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: Mozart Pereira Lopes - EXECUTADO: Cícero José de Lima Alencar - Ednilson Pimentel Matos e outro - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo procedentes a presente Impugnação. Torno sem a penhora realizada nos autos (fls. 47/48) no valor de R$ 4.618,70. A Secretaria para desbloquear a quantia, expedir de imediato alvará a favor da parte Executada e realizar consulta via Renajud, em caso de consulta negativa, intime-se o requerente, no prazo de 5 (cinco) dias, para apresentar bens à penhora, sob pena de arquivamento nos termos do art.53, §4º da Lei 9.099/95. Transitado em julgado. E arquivem-se aos autos. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605259-06.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a indicar conta correta para transferência de valores, tendo em vista que os dados fornecidos à fl. 242 não estão sendo aceitos pelo Sistema de Alvará Judicial.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0605515-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Clilton Leite Lima Verde - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ R$ 976,32 (novecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.393,36 e o valor que recebeu de R$ 2.417,04 em cumprimento a aludido

contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 51.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605940-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosenir Freitas Viana Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0606386-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gabriela da Silva Bezerra - REQUERIDO: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0606799-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Iara Mendonça Loureiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 5.177,15 (cinco mil, cento e setenta e sete reais e quinze centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 7.177,15 (sete mil, cento e setenta e sete reais e quinze centavos) e o valor que recebeu de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 6.958,00 (seis mil, novecentos e cinquenta e oito), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 34.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM), ADV: ROSEANE DE OLIVEIRA NAZARÉ (OAB 8158/AM) - Processo 0607154-02.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sônia Regina Barros de Oliveira - ANA MARIA DE OLIVEIRA NAZARÉ - REQUERIDO: JOABE DE SOUZA SOARES - MASSULA MILE B DE OLIVEIRA - Vistos etc. Processo em fase de execução. Compulsando-se os autos, verifico que este Juízo tentou encontrar, sem êxito, bens penhoráveis da parte executada, por diversas vezes. Quanto a alegação trazidas aos autos de fls. 217/221, esclareço que não vislumbro má-fé da parte executada, bem como não restou comprovada pelo o Exequente má-fé do terceiro adquirente, conforme determina a súmula 375 STJ. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0607222-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Cassiana Garcia Serrão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para revisar as faturas vencidas em 15.10.2018, 01.11.2018 e 19.12.2018 para o consumo de R$ 21,18 (vinte e um reais e dezoito centavos) cada, totalizando o débito devido R$ 63,54 (sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos); 2) Julgo procedente a compensação entre o saldo devedor, no valor de R$ 63,54 (sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com o corresponde valor da indenização por danos morais, para efeito de extinguir aludidos débitos de energia elétrica pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 3) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 63,54 (sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), devidamente atualizada a partir desta data. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JACQUELINE CORREA SANTIAGO (OAB 9710/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM) - Processo 0607509-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marivelto Barbosa da Rocha - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/Embagado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608054-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Nonato Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$3.817,62 (três mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 2.313,60 (dois mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos) e o valor que recebeu de R$ 4.031,22 (quatro mil e trinta e um reais e vinte e dois centavos) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 73.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0608057-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Gurgel do Carmo - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0608143-37.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: DAMIÃO BAKER LIRA - Intimo V.Sa. a indicar patrono e dados bancários para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM) - Processo 0608706-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aline de Souza Fernandes - REQUERIDO: Unip - Universidade Paulista - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: IGOR JUSTINIANO SARCO DA SILVA (OAB 7957/RO), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0608841-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karla Garcia Colares - REQUERIDO: Fgv Fundação Getulio Vargas - ASSLITISC: Centro Fgv - Centro de Educação Executiva Em Manaus - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0608890-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria Lúcia Silva Moraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 3º, caput, e 51, II, da Lei nº 9.099/95. Isento de custas desde já em caso de ajuizamento de novas demandas.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM) - Processo 0609727-47.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiano Buriol - Vistos. Verifico que o Autor cumpriu com a determinação contida na decisão de fls. 213/214, acostando aos autos documento apto a respaldar o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Devidamente citado o sócio fls. 211 este NÃO apresentou defesa. Assim defiro o pedido para desconsiderar a personalidade jurídica da parte requerida DALVAIR B. DE SOUZA CIA para efeito de direcionar a execução em face do sócio Dalvair Batista de Souza. Determino à secretaria que inclua-se o sócio no pólo passivo, com as correções devidas sobre a autuação, seguindo-se o registro de protocolo de constrição patrimonial junto aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, com as medidas daí decorrentes. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0609994-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: IRISMAR RIBEIRO DAVILA - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Deixo de acolher o pleito de multa, eis que não vislumbro má-fé da parte Embargante. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0610631-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tamires Menezes - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que objeto dos autos; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 20. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0611120-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Sarah Juliana Veras Duarte - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente os débitos relativos as cobranças de faturas de consumo vencidas em 06.05.2019 e 10.05.2019; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM), ADV: RODRIGO DO NASCIMENTO NUNES (OAB 8751/AM) - Processo 0611691-07.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CECY DANTAS LADISLAU - REQUERIDO: Nice Veículos Ltda. e outro - Intimo V.Sa. a indicar patrono e dados bancários para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0611892-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldick Feitoza de Araújo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, procedo a resolução da demanda para Julgar improcedentes os pedidos.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0612035-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Euridice Betania Silva de Magalhaes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 1847,00 (mil oitocentos e quarenta e sete reais), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 1.416,00 (mil quatrocentos e dezesseis reais) e o valor que recebeu de R$ 2.263,78 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 37.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: ADELSON ALVES BORGES JÚNIOR (OAB 9841/AM) - Processo 0614462-21.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Chaves Borges - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Tendo em vista a falta de substabelecimento nos autos à Dra. FRANCICLEIA DA SILVA, intimo V.Sa. a indicar dados bancários do patrono Dr. Adelson Alves Borges Júnior, o qual possui poderes para receber o alvará, para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0614497-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Zilpa Jaqueline de Oliveira - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 2.629,28 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar improcedente o pedido de reparação por danos morais. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0614679-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jonathas Bianor Brasil Maciel - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 3.812,58 (três mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e oito centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 5.181,66 e

o valor que recebeu de R$ 8.994,24, em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 57. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0615775-17.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Macielma Vieira Moura do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 10.846,27 (dez mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.146,00 (três mil, cento e quarenta e seis reais) e o valor que recebeu de R$ 13.992,27 (treze mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 78.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 1282A/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0616250-70.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Marisa Lojas S.a. - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, dados bancários para devolução de valores.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0617133-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Maria Belota de Oliveira - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Ante o exposto, Rejeito os embargos de declaração. P. R. I.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0617595-37.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Irene Farias Briglia - REQUERIDO: Editora Globo S/A - Intimo V.Sa. a indicar patrono e dados bancários para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM) - Processo 0618438-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Elzira Martimiani da Silva - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0618856-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio - Isto posto, 1) Julgo procedente o pedido para determinar que a Requerente seja reintegrada na posse do imóvel que objeto da lide, devendo o Requerido de lá ser retirado, caso não saia espontaneamente após o trânsito em julgado; 2) Julgo procedente o pedido para condenar o Requerido a pagar a quantia de R$ 18.717,42 (dezoito mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos), correspondente aos aluguéis atrasados, incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de mora de 1% a partir da citação até o efetivo cumprimento da obrigação.

ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0619185-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marka Reformas Ltda - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620082-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Noelia Lima Amancio - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 44. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620448-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charle Joseph Badr - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, Rejeito os embargos de declaração.

ADV: FABRÍCIO DE MELO PARENTE (OAB 5772/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0621456-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lubênia Pinheiro de Melo Parente - REQUERIDO: Jevian Festas e Eventos Ltda - Me, Na Pessoa de Seu Representante Legal - Assim sendo, 1) Julgo parcialmente procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de mora de 1% a partir da citação até o efetivo cumprimento da obrigação; 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária oficial, a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0622198-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jeany Nascimento da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0622201-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Allan Delon de Oliveira Ferreira - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0622235-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Naime da Silva Nina - REQUERIDO: Banco BMG

S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 8.199,00 (oito mil, cento e noventa e nove reais), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 10.548,10 (dez mil quinhentos e quarenta e oito reais e dez centavos) e o valor que recebeu de R$ 2.349,00 (dois mil trezentos e quarenta e nove) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 136.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623402-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea Karla Moraes Braz - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0624828-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eunice Lima da Silva - Vistos etc... Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Nova Cidade), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625103-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Edvan Lima Silvino - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625160-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Jonathas Bianor Brasil Maciel - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625161-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jonathas Bianor Brasil Maciel - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0625223-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Batista Assunção Pinheiro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do RG e CPF, legível.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625301-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Jose Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0626163-08.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato Tapajos - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOÃO ANTÔNIO MONTEIRO DOURADO (OAB 13834/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0627064-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Isaias Alexandre de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 44,89 (quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgar improcedente o pedido quanto à obrigação de fazer. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0627769-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ramza Badr - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0629091-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Wilson Pablo de Almeida Paiva - REQUERIDO: Edenred Soluções de Pagamentos Hyla S.a. - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 1.869,69 (mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

Adelson Alves Borges Júnior (OAB 9841/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)

Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício de Melo Parente (OAB 5772/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Igor Justiniano Sarco da Silva (OAB 7957/RO)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
JACQUELINE CORREA SANTIAGO (OAB 9710/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Antônio Monteiro Dourado (OAB 13834/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo do Nascimento Nunes (OAB 8751/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Roseane de Oliveira Nazaré (OAB 8158/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Suellen Klíssia Santos de Oliveira (OAB 12057/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 1282A/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0201652-71.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ronald de Melo Cabral - EXECUTADO: Smiles Fidelidade S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600401-84.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - EXEQUENTE: Adervan Suliman dos Prazeres Matos - De ordem, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, na forma do art. 523 do CPC.

ADV: AMANDA MOREIRA BARROS (OAB 13113/AM), ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM), ADV: GENOI FELIPE SILVA FARIA (OAB 406794/SP), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0602029-40.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Domingos Sávio Tavares da Silva - EXECUTADO: LOJAS RENNER S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

Amanda Moreira Barros (OAB 13113/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Genoi Felipe Silva Faria (OAB 406794/SP)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0606180-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavio Renan Paula da Costa Alcântara - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do disposto no art. 487, I do CPC, para condenar a requerida Tam Linhas Aéreas S/A a pagar ao requerente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), referente ao dano moral, incidindo juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. DEFIRO o pedido de justiça gratuita O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, §1° , do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.Intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0614889-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. XX, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM) - Processo 0621961-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rafael Reis Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ RENATO NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14772/AM) - Processo 0622606-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Luiz Renato Nascimento de Almeida - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0624797-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Cézar Sebastião Sotero Lopes - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Luiz Renato Nascimento de Almeida (OAB 14772/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0600079-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eline Gonzaga da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Além disso, inexiste comprovação de qualquer vício de manifestação de vontade autoral, incidindo o art. 110 do CC/02, que impede o acolhimento do pleito. Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento. Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0600389-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Ruy de Ascencao Neto - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, DECLARANDO A INEXIGIBILIDADE dos valores cobrados do plano TIM BLACK. Condeno ainda a parte ré a restabelecer o plano contratado pela parte autoral, qual seja, TIM CONTROLE B PLUS, devendo pagar o valor correspondente a tabela vigente para o referido plano. Por fim, condeno a parte ré a restabelecer o serviço da parte autora. Obrigações de fazer a serem cumpridas no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da intimação da parte ré, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (hum mil reais). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0600982-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Telma Angela Pires Torres - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Concedo-lhe, contudo, a gratuidade. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0601067-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Domingos Adeval dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 6.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado. CONDENO-A, ainda, a pagar R$ 984,42, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente, nos termos do art. 42, § u, do CDC. Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o

dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias úteis após a intimação da presente, sem prejuízo da restituição, sob pena de multa de R$ 5.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95). Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0601131-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Disposições Diversas Relativas às Prestações - RECLAMANTE: Roseli Patricia Ferreira Nunes - POR ISSO, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA APRECIAR E JULGAR O PROCESSO, RESOLVO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 3, I c/c 51, II, ambos da L. 9.099/95 c/c 485, IV e § 3º do CPC/2015, devendo a parte litigar em uma das varas cíveis não especializadas, caso tenha interesse. Indefiro a gratuidade de justiça, eis que não vislumbro hipossuficiência. Sem custas pretéritas ou honorários. Preparo de lei. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM) - Processo 0601939-40.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Damascirio Mota Lopes - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0602720-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Léa Fernandes Amazonas - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602952-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Silva Ribeiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DISCUTIDO NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a retirar seu nome de protestos e/ou cadastro de maus pagadores. Oficie-se ao 4º Cartório de Protestos para cancelamento, caso ainda não efetuado. Eventuais emolumentos serão devidos pelo réu, responsável pelo protesto indevido. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) P.R.I.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0603332-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Diangelys dos Santos Conceição - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado. CONDENO-A, ainda, a pagar R$ 1.237,52, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente, nos termos do art. 42, § u, do CDC. Condeno ainda a parte ré na obrigação de fazer no sentido de se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 200,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYAKARNOPPALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM) - Processo 0603593-59.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kinaia Zenir da Silva Nunes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Concedo à autora a gratuidade. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0605540-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alegria Seffair de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO AMBAS A RÉS A PAGAREM, SOLIDARIAMENTE, R$ 1,792,04 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais (valor remanescente, já abatido o pagamento de fl. 90), e também R$ 10.000,00 pelos danos morais (valor total considerando ambos os réus). Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM) - Processo 0605740-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Isabella Aguiar Alencar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM), ADV: REYNOLD SALES CALEFFI (OAB 9948/AM) - Processo 0606493-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Duarte da Silva - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S.a - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM) - Processo 0607103-49.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Miguel Antônio Lopes Guimarães - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0608621-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Injúria - REQUERENTE: Taysa Cristhyna Cruz da Costa - REQUERIDA: Erika Francisca Carvalho Costa - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral. Da mesma forma, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto formulado. Sem custas ou honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar no momento processual adequado.

ADV: ROICILDO PINGARILHO MARTINS (OAB 4136/AM) - Processo 0608957-78.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lenir Irene Martins - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: ROICILDO PINGARILHO MARTINS (OAB 4136/AM) - Processo 0610426-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roicildo Pingarilho Martins - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0612640-89.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Roberto Wallace Souza Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0613493-69.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613736-76.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Pablo Sidnei Sarrazin Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar resposta aos Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 920, I, CPC

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0614041-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanete Martins da Silva Melo Ribeiro - REQUERIDO: A. M. Gesta de Melo - Comércio - Epp - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0614623-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: N Ilta Suele,m Lira Batista - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Banco Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614866-38.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM) - Processo 0614898-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jesuila de Souza Silva - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0615222-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0615393-24.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Via Verde Transp Coletivos Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MÁRIO BAIMA DE ALMEIDA (OAB 1189/AM) - Processo 0616299-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William Pereira Kashimura e outro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0617541-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: N.A.M. - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: ANDREA FRANÇA DE SOUZA (OAB 8211/AM) - Processo 0619584-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Nelson Nonato da Silva Barreiro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620781-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0621545-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Mouteira Cancela - Trata-se de ação em que se pleiteia exclusivamente indenização por danos morais. Trata-se, assim, de direito personalíssimo. Os documentos apresentados às fls. 27/30 comprovam que o autor é, de fato, a única vítima dos fatos alegados na inicial, sendo ele legitimado exclusivo para discutir o suposto abalo moral. Ressalto que não se trata de questão sucessória, de família ou sequer de propriedade. Nestes termos, defiro o pedido de fls. 25/26 para determinar o recebimento do feito. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CAMILLO RABELO MARAFON (OAB 13302/AM) - Processo 0621567-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Dorimar de Oliveira Fernandes - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0621999-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Joana Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cumpra-se decisão de fl. 118. P.C.I.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622246-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elisangela de Freitas Cortez - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cumpra-se decisão de fl. 82. P.C.I.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0622544-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Arminda Brito Leal - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0622857-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: J Souza Ferreira-me - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 5.564,06. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: Desde a data do vencimento. Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: GRAZIELLA VELOSO FREITAS ALECRIM (OAB 4885/AM) - Processo 0623318-03.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcio Fernandes Lima da Costa - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar resposta aos Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 920, I, CPC

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0623338-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavia Lima de Araujo - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 16 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0624953-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glaucia Brasil Paiva Porto - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de realizar cobranças da fatura com vencimento em 23/04/2019 no valor de R$ 104,00 (cento e quatro reais), até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0624967-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Manoel Guedes Belem - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0625006-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Laíza Fialho Cabral da Silva - Por isso, RESOLVO o MÉRITO mediante JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015. Revogo liminar deferida nos autos. P.R.I. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixem-se e arquivem-se os autos oportunamente.

ADV: LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO (OAB 8517/AM) - Processo 0625114-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Lubeidy Giselle de Oliveira Barreto - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido d) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve a parte autora comprovar sua residência através de documento(s) idôneo(s), ou seja, comprovante de residência, em seu nome, devidamente atualizado, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0625116-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josinaldo Borges dos Santos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do

Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOSUÉ FERNANDO REIS DA SILVA (OAB 85509/PR) - Processo 0625123-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: J F Reis da Silva Eireli - Me - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0625135-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Victor Saulo Cavalcante de Melo - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido de fl. 9 da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrea França de Souza (OAB 8211/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Camillo Rabelo Marafon (OAB 13302/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Graziella Veloso Freitas Alecrim (OAB 4885/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Josué Fernando Reis da Silva (OAB 85509/PR)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Lúcia Erika de Oliveira Barreto (OAB 8517/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Baima de Almeida (OAB 1189/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Reynold Sales Caleffi (OAB 9948/AM)
Roicildo Pingarilho Martins (OAB 4136/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tarciso Santiago Junior (OAB 101313/MG)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0205298-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0600085-11.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM), ADV: LUÍS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 39162/PR), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM) - Processo 0602806-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hállice Moreira Teixeira - REQUERIDO: Hdi

Seguros S/A - Considerando a documentação apresentada, em especial o extrato de fls. 143/145, que demonstra que o saldo da recorrente, em 2/9/2019, era positivo de apenas R$ 715,35, concedo-lhe a gratuidade de justiça. RECEBO o inominado de fls. Antecedentes no efeito devolutivo. Intime-se o recorrido para as devidas contrarrazões no prazo legal. Em seguida, à Turma Recursal para o seu mister. Intime-se.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0603699-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: H.A.R. - Prazo de 15 dias para a parte autora emendar a petição inicial, no sentido de postular a citação do fabricante do produto, apresentando, para tanto, a qualificação completa deste. Ao cumprimento, paute-se audiência de conciliação, na forma preconizada pela decisão de fl. 27, no prazo mais breve possível. P.C.I.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0606347-06.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0606159-13.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Vinicius Cardoso de Castro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0606432-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Luiz Chagas da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - LITSPASSIV: Serasa Experian - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0608599-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Arinaldo Souza Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0609309-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jackline Alves Amaral - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, com juros desde a citação e correção pelo INPC desde hoje, e R$ 39,05, por danos materiais, com juros desde a citação e correção monetária desde o evento danoso (25/11/2018 - fls. 27/28). Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609800-77.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609806-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Yara Meire Lopes Peixot - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0612160-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Katia Cibele Arze Ruiz - RECLAMADO: Tim S;a - Intime-se o causídico subscritor da petição de fls. 42/43 a fim de que apresente procuração contendo poderes para transigir. Prazo de 15 dias. Certificado, voltem-me conclusos. P.C.I.

ADV: KIZZY DE PAULA MOTA (OAB 188759/RJ) - Processo 0615349-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Maria Farias de Mello - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0618017-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Vitoria Silveira Marcos - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - intimo a parte executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à restituição dos valores depositados às fls. 106 por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0618481-02.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Austregésilo Mendes Filho - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621100-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Amenaide Pereira de Souza - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0621486-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Thiago Vinícius Mendonça Moreira - De ordem, reitero o despacho de fl. 15, eis que não foi cumprido pela parte autora. Intime-se a parte autora para junte aos autos comprovante de residência através de documento(s) recente(s) e idôneo(s), em seu nome, facultando-se-lhe, neste último caso, de utilização do disposto na lei 7.115/83, eis que a declaração de residência apresentada em fl. 23, precisa vir acompanhada de cópia do documento do declarante. Prazo de 15 dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0621688-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de Identidade, eis que não foi cumprido em sua integralidade o despacho de fl. 23. Prazo de 05 dias.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM), ADV: PAULO HENRIQUE W. DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13745/AM), ADV: LENILSON FERREIRA PEREIRA (OAB 13914/AM) - Processo

0621985-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elcilene de Alencar Barreto - REQUERIDO: Transcentroeste Transporte de Cargas Me - Fl. 112 - Indefiro o pedido formulado. Análise da procuração da parte ré (fl. 88), constato que, além do patrono titular do bilhete aéreo juntado aos autos a fl. 114, subsiste causídica diversa habilitada a atuar nos autos, sem indícios de prejuízo à defesa da parte. P.C.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0622006-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: James Nascimento de Andrade - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0622311-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marinete Lima Quadros - De ordem, reitero o despacho de fl. 22, eis que não foi cumprido em sua integralidade. Intime-se a parte autora para que emende o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos documento comprobatório da negativação em seu CPF, de forma detalhada, inclusive com indicação dos dados do autor, bem como indicação de n.º de livro, matrícula ou n.º de contrato. Prazo de 15 dias.

ADV: RIVERA REYES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9851/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0622316-32.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Delzuita Pereira Miranda - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Careço de competência funcional para reconhecer o erro material alegado na petição de fl. 141/142. Vista à parte exequente para que postule o que entender de direito no prazo de 15 dias - inclusive, se for o caso, quanto a quem de direito para reconhecimento de sua pretensão. Após, venham-me conclusos. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623717-95.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0624496-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Acrisio Lopes Barbosa - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documento de Identidade e CPF. Prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0624508-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Kelly Suellen da Silva Alzier - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0624612-56.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Correção Monetária - REQUERENTE: Centro Educacional Parque das Maravilhas Ltda - Dispõe o Enunciado n.º 135, do FONAJE: "O acesso da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda". Dispõe ainda o Enunciado n.º 141, do FONAJE: "A microempresa e a empresa de pequeno porte devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente". De ordem, intime-se a parte autora a fim de que junte aos autos certidão atualizada de enquadramento, emitida pela JUCEA, bem como documento de identidade e comprovante de residência do sócio representante. Ademais, o contrato de fls. 11/12 não identifica o Sr. Francirley Levi Almeida como contratante, razão pela qual sua presença no polo passivo da execução não encontra respaldo legal. Pelo exposto, deve o exequente justificar a inclusão do Sr. Francirley Levi Almeida no polo passivo da demanda. No mesmo diapasão, retirar os valores atinentes aos honorários advocatícios dos cálculos apresentados à execução. Prazo de 15 dias.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0624616-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Maria de Fatima Ferreira Batista - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido D) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexigíveis. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624623-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nubla Cristina da Costa Nunes - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM) - Processo 0624707-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aurea de Oliveira Coelho - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0624733-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimunda Franciane Cavalcante Coutinho - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0624749-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jakeline Souza Santiago - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0624766-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amanda Porto Baia - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido da inicial, a fim de especificar os mês e valor por extenso, que pretende tornar litigioso. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos documento comprobatório da negativação em seu CPF, de forma detalhada, inclusive com indicação dos dados do autor, bem como indicação de n.º de livro, matrícula ou n.º de contrato. Prazo de 15 dias.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0624777-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neuza Pereira Cardoso - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de identidade e comprovante de residência através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizados e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: WELTON LIMA DA SILVA (OAB 14785/AM) - Processo 0624787-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Kelrilin da Costa Pinheiro - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 5) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexistentes. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0624801-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: R.N.A. - De ordem, intime-se a parte autora para

que emende o pedido E) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos.Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624820-40.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Christian Antony Filho - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624837-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas Pereira Tinoco - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0624842-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: José Ribamar Campos - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido H) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM) - Processo 0624886-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Alexandre Pirangy de Souza - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0624903-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: João de Souza Rios - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0624928-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Francisco Paiva Ferreira Junior - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0624947-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivaldo Miguel Santana de Souza - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0624983-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: V.A.M. - Dispõe o Enunciado n.º 135, do FONAJE: “O acesso da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda”. De ordem, intime-se a parte autora a fim de que junte aos autos certidão atualizada de enquadramento, emitida pela JUCEA. Prazo de 15 dias.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0624988-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jaina Costa de Souza - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0624989-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jaina Costa de Souza - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625001-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Enildo Valente - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0625013-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Sonia Lofiego do Prado - Annunciata Wanda Lofiego - De ordem, intimem-se os autores para que comprovem sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625017-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Enildo Valente - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625029-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Enildo Valente - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM) - Processo 0625043-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francimar Azevedo da Silva - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625048-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Hocilane Piedade de Sousa - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0625056-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro da Silva - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0625065-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDO: Sgs Automacao Industrial LTDA - Consta dos autos a venda do bem em valor compatível com o crédito detido pelo exequente (fl. 238), equivalentes, ambos, ao valor da avaliação de fl. 219. Terminado o prazo para manifestação a que se refere o caput do art. 877, conforme certidão do sr. Oficial de Justiça de fl. 220. Por esses fundamentos, defiro o pedido de fl. 235/237, nos termos do art. 877, CPC. Art. 877, CPC. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, contado da última intimação, e decididas eventuais questões, o juiz ordenará a lavratura do auto de adjudicação. § 1º Considera-se perfeita e acabada a adjudicação com a lavratura e a assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicatário, pelo escrivão ou chefe de secretaria, e, se estiver presente, pelo executado, expedindo-se: I - a carta de adjudicação e o mandado

de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; II - a ordem de entrega ao adjudicatário, quando se tratar de bem móvel. Grifei. Determino a expedição de mandado com carta de adjudicação e ordem de entrega do bem ao adjudicatário, seja o sr. Caio Kanawati Soares (exequente) ou o sr. Sebastião Rocha Moreira, comprador de fl. 238. À Secretaria para que cumpra com prioridade. P.C.I.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0625453-85.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ), ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0628992-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Kelvim Andruchevitz dos Santos - REQUERIDO: Flutuante Sun Paradise - Fl. 48/49 - Redesigne-se a audiência de conciliação, para data mais breve possível. Intimações via DJe. P.C.I.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kizzy de Paula Mota (OAB 188759/RJ)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lenilson Ferreira Pereira (OAB 13914/AM)
Luís Eduardo Pereira Sanches (OAB 39162/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Henrique W. de Oliveira Silva (OAB 13745/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Rivera Reyes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9851/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Welton Lima da Silva (OAB 14785/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 18696A/PA), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0602316-79.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Hudson Laert Machado de Miranda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem o devido levantamento do(s) alvará(s) que lhe fazem jus, com a devida comprovação. Após manifestações, façam-se os autos conclusos.

ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0603110-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Roberto Rangel Barbosa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: LIDIANE MELO DO NASCIMENTO SENA (OAB 10283/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0604189-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Valeria Matos Madureira - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSUE DE CASTRO NOBREGA (OAB 2190/AM) - Processo 0606476-21.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: PATRICIA ALBÂNIA PERES DE CARVALHO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem o levantamento do(s) alvará(s) que lhe fazem jus, com a devida comprovação. Após manifestações, façam-se os autos conclusos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0610059-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cris Rodrigues Florêncio Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15

(quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0611565-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jocilene de Souza Roque - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM) - Processo 0612281-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: F.R.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM) - Processo 0619541-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Zoé Makarem da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM) - Processo 0619635-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Josy Leite Toledano - INTIMO a PARTE AUTORA para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca proposta de acordo ou de parcelamento feito pela PARTE RÉ.

ADV: PRISCILA COSTA DE MENESES (OAB 12471/AM) - Processo 0625059-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rocimere Marinho Dias - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/12/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Josue de Castro Nobrega (OAB 2190/AM)
Lidiane Melo do Nascimento Sena (OAB 10283/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 18696A/PA)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Priscila Costa de Meneses (OAB 12471/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM) - Processo 0201941-41.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alcenir Borges Coimbra - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: IONE CRISTINA LIMA CARIOCA (OAB 5286/AM), ADV: LUCIANO VALENTE MACAMBIRA (OAB 7555/AM), ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0601490-50.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: RICARDO JOSÉ DO NASCIMENTO MOTA e outro - De ordem, intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607300-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE o Executado BANCO BRADESCO S/A para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 3.114,27(três mil cento e quatorze reais e vinte e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0607484-23.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Maison Beethoven - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0616210-83.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.105,10 (Cinco mil, cento e cinco reais e dez centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.615,61(Cinco mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0616543-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jorge Santoro Neto - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATYANE PRAIA EVANGELISTA (OAB 13374/AM) - Processo 0619546-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neyrimar Furukawa Barreto - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0620292-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE:

Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Condomínio Weekend Club Ponta Negra em face de Tarcisio Lopes Acacio Filho, para condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 1.718,17 (um mil, setecentos e dezoito reais e dezessete centavos) a parte autora, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019

ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0620405-14.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita de Cassia Rosas Brasil - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623726-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Anderson Viana dos Santos - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0623747-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Helena Vieira da Costa - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM) - Processo 0624774-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosinei Costa Barros - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0624863-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jhonathas Geber Calheiros de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BIANCA OLIVEIRA DE MELO (OAB 7976/AM) - Processo 0624943-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thayane da Silva Rocha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM) - Processo 0624951-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ramon Leonel de Barros - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARMANDO JOSÉ BARBOSA TEIXEIRA (OAB 26303/PB) - Processo 0624972-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Gabriel de Figueiredo Gouveia Costa - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625051-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zildete Rocha da Silva - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0625181-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Rita de Cássia Alves Lopes - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0625192-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisca das Chagas Souza Cruz Melo - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0625215-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Williams Pereira da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0627806-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 41.195,61 (Quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 45.315,17 (Quarenta e cinco mil, trezentos e quinze reais e dezessete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0628865-24.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 26.392,09 (Vinte e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 29.031,29 (Vinte e nove mil, trinta e um reais e vinte e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0628869-61.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 30.329,53 (Trinta mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 33.362,48 (Trinta e três mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Armando José Barbosa Teixeira (OAB 26303/PB)
Bianca Oliveira de Melo (OAB 7976/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Ione Cristina Lima Carioca (OAB 5286/AM)

Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Luciano Valente Macambira (OAB 7555/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Tatyane Praia Evangelista (OAB 13374/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606500-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 231/235 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças relativas ao empréstimo reclamado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança indevida, até o limite de 10 (dez)."

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607300-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Ativos S/A - Securitizadora de Créditos Financeiros - Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 05 (CINCO) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 129/131, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa., coforme teor.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da inscrição procedida nos cadastros de inadimplentes apontados por ordem da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias."

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0616210-83.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 111/113 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.:" ... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, referentes aos sete contratos não reconhecidos, para todos os efeitos."

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0617051-78.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 125/126 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, referentes à linha de final 5898,para todos os efeitos."

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0617051-78.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 125/126, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme descrito :."... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, referentes à linha de final 5898,para todos os efeitos."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0627806-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 126/128, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar que a requerida proceda a cobranças baseadas na taxa mínima da classe em que se insere o consumidor, até que efetue a instalação do hidrômetro, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança indevida, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0628865-24.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 163/164 (mencionar sentença) prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança de taxa de esgoto, enquanto não interligado o imóvel à rede, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez). "

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA (OAB 24456/PR) - Processo 0200425-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: FACULDADE SAO LUIZ -EAD-MANAUS - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da

obrigação encartada no título judicial no transitado em julgado, na quantia de R$ 9.093,59 (fls.193) sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0200696-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a pagar à autora o valor de R$ 512,98 (quinhentos e doze reais e noventa e oito centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 31/05/2014. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601409-55.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se o executado para, no prazo de 05 dias, juntar aos autos contrato que originou os descontos de código 6306. Com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0601599-47.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Vivo S/A - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE o executado para, no prazo de 10 dias, pagar a quantia de R$ 2.063,20 (dois mil, sessenta e três reais e vinte centavos), sob pena de penhora, conforme Decisão Interlocutória de fl. 210.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM) - Processo 0604344-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleudomar Gomes da Silva - REQUERIDO: Italo Mafra de Oliveira - Ladime de Oliveira Mafra - Para subsidiar o julgamento, determino a intimação da parte autora para que apresente nos autos comprovação de pagamento/recebimento do valor referente a indenização pelo seguro DPVAT. Concedo o prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos (fila 58).

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0604700-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ailton Queiroz do Nascimento - De ordem, cita-se a Requerida no endereço fornecido nas fls. Antecedentes. No mesmo ato, fica designado o dia 01/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM), ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0606652-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Valdenoza Gomes de Souza - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0606676-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia da Silva Duarte - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Juntar aos autos a parte detrás do RG da parte requerente, vez que juntou somente a parte da frente.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0606676-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia da Silva Duarte - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM) - Processo 0607006-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Trajano José Garcia Monteiro - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607059-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Edna Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607166-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Pinheiro Fonseca - De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, junte o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, DECLARAÇÃO SUBSCRITA PELA PESSOA INDICADA NO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, DE QUE O (A) AUTOR (A) RESIDE NO IMÓVEL, ACOMPANHADA DE CÓPIA DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO DECLARANTE.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0607498-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Beatriz Castro Pinto - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM) - Processo 0607510-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compensação - REQUERENTE: Francisco Aramis da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0607512-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maxwell Medeiros de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0607535-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Aurimar Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0607546-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - RECLAMANTE: Higino Pinheiro Cordovil - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607551-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Franklin Jane de Souza Soares - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607577-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeane Duarte Moreira - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607582-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Maria da Conceição de Oliveira Pascoal - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0607609-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lourdimar Glória Campos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0607628-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Wander da Silva Sebastião - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM;

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607637-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Jessica Albuquerque Gomes - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607638-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Antonia Maria Siqueira Rodrigues Braga - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607660-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Danrley da Silva e Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do autor e da pessoa que subscreveu a declaração de endereço.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0607679-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Thamiles Alves da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0607687-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Rita da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM) - Processo 0607706-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ademar Brito Simas Filho - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607713-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Mariomar Ferreira dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607714-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Mariomar Ferreira dos S. - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607716-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Mariomar Ferreira dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0607726-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - RECLAMANTE: Bruno Cicero Costa Freitas - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0608389-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ruth Furtado de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.90/97, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610628-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Orenildo de Lima Cardeles - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610803-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Hilda Barroso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane de Oliveira Azim Nogueira (OAB 24456/PR)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB 5512/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0604601-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orley da Silva Lopes - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0604730-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0605031-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Gelsoney Paz Procópio - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0200462-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Pereira de Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 1135A/AM) - Processo 0200578-38.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ROBERTO OLIVEIRA VIEIRA - Azarias Pereira Viana - REQUERIDO: Provedor de Internet Uol - Oi S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 240-243. Considerando a comprovação de pagamento de fls. 201-203, bem como o cálculo processual de fl. 245, intime-se a parte executada PROVEDOR DE INTERNET UOL para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$2.488,64 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ADELSON ALVES BORGES JÚNIOR (OAB 9841/AM) - Processo 0200669-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARCELO AUGUSTO LEMOS DOS SANTOS - REQUERIDO: CELL SOLUTIONS COMERCIO DE EQUIP DE TELEFONIA LTDA - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 46. Intime-se a parte executada para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder com a troca do produto por outro da mesma natureza ou por outro com características similares, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), a ser aplicada até o limite de 10 (dez) dias, a ser revestida em favor do exequente. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0200729-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CILENE OLIVEIRA DOS SANTOS - REQUERIDO: AIG SEGUROS BRASIL S/A - Em razão do exposto, defiro o pedido de conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, com base no art. 499 do Código de Processo Civil, determinando que a parte requerida efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento do valor de R$1.800,00 (mil e oitocentos reais) à parte requerente, devidamente corrigido a partir da prolação da sentença de fls. 50-52.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0200813-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ERIKA LARISSA LOUREIRO DE ARAUJO - REQUERIDO: INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME - Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para condenar a empresa requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), a título de danos materiais, com correção monetária (INPC) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar do evento danoso (data do pagamento - fl. 15). Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0201078-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MANOEL JORGE DE OLIVEIRA SANTOS - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Por força desta revogo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 17-18. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0201097-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARCIA GARCIA RAMOS - REQUERIDO: Mercadopago.com Representações Ltda - Forte nesses fundamentos e com fulcro no no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo procedente o pedido autoral para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), à título de danos materiais, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir do efetivo prejuízo (data da compra realizada). Deixo de condenar a demandada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201112-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Diana Paz da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: MATHEUS PIGIONI HORTA FERNANDES (OAB 212398/SP), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: PEDRO ANDRÉ DONATI (OAB 64654/SP) - Processo 0202670-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: JOSE FERNANDES DA SILVA 26260563833 (PERFUMARIA BEIJA-FLOR) - REQUERIDO: Ibl Logistica Ltda - Banco Itaucard S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz

ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM) - Processo 0204452-65.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: ESCOLA EDUCACIONAL AMAZÔNIDA - REQUERIDA: Leandra Libório Costa - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600096-88.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 198-200, bem como acerca dos documentos de fls. 201-203. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JAIRO MOTA ARAGÃO (OAB 9369/AM) - Processo 0600313-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Thiago Correa Bezerra - REQUERIDO: Claro S/A - Pela análise dos autos, indefiro pedido de execução da multa por não apresentação do contrato e considero satisfeita a obrigação, tendo em vista que a parte executada efetuou o pagamento referente ao dano material, moral e duas multas de R$300,00 (trezentos reais), pela cobrança indevida, por esse motivo julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Após, expeça-se alvará ao exequente do valor pago voluntariamente. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0600671-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Elessandro Menezes do Nascimento - REQUERIDO: Abelardo da Costa Arcos Neto - De ordem, intimo a parte exequente para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 10 (dez) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM) - Processo 0600966-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Maqson Ecles Mendonça Torres - REQUERIDO: Marisa Cap Icatu Seguros S/A - LITSPASSIV: Bradesco S.a - Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de execução de fls. 217-220, tendo em vista a incongruência dos cálculos apresentados, razão porque determino que, no prazo de 10 (dez) dias, a parte exequente junte os demonstrativos dos valores pagos indevidamente, limitando aos três anos que antecederam ao ajuizamento da ação, 15 de fevereiro de 2018. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0601355-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0601823-82.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldemar Fernandes Praxedes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Defiro o pedido de execução de fls. 240-242. Intime-se o autor (parte executada) para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$11.448,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), sob pena prosseguimento da execução. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO MARINHO DA CONCEIÇÃO (OAB 14075/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602051-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Marinho da Conceição - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0602058-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cleide Alves da Silva - De ordem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto à satisfação das obrigações, apresentando novas provas em caso de descumprimento, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: EDUARDO DAVID BARBOSA GUIMARÃES (OAB 7684/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: THOMAS BENES FELSBERG (OAB 19383/SP), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0602096-15.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Isabella da Motta Passos e outro - EXECUTADO: Paradise Turismo Passagens Ltda - AMERICAN AIRLINES BRASIL - Paradise Web Turismo Ltda - Me e outros - De ordem, intimo o executado, na forma do artigo 854, § 2º, do CPC, para oferecer defesa, querendo, no prazo de 05 dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM) - Processo 0602107-27.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Maria de Sousa Lima e Sousa -

REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Itaucard S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602324-07.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ELVIRA MOREIRA DA SILVA ANSELMO - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 241-243 as partes apresentam ao juízo acordo extrajudicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 241-243, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: ANA LÍVIA DIAS SILVA (OAB 12918/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: IZABHELE LOPES MOURA (OAB 10011/AM) - Processo 0602436-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Edinelza Porto Dias Perin - De ordem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar prova de que a empresa requerida não efetuou o cancelamento do contrato objeto desta demanda. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM) - Processo 0602520-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Randson Azevedo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de execução, tendo em vista que não há comprovação de descumprimento da decisão interlocutória, razão porque determino a intimação da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco dias) efetuar as diligências necessária para comprovar o alegado, sob pena extinção e arquivamento da fase de execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0602568-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Prisicila Barros dos Santos - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl.61 dos autos, no qual o autor foi intimado a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que o autor apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção

ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602642-82.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro Martins Cileiro - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para: 1 - declarar inexistente o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Por força desta, ficam confirmados os efeitos da decisão interlocutória de fls. 19 e 20. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602712-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suzane da Silva e Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.161-167 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602739-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Regivaldo Alves Farias - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos, etc. Telemar Norte Leste S/A, por intermédio da petição de fls. 119-124 pugnou pelo chamamento do feito à ordem, ao argumento de que não houve a intimação da ré referente à sentença de fls. 104-106. Pois bem. Sem maiores delongas, verifico assistir razão ao peticionante, porquanto houve pedido expresso de intimação exclusiva em nome do advogado Eládio Miranda Lima, conforme fls. 35. Em assim sendo, devem ser anulados todos os atos praticados pelo juízo até então, pois é evidente que o requerido não foi devidamente intimado da sentença, ocasionando a impossibilidade de interpor recurso no presente feito. Por assim ser, chamo o feito à ordem para determinar a nulidade de todos os atos praticados pelo juízo após a certidão de fl. 97, devendo ser devolvido ao requerido prazo para interpor recurso. À Secretaria para as providências de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0602754-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elias Santana Amaral - Maria Helena Freitas Ferreira - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.289-295, nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORENCIO (OAB 5316/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602857-92.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Antenor de Medeiros França - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 292. Considerando o cálculo processual de fl. 293, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$18.470,74 (dezoito mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e quatro centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Noutro giro, determino a intimação da parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto à realização de novos descontos em seu contracheque. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0602860-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bianca Rodrigues Calasso - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 260 dos autos, no qual o autor foi intimado a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que o autor apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602998-48.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Francisca de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 387-389, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603002-51.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucia Mesquita de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar o pagamento do valor executado, efetuando o pagamento de R$1.322,16 (mil, trezentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), considerando os cálculos apresentar pela exequente de fls. 350-353, sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0603018-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Brenda Viana Loureiro - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0603029-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria José Teixeira da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0603079-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel da Silva Sansereth - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl.107 dos autos, no qual o autor foi intimado a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que o autor apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM) - Processo 0603324-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karina Nascimento Lima - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0603339-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mariangela Pereira Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0603429-82.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Altamira da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Isto posto, nos termos do artigo 4º da Lei nº 1.060/50, concedo o benefício da assistência judiciária gratuita, para conhecer do recurso, suspendendo o pagamento dos honorários advocatícios da parte sucumbente, com base no art. 93, §3, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0603667-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alcimara Gomes Nascimento - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Forte nestes fundamentos, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, e levando-se em consideração o exposto, notadamente a falta de êxito da requerente em demonstrar a existência da conduta ilícita ou abusiva por parte da demandada, julgo improcedente o pedido formulado na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros. P.R.I.C.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0603764-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ozimar Belarmno da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603826-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sandro Marcelo de Almeida - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603863-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Messias Pereira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 78. Considerando o cálculo processual de fl. 79, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$871,39 (oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil.

Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604048-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Iva de Vasconcelos Barros - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Banco Bradesco S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0604249-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carmen Hosana Ramirez Sapucaia - REQUERIDO: C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) - ASSLITISC: Cileide Moussallem Rodrigues - DECIDO. Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para condenar as requeridas a pagarem solidariamente à requerente o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de danos morais, com correção monetária (INPC) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da prolação da presente sentença. Deixo de condenar a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0604301-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rafael Torres Rodrigues - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para declarar a inexistência do débito discutido na presente ação, bem como para condenar o demandado ao pagamento da importância de R$4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Por força desta, ficam confirmados os efeitos da decisão interlocutória de fls. 28 e 29. P. R. I. C.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0604399-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Denisley da Silva Cruz - REQUERIDO: Saulo Ferreira Garcia - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0604415-65.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Valinda Cordeiro de Sena Ramalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 143-145 as partes apresentam ao juízo acordo extrajudicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 143-145, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604522-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selma Costa de Menezes - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0604601-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orley da Silva Lopes - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604730-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0604786-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jacson Junior Baseggio - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604866-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elzanira dos Santos Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “Bradesco Vida e Previdência” e “Cesta B. Expresso1” ; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 940,28 (novecentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0604943-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE:

Sarah Paiva de Araújo - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0605031-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Gelsoney Paz Procópio - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0605076-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Montanier da Costa Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 184-195 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0605200-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Helena Dutra da Silva - REQUERIDO: Itaúcard Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Sendas Distribuidora S/A (Assaí Atacadista) - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para: 1 - declarar inexistente o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$3.000,00 (três mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Por força desta, ficam confirmados os efeitos da decisão interlocutória de fls. 30 e 31. P. R. I. C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605208-38.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josiel Francisco de Almeida Carneiro - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil: 1 - julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito discutido nos autos; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o demandado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária e juros moratórios de 1% a.m., com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0605245-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco da Silva Cabral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nestes fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido relativo à obrigação de fazer, determinando que a parte ré efetue o cancelamento do contrato referente à matrícula de nº 7005814-8, no prazo de quinze dias, sob pena de multa no valor de R$1.000,00 (mil reais), a ser revertido em favor do autor; 2 - julgo procedente o pedido relativo ao cancelamento dos débitos decorrentes da matrícula 7005714-8; 3 - improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Por força desta, ficam confirmados os efeitos da decisão interlocutória de fls. 58/59.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0605282-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria Francisca Matarazzo Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, com fundamento no art. 485, § 3º do Código de Processo Civil, pronuncio a ilegitimidade passiva do requerido, e, sem resolução do mérito, extingo o processo, com esteio no art. 485, inciso VI, do Estatuto Processual Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605284-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca Matarazzo Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o banco réu à restituir à parte autora a quantia de R$ 421,30 (quatrocentos e vinte e um reais e trinta centavos) com correção monetária (INPC), a contar do primeiro desconto indevido e juros moratórios de 1% ao mês, a contar da citação, incluindo na mesma regra eventuais descontos ocorridos ao longo do processo. Em razão da sentença de mérito, determino ao requerido que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, a suspensão dos descontos da tarifa bancária, sob pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto indevido. Improcedentes os demais pedidos. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605400-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Perpetua da Costa Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “mora cred pess”; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 13.296,96 (treze mil duzentos e noventa e seis e noventa e seis centavos), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0605576-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Ribamar Pacheco - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA) - Processo 0605578-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças Alves da Silva - REQUERIDO: Novo Mundo Amazonia Moveis e Utilidades Ltda - Assurant Seguradora S/A - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para, declarando a nulidade da cobrança realizada sob a rubrica de garantia estendida, condenar o banco réu ao pagamento do valor de R$190,00 (cento e noventa reais), a título de repetição de indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data da compra), bem como ao pagamento da importância de R$1.000,00 (mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos a partir da prolação deste decisum.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0605594-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Miguel Vicente Angelim - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - com correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês, ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do pagamento indevido). Deixo de condenar a demandada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0605611-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lozenil Facanha dos Santos Filho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605621-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Paulo de Aviz da Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605623-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ederaldo Soares Pantoja - Comunico-lhe que o(a) Sr.(a) Ederaldo Soares Pantoja, acima qualificado(a), promoveu Ação Judicial de n.º 0605623-84.2019.8.04.0020 contra V.Sa.Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A), cuja inicial pode ser consultada nos autos deste processo. Desta feita, fica V.Sa. citada a comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO da 10ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 30/08/2019 às 08:45h, sito à Av. Autaz Mirim, 8812 - Jorge Teixeira, Manaus - AM, 69099-045, Tel: 2127-7567/7501, Manaus/Am. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenta a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas. Atenciosamente,

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605623-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ederaldo Soares Pantoja - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Instrução e Julgamento Data: 30/09/2019 Hora 08:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605629-28.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathan Silva Santos de Almeida - De ordem, e considerando o alvará de fl. 109, intime-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da satisfação das obrigações, bem como para requerer o que entender de direito.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR) - Processo 0605630-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iolene Maria Dias Silva - REQUERIDO: Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro) - Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para condenar a empresa requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), a título de danos materiais, com correção monetária (INPC) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar do evento danoso (data do pagamento - fl. 15). Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0605634-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Barbosa da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S.a - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, referentes ao contrato de fls. 50-51, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0605634-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Barbosa da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S.a - Instrução e Julgamento Data: 02/10/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0605645-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Mauro de Araujo Cruz - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0605693-04.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alvaro da Conceição - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0605726-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dionatam Moraes da Costa - REQUERIDO: Cristiane Ferreira de Souza (Nome Fantasia Ribeiron Veículos) - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 37), porquanto trata-se de matéria exclusivamente de direito, na dicção do art. 355, I, do CPC. Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte ré, para apresentar contestação no prazo de 10 (dez) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM),

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605740-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Cheila Ferreira Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 129-130). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para juntar documentos no prazo de 5 (cinco) dias. Determino, ainda, seja intimada em seguida a parte requerida para, querendo, se manifeste acerca dos documentos no prazo de 5 (cinco) dias. Após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 12151/DF), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 9293-A/TO) - Processo 0605763-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Sergio de Freitas - REQUERIDO: Banco Gmac S.a - Indefiro o pedido formulado pelo autor por considerar que, em sede de Juizados Especiais, não sendo pautada audiência una para conciliação e instrução do feito, a designação de audiência instrutória é necessária por representar o marco final para oferecimento da resposta do réu, de modo que o julgamento antecipado, na forma pretendida pela requerente, ou seja, sem a observância do prazo para apresentação de resposta, implica verdadeiro cerceamento de defesa, passível de nulificar o processo. Paute-se, pois, data para a realização da audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que o caso reclama. Providências de praxe pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 12151/DF), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 9293-A/TO) - Processo 0605763-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Sergio de Freitas - REQUERIDO: Banco Gmac S.a - Instrução e Julgamento Data: 02/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605772-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joyce Barreto de Castro - REQUERIDO: Vivo S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 112-113). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para juntar impugnação à contestação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605781-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Vivo S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 179-180). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para juntar impugnação à contestação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605786-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Genizia Sena Coelho - REQUERIDO: Banco Bom Sucesso S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605789-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Aroldo Brasil de Carvalho - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605819-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Oliveira de Paiva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605821-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Aldison Gabriel Dias da Costa - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605855-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Risonei da Silva Marinho - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606370-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcelo de Moura Pinto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - BradesCard S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 242-244. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$5.000,12 (Cinco mil reais e doze centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606541-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Francisca das Graças Souza Santos - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606541-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Francisca das Graças Souza Santos - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM), ADV: WILSON COSTA ARAUJO (OAB 2232/AM) - Processo 0606698-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Pedro da Silva Junior - REQUERIDA: Andreia Farias de Barros - Wilson Costa Araújo - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WAGNER SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 14555/AM) - Processo 0606837-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucia Maria Reis da Silva - REQUERIDO: Unifisa Administradora Nacional de Consorcio Ltda. - Murano Veículos Ltda. - Indefiro o pedido de reconsideração de fls. 76-77 por entender que os argumentos articulados pela requerente não possuem fundamento, uma vez que o art. 300 do Código de Processo Civil preceitua que o juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. No entanto, verifico que há necessidade de dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, motivo por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida, da viabilidade do provimento antecipatório perseguido. Ademais, entendo que o pedido formulado pela autora incide o óbice constante do §3º do art. 300 do CPC, vez que patente a irreversibilidade da tutela antecipada, se concedida na forma pugnada, o que configuraria verdadeiro esgotamento da prestação jurisdicional initio litis. Sendo assim, indefiro o pedido formulado, mantendo a decisão anteriormente prolatada tal qual como lançada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606883-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thayuana Alves de Brito - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA) - Processo 0606918-59.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Glauce Rodrigues de Albuquerque - José Marques Alfaia - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0607549-08.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Suellen Borges Sena - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 274. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$5.123,38 (cinco mil, cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0607590-67.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Arivelto Bezerra de Paula - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: NERI JULIANO PICCOLOTO (OAB 39421/SC) - Processo 0607596-74.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Instituto Wp Ltda - REQUERIDA: Rejane Maria de Araujo - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607612-62.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Nazaré Soares dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 157-158. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$6.901,82 (Seis mil, novecentos e um reais e oitenta e dois centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM) - Processo 0607651-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - RECLAMANTE: Fabiana Mota da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607662-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cintia Ferreira da Costa - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607683-69.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607707-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Paulo César Palheta de Sena - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0607710-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Thiago Junqueira Mesquita - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607712-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucia de Carvalho - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607712-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucia de Carvalho - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 29/10/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607717-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Mariomar Ferreira dos Sant. - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607719-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Mariomar Ferreira dos Sant. - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0607728-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Ilda Pereira da Silva - REQUERIDO: Willian Pereira de Oliveira - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante,

de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607746-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilmara Barbosa da Silva - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0607753-47.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jemima Pinheiro de Souza - Conciliação Data: 31/10/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MICHELLE GOMES MOREIRA (OAB 13517/AM) - Processo 0607754-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria do Perpétuo Socorro Farias da Silva - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 29/10/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607756-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gracilene da Costa Monteiro - De ordem, e considerando o comprovante de depósito de fls. 212-214, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto à satisfação das obrigações.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0607760-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glacivaldo Lima de Souza - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0607762-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elielson Dantas Bertino - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0607768-50.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 250-255, bem como acerca dos documentos de fls. 256-271. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607769-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucas Sampaio da Silva - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0607775-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Priscila Ramos Nery - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607780-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flaviana da Silva Leal - Diante do exposto, forte nos argumentos acima expendidos, indefiro o pedido de liminar articulado na inicial. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607780-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flaviana da Silva Leal - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607799-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lourdes Pinheiro de Araujo - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607817-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jeruza Lima da Silva - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607819-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wendel Souza Filgueira - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM) - Processo 0607821-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Raimundo Lucinval Ferreira de Sales - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM) - Processo 0607824-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joelma de Albuquerque da Silva - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607837-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Eliana Neves Grana - REQUERIDO: Banco Bradesco - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0607857-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Aldrei Alexandre Brito - REQUERIDO: Atacadão S/A - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607954-73.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silvio Piedade da Silva - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0607985-93.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francimar Rodrigues Dutra - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 358-359, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.

ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0608021-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cristiane Moreira dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Reporto-me ao pedido formulado em audiência instrutória, conforme fl. 115.

Da análise dos autos, extrai-se a necessidade de realização de perícia no imóvel pertencente à parte Autora. Deste modo, defiro o pedido formulado pela Requerida, oportunidade em que concedo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para que seja apresentado o resultado da inspeção realizada. Transcorrido o referido prazo, façam concluso os presentes autos, para posterior prolação de sentença. À secretaria para as providências de praxe

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608174-71.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanderlene Monteiro da Cruz - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 165-167. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$582,80 (quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0608502-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me - EXECUTADO: Adarlan Lopes dos Santos - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0608503-83.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Nancy Silva de Mello Rosas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 169-173. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$5.753,95 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0608870-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Pereira de Carvalho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 292-295. Considerando o cálculo processual de fl. 296, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$7.186,10 (sete mil, cento e oitenta e seis reais e dez centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608880-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Valdinerene Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 239-240. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$7.201,20 (sete mil, duzentos e um reais e vinte centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609561-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ivone Jordão de Oliveira Cavalcante - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0609617-91.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Shirley Stephanie Santana Pereira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0610180-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Audenizia Silva e Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0610866-77.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Aldemar Fernandes Praxedes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: PAIXÃO PERIMAN DE ALMEIDA FERREIRA (OAB 12138/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM) - Processo 0612927-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Raimundo Soares Mota - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0612927-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De

ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 285-292, bem como acerca dos documentos de fls. 293-366. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

Adelson Alves Borges Júnior (OAB 9841/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Lívia Dias Silva (OAB 12918/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Marinho da Conceição (OAB 14075/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB 12151/DF)
Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB 9293-A/TO)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florencio (OAB 5316/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB 7684/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Izabhele Lopes Moura (OAB 10011/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jairo Mota Aragão (OAB 9369/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Malena Felipe (OAB 14427/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Pigioni Horta Fernandes (OAB 212398/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Gomes Moreira (OAB 13517/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neri Juliano Piccoloto (OAB 39421/SC)
Paixão Periman de Almeida Ferreira (OAB 12138/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro André Donati (OAB 64654/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 1135A/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)

Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Thomas Benes Felsberg (OAB 19383/SP)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagner Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 14555/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
WILSON COSTA ARAUJO (OAB 2232/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0614/2019

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608353-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608779-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609117-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Ensino Sementinha do Futuro - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0609176-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Total Ville Harmonia - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609295-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Ayton Mello - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609371-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609374-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609386-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609390-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609396-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609459-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Ayton Mello - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609525-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0611277-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Roberto Carlos Macedo Ismael - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0087/2019

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0200636-24.2014.8.04.0092 (apensado ao processo 0602346-48.2013.8.04.0092) (processo principal 0602346-48.2013.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria Leonor Mota de Oliveira - Intime-se a parte EXEQUENTE para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 113/115. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0201268-11.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Mediclab Serviços Médicos e Laboratoriais - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$1.657,25 (mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e

cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0601198-89.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 10.264,66 (Dez mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604424-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kelly da Silva de Figueiredo - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto, condeno a ré ao pagamento deR$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 5º, incisos V e X da CRFB e 186 e 927 do CCB. Juros de 1% ao mês e Correção monetária a contar desta data. Declaro inexigível o débito ensejo da questão e determino à operadora ré que exclua o nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito, o que deverá ser comprovado nos autos em 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0604441-46.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Centro Educacional Frances Burnett - EXECUTADA: Lucivane Cruz dos Santos - Portanto, é admissível o prosseguimento da execução por esta via, considerando que já foram realizadas várias tentativas por meio do sistema Bacenjud, bem como por meio de mandado, sem que até o momento o crédito exequendo seja satisfeito. Posto isto, defiro a penhora no rosto dos autos n.° 0615579-47.2016.8.04.0015 no valor atualizado da presente execução de R$ 4.105,56 (quatro mil cento e cinco reais e cinquenta e seis centavos), ainda ordenando a secretaria certificar nos autos e adotar as medidas de essência ao cumprimento da presente execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0608473-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nunes - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853A/PB), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA) - Processo 0608506-16.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 8.384,42 (oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0609363-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Antonio Wicaro Alves da Silva - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615579-47.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 12.989,77 (Doze mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Elísia Helena De Melo Martini (OAB 1853A/PB)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: LEONARDO LIMA CLERIER (OAB 1408A/PE), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0614972-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Etiene Freitas Trindade - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Leonardo Lima Clerier (OAB 1408A/PE)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0200983-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Injúria - REQUERENTE: Evandro Melo da Silva - HOMOLOGO o parcelamento da condenação imposta na sentença de fls. 33/37, dos presentes autos, nos termos do acordo entabulado entre as partes, às fls. 114/118, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Determino à Secretaria que libere ao credor os valores depositados às fls. 116/117, bem como os bloqueados via Bacenjud às fls. 99/100. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado P. R. I. C.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0201205-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Santana Silva dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Analiso os Embargos de fls. 287/296. Há razão à concessionária quando alega não ter sido previamente intimada para o cumprimento voluntário da sentença. De fato, não houve, tendo sido apenas a exequente intimada para manifestar-se (fl. 265). Porém, não declaro nulidade da penhora, haja vista que o bloqueio representa, em último exame, pagamento ao credor, bastando apenas o decote da multa do art. 523 do CPC. No mérito, a sentença dispõe: Forte nesses argumentos, ratifico a decisão de fls. 26/28, e no mérito, e com base no art. 485, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que DETERMINO que a ré se abstenha de cobrar à autora valores relativos ao serviço de esgoto, até que ele seja efetivamente prestado, bem como que realize o refaturamento das faturas impugnada nos autos faturas com vencimento em dezembro de 2017 e janeiro a março de 2018, com exclusão da cobrança do serviço de esgoto, e vencimento para trinta dias contados da decisão. - fl. 140 O exequente comparece informando que a concessionária tê-la-ia descumprido posto ter retornado ao cobrar a taxa de esgoto já na fatura com vencimento e 30/7/2019 (fls. 266/268). Não vejo descumprimento algum diante dos esclarecimentos prestados nas fls. 287/300. A obrigação de fazer quanto ao refaturamento das faturas foi cumprida conforme noticiado nas fls. 258/260 e tempestivamente. Ademais, diante da comprovação de que a residência da exequente foi ligada à rede de esgoto em 17/6/2019 sendo que a primeira fatura com cobrança tinha por vencimento 30/7/2019 e por mês de referência julho/2019. Assim, não reputo nenhum descumprimento já que a própria sentença condicionava a cobrança à sua efetiva prestação. Logo, acolho os Embargos à Execução, revogo a penhora on line e determino a sua devolução à concessionária. Não havendo mais nada a se executar, julgo extinta a execução. Dê-se baixa e arquive-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0201919-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe, porém, a gratuidade de justiça. Arquivem-se os autos. Manaus, 02 de setembro de 2019

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0600510-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tania Regina Santos de Moura - REQUERIDO: Francisco Garcia Rodrigues Filho - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outros - Dos requeridos, foi decretado revel Francisco Garcia Filho que, apesar disso, defendeu-se. Nice foi excluída. BV Financeira contestou. Em audiência, a parte requerente demandou a revelia de Carlos Eduardo e a exclusão de Francisco Garcia. Pois bem. As preliminares feitas por Francisco Garcia Filho e BV somente serão apreciadas em sentença. Decreto a revelia de Carlos Eduardo. Porém, quanto à exclusão de Francisco Garcia, advirto à parte demandante que a espécie de litisconsórcio existente entre este e Francisco Garcia Filho é o litisconsórcio necessário unitário. Nessa hipótese, a presença de todos os réus é obrigatória, pois a sentença deverá ser uniforme a todos eles (art. 116, CPC). E a presente é unitária porque os dois são/eram sócios da falida Nice, sendo que a responsabilidade principal da relação consumerista era da empresa e não daqueles, que somente são atingidos subsidiariamente. Assim, em se tratando de responsabilidade subsidiária ou suplementar, não há como cindir os efeitos da sentença, alcançando apenas um dos sócios, pois a relação deles é a mesma entre si e com a consumidora. Logo, a sentença deverá aplicar-se-lhes uniformemente e a exclusão de um impede o julgamento de mérito em relação ao outro (art. 115, I, CPC). Desta forma, concedo à parte requerente um último prazo de cinco dias para se posicionar sobre o pedido feito em audiência, estando advertida de que, se mantiver o desejo ali expressado, o processo será extinto em relação também a Francisco Garcia Filho e somente decidido em relação a BV e a Carlos Eduardo. Nesse mesmo prazo, caso mude de estratégia, pode requerer diligência para tentar suprir a citação infrutífera feita por carta a Francisco Garcia. O silêncio será interpretado como insistência no pleito formulado nas fls. 133/134. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0600921-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Claudio Cesar Vasconcelos Barros - RECLAMADO: Residencial Modulados - Embora a executada e a pessoa jurídica Todeschini possam atuar juntas na cidade de Manaus, deve-se levar em consideração que parceria comercial não as torna integrantes de um mesmo grupo econômico. No caso dos autos, não há comprovação de que as

mesmas sejam parte de um mesmo conglomerado. Se o credor quisesse constituir obrigação solidária entre ambas, caberia a ele qualificar e citar a terceira Todeschini ainda no curso do processo de conhecimento, não podendo, já em fase de execução, realizar tal manobra. Rejeito, portanto, o pedido de fls. 103/106. Ao credor para requerer, em 10 (dez) dias, o que for de direito, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORENCIO (OAB 5316/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601080-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jandervan Carlos de Souza - REQUERIDO: Bic Banco Industrial e Comercial S/A - O pedido de instrução pelo banco resume-se à oitiva do áudio, o qual foi juntado e está arquivado em Cartório. Logo, entendo que a sua disponibilização à outra parte já atende ao pleito, sem qualquer necessidade de AIJ. Quanto ao pedido da parte autora para concessão de prazo de dez dias, indefiro-o. Em todos os outros casos, análagos ou não, em trâmite neste Juizado, com necessidade de que a parte ouça determinado áudio ou assista vídeo juntado, o prazo concedido é de cinco dias, máximo. E isso porque os feitos em Juizado devem ser céleres e atingir a sentença o quanto antes. Lembrando que o prazo é em dias úteis, não havendo nenhum prejuízo comprovado no caso concreto. Logo, concedo ao autor cinco dias para manifestar-se, querendo, sobre o áudio carreado pelo réu. O prazo acima começará de sua intimação e não da sua vinda em Secretaria para receber cópia do arquivo, mediante entrega de pendrive, HD ou DVD. Em seguida, concluso para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602340-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiz Tadeu Costa Peres - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARINEY NASCIMENTO SENA (OAB 8634/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0602755-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Teodomiro Sales da Silva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602820-51.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO WANZILEU AZULAY - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O executado não impugnou os cálculos, apesar de devidamente intimado para tal (fls. 620/621). Isto posto, expeça-se alvará do valor incontroverso em favor da credora e, em nada mais havendo, arquive-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0603333-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Almir do Nascimento Lima - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0604644-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Saulo de Souza Menezes - REQUERIDO: Móveis M&r Projetados - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 02 de setembro de 2019

ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0605265-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Trindade de Seixas - REQUERIDO: E. J Pinto e Cia Ltda - O deslinde da causa possui contornos fáticos que precisam ser dirimidos com maior cautela, atividade cognitiva a ser exercida por ocasião da instrução da causa, com oitiva de testemunhas. Paute-se, portanto, audiência de instrução e julgamento, intimando-se as partes para comparecimento, ficando cientes de que poderão apresentar até 3 testemunhas, cada, independentemente de intimação destas. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0605455-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raniere José Ferreira Azevedo - Leonice Alves da Silva - REQUERIDO: Megatour Vias Aéreas e Turismo (Ermesom da Silva Pinheiro) - Martins Rent A Car e outro - A ré Mega Tour pedira redesignação da audiência de hoje (fl. 66). Ainda não ofertou contestação. A Martins Rent a Car contestou nas fls. 93/140. A requerida Daytur Agência de Turismo, citada, faltou à audiência de fls. 49/50, pelo que a declaro revel. Considerando o pedido de fl. 66, feito em 6/8/2019 (com antecedência, portanto), paute-se nova audiência de conciliação, devendo Mega Tour apresentar a sua contestação até à abertura do referido ato. Em seguida, decidirei se é caso de julgamento antecipado ou de AIJ. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0605817-55.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Lindalva Alves de Albuquerque - Vem o exequente às fls. 170/172 requerer a penhora sobre percentual da remuneração do devedor com base no julgamento do REsp 1658069/GO, que relativizou a impenhorabilidade de verba salarial. Inicialmente destaco que a jurisprudência mencionada não possui caráter vinculante, caracterizando-se em julgado isolado. Ademais, o decisum esclarece que tal situação se dera em caráter excepcional, não podendo afetar a subsistência do devedor. Não partilho do mesmo entendimento, nem vislumbro essa excepcionalidade no presente processo. O julgado do STJ se deu sob a ótica do CPC/73, norma processual que previa menos recursos para tentar satisfazer o crédito do exequente. Na atualidade, além dos meios ordinários de constrição patrimonial (sistemas on-line como Bacenjud, Renajud e Infojud), existe ainda a possibilidade de levar o título executivo judicial a protesto, bem como inscrever os dados do devedor em cadastros de inadimplentes. Observo ainda que não há qualquer informação sobre os proventos do executado, o que impede este juízo de saber se eventual penhora sobre verba de natureza alimentar prejudicaria sua subsistência. Noto ainda que a dívida decorre de locação de imóvel residencial, de forma a afastar a exceção prevista no art. 833, § 2º do CPC. Isto posto, indefiro o pedido de fls. 170/172. Intime-se o credor para, em 5 (cinco) dias, requerer o que for de direito, sob pena de extinção da execução. Oficie-se o banco Itaú a fim de liberar qualquer restrição emanada por este juízo, nos autos deste processo, sobre os tais “ativos ilíquidos” em nome do executado ou em nome de terceiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0605875-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 89/90, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0606249-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Wilson José da Silva Cunha - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Cabe ao autor demonstrar que o executado descumpriu a obrigação negativa (inteligência do art. 390 do CC). Indefiro, pois, o pedido de fls. 259/260 Nada mais havendo, arquivem-se os autos.

ADV: ILDO GERALDO NERY DA SILVA (OAB 7068/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0606855-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jose Amintas Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Adukargo Transportes e Logística Ltda. - Vistos, etc. HOMOLOGO o pedido de parcelamento formulado às fls. 204/211, com a devida concordância da parte autora. Até lá, suspendam-se os atos executivos (art. 916, §3º, CPC). As parcelas serão mensais e sucessivas, devidamente aparelhadas por correção monetária e juros mensais de 1%, nos termos do art. 916 do NCPC. Expeça-se alvará, em favor do exequente, para levantamento das quantias depositadas (art. 916, §3º, CPC). Fica o executado de que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará as penalidades previstas no art. 916, §5º, I e II, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606945-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - DECISÃO A exequente deveria conhecer o entendimento do Enunciado 141-FONAJE, pois atua com frequência nos juizados especiais. Deveria saber, portanto, de seu ônus em comparecer pessoalmente por meio do seu representante legal e não por mero preposto. Ora, não se pode admitir que aceite o bônus do sistema e não o seu ônus; tendo eleito, mesmo sabedora das regras da Lei 9.099/95 e do citado enunciado e de suas dificuldades logísticas, o juizado especial, há de arcar com as consequências, favoráveis e desfavoráveis. Sendo-lhe assim tão dificultoso em comparecer a Manaus, deveria ter eleito uma das varas cíveis comuns da capital, onde a exigência de comparecimento pessoal inexiste. Além disso, a petição retro, por não ser recurso, e nem embargos, não tem o condão de fazer o julgador reconsiderar a sua compreensão lançada na sentença. Pelo exposto, indefiro o pleito de fls. 48/49. Excluo, contudo, a condenação em custas. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0607074-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Luiz Carlos da Silva Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0607365-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fábio Pimentel Soares - REQUERIDO: Nv Indústria Comércio e Construção Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0607649-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Suelen Souza Gonçalves - Rogerio Pinto Goncalves - REQUERIDA: Jéssica Regina C M Coelho - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 120/121, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Liberem-se os valores bloqueados via BACENJUD. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLOS CEZAR SANTOS CASTRO (OAB 341979/SP), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0608339-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Oliveira Santos - REQUERIDO: Revista Planeta - Três Editoral Ltda. (Editora Três) - DECISÃO O status das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa executada, desde sua contestação ela comunicou estar em processo de recuperação judicial, que tramita na 2ª Vara de Falências de São Paulo, de número 0152612-70.2007.8.26.0100 (número antigo 583.00.2007.152612-0 - fls. 97/98). Dessa maneira, a execução quanto à obrigação de pagar não pode correr nos Juizados, conforme lembrado mesmo na sentença de fls. 115/117. Assim, somente nos cabe a expedição de certidão de dívida para que a credora possa, junto ao Juízo da falência, habiltar seu crédito pra posterior recebimento. Nisso, quanto ao pedido de fls. 130/131, a multa do art. 523 do CPC já fora contabilizada nos cálculos de fl. 129. Já honorários, em juizados especiais, somente incidem em caso de julgamento de recurso ou em hipótese de litigância de má-fé, o que não ocorreram in casu. Portanto, indefiro o pedido de fls. 130/131, homologo os cálculos de fl. 129 e determino o arquivamento do feito, expedindo-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG) - Processo 0608345-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - REQUERIDO: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - Cemom - LITSPASSIV: Itaú Unibanco S/A - Embarga o autor de suposta omissão que, em exame, não há na sentença de fl. 187. Não há omissão porque o processo foi extinto pela ausência do autor e, como frisado na fl. 194, a sentença é muito clara nesse mister. Daí os aclaratórios são nitidamente protelatórios. Mesmo na questão de fundo dos Embargos, vejo que o réu cuja citação não fora aperfeiçoada já havia sido excluído da lide por meio da decisão de fl. 119. Não houve, assim, nenhuma violação à lei ou a direito, conforme ali fundamentado. Pelo exposto, NÃO CONHEÇO dos aclaratórios

de fls. 197/199, consoante fundamentação supra, e CONDENO o autor/embargante à multa por Embargos de Declaração indisfarçadamente protelatórios, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC, no percentual de 2% do valor da causa devidamente corrigida. À Secretaria, para as devidas providências.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0609322-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ysane Sales Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de Embargos à Execução formulados pelo BMG, em que alega nulidade do procedimento de execução em razão de irregularidade na publicação e sua intimação para os atos do processo. Alega o embargante que a execução manejada contra si está eivada de nulidade absoluta conquanto, por ocasião da formação do título executivo que lhe lastreia (sentença de mérito), não lhe foi oportunizado o exercício da ampla defesa e do contraditório, corolário da nulidade de sua citação, feita irregularmente através do portal eletrônico do TJAM, procedimento ão realizado pelo BMG que, sequer, encontra-se cadastrado para tanto. Juízo garantido nas fls. 210/212 mediante depósito de R$ 28.608,87. Não assiste razão ao embargante. Ab initio, o BMG já tem atendido às citações e intimações feitas no Portal em diversos outros processos em trâmite neste Juízo, sendo o presente atual exceção ao seu comportamento de comparecer e contestar, o que mostra que toda a sua argumentação de nulidade é mera divagação, uma "cortina de fumaça" sem qualquer vínculo concreto com o caso. Não se defendeu porque assim quis ou porque não gerenciou bem seus processos e não porque não soube ou não ficou sabendo. Dito isso, impende destacar que a presente ação iniciou sua tramitação em 15/4/2019, logo, sob a plena vigência do CPC/15. Nos termos do art. 246, § 1.º, do CPC/15, "com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio". Por tal razão, em cumprimento a norma processual e ao Provimento n.º 274/2016, que regulamentou o uso do e-SAJ/Portal de Serviços - Intimações e Citações On-Line, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas elaborou um Termo de Adesão, que foi assinado pelo embargante, cujas cláusulas são bastante claras quanto ao meio de citação/intimação, a saber: "1 - Ao firmar o presente Termo de Compromisso, a parte em epígrafe concorda em ser citada e intimada dos atos processuais praticados nos autos digitais do Tribunal de Justiça do Amazonas, de primeira e segunda instâncias, apenas de forma eletrônica, por meio do portal de serviços e-SAJ (endereço: http:/consultasaj.Tjam.Jus.Br/esaj/portal.do.serviço), salvo impossibilidade técnica. (...) 4 - Se o citado/intimado não efetivar a consulta eletrônica dentro do prazo de 10 dias, contados do envio da citação/intimação, esta será considerada realizada automaticamente ao final desse prazo, sendo que o prazo para a prática do ato processual começa a correr a partir do 1.º dia útil seguinte ao término do prazo de consulta (10 dias)". O argumento de que o BMG jamais aderiu ao Portal Eletrônico do TJAM é absolutamente inverídico. A uma, porque tal cadastramento dá-se de modo cogente, imperativo, em estrito cumprimento aos ditames do art. 246, §1° do CPC, e não por escolha ou opção do embargante; a duas porque as certidões emitidas pelo Portal Eletrônico do TJAM, de modo automático, ao longo de todo o processo, são hábeis a comprovar, estreme de dúvidas, de modo irrefutável, que o "destinatário do ato" encontra-se regularmente cadastrado no sistema eletrônico de comunicações processuais; e, a três, porque já tem se defendido em diversos outros feitos cuja citação/intimação seguiu o mesmo padrão, sem a menor dificuldade. A prevalência das comunicações processuais realizadas através do portal eletrônico sobre as publicações realizadas via DJe decorre de previsão expressa do art. 5°, caput da Lei n. 11.419/06 e sua validade fora reconhecida pelo C. STJ, por ocasião do julgamento do AgInt no Agravo em Recurso Especial n. 903.901-RJ (2016/098167-9), Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Assim, inocorrendo qualquer impedimento para a citação/intimação dentro da regra geral já mencionada, não há falar em ofensa ao contraditório e ampla defesa do embargante, a quem cabe manter atualizado o cadastro junto ao Portal Eletrônico do TJAM e acessá-lo diariamente, a fim de realizar as leituras das comunicações forenses a si destinadas, dentro do prazo legal de 10 dias fixado pelo art. 5°, §3° da Lei n. 11.419/06, sob pena de sofrer as consequências processuais decorrentes da certificação de citação/intimação automáticas, a partir da fluição integral do referido prazo de leitura, exata hipótese dos autos, conforme se depreende as fls. 96 e 130. Pelo exposto, rejeito a defesa de nulidade de citação/intimação. Como não trouxe outro fundamento hábil a paralisar a execução, determino o seu prosseguimento com os seguintes atos: - façam-se os cálculos do Juízo e, em caso do valor do depositado ser menor, penhore-se on line o restante; se o depositado for maior, expeça-se alvará em favor do credor até o limite do seu crédito e devolva-se ao banco o que eventualmente sobejar. Sendo cumprida a diligência e em nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609417-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Adriana Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dessa maneira, não aceito a justificativa do banco nas fls. 397/402; como não houve comprovação de pagamento das custas no prazo original, declaro o inominado de fls. 319/350 deserto; e determino extração de cópia das fls. 319/374, 391/394, 397/410 e desta decisão para a Procuradoria-Geral de Justiça para exame e eventual apuração de prováveis crimes de falsidade ideológica (art. 299 CP) e contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/1990), dentre outros de seu entendimento. Para efeitos processuais, considero o BMG como litigante de má-fé e aplico-lhe as seguintes condenações: (i) pagamento das custas; (ii) pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação; e (iii) pagamento de multa no percentual de 10% do valor corrigido da causa. E isso porque entendo que alterou a verdade dos fatos, agiu com deslealdade e procedeu de modo temerário no processo. Certifique-se o trânsito em julgado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM) - Processo 0609961-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ronney Silva Aguiar - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intime-se o autor para, em 10 (dez) dias, apresentar cópia do áudio informado às fls. 85/87 e 90 em juízo. Após, intime-se o réu para, no mesmo prazo, manifestar-se sobre a prova produzida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610358-78.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar endereço da devedora, sob pena de extinção nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0610962-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jairo Bomfim de Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - A explicação do banco não convence. Com efeito, se houvesse no sistema do TJ a informação de que o processo é de justiça gratuita, sequer guia de preparo teria sido emitida e, no presente caso, o foi (fls. 245 e 283). Além disso, em consulta à mesma tela do sistema, notei não haver nenhuma observação de que se tratava de processo de justiça gratuita. E, mesmo que vencidos esses pontos, o banco não justificou as outras ausências significativas do boleto por ele juntado e apontadas nas fls. 324/325, quais sejam: omissão de dados nos campos "Endereço" e "Informações de Responsabilidade do Beneficiário" - que, estranhamente, constam do preparo comprovadamente deste feito - e inconsistência do valor da causa. Quanto a esse último, em todos os outros processos do BMG ele nunca atualiza o "valor da causa" no boleto, mas o fez justo nesse e em outro processo também em trâmite neste Juízo.

O fato do boleto juntado pelo BMG possuir data, nº de guia, código de barra e valor não comprovam que se trata de boleto de custas do presente processo. Como os dados que o identificariam estão apagados, existe a suspeita de que o boleto de fl. 282 possa referir-se a outro processo. Há suspeita de crimes. Crime de falsidade ideológica, com a exclusão de informações e dados que deveriam constar de documento público, e crime contra a ordem tributária, já que as custas são espécies de tributos e cujo pagamento, em tese, algum representante do banco tentou evitar. Dessa maneira, não aceito a justificativa do banco nas fls. 328/334; como não houve comprovação de pagamento das custas no prazo original, declaro o inominado de fls. 246/277 deserto; e determino extração de cópia das fls. 246/285, 322/325, 328/342 e desta decisão para a Procuradoria-Geral de Justiça para exame e eventual apuração de prováveis crimes de falsidade ideológica (art. 299 CP) e contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/1990), dentre outros de seu entendimento. Para efeitos processuais, considero o BMG como litigante de má-fé e aplico-lhe as seguintes condenações: (i) pagamento das custas; (ii) pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação; e (iii) pagamento de multa no percentual de 10% do valor corrigido da causa. E isso porque entendo que alterou a verdade dos fatos, agiu com deslealdade e procedeu de modo temerário no processo. Certifique-se o trânsito em julgado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NERIVALDO LIRA ALVES (OAB 111386/RJ), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0611737-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Moreira de Lima - REQUERIDO: Proasp - Programa de Assistência dos Servidores Públicos do Brasil - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 110/130, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0612449-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rf Serviços de Engenharia Ltda - Epp - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação dos Requeridos, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 04/09/2019 às 08:15h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0612581-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cynara Rego Nogueira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 96/98 e repetidos nas fls. 99/100, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613234-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Luciene Reis Medeiros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: KAMILA KELLE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 14437/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0613288-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabiano Souza de Oliveira - REQUERIDO: Oi S/A - DECISÃO O status das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa Ré, oportuno colacionar trecho da decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0203711-65.2016, conforme quadro de aviso aos credores disponível em site da empresa: Informamos que o Juízo da 7ª Vara Empresarial, após a homologação do PRJ e a concessão da Recuperação Judicial, determinou a expedição dos seguintes AVISOSaos demais Juízos: Decisão de fls. 282.576/282.583: "Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso,sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.06.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação". Decisão de fls. 289.277/289.284: "Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI0034576-58.2016.8.19.0000, quepermitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença". Decisão de fls. 288.169/288.172: "Diante dos inúmeros requerimentos com vistaa proceder habilitação de créditosingressados diretamente nos autos da R.J., em total dissonância com odespacho procedimento de fls. 199.000/199.001, determino seja publicado AVISO por meio de EDITAL no D.O, informando aos credores nesta condição, que as petições assim protocoladas não serão aceitas e recebidas em hipótese alguma, diante das razões contidas na decisão declinada, cujo teor deverá constar do referido edital." Disponível em: http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/ Portanto, expeça-se ofício ao Juízo de origem e, após, dê-se baixa e arquivem-se.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0613566-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jacira Pascoal de Souza - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613584-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maísa Celeste Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, em ambos os efeitos, ex vi dos arts. 42 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se a recorrida para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0613801-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Renata Cordeiro Rodrigues - REQUERIDO: Previplan Clube - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0613899-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Carlison Robert Rodrigues da Silva - Sendo assim, assino um prazo de 3 dias para que o recorrente apresente imposto de renda do ultimo ano, junte seu extrato bancário dos últimos 60 dias e outros documentos pertinentes para que comprove ser pessoa pobre na acepção legal e merecedor da concessão dos beneficios da justiça gratuita. Se nada falar nesse prazo, intime-se-lhe para, em 48h, efetuar o pagamento das despesas recursais, sob pena de deserção. Intime-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613979-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Pelo exposto, não havendo qualquer modificação no cenário fático-jurídico, mantenho a sentença de fls. 38/39 quanto ao comando de extinção do processo e indefiro, como consequência, o pedido de fls. 40/41. Excluo, todavia, a condenação da exequente no pagamento de custas. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: PAULO CEZAR SANTOS (OAB 4488/AM), ADV: PAULO VICTOR BIANCO CRESPO (OAB 8418/AM) - Processo 0614242-86.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Jose Raimundo Crespo Rattes - Processo nº 0614242-86.2017.8.04.0015 Classe: Cumprimento de Sentença/PROC Exequente: Condomínio Parque São José do Rio Negro Executado: Jose Raimundo Crespo Rattes DESPACHO Intime-se o exequente para que, em 10 dias, informe de seu interesse na adjudicação do bem penhorado às fls. 166/170, nos termos do art. 53, §2° da Lei n. 9.099/95. Esteja ciente o credor de que, em caso de adjudicação/leilão, deverá providenciar a intimação dos demais donos do imóvel, já que o devedor somente possui 2,2222% do bem (fls. 147/151), no mesmo prazo; salvo se desejar somente se tornar coproprietário, afetando apenas a cota-parte do executado. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0614566-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rocifran Costa Rodrigues - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, em ambos os efeitos, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0614633-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gezilda Alves Machado - O deslinde da causa possui contornos fáticos que precisam ser dirimidos com maior cautela, atividade cognitiva a ser exercida por ocasião da instrução da causa, com oitiva de testemunhas, razão pela qual determino seja pautada audiência de instrução e julgamento, ficando as partes cientes de que podem apresentar até 3 testemunhas, cada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0614751-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francismara Araujo dos Santos - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, nos efeitos suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0614771-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Maria de Almeida - T M de Almeida - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, em ambos os efeitos, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE) - Processo 0614803-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ednea Video Pereira - REQUERIDA: Maria de Fátima Pereira Batista - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, em ambos os efeitos, ex vi dos arts. 42 e 43 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0614874-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ceci Claudia da Silva e Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0614974-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Denis Cabral de Albuquerque - REQUERIDO: Jhoselayne Gadelha Aristoteles - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0615062-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Claudia Maria Marinho Monteiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA (OAB 12836/AM) - Processo 0615227-84.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Osamir Othon Macêdo de Souza - AIJ não existe em processos de execução,

pelo que indefiro o pedido feito em audiência pelo exequente. Considerando que não houve encontro de patrimônio em nome do devedor, intime-se o exequente para requerer o que entender cabível em dez dias, sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615489-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Helrado Soares Salvador - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615602-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldecy Alexandre Mota - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0615914-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Aso Serviços de Escritórios Virtuais Eireli - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 32/33, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Cancelo eventual penhora operada e, mormente, o mandado de fl. 29. Peça-o de volta da Central de Mandados no estado em que se encontrar. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0616230-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Marcos Antonio Pais Barbosa - Mirthe Crist Barbosa - REQUERIDO: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações - Banco Bradesco S/A e outro - DECISÃO Uma vez aditada a inicial, cumpra-se a parte final da decisão de fls. 179, com designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento, e intimação dos Réus para apresentação de nova contestação, ou ratificação dos termos das já apresentadas. Somente na hipótese de dispensa da audiência pelos Requeridos (art. 334, §4º, I, do CPC), é que deverá ser o processo retirado de pauta e vir concluso para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0616621-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Socorro Carioca Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, em ambos os efeitos, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0616892-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Laura Cristina Simões Coutinho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0617066-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio View Club e Home - De ordem, ante a petição e documentos de fls.121, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 04/09/2019 às 09:45h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617364-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alex Sandre Costa da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0617433-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karleson Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Dessa forma, considerando o não comparecimento do Autor à audiência de conciliação, instrução e julgamento, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, na forma do art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95. Fica condicionado o ajuizamento de demanda idêntica ao recolhimento das custas judiciais, nos termos do Enunciado 28/FONAJE. Arquivem-se os autos.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0617578-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rafael da Cruz Lauria - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de arquivamento da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0617626-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gisele Nascimento Moreno - De ordem, fica designado o dia 14/03/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LARISSA NOGUEIRA LEITE (OAB 12742/AM) - Processo 0617753-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edilena Araujo de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a decisão de fls. 25-27 e no mérito, e com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que DECLARO a inexigibilidade da fatura de junho/2019 (fls. 19), sendo necessária a revisão para exclusão da cobrança da tarifa "valor de água", posto que cortado o consumo", remanescendo tão somente eventuais juros e multas por impontualidade, no valor de R$ 6,17 com vencimento diferido, para trinta dias após emissão. Fica reforçada a decisão de fls. 25-26, no sentido de que a RÉ SE ABSTENHA de cobrar o serviço de consumo de água, enquanto cortado o serviço, sob pena de majoração da multa. Julgo improcedentes o pedido de indenização

por dano moral, conforme fundamentação alinhavada. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo à Autora o benefício da AJG, ex vi do art. 98, VIII do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617955-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Joaquim Lira Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, RATIFICO a decisão de fls. 31-33, que deve ser cumprida em 48 horas da intimação da sentença, independente de recurso, sob pena de majoração da multa, e no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS as faturas dos meses de junho e julho/2019, pela não prestação do serviço, e a Ré deve abster-se de proceder a qualquer nova cobrança até que comprove que a energia foi ligada à unidade consumidora; 2) CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, no montante de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com correção monetária a partir desta data (Súmula 362 do STF) e juros de mora desde a citação válida. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo ao autor o benefício da AJG, nos termos do art. 98, VIII do CPC. P. R. I. C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0617993-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Devanilda Alves de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, ex vi do art. 38 da Lei n. 9.099/95, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618059-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe, contudo, a gratuidade de justiça. Arquivem-se os autos. Manaus, 02 de setembro de 2019

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618072-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Getulio Ferreira de Souza Junior - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de condenação do autor em litigância de má-fé porque não comprovada a intenção de prejudicar a parte ré. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618582-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ana Maria Silva de Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada a fl. 11, no importe de R$ 364,33 e seus respectivos acréscimos, relativo ao número 99116-3427, no CPF da requerente, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, em 15 dias do trânsito em julgado da sentença, sob pena de execução forçada; e 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00, acrescida de juros mensais de 1% desde a citação e correção monetária oficial (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618625-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiano da Silva Matos - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Banco Santander Brasil S/A e outro - Indefiro o pedido de fl. 198. Somente se procede à segunda penhora nas hipóteses previstas no art. 851 do CPC, o que não é o caso. Ademais, a realização de novos atos constritivos abriria prazo para interposição de embargos, ainda que o devedor seja revel, o que, evidentemente, frustraria a celeridade do cumprimento da sentença almejada pelo credor. Intime-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0618855-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Humberto Aparicio da Silva - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, VI, do CPC, para CONDENAR a ré a pagar ao autor o valor de R$ 1.000,00, a título de danos morais, com juros desde a citação e correção monetária desde hoje. Improcedentes os demais pedidos. Confirmo a liminar de fls. 79/80. A presente sentença não impede que a Uber proceda à nova exclusão do autor pelos mesmos fatos, desde que lhe sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa prévios à decisão de descadastramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0619059-28.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Rosimar dos Santos Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DECISÃO Vistos e examinados. Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, determinou-se a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: - se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); - a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e - ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Embora o pedido de uniformização haja sido julgado, aguarda o trânsito em julgado da decisão de embargos de declaração, o que impede, por ora, o julgamento do presente feito. Assim, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus,

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0620379-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Augusto de Souza Torres - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na

esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 17/10/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0621408-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro Fonseca Silveira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0621819-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aldemiro Cordeiro de Amorim - Aldemiro Cordeiro de Amorim - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que restabeleça a linha (92)99272-7593, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Aguarde-se a realização da audiência designada para 17/10/2019 às 11:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621996-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio Carlos Nery Santana - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 10h30, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622343-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622369-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando F. da Silva - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM), ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0622462-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Weberson Ferreira Martins - REQUERIDO: Df Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - Cielo S/A - Prover Promoção de Vendas Ltda Epp (avancard) e outro - De ordem, fica intimada a parte requerida PROVER PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA para informar o nome do banco para realização da transferência eletrônica, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0622730-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Anderson Costa de Menezes - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 8h30, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0622760-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Chunia dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 10h15, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0623912-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Francisco José Lima da Rocha - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 17/10/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624017-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jairo Maciel Lima - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/10/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624038-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bianca Barboza de Souza - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/10/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0624042-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Walquir Miranda da Cunha - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624072-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosilma Cesar da Silva - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/10/2019 às 09:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0624121-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ozeia Lopes Cursino - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 07/10/2019 às 08:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0624159-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Maria das Graças Bindá de Carvalho - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/10/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0624178-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Moacir Pereira Batista - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0624358-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: José Onipotente de Andrade Sobrinho - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/10/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0624397-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joaquim Barobosa Barros - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 29/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: JOÃO ANTÔNIO MONTEIRO DOURADO (OAB 13834/AM), ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0624464-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Vicente de Paulo Castro Tavares - REQUERIDA: Adriana da Silva Ferreira - Indefiro o pedido de fl. 161, item III, porque ausente qualquer prova na direção apontada pela devedora, sendo prudente, até mesmo para garantir direito do exequente, que o mandado seja cumprido. Indefiro o pedido de fl. 161, item IV, porque também desprovido de provas da acusação. A condenação em litigância de má-fé ou ato atentatório ocorre quando presentes provas de comportamento manifesto da parte contra a boa-fé processual - o que não há no processo, por ora. Dê-se ciência da petição da executada e desta decisão às partes. Aguarde-se a devolução do mandado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0624483-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno Gadelha Negrao - Desta feita, JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, IV, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos de imediato. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0624708-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.P.C. - N.B.P.A. - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva

demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 29/10/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624748-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Felipe Cabral da Silva - No caso concreto, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional definitiva impõe-se. Plausíveis são os argumentos tecidos na peça vestibular, comprovados a contento com os documentos já acostados ao caderno processual. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de luz elétrica a cargo da requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz p. ex.) pode ser imposto ao autor, até final julgamento. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3° do CPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetivar qualquer procedimento de cobrança que envolva os valores discutidos no feito (inclusive inscrição dos dados pessoais do consumidor junto a órgãos de proteção do mercado de consumo) ou corte do fornecimento, até final julgamento, sob pena de pagamento de multa individual (por cobrança ou atividade aqui determinada) no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada, sem prejuízo de outras medidas para o fim de sustar os efeitos de alguma ação proibitiva. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 30/10/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0624756-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandra de Souza Soares - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja,a probabilidade do direito alegado. Pela análise dos autos, não se verifica juntada qualquer tela ou outro documento que demonstre que a Autora teve seu nome levado aos órgãos restritivos de crédito, faltando, portanto, a base do pedido de tutela. Registre-se, por derradeiro, que o autor não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade da referida inscrição em seu nome, ou mesmo demonstrar que o débito se encontra sub judice. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a probabilidade do direito alegado aptos a ensejar o deferimento da tutela provisória pleiteada decorrente do exercício da cognição sumária de urgência. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de conciliação, instrução e julgamento , para o dia 30.10.2019 - quarta-feira, às 11:15h, na sede deste juízo. Cite-se o Réu. Cumpra-se.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624833-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Happy Days Residence - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) Situação cadastral da pessoa juridica (Obtida no site da receita federal); (X) Ata de Assembleia do Condomínio de eleição do sindico (X) Xerox do RG do sindico; (X) Procuração AD Judicia Extra da patrona do condomínio;

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0625167-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: N.B.P.A. - D.P.C. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0625575-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos David Cunha Reis - José Ricardo Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Julio Alves de Oliveira Junior - DECISÃO O Executado, mais uma vez, comparece ao processo após sofrer restrição de bens, pedindo por desbloqueio, sem, contudo, indicar qualquer bem a penhora, ou meio opcional de pagamento. Aduz que o automóvel em questão é o único meio de trabalho, por ser motorista por aplicativo, e que o bem estaria com restrição de circulação. De fato, nos termos do art. 833, VII, do CPC, resta consignado que são impenhoráveis máquinas e bens necessários ao exercício da profissão. Contudo, dispõe o art. 805, parágrafo único, do CPC: Art. 805. Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado. Parágrafo único. Ao executado que alegar ser a medida executiva mais gravosa incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados. Feitas estas considerações, observo que o Executado demonstra ser motorista por aplicativo (fls. 104-105), embora não conste ali os dados de seu veículo. Como alega que nem sua conta, nem o automóvel podem ser penhorados (embora não demonstre que o bem penhorado é o mesmo que utiliza para transporte de passageiros), deve apresentar nos autos outros bens suficientes à satisfação do crédito, ou apresentar meio de pagamento, por força do dispositivo legal acima transcrito, ficando advertido de que o não atendimento da ordem será reconhecido como ato atentatório à dignidade da justiça, com imposição de multa, sem prejuízo de eventuais medidas administrativas e criminais, nos termos do arts. 772, II, 774, II, III e IV, todos do CPC. Pelo exposto, paute-se audiência de conciliação, intimando-se as partes, ficando o executado ciente de que deverá, até a realização desta, cumprir a determinação de apresentar bens passíveis de penhora, ou meio de pagamento, sob pena de manutenção dos atos praticados, e sem prejuízo de aplicação da multa por ato atentatório. Indefiro o pedido de desbloqueio do automóvel, por ora, pois a restrição é apenas de penhora, ou seja, venda ou transferência para terceiros, e não de circulação. Fica o Autor na condição de depositário fiel do bem, até ulterior decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0626508-71.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Em última tentativa, pediu a citação do devedor no endereço de sua inicial. Porém, ele já não havia sido mais lá encontrado, sendo a diligência recente, deste ano ainda, sem qualquer indicativo pelo credor de mudança nesse cenário fático, pelo que reputo seu último pedido como mera petição de protelação da extinção, com requerimento por diligência desde já infrutífera. Ante o exposto, JULGO EXTINTA a execução, por

indeferimento da inicial, nos termos do art. 330, IV c/c 924, I do CPC. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0627776-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Rafael Braz Xavier - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA e outro - De ordem, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre os documentos juntados às fls. 141/145 e fl. 155, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da decisão de fl. 152.

ADV: CRIS DE SOUZA COELHO (OAB 13653/AM), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0630196-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Naide Freitas Assis - REQUERIDO: Mercadopago.com Representações Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Carlos Cezar Santos Castro (OAB 341979/SP)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cris de Souza Coelho (OAB 13653/AM)
Cris Rodrigues Florencio (OAB 5316/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Farrel Rêgo Nogueira (OAB 8047/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM)
ILDO GERALDO NERY DA SILVA (OAB 7068/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Antônio Monteiro Dourado (OAB 13834/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Kamila Kelle Oliveira dos Santos (OAB 14437/AM)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Nogueira Leite (OAB 12742/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)

Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Aurélio Bacelar de Souza (OAB 12836/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mariney Nascimento Sena (OAB 8634/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
NERIVALDO LIRA ALVES (OAB 111386/RJ)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paulo Cezar Santos (OAB 4488/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Victor Bianco Crespo (OAB 8418/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0200327-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERIDO: Gregory Jesus Hernandez Salazar - Em razão do ajuste de pauta, fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 24/09/2019 às 10:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM) - Processo 0201263-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 1218A/AM), ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0204175-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flávia Souza dos Santos - REQUERIDO: CITY LAR - WG ELETRO S/A - Ante petição de fls. 156/182, verifico que a parte executada encontra-se em recuperação Judicial, razão pela qual indefiro o pedido de execução de fl. 216/219. Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do Enunciado n. 51. Intime-se. Arquivem-se

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0205615-27.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXECUTADO: Tawrus Segurança e Vigilancia Ltda - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0211606-52.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Jandenil Almeida da Silva Mendes - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Verifico que a parte executada encontra-se em recuperação Judicial, razão pela qual indefiro o pedido de execução de fl. 186. Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do Enunciado n. 51. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: LUCAS EMANUEL PIRES MONTENEGRO (OAB 8001/AM), ADV: VICTOR DE ALENCAR ARAÚJO MOTTA (OAB 7796/AM) - Processo 0600159-62.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: Lucas Nobre Wanderley Malagueta - Ante a informação contida nos AR's negativos de fl. 139 e 140, de que "não existe o número", INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço correto dos sócios da parte executada, sob pena de extinção da execução.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0600194-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tatiana Mendes Barbosa - Inicialmente, indefiro o pedido de reconsideração, vez que não foi demonstrado nos autos a hipossuficiência alegada pela parte autora. Desse modo, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas necessárias ao prosseguimento do recurso (preparo e custas), conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0600817-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE:

Rosangela Andrade Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante os documentos de fls. 359, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo os recursos inominados de fls. 276/288 e fls. 289/347 em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intimem-se as partes recorridas para querendo, apresentarem as respectivas contrarrazões aos recursos, no prazo legal de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601141-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edmundo Carneiro da Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Analisando detidamente os autos, verifico que a parte ré Banco BMG S/A interpôs recurso inominado às fls. 247/278, bem como comprovou o recolhimento do preparo e custas, conforme previstas no parágrafo único do artigo 54 da lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Assim sendo, mantenho a deserção somente em relação ao recurso da parte autora. Por conseguinte, declaro tempestivo o recurso interposto pela parte ré, recebo em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602842-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Djeimison Fellipe Rodrigues Batalha - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0602917-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Emir Cavalcante Izel - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603078-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Evediana dos Santos Almeida - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM) - Processo 0603618-75.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Charlles Macedo de Santana - EXECUTADO: Daniel Campos de Souza - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada para fins de direito. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0603661-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXEQUENTE: Josemeire Salvador Ferreira - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos à execução, e estando devidamente garantido o Juízo, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0603875-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Laila Michaela Assa Brito - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0604574-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Souza Almeida - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ANGELO DE OLIVEIRA SPANO (OAB 314472/SP), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM) - Processo 0605191-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bianca Lavareda Ramos Ozores - REQUERIDO: Dabi Atlante Industrias Medico Odontológicas Ltda - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605605-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marilene Matos Guerreiro - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0606046-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raquel Floriano Correia Azevedo - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, percebendo uma renda razoável. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0606151-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Betania Luiza Pinto Cardoso - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0606345-07.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para,

no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0606435-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Quinta das Laranjeiras - REQUERIDO: Rn Incorporações Ltda e outro - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM) - Processo 0606461-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claiton Tozzi - De ordem, INTIMO a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0607476-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Paulo Nascimento de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Da análise dos autos, Verifico que o documento juntado pela parte autora, não comprova o descumprimento do acordo, razão pela qual, indefiro o pedido de fls. 149/151. Arquivem-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607554-11.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Jose Lucena Barros - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0607630-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria de Fatima Santos Queiroz - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0607756-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto Jeferson Brasil Romano - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0607800-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rachel Paiva da Silva - REQUERIDO: Serasa Experian e outro - Da análise aos autos, verifico que a parte recorrente apresentou o pagamento do preparo, comprovando somente o pagamento das custas, contudo é necessário o recolhimento de todas as despesas processuais (preparo e custas) para prosseguimento do recurso, conforme dispõe o parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0607877-45.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0607931-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Aldinair Cabral Pereira - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Martins Import Ltda - Ante a manifestação favorável das partes rés/exequentes às fls. 400 e 401, respectivamente, concordando com os termos do parcelamento proposto pela parte autora/executada às fls. 376/379, suspendo a execução durante o prazo concedido para o cumprimento da obrigação, nos termos do artigo 922 do CPC. No tocante as demais parcelas no valor de R$ 591,70 cada uma, estas deverão ser depositadas em Juízo, mensalmente, a contar do mês seguinte ao primeiro depósito (16.08.2019), nos termos do art. 916 do CPC, sob pena de incorrer nas penalidades do referido artigo. Intimem-se as partes rés/exequentes para indicar o nome das pessoas autorizadas para levantamento dos alvarás judiciais ou, caso queiram, os dados bancários completos para transferência bancária, por meio de alvará eletrônico. Após, expeçam-se os respectivos alvarás judiciais, conforme orientações contidas no despacho de fl. 395. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608467-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicleide Farias e Silva - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP), ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0608571-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Pedro Araújo do Vale - REQUERIDO: Iceberg Comercio e Serviço de Refrigeração Ltda - ELETROLUX DO BRASIL S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0608792-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosa Maria de Souza Gaia - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Compulsando

os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: VANESSA MACIEL DE ANDRADE CARDOSO (OAB 12599/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0608917-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - RECLAMANTE: Jeanne Cristina Oliveira Alves - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM) - Processo 0609211-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patrícia de Azevedo Lira - REQUERIDO: Renault do Br Asil S/A - Du Nort Comércio de Veículos Ltda - Em razão do ajuste de pauta, fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 23/09/2019 às 10:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0609249-97.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - RECLAMANTE: Samara Abdel Aziz - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0609871-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alison Sena de Souza - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, percebendo uma renda razoável. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: KETLEN MIKAELA BARBOSA DOS SANTOS (OAB 13358/AM) - Processo 0610081-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marineia Magralhaes Meneses - REQUERIDO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610491-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Flávio Rafael Perdigão Guerra - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Toyolex Autos Ltda. e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0610537-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Francisco Fonseca de Araújo - Me - REQUERIDO: Aja Material de Construção Ltda - Ante a certidão de fl. retro, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas legais necessárias ao prosseguimento do recurso, conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: GUSTAVO LEÃO DE CARVALHO CÂNDIDO (OAB 127882/MG), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0610541-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Cordovil da Silva - REQUERIDO: Mm Turismo & Viagens Ltda-me (maxmilhas) - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Ante a certidão de fl. 170, verifico que a parte recorrente não interpôs o recurso no prazo legal, conforme dispõe o art. 42 da Lei 9.099/95. Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0611199-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Franciney de Souza Oliveira - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0611492-96.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0611551-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Jorge Luiz Lopes da Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 184/186, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR (OAB 9725/AM), ADV: JEAN NÓBREGA DA SILVA (OAB 9359/AM) - Processo 0611629-64.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ALBERTO DA CUNHA REIS e outro - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos à execução de fls. 238/244, e estando devidamente garantido o Juízo, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0611734-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Alexandre Menezes de Aguiar - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Inicialmente, indefiro o pedido de reconsideração, vez que não foi demonstrado nos autos a hipossuficiência alegada pela parte autora. Desse modo, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas necessárias ao prosseguimento do recurso (preparo e custas), conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611913-38.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0611971-07.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0612269-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Ribamar Rocha Ferreira - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - Inicialmente, indefiro o pedido de reconsideração, vez que não foi demonstrado nos autos a hipossuficiência alegada pela parte autora. Desse modo, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas necessárias ao prosseguimento do recurso (preparo e custas), conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0612308-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Irlene Almeida da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante a certidão de fl. 197, verifico que decorreu o prazo para a parte recorrente efetuar o recolhimento das despesas necessárias ao prosseguimento do recurso, conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0613025-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldemir Amaral - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0613556-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Tpa de Souza - Me (Tubarão Tur) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de gratuidade de justiça, eis que os documentos de fls. 97/207, não demonstram sua incapacidade econômica para arcar com as custas judiciais. A par disso, intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n. 115 do FONAJE.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0614022-54.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADA: Nauara Alessandra Bertucchi Vogt - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0614121-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Caputo de Cotovitcz Lacerda - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante a certidão de fl. retro, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas legais necessárias ao prosseguimento do recurso, conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: VAHYZA MONIQUE DE ARAUJO DIAS (OAB 384673/SP), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0614537-26.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, verificando que até a presente data não houve o recolhimento/comprovação do pagamento das custas judiciais, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça

(https://consultasaj.tjam.jus.Br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do? CdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), sob pena de protesto em cartório, conforme determinado na Sentença de fls. retro.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0614695-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dayse da Silva Xavier - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, percebendo uma renda razoável. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0614936-21.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Vanessa Oliveira Almeida - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos à execução, e estando devidamente garantido o Juízo, INTIMO a parte embargada para, querendo, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0616320-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Francisco Ferreira de Alencar - REQUERIDO: Esplanada Ind. Com. Colchoes Ltda. - Ante a certidão de fl. retro, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas legais necessárias ao prosseguimento do recurso, conforme previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0617650-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mirian Luniere Cabral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante os documentos de fls. 609, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo os recursos inominados de fls. 562/584 e fls. 588/608 em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intimem-se as partes recorridas para querendo, apresentarem as respectivas contrarrazões aos recursos, no prazo legal de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0618156-61.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618600-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Manoel Oliveira de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das custas e do preparo, isso porque, o pagamento apresentado nos autos no valor de R$ 131,50 não corresponde ao preparo dos Juizados Especiais Cíveis, conforme dispõe o parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0618902-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0620532-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nayara de Menezes Campelo - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0622167-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0622719-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Soraya Neves da Silva Velasque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em atenção a petição de fls. 112/116, e analisando detidamente os autos, verifico que a parte ré comprovou o recolhimento do preparo e custas, no prazo legal, conforme certidão da Secretaria deste Juízo à fl. 117. Advirto a parte recorrente que deverá realizar o recolhimento das custas e preparo, conforme determina o Provimento n. 256 da CGJ/AM, e em guia própria emitida no site deste Tribunal. Ante o exposto, chamo à ordem a decisão de fl. 108, recebo o recurso inominado de fls. 90/106 em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0624433-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Juliana de Souza Miranda - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0624700-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ramão de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0624734-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimunda Nina Pedroza do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624770-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE:

Otoniel de Oliveira Mesquita - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO MARCELO DANTAS MACHADO (OAB 14283/AM) - Processo 0624778-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Paulo Marcelo Dantas Machado - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624813-48.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Fernando Moschini - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0624829-02.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 04/11/2019 às 13:30h, sendo obrigatório o comparecimento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0624851-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lenimara Marques Pessoa - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0624865-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Caroline Fernandes Sena - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: GUILHERME KASCHNY BASTIAN (OAB 266795/SP) - Processo 0624865-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Kárrison Fonseca da Silva - REQUERIDO: 99 Tecnologia Ltda - Em razão do ajuste de pauta, fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 23/09/2019 às 09:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0624884-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jussara Tapajos Viana - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0624918-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celio Thimoteo Cavalcante - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0624964-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Gerclei Domingos Gomes - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA COSTA DE MENESES (OAB 12471/AM) - Processo 0625060-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Almir Campos Guedes - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM) - Processo 0625080-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Oreste Choso Tatikawa Junior - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0625099-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aline de Almeida Torres - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625137-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Armando Silva dos Santos - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0625262-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Bruno Menezes Valente - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014/MG) - Processo 0625574-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erivan B Gonçalves Me (Vantech do Brasil) - REQUERIDO: Claro S/A - Ante a certidão de fl. 217,

verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento de todas as despesas legais, ou seja, preparo e custas, que estão previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM), ADV: GUILHERME KASCHNY BASTIAN (OAB 266795/SP) - Processo 0627134-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Luciana Venancio da Silva - REQUERIDO: 99 Tecnologia Ltda - Ante a certidão de fl. 143, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento correto das custas sobre o valor da causa, conforme previsto no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM, tendo apresentado comprovação em valor menor que o devido. Em razão disso, e não havendo que se falar em novo prazo para complementação do pagamento das despesas legais, conforme Enunciado n. 80 do FONAJE, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0627538-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gicelia Maria Pereira Leal - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante a certidão de fl. 159, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento de todas as despesas legais, ou seja, preparo e custas, que estão previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0627930-81.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0628140-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valeria Cruz do Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Da análise aos autos, verifico que foi deferida a gratuidade nos autos do Mandado de Segurança n. 4000224-81.2019.8.04.9000, razão pela qual recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANGELO DE OLIVEIRA SPANO (OAB 314472/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Cassius Clei Farias de Aguiar (OAB 9725/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
GUSTAVO LEÃO DE CARVALHO CÂNDIDO (OAB 127882/MG)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jean Nóbrega da Silva (OAB 9359/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)

José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos (OAB 13358/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB 8001/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Marcelo Dantas Machado (OAB 14283/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Costa de Meneses (OAB 12471/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Vahyza Monique de Araujo Dias (OAB 384673/SP)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vanessa Maciel de Andrade Cardoso (OAB 12599/AM)
Victor de Alencar Araújo Motta (OAB 7796/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 1218A/AM)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0139/2019

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0601074-43.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Erivelto Jacó de Souza - Narjara Cristina Auzier de Souza - Trata-se de Título Executivo Extrajudicial.Cite-se o executado para que efetue o pagamento da dívida no prazo de (três) dias. Não efetuando o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a).

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607834-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Mayara Portela Rocha - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607837-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Lilia de Oliveira Pinheiro - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607838-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria Deusinha Gomes da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0607843-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria do Socorro de Souza Teixeira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608150-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francilane Machado Batalha - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608172-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Claudete Melo Eufrazio - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608246-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marcia Costa de Matos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 11/12/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608294-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Angely Ribeiro dos Santos - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608303-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Valzenide da Silva Coelho - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608362-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - RECLAMANTE: Edson Pereira Alves - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 10:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM) - Processo 0608365-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - EXEQUENTE: Alcilene de Alencar Batista - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608407-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nadia Souza Nery - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608423-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nadi Araújo de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 11:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608426-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nadi Araújo de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 09/12/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608430-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE:

Geisemarlem Maciel Barbosa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 09/12/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608433-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Geisemarlem Maciel Barbosa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 09/12/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608436-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Crisostomo Soares - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/12/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0608438-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luiz Carlos da Cruz Cerqueira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 07/10/2019 às 09:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608444-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Angela Maria de Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/12/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608446-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cleia Ramalho da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/12/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608450-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vagner Pinheiro dos Santos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/12/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608457-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Neo Sisnando - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 09/12/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608459-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ermelinda Silva Carneiro - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 10/12/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608470-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darllan dos Santos Rodrigues - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0608507-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kaio Felipe Oliveira Fernandes - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Diz a Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inciso LXXIV o seguinte: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Logo, faz-se necessária a comprovação da insuficiência de recursos, o que não ocorreu. Logo, à míngua de qualquer comprovação, indefiro pleito de gratuidade judicial, sem prejuízo de ulterior deliberação, se provas de incapacidade forem juntadas. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 14:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608518-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliana Duarte de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 09/12/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608521-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fátima da Silva de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 12/12/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608548-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Paulino da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 11/12/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608561-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Paulino da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 11/12/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608567-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alaide do Nascimento e Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 11/12/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0608607-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Gomes da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 08:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608727-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca dos Santos Bezerra - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANÇO (OAB 10086/AM) - Processo 0608745-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Cleyciane Santos da Silva Barroso - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade

da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 09:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0608931-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Hugo Deleon Nunes Lavor - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 09:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608952-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Barbara Santana Marinho - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608988-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Afranio de Souza One - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 15/10/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0609006-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rayanne Carla Nogueira Tavares - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609051-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luanna Karen da Cunha Bezerra - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 13:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609076-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vanessa Santos de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0609081-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Jorge Martins do Nascimento - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609093-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Paulo Jorge Rodrigues Machado - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609094-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Americo da Costa Lima - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 12:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0609096-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Dores Melo Sampaio - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609115-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mary Dayana Benfica - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0609130-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aucelia Bezerra de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 12:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609145-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francinilce Souza da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 12:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0609187-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Eduardo Lima da Cruz - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0609189-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliana Maria da Silva de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 12:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609193-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ronilson Cartilho de Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609200-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Neuza Rodrigues dos Santos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/11/2019 às 13:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0609225-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antomar Contes Raposo - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 12:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0609229-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lino Mendonça da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 09:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0609257-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Itailson Alves Rodrigues - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 08:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0609285-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Fátima Ferreira Xavier - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 12:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609299-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rozimara Noemia da Silva Braga - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 12:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609302-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pessoa da Conceição - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 13:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609362-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Janary de Souza Belem - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/10/2019 às 12:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609481-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Agnaldo Ribeiro Cardoso - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 30/10/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609482-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Agnaldo Ribeiro Cardoso - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609490-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Olavo Libório M. - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas

razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609491-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Olavo Libório M. - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609492-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Olavo Libório M. - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 09:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0609531-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gracinete Ferreira Pinto - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0609532-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gracinete Ferreira Pinto - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karla Danielle Loiola Picanço (OAB 10086/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0141/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200109-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÃO S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Bradesco Cartões S/A, em danos materiais no valor de R$ 301,08 (trezentos e um reais e oito centavos), com correção pelo INPC da data dos descontos, bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) à título de indenização por danos morais, com correção pelo INPC acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês contados da publicação desta decisão. Determino que o requerido efetue a suspensão das cobranças indevidas de "anuidade" nas faturas de cartão de crédito da requerente, além das 6 (seis) que foram acertadas, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 100,00 (cem reais), para cada desconto indevido nas faturas da autora. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: JOÃO AUGUSTO DE SOUZA MUNIZ (OAB 203012/SP), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0200160-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos Sa - Ante o exposto, demonstrada a falta de legitimidade do autor, JULGO O PROCESSO EXTINTO sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC c/c art. 51, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0200523-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Recebi hoje. Intime-se a parte requerida, através do seu patrono, para manifestar-se a cerca do requerimento de f. 122. No prazo de 05 dias.. Cumpra-se.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0202192-90.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Isvon Eulison da Silva Freitas - REQUERIDA: Operadora de Telefonia Brasil S/A (VIVO) - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITA-SE os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0202487-98.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Recebi hoje. Intime-se a parte executada, através do seu patrono, para manifestar-se acerca da petição de fls. 360/364, no prazo de 05 dias, sob pena de bloqueio via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600039-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Noeme Pucu do Carmo - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 05 de agosto de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0600125-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: José Carlos Ribeiro Teles - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com julgamento do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600163-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Adelina Gomes Valente - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600264-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandro Nogueira Kelson - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia Sa - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: NATALIA CRISTINA DE MORAES (OAB 11186/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0600269-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gil Adriano Maia dos Santos - REQUERIDO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara Saae - Serasa Experian - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, caput da Lei 9.099/1995 e do Enunciado nº 54 do FONAJE. Sem custas e honorários.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600287-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600326-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0600330-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Drielle Pereira de Souza - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a reclamação para DETERMINAR que a Ré considere a autora como aprovada na disciplina Empreendedorismo e Inovação e, não havendo outro óbice que não seja a aprovação na mencionada disciplina, efetue a colação de grau especial, no prazo de 21 dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. CONDENA-SE a Requerida ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, valor atualizado pelo INPC mais juros de mora de 1% ao mês desde a condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0600360-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elizete de Souza Carvalho - REQUERIDO: Global Green (Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda) - Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento de R$ 1.660,00 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (17/01/2019). O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP) - Processo 0600889-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600997-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Adilson Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITA-SE os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: MIQUEIAS DE SOUZA ALVES (OAB 14388/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: JOÃO FRANCISCO DE MIRANDA SOARES (OAB 14342/AM) - Processo 0601000-52.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Sidney Ricardo de Oliveira Amaral - REQUERIDO: Francisco Osvaldo Benicio Viana - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido a indenizar o requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601016-74.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada,.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0601101-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0601101-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bgn S/A (cetelem) - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0601102-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carlos Roberto Pedro - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM) - Processo 0601300-48.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Antonio L de Souza Menezes - Isto posto, tendo em vista a inércia do autor, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem Resolução do mérito nos termos do art. 485, III, do CPC c/c art. 51 caput da Lei .099/95.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601449-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eline Ramos Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Bradesco S/A, no valor de R$ 2.336,82 (dois mil trezentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos), com correção pelo INPC da data dos descontos, bem como ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, com correção pelo INPC e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. Declaro prescrita a pretensão autoral no que se refere aos descontos anteriores a 18/02/2016, nos termos da fundamentação supra. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos no contracheque da requerente, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para cada desconto indevido no contracheque da autora relativo a seguro de vida intitulado “Bradesco Vida e Prev”. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. P. R. I. Manaus, 12 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: TAYGUARA YAN THANER FERNANDES DE LEMOS (OAB 13334/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601466-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Walk Pereira dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, declaro a incompetência territorial deste Juízo para julgar a presente ação, nos termos do art. 7º da Resolução nº 007/2015 deste Tribunal, devendo portanto os presentes autos serem reedistribuído para a 2ª Vara do Juizado Especial Cível, que é o Juízo competente. Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0601557-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Candida Karine Calheiro da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos para sentença, na contestação a requerida informa que em junho/2018 trocou o medidor, porém na conta o mês seguinte, julho, a leitura iniciou com a numeração 6.723 kwh ao invés de 0 (zero) e terminou com registro 7.496 kwh (fl. 30). Na conta de agosto, a leitura anterior deveria ser 7.496 kwh, para acompanhar a sequência do mês anterior, porém iniciou com 0 (zero) e terminou em 8.339 kwh, sendo consumido e faturado esse valor chegando na cobrança de R$ 6.806,73 (fl. 31) em um só mês, que não é normal para uma família comum. Nos meses subsequentes foi constatado que a empresa faturou 212 kwh a mais do que o consumo normal, sem explicar o motivo de cobrança a maior, pois em setembro, o consumo normal foi de 895 kwh, porém foi faturado 1.107 kwh (fl. 32). Em novembro foi consumido 983 kwh, mas foi faturado 1.195 kwh (fl. 33). Em janeiro/2019 foi consumido 800 kwh, todavia foi faturado 1.012 kwh (fl. 34), etc. Diante disso, determino que a concessionária substitua o medidor por um zerado sem ônus para autora, no prazo de até 15 dias. Depois deverá ser observado consumo durante quatro meses, devendo a autora ser anexadas as 1ªs vias das faturas necessariamente para obter nova avaliação, enquanto a requerida deverá juntar histórico de consumo atualizado.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601623-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0601633-97.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Wanderlan Moreira de Souza - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0601654-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Manoel Aragão B. - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos da fundamentação supra. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601814-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0601858-88.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: ENGECO - Engeco Engenharia e Construções Ltda - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601895-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Emerson Veiga Monteiro - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 1.500,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré interrompa as cobranças telefônicas por dívidas de terceiros para o número do autor, sob pena de multa de R$ 200,00 a cada cobrança, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM) - Processo 0602081-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Erik Diniz Figueira - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados e da “multa po alteração/cancelamento”, para condenar a ré ao pagamento de R$288,16 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (14/03/2019), bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré interrompa as cobranças, sob pena de multa de R$ 200,00 a cada cobrança, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LORRUAMA JUSTINIANO E SILVA (OAB 11047/AM) - Processo 0602084-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adivalcio Menezes Soares - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 457,84 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento, bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré interrompa as ligações de cobrança, sob pena de multa de R$ 200,00 a cada cobrança, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM), ADV: MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA (OAB 12836/AM), ADV: VIVIANE VIANA SAMPAIO (OAB 319108/SP) - Processo 0602329-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edney Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Laboratorio Morales (Sodre Toxicologico) - Medical Clin Serviços Médicos e Laboratoriais Eireli-me - Compulsando os autos para sentença, foi constatado na audiência de conciliação (fl. 63) que a parte requerida 1 se opõe ao julgamento antecipado de lide, sob argumento de oitiva de testemunha por Carta Precatória endereçada ao Estado de São Paulo, em virtude da necessidade de ouvir o responsável da Central de Atendimento ao Cliente, senhor Mike Zellerhoff. Indefiro tal pedido, tendo em vista que uma empresa que possui uma Central de Atendimento ao Cliente possui outros meios para comprovar sua defesa por meio de gravação de mídia em CD ou pendrive. Com isso, para evitar cerceamento de defesa, concedo prazo de 10 dias, para o réu apresentar novas provas materiais caso queira. Desde já, concedo o mesmo prazo para a outra parte manifestar da respectiva prova se a mesma for apresentada nos autos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602382-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se o requerido para, querendo, apresentar no prazo de 10 (dez) dias, manifestação quanto a petição e documentos de fls. 62 a 74, destes autos. À secretaria para providências. Cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0602395-50.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) - Vistos etc. Indefere-se o pedido de fls. 308/310. A multa de 2% sobre o valor da causa, aplicada na decisão de fls. 305, decorreu do caráter protelatório dos embargos à execução opostos pela executada, devendo ser mantida. Intime-se a ré para efetuar o pagamento da multa em questão no prazo de 15 dias, sob pena de adoção das medidas de execução. Cumpra-se.

ADV: INGRYD PELTIER JUSTINO ARAUJO (OAB 12795/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0602578-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mirian Socorro Gadelha - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0602606-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alexander Rodrigues Soledade - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Pan S/A, em danos materiais no valor de R$ 2.657,28 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), corrigidos monetariamente (1% a.m) da data do ajuizamento desta ação, tendo como índice o INPC, bem como na importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0602621-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosa Maria de Carvalho Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - Em face do exposto, determino a extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0602625-80.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0602662-22.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mdfort Comercio de Compensados de Acess. para Modulados Ltda-me - Intime-se a exequente através de sua respectiva patrona, para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca as certidões de fls. 90/91, sob pena de extinção.

ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM) - Processo 0602724-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucimar Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Bradesco S/A, no valor de R$ 265,68 (duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), corrigidos monetariamente (1% a.m) desde o desembolso, bem como ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. Declaro prescrita a pretensão autoral no que se refere aos descontos anteriores a 30/03/2016, nos termos da fundamentação supra. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos no contracheque da requerente, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para cada desconto indevido no contracheque da autora relativo ao seguro intitulado 'BRADESCO VIDA E PREV". O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. P. R. I. Manaus, 12 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602774-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio Victor Perdiz Nogueira - REQUERIDO: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e outro - Isto posto, julgo improcedente o pedido, por não haver o requerente logrado comprovar que a requerida tenha praticado ato lesivo que ensejasse a sua condenação. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602789-57.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0602845-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Julio Cezar Marques Reis - Pelo exposto, sem maiores considerações, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o (a) requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602909-03.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO:

Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada,

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0602933-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - Em face do exposto, determino a extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0602976-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ednelza de Souza Pereira - "Vistos etc. Considerando a ausência do(a) Requerente à presente audiência e o disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem análise de mérito e determino o arquivamento do feito, condenando o(a) Requerente ao pagamento das custas, ex vi. do § 2º do mesmo dispositivo supramencionado"

ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0603030-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alcir Fernandes Passos - REQUERIDA: Cristiane Maria Medeiros Mendonça e outro - Compulsando os autos para sentença, a requerida sustenta na contestação preliminar de ilegitimidade passiva, tendo em vista que no dia do acidente, 04/02/2018, não detinha mais a propriedade do veículo DISCOVERY 4, placa OKA-4444, pois no dia 17/01/2018 o utilitário tinha sido vendido à empresa Daniel Veículos Ltda, conforme recibo (fl. 127). Diante disso, determino que a respectiva revendedora de veículo seja incluído no polo passivo da ação. Paute-se audiência de conciliação, devendo o novo réu, Daniel Veículos Ltda., ser citado para se defender e/ou apresentar o condutor do veículo no dia do sinistro conforme fotografia de fl. 75, munido de sua respectiva CNH, tendo em vista que a transferência de propriedade para o atual proprietário, senhor Evandy Saturnino de Lima, se deu somente no dia 24/05/2018, conforme cadastro do veículo pesquisado do sitio do DETRAN disponível nesta VARA (fls. 177/178).

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0603030-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alcir Fernandes Passos - REQUERIDA: Cristiane Maria Medeiros Mendonça e outro - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603199-52.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Recebi hoje. Intime-se a parte executada, através do seu patrono, para manifestar-se acerca da petição de fls. 244/260, no prazo de 05 dias, sob pena de bloqueio via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0603272-53.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - EXEQUENTE: Jose Wilson Fernandes Junior - Isto posto, tendo em vista a inércia do autor, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem Resolução do mérito nos termos do art. 485, III, do CPC c/c art. 51 caput da Lei .099/95. Dê-se baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0603480-37.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Alexandre Augusto Mendonça - REQUERIDA: Luciana Simão Gomes Koba - Diante disso, ACOLHO os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para anular a sentença (fls. 70/71), devendo a secretaria desta Vara designar data para audiência de instrução e julgamento.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0603480-37.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Alexandre Augusto Mendonça - REQUERIDA: Luciana Simão Gomes Koba - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0603490-81.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nayana Sena Sevalho - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603697-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sonia Campelo do Nascimento - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ex positis, julgo improcedentes os presentes Embargos de Declaração, por não vislumbrar qualquer obscuridade, omissão, contradição ou dúvida na Sentença Embargada. Publique-se, registre-se e intime-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603697-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM) - Processo 0603719-41.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Accesscrédito - Sociedade de Crédito Ao Microempreendedor e A Empresa de Pequeno Porte S.a. - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0603999-12.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Recebi hoje. Intime-se o executado, através do seu patrono, para manifestar-se acerca da petição de fls. 275/278, no prazo de 05 dias, sob pena de bloqueio via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604134-24.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elcy Dias Cristo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes Embargos à Execução, pelos os fundamentos acima corroborados e por via de consequência, determino o prosseguimento da presente execução para levantamento do valor bloqueado em nome do embargado.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0604222-33.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante da petição de f.326, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada,

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0604260-74.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Isaac Oliveira Drumond - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - O recorrente interpôs tempestivamente recurso inominado contra a sentença prolatada que lhe foi desfavorável, entretanto, não juntou preparo em conformidade com o art. 3º do Provimento 256/2015 - CGJ/AM (publicado no dia 30/07/2015): "Art. 3º. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis:I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50;II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$735,28;" Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da respectiva Sentença.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604452-75.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: MARIA AUREA RAMOS PASSOS - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, REJEITA-SE os embargos de declaração opostos pela Ré Manaus Ambiental S/a, bem como o pedido de fls. 112/113, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido formulado pela Autora para compensação de pagamentos (outubro a dezembro/2015) na matricula 529910-1, devendo ser computados na matricula 416335-4 (outubro/2015, agosto/2016 e novembro/2016). No que tange às faturas não abrangidas nesta decisão, caso desejem, as partes devem adotar as medidas que entenderem pertinentes, pois não são objeto da lide. P. R. I.C.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0604727-24.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0604771-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adamor do Nascimento Coelho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 20/01/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSE ANTONIO DOS SANTOS (OAB 10635/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: EDILENILZA ARAUJO DE PAIVA (OAB 10691/AM) - Processo 0604891-18.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: E.A.P. - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - Acolho pedido de suspensão destes autos até o prazo de 180 dias, apartir da data de decretação da recuperação judicial da referida empresa, nos termos do inciso III do art. 52 da Lei 11.101/2005. Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: [...] III - ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6o desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1o, 2o e 7o do art. 6o desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3o e 4o do art. 49 desta Lei;[...].

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0604912-28.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Recebi hoje. Em face, a certidão de f.123, mantenho os autos arquivados. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604965-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mayana de Moura Bonfim - DESPACHO Tendo em vista o AR negativo de fls. 41, intime-se a parte requerente para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o endereço atualizado da parte requerida, sob pena de arquivamento do processo. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604975-53.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605504-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0605505-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Raimundo Belo Ferreira - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: LOPES, DOMINGUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 17439/SP), ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0605731-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Assurant Seguradora S/A - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Diante do exposto, ACOLHE-SE PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para sanar as omissões apontadas, rejeitando-se a preliminar de complexidade, nos termos da fundamentação supra. A seguuir, DETERMINA-SE que, antes do levantamento do alvará pelo autor, este entregue à Requerida o televisor com defeito, devendo a demandada indicar o local, data e horário da entrega, fornecendo comprovante. No mais, mantem-se incólumes os demais termos da sentença guerreada. P. R. I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0606210-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Recebi hoje. Intime-se o executado, através do seu patrono, para manifestar-se acerca da petição de fls. 269/273, no prazo de 05 dias, sob pena de bloqueio via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606267-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastiao Barbosa de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 19 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0606301-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Jasson de Oliveira Melo - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0606311-29.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silvina Pereira Lopes - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: EDSON LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO (OAB 36003/PE), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0606543-07.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Helena Maria Florinda da Costa - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Vistos etc. Trata-se de embargos de declaração de fls. 148, em que fora declarado deserto o recurso inominado do Réu. Da análise, verifica-se que o Réu/recorrente juntou apenas comprovação do pagamento de custas, no valor de R$ 1.651,79, deixando de faze-lo em relação ao preparo de R$ 735,28, como assentado na decisão combatida. Ante o exposto, REJEITA-SE OS EMBARGOS opostos pelo Réu, não estando presentes qualquer vicio na decisão combatida. Defiro o pedido de fls. 149/151, devendo-se prosseguir com os atos de cumprimento de sentença. P.R.I.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606834-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joérica Noronha das Neves - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606960-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - INTSSADO: Tim Celular S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 152305/SP) - Processo 0606981-96.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Gmac Administradora de Consórcios Ltda - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS (OAB 28240/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0607116-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607269-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0607275-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus

Ambiental S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607367-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Michele Araujo de Figueiredo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante disso, ACOLHO os presentes PARCIALMENTE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para retificar somente trecho do dispositivo da sentença de mérito para o seguinte texto: onde se ler 08/2014 leia-se 08/2017.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0607583-87.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Sushi Ponta Negra Lanchonete Ltda - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0607805-55.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Cássia Regina da Silva Corrêa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos e acresce-se ao decisum o seguinte trecho: “Em relação ao pleito de reparação moral, este não merece guarida, posto que a mera cobrança, mesmo que indevida, sem o efetivo pagamento, não suscita dano moral. Pleito que se indefere”.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0607849-74.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Deuzimar de Oliveira da Silva Xavier - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: WALDISNEY COELHO GIRÃO (OAB 12569/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0607855-18.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anderson Barros - Considerando que o réu é revel, não tendo constituído patrono nos autos, desnecessária sua intimação no presente caso, pelo que torno sem efeito o despacho de fls. 38. Intime-se o autora para no prazo de cinco dias requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0607984-86.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - ASSLITISC: Hewlett-packard do Brasil Ltda (hp) - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608063-65.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608290-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabricio de Souza Ramos - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0608292-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0608319-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kelvin Rodrigues da Silva - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 14/11/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0608607-53.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sileno Nonato Lisboa Leão - “Vistos etc. Considerando a ausência do(a) Requerente à presente audiência e o disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem análise de mérito e determino o arquivamento do feito”

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0608619-67.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FERNANDA BATISTA LUIZ SILVA (OAB 294300/SP) - Processo 0608640-43.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Voller do Brasil Ltda - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608670-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Diony Davi de Almeida Ferreira - Constata-se que o autor ajuizou a presente demanda em nome da sua Pessoa Física, indicando na qualificação da inicial, nº do seu CPF e residência no Bairro Cidade Nova, porém no Procuração indicou o endereço da sua empresa localizada no bairro do Novo Aleixo, conforme comprovante (fl. 17), que este Forum Lúcio Resende não tem competência para julgar o feito, nos termos do art. 4º

do Provimento nº 07/2015, Diante disso, intime-se o autor para emendar sua inicial no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer se a ação é em nome de sua PF ou PJ e anexar seu respectivo endereço correto.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608671-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Diony Davi de Almeida Ferreira - ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Comarca de Manaus Juízo de Direito da 14ª Vara do Juizado Especial Cível Autos n°: 0608671-29.2019.8.04.0092 Reclamante:Diony Davi de Almeida Ferreira Reclamado:Banco Bradesco S/A DESPACHO Constata-se que o autor ajuizou a presente demanda em nome da sua Pessoa Física, indicando na qualificação da inicial, nº do seu CPF e residência no Bairro Cidade Nova, porém no Procuração indicou o endereço da sua empresa localizada no bairro do Novo Aleixo, conforme comprovante (fl. 18), que este Forum Lúcio Resende não tem competência para julgar o feito, nos termos do art. 4º do Provimento nº 07/2015, Diante disso, intime-se o autor para emendar sua inicial no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer se a ação é em nome de sua PF ou PJ e anexar seu respectivo endereço correto. Cumpra-se, intime-se. Manaus, 16 de agosto de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608672-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Diony Davi de Almeida Ferreira - ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO Comarca de Manaus Juízo de Direito da 14ª Vara do Juizado Especial Cível Autos n°: 0608672-14.2019.8.04.0092 Reclamante:Diony Davi de Almeida Ferreira Reclamado:Banco Bradesco S/A DESPACHO Constata-se que o autor ajuizou a presente demanda em nome da sua Pessoa Física, indicando na qualificação da inicial, nº do seu CPF e residência no Bairro Cidade Nova, porém no Procuração indicou o endereço da sua empresa localizada no bairro do Novo Aleixo, conforme comprovante (fl. 18), que este Forum Lúcio Resende não tem competência para julgar o feito, nos termos do art. 4º do Provimento nº 07/2015, Diante disso, intime-se o autor para emendar sua inicial no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer se a ação é em nome de sua PF ou PJ e anexar seu respectivo endereço correto. Cumpra-se, intime-se. Manaus, 16 de agosto de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608927-06.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Teresinha de Jesus Assunção Alves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE para condenar a requerida na obrigação de fazer para revisar o débito de recuperação dos 13 meses de energia elétrica, devendo ser alterado de 9.945 kwh (fl. 81) para 3.467 kwh. Sem custas e honorário.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0608932-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Raimundo Alberto da Silva Menta - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autora. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0609043-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Marialva de Souza - DEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela jurisdicional, para determinar que a requerida proceda a suspensão dos descontos no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00, até o limite de cinco dias, pelo descumprimento desta decisão, em favor do reclamante, em conformidade com o art. 537, §1º do CPC, não o eximindo de pagar as faturas que não fazem parte da lide. Defere-se a gratuidade da justiça nos termo da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/12/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral, de preferência na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0614565-65.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602801-03.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Barinda Comérco de Material de Construção Ltda - REQUERIDO: Claro S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência, pois a matéria tratada nos autos é de direito. Preclusa esta decisão, voltem-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0620625-80.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: DISAL Administradora de Consórcio Ltda - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0624060-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernando Carlos Pereira Teixeira - REQUERIDO: Servitech Comércio de Peças para Veículos Ltda - Diante do exposto, não vislumbra-se os vicios apontados, impondo-se a improcedência dos presentes embargos. P. R. I.C.

Adahilton de Oliveira Pinho (OAB 152305/SP)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)

Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
EDILENILZA ARAUJO DE PAIVA (OAB 10691/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Leite Rodrigues de Oliveira Neto (OAB 36003/PE)
Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB 28240/PE)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Fernanda Batista Luiz Silva (OAB 294300/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd Peltier Justino Araujo (OAB 12795/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Joane Menezes do Nascimento (OAB 9409/AM)
João Augusto de Souza Muniz (OAB 203012/SP)
João Francisco de Miranda Soares (OAB 14342/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Jose Antonio dos Santos (OAB 10635/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Lopes, Domingues Sociedade de Advogados (OAB 17439/SP)
Lorruama Justiniano e Silva (OAB 11047/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marco Aurélio Bacelar de Souza (OAB 12836/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Miqueias de Souza Alves (OAB 14388/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Natalia Cristina de Moraes (OAB 11186/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Marques Jones Neto (OAB 30917/BA)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tayguara Yan Thaner Fernandes de Lemos (OAB 13334/AM)
Viviane Viana Sampaio (OAB 319108/SP)
Waldisney Coelho Girão (OAB 12569/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0200520-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Debora Fernandes Alves - REQUERIDO: Artemiza da Silva Barbosa - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0201169-44.2019.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201832-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eugênia Maria Martins do Nascimento de Macêdo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, possam apresentar novos documentos ou manifestações. Após, fiquem os autos conclusos para sentença.

ADV: BRUNO NUNES DOS REIS (OAB 32523/GO), ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0201893-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diogo Amaral Vasconcelos - REQUERIDO: GETECH INFORMATICA EIRELI - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0205126-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Robson Santos da Rocha - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida SKY Serviços de Banda Larga Ltda a pagar ao Requerente Robson Santos da Rocha a importância de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, bem como declaro a inexigibilidade da fatura com vencimento em 14/01/2018, no valor de R$ 974,74 (Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos). Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0600506-64.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Sense Apart Hotel II - REQUERIDO: Petrônio Eduardo de Oliveira Silva - Renove-se intimação ao exequente para a providência ordenada às fls. 173, no prazo de 10 dias, ressaltando-se que o não atendimento acarretará a extinção da execução, nos termos do art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95 À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0601802-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM) - Processo 0602265-31.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edilmar Martins Passos - REQUERIDO: Domingos Savio Ramalho Gomes - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre os documentos juntados às fls. 120/122, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0603729-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laura Daniella Cardoso Pimenta - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603989-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERIDO: Api Spe 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0604559-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Levir Alves Cerqueira - REQUERIDO: Pdg Incorporadora - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0604694-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Breno Silva de Almeida - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0605530-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário Diego de Souza Parisotto - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: FLAVIO EMANOEL DO ESPIRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0606901-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Phernando Flavio Guimarães do Espirito Santo - Excelsa Cristina Guimarães do Espirito Santo - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Telefônica Brasil S/A - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA) - Processo 0607149-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Depósito - REQUERENTE: Carlos Brandao da Silva - REQUERIDA: Maria Inácia de Assis Laranjeiras - Francisco de Assis Laranjeira - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0607714-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Leite Menezes - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607905-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 180/183, de ordem, INTIME-SE o Executado

para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608770-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kayo da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0609044-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Angélica de Araújo Rios - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609551-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Dolores Araujo Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609667-98.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, INTIMO a parte Requerente para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM) - Processo 0610246-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abeúde dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - A3 Veiculos - Intime-se o Autor para no prazo de 5 dias apresentar o documento de fls. 18/19 de forma legível, sob peba de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0610499-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 94, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0610689-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Angela Lopes Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0610912-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebecah Keyce Souza Lima - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0611554-20.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ester Moraes da Silva Costa - Me - EXECUTADO: Antônio da Silva Costa - Francisco Carlos da Costa Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612917-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Eunice Costa Siqueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LUCIANA ROCHA VERAS (OAB 5070/AM) - Processo 0613040-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jamilda Batista da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0613114-31.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - EXECUTADA: Karina dos Santos Dias - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 113/119, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0613399-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0613548-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Ordilandia Correa de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0613727-17.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Wilma Souza dos Santos - EXECUTADO: Fhgj Corretora de Seguros Ltda - Me - Desta feita, não tendo o Exequente provado a utilização abusiva da personalidade jurídica pelos sócios do Executado, indefiro o pedido formulado para que seja desconsiderada a personalidade jurídica deste por não vislumbrar nos autos a ocorrência de qualquer das hipóteses autorizadoras da medida. Intime-se o Exequente acerca desta manifestação, bem como para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe o endereço correto para citação do executado, sob pena de extinção da execução nos termos do § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0614271-

05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ulisses da Silva Lopes - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ) - Processo 0616266-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Anne Kellen da Costa Pedrosa - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ) - Processo 0616316-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcel Jardim Costa Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM) - Processo 0617146-45.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Lilian Antônia Ferreira de Aquino - Jorgiana Lacet de Lima - EXECUTADA: Maria das Graças da Silva Gusmão - Intime-se o exequente para indicar o endereço correto da executada, a fim de viabilizar o cumprimento do mandado de penhora e avaliação de bens pelo oficial de justiça, no prazo de dez dias, sob pena de extinção da execução nos termos do art. 53, § 4º da lei nº 9.099/95. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM) - Processo 0618187-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Bruno Rodrigues de Castro - REQUERIDO: Universo Online S/A - Pagseguro Internet S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0618824-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial São Bernardo - REQUERIDA: Ana Sara Cristina Queiroz Carvalho - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉ JUNIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 7836/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: RICHARD LEIGNEL CARNEIRO (OAB 9555/RN), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0619768-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Hamilton Almeida Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Lojas Americanas S.A. - Lacoste Manaus - Foto Nascimento Connect e Share - Tropeiro - A S de Castro - Posto 3000 Ltda - Assim, acolho em parte os presentes embargos, mas mantenho na integra a decisão atacada.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0621253-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eliaclicia Bernardo Sobrinho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621865-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Belise Ribeiro Gonçalves - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0622587-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paula Francinete de Melo Mendonça - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAX TORQUATO FONTES VARELA (OAB 334416/SP) - Processo 0623097-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Gerciane Tavares da Costa - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0623114-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Salazar, Menezes e Almeida Sociedade de Advogados - REQUERIDO: Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0623125-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - RECLAMANTE: Bruno Finotti de Oliveira - RECLAMADO: Map Linhas Aereas - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0623138-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - REQUERIDA: Marcilene Campião Lobo - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANK WILLIAMS DE VASCONCELOS MENEZES (OAB 14481/AM) - Processo 0623151-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Euclides Xavier dos Santos - REQUERIDO: Pemaza Peças e Pneus - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS), ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB 13480/AM) - Processo 0623183-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lenize Gadelha da Silva - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM), ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB 10805/AM) - Processo 0623192-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ramuel Moraes de Cervinho Martins - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0623195-68.2019.8.04.0015 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Dione Teixeira da Costa - REQUERIDO: Castro, Serra Pinto e Assis Ind e Comercio de Alimentos Ltda - Epp (brigadore) - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: O pedido de tutela de evidência foi embasado nos arts. 59 e 63 da Lei 8.245/91, logo, observa-se que a questão relativa à pretensão não está escoimada em tese jurídica pacificada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, tampouco trata-se de pedido reipersecutório fundado em prova documental do contrato do objeto. Destarte, o pedido formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente a evidência, em conformidade com os incisos II e III do art. 311 do CPC. Pela análise dos autos entendo ser relevante a

manifestação da parte demandada quanto aos pedidos formulados na exordial. Ademais, não foi demonstrado o perfeito embasamento do caso em tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, e não se trata de pedido reipersecutório. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente os requisitos aptos a ensejar o deferimento da tutela de evidência pleiteada decorrente do exercício da cognição sumária Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de evidência pleiteada, nos termos do art. 311, II, do NCPC.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0623221-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espanha - REQUERIDA: Ladi de Souza Freires - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YASMIN MARSEILLE FERMIN AMORIM (OAB 14900/AM) - Processo 0623251-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Aline Melissa de Souza Nogueira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623294-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Shirley Melgueiro da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623303-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Shirley Melgueiro da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0623323-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário Célio de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros S.a - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0623330-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Manelito Mota dos Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM) - Processo 0623366-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andryo de Oliveira Sarmento - REQUERIDO: Chubb Seguros Brasil S/A - Uber do Brasil Tecnologia Ltda - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623412-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosinaldo de Souza Miranda - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0623418-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ely Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0623493-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Claudete Elizia de Souza Oliveira - REQUERIDO: Wiston Feitosa de Sousa - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623513-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luciene Figueiredo de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0623553-67.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - EXECUTADA: Wanilsa Carvalho - Trata-se de pedido de penhora de imóvel devedor de cotas condominiais. Intime-se o exequente para acostar a imprescindível certidão narrativa do registro do imóvel, devidamente atualizada. Assinalo prazo de 10 dias para tal providência.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0623616-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Igor Eduardo Ribeiro Rosa - REQUERIDO: Dell Computadores do Brasil Ltda - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0623628-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aila Maria Constantino Martins - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0623644-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lorena Santana Pimentel - REQUERIDO: Affinion International Serviços de Fidelidade e Corretora de Seguros Ltda (Compraevoltabr.com.br São Paulo) - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0623653-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Praia dos Passarinhos - REQUERIDO: Catalu Administracão e Empreendimentos Ltda - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623668-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Erik Batista da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0623741-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Rio Negro Comércio e Prestação de Serviços Ltda - REQUERIDO: Mário Pereira Aufiero - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL SANTOS DE MORAES (OAB 10991/AM) - Processo 0623752-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Roger

Mendonça Reis - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0623769-91.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Liria Cristina Pessoa Silva - REQUERIDO: Demetrius da Silva Oliveira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0623776-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Gilvania de Freitas - REQUERIDA: Anna Carolina Sarmento Rocha Leal de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623839-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISMARA DA SILVA BASTOS (OAB 14381/AM) - Processo 0623854-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Giovanna da Sillva Vieira - REQUERIDO: Centro de Formação de Condutores Barros e Aguiar Ltda-me (Auto Escola Patty) - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DEBORAH ROSENDO DE ALMEIDA AMORIM TAVARES (OAB 14410/AM) - Processo 0623907-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriela de Melo Santa Cruz Cardoso - REQUERIDO: SOHO LOUNGE MANAUS - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0623915-69.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francy Litaiff Abrahim - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos. Na oportunidade, considerando a comprovação impossibilidade de comparecimento à audiência por motivo doença, isento a Autora de custas para propositura de nova ação.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0623916-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Vito Sasso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623974-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Valdeci Jose Santos da Sil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0623993-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Ernandes Queiroz Vieira - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0624005-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Armando Ricardo Lima de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÂO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0624011-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - REQUERIDA: Liege France Teles Franco de Sá - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0624013-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - REQUERIDO: Suelen da Costa Melo - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0624086-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Franklin Marcelo Gomes Nôvo - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0624107-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Vuzimar Conapa Cavalcante - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MAURÍCIO COUTINHO BASTOS (OAB 31202/BA) - Processo 0624113-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Larissa Pereira Duarte - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda. - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0624127-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roberta Viana Silva - REQUERIDO: Df Decor (J.r. da Silva Júnior Eirelli- Me) - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0624132-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Samuel Nogueira Ferreira Filho - RECLAMADO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ENIA JESSICA DA SILVA GARCIA (OAB 10416/AM), ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0624134-48.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Liberação de Veículo Apreendido - REQUERENTE: Renee Gomes Silva - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade.

Dou fé. DECISÃO: Ademais, tendo em vista a possibilidade de irreversibilidade da decisão (art. 300, §3º, CPC), e a necessidade de oitiva do réu para decidir acerca de ponto intrínseco ao mérito da presente ação, ACAUTELO-ME sobre o pedido de antecipação de tutela, devendo o pedido da autora ser apreciado quando da prolatação da decisão de mérito. Paute-se audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0624139-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivanda Lopes da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0624413-34.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marilene Vicente da Silva - REQUERIDO: Adria Monica da Silva Guimaraes - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0624781-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Ávila de Lima - REQUERIDO: Caixa Econômica Federal - Diante do exposto, JULGO EXTINTO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO, a presente ação, ex vi o art. 51, inciso IV da Lei lei 9099/95.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624823-92.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paula Angela Maria Antony Dantas - REQUERIDO: American Airlines Brasil - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0624845-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Maria de Lima Ferrer - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG) - Processo 0624926-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceicao da Silva Maciel - REQUERIDO: Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0625057-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: RAQUEL RIBEIRO DA SILVA MATOS - REQUERIDO: Sul América Bandeirante Seguros S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0625171-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Shalom Servicos Ltda-me - REQUERIDO: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Isto posto, retifico a requerimento o erro material contido na sentença, às fls. 167, aonde se lê 30/08/2017 leia-se 30/10/2017.

ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM) - Processo 0625310-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Diego Henrique Santos dos Anjos - REQUERIDO: American Airlines Brasil - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625358-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ananias Gonzaga dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0625555-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leucilene Falcão Lima - José Augusto Lopes de Souza Junior - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM) - Processo 0625785-52.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: G. Sampaio de Oliveira M-e - EXECUTADO: Crimiso Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Spe - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Intime-se o exequente para indicar o endereço correto do executado Rossi Norte Empreeendimentos, uma vez que o oficial de justiça já certificou às fls. 81 que a empresa não se encontra estabelecida no endereço constante do mandado. Indefiro o pedido de intimação na pessoa do escritório Nelson Williams uma vez que o mesmo não se encontra habilitado nos autos para receber citação em nome do executado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625887-74.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - EXECUTADA: Jessica Cruz da Silva - Intime-se o exequente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0626139-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Waldes de Oliveira Moraes - REQUERIDO: J A Lima Nascimento - Epp (Dental Saúde) - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0626282-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda - Direcional Engenharia S/A e outro - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0626467-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angelina Costa Santos - REQUERIDA: Ida Maria Lima Arruda - Jaime da Rocha Torres - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex

vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0626473-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Fabiula Barbosa Gomes - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido declaratório, DECLARANDO inexistente os débitos de fls. 22 impostos pelo Réu, determinando à secretário o envio de ofício ao Serasa para baixa das restrições. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0626578-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Alves de Vasconcelos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim, conheço dos embargos por serem tempestivos, mas não os acolho, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0626655-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudia Azevedo de Oliveira - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0626861-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Braz Scarpa Waldemburgo de Aguiar - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0626967-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jocimar Alves Chaves e outro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0627011-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rayane Cavalcante Pinheiro - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉA CLÁUDIA MONASSA GOMES (OAB 2117/AM) - Processo 0627341-89.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Odete Monassa Gomes - EXECUTADA: Graceli Ferreira Martins - Sebastião Paulo Araújo - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 56/71, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0629753-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Mário Salvatierra Júnior - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Junio Mendes de Oliveira (OAB 7836/AM)
Andréa Cláudia Monassa Gomes (OAB 2117/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Nunes dos Reis (OAB 32523/GO)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
DANIEL SANTOS DE MORAES (OAB 10991/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
DEBORAH ROSENDO DE ALMEIDA AMORIM TAVARES (OAB 14410/AM)
Denise Albuquerque Cervinho Martins (OAB 10811/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Enia Jessica da Silva Garcia (OAB 10416/AM)
Erick Jonhson Maia Cavalcante (OAB 13480/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flavio Emanoel do Espirito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francismara da Silva Bastos (OAB 14381/AM)
Frank Williams de Vasconcelos Menezes (OAB 14481/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Procopio da Silva (OAB 13421/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)

Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciana Rocha Veras (OAB 5070/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Mateus Souza Cunha (OAB 10921/AM)
Maurício Coutinho Bastos (OAB 31202/BA)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Max Torquato Fontes Varela (OAB 334416/SP)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Renan Pena Martins (OAB 10805/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Richard Leignel Carneiro (OAB 9555/RN)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yasmin Marseille Fermin Amorim (OAB 14900/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0202044-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Jose Ribamar Varao Ferreira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600813-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Silva D'araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603729-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laura Daniella Cardoso Pimenta - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603989-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERIDO: Api Spe 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606187-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carina Dantas dos Anjos - REQUERIDO: Banco Bradesco S A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DETERMINAR ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos a título de "anuidade de cartão de crédito" na conta bancário da Autora, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto indevido, sem prejuízo da repetição de indébito; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 912,48 (novecentos e doze reais e quarenta e oito centavos), bem como dos valores comprovadamente descontados no curso da ação, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0607051-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE:

Francisco Thome - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609683-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Penalber Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial: a) DETERMINAR ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos na conta bancária do Autor a título de "bradesco vida e previdência", sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto indevida, sem prejuízo da repetição de indébito; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 466,48 (quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos), bem como dos comprovadamente descontados no curso da ação, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0611384-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Celia Martins Liborio - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO PRESCRITA as pretensões do Autor, proferindo sentença com base no art. 487, II do CPC.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611549-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Suely Rodrigues Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial: a) DETERMINAR ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos na conta bancária da Autora a título de "seguro prestamista", sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto indevido, sem prejuízo da repetição de indébito; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 707,20 (setecentos e sete reais e vinte centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0612473-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Rodrigues Chagas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0613423-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Rodrigues Maciel Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0613496-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lanisa Cruz Bertuccelli de Mendonça - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado o emprestimo ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 6.158,43 (seis mil, cento e cinquenta e oitro reais e quarenta e três centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autor a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0614132-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Eleonora Americo Andrade, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento de R$ 84,70 (oitenta e quatro reais e setenta centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do prejuízo (12/04/19). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614152-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Luis Dourado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigível os débitos excedentes; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 12.379,15 (doze mil, trezentos e setenta e nove reais e quinze centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autor a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614923-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Frankcislene Florentina de Souza Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0614955-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Aparecida Bastos de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao

pagamento do valor de R$ 922,06 (novecentos e vinte e dois reais e seis centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0615000-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Hilton Sales Costa, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0615784-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jhullia Marcely Furtado Farias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Serasa Experian - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0616110-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vania da Silva Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616385-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Dantas da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0616636-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Graças Souza Dutra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0617144-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir Correa Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0617354-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo de Souza Petillo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigível o débito superior ao devido; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 2.745,81 (dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autor a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618822-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ronaldo Garcias Batista - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0618827-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antonia Nonata da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618879-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Emerson Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618925-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jarlison Souza da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: ADRIANA DA COSTA SOUSA (OAB 14461/AM), ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 162751/

MG) - Processo 0618966-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Adriana da Costa Sousa - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0625124-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odete de Souza Camara - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0625179-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Moisés dos Santos Nascimento - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0625555-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leucilene Falcão Lima - José Augusto Lopes de Souza Junior - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adriana da Costa Sousa (OAB 14461/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 162751/MG)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM), ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM) - Processo 0201281-13.2019.8.04.0015 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Outras fraudes - AUTORFATO: Deuzirlan Maia de Souza e outro - Fica V. Sa. intimada comparecer à audiência Preliminar de Transação Penal, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 14/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0603137-44.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - AUTORAFATO: Elizilda Rodrigues Teixeira - Mara Elaine dos Santos e outro - Fica v. Sa. intimada comparecer à audiência de Instrução e Julgamento, para responder os termos da Queixa-Crime, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 08/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo.

ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0603207-29.2017.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Leve - REQUERIDA: Maria Luiza Pereira Pinheiro - Fica V. Sa. intimada da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. No termo, foi dito que considerando a ausência das partes e, considerando ainda, que nos presentes autos há vítima determinada, aplica-se o o enunciado 99 do FONAJE que dispõe o seguinte: “Nas infrações penais em que haja vítima determinada, em caso de desinteresse desta ou de composição civil, deixa de existir justa causa para ação penal.” Determinando, consequentemente, o arquivamento do feito, com a devida baixa na distribuição. Nada mais havendo e nada mais foi dito, o MM. Juiz determinou o encerramento do termo.

ADV: JONATAS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14122/AM) - Processo 0613865-47.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Charles Herminio Lima da Silva - Fica V. Sa. intimiada de que sua audiência Preliminar de Transação Penal, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 09/10/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0614523-71.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Mayara Monteiro Feitosa - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 05/11/2019 às16:00h, na sede deste Juízo.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0614613-79.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Balbino Rodrigues da Costa - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Trata-se, em tese, da prática de crime de lesão corporal leve, que exige ação penal pública condicionada à representação da Vítima, em Juízo, dentro do prazo decadencial de 06 (seis meses), a contar do conhecimento da Autoria, na forma do artigo 38 do CPP e artigo 75, parágrafo único da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado Criminal nº 02, do FONAJE. "ENUNCIADO 02- O Ministério Público, oferecida a representação em Juízo, poderá propor diretamente a transação penal, independentemente do comparecimento da vítima à audiência preliminar". (grifo nosso). Assim, ultrapassado o período de 06 (seis) meses sem que a Vítima tenha oferecido a devida representação em Juízo contra o Autor do fato, caracterizado se encontra o instituto decadencial. Diante do exposto, reconheço a decadência ocorrida, na forma do artigo 38 do CPP, declarando extinta a punibilidade em relação ao autor do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2ª figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na distribuição, após o trânsito em julgado.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0615309-18.2019.8.04.0015 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Difamação - REPTANTE: Eulene Cristiny Matos Jacauna - Fica V. Sa. intimada de que sua audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 07/11/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo.

ADV: MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO FERNANDEZ (OAB 14432/AM) - Processo 0620115-41.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - AUTORFATO: J.S.O. - M.F.O. - Z.O.M. - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. SENTENÇA Trata-se de Termo circunstanciado de Ocorrência visando apurar responsabilidade penal do autor do fato por infração de menor potencial ofensivo. Promoção as fls. 64 do ilustre Representante do Ministério Público requerendo o arquivamento com fundamento no artigo 28 do CPP, pela inexistência de dolo específico exigido para configuração do crime em tela e, necessário para promoção de ação penal, mediante denúncia. Posto isso, acolho a Promoção ministerial, e determino o arquivamento dos autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0624657-60.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes contra as Relações de Consumo - AUTORFATO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 05/11/2019 às 13:00h, na sede deste Juízo.

ADV: EUCILENE SOBREIRA CRUZ ABREU (OAB 11382/AM) - Processo 0625032-06.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estelionato - VÍTIMAFATO: Evandro Nogueira Cruz - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Vistos, etc... Reconheço o instituto da decadência, de acordo com artigo 38 do CPP, julgando extinta a punibilidade em relação ao autor(a) do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2A figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na Distribuição. PRI.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Eucilene Sobreira Cruz Abreu (OAB 11382/AM)
Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)
Jonatas Pereira de Oliveira (OAB 14122/AM)
Maria Auxiliadora Figueiredo Fernandez (OAB 14432/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM), ADV: FRANCISCO ROSA GOMES JUNIOR (OAB 12175/AM) - Processo 0600141-70.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Violação de domicílio - VÍTIMAFATO: Fabíola Marrocos de Oliveira Paiva - Maria das Graças Marrocos de Oliveira - AUTORAFATO: Jusimara Maia da Silva - Fica Vossa Senhoria intimada do Despacho: "R. hoje. Considerando a inércia da autora do fato, mantenho a data da audiência de instrução e julgamento. Manaus, 02 de setembro de 2019. Themis Catunda de Souza Lourenço. Juíza de Direito."

ADV: MARIA PIRES DA CRUZ LEAL (OAB 10792/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0600478-59.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Joabi Braz Bentes - Diogo Gonçalves da Luz Pereira - AUTORFATO: Erick Diebes Coelho - Daniel Bruno Soares de Souza - De ordem da MMª. Juíza Drª. Themis Catunda de Souza Lourenço, Juíza de Direito da 18.ª Vara do Juizado Especial Criminal, sirvo-me desta para intimar-lhe a COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 10/10/2019 às 10:00h. Ciente que para a audiência de Instrução e Julgamento, seu constituinte poderá levar até três testemunhas que prestarão esclarecimentos ao Juiz, a respeito dos fatos. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0601213-92.2019.8.04.0016 - Petição Criminal - Injúria - VÍTIMAFATO: Suany Rosario da Rocha - AUTORAFATO: Greiciane dos Santos Souza - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:30h, do dia 19/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0601213-92.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Injúria. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Francisco Rosa Gomes Junior (OAB 12175/AM)
Maria Pires da Cruz Leal (OAB 10792/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO II 1
TRIBUNAL PLENO 1
Intimações 1
Decisões 2
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 2
Intimações 2
SEÇÃO III 2
CÂMARAS REUNIDAS 2
Conclusões de Acórdãos 2
Intimações 5
Pauta de Julgamento Designado 7
SEÇÃO IV 7
CÂMARAS ISOLADAS 7
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 7
Intimações 7
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Despachos 10
Decisões 11
Pauta de Julgamento Designado 11
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 13
Conclusão de Acórdãos 13
Intimações 14
Decisões 15
Pauta de Julgamento Designado 15
Julgamento Virtual 16
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 22
Conclusões de Acórdãos 22
Despachos 26
Intimações 26
Decisões 27
Pauta de Julgamento Designado 27
Julgamento Virtual 27
SEÇÃO VI 28
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 28
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 28
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 36
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 41
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 49
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 53
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 60
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 67
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 72
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 76
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 83
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 91
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 97
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 103
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 107
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 117
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 121
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 138
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 151
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 166
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 170
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 172
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 176
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 180
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 180
2ª VARA CRIMINAL 183
4ª VARA CRIMINAL 186
6ª VARA CRIMINAL 189
7ª VARA CRIMINAL 189
8ª VARA CRIMINAL 190
10ª VARA CRIMINAL 190
11ª VARA CRIMINAL 198
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 200
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 214
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 217
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 222
AUDITORIA MILITAR 226
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES 226
1ª VARA DE FAMÍLIA 278
4ª VARA DE FAMÍLIA 278
5ª VARA DE FAMÍLIA 288
7ª VARA DE FAMÍLIA 289
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 297
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 301
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 307
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 310
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 310
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 311
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 313
SEÇÃO VII 316
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 316
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 316
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 317
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 318
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 324
SEÇÃO VIII 324
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 324
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 324
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 330
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 331
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 337
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 338
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 338
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 348
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 350
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 354
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 368
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 380
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 388
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 404
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 415
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 416